

José Cordeiro de Araújo

Panorama da Legislação Rural Brasileira

Um guia das leis e decretos que balizaram
e balizam o setor agropecuário

1830-2014

 **e-papers**

JOSÉ CORDEIRO DE ARAÚJO

PANORAMA DA LEGISLAÇÃO RURAL BRASILEIRA

Um guia das leis e decretos que balizaram e balizam o setor agropecuário

1830-2014

Rio de Janeiro, 2015

 **e-papers**

© José Cordeiro de Araújo / E-papers Serviços Editoriais Ltda., 2015.

Todos os direitos reservados a José Cordeiro de Araújo /E-papers Serviços Editoriais Ltda. É proibida a reprodução ou transmissão desta obra, ou parte dela, por qualquer meio, sem a prévia autorização dos editores.

Impresso no Brasil.

ISBN 978-85-7650-521-1

Revisão

Helô Castro e Rodrigo R. Carmo

Projeto gráfico

Ana Claudia Ribeiro

Diagramação

Rodrigo R. Carmo

Capa

Samara Tomé

Esta publicação encontra-se à venda no *site* da
Editora E-papers

<http://www.e-papers.com.br>

E-papers Serviços Editoriais Ltda.
Rua Mariz e Barros, 72, sala 202
Praça da Bandeira Rio de Janeiro
CEP: 20.270-006
Rio de Janeiro, Brasil

CIP-Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

A688p

Araújo, José Cordeiro de

Panorama da legislação rural brasileira [recurso eletrônico]: um guia das leis e decretos
que balizaram e balizam o setor agropecuário: 1830-2014 / José Cordeiro de Araújo. - 1. ed. -
Rio de Janeiro: E-papers, 2016
recurso digital

Formato: epdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Apêndice

ISBN 978-85-7650-521-1 (recurso eletrônico)

1. Direito agrário - Brasil - História. 2. Trabalhadores rurais - Estatuto legal, leis, etc. -
Brasil. 3. Livros eletrônicos. I. Título.

16-32105 CDU: 349.42(81)

Para Maria Dilza, esposa e companheira de sempre,
pelo incentivo e apoio, na profissão e na vida.

Para Marcelo, Guilherme e Gustavo, filhos, e Daniele, Patrícia e Geórgia, noras,
que dão sentido a nossas vidas.

Para Rafaela, a neta que chegou para dar alegria
e iniciar uma nova geração e uma nova vida na família.

AGRADECIMENTOS

À Câmara dos Deputados e à Flacso, por propiciarem a arrancada inicial da pesquisa.

A Flávio Freitas Faria e Ricardo Rodrigues, Diretores da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, que prestaram incondicional apoio e incentivo à realização da pesquisa.

Aos colegas da Área de Política Agrícola da Consultoria Legislativa – Aércio Cunha, Gustavo Costa Sobrinho, Luciano Pereira, José Maciel dos Santos Filho, Rodrigo Dolabella, Romeu Padilha e Terezinha Fiúza –, que, além de muito me ensinarem, colaboraram intensamente com coleta de dados, apoio e incentivo.

A Mauro Márcio Oliveira, Luciano Carvalho e Gerson Teixeira, pela colaboração, sugestões e estímulo.

Ao prof. Sérgio Pereira Leite, a Cláudia Schmitt e aos demais membros da equipe do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA), vinculado ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ, pela confiança depositada e por propiciarem a viabilização desta edição.

SUMÁRIO

9	Prefácio
11	Apresentação
12	Algumas considerações para auxiliar a leitura e a consulta ao documento
15	Temas da legislação agropecuária
17	SEÇÃO I: A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E O SETOR AGROPECUÁRIO
23	SEÇÃO II: LEIS E EQUIVALENTES DO SETOR AGROPECUÁRIO EM ORDEM CRONOLÓGICA
111	SEÇÃO III: LEGISLAÇÃO POR TEMA DA POLÍTICA AGRÍCOLA LEIS, PRINCIPAIS DECRETOS, INCLUSÃO NA LEI AGRÍCOLA E ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DO TEMA
112	Agricultura Familiar
116	Água e Irrigação
120	Assistência Técnica, Extensão Rural e Capacitação de Mão de Obra
122	Biotecnologia, Biossegurança e Propriedade Intelectual
124	Comercialização, Abastecimento e Armazenagem
131	Cooperativismo
137	Crédito Rural
154	Defesa Agropecuária, Fiscalização e Inspeção
164	Desenvolvimento Regional
171	Educação no Meio Rural
173	Energia
177	Habitação Rural
179	Honoríficas
181	Insumos, Serviços e Mecanização
185	Meio Ambiente
194	Organização da Administração Pública
210	Pesca
215	Pesquisa Agropecuária, Ensino Agrícola, Ciência e Tecnologia
222	Políticas Gerais e Economia
230	Preços Mínimos
232	Reflorestamento e Manejo Florestal
235	Reforma Agrária
245	Seguro Rural
248	Trabalho, Previdência Social e Sindicalismo
254	Tributação
262	Produtos: Vegetais – Normas Legais Específicas
281	Produtos: Animais – Normas Legais Específicas

- 287 Anexo I – Número de leis e normas equivalentes por tipo, por ano e total
- 290 Anexo II – Número de leis e normas equivalentes por Tema
- 292 Anexo III – Número de decretos regulamentadores por Tema

PREFÁCIO

Claudia Schmitt
Sergio Pereira Leite

A possibilidade de acesso a um levantamento sistemático e retrospectivo do extenso conjunto de leis relacionadas ao setor agropecuário e ao mundo rural no Brasil, propiciada pela publicação *Panorama da Legislação Rural Brasileira – um guia das leis e decretos que balizaram e balizam o setor agropecuário, 1830-2014* constitui-se, sem sombra de dúvida, numa bem-vinda novidade para todos aqueles que se dedicam à produção do conhecimento nesse campo temático.

A coletânea aqui apresentada, composta por 1.317 leis ou normas equivalentes e 456 decretos regulamentadores distribuídos em um horizonte de tempo de 185 anos, é muito mais do que um inventário ou uma simples coleção de textos jurídicos, possibilitando, acima de tudo, um novo ponto de observação capaz de nos permitir acessar a trama dos processos jurídicos, sociais, políticos e institucionais que conformaram, historicamente, a agricultura e o mundo rural em nosso país.

Iniciando-se em 1830, ainda nos primeiros anos do Brasil Império, com a carta de lei que “Regula os direitos do algodão e da carne seca ou charque”, este minucioso trabalho de resgate histórico da atividade normativa desenvolvida ao longo dos anos pelo Poder Legislativo em âmbito nacional nos conduz, através do tempo, a um período bem mais recente de nossa história jurídica. O trabalho em questão se estende até o ano de 2014, revelando as inúmeras interfaces estabelecidas pelo agrícola e pelo rural com problemáticas diversas, como a preservação do ambiente, a busca de fontes renováveis de energia, o reconhecimento dos direitos das comunidades indígenas e quilombolas, entre outras.

Mas a análise cronológica é apenas uma das várias leituras oportunizadas pelo texto, que possibilita também ao leitor uma avaliação dos dispositivos jurídicos institucionalizados com base em 26 grandes temas, incluindo tanto os eixos clássicos de estruturação da política agrícola, como crédito rural, preços mínimos, pesquisa agropecuária, ensino agrícola, entre outros, como uma série de outros temas cujas repercussões transcendem o setorial agrícola ao incluir, por exemplo, a legislação sobre terras, os dispositivos jurídicos relativos ao meio ambiente com vinculação ao setor agropecuário e marcos regulatórios relacionados à biotecnologia, biossegurança e propriedade intelectual. Não se trata apenas de observar e usufruir dos sistemas classificatórios utilizados pelo autor, mas também de apreender a intrincada trama de registros jurídico-legais que condicionam o exercício das políticas públicas voltadas ao meio rural, no sentido amplo do termo, e que conformam um ambiente institucional mais amplo do qual derivam os mecanismos instrumentais de implementação de programas governamentais. Mas como poderá ser constatado em diferentes momentos do trabalho, o fazer e o refazer da própria legislação reflete, ainda, as marchas e contramarchas políticas que caracterizam a dimensão processual das políticas públicas. Assim, o leitor poderá encontrar nesse compêndio da legislação nacional um conjunto não desprezível de situações que marcam a tríade clássica na análise de política pública – enquanto *politics, polity e policy* – aplicada ao campo agrário, alimentar, agroambiental, agrícola e afins.

Como sugere Latour (2004),¹ as bibliotecas, coleções e, acrescentaríamos aqui, os inventários de leis não podem ser plenamente compreendidos se vistos apenas como um conjunto autorreferente de signos, como a biblioteca idealizada por Jorge Luís Borges no conto “A Biblioteca de Babel”: iluminada, solitária, infinita, imóvel. Reforçamos aqui o caráter instrumental e dinâmico do *Panorama da Legislação Rural Brasileira*, passível de ser utilizado como uma ferramenta de navegação, capaz de permitir aos mais distintos leitores percorrer os caminhos que conduzem de um texto ao outro, mas, acima de tudo, dos textos ao mundo (LATOUR, 2004). Ressalta-se, aqui, a centralidade das mediações jurídicas e dos marcos regulatórios na coordenação das relações

1 LATOUR, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: PARENTE, A. *Tramas da rede*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

sociais, na conformação da ação pública e na institucionalização de determinadas correlações de forças que irão influenciar, de maneira decisiva, a estruturação do setor agrícola e as concepções de ruralidade norteadoras das políticas públicas no Brasil.

O autor desta obra, José Cordeiro de Araújo, engenheiro agrônomo pela UFPel, mestre em Fitotecnia de Forrageiras (UFRGS) e especialista em Políticas Públicas e Governo (EPPG/UFRRJ), atuou por 19 anos como Consultor Legislativo de Política Agrícola da Câmara dos Deputados, possuindo, também, uma extensa trajetória profissional em diferentes instituições públicas com intervenção no campo da agricultura, tanto em nível federal como estadual. Suas importantes contribuições no estudo das legislações podem ser encontradas em trabalhos anteriores, já publicados, tendo como foco a Lei de Cultivares², a Política Nacional de Biossegurança³, a Questão Agrícola e o Endividamento⁴, entre outros temas. É importante destacar que sua experiência no campo legislativo transcende, no entanto, a análise dos textos legais, envolvendo, também, a observação atenta e continuada dos inúmeros processos de negociação envolvidos na institucionalização de dispositivos jurídicos relacionados à agricultura e ao rural na esfera federal.

A publicação desta obra, fruto do trabalho, *expertise* e persistente dedicação do autor, tornou-se possível através da parceria estabelecida com o Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (Oppa), grupo de pesquisa integrado ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), ligado ao Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A edição do trabalho contou ainda com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) por meio de projetos de pesquisa aos quais esta obra está diretamente relacionada. Desde o primeiro contato com o projeto, chamou-nos atenção a qualidade e a consistência da pesquisa realizada, antevendo-se a importante contribuição que um trabalho desta natureza poderia trazer tanto para a pesquisa relacionada à agricultura e ao rural brasileiro quanto para a atividade legislativa e de formulação de políticas públicas. É, portanto, com imensa satisfação que apresentamos esta primeira edição do *Panorama da Legislação Rural Brasileira – um guia das leis e decretos que balizaram e balizam o setor agropecuário, 1830-2014* ao público leitor.

² ARAÚJO, J. C. de. *A Lei de Proteção de Cultivares: análise de sua formulação e conteúdo*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

³ DOLABELLA, R. H. C.; ARAÚJO, J. C. de. Plantas Transgênicas e a Política Nacional de Biossegurança. *Cadernos ASLEGIS*, Brasília, v. 6, n. 20, dez. 2003.

⁴ ARAÚJO, J. C. de. A Questão Agrícola e o Endividamento: um enfoque alternativo. *Revista de Política Agrícola*, v. 9, n. 3, p. 3-8, 2000.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho, desenvolvido inicialmente sob os auspícios da Câmara dos Deputados, é a ampliação de uma pesquisa anterior, levada a efeito sob orientação da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), para realização de levantamento e classificação da legislação que balizou e baliza o setor agropecuário brasileiro.

Elaborado com base nos registros do autor – ao longo de sua atuação por 19 anos como Consultor Legislativo de Política Agrícola da Câmara dos Deputados –, reforçado a partir de registros realizados por colegas da área de Política Agrícola da Consultoria Legislativa e do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados e de outros colaboradores, foi ampliado e aprofundado mediante minuciosas pesquisas realizadas nos sítios da internet da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e da Presidência da República.

Não se trata de um levantamento exaustivo e completo – até mesmo pela complexidade e diversidade do assunto – nem de documento acabado, absolutamente preciso. O emaranhado de leis que caracteriza o arcabouço legislativo brasileiro recomenda que a utilização das informações aqui contidas sejam consideradas meramente orientadoras, passíveis de checagem e aprofundamento de investigação, para fins específicos que assim o exigirem.

No entanto, o cuidado em sua elaboração e a busca pelos detalhes das informações permitem assegurar que se pode constituir em importante fonte de consulta para aqueles que se dedicam ao estudo, à pesquisa e à formulação da Política Agrícola ou que necessitem de informações sobre questões legais concernentes ao agronegócio e ao mundo rural brasileiro. Também se constituirá em documento de interesse a quem pretender estudar a história administrativa e política do setor agropecuário brasileiro, pois relaciona grande número de leis de valor histórico.

No total, foram identificadas 1.317 leis ou normas equivalentes e 456 decretos regulamentadores. Tais normas foram editadas em 113 anos, no contexto de um período pesquisado de 185 anos, entre 1830 e 2014.

O objetivo, ao elaborar estudo desta ordem, é consolidar um inventário da legislação agropecuária brasileira e sua classificação por grandes temas da Política Agrícola. Ademais apontam-se as vinculações entre as diferentes leis, de tal forma a facilitar o “rastreamento” da legislação, aspectos tão necessários a quem busca se aprofundar em assuntos que demandam o conhecimento das regras legais que regem um determinado setor e seus subsetores e instrumentos, aqui denominados “Temas da Política Agrícola”.

Não se trata de uma “coletânea” na forma tradicional, já que não se incluem os textos da legislação compilada; tais documentos, hoje, são facilmente obtidos por pesquisa nos sítios apropriados na internet. Não se trata, também, de um “ementário” no estrito senso, já que não se reproduziram, sempre, as ementas dos documentos legais, optando-se, quase sempre, por uma explicação mais detalhada do conteúdo das leis citadas, agregando-se outras informações que ajudam o leitor a melhor compreender do que trata a lei.

Trata-se de uma compilação do que se julga ser a maior parte do conjunto de leis editadas para o setor rural, referenciadas e classificadas, de modo a sistematizar a grande informação existente, conformando um panorama geral da legislação que, pensa-se, poderá ampliar o conhecimento acerca do arcabouço legislativo do setor agropecuário. Espera-se, com isso, contribuir para o aprofundamento dos estudos pertinentes, a partir da ótica de que a legislação produzida caracteriza o sentido da política, a cada momento, e reflete os vetores políticos predominantes que pautam a orientação governamental em cada quadra da vida nacional.

O autor espera, dessa forma, contribuir para a ampliação do conhecimento acerca da legislação concernente ao setor rural e à agropecuária brasileira. Julga que isto contribuirá como embasamento de futuros estudos sobre aspectos específicos do setor, a partir da perspectiva de análise dos aspectos legais que os balizam ou que, no passado, deram os contornos legais às políticas referentes ao setor agropecuário nacional.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA AUXILIAR A LEITURA E A CONSULTA AO DOCUMENTO

Como abreviatura das normas, adotou-se a nomenclatura utilizada no sítio de legislação do Senado Federal, a saber:

- LEI (lei ordinária);
- LCP (lei complementar);
- LDL (lei delegada);
- DEL (decreto-lei);
- DEC (decreto);
- MPV (medida provisória);
- CDL (carta de lei);
- RSF (resolução do Senado Federal);
- ADC (ato declaratório);
- DLG (decreto legislativo).

No Anexo I está registrado o número de “leis e equivalentes” registradas neste estudo, por sua natureza, por ano e total.

ESTRUTURAÇÃO

O documento está estruturado em três seções, a saber:

Seção I – A Constituição Federal e o setor agropecuário

Relação dos dispositivos da Constituição Federal que dizem respeito ao setor rural e agropecuário, com descrição sucinta de seus respectivos conteúdos.

Seção II – Leis e equivalentes do setor agropecuário em ordem cronológica

Essa seção lista todos os diplomas legais com força de lei: leis ordinárias, leis complementares, leis delegadas, decretos-lei, medidas provisórias (no caso, as que ainda vigoram, editadas em 2001, anteriormente à Emenda Constitucional nº 32) e os decretos (imperiais; do início do século XX; e do período do Estado Novo) que tiveram força de lei. Sobre estes últimos, releva apontar o fato de que há decretos de 1991 que os revogam. No entanto, há interpretações jurídicas de que teriam força de lei, razão pela qual optou-se (para, eventualmente, errar por excesso e não por omissão) por incluí-los na relação de “leis e equivalentes”.

Da mesma forma, incluíram-se “decretos” do início do século XX que, embora com esse título, explicitam, na epígrafe, que foram “aprovados pelo Congresso Nacional”, o que pode conferir-lhes caráter de “lei ou equivalente”.

Registraram-se tão somente as normas que, a juízo do autor, dizem respeito ao setor rural/agropecuário, direta ou indiretamente. Assim, das leis sobre “cooperativismo”, selecionaram-se apenas as que dizem respeito ao cooperativismo agropecuário e de eletrificação rural, deixando-se de lado aquelas concernentes aos setores de saúde ou de trabalho, também relevantes no sistema cooperativista. Também no que se refere a trabalho e previdência social, buscaram-se identificar somente as leis que contêm aspectos relacionados ao setor rural, não obstante o fato de existir farta legislação sobre o tema como um todo.

Atente-se para o fato de que ao final do período da pesquisa (final de 2014) estavam em vigor duas medidas provisórias (MPV 656, de 2014 e 665, de 2014) que continham disposições sobre o setor agropecuário. Pela possibilidade de, ao longo da tramitação no Congresso Nacional, sofrerem alterações em sua redação – inclusive

a hipotética exclusão dos dispositivos relacionados ao setor –, optou-se por não incluí-las na relação de leis de 2014, projetando-se, portanto, sua inclusão, já na forma das leis delas derivadas, quando da atualização da pesquisa em 2015.

A listagem das leis é apresentada em três campos, da seguinte forma:

- No primeiro campo estão registrados o tipo de norma, seu respectivo número e data de sanção (ex: “Lei nº 11.105, de 24/03/2005”). Na mesma linha, à direita, consta a sigla do “Tema” ou “Temas” no(s) qual(is) está classificada a lei (ex: “BBPI-OAP”).
- O segundo campo traz informações sobre o conteúdo da lei (ex: “Lei de Biossegurança. Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam OGM. Cria o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS). Reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança (PNB).”).
- Finalmente, no terceiro campo estão apontadas quais leis ela altera/revoga e por quais leis ela é alterada. (ex: “ALTERA as Leis 6.938/1981; 10.165/2000 e 10.814/2003 e REVOGA a Lei 8.974/1995 e a MPV 2.191-9/2001. ALTERADA p/Lei 11.460/2007.”).

A ordem de apresentação das leis é por data da sanção, em ordem decrescente, de 31 de dezembro de 2014 (data-limite do levantamento realizado) até 1830.

O campo “Informações sobre o Conteúdo” busca dar ao leitor explicação sucinta sobre a lei. Algumas vezes, transcreve-se a ementa da lei. Na maior parte delas, entretanto, optou-se por descrever o conteúdo da lei de forma simplificada, tendo em vista que muitas ementas são demasiadamente longas e outras, ao expressarem, por exemplo, tão somente “Altera a lei nº xxx” nada trarão de significado para os objetivos deste trabalho. Assim, optou-se por dar, em poucas palavras, o sentido da lei, do que trata, por que está relacionada neste trabalho sobre agropecuária.

Nos casos em que determinada lei altera disposições de outra, sem dar-lhe nova redação, buscou-se apontar tal vinculação neste mesmo campo (na forma de “Ver lei nº xxx”), já que se optou por registrar nos campos “Altera as Normas” ou “Alterada pelas Normas” apenas as alterações formais, em que se dá nova redação ou se revoga dispositivo ou norma.

Em alguns casos, quando se tratam de leis de maior porte (em geral, as oriundas de medidas provisórias), que tratam de assuntos sobre outros setores, mas que incluem dispositivo sobre a agropecuária, procurou-se indicar, no campo “Informações sobre o Conteúdo” o número do artigo que apresenta vinculação com o setor agropecuário. Da mesma forma, considerando que algumas leis trazem disposições sobre variados assuntos do setor agropecuário, optou-se, nesses casos, por identificar em qual artigo da lei cada disposição é tratada.

A explicação acerca do conceito aqui utilizado de “Temas” encontra-se no capítulo a seguir, que os relaciona, identifica suas abreviaturas e a conceituação adotada. Cada lei pode estar classificada em mais de um tema. Muitas vezes, isto decorre do fato de que ela diz respeito, pela interligação entre os mesmos, a mais de um tema. Em outros casos, ocorre de a lei tratar de um tema específico, porém apresentar um ou mais artigos sobre outro tema.

É importante destacar que, não obstante os temas “meio ambiente” e “reforma agrária” não fazerem, no atual quadro de organização governamental, parte estrita da Política Agrícola, julgou-se oportuno – ainda que sujeitando-se a maior nível de erro ou omissão – contemplá-los nesse trabalho pela óbvia e expressiva vinculação que apresentam com as questões que envolvem a Política Agrícola.

Seção III – Legislação por tema da Política Agrícola

Esta Seção é composta por informações estritas por tema.

São um, dois ou três conjuntos de informação, conforme o caso, para cada tema.

No primeiro conjunto estão registradas (sob a mesma estrutura adotada na Seção II) as normas legais pertinentes ao tema. Constam ali o tipo de norma, o número e a data de sanção e a explicação sobre a lei.

Importante repetir que, dependendo da pertinência de seu conteúdo, uma mesma lei pode ser relacionada em mais de um tema ao longo da seção.

Para facilitar ao leitor – no caso das leis mais diversificadas, em geral as oriundas de medidas provisórias, que tratam, muitas vezes, de vários assuntos –, optou-se por suprimir as referências textuais concernentes a outros temas que não aquele que está sendo tratado, substituindo-as por três pontos entre parênteses (...).

Como exemplo, cita-se a Lei 10.823/2003, que é registrada na Seção II, com explicação completa, da seguinte forma:

LEI 10.823, de 19/12/2003

CR - SEGUR - AF

Institui a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural. Cria o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural. Modifica normas da repactuação das dívidas de Procera e Pronaf.

ALTERA a Lei 10.696/2003. **ALTERADA** p/LCP 137/2010.

Na Seção III, nos temas Agricultura Familiar e Crédito Rural, ela é registrada da seguinte forma:

LEI 10.823, de 19/12/2003

(...) Modifica normas da repactuação das dívidas de Procera e Pronaf.

ALTERA a Lei 10.696/2003. **ALTERADA** p/LCP 137/2010.

Na mesma Seção III, no tema Seguro Rural, ela é registrada assim:

LEI 10.823, de 19/12/2003

Institui a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural. Cria o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural. (...)

ALTERA a Lei 10.696/2003. **ALTERADA** p/LCP 137/2010.

No segundo conjunto de informações específicas, identificam-se, quando cabível, quais dispositivos da Lei Agrícola (Lei nº 8.171, de 1991) estão relacionados ao tema em análise.

No terceiro conjunto estão relacionados alguns dos principais decretos regulamentadores do tema em análise, com indicação de seu número, data e do que trata.

Diferente do observado na Seção II – na qual, inclusive para registro histórico, são citadas todas as normas, vigentes ou não, obtidas pela pesquisa –, quanto aos decretos, de um modo geral, somente são registrados aqueles em vigor. Optou-se, também, por somente registrar os decretos mais importantes, sob o aspecto de sua amplitude: deu-se preferência aos decretos de regulamentação das leis e àqueles que criam programas.

Vale notar que, no registro específico de alguns temas, por não haver informação a registrar, não há o segundo conjunto de informações, relativo à Lei Agrícola, enquanto em outros não há o terceiro, relativo aos decretos.

Finalmente, encerrando o conjunto de informações sobre cada tema, apresenta-se, à guisa de análise simplificada, breve apreciação sobre a legislação que rege, bem como apontam-se as principais normas que a compõem e, quando possível, traça-se um panorama das mudanças ocorridas ao longo do tempo no conjunto da legislação que rege o tema.

TEMAS DA LEGISLAÇÃO AGROPECUÁRIA

ABREVIATURAS E CONCEITOS

AF – AGRICULTURA FAMILIAR: comprehende as leis que contemplam, exclusivamente ou não, o segmento dos agricultores familiares e as políticas a eles direcionadas.

AIRR – ÁGUA E IRRIGAÇÃO: comprehende as leis que tratam de água, irrigação e combate à seca.

ATER – ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA: leis que tratam destes temas, vinculados à transferência de tecnologia, bem como aquelas vinculadas aos temas sociais do meio rural, inclusive “juventude rural”.

BBPI – BIOTECNOLOGIA, BIOSSEGURANÇA E PROPRIEDADE INTELECTUAL: nesse grupo estão contidas as leis que tratam desses temas, incluindo transgênicos/organismos geneticamente modificados, patentes e proteção de cultivares.

CAA – COMERCIALIZAÇÃO, ABASTECIMENTO E ARMAZENAGEM: grupo muito ligado à legislação sobre preços mínimos (que se constitui, neste trabalho, em tema exclusivo), comprehende as leis que tratam de aspectos concernentes à classificação e comercialização de produtos, gestão de estoques públicos e regulação do sistema de armazenagem, incluindo os programas de apoio à comercialização.

COOP – COOPERATIVISMO: leis sobre o sistema cooperativista vinculado às questões agropecuárias, inclusive o crédito cooperativo.

CR – CRÉDITO RURAL: comprehende as leis relativas à estruturação e operação do crédito rural, às suas fontes de recursos e as que tratam de endividamento e renegociação de dívidas agrícolas.

DAFI – DEFESA AGROPECUÁRIA, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO: aqui estão relacionadas as leis que tratam de defesa sanitária (animal e vegetal) e as que tratam da ação do Estado na inspeção e fiscalização de produtos e insumos para a agropecuária.

DR – DESENVOLVIMENTO REGIONAL: comprehende as leis relacionadas a programas regionais de desenvolvimento, incentivos fiscais regionais e programas de âmbito macrorregional com rebatimento no setor agropecuário.

EDUC – EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL: leis que normatizam programas de educação para a população rural.

ENERG – ENERGIA: leis que tratam de produção e distribuição de energia concernentes ao setor agropecuário e de políticas de etanol, biodiesel e eletrificação rural.

INSUM – INSUMOS, SERVIÇOS E MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA: leis que tratam, especificamente, de políticas de insumos e de prestação de serviços para a agropecuária e as que tratam sobre máquinas agrícolas.

MA – MEIO AMBIENTE: leis relativas ao meio ambiente com vinculação ao setor agropecuário.

HABIT – HABITAÇÃO RURAL: leis que normatizam programas relativos à habitação no meio rural.

HONOR – HONORÍFICAS – comprehende as leis honoríficas, que homenageiam cidades ou categorias profissionais, concedendo títulos e instituindo “dias”, relacionadas ao agronegócio.

OAP – ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: leis que tratam da organização do Estado, reformas administrativas, regulamentação de profissões, criação e extinção de órgãos e de empresas estatais relacionadas ao setor agropecuário. Neste tema estão relacionados os decretos regulamentadores referentes a estatutos e regimentos de órgãos.

PAEC&T – PESQUISA AGROPECUÁRIA, ENSINO AGRÍCOLA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: engloba as leis relacionadas ao desenvolvimento tecnológico e à pesquisa agropecuária, as que disciplinam o ensino em ciências agrárias e as que tratam de aspectos gerais de Ciência e Tecnologia para a agropecuária.

PESCA – PESCA: leis que tratam do setor pesqueiro e aquicultura.

PGPM – PREÇOS MÍNIMOS: comprehende as leis que regulam a Política de Garantia de Preços Mínimos.

POLEC – POLÍTICAS GERAIS E ECONOMIA: neste conjunto estão as leis que tratam de aspectos gerais da Política Agrícola, as que tratam de planos e medidas econômicas que afetam a agropecuária e as que não se enquadram em um tema específico, porém apresentam rebatimento no setor rural.

REFLOR – REFLORESTAMENTO E MANEJO FLORESTAL: neste tema estão relacionadas as normas relativas a florestas plantadas e manejo florestal. As normas relativas à exploração e preservação de florestas nativas encontram-se citadas no tema “Meio Ambiente”.

RA – REFORMA AGRÁRIA: compreende a legislação sobre terras, Direito Agrário, ITR, reforma agrária e temas correlatos.

SEGUR – SEGURO RURAL: leis relativas ao seguro agrícola, Proagro e Programa Garantia-Safra.

TPS – TRABALHO, PREVIDÊNCIA SOCIAL E SINDICALISMO: engloba leis relativas a esses aspectos no âmbito da temática rural.

TRIBUT – TRIBUTAÇÃO: leis relativas à tributação dos produtos agrícolas e do setor agropecuário como um todo, inclusive ITR.

PRODUTOS: nesse grupo estão relacionadas as leis concernentes, especificamente, a produtos (agricultura e pecuária). Alguns produtos (marcados com * na relação abaixo) por terem apenas uma ou duas leis destinadas a eles, não estão registrados em separado, senão que estão lançados, conforme o caso, em relações de “Outros Produtos Vegetais” ou “Outros animais e produtos animais”, que contêm, também, leis gerais sobre o respectivo subsetor.

PRODUTOS VEGETAIS

ALGODÃO
ARROZ
BAMBU (*)
CACAU
CAFÉ
CANA-DE-AÇÚCAR
CENTEIO (*)
COCO (*)
CUPUAÇU (*)
ERVA-MATE
FRUTAS: Citrus
FRUTAS: Outras frutas
FUMO (*)
GUARANÁ (*)
JUTA (*)
MANDIOCA
MILHO (*)
SERINGUEIRA: seringueira e borracha
SISAL (*)
TRIGO
UVA: uva e vinho
OUTROS PRODUTOS VEGETAIS

PRODUTOS ANIMAIS

APICULTURA (*)
BOVINOS
CARNE
EQUINOS
LEITE
OVINOS
OVOS (*)
SERICICULTURA (*)
SUÍNOS (*)
PECUÁRIA EM GERAL
OUTROS ANIMAIS E PRODUTOS ANIMAIS

No Anexo II está registrada a quantidade de cada tipo de norma por tema.

O Anexo III discrimina o número de decretos regulamentadores por tema.

SEÇÃO I
A CONSTITUIÇÃO FEDERAL
E O SETOR AGROPECUÁRIO

Em vários dispositivos a Constituição Federal trata de temas agrícolas e fundiários. Estabelece, assim, balizamentos para a sociedade e para a ação governamental nesses campos, orientada para a priorização ao pequeno agricultor e proteção do setor agrícola nacional, além de estabelecer novos parâmetros para a política fundiária.

Os principais itens a serem destacados, resumidamente, do texto constitucional, no que concerne à Política Agrícola e à reforma agrária, são:

TÍTULO II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º:

XVIII – estabelece que a criação de associações e de cooperativas independe de autorização e veda a interferência estatal em seu funcionamento.

XXII – é garantido o direito de propriedade;

XXIII – a propriedade atenderá a sua função social;

XXVI – estabelece que é impenhorável a pequena propriedade familiar e que a lei disporá sobre seu financiamento.

Capítulo II – Dos Direitos Sociais

Art. 7º: relaciona os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.

Art. 8º: disciplina a criação e o funcionamento das associações profissionais, das colônias de pescadores e dos sindicatos.

TÍTULO III – Da Organização do Estado

Capítulo II – Da União

Art. 20: estabelece que são bens da União:

I – os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II – as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

III – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II;

V – os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI – o mar territorial;

VII – os terrenos de marinha e seus acréscidos;

VIII – os potenciais de energia hidráulica;

IX – os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

X – as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

.....

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Art. 21: estabelece que compete à União:

XIX – instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;

XXIII, b): conceder permissão para comercialização e utilização de radioisótopos para pesquisas agrícolas, entre outras.

Art. 23: estabelece como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII – preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

XI – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.

Art. 24: estabelece que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Capítulo III – Dos Estados Federados

Art. 26: Estabelece que se incluem, entre os bens dos Estados, as águas superficiais ou subterrâneas, as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União e as terras devolutas não compreendidas entre as da União.

Capítulo VII – Da Administração Pública

Seção IV – Das Regiões

Art. 43, § 3º: estabelece que nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas, a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.

TÍTULO IV – Da Organização dos Poderes

Capítulo III – Do Poder Judiciário

Seção VIII – Dos Tribunais e Juízes dos Estados

Art. 126: estabelece que o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.

TÍTULO VI – Da Tributação e do Orçamento

Capítulo I – Do Sistema Tributário Nacional

Seção I – Dos Princípios Gerais

Art. 146, III, c): estabelece que cabe a lei complementar definir normas para o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

Seção III – Dos Impostos da União

Art. 153: estabelece que compete à União instituir impostos sobre:

VI – “propriedade territorial rural” (ITR).

§ 4º: estabelece que o ITR será:

I – progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas;

II – não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel;

III – será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

Seção VI – Da Repartição das Receitas Tributárias

Art. 158, II: estabelece que pertencem aos Municípios 50% do produto da arrecadação do ITR ou, ainda, 100%, no caso em que eles cobram o imposto.

Art. 159, I, c): viabiliza a criação dos Fundos Constitucionais, ao estabelecer que 3% do IPI e do IR serão destinados ao financiamento de atividades produtivas nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste (sendo, desta, metade no Semiárido).

TÍTULO VII – Da Ordem Econômica e Financeira

Capítulo I – Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica

Art. 170: inclui a “*função social da propriedade*” (III) e a “*defesa do meio ambiente*” (VI) como princípios a serem observados pela ordem econômica.

Art. 174, § 2º: estabelece que “*a Lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo*”.

Art. 176: estabelece que as jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo e pertencem à União. Assegura participação do proprietário do solo nos resultados da lavra.

Art. 177, § 4º: estabelece os requisitos a que deverá atender a lei que instituir a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE sobre combustíveis, inclusive álcool.

Capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária

Art. 184: estabelece que compete à União desapropriar imóveis para fins de Reforma Agrária e define as normas e critérios dessa desapropriação.

Art. 185: torna insuscetíveis de desapropriação a pequena e média propriedade rural e a propriedade produtiva.

Art. 186: estabelece os requisitos para atendimento da função social da propriedade.

Art. 187: estabelece que *a política agrícola será planejada e executada com a participação do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como os setores de comercialização, armazenamento e de transportes e que levará em conta, especialmente:*

I – os instrumentos creditícios e fiscais;

II – os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;

III – os incentivos à pesquisa e à tecnologia;

IV – a assistência técnica e extensão rural;

V – o seguro agrícola;

VI – o cooperativismo;

VII – a eletrificação rural e irrigação;

VIII – a habitação para o trabalhador rural.

§1º: inclui no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

§2º: estabelece que serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.

Art. 188: estabelece a compatibilização da destinação de terras públicas e devolutas com as políticas agrícola e agrária e define os limites para a alienação de terras públicas sem autorização legislativa.

Art. 189: estabelece que imóveis obtidos pela Reforma Agrária são inegociáveis por dez anos.

Art. 190: estabelece a necessidade de legislação normativa e restritiva da aquisição ou do arrendamento de terras por estrangeiros.

Art. 191: estabelece e disciplina a usucapião de terras rurais.

Capítulo IV – Do Sistema Financeiro Nacional

Art. 192: considera as cooperativas de crédito como integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

TÍTULO VIII – Da Ordem Social

Capítulo II – Da Seguridade Social

Seção I – Disposições Gerais

Art. 195, § 8º: estabelece que os produtores rurais e os pescadores artesanais, de economia familiar, contribuirão para a seguridade social por uma alíquota sobre a comercialização da produção e farão jus aos seus benefícios.

Seção III – Da Previdência Social

Art. 201, § 7º, II: estabelece redução de 5 anos, em relação aos demais trabalhadores, nos limites de idade para aposentadoria dos trabalhadores rurais, dos agricultores familiares e dos pescadores artesanais.

Art. 201, § 9º: assegura a contagem recíproca de tempo, rural e urbano, para fins de aposentadoria.

Capítulo IV – Da Ciência e Tecnologia

Art. 218: estabelece diretrizes sobre a Ciência e Tecnologia e sobre as atribuições do Estado neste campo.

Capítulo V – Da Comunicação Social

Art. 220, § 4º: estabelece que a propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais.

Capítulo VI – Do Meio Ambiente

Art. 225: estabelece diretrizes sobre o Meio Ambiente e sobre as atribuições do Poder Público neste campo.

Capítulo VIII – Dos Índios

Art. 231: estabelece os direitos dos índios, inclusive acerca de suas terras, as quais competirá à União demarcar e proteger.

TÍTULO IX – Das Disposições Constitucionais Gerais

Art. 243: estabelece que serão expropriadas e destinadas à reforma agrária as terras onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo.

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 10, § 2º: estabelece que, até ulterior disposição legal, a cobrança das contribuições para o custeio das atividades dos sindicatos rurais será feita juntamente com a do ITR, pelo mesmo órgão arrecadador.

Art. 10, § 3º: estabelece que “na primeira comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas pelo empregador rural, na forma do art. 233, após a promulgação da Constituição, será certificada perante a Justiça do Trabalho a regularidade do contrato e das atualizações das obrigações trabalhistas de todo o período”.

Art. 42: estabelece que, durante 25 anos a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação, 20% na Região Centro-Oeste e 50% na Região Nordeste, preferencialmente no Semiárido.

Art. 47: isenta os pequenos e médios produtores rurais do pagamento de correção monetária dos débitos decorrentes de empréstimos contraídos entre fevereiro de 1986 e dezembro de 1987.

Art. 50: estabelece que “*Lei agrícola a ser promulgada no prazo de um ano disporá, nos termos da Constituição, sobre os objetivos e instrumentos de política agrícola, prioridades, planejamento de safras, comercialização, abastecimento interno, mercado externo e instituição de crédito fundiário*”.

Art. 51: estabelece que serão “*revistos pelo Congresso Nacional, através de Comissão mista, nos três anos a contar da data da promulgação da Constituição, todas as doações, vendas e concessões de terras públicas com área superior a três mil hectares, realizadas no período de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987*”.

Art. 54: concede pensão aos seringueiros, recrutados ou voluntários, que atuaram na Região Amazônica durante a Segunda Guerra Mundial, no esforço de guerra de produção de borracha.

Art. 54-A: estabelece em R\$ 25 mil o valor da indenização aos seringueiros de que trata o Art. 54.

Art. 62: estabelece que será criado, por lei, o SENAR.

Art. 67: estabelece prazo de 5 anos para que a União conclua a demarcação das terras indígenas.

Art. 68: reconhece como de propriedade definitiva dos quilombolas as terras que ocupam.

SEÇÃO II

**LEIS E EQUIVALENTES
DO SETOR AGROPECUÁRIO
EM ORDEM CRONOLÓGICA**

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

2014

LEI 13.052, de 08/12/2014

MA

Determina que os animais apreendidos em infrações referentes a atividades lesivas ao meio ambiente sejam libertados em seu *habitat*.

ALTERA a Lei 9.605/1998.

LEI 13.043, de 13/11/2014

HABIT - CR - CANA - TRIBUT - RA

Art. 60: altera finalidades do Programa Nacional de Habitação Rural no âmbito do PMCMV. Art. 69: inclui investimentos no setor de armazenagem de açúcar como destinatários da subvenção econômica na forma de equalização de taxas de juros prevista na Lei 12.096/2009. Art. 82: isenta do ITR os imóveis rurais de remanescentes de quilombos.

ALTERA as Leis 9.393/1996; 11.775/2008; 11.977/2009 e 12.096/2009.

LEI 13.033, de 24/09/2014

ENERG - AF

Estabelece os percentuais de adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel. Estabelece que o biodiesel adicionado deva ser fabricado, preferencialmente, a partir de matérias-primas produzidas pela agricultura familiar. Autoriza a alteração do percentual mínimo e máximo de mistura de álcool na gasolina.

ALTERA as Leis 8.723/1993; 9.478/1997 e 11.097/2005.

LEI 13.026, de 03/09/2014

OAP - MA

Inclui cargos de pessoal do ICMBio na carreira de Especialista em Meio Ambiente.

ALTERA as Leis 10.410/2002 e 11.357/2006.

LCP 147, de 07/08/2014

TRIBUT - AF

Altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e inclui o produtor rural pessoa física e o agricultor familiar em várias de suas disposições.

ALTERA a LCP 123/2006.

LEI 13.014, de 21/07/2014

AF

Altera disposições dos Programas de Apoio à Conservação Ambiental e de Fomento às Atividades Produtivas Rurais para incluir o pagamento à mulher responsável pela unidade familiar.

ALTERA a Lei 12.512/2011.

LEI 13.005, de 25/06/2014

EDUC

Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), contemplando “as populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas”.

LEI 13.001, de 20/06/2014

HABIT - CR - RA - CAA - DR - CANA - AF - SEGUR - POLEC - DAFI

Arts. 1º e 2º: autorizam a liquidação, na forma do PNRH (do MCMV), de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária entre 1985 e 2013 para construção ou reforma de habitação (ver Lei 11.977/2009). Art. 3º: determina a remissão dos Créditos de Instalação com valores originais de até R\$ 10 mil concedidos no mesmo período. Art. 5º: estabelece que se aplica às operações não regularizadas decorrentes de Crédito de Instalação o disposto na Lei 10.522/2002 (Cadin). Art. 7º: determina a remissão de dívidas contratadas por meio de CPR, no âmbito do PAA, de valor original de até R\$ 2,5 mil. Art. 8º: autoriza a remissão ou a concessão de rebate (condicionado ao valor do saldo devedor) de dívidas do Procera. Art. 9º: autoriza a extinção do Fundo do Procera. Autoriza a concessão de Crédito de Instalação aos assentados da reforma agrária. Art. 10: introduz diversas alterações na Lei da Reforma Agrária, como Concessão Real de Uso, limites de área para os lotes a distribuir na reforma agrária e outras. Art. 11: inclui as dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritas em Dívida Ativa, na possibilidade de liquidação ou renegociação estabelecida na Lei 11.775/2008 e define desconto de liquidação ou renegociação das dívidas de Prodecer. Art. 14: inclui, na Lei 12.844/2013, autorização para a liquidação ou renegociação de dívidas inscritas em Dívida Ativa oriundas de operações com produtores vinculados ao Projeto Abraham Lincoln (Pacal), no Pará. Art. 16: prorroga os prazos para liquidação ou renegociação de dívidas na área da Sudene e da Sudam previstos na Lei 12.844/2013. Art. 17: autoriza a Conab a renegociar e prorrogar operações com CPR no âmbito do PAA. Art. 18: isenta o agricultor familiar do pagamento de Taxa de Fiscalização Sanitária. Art. 19: altera o prazo e retira o limite de quantidade relativamente à autorização para que a Conab compre milho e o venda a pequenos criadores da área da Sudene. Arts. 21 e 22: autoriza o Incra a alienar e a doar imóveis. Art. 24: autoriza a instituição de seguro a ser utilizado nas operações do Banco da Terra. Art. 25: autoriza o aumento da quantidade de arroz a ser doada a diversos países (ver Lei 12.429/2011). Art. 27: exclui da proibição de desmembramento inferior ao módulo diversos tipos de imóveis, inclusive os dos agricultores familiares. Art. 28: abre aos estados, quando credenciados pelo Ministério da Agricultura, a possibilidade de realizar o registro e a fiscalização de bebidas.

ALTERA as Leis 5.868/1972; 8.629/1993; 8.918/1994; 9.782/1999; 10.696/2003; 11.775/2008; 12.429/2011; 12.806/2013 e 12.844/2013.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 13.000, de 18/06/2014

CR - CAA

Art. 1º: prorroga o prazo para concessão da subvenção econômica por equalização de juros para diversas atividades, inclusive a investimentos no setor de armazenagem nacional de grãos. Amplia a dotação total para essa subvenção.
ALTERA a Lei 12.096/2009.

LEI 12.999, de 18/06/2014

SEGUR - AF - CANA

Art. 1º: autoriza o pagamento adicional ao Benefício Garantia-Safra em caráter excepcional para a safra 2012/2013. Art. 10: autoriza a concessão de subvenção aos produtores independentes de cana-de-açúcar afetados pela estiagem na safra 2012/2013 na região Nordeste e no estado do Rio de Janeiro.

LEI 12.995, de 18/06/2014

DR

Art. 1º: prorroga os prazos e os percentuais de destinação de recursos de incentivos fiscais originalmente destinados ao PIN e ao Proterra. Art. 2º: prorroga o prazo de opção para aplicação de imposto de renda no Finor e no Finam.

ALTERA as Leis 8.167/1991 e 12.546/2011.

LEI 12.975, de 19/05/2014

HONOR

Declara como “raça nacional” a raça de cavalos manga-larga marchador.

LCP 145, de 15/05/2014

RA - CR

Altera prazos de pagamento, encargos e outras disposições do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra.

ALTERA a LCP 93/1998.

LEI 12.973, de 13/05/2014

EQUINO

Art. 115: dispõe sobre a renegociação das dívidas decorrentes da contribuição devida à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCN). Ver Leis 7.291/1984 e 12.865/2013.

LEI 12.972, de 09/05/2014

HONOR

Confere ao município de Abelardo Luz – SC o título de “Capital Nacional da Semente de Soja”.

LEI 12.960, de 27/03/2014

EDUC

Introduz condicionantes para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

ALTERA a Lei 9.394/1996.

LEI 12.959, de 19/03/2014

UVA

Altera a Lei do Vinho para tipificar o vinho produzido por agricultores familiares.

ALTERA a Lei 7.678/1988.

LEI 12.954, de 05/02/2014

OAP - PAEC & T

Cria o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia.

ALTERA a Lei 10.683/2003.

2013

LEI 12.897, de 18/12/2013

OAP - ATER

Autoriza a instituição da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).

LEI 12.892, de 13/12/2013

HONOR

Declara Chico Mendes como Patrono do Meio Ambiente Brasileiro.

LEI 12.890, de 10/12/2013

INSUM - DAFI

Inclui os remineralizadores como categoria de insumo destinado à agricultura.

ALTERA a Lei 6.894/1980.

LEI 12.873, de 24/10/2013

CAA - TPS - CR - RA - AIRR - PESCA - DAFI - COOP - PGPM

Art. 1º: autoriza a Conab a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Lei nº 12.462/2011) para contratar obras de unidades armazenadoras. Arts. 4º e 5º: alterações na Previdência Social. Art. 8º: altera o PAA e o autoriza a vender produtos destinados à alimentação animal. Arts. 9º e 10: novas disposições sobre os financiamentos e registros cartorários do Banco da Terra (LCP nº 93/1998). Arts. 11 a 16: instituem o Programa Cisternas. Arts. 17 e 18: alteram prazos do penhor rural. Art. 22: normatiza a comprovação de atividade rural por pessoa jurídica que pretenda recuperação judicial. Art. 50: dispõe sobre a liquidação de dívidas originárias de perdas na armazenagem de produtos da PGPM sob gestão da Conab. Art. 51: autoriza a ampliação do desconto na tarifa de energia elétrica para irrigação e aquicultura. Arts. 52 a 54: autorizam o Poder Executivo a declarar estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária. Art. 55: isenta do IR a entidade central das cooperativas de crédito e dos bancos cooperativos.

ALTERA as Leis 8.212/1991; 8.213/1991; 8.666/1993; 9.430/1996; 10.406/2002; 10.438/2002; 11.101/2005; 12.096/2009; 12.512/2011 e o DEL 167/1967.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 12.872, de 24/10/2013

CR - CANA

Art. 12: amplia para toda a área da Sudene as possibilidades de rebate na liquidação de dívidas e de renegociação previstas na Lei 12.844/2013, sob condições. Art. 13: renova a suspensão da execução fiscal de débitos em Dívida Ativa de produtores vinculados ao Projeto Abraham Lincoln (Pacal), no estado do Pará. Ver Lei 12.678/2012.

ALTERA as Leis 12.249/2010 e 12.844/2013.

LEI 12.870, de 15/10/2013

OAP

Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro.

LEI 12.865, de 09/10/2013

CR - CANA - TRIBUT - INSUM - TPS

Art. 1º: autoriza a concessão de subvenção extraordinária aos produtores independentes de cana-de-açúcar do Nordeste relativamente à safra 2011/2012. Art. 5º: amplia a concessão de subvenção à estocagem de álcool prevista na Lei 12.666/2012 para a renovação e ampliação de canaviais. Art. 33: reduz PIS/Pasep e Cofins de cerealistas por alteração na Lei 10.925/2004. Art. 34: inclui outros insumos vegetais na lista de suspensão de pagamento de PIS/Pasep e Cofins constante da Lei 12.350/2010. Art. 38: extingue obrigação estatuída em lei de 1965 relativamente à aplicação obrigatória de recursos (percentuais sobre preço dos produtos) em benefício dos trabalhadores do setor canavieiro.

ALTERA a Leis 4.870/1965; 10.925/2004; 12.350/2010; 12.546/2011 e 12.666/2012.

LEI 12.855, de 02/09/2013

OAP - DAFI

Institui indenização (por dia) aos fiscais agropecuários por exercício de atividades em localidades de fronteira.

LEI 12.854, de 26/08/2013

REFLOR

Fomenta e incentiva a promoção de recuperação florestal e implantação de sistemas agroflorestais em áreas desapropriadas e em áreas degradadas.

LEI 12.852, de 05/08/2013

ATER

Institui o Estatuto da Juventude; os arts. 15 e 36 trazem disposições sobre “jovem rural”.

LEI 12.849, de 02/08/2013

SERING

Torna obrigatória a gravação de advertência na embalagem quando os produtos contiverem látex natural.

LEI 12.844, de 19/07/2013

SEGUR - AF - CAA - CR - TRIBUT - CANA

Art. 1º: autoriza o pagamento adicional ao Benefício Garantia-Safra em caráter excepcional para a safra 2011/2012. Art. 4º: autoriza a Conab a doar milho aos governos estaduais para venda a pequenos criadores localizados em municípios em calamidade pública na área da Sudene. Art. 8º: autoriza rebate na liquidação de operações (de diversas fontes) relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Sudene. Art. 9º: autoriza instituição de linha de crédito com recursos do FNE e do FNO para liquidação de operações de crédito de todas as fontes. Art. 10: autoriza renegociação de todas as operações de crédito rural contratadas a partir de 2007 que estavam inadimplentes em dezembro de 2011. Art. 29: altera PIS/Pasep e Cofins na venda de cana-de-açúcar. Art. 35: altera disposições do Programa de Apoio à Conservação e Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

ALTERA as Leis 11.727/2008; 12.512/2011 e 12.716/2012. ALTERADA p/Leis 12.872/2013 e 13.001/2014 .

LEI 12.839, de 09/07/2013

TRIBUT

Art. 1º: inclui carnes, produtos de origem animal e diversos outros produtos agrícolas no rol de itens com alíquota zero de PIS/Pasep e Cofins determinado pela Lei 10.925/2004. Altera aplicação dessas contribuições. Art. 5º: suspende o pagamento dessas contribuições na venda de animais vivos.

ALTERA as Leis 10.925/2004 e 12.058/2009.

LEI 12.834, de 20/06/2013

FRUTAS

Autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju).

LEI 12.833, de 20/06/2013

CR

Amplia para os contratos firmados até 31/12/2013 a possibilidade de terem equalização das taxas de juros quando em municípios atingidos por desastres, conforme estabelecido na Lei 12.409/2011.

ALTERA as Leis 12.409/2011 e 12.597/2012.

LEI 12.820, de 05/06/2013

HONOR

Institui o Dia Nacional do Engenheiro de Pesca.

LEI 12.816, de 05/06/2013

PAEC&T

Altera o Pronatec. Considera os serviços nacionais de aprendizagem como integrantes do sistema federal de ensino e os autoriza a criar instituições de educação profissional de nível médio e superior.

ALTERA a Lei 12.513/2011.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 12.814, de 16/05/2013

CR

Art. 3º: altera normas da subvenção por equalização de juros para mutuários localizados em municípios atingidos por desastres naturais prevista na Lei 12.409/2011.

ALTERA a Lei 12.409/2011.

LEI 12.810, de 15/05/2013

TRIBUT - MA - CR - POLEC

Art. 14: isenta de PIS/Pasep e Cofins as instituições financeiras públicas que receberem doações para promoção da conservação e uso sustentável dos biomas previstas na Lei 11.828/2008. Art. 20: autoriza as instituições financeiras públicas federais a atuar no PNMPO em operações de microcrédito. Considera as operações de microcrédito produtivo rural efetuadas no âmbito do Pronaf como microcrédito produtivo orientado, integrante do PNMPO.

ALTERA as Leis 6.015/1973; 11.110/2005 e 11.828/2008.

LEI 12.808, de 08/05/2013

OAP - RA

Dispõe sobre a remuneração do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Incra.

ALTERA a Lei 11.090/2005.

LEI 12.806, de 07/05/2013

SEGUR - AF - CAA

Autoriza que, excepcionalmente para a safra 2011/2012, seja pago um valor adicional pelo Benefício Garantia-Safra a agricultores. Excepcionalmente na safra 2012/2013, isenta os agricultores da adesão antes da safra para recebimento do benefício. Autoriza a Conab a adquirir milho para venda direta a pequenos criadores localizados na área de atuação da Sudene. Revoga a proibição de adesão ao Garantia-Safra aos que irrigam a lavoura.

ALTERA a Lei 10.420/2002. ALTERADA p/Lei 13.001/2014.

LEI 12.805, de 29/04/2013

POLEC

Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.

ALTERA a Lei 8.171/1991.

LEI 12.794, de 02/04/2013

TRIBUT - INSUM

Arts. 5º a 11: instituem o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes (Reif).

LEI 12.793, de 02/04/2013

CR - DR

Art. 1º: autoriza subvenção econômica, na forma de equalização de taxas de juros, nas operações de crédito de investimento também no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Arts. 3º a 5º: atribuem ao CMN a definição de encargos financeiros e bônus de adimplência para os financiamentos com recursos do FNO, FNE e FCO e estabelecem outras disposições relativas aos Fundos Constitucionais.

ALTERA as Leis 7.827/1989; 10.177/2001 e 12.712/2012.

LEI 12.788, de 14/01/2013

CR

Art. 9º: altera os termos da renegociação ou liquidação de débitos na Dívida Ativa previstas na Lei 11.775/2008. Idem em relação aos débitos do Prodecer inscritos ou não em Dívida Ativa.

ALTERA a Lei 11.775/2008.

LEI 12.787, de 11/01/2013

AIRR

Institui a Política Nacional de Irrigação.

REVOGA as Leis 6.662/1979 e 8.657/1993 e os DELs 2.032/1983 e 2.369/1987.

2012

LEI 12.778, de 28/12/2012

OAP - DAFI - MA

Dispõe sobre a remuneração de cargos técnicos da Fiscalização Federal Agropecuária, da carreira de Especialista em Meio Ambiente e do Plano de Cargos do MMA e do Ibama.

ALTERA as Leis 10.410/2002; 10.484/2002; 11.090/2005; 11.156/2005; 11.344/2006 e 11.357/2006.

LEI 12.775, de 28/12/2012

OAP - DAFI

Dispõe sobre a remuneração da carreira de Fiscal Federal Agropecuário.

ALTERA a Lei 10.883/2004.

LEI 12.766, de 27/12/2012

SEGUR - AF - TRIBUT - TRIGO

Art. 6º: altera o Garantia-Safra, ampliando o número de beneficiários potenciais ao incluir outras áreas do país que não as originalmente definidas. Art. 9º: amplia o prazo de redução de PIS/Cofins sobre o trigo e farinhas. Ver Lei 12.839/2013.

ALTERA as Leis 10.420/2002 e 10.925/2004.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 12.730, de 14/11/2012

DAFI - INSUM

Amplia para 10 anos o prazo de validade da licença de comercialização de produtos de uso veterinário.

ALTERA o DEL 467/1969.

LEI 12.727, de 17/10/2012

MA

Introduz diversas alterações no novo Código Florestal.

ALTERA a Lei 12.651/2012.

LEI 12.725, de 16/10/2012

POLEC

Dispõe sobre o controle da fauna nas imediações dos aeródromos.

LEI 12.724, de 16/10/2012

HONOR

Confere ao município de Sorriso – MT o título de “Capital Nacional do Agronegócio”.

LEI 12.719, de 26/09/2012

OAP - UVA

Altera a regulamentação da profissão de enólogo.

ALTERA a Lei 11.476/2007.

LEI 12.716, de 21/09/2012

CR - DR

Art. 1º: autoriza a instituição de linhas de crédito nos Fundos Constitucionais para produtores em municípios em situação de calamidade pública. Art. 2º: cria ouvidorias para assuntos dos Fundos Constitucionais nas Superintendências de Desenvolvimento Regionais. Art. 3º: retira a equivalência-produto dos contratos de crédito rural assinados a partir de 01/08/2007. Art. 4º: amplia para o comércio e serviços os beneficiários dos Fundos Constitucionais. Art. 5º: autoriza a criação de linha de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais, para a liquidação de operações inadimplentes de qualquer fonte, mediante condições. Art. 6º: autoriza medidas de estímulo à liquidação de operações do Prodecer Fase II, do Profir e do Provárzeas.

ALTERA as Leis 7.827/1989; 10.177/2001; 11.524/2007 e 11.775/2008. ALTERADA p/Lei 12.844/2013.

LEI 12.715, de 17/09/2012

TRIBUT - ENERG

Art. 55: disposições tributárias relativas à venda de matéria-prima *in natura* de origem vegetal destinada à produção de biodiesel.

ALTERA a Lei 12.546/2011.

LEI 12.712, de 30/08/2012

CR - DR - CANA - PESCA - SEGUR

Art. 4º: inclui diversos setores do agronegócio no rol dos beneficiados por subvenção econômica por equalização de taxa de juros e bônus de adimplência prevista na Lei 11.529/2007. Arts. 5º e 6º: alteram dispositivos relativos aos Fundos de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia. Art. 12: altera dispositivos da “Lei do Bem” (Lei 11.196/2005) relativos a incentivos em áreas da Sudam e da Sudene. Art. 13: autoriza subvenção econômica por equalização de taxas de juros no âmbito dos FDNE e FDA. Art. 20: amplia para o Espírito Santo a subvenção econômica prevista na Lei 12.666/2012 aos produtores de cana-de-açúcar. Art. 25: altera o Profrota Pesqueira. Art. 37: autoriza a criação de empresa pública – Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) – para administrar fundos de cobertura suplementar dos riscos do seguro rural.

ALTERA as Leis 10.849/2004; 11.196/2005; 11.529/2007; 12.666/2012 e as MPVs 2.156-5/2001 e 2.157-5/2001. ALTERADA p/Lei 12.793/2013.

LEI 12.702, de 07/08/2012

OAP - PAEC&T - RA - DAFI

Arts. 1º e 2º: instituem gratificação aos servidores do Inmet e da Ceplac. Art. 6º: inclui a Ceplac e o Inmet no rol de órgãos componentes do plano de carreira integrante da área de Ciência e Tecnologia. Arts. 7º a 10: estabelecem normas de remuneração das carreiras de Ciência e Tecnologia. Arts. 64 e 71: alteram a gratificação dos Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, dos Agentes de Atividades Agropecuárias e dos Peritos Federais Agrários.

ALTERA as Leis 8.691/1993; 10.484/2002 e 10.550/2002.

LEI 12.695, de 25/07/2012

EDUC

Art. 13: inclui a educação no campo (com formação por alternância) entre os programas a serem contemplados com recursos do Fundeb.

ALTERA a Lei 11.494/2007.

LEI 12.693, de 24/07/2012

CR

Art. 1º: amplia prazo da subvenção econômica por equalização de taxas de juros em operações contratadas em municípios atingidos por desastres naturais.

ALTERA a Lei 12.409/2011.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 12.689, de 19/07/2012

DAFI - INSUM

Estabelece o medicamento genérico de uso veterinário e introduz diversas alterações na regulamentação da produção e do registro de medicamentos veterinários.

ALTERA o DEL 467/1969.

LEI 12.688, de 18/07/2012

CAA - POLEC

Art. 27: altera o prazo da autorização de doação de alimentos a vários países.

ALTERA a Lei 12.429/2011.

LEI 12.678, de 25/06/2012

CR - CANA

Art. 20: prorroga o prazo de suspensão da execução fiscal de débitos em Dívida Ativa de produtores vinculados ao Projeto Abraham Lincoln (Pacal), no Pará. Ver Lei 12.872/2013.

ALTERA a Lei 12.249/2010.

LEI 12.669, de 19/06/2012

CAA - LEITE

Obriga os laticínios a informarem com antecedência o preço pago pelo leite.

LEI 12.666, de 14/06/2012

CR - ENERG - CANA

Art. 2º: autoriza subvenção econômica por equalização de taxas de juros nos financiamentos para estocagem de álcool. Art. 5º: altera medidas econômicas relativas à política do álcool. Art. 6º: autoriza, para a safra 2010/2011, subvenção econômica aos produtores de cana-de-açúcar do Nordeste e do Rio de Janeiro.

ALTERA a Lei 10.453/2002. ALTERADA p/Leis 12.712/2012 e 12.865/2013.

LEI 12.655, de 30/05/2012

TRIBUT - LEITE

Reduz a zero a alíquota de PIS/Pasep e Cofins de tipos de queijos e massas.

ALTERA a Lei 10.925/2004.

LEI 12.652, de 25/05/2012

OAP

Autoriza o Ibama e o ICMBio a prorrogarem contratos de trabalho temporários.

ALTERA a Lei 12.337/2010.

LEI 12.651, de 25/05/2012

MA

Novo Código Florestal.

ALTERA as Leis 6.938/1981; 9.393/1996 e 11.428/2006 e REVOGA as Leis 4.771/1965 e 7.754/1989 e a MPV 2.166-67/2001. ALTERADA p/Lei 12.727/2012.

LEI 12.643, de 15/05/2012

HONOR - REFLOR

Institui o Dia Nacional da Silvicultura.

LEI 12.635, de 14/05/2012

HONOR - SUÍNO

Institui o Dia Nacional do Suinocultor.

LEI 12.633, de 14/05/2012

HONOR - MA

Institui o Dia Nacional da Educação Ambiental.

LEI 12.620, de 08/05/2012

HONOR - COOP

Institui o Dia Nacional do Cooperativismo de Crédito.

LEI 12.599, de 23/03/2012

CR - RA - AF

Art. 21: amplia a data limite dos contratos passíveis de liquidação (Lei 11.322/2006) na área de atuação da Adene e do Grupo B do Pronaf (área dos Fundos Constitucionais ou com recursos da União) e suspende as execuções judiciais. Art. 22: autoriza a individualização dos contratos dos Grupos A, A/C e B do Pronaf e do Banco da Terra. Art. 23: amplia prazo de renegociação relativa ao Banco da Terra e do Programa Cédula Rural (ver LPL 93/1998).

ALTERA as Leis 11.775/2008 e 12.249/2010.

LEI 12.597, de 21/03/2012

CR

Transfere ao Poder Executivo federal o reconhecimento de “situação de emergência” ou “estado de calamidade pública” para a concessão de subvenção econômica por equalização de taxas de juros a produtores localizados em municípios atingidos por desastres naturais. Ver Lei 12.453/2011.

ALTERA a Lei 12.409/2011. ALTERADA p/Lei 12.833/2013.

2011

LEI 12.548, de 15/12/2011

CR

Altera disposições (sobre juros, multa e parcelamento) relativas aos débitos passíveis de cobrança em Dívida Ativa.

ALTERA a Lei 10.522/2002.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 12.546, de 14/12/2011

TRIBUT - EQUINO - ENERG

Art. 23: altera o cálculo da contribuição devida à CCCCN. Art. 47: altera a cobrança de PIS/Pasep e Cofins na aquisição de matérias-primas utilizadas na produção de biodiesel.

ALTERA a Lei 7.291/1984. **ALTERADA** p/Leis 12.715/2012; 12.865/2013 e 12.995/2014.

LEI 12.545, de 14/12/2011

TRIBUT - INSUM

Art. 9º: inclui empresas dos setores de fertilizantes e defensivos no rol daquelas beneficiadas por subvenção econômica por equalização de taxa de juros e bônus de adimplência prevista na Lei 11.529/2007.

ALTERA a Lei 11.529/2007.

LCP 140, de 08/12/2011

OAP - MA

Fixa normas para a cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios para o exercício da competência comum na preservação do meio ambiente. Descentraliza algumas ações de licenciamento e fiscalização ambiental.

ALTERA a Lei 6.938/1981.

LEI 12.533, de 02/12/2011

HONOR - MA

Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Mudanças Climáticas.

LEI 12.531, de 02/12/2011

HONOR - PESCA

Institui o Dia Nacional da Aquicultura.

LEI 12.513, de 26/10/2011

PAEC&T - EDUC

Art. 2º: institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), contemplando também agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, além de povos indígenas e comunidades quilombolas.

ALTERADA p/Lei 12.816/2013.

LEI 12.512, de 14/10/2011

AF - CAA

Arts. 1º a 15: instituem os programas de Apoio à Conservação Ambiental e de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Art. 16: altera o PAA, estabelecendo normas de aquisição junto a agricultores familiares. Art. 17: autoriza os poderes executivos a adquirirem, sem licitação, alimentos produzidos por agricultores familiares. Arts. 18 a 23: autorizam que o PAA adquira alimentos para formação de estoques ou para doação a pessoas em situação de insegurança alimentar; autorizam a descentralização da execução do PAA aos estados e municípios. Art. 24: estabelece que os Concessas são instâncias de controle e participação social do PAA. Art. 33: altera finalidades do PAA. Art. 39: altera disposições sobre os beneficiários da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326/2006).

ALTERA as Leis 10.696/2003 e 11.326/2006. **ALTERADA** p/Leis 12.844/2013; 12.873/2013 e 13.014/2014.

LEI 12.500, de 04/10/2011

HONOR - INSUM

Institui o Dia Nacional do Distribuidor de Insumo Agrícola e Veterinário.

LEI 12.490, de 16/09/2011

ENERG - CR - CANA

Introduz dispositivos na lei que regula a matriz energética brasileira no que concerne aos biocombustíveis. Autoriza o Poder Executivo a alterar o percentual de álcool na gasolina. Altera dispositivo relativo à subvenção aos produtores independentes de cana-de-açúcar do Nordeste.

ALTERA as Leis 8.723/1993; 9.478/1997 e 12.249/2010.

LEI 12.489, de 15/09/2011

HONOR - PECUÁR

Confere ao município de Barretos – SP o título de Capital Nacional do Rodeio.

LEI 12.484, de 08/09/2011

BAMBU

Institui a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu.

LEI 12.453, de 21/07/2011

CR

Altera o prazo (data de contratação com o BNDES) das operações passíveis de terem taxas de juros equalizadas em municípios atingidos por desastres naturais. Suspende as exigências de regularidade fiscal para novas contratações e renegociações em áreas onde ocorreram desastres naturais desde 01/01/2010.

ALTERA a Lei 12.409/2011.

LEI 12.447, de 15/07/2011

HONOR - SERING

Inscreve o nome do grupo Seringueiros Soldados da Borracha no Livro dos Heróis da Pátria.

LEI 12.429, de 20/06/2011

CAA - POLEC

Autoriza a doação de alimentos para diversos países por intermédio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), mediante termo firmado com a Conab.

ALTERADA p/Leis 12.688/2012 e 13.001/2014.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 12.428 , de 17/06/2011	HONOR
Confere ao município de Holambra – SP o título de “Capital Nacional das Flores”.	
LEI 12.424 , de 16/06/2011	HABIT
Altera o Programa Minha Casa, Minha Vida, inclusive no que se refere ao PNHR.	
ALTERA a Lei 11.977/2009.	
LEI 12.409 , de 25/05/2011	CR
Art. 4º: autoriza subvenção ao BNDES para equalização de juros em operações com produtores localizados em municípios atingidos por desastres naturais.	
ALTERADA p/Leis 12.453/2011; 12.597/2012; 12.693/2012; 12.814/2013 e 12.833/2013.	
LEI 12.389 , de 03/03/2011	HONOR - INSUM
Institui o Dia Nacional do Calcário Agrícola.	
LEI 12.386 , de 03/03/2011	HONOR - ATER
Institui o Dia Nacional do Extensionista Rural.	
LEI 12.383 , de 01/03/2011	OAP - PAEC&T
Altera a lei de criação da Embrapa para autorizar que ela exerça atividades fora do Brasil.	
ALTERA a Lei 5.851/1972.	
LEI 12.380 , de 10/01/2011	CR
Altera a renegociação de dívidas de crédito rural de diversas fontes, antes autorizada pela Lei 11.775/2008.	
ALTERA a Lei 11.775/2008.	
2010	
LEI 12.350 , de 20/12/2010	TRIBUT
Arts. 54 em diante: suspendem o pagamento de PIS/Pasep e Cofins sobre a venda de diversos produtos e insumos de interesse da agropecuária.	
ALTERADA p/Lei 12.865/2013.	
LEI 12.341 , de 01/12/2010	DAFI
Estabelece que os produtos animais e vegetais apreendidos pela fiscalização serão destinados aos programas de combate à fome.	
ALTERA as Leis 7.889/1989 e 9.972/2000.	
LEI 12.340 , de 01/12/2010	CAA - POLEC
Art. 16: autoriza a doação de alimentos dos estoques públicos também para as populações atingidas por desastres.	
ALTERA a Lei 9.077/1995.	
LEI 12.320 , de 06/09/2010	DAFI - UVA
Altera a Lei do Vinho, dando novo conceito para “vinho composto”. Ver Lei 10.970/2004.	
ALTERA a Lei 7.678/1988.	
LCP 137 , de 26/08/2010	SEGUR
Autoriza a União a participar de fundo para cobertura suplementar dos riscos do seguro rural (Fundo de Catástrofes).	
Altera dispositivos da lei do seguro rural (Lei 10.823/2003). Altera a Lei da Política de Resseguro (LCP 126/2007).	
Altera a lei dos seguros privados (DEL 73/1966).	
ALTERA a Lei 10.823/2003; a LCP 126/2007 e os DELs 73/1966 e 261/1967.	
LEI 12.316 , de 26/08/2010	HONOR - DAFI
Institui o Dia Nacional do Fiscal Federal Agropecuário.	
LEI 12.314 , de 19/08/2010	OAP - RA
Altera a estrutura do MDA, criando uma secretaria para supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal. Ver Lei 11.952/2009.	
ALTERA a Lei 10.683/2003.	
LEI 12.312 , de 19/08/2010	OAP - DAFI
Cria cargos de Técnicos de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório no Ministério da Agricultura. Ver Lei 11.344/2006.	
LEI 12.310 , de 19/08/2010	RA
Autoriza a União a doar áreas de domínio federal para o estado do Mato Grosso para conservação ambiental, assentamento, colonização ou regularização fundiária.	

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 12.305, de 02/08/2010

MA

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

ALTERA a Lei 9.605/1998.

LEI 12.277, de 30/06/2010

OAP - DAFI

Arts. 5º a 7º: alteram a remuneração dos fiscais agropecuários.

ALTERA as Leis 10.484/2002; 11.090/2005 e 11.344/2006.

LEI 12.270, de 24/06/2010

BBPI

Dispõe sobre medidas de suspensão de direitos de propriedade intelectual em casos de descumprimento de obrigações do Acordo da OMC, inclusive a proteção de cultivares ou de variedades vegetais.

LEI 12.249, de 11/06/2010

HABIT - CR - AF - RA - CANA

Art. 56: altera o PNHR no âmbito do PMCMV. Art. 69: dispõe sobre a remissão de dívidas de crédito rural na região Nordeste (ver Lei 11.322/2006). Art. 70: autoriza rebate para liquidação de dívidas renegociadas nas condições das Leis 11.322/2006 e 11.175/2008 na região Nordeste. Art. 72: autoriza a remissão de dívidas do Grupo B do Pronaf com valor original de até R\$ 1 mil. Autoriza o rebate de 60% para as demais dívidas (ver Lei 12.599/2012). Art. 74: altera as normas dos financiamentos dos Fundos Constitucionais aos assentados, colonos e beneficiários do Fundo de Terras. Art. 75: considera como destinados ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) os recursos do Orçamento da União ou dos Fundos Constitucionais alocados no âmbito do Pronaf. Arts. 131 e 132: autorizam a concessão de subvenção a produtores de cana-de-açúcar do Nordeste (ver Lei 12.490/2011). Art. 138: altera a renegociação de dívidas ao amparo da Lei 11.775/2008.

ALTERA as Leis 9.126/1995; 11.110/2005; 11.775/2008 e 11.977/2009. ALTERADA p/Leis 12.490/2011; 12.599/2012; 12.678/2012 e 12.872/2013.

LEI 12.238, de 19/05/2010

HONOR

Confere ao município de Ipê – RS o título de “Capital Nacional da Agricultura Ecológica”.

LEI 12.221, de 12/04/2010

HONOR

Cria a comenda Antônio Ernesto Werna de Salvo.

LEI 12.205, de 19/01/2010

HONOR - COOP

Confere ao município de Nova Petrópolis – RS o título de “Capital Nacional do Cooperativismo”.

LEI 12.196, de 14/01/2010

AIRR - OAP - DR

Amplia a área de atuação da Codevasf para os vales dos rios Itapecuru e Mearim (PE). Ver Lei 12.040/2009.

ALTERA a Lei 6.088/1974.

LEI 12.188, de 11/01/2010

ATER - RA

Institui a Política Nacional de ATER para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e o Programa Nacional de ATER na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater), sob supervisão do MDA.

ALTERA a Lei 8.666/1993.

2009

LEI 12.187, de 29/12/2009

MA

Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Prevê a criação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE).

LEI 12.155, de 23/12/2009

EDUC

Autoriza o FNDE a conceder bolsas para alunos e professores vinculados a projetos de ensino e extensão voltados a populações indígenas, quilombolas e do campo.

LEI 12.114, de 09/12/2009

MA

Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, destinando-lhe recursos decorrentes da exploração do petróleo.

ALTERA a Lei 9.478/1997.

LEI 12.097, de 24/11/2009

BOVINO

Dispõe sobre o conceito e a aplicação de rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e bubalinos.

LEI 12.087, de 11/11/2009

SEGUR - CR - COOP

Art. 8º: autoriza a União a participar de fundos garantidores do risco de crédito de investimento com cooperativas e produtores rurais. Art. 12: cria o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Crédito.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 12.081 , de 29/10/2009	HONOR
Confere ao município de Não-Me-Toque – RS o título de “Capital Nacional da Agricultura de Precisão”.	
LEI 12.077 , de 29/10/2009	HONOR
Institui o Dia Nacional da Alimentação.	
LEI 12.058 , de 13/10/2009	CR - SEGUR - AIRR - COOP - AF - CAA - TRIBUT - OAP
Arts. 21 e 22: alteram disposições da Lei 11.775/2008, que trata de renegociação de dívidas do crédito rural de várias fontes de recursos. Art. 23: autoriza o CMN a estabelecer critérios adicionais de enquadramento dos agricultores familiares e criar linhas de crédito para cooperativas e associações dessa categoria. Art. 25: prevê a concessão de subvenção econômica (Lei 8.427/1992) a cooperativas e, na forma de bônus e outras, nos financiamentos do Pronaf. Altera disposições do Proagro (Lei 8.171/1991) e cria o Proagro Mais. Art. 26: autoriza a Conab a doar 70 mil toneladas de feijão dos estoques aos programas que atendem populações em situação de insegurança alimentar. Arts. 32 e 33: suspendem a cobrança de PIS/Pasep e Cofins na venda de animais vivos e em outros casos. Art. 45: atribui competência à ANA para regular e fiscalizar a prestação de serviços públicos de irrigação.	
ALTERA as Leis 8.171/1991; 8.427/1992; 9.984/2000; 11.322/2006; 11.326/2006 e 11.775/2008 e REVOGA a Lei 5.969/1973. ALTERADA p/Lei 12.839/2013.	
LEI 12.040 , de 01/10/2009	OAP - AIRR - DR
Amplia a área de atuação da Codevasf para o estado do Ceará. Ver Lei 9.954/2000.	
ALTERA a Lei 6.088/1974.	
LEI 12.024 , de 27/08/2009	RA
Art. 18: autoriza a alienação das áreas públicas rurais do Distrito Federal aos atuais ocupantes.	
LEI 11.977 , de 07/07/2009	HABIT - AF
Cria o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), voltado a agricultores familiares e trabalhadores rurais, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e detalha normas e diretrizes de aplicação.	
ALTERADA p/Leis 12.249/2010; 12.424/2011 e 13.043/2014.	
LEI 11.960 , de 29/06/2009	CR
Art. 7º: amplia o prazo de renegociação das dívidas de crédito rural em Dívida Ativa.	
ALTERA a Lei 11.775/2008.	
LEI 11.959 , de 29/06/2009	PESCA
Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.	
ALTERA o DEL 221/1967 e REVOGA a Lei 7.679/1988.	
LEI 11.958 , de 26/06/2009	OAP - PESCA - PAEC&T
Transforma a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em Ministério da Pesca e Aquicultura. Autoriza a Embrapa a criar centros especializados para pesquisa em aquicultura e pesca.	
ALTERA a Lei 10.683/2003.	
LEI 11.952 , de 25/06/2009	RA
Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras da União na Amazônia Legal.	
ALTERA as Leis 6.015/1973 e 8.666/1993.	
LEI 11.949 , de 17/06/2009	RA
Amplia para o Amapá a transferência de terras da União preferencialmente para atividades agrícolas diversificadas, conservação ambiental, assentamento e colonização prevista na Lei 10.304/2001.	
ALTERA a Lei 10.304/2001.	
LEI 11.947 , de 16/06/2009	AF - EDUC - RA
Art. 14: estabelece que, no mínimo, 30% do valor destinado pelo FNDE para a merenda escolar deve ser utilizado na aquisição de gêneros diretamente de agricultores familiares. Art. 33: autoriza a instituição do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), no âmbito do MDA e executado pelo Incra.	
ALTERA a Lei 10.880/2004.	
LEI 11.941 , de 27/05/2009	CR - AF - CANA
Art. 14: estabelece a remissão de débitos originários de crédito rural e do Procerá transferidos ao Tesouro Nacional e inscritos na Dívida Ativa. Art. 65: autoriza subvenção para produtores de cana-de-açúcar do Nordeste e do Rio de Janeiro. Art. 66: autoriza a União a adquirir açúcar das usinas do Nordeste da safra 2008/2009.	
LEI 11.936 , de 14/05/2009	MA - DAFI
Proíbe a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso do DDT.	

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 11.933, de 28/04/2009

TPS

Reduz, em alguns produtos, a base de cálculo da contribuição do produtor rural à Previdência Social.

ALTERA a Lei 8.212/1991.

LEI 11.928, de 17/04/2009

HONOR - PECUÁR

Institui o Dia do Vaqueiro Nordestino.

LCP 130, de 17/04/2009

COOP - CR

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.

ALTERA as Leis 4.595/1964 e 5.764/1971.

LEI 11.922, de 13/04/2009

PGPM - CR - ENERG - COOP - POLEC

Art. 14: atribui ao CMN a definição de parâmetros de cálculo de preço para o lançamento de Contratos de Opção Pública e Privada de Venda nos produtos da PGPM. Arts. 15 a 18: alteram os termos de renegociação de dívidas rurais de várias fontes prevista nas Leis 11.322/2006 e 11.775/2008. Art. 19: autoriza equalização de taxas de juros nas operações a contratar para financiamento de estocagem de álcool e de capital de giro para agroindústrias, indústrias de máquinas e cooperativas agropecuárias. Art. 20: prorroga os prazos estabelecidos pela lei que trata do registro e posse de armas de fogo (Lei 10.826/2003).

ALTERA as Leis 8.427/1992; 11.322/2006 e 11.775/2008.

LEI 11.908, de 03/03/2009

CR

Art. 10: prorroga o prazo de contratações do Fundo de Recebíveis do Agronegócio (FRA).

ALTERA a Lei 11.524/2007.

LEI 11.907, de 02/02/2009

OAP - DAFI - RA

Arts. 218 a 221: alteram tabela de vencimentos e gratificação de desempenho dos fiscais federais agropecuários.

Arts. 223 a 226: alteram as Gratificações de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária.

ALTERA as Leis 10.484/2002; 10.550/2002; 10.833/2003 e 11.090/2005.

LCP 129, de 08/01/2009

OAP - DR - CR

Institui a Sudeco. Altera a Lei dos Fundos Constitucionais. Cria o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

ALTERA a Lei 7.827/1989.

2008

LEI 11.890, de 24/12/2008

OAP - DAFI

Disciplina a progressão na carreira de Fiscal Agropecuário.

LEI 11.888, de 24/12/2008

HABIT

Assegura assistência técnica pública e gratuita a famílias de baixa renda para a construção de habitação de interesse social.

ALTERA a Lei 11.124/2005.

LEI 11.881, de 23/12/2008

CAA - POLEC

Autoriza a doação de alimentos, com recursos do PAA e da PGPM, a Cuba, ao Haiti, a Honduras e à Jamaica com o objetivo de assistir populações atingidas por eventos meteorológicos adversos.

LEI 11.828, de 20/11/2008

MA

Suspende a incidência de PIS/Pasep e Cofins sobre doações a instituições financeiras públicas quando destinadas à preservação ambiental e ao combate ao desmatamento.

ALTERADA p/Lei 12.810/2013.

LEI 11.807, de 13/11/2008

HONOR - PAEC&T

Institui o Dia Nacional do Pesquisador.

LEI 11.797, de 29/10/2008

HONOR - PECUÁR

Institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

LEI 11.794, de 08/10/2008

OAP - PAEC&T

Estabelece procedimentos para o uso de animais no ensino e na pesquisa científica. Cria o Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal (Concea).

REVOGA a Lei 6.638/1979.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 11.787, de 25/09/2008

TRIBUT - TRIGO

Estabelece medidas tributárias para trigo e farinha: PIS, Cofins, AFRMM.

ALTERA as Leis 10.893/2004 e 10.925/2004.

LEI 11.786, de 25/09/2008

CR - FRUTAS

Art. 15: inclui empresas de frutas *in natura* e processadas no rol de setores beneficiados por subvenção econômica por equalização de taxa de juros e bônus de adimplência prevista na Lei 11.529/2007.

ALTERA a Lei 11.529/2007.

LEI 11.784, de 22/09/2008

OAP - RA - DAFI

Altera a estrutura de remuneração e cargos e institui gratificação para cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário (Lei 11.090/2005) e de Atividades Técnicas de Fiscalização Agropecuária (Leis 10.484/2002; 11.090/2005 e 11.344/2006) e para as carreiras de Perito Federal Agrário (Lei 10.550/2002) e de Fiscal Federal Agropecuário (Lei 10.883/2004).

ALTERA as Leis 8.745/1993; 10.484/2002; 10.550/2002; 10.883/2004; 11.090/2005 e 11.344/2006.

LEI 11.775, de 17/09/2008

CR - TRIBUT - CAA - COOP - SEGUR - CAFÉ - REFLOR - DR - AF - PGPM

Arts. 1º a 9º e 45, 46 e 58: instituem medidas de estímulo à liquidação e regularização de dívidas de crédito rural de várias fontes, inclusive da Securitização, Pesa, Recoop, Funcafé, Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, Prodecer, BNDES, Pronaf, Procera e Fundos Constitucionais (ver Leis nº 9.138/1995 e 10.437/2002). Art. 36: inclui os cerealistas como beneficiários do crédito rural. Art. 37: inclui a construção de armazéns nas áreas urbanas (quando de cooperativas rurais) como item contemplado no crédito rural de investimento. Art. 40: autoriza a inclusão do penhor florestal entre as garantias das operações. Art. 42: autoriza a liquidação antecipada de dívidas do Pesa (Resolução Bacen 2.471/1998). Art. 43: autoriza os Fundos Constitucionais a financiar empreendimentos de infraestrutura, inclusive públicos. Art. 44: estabelece taxa de juros para operações florestais dos Fundos Constitucionais. Art. 47: exclui impostos do valor a ser pago aos agricultores familiares, suas associações e cooperativas, no âmbito do PAA. Art. 48: altera disposições relativas à subvenção de encargos e equalização de preços. Art. 50: autoriza apoio a agricultores familiares em áreas atingidas por fenômenos adversos. Art. 52: altera o Fundo Garantia-Safra para incluir o excesso hídrico como causa para a concessão do benefício. Art. 53: autoriza o Funcafé a financiar a liquidação de CPRs. Art. 54: altera o processo de definição de preços mínimos, estabelecendo maior participação do Ministério da Agricultura. Art. 57: autoriza a criação de linha de crédito para refinanciar operações originárias de cooperativas no Pronaf.

ALTERA as Leis 7.827/1989; 8.171/1991; 8.427/1992; 10.177/2001; 10.186/2001; 10.420/2002; 10.978/2004; 11.322/2006; 11.524/2007; 11.718/2008 e o DEL 79/1966. ALTERADA p/Leis 11.922/2009; 11.960/2009; 12.058/2009; 12.249/2010; 12.380/2011; 12.599/2012; 12.716/2012; 12.788/2013; 13.001/2014 e 13.043/2014.

LEI 11.763, de 01/08/2008

RA

Altera a Lei de Licitações para impor limites à alienação de terras públicas na área rural.

ALTERA a Lei 8.666/1993.

LEI 11.760, de 31/07/2008

OAP - PESCA

Dispõe sobre o exercício da profissão de oceanógrafo.

LEI 11.727, de 23/06/2008

TRIBUT - CANA

Art. 11: suspende PIS/Pasep e Cofins na venda de cana-de-açúcar para produção de álcool.

ALTERADA p/Lei 12.844/2013.

LEI 11.718, de 20/06/2008

TPS - CR - AF - HABIT - CAA

Art. 1º: cria o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo. Art. 2º: estabelece normas sobre aposentadoria do trabalhador rural. Art. 5º: modifica o crédito rural destinado a agricultor familiar para incluir atividades não agropecuárias e construção ou reforma de habitação. Art. 6º: autoriza a reclassificação das operações do FAT-Integrar (Lei 11.011/2004) para o FCO. Arts. 9º e 10º: alteram normas da Previdência Rural do setor agropecuário, pesqueiro e extrativista. Art. 11: altera o PAA.

ALTERA as Leis 5.889/1973; 8.171/1991; 8.212/1991 e 8.213/1991. ALTERADA p/Lei 11.775/2008.

LEI 11.716, de 20/06/2008

HONOR - PECUÁR

Institui o Dia Nacional do Pecuarista.

LEI 11.706, de 19/06/2008

POLEC

Altera o registro, a posse e a comercialização de armas de fogo.

ALTERA a Lei 10.826/2003.

LEI 11.699, de 13/06/2008

PESCA - TPS

Dispõe sobre as colônias, federações e a Confederação Nacional dos Pescadores, reconhecendo-as como órgãos de classe.

ALTERA o DEL 221/1967.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 11.692, de 10/06/2008

ATER - EDUC

Altera o Projovem (Projovem urbano e Projovem Campo – Saberes da Terra).

ALTERA as Leis 9.608/1998; 10.748/2003; 10.940/2004; 11.129/2005 e 11.180/2005.

LEI 11.675, de 19/05/2008

HONOR - FRUTAS

Designa o cupuaçu fruta nacional.

LEI 11.661, de 24/04/2008

OAP

Prorroga os contratos de trabalho temporários do Ministério da Agricultura. Ver Lei 8.745/1993.

LEI 11.657, de 16/04/2008

HONOR - MA

Institui o Dia Nacional do Campo Limpo.

2007

LEI 11.540, de 12/11/2007

PAEC & T

Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Define gestão, recursos e diretrizes de aplicação dos recursos. Ver Lei 10.197/2001.

ALTERA o DEL 719/1969 e a Lei 9.478/1997.

LEI 11.529, de 22/10/2007

EDUC

Art. 4º: reduz a zero PIS/Pasep e Cofins na compra, por entes públicos, de veículos e embarcações para transporte escolar na zona rural.

ALTERA a Lei 10.865/2004. ALTERADA p/Leis 11.786/2008; 12.545/2011 e 12.712/2012.

LEI 11.524, de 24/09/2007

CR - CAA - COOP - OAP - DR - PESCA - TPS

Arts. 1º a 5º: criam o Fundo de Recebíveis do Agronegócio (FRA) para financiar dívidas dos agricultores com fornecedores privados. Art. 6º: altera disposições sobre o WA e o CDA. Autoriza a emissão de CDA e WA por armazéns não certificados pelo Ministério da Agricultura. Art. 7º: autoriza, sob condições, bônus de adimplência nas dívidas da Securitização, do Pesa e do Recoop, renegociadas ao amparo da Lei 10.437/2002. Art. 8º: modifica critérios de juros em financiamentos com poupança rural. Art. 10: estabelece que as cooperativas de crédito contribuirão para o Sescoop. Ver MPV 2.168-40/2001 e Lei 8.212/1991. Art. 12: prorroga até 2012 a não aplicação do § 2º do artigo 16 da Lei 8.880/1994 (veto derrubado – ver Leis 9.138/1995; 9.848/1999; 10.186/2001 e 10.735/2003 e MPV 2.168-40/2001). Art. 13: altera grupo gestor do PAA. Art. 14: delega provisoriamente ao Ministério da Integração Nacional as futuras atribuições dos conselhos deliberativos da Sudam e da Sudene. Art. 15: considera subvenção os rebates e bônus de adimplência. Art. 17: autoriza indenização aos pescadores de lagosta que entregarem rede caçoeira e aos que pescavam ilegalmente utilizando compressor de ar. Art. 19: autoriza a concessão de assistência financeira aos pescadores impedidos de continuar na pesca da lagosta.

ALTERA as Leis 7.827/1989; 8.427/1992; 10.696/2003; 11.076/2004 e 11.322/2006. ALTERADA p/Leis 11.718/2008; 11.775/2008; 11.908/2009 e 12.716/2012.

LEI 11.516, de 28/08/2007

MA - OAP

Cria o Instituto Chico Mendes, desmembrando o Ibama e alterando suas atribuições.

ALTERA as Leis 7.735/1989; 7.957/1989; 8.028/1990; 9.985/2000; 10.410/2002; 11.156/2005; 11.284/2006; 11.357/2006 e a MPV 2.216-37/2001.

LEI 11.515, de 28/08/2007

DAFI

Altera normas sanitárias para permitir indenização de abate por febre aftosa na área de fronteira.

ALTERA a Lei 569/1948.

LEI 11.490, de 20/06/2007

OAP - DAFI - MA

Arts. 15 e 19: modificam o Plano Especial de Cargos do MMA e do Ibama (Pecma). Art. 26: cria cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial no Ministério da Agricultura. Art. 28: prorroga contratos de trabalho temporários do Ministério da Agricultura (ver Lei 8.745/1993).

ALTERA a Lei 11.357/2006.

LEI 11.488, de 15/06/2007

TRIBUT - COOP

Art. 32: reduz a zero a alíquota de PIS/Pasep e Cofins de produtos lácteos e altera crédito presumido de soja e de outros produtos. Ver Leis 10.637/2002 e 10.833/2003. Art. 34: equipara as cooperativas às microempresas, obedecidos os limites de faturamento. Ver LCP 123/2006.

ALTERA a Lei 10.925/2004.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 11.487, de 15/06/2007

PAEC & T

Inclui novo incentivo à pesquisa e à inovação tecnológica.

ALTERA a Lei 11.196/2005.

LEI 11.481, de 31/05/2007

RA - AF

Art. 12: altera registros públicos. Isenta de custas e emolumentos o primeiro registro de propriedade familiar.

ALTERA a Lei 6.015/1973.

LEI 11.478, de 29/05/2007

POLEC - AIRR - ENERG

Cria o Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (FIP-IE) para financiar novos projetos de infraestrutura em energia, transporte, água e saneamento básico e irrigação.

LEI 11.476, de 29/05/2007

OAP - UVA

Regulamenta as profissões de enólogo e de técnico em enologia.

ALTERADA p/Lei 12.719/2012.

LEI 11.474, de 15/05/2007

CAA - DAFI - LEITE

Art. 3º: altera disposições sobre rotulagem de leites e de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância.

ALTERA a Lei 11.265/2006.

LEI 11.460, de 21/03/2007

MA - BBPI - CAA - LEITE

Veda pesquisa e plantio de OGM em Unidades de Conservação e em terras indígenas. Permite, sob condições, o plantio de OGM em APAs e nas zonas de amortecimento e áreas que circundam as UCs. Altera o quórum de deliberação da CTNBio. Prorroga prazo estabelecido na Lei 11.265/2006 relativo à rotulagem de leites e de alimentos para crianças.

ALTERA as Leis 9.985/2000; 10.814/2003 e 11.105/2005.

LCP 126, de 15/01/2007

SEGUR

Altera a política de resseguro e retira o monopólio do IRB.

ALTERA o DEL 73/1966. **ALTERADA** p/LCP 137/2010.

LEI 11.446, de 05/01/2007

RA - AF

Modifica o Estatuto da Terra para permitir desmembramento de imóvel inferior a um módulo em programas de agricultura familiar.

ALTERA a Lei 4.504/1964.

LEI 11.445, de 05/01/2007

POLEC

Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e a Política Federal de Saneamento Básico. Art. 48: inclui as áreas rurais nas diretrizes.

LEI 11.443, de 05/01/2007

RA

Modifica o Estatuto da Terra para introduzir alterações nas normas de arrendamento rural e parceria.

ALTERA a Lei 4.504/1964.

LCP 125, de 03/01/2007

DR - OAP

Reinstitui a Sudene, traça sua composição, atribuições e normas gerais. Estabelece e descreve sua área de atuação. Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Determina a extinção da Adene.

ALTERA a Lei 7.827/1989 e a MPV 2.156-5/2001 e **REVOGA** a LCP 66/1991.

LCP 124, de 03/01/2007

DR - OAP

Reinstitui a Sudam, traça sua composição, atribuições e normas gerais. Estabelece e descreve sua área de atuação. Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA). Determina a extinção da ADA.

ALTERA a MPV 2.157-5/2001 e **REVOGA** a LCP 67/1991.

2006

LEI 11.434, de 28/12/2006

CR - COOP

Prorroga o prazo de renegociação da Securitização e do Recoop. Autoriza a indenização de bônus de adimplência pelo Tesouro Nacional. Autoriza renegociação das dívidas transferidas à União pela MPV 2.196-3/2001.

ALTERA a Lei 11.322/2006.

LEI 11.428, de 22/12/2006

MA

Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica (ver Lei 9.985/2000). Dispõe sobre a Reserva Legal, em todos os biomas, por alteração no Código Florestal (ver MPV 2.166-67/2001).

ALTERA as Leis 4.771/1965; 9.393/1996 e 9.605/1998. **ALTERADA** p/Lei 12.651/2012.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 11.420, de 20/12/2006

CR - COOP - CAA - AF

Altera forma de absorção das dívidas de FAT na renegociação na área da Adene. Autoriza repactuação das dívidas de Procera e de Pronaf (ver Lei 10.696/2003). Autoriza financiamento, com equalização, para pagamento de parcelas vencidas e vincendas em 2005 e 2006 da Securitização e do Recoop, inclusive as transferidas à União pela MPV 2.196-3/2001. Autoriza aditamento e prorrogação de CPRs do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

ALTERA a Lei 11.322/2006.

LEI 11.380, de 01/12/2006

PESCA

Institui o Registro Temporário Brasileiro para embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas por empresas brasileiras. Ver Leis 7.652/1988 e 10.683/2003 e DEL 221/1967.

LEI 11.368, de 09/11/2006

TPS

Prorroga o prazo para o trabalhador rural empregado requerer aposentadoria nos termos da Lei 8.213/1991.

LEI 11.357, de 19/10/2006

OAP - MA

Cria o Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama (Pecma). Dispõe sobre o Plano Especial de Cargos da Anvisa.

ALTERA a Lei 10.410/2002. ALTERADA p/Leis 11.490/2007; 11.516/2007; 12.778/2012 e 13.026/2014.

LEI 11.346, de 15/09/2006

POLEC

Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

LEI 11.344, de 08/09/2006

OAP - DAFI

Reestrutura as carreiras de Fiscal Federal Agropecuário e os cargos da área de apoio à fiscalização.

ALTERA as Leis 10.484/2002 e 10.883/2004. ALTERADA p/Leis 11.784/2008; 12.277/2010 e 12.778/2012.

LEI 11.326, de 24/07/2006

AF

Lei da Agricultura Familiar. Estabelece diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Define agricultor e empreendedor familiar rural.

ALTERADA p/Leis 12.058/2009 e 12.512/2011.

LEI 11.322, de 13/07/2006

CR - AF - CAA

Dispõe sobre renegociação de dívidas de crédito rural na área de atuação da Adene. Para todo o país, várias disposições sobre Procera e Pronaf, inclusive subvenção à garantia de preços e instituição de subvenções à comercialização e autorização para o uso de sementes fora do zoneamento. Autoriza uso de recursos controlados do crédito rural para financiamento destinado ao pagamento de dívidas (ver Leis 9.138/1995; 10.406/2002; 10.437/2002; 10.696/2003 e 11.092/2005). Autoriza o Pesoja para a safra de soja de 2005/2006.

ALTERADA p/Leis 11.420/2006; 11.434/2006; 11.524/2007; 11.775/2008; 11.922/2009 e 12.058/2009.

LEI 11.311, de 13/06/2006

CAA - TRIBUT

Art. 7º: isenta de IR os títulos CDA, WA, CDCA, LCA, CRA e CPRF.

ALTERA a Lei 11.033/2004.

LEI 11.284, de 02/03/2006

MA - REFLOR

Dispõe sobre a gestão de florestas públicas. Institui o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, interligado ao Sistema Nacional de Cadastro Rural. Ver Leis 9.433/1997; 9.985/2000 e 10.650/2003.

ALTERA as Leis 4.771/1965; 5.868/1972; 6.015/1973; 6.938/1981 e 9.605/1998. ALTERADA p/Lei 11.516/2007.

LEI 11.281, de 20/02/2006

DAFI

Art. 10: autoriza a celebração de convênios para inspeção e fiscalização em portos e aeroportos.

LEI 11.265, de 03/01/2006

CAA - DAFI - LEITE

Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância. Estabelece condições de rotulagem de leites. Ver Lei 11.460/2007.

ALTERADA p/Lei 11.474/2007.

2005

LEI 11.250, de 27/12/2005

RA - OAP - TRIBUT

Regulamenta o inciso III do § 4º do artigo 153 da CF para autorizar a SRF a celebrar convênios com estados e municípios para a cobrança de ITR.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 11.211, de 19/12/2005

POLEC

Dispõe sobre as condições exigíveis para a identificação do couro e das matérias-primas sucedâneas utilizados na confecção de calçados e artefatos. Ver Lei 4.888/1965.

LEI 11.196, de 21/11/2005

PAEC&T - DR - ENERG - AIRR - TRIBUT - RA - COOP - CR

“Lei do Bem”. Dispõe sobre diversos assuntos. Cap. III: incentivos fiscais para capacitação e inovação tecnológica. Cap. V: incentivos às áreas da Sudam e da Sudene. Cap. IX: alterações no PIS/Pasep e na Cofins, inclusive de bancos que securitizarem crédito e de cooperativas. Reduz a zero suas alíquotas na importação de leites e queijos. Art. 118: estabelece condições de concessão de título de propriedade ou de direito real de uso para terras localizadas na Amazônia Legal. Art. 121: estabelece descontos para energia elétrica na área rural.

ALTERA as Leis 8.666/1993; 9.718/1998; 10.438/2002; 10.925/2004 e as MPVs 2.158-35/2001 e 2.199-14/2001 e **REVOGA** a Lei 8.661/1993. **ALTERADA** p/Leis 11.487/2007 e 12.712/2012.

LEI 11.156, de 29/07/2005

MA - OAP

Cria gratificações de desempenho para especialistas e técnicos de meio ambiente.

ALTERADA p/Leis 11.516/2007 e 12.778/2012.

LEI 11.132, de 04/07/2005

MA

Estabelece alterações no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

ALTERA a Lei 9.985/2000.

LEI 11.124, de 16/06/2005

HABIT

Institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Destina os recursos do FNHIS também a unidades habitacionais rurais.

ALTERADA p/Lei 11.888/2008.

LEI 11.116, de 18/05/2005

ENERG

Dispõe sobre registro especial de produtor de biodiesel e sobre tributação do produto.

ALTERA a Lei 11.097/2005.

LEI 11.110, de 25/04/2005

CR - SEGUR

Art. 1º e outros: instituem o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Art. 12: autoriza cobertura do Proagro Mais para produtos diversos do projeto original.

ALTERADA p/Leis 12.249/2010 e 12.810/2013.

LEI 11.105, de 24/03/2005

BBPI - OAP

Lei de Biossegurança. Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam OGM. Cria o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS). Reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança (PNB).

ALTERA as Leis 6.938/1981; 10.165/2000 e 10.814/2003 e **REVOGA** a Lei 8.974/1995 e a MPV 2.191-9/2001. **ALTERADA** p/Lei 11.460/2007.

LEI 11.097, de 13/01/2005

ENERG

Introduz o biodiesel na matriz energética.

ALTERA as Leis 9.478/1997; 9.847/1999 e 10.636/2002. **ALTERADA** p/Leis 11.116/2005 e 13.033/2014.

LEI 11.092, de 12/01/2005

BBPI

Autoriza o plantio de soja transgênica na safra 2005.

ALTERA a Lei 10.814/2003.

LEI 11.090, de 07/01/2005

OAP - RA - DAFI

Dispõe sobre a criação de Plano de Carreira dos cargos do Incra. Cria gratificação e reestrutura cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal no Ministério da Agricultura.

ALTERA as Leis 10.484/2002 e 10.550/2002. **ALTERADA** p/Leis 11.784/2008; 11.907/2009; 12.277/2010; 12.778/2012 e 12.808/2013.

2004

LEI 11.076, de 30/12/2004

CR - COOP

Institui títulos: CDA; WA; CDCA; LCA; CRA. Ver Lei 7.940/1989. Dispõe sobre cooperativas como armazenasadoras.

ALTERA as Leis 5.764/1971; 8.427/1992; 8.929/1994; 9.514/1997 e 9.973/2000. **ALTERADA** p/Lei 11.524/2007.

LEI 11.075, de 30/12/2004

ENERG

Altera disposições do Proinfa e do Programa de Expansão da Energia Elétrica.

ALTERA a Lei 10.438/2002.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 11.051, de 29/12/2004

TRIBUT - COOP

Art. 12: considera, para efeito do IPI, como “não industrialização” o processamento do fumo pelo produtor rural. Arts. 29 e 30: reduzem a zero PIS/Pasep e Cofins de produtos de milho, pintos de um dia e leite e introduzem alterações tributárias de interesse de setores do agronegócio e das cooperativas.

ALTERA a Lei 10.925/2004.

LEI 11.011, de 20/12/2004

CR - AF

Dispõe sobre subvenção para equalização de juros em financiamentos de investimento do FCO e do Pronaf.

ALTERA as Leis 9.126/1995 e 10.177/2001.

LEI 10.993, de 14/12/2004

TPS - COOP

Altera dispositivos da Previdência Social de agroindústrias, empregadores rurais e cooperativas.

ALTERA a Lei 10.256/2001.

LEI 10.990, de 13/12/2004

POLEC - APICULT - PESCA

Modifica a Lei Agrícola para inserir disposições relativas às atividades apícolas e a criatórios de peixes.

ALTERA a Lei 8.171/1991.

LEI 10.973, de 02/12/2004

PAEC&T

Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Ver Lei 11.196/2005.

LEI 10.970, de 12/11/2004

DAFI - UVA

Estabelece alterações na Lei do Vinho.

ALTERA a Lei 7.678/1988.

LEI 10.931, de 02/08/2004

RA

Altera os registros públicos.

ALTERA a Lei 6.015/1973.

LEI 10.925, de 23/07/2004

TRIBUT - COOP - INSUM

Art. 1º: reduz a zero as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins sobre importação e venda de fertilizantes, defensivos, sementes e mudas, corretivos, inoculantes e outros insumos. Art. 6º: inclui sêmen e embriões nos itens cujas alíquotas de PIS/Pasep e Cofins são zero, conforme artigo 28 da Lei 10.865/2004. Arts. 8º e 15: dispõem sobre PIS/Pasep e Cofins no caso das pessoas jurídicas, inclusive cooperativas, que produzem mercadorias de origem animal ou vegetal ou que exerçam atividade agropecuária, bem como os cerealistas.

ALTERA as Leis 10.833/2003 e 10.865/2004. **ALTERADA** p/Leis 11.051/2004; 11.196/2005; 11.488/2007; 11.051/2004; 11.787/2008; 12.655/2012; 12.766/2012; 12.839/2013 e 12.865/2013.

LEI 10.893, de 13/07/2004

PESCA - CR

Art. 52: introduz alterações no Profrota Pesqueira, autorizando a equalização das taxas de juros.

ALTERA a Lei 10.849/2004. **ALTERADA** p/Lei 11.787/2008.

LEI 10.889, de 25/06/2004

ENERG

Altera disposições do Proinfa e do Programa de Expansão da Energia Elétrica.

ALTERA a Lei 10.438/2002.

LEI 10.883, de 16/06/2004

OAP - DAFI

Dispõe sobre remuneração e competências da carreira de Fiscal Agropecuário.

ALTERA a MPV 2.229-43/2001. **ALTERADA** p/Leis 11.344/2006; 11.784/2008 e 12.775/2012.

LEI 10.881, de 09/06/2004

AIRR - OAP

Dispõe sobre o contrato de gestão entre a ANA e as agências de águas.

ALTERA a Lei 9.433/1997.

LEI 10.880, de 09/06/2004

EDUC

Art. 2º: institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), destinado a apoiar estados e municípios na oferta de transporte escolar na área rural.

ALTERADA p/Lei 11.947/2009.

LEI 10.869, de 13/05/2004

OAP

Cria o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e define suas atribuições.

ALTERA a Lei 10.683/2003.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 10.865, de 30/04/2004

TRIBUT - COOP

Institui PIS/Pasep e Cofins sobre a importação. Arts. 8º (§12) e 28: estabelecem que terá alíquota zero a importação de produtos hortícolas, frutas, ovos, sêmenes e embriões e a venda no mercado interno de produtos hortícolas, frutas e ovos. Art. 36: isenta as cooperativas da CSL.

ALTERA a Lei 10.833/2003. **ALTERADA** p/Leis 10.925/2004 e 11.529/2007.

LEI 10.860, de 14/04/2004

PAEC&T - OAP - AIRR - DR

Cria o Instituto Nacional do Semiárido (Insa).

LEI 10.851, de 25/03/2004

POLEC - DAFI

Autoriza doação de vacinas contra febre aftosa à Bolívia.

LEI 10.849, de 23/03/2004

PESCA - CR

Cria o Programa Nacional de Financiamento da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira).

ALTERADA p/Leis 10.893/2004 e 12.712/2012.

LEI 10.848, de 15/03/2004

ENERG

Altera disposições do Proinfa e do Programa de Expansão da Energia Elétrica.

ALTERA as Leis 9.478/1997 e 10.438/2002.

2003

LEI 10.833, de 29/12/2003

TRIBUT - COOP

Art. 3º: altera o PIS/Pasep e a Cofins de empresas que produzem determinadas mercadorias de origem animal ou vegetal e dos cerealistas. Art. 22: atribui responsabilidade às cooperativas que praticam venda em comum pelo recolhimento da Cide-combustível sobre álcool.

ALTERADA p/Leis 10.865/2004 10.925/2004 e 11.907/2009.

LEI 10.831, de 23/12/2003

POLEC

Dispõe sobre a agricultura orgânica.

LEI 10.826, de 22/12/2003

POLEC

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Armas. Art. 6º §5º: permite o porte de armas de fogo, sob condições, aos residentes em áreas rurais. Ver Lei 11.191/2005.

ALTERADA p/Lei 11.706/2008.

LEI 10.823, de 19/12/2003

CR - SEGUR - AF

Institui a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural. Cria o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural. Modifica normas da repactuação das dívidas de Procera e Pronaf.

ALTERA a Lei 10.696/2003. **ALTERADA** p/LCP 137/2010.

LEI 10.814, de 15/12/2003

BBPI

Autoriza o plantio de soja transgênica na safra 2004. Ver Leis 6.938/1981; 8.974/1995; 10.688/2003 e 10.711/2003.

ALTERADA p/Leis 11.092/2005; 11.105/2005 e 11.460/2007.

LEI 10.787, de 25/11/2003

RA

Prorroga o prazo de ratificação de aquisição de terras em faixas de fronteira. Ver DEL 1.414/1975 e Leis 4.947/1966; 6.925/1981; 9.871/1999; 10.164/2000 e 10.363/2001.

LEI 10.779, de 25/11/2003

PESCA - TPS

Dispõe sobre o seguro-desemprego durante o período de defeso.

REVOGA a Lei 8.287/1991.

LEI 10.762, de 11/11/2003

ENERG

Altera disposições do Proinfa e do Programa de Expansão da Energia Elétrica.

ALTERA a Lei 10.438/2002.

LEI 10.736, de 15/09/2003

TRIBUT - TPS

Concede remissão dos débitos previdenciários por recolhimento com base na Lei 8.870/1994.

LEI 10.735, de 11/09/2003

CR

Art. 9º: prorroga, até 31/7/2007, a não-aplicação do § 2º do artigo 16 da Lei 8.880/1994, relativo à equivalência-produto no crédito rural (veto derrubado – ver Leis 9.138/1995; 9.848/1999; 10.186/2001 e 11.524/2007 e MPV 2.168-40/2001).

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 10.711, de 05/08/2003

INSUM

Lei de Sementes.

REVOGA a Lei 6.507/1977.

LEI 10.702, de 14/07/2003

DAFI

Outras alterações na lei que impõe restrições ao uso e à propaganda de fumo e de defensivos agrícolas.

ALTERA a Lei 9.294/1996.

LEI 10.700, de 09/07/2003

SEGUR - AF

Altera disposições do Fundo Garantia-Safra.

ALTERA a Lei 10.420/2002.

LEI 10.696, de 02/07/2003

CR - CAA - ENERG - AF

Dispõe sobre repactuação de dívidas de crédito rural (Procera; Pronaf; Fundos Constitucionais e securitizadas). Art. 18: altera o percentual de mistura de álcool à gasolina. Art. 19: cria o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

ALTERA as Leis 8.723/1993 e 10.437/2002 e **REVOGA** as Leis 10.464/2002 e 10.646/2003. **ALTERADA** p/Leis 10.823/2003; 11.524/2007; 12.512/2011 e 13.001/2014.

LEI 10.688, de 13/06/2003

BBPI

Autoriza a comercialização da safra 2003 de soja transgênica. Ver Lei 8.974/1995.

LEI 10.684, de 30/05/2003

TRIBUT - COOP

Art. 17: permite às cooperativas excluir do cálculo de PIS/Pasep e Cofins as operações com sócios.

LEI 10.683, de 28/05/2003

OAP - PESCA

Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios. Cria a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.

ALTERADA p/Leis 10.865/2004; 11.958/2009; 12.314/2010 e 12.954/2014.

LEI 10.676, de 22/05/2003

TRIBUT - COOP

Dispõe sobre PIS/Pasep e Cofins devidos por cooperativas.

LEI 10.673, de 16/05/2003

OAP

Altera disposições da lei que regulamenta a profissão de médico-veterinário.

ALTERA a Lei 5.517/1968.

LEI 10.666, de 08/05/2003

TPS - COOP

Dispõe sobre concessão de aposentadoria especial a cooperados.

LEI 10.650, de 16/04/2003

MA

Dispõe sobre o acesso público aos dados dos órgãos e entidades do Sisnama. Ver Lei 6.938/1981.

LEI 10.648, de 03/04/2003

CR

Estabelece normas para a concessão da subvenção econômica no crédito rural prevista na Lei 8.427/1992.

ALTERA a Lei 8.427/1992.

LEI 10.646, de 28/03/2003

CR

Altera normas sobre renegociação de dívidas de crédito rural.

ALTERA as Leis 10.177/2001; 10.437/2002 e 10.464/2002. **REVOGADA** pela Lei 10.696/2003.

LEI 10.643, de 14/03/2003

DAFI - POLEC

Autoriza doação de vacinas contra a febre aftosa ao Paraguai.

LEI 10.638, de 06/01/2003

AIRR

Institui o Programa Permanente de Combate à Seca (Proseca).

2002

LEI 10.603, de 17/12/2002

BBPI - DAFI

Dispõe sobre proteção de informação na fase de registro de agrotóxicos, fertilizantes e medicamentos veterinários.

LEI 10.550, de 13/11/2002

OAP - RA

Estrutura a carreira de Perito Federal Agrário e cria gratificações.

ALTERADA pelas Leis 11.034/2004; 11.090/2005; 11.784/2008; 11.907/2009 e 12.702/2012.

LEI 10.522, de 19/07/2002

CR - AF

Regula o Cadin. Art. 4º § 2º: dispensa agricultores familiares de apresentação de documentos.

ALTERADA p/Lei 12.548/2011.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 10.519 , de 17/07/2002	DAFI
Dispõe sobre a fiscalização sanitária animal em rodeios.	
LEI 10.484 , de 03/07/2002	OAP - DAFI
Institui gratificação de fiscalização agropecuária (GDATFA).	
ALTERADA p/Leis 11.090/2005; 11.344/2006; 11.784/2008; 11.907/2009; 12.277/2010; 12.702/2012 e 12.778/2012.	
LEI 10.469 , de 25/06/2002	HONOR - RA
Institui o dia 17 de abril como o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.	
LEI 10.466 , de 29/05/2002	POLEC
Cria o Programa Grande Fronteira do Mercosul.	
LEI 10.464 , de 24/05/2002	CR - AF - ENERG
Dispõe sobre a renegociação de dívidas de agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais. Art. 16: altera o percentual de mistura de álcool à gasolina.	
ALTERA as Leis 8.723/1993 e 10.177/2001. ALTERADA p/Lei 10.646/2003 e REVOGADA p/Lei 10.696/2003.	
LEI 10.458 , de 14/05/2002	AF - AIRR
Institui o Programa Bolsa-Renda para agricultores familiares atingidos por estiagem em municípios em estado de calamidade pública ou emergência.	
LEI 10.453 , de 13/05/2002	ENERG
Dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível.	
ALTERADA p/Lei 12.666/2012.	
LEI 10.438 , de 26/04/2002	ENERG - RA
Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica. Art. 3º: cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa). Art. 13: autoriza a contratação de recursos do RGR com cooperativas de eletrificação rural e com as responsáveis pela implantação de infraestrutura em projetos de reforma agrária. Art. 25: estabelece tarifas de energia elétrica diferenciadas para a área rural.	
ALTERA a Lei 9.427/1996. ALTERADA p/Leis 10.762/2003; 10.848/2004; 10.889/2004; 11.075/2004; 11.196/2005 e 12.873/2013.	
LEI 10.437 , de 25/04/2002	CR
Dispõe sobre alongamento de dívidas de crédito rural.	
ALTERA a Lei 10.177/2001. ALTERADA p/Leis 10.646/2003 e 10.696/2003.	
LEI 10.420 , de 10/04/2002	SEGUR - AF
Cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra para beneficiar agricultores atingidos por estiagem na região Nordeste e em partes de Minas Gerais e do Espírito Santo.	
ALTERADA p/Leis 10.700/2003; 11.775/2008; 12.766/2012 e 12.806/2013.	
LEI 10.410 , de 11/01/2002	OAP - MA - AIRR
Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente. Art. 27: cria cargos na ANA, instituída pela Lei 9.984/2000.	
ALTERADA p/Leis 11.357/2006; 11.516/2007; 12.778/2012 e 13.026/2014.	
2001	
LEI 10.363 , de 28/12/2001	RA
Prorroga prazo para ratificação de terras de fronteiras. Ver DEL 1.414/1975 e Leis 4.947/1966; 6.925/1981; 9.871/1999; 10.164/2000 e 10.787/2003.	
LEI 10.332 , de 19/12/2001	PAEC&T - BBPI
Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, inclusive biotecnologia e recursos genéticos, e para outros setores.	
ALTERA a Lei 10.168/2000.	
LEI 10.327 , de 12/12/2001	POLEC - OAP
Modifica a Lei Agrícola para inserir as atribuições do governo federal nas ações governamentais do setor agrícola.	
ALTERA a Lei 8.171/1991.	
LEI 10.304 , de 05/11/2001	RA
Transfere terras da União para o estado de Roraima para assentamento e colonização.	
ALTERADA p/Lei 11.949/2009.	

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 10.298, de 30/10/2001

DAFI

Modifica a Lei Agrícola para inserir disposições sobre a defesa agropecuária.

ALTERA a Lei 8.171/1991.

LCP 113, de 19/09/2001

DR

Autoriza a criação da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e do Programa Especial de Desenvolvimento da Região Administrativa, que prioriza a irrigação, os recursos hídricos, a reforma agrária e o meio ambiente, entre outros.

LEI 10.279, de 12/09/2001

RA - CR

Dá preferência, na reforma agrária, a quem perdeu a terra por dívidas de crédito rural.

ALTERA a Lei 8.629/1993.

MPV 2.229-43, de 06/09/2001

DAFI - OAP

Art. 25: cria a carreira de Fiscal Federal Agropecuário.

ALTERA a Lei 9.620/1998. **ALTERADA** p/Lei 10.883/2004.

LEI 10.273, de 05/09/2001

TRIGO

Proíbe o emprego de bromato de potássio nas farinhas, massas e nos produtos de panificação.

MPV 2.216-37, de 31/08/2001

OAP - MA - AF

Estabelece alterações na organização da administração pública. Dispõe sobre o Ibama. Cria a Camex. Transfere a coordenação da política de agricultura familiar do Ministério da Agricultura para o MDA (disposição que surge no artigo 6º da MPV 1.911-8/1999, uma das edições anteriores da MPV 2.216-37/2001).

ALTERA as Leis 6.634/1979; 7.735/1989; 7.804/1989; 8.167/1991; 9.257/1996 e 9.649/1998. **ALTERADA** p/Lei 11.516/2007.

LEI 10.267, de 28/08/2001

RA

Altera disposições sobre o registro de imóveis rurais. Cria o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR). Torna obrigatória a identificação por georreferenciamento para alteração de registro do imóvel.

ALTERA as Leis 4.947/1966; 5.868/1972; 6.015/1973; 6.739/1979 e 9.393/1996.

MPV 2.199-14, de 24/08/2001

CR - DR

Dispõe sobre Finor e Finam. Altera prazos de renegociação de débitos de crédito rural estabelecidos nas Leis 9.126/1995 e 10.177/2001.

ALTERA as Leis 8.167/1991 e 9.532/1997. **ALTERADA** p/Lei 11.196/2005.

MPV 2.198-5, de 24/08/2001

ENERG

Estabelece diretrizes para enfrentamento da crise de energia. Art. 18: estabelece metas de redução de consumo para os consumidores rurais.

MPV 2.196-3, de 24/08/2001

CR - OAP

Estabelece Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais. Aquisição, pela União, de créditos rurais securitizados. Desobriga Banco do Brasil, Basa e BNB do risco em financiamentos dos Fundos Constitucionais até novembro/1998. Cria a Empresa Gestora de Ativos (Emgea).

ALTERA a Lei 7.827/1989.

MPV 2.183-56, de 24/08/2001

RA - EDUC

Altera disposições relativas à desapropriação. Estabelece regras para aplicação de juros compensatórios. Dispõe sobre a remuneração de TDAs. Proíbe a vistoria em imóvel invadido e exclui da reforma agrária quem tenha invadido propriedade. Institui o Programa de Arrendamento Rural. Prevê convênios de delegação de reforma agrária com estados e municípios. Dispõe sobre consórcios e condomínios para extrativismo. Art. 5º: cria o Programa Nossa Terra-Nossa Escola. Estabelece apoio aos assentamentos do Banco da Terra.

ALTERA o DEL 3.365/1941 e as Leis 4.504/1964; 8.177/1991 e 8.629/1993.

MPV 2.168-40, de 24/08/2001

COOP - OAP - CR

Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop). Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). Art. 13: autoriza as cooperativas a participar de sociedades não cooperativas. Art. 14: prorroga a não aplicação do § 2º do artigo 16 da Lei 8.880/1994 (veto derrubado – ver Leis 9.138/1995; 9.848/1999; 10.186/2001; 10.735/2003 e 11.524/2007).

ALTERA as Leis 5.764/1971; 9.138/1995; 9.848/1999 e 10.186/2001.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

MPV 2.166-67, de 24/08/2001

MA - RA - TRIBUT - AF

Estabelece várias alterações no Código Florestal. Define pequena propriedade ou posse familiar. Redefine Área de Preservação Permanente e Reserva Legal. Redefine a área da Amazônia Legal. Dispõe sobre Servidão Florestal. Institui a Cota de Reserva Florestal (CRF). Aumenta limites da Reserva Legal. Dispõe sobre isenção de ITR.

ALTERA as Leis 4.771/1965 e 9.393/1996. **REVOGADA** p/Lei 12.651/2012.

MPV 2.164-41, de 24/08/2001

TPS

Altera as Normas do Trabalho Rural – modifica multas.

ALTERA a Lei 5.889/1973.

MPV 2.158-35, de 24/08/2001

TRIBUT - COOP - TPS - POLEC

Dispõe sobre o recolhimento de PIS/Pasep e Cofins pelas cooperativas, pela OCB e por sindicatos, federações e confederações. Dispõe sobre procedimentos relativos a medidas *antidumping* e direitos compensatórios.

ALTERA as Leis 9.019/1995 e 9.718/1998. **ALTERADA** p/Leis 10.637/2002 e 11.196/2005.

MPV 2.157-5, de 24/08/2001

DR - OAP

Cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). Extingue a Sudam. Altera os incentivos fiscais da Amazônia.

ALTERA a Lei 5.174/1966 e os DELs 756/1969 e 1.376/1974. **ALTERADA** p/LCP 124/2007 e p/Lei 12.712/2012.

MPV 2.156-5, de 24/08/2001

DR - OAP

Cria a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). Extingue a Sudene. Define área de abrangência da Adene. Altera incentivos fiscais do Nordeste. Cria o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDN).

ALTERA as Leis 3.995/1961; 4.239/1963; 4.869/1965; 5.508/1968; 8.034/1990; 8.167/1991 e 9.532/1997 e os DELs 1.267/1973; 1.376/1974 e 2.397/1987. **ALTERADA** p/ LCP 125/2007 e p/Lei 12.712/2012.

MPV 2.191-9, de 23/08/2001

BBPI - OAP

Estabelece alterações na primeira Lei de Biossegurança. Cria a CTNBio.

ALTERA a Lei 8.974/1995. **REVOGADA** p/Lei 11.105/2005.

MPV 2.190-34, de 23/08/2001

DAFI - OAP

Altera atribuições da Anvisa e dispõe sobre infrações à legislação sanitária. Art. 7º: altera norma de restrição de propaganda de fumo e defensivos agrícolas.

ALTERA o DEL 986/1969 e as Leis 6.437/1977; 9.294/1996 e 9.782/1999.

MPV 2.186-16, de 23/08/2001

BBPI - MA

Regulamenta o acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional.

MPV 2.163-41, de 23/08/2001

MA

Estabelece alterações na Lei dos Crimes Ambientais.

ALTERA a Lei 9.605/1998 .

MPV 2.162-72, de 23/08/2001

SEGUR

Autoriza emissão de Títulos do Tesouro para pagamento de dívidas vencidas do Proagro.

LEI 10.256, de 09/07/2001

TPS - COOP - ATER

Dispõe sobre contribuições à Previdência Social das agroindústrias, dos empregadores rurais e das cooperativas. Altera contribuição para o Senar.

ALTERA as Leis 8.212/1991; 8.870/1994; 9.317/1996 e 9.528/1997. **ALTERADA** p/Lei 10.993/2004.

LEI 10.246, de 02/07/2001

POLEC

Modifica a Lei Agrícola para determinar a elaboração de planos de safra e plurianuais.

ALTERA a Lei 8.171/1991.

LEI 10.228, de 29/05/2001

POLEC - MA

Determina, na Lei Agrícola, o cadastramento e a recuperação de áreas desertificadas.

ALTERA a Lei 8.171/1991.

LEI 10.220, de 11/04/2001

TPS

Institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional.

LEI 10.204, de 22/02/2001

AIRR - OAP - DR

Modifica estrutura e atribuições do DNOCS.

ALTERA a Lei 4.229/1963.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 10.203, de 22/02/2001

ENERG - CANA

Altera para a faixa de 24% e 20% o percentual de mistura de álcool à gasolina.

ALTERA a Lei 8.723/1993.

LEI 10.200, de 14/02/2001

CR

Cria Cédula do Produto Rural Financeira (CPRF). Autoriza equalização de juros no Moderfrota.

ALTERA a Lei 8.929/1994.

LEI 10.199, de 14/02/2001

CR - POLEC

Altera disposições relativas à aplicação dos recursos do FAT e do PIS/Pasep.

ALTERA as Leis 8.019/1990 e 9.365/1996.

LEI 10.196, de 14/02/2001

BBPI

Estabelece alterações na Lei de Propriedade Industrial.

ALTERA a Lei 9.279/1996.

LEI 10.193, de 14/02/2001

CR - AIRR

Institui Programa Especial de Financiamento para combate aos efeitos da estiagem na região Nordeste.

LEI 10.186, de 12/02/2001

CR - AF

Atribui risco para Tesouro e Fundos Constitucionais em contratos Pronaf e de assentados, de beneficiários da reforma agrária e do Banco da Terra. Art. 7º: prorroga a não aplicação do § 2º do artigo 16 da Lei 8.880/1994 (veto derrubado – ver Leis 9.138/1995; 9.848/1999; 10.735/2003 e 11.524/2007 e MPV 2.168-40/2001).

ALTERA as Leis 9.126/1995; 9.138/1995 e 9.866/1999. ALTERADA p/MPV 2.168-40/2001 e p/Lei 11.775/2008.

LEI 10.183, de 12/02/2001

CR

Altera disposições sobre a TJLP.

ALTERA a Lei 9.365/1996 e ; REVOGA a Lei 9.780/1999.

LEI 10.177, de 12/01/2001

CR - DR

Altera as operações com recursos dos Fundos Constitucionais, estabelecendo novas taxas de juros e condições. Estabelece critérios de renegociação das dívidas. Autoriza que os Fundos Constitucionais financiem empreendimentos não governamentais de infraestrutura econômica. Altera aspectos do Finor, Finam e Funres. Prorroga prazos para incentivos do PIN/Proterra.

ALTERA as Leis 7.827/1989; 8.167/1991; 9.126/1995 e 9.808/1999. ALTERADA p/Leis 10.437/2002; 10.464/2002; 10.646/2003; 11.011/2004; 11.775/2008; 12.716/2012 e 12.793/2013.

2000

LEI 10.168, de 29/12/2000

PAEC&T

Institui Cide para financiar Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação.

ALTERADA p/Lei 10.332/2001.

LEI 10.167, de 27/12/2000

DAFI

Altera a lei que impõe restrições ao uso e à propaganda de fumo e de defensivos agrícolas.

ALTERA a Lei 9.294/1996.

LEI 10.165, de 27/12/2000

MA

Altera a Política Nacional de Meio Ambiente. Dispõe sobre a Taxa de Fiscalização Ambiental.

ALTERA a Lei 6.938/1981. ALTERADA p/Lei 11.105/2005.

LEI 10.164, de 27/12/2000

RA

Prorroga prazo para ratificação de terras na faixa de fronteira. Ver DEL 1.414/1975 e Leis 4.947/1966; 6.925/1981; 9.871/1999; 10.363/2001 e 10.787/2003.

LEI 10.148, de 21/12/2000

POLEC - RA - CAFÉ

Exclui os superávits do Funcafé e do Fundo de Terras da destinação para pagamento da dívida pública.

ALTERA a Lei 9.530/1997.

LEI 9.985, de 18/07/2000

MA

Cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

ALTERA as Leis 4.771/1965; 5.197/1967; 6.938/1981 e 9.605/1998. ALTERADA p/Leis 11.132/2005; 11.460/2007 e 11.516/2007.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 9.984, de 17/07/2000

AIRR - OAP

Cria a Agência Nacional de Águas (ANA). Ver Leis 10.410/2002 e 10.881/2004.

ALTERA as Leis 9.433/1997 e 9.648/1998. **ALTERADA** p/Lei 12.058/2009.

LEI 9.974, de 06/06/2000

DAFI - INSUM

Modifica a Lei dos Agrotóxicos.

ALTERA a Lei 7.802/1989.

LEI 9.973, de 29/05/2000

CAA

Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.

ALTERADA p/Lei 11.076/2004.

LEI 9.972, de 25/05/2000

CAA

Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos.

ALTERA a Lei 8.171/1991 e **REVOGA** a Lei 6.305/1975. **ALTERADA** p/Lei 12.341/2010.

LEI 9.960, de 28/01/2000

MA - OAP

Estabelece preços a serem cobrados pelo Ibama e institui taxas de fiscalização ambiental.

ALTERA a Lei 6.938/1981.

LEI 9.954, de 06/01/2000

OAP - DR - AIRR

Amplia a ação da Codevasf para o rio Parnaíba.

ALTERA a Lei 6.088/1974.

1999

LEI 9.876, de 26/11/1999

TPS

Altera disposições sobre a Previdência Social.

ALTERA as Leis 8.212/1991 e 8.213/1991.

LEI 9.871, de 23/11/1999

RA

Estabelece prazo para ratificação de concessões de terras de fronteira. Ver Leis 4.947/1966; 6.925/1981; 10.164/2000; 10.363/2001 e 10.787/2003 e DEL 1.414/1975.

LEI 9.866, de 09/11/1999

CR

Dispõe sobre alongamento de dívidas originárias de crédito rural.

ALTERA a Lei 9.138/1995. **ALTERADA** p/Lei 10.186/2001.

LEI 9.849, de 26/10/1999

OAP - DAFI

Inclui a Defesa Agropecuária nas áreas contempladas com contratação provisória de pessoal.

ALTERA a Lei 8.745/1993.

LEI 9.848, de 26/10/1999

CR

Dispõe sobre encargos do Prodecer. Altera a lei da subvenção econômica a preços e juros, incluindo rebates, PEP e contratos de opção. Renegociação de dívidas de EGF. Art. 1º: prorroga a não aplicação do § 2º do artigo 16 da Lei 8.880/1994 (veto derrubado – ver Leis 9.138/1995; 10.186/2001; 10.735/2003 e 11.524/2007 e MPV 2.168-40/2001).

ALTERA as Leis 8.427/1992; 9.126/1995 e 9.138/1995. **ALTERADA** p/MPV 2.168-40/2001.

LEI 9.847, de 26/10/1999

ENERG

Dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.

ALTERADA p/Lei 11.097/2005.

LEI 9.808, de 20/07/1999

CR - DR

Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional. Permite financiamento de empreendimentos não governamentais de infraestrutura com recursos do Finor, Finam e Funres (ver DEL 1.376/1974). Amplia a área de abrangência do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) para as partes do Espírito Santo incluídas na área de atuação da Sudene.

ALTERA a Lei 7.827/1989. **ALTERADA** p/Lei 10.177/2001.

LEI 9.795, de 27/04/1999

MA

Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

LEI 9.782, de 26/01/1999

DAFI - OAP

Cria a Anvisa. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

ALTERA o DEL 986/1969. **ALTERADA** p/ MPV 2.190-34/2001 e p/Lei 13.001/2014.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

1998

LEI 9.775, de 21/12/1998

OAP - DAFI

Dispõe sobre gratificações do Fiscal de Defesa Agropecuária.

ALTERA a Lei 9.620/1998.

LEI 9.715, de 25/11/1998

CR

Art. 16: equaliza, ao amparo do Tesouro, as operações securitizadas quando amparadas por recursos de fundos (constitucionais, Funcafé, FAT e PIS/Pasep).

ALTERA a Lei 9.138/1995.

LEI 9.712, de 20/11/1998

DAFI

Modifica a Lei Agrícola para inserir disposições sobre defesa agropecuária, criando o Sistema Unificado de Atenção à Saúde Agropecuária (Suasa).

ALTERA a Lei 8.171/1991.

LEI 9.701, de 17/11/1998

TPS

Art. 5º: dispõe sobre a Contribuição Sindical rural. Ver Lei 9.649/1998.

ALTERA o DEL 1.166/1971.

LEI 9.695, de 20/08/1998

DAFI

Altera as penas por infrações à legislação sanitária.

ALTERA as Leis 6.437/1977 e 8.072/1990.

LEI 9.690, de 15/07/1998

DR

Inclui o Vale do Jequitinhonha e outros municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo na área da Sudene para efeitos da Lei 3.692/1959.

LEI 9.658, de 05/06/1998

TPS

Altera a CLT no que se refere aos prazos de prescrição de ações.

ALTERA o DEL 5.452/1943.

LEI 9.649, de 27/05/1998

OAP - PESCA - TPS

Dispõe sobre organização da administração pública federal. Dá ao Ministério da Agricultura atribuições relativas a produção e fomento de atividades pesqueiras. Art. 66: modifica disposições sobre enquadramento sindical rural. Ver Lei 9.701/1998.

ALTERA o DEL 1.166/1971. ALTERADA p/MPV 2.216-37/2001.

LEI 9.620, de 02/04/1998

OAP - DAFI

Cria a carreira de Fiscal Agropecuário e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária (GDA).

ALTERADA p/Lei 9.775/1998 e p/MPV 2.229-43/2001.

LEI 9.618, de 02/04/1998

OAP

Dispõe sobre a extinção do Inan e da Sunab.

ALTERA a Lei 8.029/1990 e REVOGA a LDL 5/1962.

LEI 9.605, de 12/02/1998

MA

Lei dos Crimes Ambientais. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

ALTERADA p/Leis 9.985/2000; 11.284/2006; 11.428/2006; 13.052/2014 e p/ MPV 2.163-41/2001.

LCP 93, de 04/02/1998

RA - CR

Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra.

ALTERADA p/ LCP 145/2014.

1997

LEI 9.532, de 10/12/1997

DR

Altera Finam e Finor e incentivos fiscais. Ver DELs 756/1969 e 1.376/1974 e Leis 4.239/1963 e 8.167/1991.

ALTERA as Leis 8.393/1991 e 8.661/1993. ALTERADA p/MPVs 2.156-5/2001 e 2.199-14/2001.

LEI 9.531, de 10/12/1997

PAEC&T - CR

Cria o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade (FGCP) para garantir riscos de operações do BNDES e do Finame.

ALTERADA p/Lei 10.184/2001.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 9.530, de 10/12/1997

POLEC - RA - CAFÉ

Destina o superávit de fundos (inclusive Funcafé e Fundo de Terras) ao pagamento da dívida pública.

ALTERADA p/Lei 10.148/2000.

LEI 9.528, de 10/12/1997

TPS

Modifica normas da Previdência Social. Contribuição do Empregador Rural e do Segurado Especial.

ALTERA as Leis 8.212/1991; 8.213/1991 e 8.870/1994. **ALTERADA** p/Lei 10.256/2001.

LEI 9.526, de 08/12/1997

RA - PAEC&T

Dispõe sobre recursos não reclamados das contas correntes: destina-os para a reforma agrária e para o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade.

ALTERADA p/Lei 9.814/1999.

LEI 9.493, de 10/09/1997

TRIBUT - COOP

Concede isenção de IPI para equipamentos e máquinas. Dispõe sobre questões tributárias de cooperativas.

ALTERADA p/Lei 10.833/2003.

LEI 9.479, de 12/08/1997

SERING - OAP

Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à borracha. Atribui ao Ministério da Agricultura a política de fomento à heveicultura.

REVOGA as Leis 5.227/1967 e 5.459/1968 e o DEL 164/1967.

LEI 9.478, de 06/08/1997

ENERG - PAEC&T - OAP

Dispõe sobre a política energética nacional. Institui a Agência Nacional do Petróleo (ANP) (ver Lei 10.261/2001). Destina parte dos *royalties* para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.

REVOGA a Lei 2.004/1953. **ALTERADA** pelas Leis 9.986/2000; 9.990/2000; 10.202/2001; 10.848/2004; 10.871/2004; 11.097/2005; 11.540/2007; 12.114/2009; 12.490/2011 e 13.033/2014.

LEI 9.461, de 13/06/1997

CAA - POLEC

Autoriza a doação de estoques públicos de alimentos a outros países.

LEI 9.456, de 25/04/1997

BBPI

Institui a Lei de Proteção de Cultivares.

LEI 9.445, de 14/03/1997

PESCA

Concede subvenção ao óleo diesel para embarcações pesqueiras.

LEI 9.443, de 14/03/1997

SEGUR

Mantém, até que seja promulgada lei complementar, o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

LEI 9.433, de 08/01/1997

AIRR

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Ver Lei 7.990/1989.

ALTERA a Lei 8.001/1990. **ALTERADA** p/Leis 9.984/2000 e 10.881/2004.

1996

LEI 9.430, de 27/12/1996

TRIBUT - REFLOR - COOP

Dispõe sobre a legislação tributária federal. Art. 59: considera o cultivo de florestas para corte como atividade rural para efeito de IR. Art. 62: regula a forma de cobrança de juros nas parcelas do ITR. Art. 66: dispõe sobre recolhimento de PIS/Pasep e Cofins pelas cooperativas.

ALTERA o DEL 1.598/1977 e a Lei 8.661/1993. **ALTERADA** p/Lei 12.873/2013.

LCP 88, de 23/12/1996

RA

Altera o Rito Sumário para desapropriações.

ALTERA a LCP 76/1993.

LEI 9.394, de 20/12/1996

EDUC

Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Art. 28: estabelece a obrigatoriedade de adaptações às peculiaridades da vida rural na oferta de educação básica.

ALTERADA p/Lei 12.960/2014.

LEI 9.393, de 19/12/1996

RA - TRIBUT

Dispõe sobre o ITR e o pagamento de TDAs.

ALTERA a Lei 8.847/1994. **ALTERADA** p/Leis 10.267/2001; 11.428/2006; 12.651/2012 e 13.043/2014 e p/MPV 2.166-67/2001.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 9.365, de 16/12/1996

CR

Institui a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Dispõe sobre recursos do PIS/Pasep, FAT e FMM.

ALTERADA as Leis 8.177/1991 e 8.019/1990. **ALTERADA** p/Leis 9.872/1999; 10.183/2001 e 10.199/2001.

LEI 9.362, de 13/12/1996

CANA

Estabelece medidas reguladoras para açúcar e álcool – planos anuais de produção.

LEI 9.321, de 05/12/1996

CR - TRIBUT

Dispensa comprovação de recolhimento de ITR no Pronaf. Ver Lei 8.847/1994.

LCP 87, de 13/09/1996

TRIBUT

Estabelece isenção de ICMS nas exportações (“Lei Kandir”).

ALTERADA p/LCPs 92/1997; 99/1999; 102/2000; 114/2002; 115/2002 e 120/2005.

LEI 9.300, de 29/08/1996

TPS

Estabelece alterações nas normas reguladoras do trabalho rural.

ALTERADA a Lei 5.889/1973.

LEI 9.294, de 15/07/1996

DAFI

Impõe restrições ao uso e à propaganda de fumo e de defensivos agrícolas.

ALTERADA p/Leis 10.167/2000 e 10.702/2003 e p/MPV 2.190-34/2001.

LEI 9.279, de 14/05/1996

BBPI

Lei da Propriedade Industrial (“Lei de Patentes”).

ALTERADA os DELs 2.848/1940; 7.903/1945 e a Lei 5.648/1970 e **REVOGA** as Leis 5.772/1971 e 6.348/1976. **ALTERADA** p/Lei 10.196/2001.

LEI 9.272, de 03/05/1996

POLEC - OAP

Modifica a Lei Agrícola para incluir itens no Sistema de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

ALTERADA a Lei 8.171/1991.

LEI 9.257, de 09/01/1996

PAEC&T - OAP

Dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

ALTERADA a Lei 8.090/1990. **ALTERADA** p/MPV 2.216-37/2001.

1995

LEI 9.250, de 26/12/1995

TRIBUT

Altera a legislação do Imposto de Renda, inclusive da atividade rural (artigo 9º e Capítulo IV).

ALTERADA a Lei 8.023/1990.

LEI 9.239, de 22/12/1995

CAFÉ

Ratifica o Funcafé. Ver DEL 2.295/1986.

LEI 9.138, de 29/11/1995

CR

Lei da Securitização das Dívidas Agrícolas. Autoriza repactuação das dívidas. Cria crédito rotativo. Autoriza a equalização de juros no crédito rural. Prorroga a não aplicação do § 2º do artigo 16 da Lei 8.880/1994 (veto derrubado – ver Leis 9.848/1999; 10.186/2001; 10.735/2003 e 11.524/2007 e MPV 2.168-40/2001).

ALTERADA p/Leis 9.715/1998; 9.848/1999; 9.866/1999 e 10.186/2001 e p/MPV 2.168-40/2001.

LEI 9.126, de 10/11/1995

CR

Dispõe sobre a aplicação da TJLP nos contratos de Fundos Constitucionais e de OOC. Renegociação de dívidas, inclusive de cacau. Institui taxa de administração nos Fundos Constitucionais.

ALTERADA as Leis 7.827/1989 e 8.177/1991. **ALTERADA** p/Leis 10.177/2001; 10.186/2001; 11.011/2004 e 12.249/2010.

LEI 9.111, de 10/10/1995

MA

Modifica a Lei de Proteção à Fauna, com disposições sobre peles de animais silvestres.

ALTERADA a Lei 5.197/1967.

LEI 9.077, de 10/07/1995

CAA - POLEC

Autoriza a utilização de estoques públicos de alimentos no combate à fome.

ALTERADA p/Lei 12.340/2010.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 9.069, de 29/06/1995

POLEC

Plano Real.

LEI 9.065, de 20/06/1995

TRIBUT - RA

Altera dispositivo do ITR (artigo 90 da Lei 8.981/1995). Ver Leis 8.847/1994 e 8.850/1994.

ALTERA a Lei 8.981/1995.

LEI 9.059, de 13/06/1995

PESCA

Modifica disposições sobre proteção e estímulos à pesca. Ver Leis 5.438/1968; 6.276/1975; 6.585/1978; 6.631/1979 e DELs 2.057/1983 e 2.467/1988.

ALTERA o DEL 221/1967.

LEI 9.019, de 30/03/1995

POLEC

Dispõe sobre aplicação do Acordo Antidumping e do Acordo de Subsídios e de Direitos Compensatórios.

REVOGA o DEL 1.578/1977. **ALTERADA** p/Lei 10.833/2003.

LEI 9.012, de 30/03/1995

CR

Proíbe instituições federais de crédito de financiar devedores do FGTS.

LEI 9.008, de 21/03/1995

MA - OAP

Cria o Conselho Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos para indenização de danos ambientais e outros. Ver Lei 7.347/1985.

LEI 8.999, de 24/02/1995

CR

Dispõe sobre a alocação de recursos do FAT em Depósitos Especiais Remunerados (DER) para o crédito rural.

LEI 8.981, de 20/01/1995

TRIBUT - RA

Altera a legislação tributária federal. Art. 90: dispõe sobre o ITR.

ALTERA as Leis 8.847/1994 e 8.850/1994. **ALTERADA** p/Lei 9.065/1995.

LEI 8.974, de 05/01/1995

BBPI

Lei de Biossegurança. Estabelece normas para uso de engenharia genética.

ALTERADA p/MPV 2.191-9/2001 e **REVOGADA** p/Lei 11.105/2005.

1994

LEI 8.949, de 09/12/1994

COOP - TPS

Declara, por modificação da CLT, a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados.

ALTERA o DEL 5.452/1943.

LEI 8.941, de 25/11/1994

RA

Altera a LDO para incluir as despesas com o Procera nas áreas prioritárias para receber recursos do orçamento de 1994. Ver Lei 8.928/1994.

ALTERA a Lei 8.694/1993.

LEI 8.936, de 24/11/1994

DAFI

Dispõe sobre multas a serem aplicadas pela fiscalização de bebidas.

ALTERA a Lei 8.918/1994.

LEI 8.929, de 22/08/1994

CR

Institui a Cédula do Produto Rural (CPR).

ALTERADA p/Leis 10.200/2001 e 11.076/2004.

LEI 8.918, de 14/07/1994

DAFI

Dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas.

REVOGA a Lei 5.823/1972. **ALTERADA** p/Leis 8.936/1994 e 13.001/2014.

LEI 8.880, de 27/05/1994

CR

Institui a URV. Dispõe sobre equivalência-produto (prevista no §2º do artigo 16, vetado e posteriormente reincluído por derrubada do voto). Ver Leis 9.138/1995; 9.848/1999; 10.186/2001; 10.735/2003 e 11.524/2007 e MPV 2.168-40/2001.

LEI 8.874, de 29/04/1994

DR

Restabelece prazo (dado pela Lei 7.450/1985) para incentivos fiscais na Sudam e na Sudene. Ver Lei 4.239/1963 e DEL 756/1969.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 8.870, de 15/04/1994

TPS

Institui a Carteira de Identificação do Segurado.

ALTERA as Leis 8.212/1991 e 8.213/1991. **ALTERADA** p/Leis 9.528/1997 e 10.256/2001.

LEI 8.850, de 28/01/1994

RA - TRIBUT

Altera disposições sobre o ITR. Ver Lei 9.065/1995.

ALTERA a Lei 8.383/1991. **ALTERADA** p/Lei 8.981/1995.

LEI 8.847, de 28/01/1994

RA - TRIBUT

Dispõe sobre o ITR. Transfere ao Incra a cobrança da Taxa de Serviços Cadastrais (DELS 57/1966 e 1.989/1982 e Lei 6.746/1979). Retira da SRF a cobrança das contribuições sindical (DEL 1.166/1971) e para o Senar (Lei 8.315/1991). Ver Leis 9.065/1995 e 9.321/1996.

ALTERADA p/Leis 8.981/1995 e 9.393/1996.

1993

LEI 8.735, de 25/11/1993

CAA - PGPM

Define condições para aquisição de alimentos dos estoques públicos, mantidos junto ao Banco do Brasil (AGF), para doação à população flagelada do Polígono da Seca.

LEI 8.731, de 16/11/1993

PAEC & T - OAP

Transforma as escolas agrotécnicas federais em autarquias.

LEI 8.723, de 28/10/1993

ENERG - CANA

Art. 9º: fixa em 22% o percentual obrigatório de adição de álcool à gasolina, com variação de 1%.

ALTERADA p/Leis 10.203/2001; 10.464/2002; 10.696/2003; 12.490/2011 e 13.033/2014.

LCP 76, de 06/07/1993

RA

Estabelece o Rito Sumário nos processos de desapropriação para a reforma agrária.

REVOGA o DEL 554/1969. **ALTERADA** p/LCP 88/1996.

LEI 8.666, de 21/06/1993

RA

Institui normas para licitações e contratos da administração pública. Art. 17 §2º: estabelece condições para alienação e concessão de terras públicas.

ALTERA a Lei 5.194/1966. **ALTERADA** p/Leis 11.196/2005; 11.763/2008; 11.952/2009 e 12.188/2010.

LEI 8.661, de 02/06/1993

PAEC & T

Cria incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária. Ver DEL 2.451/1988.

ALTERA o DEL 2.433/1988. **ALTERADA** p/Leis 9.430/1996 e 9.532/1997 e **REVOGADA** p/Lei 11.196/2005.

LEI 8.660, de 28/05/1993

CR - POLEC

Extingue a TR diária.

ALTERA a Lei 8.177/1991.

LEI 8.657, de 21/05/1993

AIRR

Altera a Política Nacional de Irrigação.

ALTERA a Lei 6.662/1979. **REVOGADA** p/Lei 12.787/2013.

LEI 8.631, de 04/03/1993

ENERG

Art. 9º: estabelece que a Eletrobras destinará recursos da RGR para financiamento de programas de eletrificação rural.

ALTERA a Lei 5.655/1971.

LEI 8.629, de 25/02/1993

RA

Regulamenta a reforma agrária. Ver Leis 4.504/1964 e 5.709/1971.

ALTERADA p/MPV 2.183-56/2001 e p/Leis 10.279/2001 e 13.001/2014.

LEI 8.617, de 04/01/1993

PESCA

Dispõe sobre o mar territorial brasileiro.

REVOGA o DEL 1.098/1970.

1992

LEI 8.540, de 22/12/1992

TPS - ATER

Altera disposições sobre a contribuição do empregador rural para a Previdência Social e para o Senar.

ALTERA as Leis 8.212/1991 e 8.315/1991.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 8.522, de 11/12/1992

DAFI - CANA - INSUM

Extingue a cobrança de taxas: de inspeção (de insumos e sobre o abate); do IAA (sobre o açúcar) e outras, instituídas pelos DELs 308/1967; 1.712/1979; 1.899/1981 e 1.952/1982.

LEI 8.490, de 19/11/1992

OAP

Dispõe sobre a organização da administração federal.

LEI 8.458, de 11/09/1992

CR

Modifica disposições relativas à aplicação de recursos do FAT.

ALTERA a Lei 8.352/1991.

LEI 8.427, de 27/05/1992

CR

Dispõe sobre a concessão de subvenção no crédito rural. Equalização de preços e de taxas de juros.

ALTERADA p/Leis 9.848/1999; 10.648/2003; 11.076/2004; 11.524/2007; 11.775/2008; 11.922/2009 e 12.058/2009.

1991

LEI 8.393, de 30/12/1991

CANA - TRIBUT

Extingue a contribuição sobre saída de açúcar (ver DELs 308/1967; 1.712/1979 e 1.952/1982) e os subsídios de equalização do açúcar (ver Lei 4.870/1965 e DELs 308/1967; 1.186/1971 e 1.952/1982). Dispõe sobre o IPI do açúcar.

ALTERADA p/Lei 9.532/1997.

LEI 8.352, de 28/12/1991

CR - POLEC

Dispõe sobre a aplicação das disponibilidades financeiras do FAT – aplicações para o setor rural.

ALTERA a Lei 8.019/1990. ALTERADA p/Lei 8.458/1992.

LEI 8.344, de 27/12/1991

OAP - CAA - EQUINO

Modifica a organização e as atribuições do Ministério da Agricultura. Vincula a Conab ao Ministério. Dispõe sobre recursos para a equideocultura. Ver Lei 7.291/1984.

ALTERA as Leis 8.028/1990 e 8.029/1990.

LEI 8.315, de 23/12/1991

OAP - ATER - TPS

Cria o Senar. Ver DELs 1.146/1970 e 1.989/1982 (recolhimento de contribuições).

ALTERADA p/Lei 8.540/1992.

LEI 8.287, de 20/12/1991

PESCA - TPS

Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego a pescadores artesanais nos períodos de defeso.

REVOGADA p/ Lei 10.779/2003.

LEI 8.257, de 26/11/1991

RA

Dispõe sobre a expropriação das glebas com culturas ilegais de plantas psicotrópicas.

LEI 8.218, de 29/08/1991

POLEC

Disciplina uso de NCz\$; impostos e contratos.

LEI 8.213, de 24/07/1991

TPS

Dispõe sobre planos de benefícios da Previdência Social.

ALTERADA p/Leis 8.870/1994; 9.528/1997; 9.876/1999; 11.718/2008; 12.873/2013 e outras.

LEI 8.212, de 24/07/1991

TPS

Dispõe sobre organização da Seguridade Social. Institui Plano de Custeio da Previdência Social.

ALTERADA p/Leis 8.540/1992; 8.870/1994; 9.528/1997; 9.876/1999; 10.256/2001; 11.718/2008; 11.933/2009; 12.873/2013 e outras.

LEI 8.205, de 08/07/1991

CR - SEGUR

Autoriza a emissão de títulos para pagamento de diferença de correção monetária da poupança (ver Lei 7.868/1989) e de dívidas do Proagro.

LEI 8.195, de 26/06/1991

OAP

Altera regulamentação da profissão de engenheiro agrônomo no que concerne aos Crea.

ALTERA a Lei 5.194/1966.

LCP 67, de 13/06/1991

DR - OAP

Altera a composição do Conselho Deliberativo da Sudam.

REVOGADA p/LCP 124/2007.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LCP 66, de 12/06/1991

DR - OAP

Altera a composição do Conselho Deliberativo da Sudene.

REVOGADA p/LCP 125/2007.

LEI 8.177, de 01/03/1991

POLEC - CR - DR

Estabelece regras para a desindexação da economia (Collor II). Cria TR, extingue BTN. Dispõe sobre atualização de operações de crédito rural, dos Fundos Constitucionais e do Finam e Finor.

ALTERADA p/Leis 8.660/1993; 9.126/1995 e 9.365/1996 e p/MPV 2.183-56/2001.

LEI 8.174, de 30/01/1991

POLEC - CR - CAA - OAP

Lei Agrícola II. Estabelece atribuições do CNPA. Institui tributação compensatória. Institui equivalência-produto no crédito rural. Estabelece regras para liberação de estoques públicos.

LEI 8.172, de 18/01/1991

PAEC&T

Restabelece o FNDCT, criado pelo DEL 719/1969. Ver Lei 11.540/2007.

LEI 8.171, de 17/01/1991

POLEC

Lei Agrícola.

ALTERADA p/Leis 9.272/1996; 9.712/1998; 9.972/2000; 10.228/2001; 10.246/2001; 10.298/2001; 10.327/2001; 10.990/2004; 11.718/2008; 11.775/2008; 12.058/2009 e 12.805/2013.

LEI 8.167, de 16/01/1991

DR

Altera incentivos fiscais. Restabelece Finam e Finor. Ver Lei 9.532/1997.

ALTERA o DEL 1.106/1970. **ALTERADA** p/Leis 10.177/2001 e 12.995/2014 e p/MPVs 2.199-14/2001; 2.156-5/2001 e 2.216-37/2001.

1990

LEI 8.154, de 28/12/1990

OAP - ATER

Estabelece atribuições e estrutura do Sebrae e eleva contribuições sociais para financiá-lo.

ALTERA a Lei 8.029/1990.

LEI 8.132, de 26/12/1990

INSUM

Conceitua máquina e implemento agrícolas para fins de regulação do comércio.

ALTERA a Lei 6.729/1979.

LEI 8.117, de 13/12/1990

CANA

Modifica o controle prévio das exportações e importações de açúcar, álcool, mel rico ou mel residual (melaço).

LEI 8.096, de 21/11/1990

TRIGO

Libera a comercialização e a industrialização do trigo.

REVOGA o DEL 210/1967.

LEI 8.090, de 13/11/1990

PAEC&T - OAP

Estabelece a estrutura básica da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Cria o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

ALTERA a Lei 8.028/1990. **ALTERADA** p/Lei 9.257/1996.

LEI 8.034, de 12/04/1990

DR

Suspende incentivos fiscais para Finam e Finor. Ver DEL 1.376/1974.

ALTERADA p/MPV 2.156-5/2001.

LEI 8.032, de 12/04/1990

TRIBUT - INSUM

Dispõe sobre isenção ou redução de Imposto de Importação sobre máquinas, insumos e alimentos.

REVOGA o DEL 1.953/1982. **ALTERADA** p/Leis 10.184/2001; 10.206/2001 e 10.964/2004.

LEI 8.029, de 12/04/1990

OAP - ATER - CANA - CAA - PAEC&T

Dispõe sobre a extinção de Embrater, Sudeco, Sudesul, DNOS, IAA, IBC, BNCC e outros e sobre a criação do Sebrae. Transfere acervo do Planalsucar para a Embrapa. Cria a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

ALTERADA p/Leis 8.154/1990; 8.344/1991 e 9.618/1998.

LEI 8.028, de 12/04/1990

OAP - MA - CACAU

Dispõe sobre a organização da administração pública: Ministério da Agricultura, Ibama (artigo 35) e Ceplac (artigo 23). Ver Lei 7.804/1989.

ALTERA as Leis 6.938/1981; 7.735/1989 e 7.797/1989. **ALTERADA** p/Leis 8.090/1990; 8.344/1991 e 11.516/2007.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 8.024, de 12/04/1990

POLEC

Plano Collor I.

LEI 8.023, de 12/04/1990

TRIBUT

Altera a legislação do IR sobre a atividade rural.

ALTERA o DEL 1.382/1974 e **REVOGA** os DELs 902/1969 e 1.074/1970. **ALTERADA** p/Leis 8.134/1990; 8.383/1991; 9.249/1995 e 9.250/1995.

LEI 8.022, de 12/04/1990

RA - TRIBUT

Transfere a cobrança de ITR do Incra para a SRF.

ALTERADA p/Lei 8.383/1991.

LEI 8.019, de 11/04/1990

CR

Altera a legislação do FAT.

ALTERA a Lei 7.998/1990. **ALTERADA** p/Leis 8.352/1991; 9.365/1996 e 10.199/2001.

LEI 8.009, de 29/03/1990

POLEC

Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família. Estabelece as condições no caso de imóvel rural.

LEI 8.005, de 22/03/1990

MA - OAP

Dispõe sobre cobrança e atualização dos créditos do Ibama.

LEI 7.998, de 11/01/1990

CR

Regula o Programa de Seguro-Desemprego e o Abono Salarial. Institui o FAT.

ALTERADA p/Lei 8.019/1990.

1989

LEI 7.967, de 22/12/1989

DAFI

Estabelece multas pela infração à legislação sanitária.

ALTERA a Lei 6.437/1977.

LEI 7.957, de 20/12/1989

MA - OAP

Dispõe sobre a direção e o pessoal do Ibama.

ALTERA a Lei 7.735/1989. **ALTERADA** p/Lei 11.516/2007.

LEI 7.890, de 23/11/1989

SEGUR

Dispõe sobre o Proagro. Amplia cobertura na safra 1989/1990. Ver Leis 5.969/1973 e 6.685/1979.

LEI 7.889, de 23/11/1989

DAFI

Dispõe sobre a Inspeção de Produtos de Origem Animal.

ALTERA a Lei 1.283/1950 e **REVOGA** as Leis 5.760/1971 e 6.275/1975. **ALTERADA** p/Lei 12.341/2010.

LEI 7.876, de 13/11/1989

HONOR - MA

Institui o dia 15 de abril como Dia Nacional da Conservação de Solos.

LEI 7.875, de 13/11/1989

MA

Modifica o Código Florestal para dar destinação a parte da receita com ingressos nos parques nacionais.

ALTERA a Lei 4.771/1965.

LEI 7.869, de 07/11/1989

CR

Autoriza crédito especial no orçamento para indenizar bancos pela diferença entre a correção monetária do Plano NCz\$ e a da poupança nos contratos de crédito rural.

REVOGA a Lei 7.772/1989.

LEI 7.868, de 07/11/1989

CR

Autoriza emissão de Títulos Públicos Federais para indenizar bancos pela diferença entre a correção monetária do Plano NCz\$ e a da poupança para os financiamentos rurais.

LEI 7.843, de 18/10/1989

CR - POLEC

Dispõe sobre a atualização monetária de obrigações (OTN e BTN). Autoriza a prorrogação automática dos vencimentos nos casos de dificuldades de pagamento.

ALTERA as Leis 7.774/1989 e 7.801/1989.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 7.827, de 27/09/1989

CR - DR

Regulamenta os Fundos Constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). Prevê, entre outras diretrizes, a concessão de financiamentos exclusivamente aos setores produtivos e “tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini produtores rurais”.

ALTERADA p/LCPs 125/2007 e 129/2009. p/Leis 9.126/1995; 9.808/1999; 10.177/2001; 11.524/2007; 11.775/2008; 12.716/2012 e 12.793/2013 e p/MPV 2.196-3/2001.

LEI 7.817, de 14/09/1989

CANA - POLEC

Impõe controle prévio nas exportações de açúcar, álcool e melaço até 31/5/1990. Ver DEL 2.435/1988.

LEI 7.804, de 18/07/1989

MA

Estabelece alterações na Política Nacional de Meio Ambiente.

ALTERA as Leis 6.902/1981; 6.938/1981 e 7.735/1989. **ALTERADA** p/MPV 2.216-37/2001.

LEI 7.803, de 18/07/1989

MA

Altera vários dispositivos do Código Florestal.

ALTERA a Lei 4.771/1965 e **REVOGA** as Leis 6.535/1978 e 7.511/1986.

LEI 7.802, de 11/07/1989

DAFI - INSUM

Lei dos Agrotóxicos.

ALTERADA p/Lei 9.974/2000.

LEI 7.797, de 10/07/1989

MA

Institui o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dispõe sobre sua gestão e aplicação de seus recursos.

ALTERADA p/Leis 8.028/1990 e 8.134/1990.

LEI 7.796, de 10/07/1989

PAEC&T

Cria Comissão Coordenadora Regional de Pesquisa na Amazônia.

LEI 7.784, de 28/06/1989

CAA

Tipifica infrações às normas sobre economia popular e abastecimento e estabelece penas.

ALTERA a LDL 4/1962. **ALTERADA** p/Lei 8.035/1990.

LEI 7.772, de 08/06/1989

CR

Dispõe sobre a compensação, no IR de bancos, da diferença de correção monetária em empréstimos concedidos com recursos da poupança rural.

REVOGADA p/Lei 7.869/1989.

LEI 7.754, de 14/04/1989

MA

Estabelece medidas para proteção de florestas nas nascentes.

REVOGADA p/Lei 12.651/2012.

LEI 7.739, de 16/03/1989

OAP

Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios. Transfere ao Ministério da Agricultura as áreas de reforma e desenvolvimento agrário e o Proni.

LEI 7.735, de 22/02/1989

OAP - PESCA - SERING - MA

Extingue a Sema e a Sudepe e cria o Ibama (que incorpora também o acervo do IBDF e da Sudhevea).

ALTERADA p/Leis 7.804/1989; 7.957/1989; 8.028/1990 e 11.516/2007 e p/MPV 2.216-37/2001.

LEI 7.732, de 14/02/1989

OAP - MA - SERING

Extingue autarquias e fundações no Plano Verão: Sudhevea e IBDF.

LEI 7.731, de 14/02/1989

OAP - SERING - ENERG

Extingue órgãos da administração: Conselho Nacional da Borracha (CNB) e Grupo Executivo de Eletrificação Rural (GEER).

LEI 7.730, de 31/01/1989

POLEC - CR

Plano Verão. Institui o Cruzado Novo. Dispõe sobre a exigibilidade dos depósitos à vista.

ALTERA a Lei 4.595/1964. **ALTERADA** p/Leis 7.738/1989 e 7.747/1989.

1988

LEI 7.714, de 29/12/1988

CR - REFLOR

Cancela a aplicação de incentivos no Fiset. Ver DELs 1.376/1974 e 2.397/1987.

ALTERA o DEL 1.483/1976. **ALTERADA** p/MPV 2.158-35/2001.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 7.711, de 22/12/1988

TRIBUT - CR

Dispõe sobre formas de melhoria da administração tributária (com efeitos sobre o crédito rural).

LEI 7.679, de 23/11/1988

PESCA

Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução. Ver Lei 7.653/1988.

ALTERA a Lei 5.197/1967. **REVOGADA** p/Lei 11.959/2009.

LEI 7.678, de 08/11/1988

DAFI - UVA

Dispõe sobre produção, circulação e comercialização de vinho e derivados da uva e do vinho.

REVOGA as Leis 549/1937 e 2.795/1956 e os DELs 826/1938; 3.582/1941; 4.327/1942; 4.695/1942; 8.064/1945 e 476/1969.

ALTERADA p/Leis 10.970/2004; 12.320/2010 e 12.959/2014.

DEL 2.471, de 01/09/1988

CANA

Modifica formas de cobrança e correção das contribuições sobre açúcar e álcool. Ver DELs 308/1967; 1.712/1979; 1.952/1982 e 2.323/1987.

DEL 2.467, de 01/09/1988

PESCA

Dispõe sobre proteção e estímulos à pesca. Ver Leis 5.438/1968; 6.276/1975; 6.585/1978; 6.631/1979; 9.059/1995 e DEL 2.057/1983.

ALTERA o DEL 221/1967.

DEL 2.459, de 25/08/1988

CANA - ENERG

Concede isenção de IPI a aguardentes destinadas à produção de álcool combustível.

REJEITADO p/ADC de 14/06/1989.

DEL 2.454, de 19/08/1988

DR

Prorroga prazos da Lei 7.450/1985: incentivos fiscais na Sudam e na Sudene. Ver Lei 4.239/1963, artigo 14 e DEL 756/1969, artigo 22.

DEL 2.440, de 03/06/1988

CAFÉ

Dispõe sobre a aplicação das disponibilidades financeiras do Funcafé.

ALTERA o DEL 2.295/1986.

DEL 2.437, de 24/05/1988

CANA

Altera proibição de uso de recursos do Tesouro para compra de açúcar para exportação.

ALTERA o DEL 2.401/1987.

DEL 2.434, de 19/05/1988

POLEC - TRIBUT - INSUM

Autoriza a isenção ou redução de Imposto de Importação para fertilizantes e defensivos.

ALTERA a Lei 3.244/1957.

LEI 7.661, de 16/05/1988

MA

Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.

DEL 2.431, de 20/04/1988

RA

Cria o Fundo Nacional da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Funmirad).

ALTERA a Lei 4.504/1964 e o DEL 582/1969. **REJEITADO** p/ADC de 14/06/1989.

LEI 7.653, de 12/02/1988

MA - PESCA

Estabelece penas para infrações ambientais relativas à fauna e à pesca.

ALTERA a Lei 5.197/1967.

LEI 7.647, de 19/01/1988

RA

Modifica o Estatuto da Terra para dispor sobre a emissão de TDAs.

ALTERA a Lei 4.504/1964.

1987

DEL 2.401, de 21/12/1987

CANA

Proíbe a utilização de recursos do Tesouro na compra de açúcar para exportação.

ALTERADO p/DEL 2.437/1988.

DEL 2.400, de 21/12/1987

OAP - CAA

Transfere para a União capital de participação da Cobal nas Ceasas.

ALTERADO p/DEL 2.427/1988.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEL 2.397, de 21/12/1987

CR - DR - REFLOR

Art. 12: altera recursos de Finam, Finor e Fiset. Ver DELs 1.106/1970; 1.376/1974 e 1.478/1976.

ALTERADO p/ MPV 2.156-5/2001.

LEI 7.643, de 18/12/1987

PESCA

Proíbe a pesca de cetáceos nas águas jurisdicionais brasileiras.

DEL 2.384, de 17/12/1987

DR - AIRR

Modifica disposições sobre obras em cooperação na área da Sudene.

ALTERA o DEL 138/1967.

DEL 2.377, de 30/11/1987

RA - TRIBUT - TPS

Cancela débitos de ITR e das contribuições e taxas do Incra e de Contribuição Sindical. Ver DELs 57/1966; 1.146/1970; 1.166/1971; 1.989/1982 e Lei 6.746/1979.

DEL 2.375, de 24/11/1987

RA

Revoga a disposição relativa às terras devolutas nas margens das rodovias da Amazônia Legal, criando novas normas. Ver DELs 1.243/1972; 1.473/1976; 1.868/1981 e Lei 5.917/1973.

REVOGA o DEL 1.164/1971.

LEI 7.628, de 13/11/1987

PGPM - UVA

Dispõe sobre preço mínimo de uva.

ALTERA a Lei 7.298/1984.

DEL 2.369, de 11/11/1987

AIRR - DR

Modifica disposições do resarcimento de investimentos de irrigação no Semiárido.

ALTERA o DEL 2.032/1983. REVOGADO p/Lei 12.787/2013.

DEL 2.363, de 21/10/1987

OAP - RA

Extingue o Incra e cria o Inter.

REJEITADO p/DLG 002/1989.

LCP 55, de 10/07/1987

TPS - PESCA

Isenta as indústrias pesqueiras da contribuição sobre o produto no Funrural. Ver Lei 6.195/1974 e LCPs 11/1971 e 16/1973.

LEI 7.604, de 26/05/1987

TPS

Estabelece normas complementares à LCP 11/1971, introduzindo alterações no Prorural, da Previdência Social.

LEI 7.600, de 15/05/1987

OAP

Atribui gratificação a engenheiros agrônomos.

DEL 2.328, de 05/05/1987

RA - OAP

Extingue o Getat. Ver DELs 1.767/1980 e 1.799/1980.

LEI 7.584, de 06/01/1987

MA

Dá destinação aos produtos apreendidos pela fiscalização ambiental na proteção à fauna.

ALTERA a Lei 5.197/1967.

1986

DEL 2.304, de 21/11/1986

CR - DR - REFLOR

Dispõe sobre Finam, Finor e Fiset.

ALTERA o DEL 1.376/1974.

DEL 2.295, de 21/11/1986

CAFÉ - CR

Restabelece a quota de contribuição sobre as exportações de café. Cria o Funcafé.

ALTERA o DEL 2.197/1984. ALTERADO p/DEL 2.440/1988 e PARCIALMENTE SUSPENSO p/RSF 28/2005.

LEI 7.513, de 09/07/1986

RA

Torna impenhorável imóvel de até um módulo rural.

ALTERA a Lei 5.869/1973.

LEI 7.512, de 07/07/1986

MILHO

Institui o Programa Nacional do Milho (Promilho).

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 7.511, de 07/07/1986

MA

Altera vários dispositivos do Código Florestal.

ALTERA a Lei 4.771/1965. **REVOGADA** p/ Lei 7.803/1989.

LEI 7.502, de 02/07/1986

LEITE - POLEC

Autoriza a instituição de Programas de Apoio à Produção Nacional de Leite, com subvenção aos produtores.

DEL 2.284, de 10/03/1986

POLEC

Plano Cruzado.

1985

LEI 7.451, de 26/12/1985

CANA - ENERG

Prorroga até 1991 a isenção do Imposto Único Sobre Combustíveis incidente sobre o álcool combustível. Ver DELs 1.631/1978 e 1.690/1979.

ALTERA o DEL 1.785/1980.

LEI 7.450, de 23/12/1985

DR

Art. 59: fixa prazos para incentivos fiscais da Sudam e Sudene. Ver DELs 1.898/1981 e 2.454/1988.

LEI 7.423, de 17/12/1985

PAEC&T

Revoga a “Lei do Boi”, que dispõe sobre o preenchimento de vagas em estabelecimentos de ensino agrícola.

REVOGA a Lei 5.465/1968.

LEI 7.413, de 09/12/1985

PAEC&T

Autoriza a criação de colégio agrícola em Sertânia – PE.

LEI 7.356, de 30/08/1985

TPS - PESCA

Modifica a Lei Orgânica da Previdência Social para incluir o pescador na Previdência.

ALTERA a Lei 3.807/1960.

LEI 7.347, de 24/07/1985

MA

Disciplina a ação pública por danos ao meio ambiente.

LEI 7.304, de 01/04/1985

PAEC&T

Autoriza a criação de colégio agrícola em Garanhuns – PE.

1984

LEI 7.298, de 28/12/1984

UVA - PGPM

Dispõe sobre o Conselho Nacional de Vitivinicultura (Conavin), sobre o Plano Nacional da Vitivinicultura, o seguro e o preço mínimo da uva.

ALTERADA p/Lei 7.628/1987.

DEL 2.197, de 26/12/1984

CAFÉ

Atribui ao Ministro da Indústria e Comércio a competência para baixar atos relativos à exportação de café. Autoriza a compensação do valor de bonificações e outros incentivos à exportação de café com o valor do Imposto de Exportação exigido sobre o mesmo produto. Extingue a cota de contribuição sobre a exportação de café.

ALTERADO p/DEL 2.295/1986.

LEI 7.291, de 19/12/1984

EQUINO

Dispõe sobre as atividades de equideocultura. Ver Lei 8.344/1991.

REVOGA a Lei 5.971/1973. **ALTERADA** p/Lei 12.546/2011.

LEI 7.231, de 23/10/1984

COOP - RA - OAP

Transfere a supervisão do cooperativismo do Incra para o Ministério da Agricultura. Dispõe sobre o regime de pessoal do Incra.

DEL 2.145, de 28/06/1984

RA - TRIBUT - DR - TPS

Cancela créditos correspondentes aos exercícios de 1979/1983 relativos a ITR, contribuições ao Incra, Funrural e sindical e taxas de serviços cadastrais em municípios sob seca. Ver DELs 57/1966; 1.146/1970; 1.166/1971 e 1.989/1982 e Lei 6.746/1979.

DEL 2.134, de 26/06/1984

DR

Prorroga os prazos dos incentivos fiscais da Sudam e da Sudene.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

1983

DEL 2.103, de 30/12/1983

RA - TRIBUT

Prorroga os prazos de remissão de ITR e taxas previstos no DEL 2.066/1983.

DEL 2.081, de 22/12/1983

CAFÉ

Estabelece formas de pagamento das dívidas com o IBC com redução.

DEL 2.066, de 27/10/1983

TRIBUT - RA - DR - TPS

Autoriza a remissão de créditos de ITR e da contribuição ao Incra, dispensa o pagamento da Taxa de Serviços Cadastrais e cancela débitos de Contribuição Sindical em municípios em estado de emergência por seca. Ver DELs 57/1966; 1.146/1970; 1.989/1982 e 2.103/1983 e Lei 6.746/1979.

DEL 2.057, de 23/08/1983

PESCA

Altera disposições da proteção e estímulo à pesca. Ver Leis 5.438/1968; 6.585/1978; 6.631/1979 e 9.059/1995.

ALTERA o DEL 221/1967 e a Lei 6.276/1975.

DEL 2.038, de 29/06/1983

CR

Altera disposição relativa à inexigência de certidão da Previdência Social na contratação de crédito rural.

ALTERA o DEL 1.958/1982.

DEL 2.032, de 09/06/1983

AIRR - DR

Dispõe sobre o resarcimento de investimentos de irrigação no semiárido.

ALTERADO p/DEL 2.369/1987 e REVOGADO p/Lei 12.787/2013.

1982

DEL 1.989, de 28/12/1982

RA

Dispõe sobre a contribuição devida ao Incra. Ver DELs 57/1966 e 1.146/1970 e Leis 4.504/1964; 6.746/1979 e 8.847/1994.

DEL 1.963, de 14/10/1982

HABIT

Dispõe sobre o Programa Nacional de Política Fundiária e sobre a destinação de seus recursos para projetos de construção de habitações para o trabalhador rural.

LEI 7.032, de 30/09/1982

OAP - PGPM

Autoriza a transformação da CFP em empresa pública.

DEL 1.959, de 14/09/1982

CR

Altera limite de recolhimento compulsório. Ver DELs 108/1967; 1.085/1970 e 1.580/1977.

ALTERA a Lei 4.595/1964.

DEL 1.958, de 09/09/1982

CR

Dispensa a apresentação de certidões negativas da Previdência Social na contratação de crédito rural.

ALTERADO p/DEL 2.038/1983.

DEL 1.952, de 15/07/1982

CANA

Institui adicional às contribuições sobre açúcar e álcool. Dispõe sobre o IAA. Ver Leis 8.022/1990; 8.393/1991 e 8.522/1992 e DELs 308/1967 e 2.471/1988.

ALTERA o DEL 1.712/1979.

LEI 6.981, de 30/03/1982

COOP

Permite que sejam escolhidos delegados votantes nas assembleias de cooperativas.

ALTERA a Lei 5.764/1971.

1981

DEL 1.899, de 21/12/1981

DAFI

Institui taxas relativas a serviços de classificação, inspeção e fiscalização prestados pelo Ministério da Agricultura. Ver Leis 5.760/1971; 5.823/1972; 6.198/1974; 6.305/1975; 6.446/1977; 6.507/1977; 6.894/1980 e 6.934/1981.

ALTERA o DEL 467/1969.

DEL 1.898, de 21/12/1981

DR

Prorroga os prazos dos incentivos fiscais na área da Sudam e da Sudene.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 6.969, de 10/12/1981

RA

Cria a usucapião especial para imóveis rurais.

ALTERA a Lei 3.071/1916.

LEI 6.938, de 31/08/1981

MA - OAP

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Cria o Conama.

ALTERADA p/ Leis 7.804/1989; 8.028/1990; 9.960/2000; 9.966/2000; 9.985/2000; 10.165/2000; 11.105/2005; 11.284/2006; 12.651/2012 e p/ LCP 140/2011.

LEI 6.934, de 13/07/1981

DAFI

Modifica disposições sobre inspeção e fiscalização da produção e comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes.

ALTERA a Lei 6.894/1980.

LEI 6.925, de 29/06/1981

RA

Dispõe sobre a ratificação de aquisição de terras em faixa de fronteira. Ver Leis 4.947/1966; 9.871/1999; 10.164/2000; 10.363/2001 e 10.787/2003.

ALTERA o DEL 1.414/1975.

LEI 6.902, de 27/04/1981

MA

Dispõe sobre a criação de estações ecológicas e APAs.

ALTERADA p/ Lei 7.804/1989.

DEL 1.868, de 30/03/1981

RA

Amplia a relação de rodovias na Amazônia Legal nas quais se observará a faixa de 100 quilômetros de terras devolutas consideradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais. Ver DELs 1.243/1972; 1.473/1976 e 2.375/1987 e Lei 5.917/1973.

ALTERA o DEL 1.164/1971.

1980

LEI 6.894, de 16/12/1980

DAFI - INSUM

Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes.

REVOGA a Lei 6.138/1974. **ALTERADA** p/Leis 6.934/1981 e 12.890/2014 e p/DEL 1.899/1981.

LEI 6.815, de 19/08/1980

RA

Estatuto do estrangeiro. Altera disposições sobre a aquisição de terras.

ALTERA a Lei 5.709/1971.

DEL 1.799, de 05/08/1980

RA - OAP

Reestrutura o Getat. Ver DELs 1.767/1980 e 2.328/1987.

LEI 6.805, de 07/07/1980

OAP

Cria a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia (Codaron).

DEL 1.767, de 01/02/1980

RA - OAP

Cria o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat). Ver DELs 1.799/1980 e 2.328/1987.

DEL 1.766, de 28/01/1980

RA

Autoriza o Incra a receber imóveis em pagamento de débitos inscritos em Dívida Ativa.

1979

LEI 6.754, de 17/12/1979

CR

Altera títulos de crédito rural.

ALTERA o DEL 167/1967.

LEI 6.751, de 10/12/1979

CR - HABIT

Inclui habitação dos trabalhadores nos projetos de crédito rural.

LEI 6.746, de 10/12/1979

RA - TRIBUT

Modifica o Estatuto da Terra para alterar disposições sobre o ITR. Altera disposições relativas à Taxa de Serviços Cadastrais e à contribuição ao Incra. Ver DELs 57/1966; 1.146/1970 e 1.989/1982 e Lei 8.847/1994.

ALTERA a Lei 4.504/1964.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 6.739, de 05/12/1979

RA

Dispõe sobre a matrícula e o registro de imóveis rurais.

ALTERADA p/Lei 10.267/2001.

DEL 1.712, de 14/11/1979

CANA

Dispõe sobre a arrecadação das contribuições ao IAA. Ver Leis 4.870/1965; 8.022/1990; e 8.522/1992 e DELs 308/1967 e 2.471/1988.

ALTERADO p/DEL 1.952/1982.

LEI 6.685, de 03/09/1979

SEGUR

Inclui os recursos próprios do agricultor na cobertura do Proagro.

ALTERA a Lei 5.969/1973.

DEL 1.690, de 01/08/1979

CANA - ENERG

Transfere ao Conselho Nacional do Álcool o estabelecimento das especificações de álcoois. Prorroga até 1985 a isenção do álcool combustível no Imposto Único Sobre Combustíveis.

ALTERA o DEL 1.631/1978.

LEI 6.662, de 25/06/1979

AIRR

Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação.

ALTERADA p/Lei 8.657/1993 e **REVOGADA** pela Lei 12.787/2013.

DEL 1.684, de 18/06/1979

RA

Dispõe sobre alienação de terras da União.

ALTERA o DEL 1.640/1978.

LEI 6.638, de 08/05/1979

PAEC&T

Estabelece normas para o uso de animais na pesquisa científica.

REVOGADA p/Lei 11.794/2008.

LEI 6.634, de 02/05/1979

RA

Dispõe sobre a Faixa de Fronteira.

REVOGA a Lei 2.597/1955.

LEI 6.631, de 19/04/1979

PESCA

Altera disposições da proteção e estímulo à pesca. Ver Leis 5.438/1968; 6.276/1975; 6.585/1978 e 9.059/1995.

ALTERA o DEL 221/1967.

1978

LEI 6.619, de 16/12/1978

OAP

Altera a regulamentação da profissão de engenheiro agrônomo no que concerne aos Crea.

ALTERA a Lei 5.194/1966 e o DEL 711/1969.

LEI 6.607, de 07/12/1978

HONOR - MA

Declara o pau-brasil árvore nacional e institui o Dia do Pau-brasil.

DEL 1.640, de 20/11/1978

RA

Destina ao Incra os recursos provenientes da venda de imóveis rurais da União.

ALTERA a Lei 4.947/1966. **ALTERADO** p/DEL 1.684/1979.

LEI 6.585, de 24/10/1978

PESCA

Altera disposições da proteção e estímulo à pesca. Ver Leis 5.438/1968; 6.276/1975; 6.631/1979 e 9.059/1995.

ALTERA o DEL 221/1967.

LEI 6.576, de 30/09/1978

MA

Proíbe o abate de açaizeiro.

LEI 6.572, de 30/09/1978

RA

Altera disposições sobre aquisição de terras por estrangeiros.

ALTERA a Lei 5.709/1971.

DEL 1.631, de 02/08/1978

CANA - ENERG

Sujeita, também, o álcool metílico à incidência do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos e o isenta até 1979.

REVOGA o DEL 1.583/1977. **ALTERADO** p/DEL 1.690/1979.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 6.535, de 15/06/1978

MA

Estabelece alteração no Código Florestal.

ALTERA a Lei 4.771/1965. **REVOGADA** p/Lei 7.803/1989.

1977

DEL 1.598, de 26/12/1977

TRIBUT - REFLOR

Altera IR – correção monetária dos ativos florestais.

ALTERA o DEL 1.483/1976. **ALTERADO** p/Lei 9.430/1996.

LEI 6.507, de 19/12/1977

DAFI - INSUM

Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de sementes e mudas. Ver DEL 1.899/1981.

REVOGA a Lei 4.727/1965. **REVOGADA** p/Lei 10.711/2003.

LEI 6.500, de 07/12/1977

OAP - ATER

Cria a Emater-DF.

DEL 1.584, de 29/11/1977

TRIBUT

Altera disposições sobre o IR da atividade rural.

ALTERA o DEL 902/1969.

DEL 1.583, de 18/11/1977

CANA - ENERG

Sujeita o álcool etílico combustível ao Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis e o isenta até 1979.

REVOGA o DEL 1.409/1975. **REVOGADO** p/DEL 1.631/1978.

LEI 6.456, de 26/10/1977

OAP - CANA

Transfere o Museu do Açúcar do IAA para o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

DEL 1.580, de 17/10/1977

CR

Altera o limite de recolhimento compulsório. Ver DELs 108/1967; 1.085/1970 e 1.959/1982.

ALTERA a Lei 4.595/1964.

LCP 31, de 11/10/1977

DR - OAP

Cria o Estado do Mato Grosso do Sul. Art. 45: estabelece que o Mato Grosso pertence, integralmente, à Amazônia (ver Lei 5.173/1966). Art. 46: define a área de atuação da Sudeco.

LEI 6.446, de 05/10/1977

DAFI - INSUM

Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização do sêmen destinado à inseminação artificial em animais domésticos. Ver DEL 1.899/1981.

LEI 6.437, de 20/08/1977

DAFI

Configura infrações à legislação sanitária e estabelece sanções.

REVOGA o DEL 785/1969. **ALTERADA** p/DEL 1.899/1981. p/Leis 7.967/1989 e 9.695/1998 e p/MPV 2.190-34/2001.

DEL 1.564, de 29/07/1977

DR

Altera os incentivos fiscais na área da Sudam e da Sudene.

ALTERA as Leis 4.239/1963 e 5.508/1968 e o DEL 756/1969.

LEI 6.431, de 11/07/1977

RA - DR

Autoriza a doação de terras devolutas a municípios da Amazônia Legal.

1976

DEL 1.503, de 23/12/1976

REFLOR

Cancela os incentivos fiscais concedidos pela Lei 5.106/1966 para empreendimentos florestais.

LEI 6.394, de 09/12/1976

OAP - REFLOR

Dispõe sobre a participação do GDF no capital da Proflora S.A. – Florestamento e Reflorestamento.

LEI 6.387, de 09/12/1976

TRIGO

Define “moagem colonial”. Ver DEL 210/1967 e Lei 5.420/1968.

LEI 6.383, de 07/12/1976

RA

Dispõe sobre o processo discriminatório de terras devolutas da União. Ver DEL 9.760/1946.

REVOGA a Lei 3.081/1956.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEL 1.494, de 07/12/1976

TRIBUT

Altera disposições sobre o IR da atividade rural.

ALTERA o DEL 902/1969.

DEL 1.487, de 10/11/1976

RA - TRIBUT

Autoriza a remissão de créditos de ITR e da contribuição ao Incra e dispensa a Taxa de Serviços Cadastrais nas áreas onde ocorreram secas ou enchentes.

DEL 1.483, de 06/10/1976

TRIBUT - REFLOR

Dispõe sobre a correção monetária dos recursos florestais.

ALTERADO p/DEL 1.598/1977 e p/Lei 7.714/1988.

DEL 1.478, de 26/08/1976

DR - CR - REFLOR

Dispõe sobre Finam, Finor e Fiset. Ver DEL 2.397/1987.

ALTERA o DEL 1.376/1974.

DEL 1.473, de 13/07/1976

RA

Amplia a relação de rodovias na Amazônia Legal nas quais se observará a faixa de 100 quilômetros de terras devolutas consideradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional. Ver DELs 1.243/1972; 1.868/1981 e 2.375/1987 e Lei 5.917/1973.

ALTERA o DEL 1.164/1971.

1975

LEI 6.305, de 15/12/1975

CAA

Institui a classificação de produtos vegetais. Ver DEL 1.899/1981.

REVOGADA p/ Lei 9.972/2000.

LEI 6.276, de 01/12/1975

PESCA

Altera disposições da proteção e estímulo à pesca. Ver Leis 5.438/1968; 6.585/1978; 6.631/1979 e 9.059/1995.

ALTERA o DEL 221/1967. ALTERADA p/DEL 2.057/1983.

LEI 6.275, de 01/12/1975

DAFI

Dispõe sobre a inspeção de produtos de origem animal: condições para os convênios com estados e regras de suspensão da interdição de estabelecimentos.

ALTERA a Lei 5.760/1971. REVOGADA p/Lei 7.889/1989.

LEI 6.260, de 06/11/1975

TPS

Institui benefícios da Previdência e Assistência Social aos empregadores rurais.

DEL 1.414, de 18/08/1975

RA

Dispõe sobre a ratificação de concessões e alienações de terras na faixa de fronteira. Ver Leis 4.947/1966; 9.871/1999; 10.164/2000; 10.363/2001 e 10.787/2003.

ALTERADO p/Lei 6.925/1981.

LEI 6.225, de 14/07/1975

MA

Lei da Conservação de Solos.

DEL 1.409, de 11/07/1975

CANA - ENERG

Sujeita o álcool combustível de cana ao Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis e o isenta até 1979.

REVOGADO p/DEL 1.583/1977.

LEI 6.218, de 07/07/1975

DR

Inclui municípios de Minas Gerais na área da Sudene.

1974

LEI 6.198, de 26/12/1974

DAFI - INSUM

Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização de produtos destinados à alimentação animal. Ver DEL 1.899/1981.

REVOGA a Lei 4.736/1965.

DEL 1.382, de 26/12/1974

TRIBUT

Dispõe sobre a forma de tributação das empresas agrícolas. Ver DELs 94/1966 e 902/1969.

ALTERADO p/Lei 8.023/1990.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 6.195, de 19/12/1974

TPS

Atribui ao Funrural a concessão de prestações por acidente de trabalho. Ver Lei 5.889/1973.

DEL 1.376, de 12/12/1974

DR - REFLOR

Dispõe sobre incentivos fiscais. Cria Finam, Finor e Fiset. Ver DELs 1.419/1975 e 2.397/1987 e Leis 7.714/1988; 8.034/1990; 9.532/1997 e 9.808/1999.

ALTERADO p/DELs 1.478/1976 e 2.304/1986 e p/MPVs 2.157-5/2001 e 2.156-5/2001.

DEL 1.366, de 29/11/1974

TRIBUT - DAFI

Extingue a isenção de Imposto de Importação sobre aviões agrícolas.

REVOGA a Lei 5.618/1970.

LEI 6.138, de 08/11/1974

DAFI - INSUM

Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização do comércio de fertilizantes, corretivos e inoculantes.

REVOGA o DEC 3.508/1918 e o DEL 3.802/1941. **REVOGADA** p/Lei 6.894/1980.

LEI 6.126, de 06/11/1974

OAP - ATER

Autoriza a instituição da Embrater. Ver Lei 8.029/1990.

DEL 1.338, de 23/07/1974

REFLOR - DR

Modifica os incentivos fiscais para a Amazônia, o Nordeste e para empreendimentos florestais.

ALTERA as Leis 4.357/1964; 5.106/1966 e 5.508/1968. **ALTERADO** p/DEL 1.641/1978.

LEI 6.088, de 16/07/1974

OAP - DR - AIRR

Dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).

ALTERADA p/Leis 9.954/2000; 12.040/2009 e 12.196/2010.

LEI 6.061, de 25/06/1974

CAA - OVINO

Renova o prazo para estabelecimento de especificações de classificação de lã. Ver Lei 5.093/1966.

DEL 1.328, de 20/05/1974

DR

Prorroga os prazos de incentivos fiscais nas áreas da Sudam e da Sudene. Ver Leis 4.239/1963 e 5.508/1968 e DEL 756/1969.

1973

LEI 6.015, de 31/12/1973

CR - RA

Dispõe sobre registros públicos. Registro de títulos de crédito rural, imóveis e outros.

REVOGA o DEL 1.000/1969. **ALTERADA** p/Leis 10.267/2001; 10.931/2004; 11.284/2006; 11.481/2007; 11.952/2009 e 12.810/2013.

LEI 6.001, de 19/12/1973

POLEC

Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

LEI 5.971, de 11/12/1973

EQUINO

Dispõe sobre as atividades turfísticas.

REVOGA a Lei 4.096/1962. **REVOGADA** p/Lei 7.291/1984.

LEI 5.969, de 11/12/1973

SEGUR

Institui o Proagro.

ALTERADA p/Lei 6.685/1979 e **REVOGADA** p/Lei 12.058/2009.

LCP 16, de 30/10/1973

TPS

Modifica disposições relativas ao produtor rural concernentes às contribuições e aos benefícios previdenciários, ao auxílio-funeral e ao Prorural/Funrural.

ALTERA a LCP 11/1971.

LEI 5.917, de 10/09/1973

RA

Amplia a relação de rodovias da Amazônia Legal nas quais se observará a faixa de 100 quilômetros de terras devolutas consideradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais. Ver DELs 1.243/1972; 1.473/1976; 1.868/1981 e 2.375/1981.

ALTERA o DEL 1.164/1971.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 5.889, de 08/06/1973

TPS

Estatui normas reguladoras do trabalho rural. Ver Leis 605/1949; 4.090/1962; 4.725/1965 e 4.903/1965 e DELs 15/1966; 17/1966 e 368/1968.

REVOGA a Lei 4.214/1963 e o DEL 761/1969. **ALTERADA** p/Leis 9.300/1996 e 11.718/2008 e p/MPV 2.164-41/2001.

DEL 1.267, de 12/04/1973

DR

Dispõe sobre a cobrança da contribuição para análise e fiscalização de projetos na Sudene. Ver DEL 1.180/1971 e Leis 4.239/1963 e 4.869/1965.

ALTERA a Lei 5.508/1968. **ALTERADO** p/MPV 2.156-5/2001.

DEL 1.266, de 26/03/1973

CANA

Dispõe sobre a destinação dos recursos do Fundo Especial de Exportação criado pela Lei 4.870/1965. Ver DEL 1.186/1971.

LEI 5.870, de 26/03/1973

MA

Modifica o Código Florestal para estabelecer punição pela produção de carvão com madeira de lei.

ALTERA a Lei 4.771/1965.

1972

DEL 1.251, de 21/12/1972

CANA - OAP

Altera os valores das contribuições ao IAA para elevar o preço da cana pago ao produtor. Estabelece a destinação dos recursos arrecadados. Ver DEL 308/1967.

LEI 5.868, de 12/12/1972

RA - MA

Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural. Ver Lei 4.504/1964.

ALTERA a Lei 4.771/1965 e os DELs 57/1966 e 1.146/1970. **ALTERADA** p/Leis 10.267/2001; 11.284/2006; 12.651/2012 e 13.001/2014 e p/RSF 009/2005.

LEI 5.851, de 07/12/1972

PAEC&T - OAP

Autoriza a instituição da Embrapa.

ALTERADA p/Lei 12.383/2011.

LEI 5.823, de 14/11/1972

DAFI

Dispõe sobre a padronização e a inspeção de bebidas.

ALTERADA p/DEL 1.899/1981 e **REVOGADA** p/Lei 8.918/1994.

LEI 5.819, de 06/11/1972

TPS

Modifica a CLT, incluindo o Incra na Comissão de Enquadramento Sindical.

ALTERA o DEL 5.452/1943.

LEI 5.816, de 31/10/1972

CANA

Autoriza o IAA a alienar destilarias centrais de Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

DEL 1.243, de 30/10/1972

RA

Amplia a relação de rodovias na Amazônia Legal nas quais se observará a faixa de 100 quilômetros de terras devolutas consideradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais. Ver DELs. 1.473/1976; 1.868/1981 e 2.375/1987 e Lei 5.917/1973.

ALTERA o DEL 1.164/1971.

LEI 5.808, de 03/10/1972

CAFÉ - CAA - POLEC

Autoriza a doação de café dos estoques governamentais ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) da FAO.

DEL 1.232, de 17/07/1972

SERING

Institui o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal (Probor).

1971

DEL 1.200, de 28/12/1971

SERING - CR

Institui programa especial de assistência financeira ao setor de borracha vegetal da Amazônia.

LEI 5.764, de 16/12/1971

COOP

Lei do Cooperativismo. Define a Política Nacional de Cooperativismo. Institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.

ALTERA o DEL 60/1966 e **REVOGA** o DEL 59/1966. **ALTERADA** p/ Leis 6.981/1982 e 11.076/2004; p/LCP 130/2009 e p/ MPV 2.168-40/2001.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 5.760, de 03/12/1971

DAFI

Dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal. Ver Lei 1.283/1950.

REVOGA o DEL 921/1938. **ALTERADA** p/Lei 6.275/1975 e p/DEL 1.899/1981 e **REVOGADA** p/Lei 7.889/1989.

LEI 5.709, de 07/10/1971

RA

Regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiros.

ALTERA a Lei 4.504/1964 e **REVOGA** os DELs 494/1969 e 924/1969. **ALTERADA** p/Leis 6.572/1978 e 6.815/1980.

DEL 1.186, de 27/08/1971

CANA

Concede estímulos à fusão, incorporação e relocalização de unidades industriais açucareiras. Ver Lei 5.654/1971.

ALTERA o DEL 3.855/1941 e a Lei 5.508/1968.

LEI 5.691, de 10/08/1971

OAP - CAA

Autoriza o GDF a constituir a Central de Abastecimento de Brasília S. A. (Cenabra).

DEL 1.179, de 06/07/1971

DR

Institui o Proterra e altera a legislação do IR relativa a incentivos fiscais. Ver DELs 221/1967 e 756/1969 e Leis 4.239/1963 e 5.106/1966.

LEI 5.672, de 02/07/1971

RA - TRIBUT

Modifica normas sobre alienação e desmembramento de áreas inferiores a um (1) módulo rural e disposições sobre o ITR.

ALTERA a Lei 4.947/1966 e o DEL 57/1966.

LCP 11, de 25/05/1971

TPS

Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural/Funrural). Ver LCP 55/1987 e DEL 1.146/1970.

ALTERA a Lei 4.214/1963. **ALTERADA** p/LCP 16/1973.

LEI 5.654, de 14/05/1971

CANA

Dispõe sobre a produção açucareira.

ALTERA os DELs 1.831/1939; 3.855/1941 e 308/1967 e a Lei 4.870/1965.

DEL 1.166, de 15/04/1971

TPS

Dispõe sobre enquadramento e contribuição sindical.

REVOGA o DEL 789/1969. **ALTERADO** p/Leis 9.649/1998 e 9.701/1998.

DEL 1.164, de 01/04/1971

RA

Declara indispesáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de 100 quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal.

ALTERADO p/DELs 1.243/1972; 1.473/1976 e 1.868/1981 e p/Lei 5.917/1973 e **REVOGADO** p/DEL 2.375/1987.

DEL 1.163, de 31/03/1971

CAFÉ - TRIBUT

Revoga o DEL 557/1969, que institui imposto sobre a exportação de café solúvel.

REVOGA o DEL 557/1969.

1970

DEL 1.146, de 31/12/1970

TRIBUT - TPS

Consolida disposições sobre as contribuições criadas pela Lei 2.613/1955 (Incra, SSR, Funrural). Ver LCP 11/1971 e DEL 1.989/1982.

ALTERA a Lei 2.613/1955 e o DEL 58/1966. **ALTERADO** p/Lei 5.868/1972.

DEL 1.140, de 30/12/1970

REFLOR

Altera incentivos fiscais para empreendimentos florestais.

ALTERA o DEL 1.134/1970.

LEI 5.636, de 03/12/1970

COOP - OAP

Autoriza o Poder Executivo a subscrever ações do BNCC e o reorganiza. Ver DEL 668/1969.

ALTERA o DEL 60/1966.

LEI 5.634, de 02/12/1970

OAP

Modifica o regulamento da profissão de médico-veterinário.

ALTERA a Lei 5.517/1968.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEL 1.134, de 16/11/1970

REFLOR

Alteração sistemática de incentivos fiscais para empreendimentos florestais. Ver Lei 5.106/1966 e DEL 1.179/1971.
ALTERADO p/DEL 1.140/1970.

LEI 5.618, de 03/11/1970

TRIBUT - DAFI

Concede isenção de impostos de importação sobre produtos industrializados aos aviões agrícolas, peças e materiais.
REVOGADA p/DEL 1.366/1974.

DEL 1.128, de 13/10/1970

RA - TRIBUT

Autoriza o parcelamento dos débitos de ITR e de contribuições devidas ao Incra e reduz os valores em casos de projetos incentivados nas áreas da Sudam e da Sudene.

LEI 5.600, de 24/08/1970

CR - ATER

Inclui o Projeto de Crédito Orientado no Plano Plurianual de Investimentos.

DEL 1.110, de 09/07/1970

RA - OAP

Cria o Incra, extingue o Ibra, o Inda e o Gera.

ALTERA o DEL 582/1969.

DEL 1.106, de 16/06/1970

DR

Cria o PIN e altera a legislação do IR relativa a incentivos fiscais para áreas da Sudam e da Sudene. Ver Lei 7.450/1985 e DEL 2.397/1987.

ALTERADO p/Lei 8.167/1991.

LEI 5.577, de 08/05/1970

SERICIC

Dispõe sobre o emprego da palavra “seda” pela indústria.

DEL 1.085, de 18/02/1970

CR

Altera limite de recolhimento compulsório. Ver DELs 108/1967; 1.959/1982 e 1.580/1977.

ALTERA a Lei 4.595/1964.

DEL 1.074, de 20/01/1970

TRIBUT

Altera disposições do IR sobre a atividade rural.

ALTERA o DEL 902/1969. REVOGADO p/Lei 8.023/1990.

1969

LEI 5.568, de 25/11/1969

TPS

Dispõe sobre a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural onde não funciona o Conselho Arbitral.

ALTERA a Lei 4.214/1963.

DEL 1.036, de 21/10/1969

PAEC&T

Incorpora ao sistema federal de ensino a Escola Superior de Agricultura de Mossoró – RN.

DEL 1.005, de 21/10/1969

BBPI

Código da Propriedade Industrial (arts. 71 e 88 tratam de assuntos agrícolas). Ver DELs 7.903/1945 e 254/1967.

REVOGADO p/Lei 5.772/1971.

DEL 986, de 21/10/1969

DAFI

Institui normas básicas sobre alimentos.

REVOGA o DEL 209/1967. ALTERADO p/ Lei 9.782/1999 e p/MPV 2.190-34/2001.

DEL 926, de 10/10/1969

TPS

Introduz alterações na CLT, em especial sobre a carteira de trabalho (urbano e rural).

ALTERA o DEL 5.452/1943.

DEL 924, de 10/10/1969

RA

Exclui áreas das restrições à aquisição de terras por estrangeiros. Ver DEL 494/1969.

REVOGADO p/Lei 5.709/1971.

DEL 923, de 10/10/1969

LEITE - CAA

Dispõe sobre a comercialização de leite. Proíbe a venda de leite cru.

DEL 917, de 07/10/1969

DAFI - INSUM

Dispõe sobre o emprego da aviação agrícola.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEL 916 , de 07/10/1969	EDUC
Cria a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (Cincrutac).	
DEL 902 , de 30/09/1969	TRIBUT
Institui formas de tributação (IR) da atividade agropecuária. Ver DEL 1.382/1974.	
ALTERADO p/ DELs 1.074/1970; 1.494/1976 e 1.584/1977 e REVOGADO p/Lei 8.023/1990.	
DEL 818 , de 05/09/1969	DAFI
Dispõe sobre a aceitação, pelo Ministério da Agricultura, de atestado de médico-veterinário não vinculado ao setor público.	
DEL 789 , de 26/08/1969	TPS
Dispõe sobre o enquadramento sindical e sobre a Contribuição Sindical Rural.	
REVOGADO p/DEL 1.166/1971.	
DEL 785 , de 25/08/1969	DAFI
Dispõe sobre infrações à legislação sanitária.	
REVOGADO p/Lei 6.437/1977.	
DEL 784 , de 25/08/1969	CR
Dispõe sobre o crédito rural.	
ALTERA a Lei 4.829/1965 e o DEL 167/1967.	
DEL 777 , de 20/08/1969	CAFÉ
Dispõe sobre a instituição da Fundação Museu do Café.	
DEL 761 , de 14/08/1969	TPS
Dispõe sobre contratos de trabalho de safristas.	
REVOGADO p/Lei 5.889/1973.	
DEL 756 , de 11/08/1969	DR
Dispõe sobre a valorização econômica da Amazônia. Altera incentivos fiscais da Sudam. Ver DELs 55/1966 e 157/1967 e Lei 9.532/1997.	
ALTERA as Leis 5.173/1966 e 5.508/1968. ALTERADO p/ DELs 1.564/1977; 1.641/1978 e 2.462/1988; p/Lei 8.874/1994 e p/ MPV 2.157-5/2001.	
DEL 719 , de 31/07/1969	PAEC&T
Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Ver Lei 8.172/1991.	
ALTERADO p/ Leis 10.197/2001 e 11.540/2007.	
DEL 711 , de 29/07/1969	OAP
Altera a regulamentação da profissão de engenheiro agrônomo relativamente aos Crea. Ver Lei 5.194/1966.	
REVOGA o DEL 620/1969. ALTERADO p/Lei 6.619/1978.	
DEL 704 , de 24/07/1969	TPS
Altera a regulamentação da Previdência Social para incluir agricultores.	
ALTERA o DEL 564/1969. REVOGADO p/LCP 11/1971.	
DEL 668 , de 03/07/1969	COOP - OAP
Dispõe sobre o BNCC e o reorganiza. Ver Lei 5.636/1970.	
ALTERA o DEL 60/1966.	
DEL 663 , de 30/06/1969	PESCA
Aprova a Convenção nº 125 da OIT, sobre certificados de capacidade dos pescadores.	
DEL 632 , de 17/06/1969	UVA
Permite temporariamente a venda de vinho a torno. Ver DEL 476/1969.	
DEL 626 , de 12/06/1969	TPS
Estabelece forma de pagamento dos débitos dos produtores rurais com o Funrural.	
DEL 620 , de 10/06/1969	OAP
Altera regulamentação relativa ao Confea e aos Crea.	
ALTERA a Lei 5.194/1966. REVOGADO p/DEL 711/1969.	

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEL 619, de 10/06/1969

SEGUR - OAP

Dispõe sobre a liquidação da Companhia Nacional de Seguro Agrícola.

DEL 582, de 15/05/1969

RA - TRIBUT - TPS - OAP

Estabelece medidas para acelerar a reforma agrária. Cria o Grupo Executivo da Reforma Agrária (Gera). Dispõe sobre a organização do Ibra. Dispõe sobre o ITR e contribuições (inclusive Funrural). Ver Lei 2.613/1955.

ALTERA a Lei 4.504/1964. **ALTERADO** p/ DEL 2.431/1988.

DEL 563, de 30/04/1969

TPS

Dispõe sobre a Contribuição Sindical.

ALTERA o DEL 300/1967.

DEL 557, de 29/04/1969

CAFÉ - TRIBUT

Estabelece imposto sobre a exportação de café solúvel.

REVOGADO p/DEL 1.163/1971.

DEL 554, de 25/04/1969

RA

Dispõe sobre a desapropriação por interesse social para reforma agrária. Ver Lei 4.504/1964.

SUSPENSO p/RSF 126/1985 e **REVOGADO** p/LCP 76/1993.

DEL 494, de 10/03/1969

RA

Regulamenta a aquisição de terras por estrangeiros. Ver DEL 924/1969.

ALTERA a Lei 4.504/1964. **REVOGADO** p/Lei 5.709/1971.

DEL 476, de 25/02/1969

DAFI - UVA

Regula a produção e a circulação de uva e vinho. Ver DEL 632/1969.

REVOGADO p/Lei 7.678/1988.

DEL 467, de 13/02/1969

DAFI

Dispõe sobre a fiscalização de produtos veterinários e de seus fabricantes.

ALTERADO p/ DEL 1.899/1981 e p/Leis 12.689/2012 e 12.730/2012.

DEL 466, de 13/02/1969

PAEC&T

Altera a lei que federalizou a Escola de Agronomia de Lavras, incorporando a ela o Centro de Treinamento de Tratoristas do Ministério da Agricultura.

ALTERA a Lei 4.307/1963.

DEL 460, de 10/02/1969

BOVINO

Suspende dispositivos da legislação sobre o uso de marca de fogo no gado.

ALTERA a Lei 4.714/1965.

DEL 425, de 21/01/1969

OAP

Altera a regulamentação da profissão de zootecnista.

ALTERA a Lei 5.550/1968.

DEL 422, de 20/01/1969

CAA

Modifica a LDL 4/1962. Estabelece normas de intervenção no domínio econômico para assegurar a distribuição de produtos à população.

ALTERA a LDL 4/1962.

1968

LEI 5.550, de 04/12/1968

OAP

Regulamenta a profissão de zootecnista.

ALTERADA p/DEL 425/1969.

LEI 5.533, de 14/11/1968

CAFÉ - CAA - POLEC

Autoriza a doação de café dos estoques governamentais para o Programa Mundial de Alimentos (PMA) da FAO.

LEI 5.524, de 05/11/1968

OAP

Regulamenta a profissão de técnico agrícola.

LEI 5.517, de 23/10/1968

OAP

Dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário e cria os Conselhos de Medicina Veterinária.

ALTERADA p/Leis 5.634/1970 e 10.673/2003.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 5.508, de 11/10/1968

DR - OAP - PAEC&T - CANA

Aprova a quarta etapa do Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste. Modifica os incentivos fiscais para a região Nordeste. Cria o Fundo de Pesquisa e de Recursos Naturais do Nordeste (Furene) em substituição ao Fidene. Autoriza a instituição de fundação para a realização de pesquisas sobre recursos naturais do Nordeste. Cria o Fundo de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (Furagro). Altera estrutura e funcionamento da Sudene.

ALTERA as Leis 3.995/1961; 4.239/1963; 4.593/1964 e 4.869/1965 e o DEL 292/1967. **ALTERADA** p/DELS 586/1969; 756/1969; 764/1969; 1.180/1971; 1.267/1973; 1.564/1977 e p/MPV 2.156-5/2001.

LEI 5.496, de 05/09/1968

HONOR

Institui o Dia do Colono.

LEI 5.481, de 10/08/1968

TPS

Revigora o prazo para que as associações rurais requeiram investidura como entidades sindicais. Ver DELs 148/1967 e 8.127/1945.

LEI 5.465, de 03/07/1968

PAEC&T

Dispõe sobre o preenchimento de vagas em estabelecimentos de ensino agrícola (“Lei do Boi”).

REVOGADA p/Lei 7.423/1985.

LEI 5.459, de 21/06/1968

SERING

Modifica a política econômica da borracha. Ver DEL 164/1967.

ALTERA a Lei 5.227/1967. **REVOGADA** p/Lei 9.479/1997.

LEI 5.457, de 20/06/1968

OAP - DR

Altera a lei de criação da Sudeco, incluindo Rondônia em sua área de atuação.

ALTERA a Lei 5.365/1967.

LEI 5.438, de 20/05/1968

PESCA

Altera disposições da proteção e estímulo à pesca. Ver Leis 6.276/1975; 6.585/1978 e 6.631/1979.

ALTERA o DEL 221/1967.

LEI 5.420, de 18/04/1968

TRIGO

Altera normas sobre abastecimento, industrialização e comercialização de trigo. Ver Lei 8.096/1990.

ALTERA o DEL 210/1967.

1967

LEI 5.374, de 07/12/1967

DR - OAP

Altera disposições sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e sobre a organização da Sudam.

ALTERA a Lei 5.173/1966.

LEI 5.365, de 01/12/1967

OAP - DR

Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco).

ALTERADA p/Lei 5.457/1968.

LEI 5.361, de 29/11/1967

CAFÉ - CAA - POLEC

Autoriza a doação de café dos estoques governamentais à Cruz Vermelha Internacional.

LEI 5.364, de 23/11/1967

RA

Autoriza a Novacap a alienar lotes rurais no DF.

LEI 5.360, de 23/11/1967

TRIBUT - RA - ATER

Concede deduções da contribuição devida ao Inda e prorroga sua cobrança e a do ITR. Ver Leis 2.613/1955, 4.504/1964 e DEL 58/1966.

LEI 5.281, de 27/04/1967

UVA

Prorroga o prazo estabelecido pela Lei 4.426/1964, que permite a venda de vinho em volume superior ao estabelecido na legislação e a venda a torno.

DEL 308, de 28/02/1967

CANA

Dispõe sobre a receita do IAA. Institui contribuição sobre o açúcar e o álcool. Ver DELs 1.712/1979; 1.952/1982; 2.413/1988 e 2.471/1988 e Leis 8.393/1991 e 8.522/1992.

ALTERA a Lei 4.870/1965. **ALTERADO** p/Lei 5.654/1971.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEL 300, de 28/02/1967

TPS

Estabelece penalidades pela falta de pagamento da Contribuição Sindical Rural.

ALTERADO p/DEL 563/1969.

DEL 292, de 28/02/1967

OAP - DR

Cria a Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale). Extingue a Comissão do Vale do São Francisco.

REVOGA as Leis 541/1948 e 2.599/1955.

DEL 289, de 28/02/1967

MA - OAP - REFLOR

Cria o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Extingue o Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura e o Instituto Nacional do Pinho. Ver DELs 4.813/1942 e 3.782/1960 e Leis 7.732/1989 e 7.735/1989.

DEL 281, de 28/02/1967

MATE - OAP

Extingue o Instituto Nacional do Mate. Extingue a taxa sobre a comercialização de mate. Ver DELs 375/1938 e 8.709/1946.

DEL 276, de 28/02/1967

TPS

Altera o Funrural e dá novas disposições sobre seu custeio e sua gestão. Ver DEL 626/1969.

ALTERA a Lei 4.214/1963. **REVOGADO** p/LCP 11/1971.

DEL 254, de 28/02/1967

BBPI

Código da Propriedade Industrial (arts. 73, 77 e outros tratam de assuntos agrícolas). Ver DELs 7.903/1945 e 1.005/1969 e Lei 9.279/1996.

DEL 250, de 28/02/1967

PAEC&T

Autoriza a Universidade Federal da Bahia a incorporar a Escola Agronômica da Bahia e a Escola de Veterinária da Bahia.

ALTERA a Lei 1.055/1950.

DEL 221, de 28/02/1967

PESCA

Dispõe sobre proteção e estímulos à pesca. Ver DEL 9.022/1946.

REVOGA os DELs 794/1938 e 1.631/1939. **ALTERADO** p/DELs 1.641/1978; 2.057/1983; 2.467/1988 e p/Leis 5.438/1968; 6.276/1975; 6.585/1978; 6.631/1979; 9.059/1995; 11.699/2008 e 11.959/2009.

DEL 220, de 28/02/1967

CR

Dispõe sobre a aceitação, pelo BNCC, de nota promissória rural.

DEL 210, de 27/02/1967

TRIGO

Estabelece normas para o abastecimento, a industrialização e a comercialização de trigo. Ver Lei 6.387/1976.

ALTERADO p/Lei 5.420/1968 e **REVOGADO** p/Lei 8.096/1990.

DEL 209, de 27/02/1967

DAFI

Institui o Código Brasileiro de Alimentos.

REVOGADO p/ DEL 986/1969.

DEL 167, de 14/02/1967

CR

Dispõe sobre títulos de crédito rural.

REVOGA a Lei 3.253/1957. **ALTERADO** p/DEL 784/1969 e p/Leis 6.754/1979 e 12.873/2013.

DEL 164, de 13/02/1967

SERING

Modifica a política econômica da borracha.

ALTERA a Lei 5.227/1967. **REVOGADO** p/Lei 9.479/1997.

DEL 148, de 08/02/1967

TPS

Altera a organização da vida rural, referente às associações rurais como sindicatos. Ver DEL 8.127/1945.

ALTERA a Lei 4.214/1963.

DEL 138, de 02/02/1967

DR - AIRR

Autoriza o DNOCS a executar obras de engenharia rural nas propriedades rurais.

ALTERADO p/DEL 2.384/1987.

DEL 124, de 31/01/1967

PGPM

Altera o decreto-lei que estabelece normas sobre preços mínimos para revogar a Lei 1.506/1951 e a LDL 2/1962.

ALTERA o DEL 79/1966.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 5.227, de 18/01/1967

SERING - OAP

Dispõe sobre a política econômica da borracha. Cria o Conselho Nacional da Borracha e a Sudhevea. Ver Leis 7.732/1989 e 7.735/1989.

ALTERA as Leis 86/1947; 1.184/1950 e 4.712/1965. **ALTERADA** p/DEL 164/1967 e p/Lei 5.459/1968 e **REVOGADA** p/Lei 9.479/1997.

DEL 108, de 17/01/1967

CR

Altera limite de recolhimento de compulsório. Ver DELs 1.085/1970; 1.580/1977 e 1.959/1982.

ALTERA a Lei 4.595/1964.

LEI 5.205, de 12/01/1967

TRIBUT - LEITE

Isenta dos impostos de importação e de consumo a importação de equipamentos pela Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais para ampliação da fábrica de leite em pó.

LEI 5.197, de 03/01/1967

MA

Dispõe sobre a proteção à fauna e sobre a caça.

REVOGA o DEL 5.894/1943. **ALTERADA** p/Leis 7.584/1987; 7.653/1988; 7.679/1988; 9.111/1995 e 9.985/2000.

1966

LEI 5.194, de 24/12/1966

OAP

Regula o exercício da profissão de engenheiro agrônomo e de outros profissionais.

ALTERADA p/DEL 620/1969 e p/Leis 6.619/1978; 8.195/1991 e 8.666/1993.

DEL 79, de 19/12/1966

PGPM - OAP

Estabelece normas para a fixação de preços mínimos e de execução das operações. Dispõe sobre a organização e atribuições da CFP.

ALTERADO p/DEL 124/1967 e p/Lei 11.775/2008.

LEI 5.187, de 08/12/1966

TRIBUT - LEITE

Estende a isenção de impostos de importação e consumo concedida pela Lei 4.265/1963 a outros equipamentos da mesma Cooperativa de Laticínios de São Carlos e a equipamentos importados pela Cooperativa Agrícola de Cotia.

LEI 5.179, de 01/12/1966

SERICIC

Revoga leis que dispõem sobre o uso da palavra “seda”.

REVOGA os DELs 290/1938 e 4.265/1942.

DEL 73, de 21/11/1966

SEGUR

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados. Cria o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (incorpora o FNSA). Dissolve a CNSA. Ver Lei 2.168/1954.

ALTERADO p/LCPs 126/2007 e 137/2010.

DEL 60, de 21/11/1966

OAP - CR - COOP

Reorganiza o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). Ver Lei 8.029/1990.

ALTERADO p/DEL 668/1969; p/Leis 5.636/1970 e 5.764/1971 e p/RSF 9/1977.

DEL 59, de 21/11/1966

COOP

Define a Política Nacional de Cooperativismo. Estabelece os princípios do cooperativismo. Dispõe sobre cooperativas de crédito. Cria o Fundo Nacional de Cooperativismo e o Conselho Nacional de Cooperativismo, vinculando-o ao Inda.

REVOGA o DEC 22.239/1932; os DELs 581/1938; 926/1938; 1.836/1939; 5.154/1942 e 8.401/1945 e a Lei 3.870/1961.

REVOGADO p/Lei 5.764/1971.

DEL 58, de 21/11/1966

ATER - OAP - TRIBUT

Modifica compensação de débitos fiscais prevista na Lei 5.097/1966 para preservar recursos do SSR. Ver Leis 2.613/1955; 4.357/1964 e 4.862/1965.

ALTERADO p/DEL 1.146/1970.

DEL 57, de 18/11/1966

RA - TRIBUT

Altera ITR. Institui a Taxa de Serviços Cadastrais. Ver Leis 5.172/1966 e 6.746/1979 e DEL 1.989/1982.

ALTERA a Lei 4.504/1964. **ALTERADO** p/Leis 5.672/1971 e 5.868/1972 e p/RSFs 33/1974 e 337/1983.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEL 56, de 18/11/1966

CANA

Dispõe sobre taxas do IAA e sobre a produção de açúcar e álcool. Ver Leis 4.870/1965 e 8.522/1992 e DELs 308/1967 e 1.712/1979.

ALTERA o DEL 16/1966.

DEL 47, de 18/11/1966

CAFÉ

Dispõe sobre aplicação e qualifica as penalidades pelas infrações às normas do IBC.

DEL 37, de 18/11/1966

TRIBUT - INSUM - PECUÁR

Isenta sementes, espécies vegetais para plantio e reprodutores do Imposto de Importação.

LEI 5.174, de 27/10/1966

DR

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais na Amazônia.

REVOGA as Leis 4.216/1963 e 4.069-B/1962. ALTERADA p/MPV 2.157-5/2001.

LEI 5.173, de 27/10/1966

DR - OAP

Aprova o Plano de Valorização da Amazônia. Cria a Sudam. Define a área da Amazônia Legal. Ver LCP 31/1977.

REVOGA a Lei 1.806/1953. ALTERADA p/Lei 5.374/1967 e p/DEL 756/1969.

LEI 5.172, de 25/10/1966

TRIBUT - RA

Código Tributário Nacional. Arts. 29 a 31 e 85: dispõem sobre o ITR, sua cobrança e destinação dos recursos.

LEI 5.168, de 21/10/1966

OAP - INSUM

Cria a Companhia Brasileira de Serviços Agrícolas (Cosagri) no Ministério da Agricultura para fomento à produção.

LEI 5.139, de 14/10/1966

PAEC&T

Cria a Escola de Agronomia e Veterinária na Universidade Federal de Goiás.

LEI 5.128, de 29/09/1966

EQUINO

Isenta de tributos a importação de animais puro-sangue de carneira.

ALTERA a Lei 4.096/1962.

LEI 5.122, de 28/09/1966

DR - OAP

Dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia (Basa).

LEI 5.106, de 02/09/1966

REFLOR - MA

Modifica o Código Florestal para inserir disposições sobre incentivos fiscais para empreendimentos florestais. Ver Lei 4.504/1964 e DELs 1.134/1970 e 1.179/1971.

ALTERA as Leis 4.771/1965 e 4.862/1965. ALTERADA p/DEL 1.338/1974.

LEI 5.097, de 02/09/1966

ATER - TRIBUT

Extingue débitos fiscais decorrentes da Lei 2.613/1955, que instituiu contribuição das agroindústrias para o SSR. Ver DEL 58/1966.

LEI 5.093, de 30/08/1966

CAA - OVINO

Revoga as normas legais sobre classificação e comércio de lã. Ver Lei 6.061/1974.

REVOGA o DEL 7.197/1944 e a Lei 1.017/1949.

DEL 16, de 06/08/1966

CANA

Dispõe sobre a produção, o comércio e o transporte clandestinos de açúcar e álcool.

ALTERADO p/DEL 56/1966.

LEI 5.067, de 06/07/1966

INSUM

Dispõe sobre a produção e a importação de fertilizantes.

ALTERA a Lei 3.244/1957.

LEI 5.025, de 10/06/1966

POLEC - DAFI

Dispõe sobre intercâmbio comercial com o exterior. Art. 1º a 6º: criam o Conselho Nacional do Comércio Exterior (Concex), integrado pelo Ministério da Agricultura e por representantes indicados pela CNA, entre outros. Art. 19: estabelece a classificação de produtos destinados à exportação. Art. 60: cria o Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), para, entre outras operações, prestar “assistência à produção agrícola de exportação, bem como financiamento de estocagem desses produtos”. Art. 84: transfere para a jurisdição do Ministério da Agricultura o Instituto Nacional do Pinho e o Instituto Nacional do Mate. Art. 86: estabelece que o OGU consignará recursos para o Fundo Federal Agropecuário para melhoria e reaparelhamento dos serviços de classificação e de inspeção sanitária.

REVOGA os DELs 1.471/1939 e 2.527/1940.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 4.966, de 04/05/1966

INSUM - TRIBUT

Isenta de Imposto de Importação os insumos e equipamentos agrícolas para imigrantes.

LEI 4.947, de 06/04/1966

RA

Fixa normas de Direito Agrário. Dispõe sobre atribuições do Ibra. Dispõe sobre a ratificação de alienação de terras na faixa de fronteira. Ver DEL 1.414/1975 e Leis 6.925/1981; 9.871/1999; 10.164/2000; 10.363/2001 e 10.787/2003.

ALTERA a Lei 4.504/1964. **ALTERADA** p/Leis 5.672/1971 e 10.267/2001 e p/DEL 1.640/1978.

1965

LEI 4.924, de 23/12/1965

CAFÉ - CR

Fixa normas para a elaboração de esquema financeiro das safras cafeeiras. Ver Lei 3.302/1957.

LEI 4.888, de 09/12/1965

POLEC - PECUÁR

Proíbe o emprego da palavra “couro” em produtos industrializados que não sejam obtidos da pele do animal. Ver Lei 11.211/2005.

LEI 4.870, de 01/12/1965

CANA

Dispõe sobre a produção açucareira. Ver DELs 16/1966; 56/1966; 1.712/1979 e 2.081/1983.

ALTERA o DEL 9.827/1946. **ALTERADA** p/DEL 308/1967 e p/Leis 5.654/1971 e 12.865/2013.

LEI 4.869, de 01/12/1965

DR

Aprova o Plano Diretor da Sudene para 1966-1968.

ALTERA a Lei 4.239/1963. **ALTERADA** p/Lei 5.508/1968 e p/MPV 2.156 -5/2001.

LEI 4.862, de 29/11/1965

TRIBUT - RA

Arts. 37 e 38: atribuem ao Ibra, em primeira instância, o julgamento de questões sobre cobrança do ITR (ver Lei 4.504/1964). Arts. 40 e 41: excluem do cálculo da renda tributável para IR áreas de reserva florestal e de florestas plantadas (ver Lei 4.771/1965).

LEI 4.829, de 05/11/1965

CR

Institucionaliza o crédito rural.

ALTERA a Lei 4.595/1964. **ALTERADA** p/DEL 784/1969.

LEI 4.806, de 20/10/1965

OAP - COOP

Extingue a Divisão de Cooperativismo do Ministério da Agricultura e transfere suas atribuições ao Inda. Ver LDL 9/1962 e Lei 4.504/1964.

LEI 4.785, de 06/10/1965

DAFI

Dispõe sobre a fiscalização do comércio e do uso de produtos fitossanitários.

LEI 4.771, de 15/09/1965

MA

Institui o novo Código Florestal. Ver Lei 7.754/1989.

REVOGA o DEC 23.793/1934. **ALTERADA** p/Leis 5.106/1966; 5.868/1972; 5.870/1973; 6.535/1978; 7.511/1986; 7.803/1989; 7.875/1989; 9.985/2000; 11.284/2006; 11.428/2006 e p/MPV 2.166 -67/2001 e **REVOGADA** p/Lei 12.651/2012.

LEI 4.770, de 15/09/1965

POLEC

Art. 4º: autoriza subvenção para pagamento de diferença de financiamento de exportações de produtos agrícolas que sofreram baixas acentuadas no mercado internacional.

LEI 4.763, de 30/08/1965

AIRR - DR

Amplia a área do Polígono das Secas. Ver Leis 175/1936 e 1.348/1951 e o DEL 9.857/1946.

LEI 4.755, de 18/08/1965

TPS

Dispõe sobre a forma de fixação do Imposto Sindical devido pelos estabelecimentos rurais. Ver DEL 5.452/1943 e Leis 4.140/1962 e 4.589/1964.

LEI 4.736, de 15/07/1965

DAFI - INSUM

Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal.

REVOGADA p/Lei 6.198/1974.

LEI 4.732, de 14/07/1965

OAP

Altera disposições da constituição da Cobal.

ALTERA a LDL 6/1962.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 4.727, de 13/07/1965

DAFI - INSUM

Dispõe sobre a fiscalização do comércio de sementes e mudas.

REVOGADA p/Lei 6.507/1977.

LEI 4.722, de 09/07/1965

PAEC&T

Cria a Escola Agrícola de Caconde, em São Paulo.

LEI 4.716, de 29/06/1965

OAP - PECUÁR

Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos registros genealógicos.

LEI 4.714, de 29/06/1965

BOVINO

Dispõe sobre o uso da marca de fogo no gado bovino.

REVOGA o DEL 4.854/42. ALTERADA p/DEL 460/1969.

LEI 4.712, de 29/06/1965

SERING - CR

Dispõe sobre o Banco de Crédito da Borracha.

ALTERA a Lei 1.184/1950. ALTERADA p/Lei 5.227/1967.

LEI 4.706, de 28/06/1965

OAP - AIRR

Transfere a Seção de Irrigação do MME para o Ministério da Agricultura.

LEI 4.643, de 31/05/1965

OAP

Regulamenta a profissão de engenheiro florestal. Ver DEL 8.620/1945.

1964

LEI 4.595, de 31/12/1964

CR

Lei do Sistema Financeiro Nacional. Cria o Conselho Monetário Nacional (CMN).

ALTERADA p/Leis 4.829/1965 e 7.730/1989; p/LCP 130/2009 e p/DELS 108/1967; 1.085/1970; 1.580/1977 e 1.959/1982.

LEI 4.593, de 29/12/1964

AIRR - DR

Disciplina a desapropriação para obras de combate às secas no Nordeste e em Minas Gerais e estabelece diretrizes para implantação de projetos de irrigação.

ALTERADA p/Lei 5.508/1968.

LEI 4.565, de 11/12/1964

CAFÉ - CR

Altera normas de pagamento dos débitos dos cafeicultores. Ver Leis 2.095/1953; 2.697/1955; 3.393/1958 e 3.879/1961.

ALTERA a Lei 3.643/1959.

LEI 4.504, de 30/11/1964

RA - OAP

Estatuto da Terra. Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) e o Fundo Nacional de Reforma Agrária (FNRA). Dispõe sobre atribuições do Ibra. Ver Leis 2.613/1955 e 5.106/1966; DEL 195/1967 e LCP 93/1998.

ALTERA o DEC 22.239/1932 e REVOGA a LDL 11/1962. ALTERADA p/DELS 57/1966; 494/1969; 582/1969 e 2.431/1988; p/Leis 4.947/1966; 5.709/1971; 6.746/1979; 7.647/1988; 11.443/2007 e 11.446/2007 e p/MPV 2.183-56/2001.

LEI 4.466, de 12/11/1964

REFLOR - DR

Determina a arborização das margens das rodovias do Nordeste pelo DNER.

LEI 4.430, de 20/10/1964

SEGUR - OAP

Altera a constituição da Companhia Nacional de Seguro Agrícola. Ver DEL 73/1976.

ALTERA a Lei 2.168/1954.

LEI 4.426, de 08/10/1964

UVA

Permite a venda de vinho em recipientes de volume superior ao estabelecido na legislação e a venda a torno. Ver Lei 5.281/1967.

LEI 4.357, de 16/07/1964

DR

Altera a legislação do IR. Estabelece incentivos fiscais para projetos na Amazônia e no Nordeste.

ALTERADA p/DEL 1.338/1974.

LEI 4.338, de 01/06/1964

HONOR - AF

Fixa o dia 25 de maio como o Dia do Trabalhador Rural.

LEI 4.323, de 11/04/1964

PAEC&T

Cria a Escola Agrotécnica em Montes Claros – MG, subordinada ao Ministério da Agricultura.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

1963

LEI 4.307, de 23/12/1963

PAEC&T

Federaliza a Escola Superior de Agricultura de Lavras – MG (Esal).

ALTERADA p/DEL 466/1969.

LEI 4.303, de 23/12/1963

PGPM

Modifica a Política de Preços Mínimos.

ALTERA a Lei 1.506/1951.

LEI 4.265, de 03/10/1963

TRIBUT - LEITE

Isenta dos impostos de importação e de consumo a importação de equipamentos pela Cooperativa de Laticínios de São Carlos – SP para instalação de fábrica de leite em pó.

LEI 4.239, de 27/06/1963

DR

Aprova Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste. Estabelece formas de financiamento para o desenvolvimento do Nordeste. Cria o Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (Fidene). Define a região Nordeste. Ver Lei 9.532/1997.

ALTERA a Lei 3.995/1961. **ALTERADA** p/Leis 4.869/1965; 5.416/1968; 5.508/1968 e 8.874/1994; p/DEL 1.564/1977 e p/MPV 2.156-5/2001.

LEI 4.229, de 01/06/1963

OAP - DR - AIRR

Transforma o DNOCS em autarquia e define suas atribuições. Cria o Fundo Nacional de Obras Contra a Seca (Funocs).

ALTERADA p/Lei 10.204/2001.

LEI 4.216, de 06/05/1963

DR

Cria incentivos fiscais para a Amazônia. Ver Lei 3.995/1961.

REVOGADA p/Lei 5.174/1966.

LEI 4.214, de 02/03/1963

TPS

Estatuto do Trabalhador Rural.

ALTERADA p/DEls 148/1967 e 276/1967; p/Lei 5.568/1969 e p/LCP 11/1971 e **REVOGADA** p/Lei 5.889/1973.

1962

LEI 4.176, de 07/12/1962

AIRR - RA

Cria o Condomínio Rural de Piuí. Traça diretrizes para o aproveitamento racional das áreas drenadas adjacentes à represa de Furnas.

LDL 11, de 11/10/1962

RA - OAP - ATER

Cria a Superintendência de Política Agrária (Supra), transformando o Serviço Social Rural (SSR) e outros órgãos. Ver Lei 2.237/1954.

REVOGADA p/Lei 4.504/1964.

LDL 10, de 11/10/1962

PESCA - OAP

Cria a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe).

LDL 9, de 11/10/1962

OAP

Reorganiza o Ministério da Agricultura.

LDL 8, de 11/10/1962

POLEC

Cria o Fundo Federal Agropecuário (FFAP). Ver DLG 66/1990 (ratificação).

LDL 7, de 26/09/1962

CAA - OAP

Autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem). Ver Lei 8.344/1991.

REVOGA a Lei 2.854/1956.

LDL 6, de 26/09/1962

CAA - OAP

Autoriza a criação da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal). Ver Lei 8.344/1991.

ALTERADA p/Lei 4.732/1965.

LDL 5, de 26/09/1962

CAA - OAP

Cria a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab).

REVOGADA p/Lei 9.618/1998.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LDL 4, de 26/09/1962

CAA

Dispõe sobre a intervenção no domínio econômico para assegurar a distribuição de produtos necessários ao consumo do povo.

ALTERADA p/DELs 422/1969 e 2.339/1987 e p/Leis 7.784/1989; 8.035/1990 e 8.881/1994.

LDL 3, de 26/09/1962

CAA

Dispõe sobre regras para armazéns.

ALTERA o DEC 1.102/1903.

LDL 2, de 26/09/1962

PGPM

Dispõe sobre a Política de Preços Mínimos. Ver DEL 79/1966.

ALTERA a Lei 1.506/1951. **REVOGADA** p/DEL 124/1967.

LEI 4.147, de 24/09/1962

OAP - DR

Altera o comando da Comissão do Vale do São Francisco.

ALTERA a Lei 541/1948.

LEI 4.132, de 10/09/1962

RA

Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.

LEI 4.096, de 18/07/1962

EQUINO

Dispõe sobre taxas sobre exploração de apostas em corridas de cavalos.

REVOGA o DEC 24.646/1934 e a Lei 2.820/1956. **ALTERADA** p/Lei 5.128/1966 e **REVOGADA** p/Lei 5.971/1973.

LEI 4.071, de 15/06/1962

CANA

Dispõe sobre o pagamento a fornecedores de cana.

LEI 4.069-B, de 12/06/1962

TRIBUT - DR - SERING - JUTA

Isenta de IR as indústrias de borracha e juta na Amazônia.

REVOGADA p/Lei 5.174/1966.

LEI 4.060, de 08/05/1962

TRIBUT - INSUM

Isenta os fertilizantes do imposto de consumo.

1961

LEI 4.021, de 20/12/1961

OAP

Cria a profissão de leiloeiro rural.

LEI 3.996, de 14/12/1961

TRIGO - CR

Suspende débito dos triticultores, repactuado ao amparo da Lei 3.551/1959. Ver Leis 3.770/1960 e 3.863/1960.

LEI 3.995, de 14/12/1961

DR

Aprova o Plano Diretor da Sudene para 1961.

ALTERADA p/Leis 4.239/1963 e 5.508/1968 e p/MPV 2.156-5/2001.

LEI 3.965, de 29/09/1961

EDUC

Cria uma escola de iniciação agrícola em Buriti Alegre – GO.

LEI 3.958, de 13/09/1961

PAEC&T

Incorpora a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná à Universidade do Paraná.

LEI 3.927, de 26/07/1961

TRIBUT - INSUM

Isenta o sulfato cúprico do imposto de consumo.

LEI 3.879, de 30/01/1961

CAFÉ - CR

Suspende o vencimento dos débitos dos cafeicultores. Ver Leis 2.095/1953; 2.697/1955; 3.393/1958; 3.643/1959 e 4.565/1964.

LEI 3.877, de 30/01/1961

PAEC&T

Federaliza a Escola Superior de Veterinária, pertencente à Universidade Rural do Estado de Minas Gerais.

LEI 3.870, de 30/01/1961

COOP - CR

Isenta de tributação os financiamentos contratados por cooperativas junto a bancos.

REVOGADA p/DEL 59/1966.

LEI 3.864-A, de 24/01/1961

PAEC&T

Cria as escolas agrícolas de Bambuí – MG e Cuiabá – MT, subordinadas ao Ministério da Agricultura.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

1960

LEI 3.863, de 24/12/1960

TRIGO - CR

Estende a outros triticultores os benefícios da Lei 3.551/59. Ver Leis 3.770/1960 e 3.996/1961.

LEI 3.824, de 23/11/1960

AIRR - MA

Torna obrigatória a destoca de bacias hidráulicas de açudes e represas.

LEI 3.782, de 22/07/1960

OAP - CAFÉ - CANA - REFLOR - MATE

Cria o Ministério da Indústria e do Comércio e inclui nele o IBC, o IAA, o Instituto Nacional do Mate e o Instituto Nacional do Pinho. Ver DEL 289/1967.

LEI 3.780-D, de 12/07/1960

TPS

Altera a subvenção às associações rurais municipais.

ALTERA a Lei 2.656/1955.

LEI 3.770, de 07/06/1960

TRIGO - CR

Prorroga os prazos da composição de dívidas realizada ao amparo da Lei 3.551/1959. Ver Leis 3.863/1960 e 3.996/1961.

LEI 3.763, de 25/04/1960

PAEC&T

Cria cargos no quadro permanente do Ministério da Agricultura destinados à Escola de Agronomia da Amazônia.

1959

LEI 3.692, de 15/12/1959

OAP - DR

Institui a Sudene. Define a área da região Nordeste. Ver LCP 66/1991 e Lei 9.690/1998.

LEI 3.646, de 22/10/1959

PAEC&T - UVA

Cria a Escola de Viticultura e Enologia em Bento Gonçalves – RS, vinculada ao Ministério da Agricultura.

LEI 3.643, de 14/10/1959

CAFÉ - CR

Prorroga prazos de pagamento dos débitos dos cafeicultores. Ver Leis 2.095/1953; 2.697/1955; 3.393/1958 e 3.879/1961.

ALTERADA p/Ley 4.565/1964.

LEI 3.634, de 18/09/1959

ARROZ - CR

Autoriza a liberação total da safra de arroz de 1958-1959, a composição de dívidas e financiamentos especiais aos produtores do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso vítimas de inundações e chuvas excessivas em 1959.

LEI 3.551, de 13/02/1959

TRIGO - CR

Autoriza a liberação da safra de trigo, a composição de dívidas dos triticultores e o cancelamento das dívidas decorrentes de aquisição de sementes.

1958

LEI 3.471, de 28/11/1958

DR - CR

Institui crédito de emergência para os agricultores e criadores do Polígono das Secas.

LEI 3.431, de 18/07/1958

OAP - ATER

Cria o Estabelecimento Rural do Tapajós, em Santarém – PA, vinculado ao Ministério da Agricultura.

LEI 3.428, de 15/07/1958

OAP - SISAL

Cria a Comissão Executiva do Sisal.

LEI 3.393, de 27/05/1958

CAFÉ - CR

Libera aos cafeicultores a safra, independentemente do pagamento de débitos relativos aos anos 1957 ou 1958. Ver Leis 2.095/1953 e 3.643/1959.

ALTERA a Ley 2.697/1955.

1957

LEI 3.312, de 11/11/1957

AIRR - DR

Estabelece novas disposições para a linha de financiamento para construção de pequenos açudes no Polígono das Secas.

REVOGA as Leis 614/1949 e 1.255/1950.

LEI 3.302, de 04/11/1957

CAFÉ

Cria uma taxa especial de propaganda do café no exterior. Ver Ley 4.924/1965.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 3.281, de 07/10/1957

OAP - TPS

Autoriza o Ministério da Agricultura a transferir a administração dos postos agropecuários para as associações rurais.

LEI 3.253, de 27/08/1957

CR

Cria cédulas de crédito rural.

REVOGADA p/DEL 167/1967.

LEI 3.244, de 14/08/1957

POLEC - INSUM - TRIGO

Art. 50: estabelece favorecimento cambial na importação de fertilizantes, inseticidas e trigo.

ALTERA a Lei 2.145/1953. **ALTERADA** p/Lei 5.067/1966.

LEI 3.215, de 19/07/1957

PAEC&T - EDUC

Cria a Escola Agrícola de Passo Fundo e a Escola de Iniciação Agrícola em Frederico Westphalen – RS.

LEI 3.185, de 24/06/1957

RA - CR

Modifica normas relativas aos financiamentos à colonização.

ALTERA a Lei 2.237/1954.

1956

LEI 3.092, de 29/12/1956

PAEC&T

Cria a Escola Agrícola de Rio Pomba – MG, vinculada ao Ministério da Agricultura.

LEI 3.081, de 22/12/1956

RA

Regula o processo nas ações discriminatórias de terras públicas.

REVOGADA p/Lei 6.383/1976.

LEI 2.854, de 28/08/1956

CAA

Autoriza a organização da Frigoríficos Nacionais S. A. para instalação de uma rede de armazéns e transportes frigoríficos.

REVOGADA p/LDL 7/1962.

LEI 2.820, de 10/07/1956

EQUINO

Dispõe sobre a taxa a ser cobrada dos hipódromos sobre corridas de cavalos. Cria a Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCN).

ALTERA o DEL 8.946/1946. **REVOGADA** p/Lei 4.096/1962.

LEI 2.804, de 25/06/1956

CR

Dispõe sobre as normas processuais para o reajuste das dívidas dos pecuaristas. Ver Leis 209/1948; 457/1948; 1.002/1949 e 1.728/1952.

LEI 2.795, de 12/06/1956

DAFI - UVA

Dispõe sobre fabricação e comércio de vinhos e derivados.

REVOGADA p/Lei 7.678/1988.

1955

LEI 2.697, de 27/12/1955

CAFÉ - CR

Prorroga prazos e introduz alterações nas disposições da Lei 2.095/1953, que dispõe sobre financiamento da lavoura de café. Ver Leis 3.643/1959; 3.879/1961 e 4.565/1964.

ALTERADA p/Lei 3.393/1958.

LEI 2.666, de 06/12/1955

CR

Dispõe sobre o penhor dos produtos agrícolas.

LEI 2.656, de 26/11/1955

TPS

Dispõe sobre subvenção financeira às associações rurais municipais, às federações e à Confederação Rural Brasileira.

ALTERADA p/Lei 3.780-D/1960.

LEI 2.613, de 23/09/1955

ATER - OAP - COOP - TRIBUT

Autoriza a criação do Serviço Social Rural. Institui contribuição sobre a folha de pagamento de agroindústrias, inclusive cooperativas (em substituição às contribuições ao Sesi, Senai, Sesc, Senac), bem como de empresas agrícolas. Ver DELs 58/1966 e 582/1969.

ALTERADA p/DEL 1.146/1970.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 2.599, de 13/09/1955

OAP - DR

Dispõe sobre o Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco.

REVOGADA p/DEL 292/1967.

LEI 2.597, de 12/09/1955

RA

Dispõe sobre a faixa de fronteira.

REVOGA os DELs 1.164/1939; 1.968/1940; 2.610/1940; 6.430/1944; 7.724/1945 e 8.908/1946. **ALTERADA** p/Lei 6.559/1978 e **REVOGADA** p/Lei 6.634/1979.

LEI 2.591, de 08/09/1955

FUMO - TRIBUT

Concede isenção de direitos e taxas aduaneiras para importação de pano-tela para o cultivo do fumo.

LEI 2.553, de 03/08/1955

MA - POLEC

Proíbe a exportação de couro de jacaré em bruto.

LEI 2.419, de 10/02/1955

PESCA

Institui a Patrulha Costeira.

1954

LEI 2.323, de 20/09/1954

POLEC - PECUÁR - TRIBUT

Prorroga por cinco anos a isenção de tributação pela importação de animais para reprodução e melhoria da pecuária instituída pela Lei 419/1948.

LEI 2.296, de 23/08/1954

UVA

Torna obrigatória a venda de vinhos nacionais quando a casa comercial vende vinhos estrangeiros.

LEI 2.282, de 04/08/1954

CR

Altera formas de pagamento do débito dos criadores.

ALTERA a Lei 1.728/1952.

LEI 2.237, de 19/06/1954

RA - CR

Dispõe sobre o financiamento à colonização.

ALTERADA p/Lei 3.185/1957.

LEI 2.168, de 11/01/1954

SEGUR

Estabelece normas para a instituição do Seguro Agrário. Cria o Fundo de Estabilização do Seguro Agrário. Autoriza criação da Cia. Nacional do Seguro Agrícola.

ALTERADA p/Lei 4.430/1964.

1953

LEI 2.145, de 29/12/1953

POLEC - TPS - COOP - CR

Cria a Cacex, de cuja Comissão Consultiva faziam parte o Ministério da Agricultura e a Confederação Rural Brasileira (artigo 5º). Art. 8º: define que as associações rurais e as cooperativas podem realizar importações. Art. 9º: destina as sobretaxas arrecadadas pela aplicação desta lei, entre outras, ao financiamento “a longo prazo e juros baixos” da modernização agrícola.

ALTERADA p/Lei 3.244/1957.

LEI 2.095, de 16/11/1953

CAFÉ - CR

Dispõe sobre o financiamento das lavouras de café. Ver Leis 2.697/1955; 3.393/1958; 3.643/1959; 3.879/1961 e 4.565/1964.

LEI 2.011, de 07/10/1953

CACAU

Autoriza entendimentos entre os governos federal e estaduais e o Instituto do Cacau da Bahia para elaboração de plano de combate às pragas do cacau.

LEI 1.939, de 10/08/1953

TRIGO - INSUM

Dispõe sobre a cooperação com agricultores para produção de sementes de trigo.

LEI 1.923, de 28/07/1953

PAEC&T

Cria a Escola Agrícola de Urutaí – GO.

LEI 1.806, de 06/01/1953

DR - OAP

Dispõe sobre o Plano de Valorização da Amazônia. Define a área da Amazônia. Cria a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA).

REVOGADA p/Lei 5.173/1966.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

1952

LEI 1.779, de 22/12/1952

OAP - CAFÉ

Cria o Instituto Brasileiro do Café (IBC). Ver Lei 8.029/1990.

REVOGA o DEC 9.784/1946 e o DEL 6.213/1944.

LEI 1.750, de 04/12/1952

POLEC - INSUM

Autoriza verba para o Ministério da Agricultura revender inseticidas e distribuir gratuitamente sementes para pequenos agricultores.

LEI 1.728, de 10/11/1952

CR

Dispõe sobre a forma de pagamento de dívidas de criadores.

ALTERADA p/Lei 2.282/1954.

LEI 1.719, de 01/11/1952

CAFÉ - CR

Amplia o prazo de execução da Lei 1.003/1949, relativa a financiamento do café.

LEI 1.537, de 02/01/1952

CR

Autoriza o financiamento de máquinas agrícolas e animais de tração.

1951

LEI 1.506, de 19/12/1951

PGPM

Estabelece preços mínimos para cereais e outros produtos agrícolas. Ver DEL 79/1966.

ALTERADA p/LDL 2/1962 e p/Lei 4.303/1963 e REVOGADA p/DEL 124/1967.

LEI 1.482, de 03/12/1951

CR

Suspende o pagamento das parcelas renegociadas de dívidas dos pecuaristas do Polígono das Secas. Ver Lei 1.002/1949.

LEI 1.412, de 13/08/1951

COOP - CR - OAP

Transforma a Caixa de Crédito Cooperativo em Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). Ver DEL 60/1966 e Lei 8.029/1990.

LEI 1.388, de 25/06/1951

DAFI - BOVINO

Revoga os DELs que normatizavam a identificação de gado vacinado contra brucelose.

REVOGA os DELs 6.922/1944 e 8.341/1945.

LEI 1.348, de 10/02/1951

AIRR - DR

Revisa os limites da região do Polígono das Secas definidos pela Lei 175/1936.

1950

LEI 1.283, de 18/12/1950

DAFI

Estabelece a Inspeção de Produtos de Origem Animal.

ALTERADA p/Lei 7.889/1989.

LEI 1.255, de 04/12/1950

AIRR - DR

Estabelece novas disposições para financiamentos para construção de pequenos açudes no Polígono das Secas.

ALTERA a Lei 614/1949. REVOGADA p/Lei 3.312/1957.

LEI 1.184, de 30/08/1950

SERING - DR - OAP

Transforma o Banco de Crédito da Borracha em Banco de Crédito da Amazônia.

ALTERA a Lei 86/1947. ALTERADA p/Leis 4.712/1965 e 5.227/1967.

LEI 1.168-A, de 05/08/1950

CACAU - PAEC&T

Autoriza concessão de prêmio a pesquisador que se destacou em trabalhos científicos de combate biológico à traça do cacau.

LEI 1.168, de 02/08/1950

DAFI - CARNE

Dispõe sobre incentivos para a construção de estabelecimentos industriais de carne.

LEI 1.151, de 30/06/1950

TRIGO - OAP

Extingue a Comissão Nacional do Trigo, criada pelo DEL 9.122/1946.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 1.192, de 06/09/1950

PAEC&T

Altera as disposições sobre os professores dos cursos de aperfeiçoamento e especialização do Ministério da Agricultura. Ver DELs 1.514/1939 e 5.114/1942.

ALTERA o DEL 4.083/1942.

LEI 1.102-A, de 18/05/1950

DAFI - CAFÉ - CACAU

Cria comissão de fitossanitaristas para estudar, na África, a broca do café e a vassoura de bruxa, do cacau.

LEI 1.055, de 16/01/1950

PAEC&T

Federaliza as escolas de agronomia e de veterinária nos estados do Paraná, Ceará, Rio de Janeiro e Bahia e a Escola de Agronomia do Nordeste, em Areias – PB.

ALTERADA p/DEL 250/1967.

LEI 1.054, de 16/01/1950

JUTA - PAEC&T

Cria uma subestação experimental de juta e outras plantas têxteis em Parintins – AM.

LEI 1.052, de 09/01/1950

DAFI

Cria inspetoria de defesa sanitária animal no Paraná.

LEI 1.051, de 06/01/1950

CACAU

Autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo para amparar a cultura do cacau.

1949

LEI 1.017, de 27/12/1949

CAA - OVINO

Estabelece a classificação comercial e dispõe sobre o comércio de lã.

ALTERA o DEL 7.197/1944. REVOGADA p/Lei 5.093/1966.

LEI 1.003, de 24/12/1949

CAFÉ - CR

Dispõe sobre o financiamento das lavouras de café.

LEI 1.002, de 24/12/1949

CR

Dispõe sobre o pagamento dos débitos dos criadores. A União assume 50% dos débitos. Ver Leis 209/1948; 457/1948; 1.728/1952 e 2.282/1954.

LEI 948, de 03/12/1949

TRIGO

Concede isenção de direitos alfandegários para a maquinaria importada para a lavoura e para a indústria moageira de trigo.

LEI 615, de 02/02/1949

PGPM

Estabelece preços mínimos para o financiamento ou a aquisição de cereais e outros gêneros de primeira necessidade, de produção nacional, para as safras de 1948 a 1951. Ver DEL 9.879/1946.

LEI 614, de 02/02/1949

AIRR - DR

Cria linha de financiamento para a construção de pequenos açudes no Polígono das Secas.

ALTERADA p/Lei 1.255/1950 e REVOGADA p/Lei 3.312/1957.

LEI 605, de 05/01/1949

TPS

Dispõe sobre o repouso semanal remunerado, incluindo o trabalho rural.

ALTERADA p/Leis 7.415/1985; 9.093/1995 e 12.544/2011.

1948

LEI 594, de 24/12/1948

FRUTAS

Concede incentivos à instalação de fábricas que explorem a fibra de coco e estimulem seu plantio.

LEI 586, de 23/12/1948

TRIGO - RA

Autoriza desapropriação de terras para o estado do Rio Grande do Sul implantar colônia de plantio mecanizado de trigo.

LEI 569, de 21/12/1948

DAFI

Estabelece medidas de defesa sanitária animal.

ALTERADA p/Lei 11.515/2007.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 561, de 18/12/1948

PAEC&T

Doa propriedade rural para o Bispado de Oliveira – MG para construir estabelecimento de ensino agrícola.

LEI 544, de 16/12/1948

POLEC - TRIBUT - PAEC&T

Isenta de direitos de importação e de taxas aduaneiras a importação de batata-semente para o Instituto Agronômico de Campinas.

LEI 541, de 15/12/1948

OAP - DR

Cria a Comissão do Vale do São Francisco.

ALTERADA p/Lei 4.147/1962 e REVOGADA p/DEL 292/1967.

LEI 535, de 14/12/1948

CR

Modifica disposições sobre o refinanciamento dos débitos dos criadores e recriadores de gado bovino.

ALTERA a Lei 209/1948.

LEI 492, de 19/11/1948

ALGOD - TRIBUT

Extingue “cota especial” sobre consumo de algodão. Ver DELs 5.582/1943; 6.398/1944; 6.939/1944 e 6.979/1944.

LEI 482, de 12/11/1948

CR

Autoriza a contratação de financiamentos de entressafras, compreendendo a produção, o beneficiamento e a comercialização. Ver DEL 4.360/1942.

LEI 457, de 29/10/1948

CR

Altera formas de pagamento dos débitos dos criadores.

ALTERA a Lei 209/1948.

LEI 419, de 03/10/1948

POLEC - PECUÁR - TRIBUT

Isenta de tributação por cinco anos a importação de animais para reprodução e melhoria da pecuária. Ver Lei 2.323/1954.

LEI 404, de 24/09/1948

INSUM - COOP

Concede incentivos à implantação de serviços de mecanização agrícola por empresas ou cooperativas.

LEI 350, de 27/08/1948

ARROZ - POLEC

Isenta de taxa portuária as exportações de excesso de arroz.

LEI 270, de 10/04/1948

POLEC - TRIBUT - BOVINO - OVINO

Isenta reprodutores bovinos e lanígeros de direitos de importação e taxas aduaneiras por um ano.

LEI 265, de 26/02/1948

CR

Reabre possibilidade de renegociação com redução das dívidas dos agricultores. Ver DEC 24.233/1934 e DEL 2.238/1940.

ALTERA o DEL 6.674/1944.

LEI 209, de 02/01/1948

CR

Dispõe sobre a forma de pagamento dos débitos civis e comerciais dos criadores e recriadores de gado bovino.

ALTERADA p/Leis 457/1948 e 535/1948.

1947

LEI 86, de 08/09/1947

SERING

Estabelece medidas de assistência econômica à borracha natural. Cria Comissão Executiva de Defesa da Borracha.

ALTERA o DEL 4.841/1942. ALTERADA p/Leis 1.184/1950 e 5.227/1967.

LEI 66, de 17/08/1947

DAFI - BOVINO

Suspende prazo relativo à marcação de animais vacinados contra brucelose. Ver DEL 6.922/1944.

LEI 52, de 30/07/1947

CR

Prorroga até dezembro de 1947 a vigência da moratória aos pecuaristas instituída pela Lei 8/1946. Ver Lei 35/1947.

LEI 35, de 26/05/1947

CR

Introduz disposição relativa às garantias na moratória dada aos pecuaristas.

ALTERA a Lei 8/1946.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

1946

LEI 8, de 19/12/1946

CR

Concede moratória aos pecuaristas: suspende o vencimento dos débitos civis, comerciais e fiscais até julho de 1947. Ver Lei 52/1947.

REVOGA os DELs 9.686/1946 e 9.762/1946. ALTERADA p/Lei 35/1947.

LEI 4, de 13/12/1946

POLEC - PECUÁR - TRIBUT

Isenta de direitos de importação e demais taxas os reprodutores bovinos, ovinos, suínos e equinos destinados às exposições do ano no Rio Grande do Sul.

DEL 9.905, de 17/09/1946

CAA

Transfere à Prefeitura do Distrito Federal a administração do Serviço Ambulante de Venda de Produtos Hortícolas.

REVOGA os DEL 8.528/1945 e 8.633/1946.

DEL 9.898, de 16/09/1946

POLEC - MA

Autoriza o Ministro da Fazenda a flexibilizar a proibição de exportação de gêneros de primeira necessidade, madeiras e couros instituída pelo DEL 9.647/1946.

DEL 9.892, de 16/09/1946

OAP

Estende ao Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura as disposições do DEL 8.663/1946, que trata dos serviços extraordinários prestados fora do horário de expediente.

DEL 9.891, de 16/09/1946

TRIGO - CAA

Revoga as disposições legais que obrigavam os moinhos importadores a construir silos.

REVOGA os DELs 5.766/1943 e 6.966/1944.

DEL 9.890, de 16/09/1946

DAFI - OAP

Dispõe sobre o pagamento sobre serviços extraordinários de fiscalização fitossanitária.

DEL 9.883, de 16/09/1946

BOVINO

Limita a recria e a engorda de gado pelos frigoríficos.

DEL 9.879, de 16/09/1946

PGPM

Estabelece preços mínimos para o financiamento ou a aquisição da produção. Ver DEL 7.774/1945 e Lei 1.506/1951.

DEL 9.857, de 13/09/1946

AIRR - DR - OAP

Explicita a área de ação do DNOCS.

ALTERA o DEL 8.486/1945.

DEL 9.856, de 13/09/1946

COOP - MATE

Autoriza as cooperativas a comercializar erva-mate.

DEL 9.828, de 11/09/1946

OAP - LEITE

Extingue a Comissão Executiva do Leite, criada p/DEL 2.384/1940.

DEL 9.827, de 10/09/1946

CANA

Estabelece alteração das cotas de produção de açúcar.

ALTERADO p/Lei 4.870/1965.

DEL 9.815, de 09/09/1946

PAEC&T - OAP

Dispõe sobre a organização da pesquisa agropecuária. Cria o Instituto Agronômico do Leste (Bahia e Sergipe).

ALTERA o DEL 6.155/1943.

DEL 9.794, de 06/09/1946

OAP

Altera para “Serviço de Informações Agrícolas (S.I.A.)” o Serviço de Documentação do Ministério da Agricultura.

DEL 9.784, de 06/09/1946

CAFÉ - OAP

Cria uma Divisão da Economia Cafeeira no Ministério da Fazenda.

ALTERA o DEL 9.410/1946. REVOGADO p/Lei 1.779/1952.

DEL 9.762, de 06/09/1946

CR

Dispõe sobre requisitos para suspensão dos débitos de pecuaristas. Ver DEL 9.686/1946.

REVOGADO p/Lei 8/1946.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEL 9.758, de 05/09/1946

EDUC

Transfere para Belterra (PA) e para o vale do Solimões (AM) os aprendizados agrícolas de Belém e de Manaus, respectivamente, e cria a Escola de Iniciação Agrícola no Acre, todos subordinados ao Ministério da Agricultura.

DEL 9.720, de 03/09/1946

SERING - CR - OAP

Altera o DEL de criação do Banco de Crédito da Borracha para inserir disposições relativas ao financiamento aos seringalistas.

ALTERA o DEL 4.451/1942.

DEL 9.707, de 03/09/1946

PAEC&T

Altera a denominação das seções da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura.

DEL 9.686, de 30/08/1946

CR

Suspende o vencimento dos débitos dos pecuaristas. Ver DELs 9.762/1946 e 209/1948.

REVOGADO p/Lei 8/1946.

DEL 9.676, de 29/08/1946

PAEC&T - OAP

Dispõe sobre a organização da pesquisa agropecuária. Modifica a estrutura do Instituto de Zootecnia.

ALTERA o DEL 8.547/1946.

DEL 9.664, de 28/08/1946

PECUÁR - CR

Abre dotação para o Ministério da Agricultura comprar reprodutores para revenda a prazo aos criadores.

DEL 9.652, de 23/08/1946

INSUM - TRIBUT

Isenta máquinas e ferramentas agrícolas de direitos de importação até o final do ano. Ver DEL 300/1938.

DEL 9.647, de 22/08/1946

POLEC - MA

Proíbe a exportação de gêneros de primeira necessidade, madeiras e couros. Ver DEL 9.898/1946.

DEL 9.620, de 21/08/1946

EQUINO

Estabelece que a exportação de éguas depende de autorização do Exército.

ALTERA o DEL 1.117/1939.

DEL 9.614, de 20/08/1946

PAEC&T

Estabelece disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Ver DEL 9.613/1946.

DEL 9.613, de 20/08/1946

PAEC&T

Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Ver DEL 9.614/1946.

DEL 9.599, de 16/08/1946

CR

Suspende o vencimento dos débitos dos suinocultores.

DEL 9.575, de 12/08/1946

SUÍNO - POLEC

Suspende a exportação de suínos de corte e seus produtos destinados à alimentação humana.

DEL 9.533, de 31/07/1946

OAP

Dispõe sobre a consolidação das resoluções do Confea referentes ao exercício da engenharia, arquitetura e agricultura. Ver DEC 23.569/1933 e DELs 3.995/1941 e 8.620/1946.

DEL 9.526, de 26/07/1946

ARROZ

Autoriza o IRGA a contrair empréstimo para adquirir o produto das safras de arroz do Rio Grande do Sul de 1945 a 1947.

DEL 9.499, de 22/07/1946

LEITE - CAA

Dispõe sobre a política do leite para abastecimento do Distrito Federal.

DEL 9.363, de 15/06/1946

MATE - COOP

Estende às cooperativas de produtores de mate os favores do DEL 7.002/1944 para auxílios à construção de armazéns.

DEL 9.361, de 15/06/1946

MATE - OAP

Extingue a Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores de Mate e transfere suas atribuições ao Instituto Nacional do Mate.

DEL 9.360, de 15/06/1946

CAA - CARNE

Atribui ao DNPA a elaboração de Plano de Abastecimento de Carnes.

ALTERA o DEL 8.400/1945.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEL 9.288 , de 24/05/1946	CENTEIO - POLEC - TRIBUT
Suspende a cobrança de direitos de importação e taxas aduaneiras para o centeio em grão e em farinha.	
DEL 9.270 , de 22/05/1946	CAFÉ
Retira e transfere atribuições do Departamento Nacional do Café, que seria extinto.	
REVOGA o DEL 6.213/1944.	
DEL 9.250 , de 10/05/1946	CAA - BOVINO
Autoriza o Ministério da Agricultura a fixar o preço do boi gordo para assegurar o abastecimento de carne.	
DEL 9.187 , de 15/04/1946	CAA - CARNE
Exclui o Rio Grande do Sul da proibição de exportação de carnes. Ver DEL 9.116/1946.	
DEL 9.122 , de 03/04/1946	TRIGO - OAP
Cria a Comissão Nacional do Trigo para o estudo e o estabelecimento de normas gerais relativas a importação e distribuição do trigo importado. Ver Lei 1.151/1950.	
DEL 9.116 , de 01/04/1946	CAA - BOVINO
Suspende a exportação de gado e de carnes para assegurar o abastecimento interno. Ver DEL 9.187/1946.	
DEL 9.108 , de 01/04/1946	ALGOD - TRIBUT
Unifica o valor da cota especial cobrada sobre algodão em pluma para os mercados interno e externo. Ver DEL 5.582/1943.	
ALTERADO p/RSF 7/1965.	
DEL 9.068 , de 15/03/1946	CAFÉ
Dispõe sobre a extinção do Departamento Nacional do Café.	
DEL 9.020 , de 25/02/1946	MATE - OAP - COOP
Inclui o DNPV na Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores de Mate.	
DEL 9.000 , de 18/02/1946	ALGOD
Mantém, sobre o algodão do Norte, a cobrança da cota especial criada pelo DEL 5.582/1943.	
DEL 8.999 , de 18/02/1946	ALGOD
Dispõe sobre o financiamento da safra de algodão de 1945-1946 para o Norte.	
DEL 8.966 , de 05/02/1946	OAP - LEITE
Suspende a criação do Entreponto Central do Leite, criado pelo DEL 8.955/1946.	
DEL 8.955 , de 28/01/1946	OAP - LEITE
Cria o Entreponto Central do Leite em substituição à Comissão Executiva do Leite para abastecer o Distrito Federal. Ver DELs 2.384/1940; 8.966/1946 e 9.828/1946.	
DEL 8.946 , de 26/01/1946	EQUINO
Dispõe sobre a organização do Desporto Hípico Nacional.	
ALTERADO p/DEL 2.820/1956.	
DEL 8.812 , de 24/01/1946	DAFI - OVOS
Dá competência aos estados e ao Distrito Federal para estabelecerem normas de fiscalização e de inspeção de ovos.	
REVOGA os DELs 2.158/1940 e 2.954/1941.	
DEL 8.811 , de 24/01/1946	MAND
Reduz para 2% a taxa cobrada sobre a comercialização de produtos de mandioca. Ver DEL 5.531/1943.	
DEL 8.810 , de 24/01/1946	FRUTAS - OAP
Extingue a Comissão Executiva de Frutas, criada pelo DEL 5.032/1942 e reorganizada pelo DEL 5.532/1943.	
DEL 8.753 , de 21/01/1946	TPS
Prorroga o prazo para que associações civis e sociedades de agricultura se registrem como associações rurais, nos termos do DEL 8.127/1945.	
DEL 8.709 , de 17/01/1946	MATE - OAP
Reorganiza o Instituto Nacional do Mate. Mantém a taxa sobre a produção do mate. Ver DELs 375/1938 e 281/1967.	
DEL 8.633 , de 11/01/1946	CAA
Permite à Prefeitura do Distrito Federal conceder licenças para a venda de produtos hortícolas em caminhões.	
ALTERA o DEL 8.528/1945. REVOCADO p/DEL 9.905/1946.	

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEL 8.620, de 10/01/1946

OAP

Modifica a regulamentação do exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. Reestrutura o Conselho Federal e os Crea.

ALTERA o DEC 23.569/1933 e o DEL 3.995/1941 e **REVOGA** o Del 8.036/1945. **ALTERADO** p/Del 9.533/1946 e p/Leis 3.427/1958; 4.242/1963 e 4.343/1965.

DEL 8.559, de 04/01/1946

PESCA - OAP

Dispõe sobre a extinção da Comissão Executiva da Pesca (CEP).

ALTERA o DEL 8.526/1945.

DEL 8.547, de 03/01/1946

PAEC&T - OAP

Cria um Instituto de Zootecnia no Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA).

ALTERADO p/DEL 9.676/1946.

1945

DEL 8.528, de 31/12/1945

CAA

Cria o Serviço Ambulante de Venda de Produtos Hortícolas ou de Granjas no Ministério da Agricultura, com isenção de impostos, preços tabelados e exclusivo para agricultores registrados.

ALTERADO p/DEL 8.633/1946 e **REVOGADO** p/DEL 9.905/1946.

DEL 8.526, de 31/12/1945

PESCA - OAP

Extingue a Comissão Executiva da Pesca (CEP). Restabelece a Caixa de Crédito dos Pescadores. Ver DELs 3.118/1941; 5.030/1942 e 5.530/1943.

ALTERA os DELs 291/1938; 794/1938 e 3.045/1941 e Restabelece o DEL 1.688/1939. **ALTERADO** p/DEL 8.559/1946.

DEL 8.486, de 28/12/1945

AIRR - OAP - DR

Cria o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Ver Lei 175/1936.

ALTERADO p/DEL 9.857/1946.

DEL 8.440, de 24/12/1945

SERING

Estabelece normas para aquisição do acervo das concessões de Belterra e Fordlândia – PA pelo Banco de Crédito da Borracha.

DEL 8.401, de 19/12/1945

COOP

Altera disposições sobre o cooperativismo, revogando vários dispositivos legais que regulam sua política.

ALTERA os DELs 5.893/1943 e 6.274/1944 e **REVIGORA** o DEL 581/1938 e o DEC 22.239/1932. **REVOGADO** p/DEL 59/1966.

DEL 8.385, de 17/12/1945

MILHO - INSUM

Autoriza o Ministério da Agricultura a firmar acordo com o estado de São Paulo para produzir sementes de milho híbrido e incentivar sua difusão.

DEL 8.371, de 14/12/1945

EQUINO

Estende à criação do cavalo trotador a legislação de fomento ao puro-sangue. Ver DEC 24.646/1934.

DEC 20.167, de 10/12/1945

DAFI

Modifica dispositivos do regulamento da Inspeção Federal de Leite e Derivados.

ALTERA o DEC 24.549/1934.

DEC 20.166, de 10/12/1945

DAFI

Modifica dispositivos do regulamento de Inspeção Federal de Carnes e Derivados.

ALTERA o DEC 24.550/1934.

DEL 8.341, de 10/12/1945

DAFI - BOVINO

Altera disposições sobre marcação de animais vacinados contra brucelose. Ver Lei 66/1947.

ALTERA o DEL 6.922/1944. **REVOGADO** p/Lei 1.388/1951.

DEL 8.321, de 07/12/1945

PESCA

Altera remuneração do interventor da CEP.

ALTERA o DEL 8.208/1945.

DEL 8.290, de 05/12/1945

PAEC&T

Cria a Escola de Agronomia da Amazônia, em Belém – PA.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEL 8.248, de 29/11/1945

OAP - LEITE

Determina intervenção governamental na Comissão Executiva do Leite, criada pelo DEL 2.384/1940.

DEL 8.208, de 22/11/1945

PESCA

Determina intervenção na Comissão Executiva da Pesca. Ver DEL 5.530/1943.

ALTERADO p/DEL 8.321/1945.

DEL 8.127, de 24/10/1945

POLEC - TPS

Dá nova forma à organização da vida rural e às associações rurais. Cria as federações e a Confederação Rural Brasileira.

ALTERA o DEL 7.449/1945.

DEL 8.073, de 11/10/1945

POLEC - DAFI - GUARAN

Prorroga para 1946 a entrada em vigor da obrigatoriedade de uso de grãos de guaraná nos produtos que utilizam esse nome.

DEL 8.064, de 10/10/1945

DAFI - UVA

Institui registro dos estabelecimentos produtores de vinho.

REVOGADO p/Lei 7.678/1988.

DEL 8.045, de 06/10/1945

MAND - POLEC

Autoriza a Comissão Executiva de Produtos de Mandioca a sustar ou restabelecer a obrigatoriedade de uso de fécula ou amido de mandioca nacionais instituída pelo DEL 5.447/1943.

DEL 8.011, de 29/09/1945

CAA - OVINO

Estende às cooperativas de lã os incentivos previstos no DEL 7.002/1944 para construção de silos e armazéns.

DEL 7.946, de 10/09/1945

SERING - DAFI

Proíbe a saída do país e o trânsito na região do vale do Amazonas de mudas, sementes, estacas e partes vivas de seringueira.

DEL 7.916, de 30/08/1945

RA

Dispõe sobre a distribuição de terras devolutas nos territórios federais.

DEL 7.903, de 27/08/1945

BBPI

Código da Propriedade Industrial. Há disposições sobre agricultura e agricultores. Art. 219: prevê a proteção de variedades novas de plantas mediante regulamentação especial. Ver DELs 254/1967 e 1.005/1959 e Lei 9.279/1996.

DEL 7.826, de 04/08/1945

ARROZ - POLEC - CR

Autoriza o IRGA a liquidar os débitos dos orizicultores do Rio Grande do Sul relativos às safras de 1941 a 1945 mediante compromisso de novos plantios de 1945 a 1949. Cria taxa sobre a produção para cobrir os financiamentos. Prorroga prazos de arrendamento e disposições contratuais privadas. Ver DEL 3.379/1941.

DEL 7.774, de 24/07/1945

PGPM - CR

Dispõe sobre o financiamento e preços mínimos. Ver Lei 1.506/1951.

DEL 7.748, de 17/07/1945

ALGOD - POLEC - PGPM

Suspende disposição que condicionava a concessão de financiamento de algodão ao plantio de alimentos na propriedade. Ver DEL 6.938/1944.

DEL 7.724, de 10/07/1945

RA

Submete ao regime de aforamento as terras devolutas na faixa de fronteira.

REVOGADO p/Lei 2.597/1955

DEL 7.691, de 29/06/1945

TPS

Prorroga prazos estabelecidos no DEL 7.449/1945 sobre organização da vida rural e associações rurais municipais.

DEL 7.677, de 26/06/1945

TRIBUT

Prorroga as disposições do DEL 6.364/1944 relativas à suspensão do pagamento de direitos e taxas sobre importação de leite e ovos.

DEL 7.669, de 22/06/1945

POLEC - DAFI - GUARAN

Modifica disposições relativas ao uso obrigatório de grãos de guaraná nos produtos que utilizam esse nome. Reduz a exigência de presença para 0,3g/100cm³ nos refrescos de guaraná.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEL 7.570, de 21/05/1945

CAFÉ - CR

Amplia até 31/10/1947 o período de financiamento da lavoura cafeeira nas condições especiais dispostas no DEL 3.049/1941. Ver DELs 3.934/1941; 5.147/1942 e 6.190/1944.

DEL 7.561, de 18/05/1945

RA

Dispõe sobre as concessões e cessões de terras devolutas à Fundação Brasil Central.

DEL 7.534, de 07/05/1945

ALGOD

Suprime a cota especial sobre a safra de algodão de 1941/42 e fixa o valor para a safra 1942/43.

DEL 7.449, de 09/04/1945

POLEC - TPS

Dispõe sobre a organização da vida rural. Cria as associações rurais e a União Rural Brasileira.

ALTERADO p/DEL 8.127/1945.

DEL 7.231, de 05/01/1945

PAEC&T

Dispõe sobre o regime escolar das Escolas Nacionais de Agronomia e Veterinária. Ver DEL 7.082/1944.

1944

DEL 7.197, de 27/12/1944

CAA - OVINO

Estabelece a classificação comercial e dispõe sobre o comércio de lã.

REVOGA o DEL 6.604/1944. ALTERADO p/Lei 1.017/1949 e REVOCADO p/Lei 5.093/1966.

DEL 7.196, de 27/12/1944

TRIGO - CAA

Altera prazo previsto no DEL 4.953/1942, que estabeleceu cotas de aquisição do trigo nacional.

DEL 7.149, de 13/12/1944

DAFI - MAND

Amplia prazo de inscrição no registro das indústrias de mandioca. Ver DEC 16.461/1944.

DEL 7.083, de 27/11/1944

COOP

Altera disposições sobre o cooperativismo.

ALTERA o DEL 5.893/1943.

DEL 7.038, de 10/11/1944

TPS

Dispõe sobre a sindicalização rural.

DEL 7.002, de 30/10/1944

CAA

Concede auxílios para instalação de rede nacional de armazéns e silos.

DEL 6.979, de 24/10/1944

ALGOD - TRIBUT

Sujeita o algodão remanescente das safras de 1941 a 1944 à incidência da “cota especial”. Ver DELs 5.582/1943 e 6.398/1944 e Lei 492/1948.

ALTERA o DEL 6.939/1944.

DEL 6.969, de 19/10/1944

CANA

Dispõe sobre fornecedores de cana que lavram a terra alheia.

ALTERA o DEL 3.855/1941.

DEL 6.966, de 17/10/1944

TRIGO - CAA

Amplia os prazos de construção obrigatória de silos pelos moinhos importadores de trigo. Ver DEL 5.766/1943.

REVOGADO p/DEL 9.891/1946.

DEL 6.939, de 07/10/1944

ALGOD - TRIBUT

Prorroga para a safra 1944/45 e restringe ao consumo interno a incidência da “cota especial” cobrada sobre o algodão. Ver DELs 5.582/1943; 6.398/1944 e 6.979/1944 e Lei 492/1948.

ALTERADO p/DEL 6.979/1944.

DEL 6.938, de 07/10/1944

ALGOD - POLEC - PGPM

Dispõe sobre o financiamento do produto da safra de algodão de 1944/45. Condiciona a concessão de financiamento de algodão ao plantio de alimentos na propriedade. Ver DEL 7.748/1945.

DEL 6.922, de 04/10/1944

DAFI - BOVINO

Obriga a marcação de animais vacinados contra brucelose. Ver Lei 66/1947.

ALTERADO p/DEL 8.341/1945 e REVOCADO p/Lei 1.388/1951.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEL 6.910, de 27/09/1944

SERING - ATER

Autoriza acordo entre Ministério da Agricultura e Banco de Crédito da Borracha para apoio ao Instituto Agronômico do Norte para fornecimento de mudas e de assistência técnica aos plantios.

DEL 6.909, de 27/09/1944

COOP

Altera disposições sobre o cooperativismo contidas no DEL 5.893/1943. Ver DEC 1.637/1907 e DEL 6.274/1944.

DEL 6.843, de 31/08/1944

PESCA

Dispõe sobre a composição da Comissão Executiva da Pesca (CEP).

ALTERA o DEL 5.530/1943.

DEL 6.760, de 31/07/1944

ALGOD - PGPM

Altera as especificações do enfardamento do algodão para financiamento.

ALTERA o DEL 6.397/1944.

DEL 6.674, de 11/07/1944

CR

Interpreta e detalha disposições do DEL 2.238/1940 relativas à redução dos débitos dos agricultores instituída pelo DEC 24.233/1934.

ALTERADO p/Lei 265/1948.

DEL 6.635, de 27/06/1944

MATE - POLEC - COOP

Dispõe sobre a organização dos produtores de erva-mate em cooperativas. Cria taxa sobre a produção para sua organização cooperativa.

DEL 6.604, de 19/06/1944

OVINO - CAA

Estabelece a classificação de lã de ovinos e dispõe sobre seu comércio.

REVOGADO p/DEL 7.197/1944.

DEL 6.512, de 18/05/1944

PAEC&T - OAP

Modifica disposições sobre o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

ALTERA o DEL 6.155/1943.

DEL 6.425, de 14/04/1944

POLEC - DAFI - GUARAN

Torna obrigatório o uso de grãos de guaraná nos produtos que utilizam esse nome. Obriga a presença de 0,5g/100cm³ de guaraná nos refrescos que usem esse nome.

DEL 6.405, de 05/04/1944

MAND

Reduz para 4% a taxa cobrada sobre a comercialização de produtos de mandioca. Ver DEL 5.531/1943.

DEL 6.398, de 01/04/1944

ALGOD - TRIBUT

Prorroga, para a safra 1943/44, a incidência da "cota especial" cobrada sobre o algodão. Ver DELs 5.582/1943; 6.939/1944 e; 6.979/1944 e Lei 492/1948.

DEL 6.397, de 01/04/1944

ALGOD - PGPM

Dispõe sobre o financiamento do produto da safra de algodão de 1943/44.

ALTERADO p/DEL 6.760/1944.

DEL 6.375, de 27/03/1944

ARROZ

Autoriza o IRGA a contratar recursos com o Banco do Brasil para a construção de infraestrutura de produção e beneficiamento de arroz e para a aquisição das safras 1943/44 e 1944/45 no Rio Grande do Sul.

DEL 6.364, de 23/03/1944

TRIBUT

Suspende a cobrança de direitos e taxas que incidem sobre a importação de leite e ovos.

DEL 6.307, de 02/03/1944

BOVINO - POLEC

Suspende as restrições ao abate de gado criado pelos próprios frigoríficos. Ver DEL 5.121/1942.

DEL 6.274, de 14/02/1944

COOP

Altera disposições sobre o cooperativismo contidas no DEL 5.893/1943. Ver DEC 1.637/1907 e DEL 6.909/1944.

ALTERA o DEL 5.893/1943. **ALTERADO** p/DEL 8.401/1945.

DEL 6.236, de 02/02/1944

MA

Altera dispositivos do Código de Caça.

ALTERA o DEL 5.894/1943.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEL 6.229, de 24/01/1944

PAEC&T - OAP

Altera disposições de reorganização do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas para criar cargos de Reitor da Universidade Rural e Diretor do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas.

ALTERA o DEL 6.155/1943.

DEL 6.213, de 20/01/1944

CAFÉ

Estabelece normas para fixação de qualidades e tipos de café destinado ao consumo interno.

REVOGADO p/DEL 9.270/1946 e p/Lei 1.779/1952.

DEL 6.190, de 08/01/1944

CAFÉ - CR

Amplia até 31/10/1946 o período em que será financiada em condições especiais a lavoura cafeeira, sob as condições do DEL 3.049/1941. Ver DELs 3.934/1941; 5.147/1942 e 7.570/1945.

DEL 6.171, de 05/01/1944

TRIGO - CAA

Autoriza o Ministério da Agricultura a tomar medidas para escoamento da safra de trigo.

DEL 6.170, de 05/01/1944

TRIGO - OAP

Cria o Serviço de Expansão do Trigo no Ministério da Agricultura para formular a política do produto.

1943

DEL 6.155, de 30/12/1943

PAEC&T - OAP

Reorganiza o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (Cnepa), no Ministério da Agricultura. Cria a Universidade Rural e o Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, que compreende vários órgãos de pesquisa agronômica e os Institutos Agronômicos do Norte, do Nordeste, do Sul e do Oeste. Ver DEL 982/1938.

ALTERADO p/DELs 6.512/1944; 6.229/1944 e 9.815/1946.

DEL 6.108, de 16/12/1943

CAA - BOVINO - POLEC

Autoriza a requisição de gado bovino no Brasil Central para assegurar o abastecimento de carne.

DEL 6.040, de 25/11/1943

CANA - PAEC&T

Autoriza o Ministério da Agricultura a fazer convênios com os estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco, com seus produtores e com o IAA para ampliar a pesquisa e a assistência à lavoura de cana-de-açúcar.

DEL 5.995, de 17/11/1943

OAP

Dispõe sobre a estrutura do Serviço de Meteorologia da Agricultura.

DEC 13.754, de 27/10/1943

DAFI

Modifica dispositivos do Regulamento de Inspeção Federal de Carnes e Derivados.

ALTERA o DEC 24.550/1934.

DEL 5.894, de 20/10/1943

MA

Aprova e baixa o Código de Caça.

REVOGA os DELs 1.210/1939; 1.768/1939; 2.772/1940; 3.622/1941 e 3.942/1941. ALTERADO p/DEL 6.236/1944 e REVOGADO p/Lei 5.197/1967.

DEL 5.893, de 19/10/1943

COOP

Dispõe sobre as cooperativas. Estabelece normas para o cooperativismo. Cria a Caixa de Crédito Cooperativo. Ver DEC 1.637/1907 e DELs 6.274/1944; 6.909/1944 e 7.083/1944.

ALTERADO p/DELs 6.274/1944; 7.083/1944 e 8.401/1945.

DEL 5.881, de 05/10/1943

SERING - POLEC

Aprova acordo suplementar ao Acordo de Washington para incentivo à borracha.

DEL 5.766, de 20/08/1943

TRIGO - CAA

Obriga os moinhos importadores a construir silos próprios para armazenar trigo para atender a um ano de consumo. Ver DEL 6.966/1944.

REVOGADO p/DEL 9.891/1946.

DEL 5.738, de 10/08/1943

CITRUS

Autoriza a Comissão Executiva de Frutas a contratar operação de crédito para ações de defesa da produção nacional de cítricos.

DEL 5.686, de 21/07/1943

SERING - DAFI - POLEC

Proíbe a remessa de mudas e sementes de Hevea para fora da Amazônia sem autorização do Ministério da Agricultura.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEC 12.635, de 18/06/1943

DAFI

Modifica dispositivos do Regulamento da Inspeção Federal de Leite e Derivados.

ALTERA o DEC 24.549/1934.

DEL 5.582, de 17/06/1943

ALGOD - TRIBUT

Institui “cota especial” a ser cobrada sobre exportação e consumo de algodão, destinando os recursos arrecadados para a cobertura de riscos de operações de financiamento. Ver DELs 6.938/1944; 6.939/1944; 6.979/1944 e 9.108/1946 e Lei 492/1948, que extingue a taxa.

DEL 5.532, de 28/05/1943

FRUTAS - OAP

Modifica disposições relativas à Comissão Executiva de Frutas. Ver DEL 8.810/1946.

REVOGA os DELs 5.032/1942 e 5.426/1943.

DEL 5.531, de 28/05/1943

MAND - OAP

Modifica disposições relativas à Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca.

REVOGA os DELs 5.031/1942 e 5.426/1943.

DEL 5.530, de 28/05/1943

PESCA - OAP

Dispõe sobre a Comissão Executiva da Pesca (CEP). Ver DEL 8.526/1945.

ALTERA os DELs 291/1938; 794/1938 e 3.045/1941 e **REVOGA** os DELs 1.688/1939; 5.030/1942 e 5.426/1943. **ALTERADO** p/DEL 6.843/1944.

DEL 5.513, de 24/05/1943

CACAU

Autoriza o estado da Bahia a contratar empréstimos para apoio à cultura do cacau: construção de infraestrutura e financiamento da produção.

DEL 5.486, de 14/05/1943

TRIGO - CAA

Complementa disposições sobre a aquisição de trigo nacional. Ver DEL 4.953/1942.

DEL 5.478, de 12/05/1943

DAFI

Altera disposições da Defesa Sanitária Vegetal.

ALTERA o DEC 24.114/1934.

DEL 5.476, de 11/05/1943

SERING - POLEC

Aprova o acordo firmado entre a Comissão de Controle dos Acordos de Washington e o Governo do Estado de Mato Grosso, o Banco de Crédito da Borracha e a Rubber Development Corporation para intensificar a produção de borracha.

DEL 5.452, de 01/05/1943

TPS

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ver arts. 7º, 76, 505, 506, 535 e 576 (do texto original). Demais artigos pertinentes ao setor rural estão nas leis que a alteram.

ALTERADO p/Leis 9.658/1998; 5.819/1972 e outras e p/DEL 926/1969 e outros.

DEL 5.447, de 30/04/1943

MAND - POLEC

Obriga as indústrias de fios e tecidos a utilizar fécula ou amido de mandioca nacionais, fixando cotas de aquisição.

ALTERADO p/DEL 8.045/1945.

DEL 5.426, de 27/04/1943

PESCA - MAND - FRUTAS - OAP

Altera disposições sobre a estrutura e o funcionamento da Comissão Executiva da Pesca, da Comissão Executiva de Produtos da Mandioca e da Comissão Executiva das Frutas.

ALTERA os DELs 5.030/1942; 5.031/1942 e 5.032/1942. **REVOGADO** p/DELs 5.531/1943 e 5.532/1943.

DEL 5.409, de 14/04/1943

EDUC

Cria um aprendizado agrícola, vinculado ao Ministério da Agricultura, em Cuiabá – MT.

DEL 5.408, de 14/04/1943

EDUC

Cria um aprendizado agrícola, vinculado ao Ministério da Agricultura, junto à Escola Nacional de Agronomia, no Km 47 – RJ.

DEL 5.407, de 14/04/1943

MAND

Autoriza a Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca a contratar operações com o Banco do Brasil para construir ou desapropriar indústrias. Ver DEL 5.031/1942.

DEL 5.360, de 30/03/1943

ALGOD - PGPM

Dispõe sobre o financiamento do produto da safra de algodão de 1943.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEL 5.238, de 09/02/1943

TRIGO - CAA

Modifica o DEL que introduz o sistema de cotas de aquisição do trigo nacional. Ver DEL 7.196/1944.

ALTERA o DEL 4.953/1942.

DEL 5.212, de 21/01/1943

PGPM - OAP

Cria a Comissão de Financiamento da Produção (CFP). Ver Lei 8.344/1991.

DEL 5.200, de 18/01/1943

SERING - PAEC&T - OAP

Torna privativas do Instituto Agronômico do Norte as pesquisas com seringueira. Define atribuições do IAN.

DEL 5.185, de 12/01/1943

SERING - OAP

Altera o DEL que criou o Banco de Crédito da Borracha, estabelecendo nova estrutura. Ver DEL 9.720/1946.

ALTERA o DEL 4.451/1942.

1942

DEL 5.154, de 31/12/1942

COOP

Dispõe sobre a intervenção em cooperativas.

REVOGADO p/DEL 59/1966.

DEL 5.147, de 30/12/1942

CAFÉ - CR

Amplia até 31/10/1945 o período em que será financiada em condições especiais a lavoura cafeeira, sob as condições do DEL 3.049/1941. Ver DELs 3.934/1941; 6.190/1944 e 7.570/1945.

DEL 5.121, de 21/12/1942

BOVINO - POLEC

Restringe o abate de gado criado pelo próprio frigorífico. Ver DEL 6.307/1944.

DEL 5.114, de 18/12/1942

PAEC&T

Dispõe sobre os professores dos cursos de aperfeiçoamento e especialização do Ministério da Agricultura. Ver DEL 1.514/1939.

ALTERA o DEL 4.083/1942.

DEL 5.032, de 04/12/1942

FRUTAS - OAP

Cria a Comissão Executiva das Frutas para coordenar a política de fruticultura.

ALTERADO p/DEL 5.426/1943 e REVOGADO p/DEL 5.532/1943.

DEL 5.031, de 04/12/1942

MAND - OAP

Cria Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca para formular e coordenar a política do produto. Institui taxa de 10% sobre a comercialização de produtos de mandioca para financiar a lavoura e a indústria.

ALTERADO p/DEL 5.426/1943 e REVOGADO p/DEL 5.531/1943.

DEL 5.030, de 04/12/1942

PESCA - OAP

Cria e estrutura a Comissão Executiva da Pesca (CEP). Institui taxa de 5% sobre o pescado comercializado.

ALTERA os DELs 291/1938 e 794/1938 e REVOGA o DEL 1.688/1939. ALTERADO p/DEL 5.426/1943 e REVOGADO p/DEL 5.530/1943.

DEL 4.953, de 13/11/1942

TRIGO - CAA

Dispõe sobre a aquisição de trigo de produção nacional. Estabelece sistema de cotas para os moinhos. Ver DEL 7.196/1944.

ALTERADO pelo DEL 5.238/1943.

DEL 4.899, de 30/10/1942

PECUÁR

Estabelece a obrigatoriedade de pesada na compra e venda de animais para abate.

DEL 4.854, de 21/10/1942

BOVINO

Regula o uso da marca de fogo em bovinos. Ver DEL 460/1969.

REVOGA o DEL 1.176/1939. REVOGADO p/Lei 4.714/1965.

DEL 4.841, de 17/10/1942

SERING

Dispõe sobre financiamento para o desenvolvimento da produção de borracha. Dá monopólio da comercialização da borracha ao Banco de Crédito da Borracha.

ALTERADO p/Lei 86/1947.

DEL 4.813, de 08/10/1942

REFLOR - MA - OAP

Reorganiza o Instituto Nacional do Pinho. Ver DEL 3.124/1941.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEL 4.733 , de 23/09/1942	CANA
Regula a organização de novas tabelas de preços da cana. Atribui ao IAA a fixação de cotas de fornecimento.	
DEL 4.709 , de 18/09/1942	CAA - BOVINO - POLEC
Autoriza o Ministério da Agricultura a fixar preços de gado e os estados a requisitar gado para assegurar o abastecimento de carne.	
DEL 4.695 , de 16/09/1942	UVA - TRIBUT
Dispõe sobre a forma de cobrança de taxa sobre importação de vinho. Ver Lei 549/1937 e DEL 826/1938.	
REVOGADO p/Lei 7.678/1988.	
DEL 4.653 , de 02/09/1942	PAEC&T - OAP
Transfere campos experimentais do Centro de Ensino e Pesquisas Agronômicas para a Divisão de Fomento da Produção Vegetal do DNPV.	
DEL 4.628 , de 27/08/1942	ALGOD - POLEC
Obriga as indústrias de algodão a receberem de agricultores 50% do produto a processar.	
DEL 4.580 , de 13/08/1942	CAA - CARNE
Obriga indústrias abatedoras de exportação a assegurar abastecimento local de carnes.	
DEL 4.579 , de 13/08/1942	CAA - CARNE
Proíbe temporariamente a frigorificação e a industrialização de carnes para exportação a fim de assegurar o abastecimento interno.	
DEL 4.451 , de 09/07/1942	SERING - POLEC - OAP
Autoriza a constituição do Banco de Crédito da Borracha para incentivo à cultura da seringueira e execução do Acordo de Washington.	
ALTERADO p/DEls 5.185/1943 e 9.720/1946.	
DEL 4.395 , de 19/06/1942	ALGOD - PGPM
Dispõe sobre o financiamento do produto da safra de algodão de 1941/42.	
DEL 4.360 , de 05/06/1942	CR
Modifica os prazos de penhor agrícola e pecuário. Ver Lei 454/1937.	
ALTERA a Lei 492/1937.	
DEL 4.327 , de 22/05/1942	DAFI - UVA - BBPI
Dispõe sobre o uso da denominação “conhaque”.	
REVOGADO p/Lei 7.678/1988.	
DEL 4.325 , de 21/05/1942	SERING - POLEC
Aprova o Acordo de Washington para incentivo à produção de borracha.	
DEL 4.312 , de 20/05/1942	CR
Inclui os animais para abate e outros produtos nas possibilidades de penhor na suinocultura. Ver DEls 1.271/1939 e 1.625/1939.	
DEL 4.265 , de 17/04/1942	SERICIC
Dispõe sobre o emprego da palavra “seda”, alterando regulamento anterior.	
REVOGADO p/Lei 5.179/1966.	
DEL 4.221 , de 01/04/1942	SERING - CAA
Torna exclusiva do Banco do Brasil a comercialização de borracha e cria licença para sua exportação.	
DEL 4.160 , de 06/03/1942	ARROZ - POLEC - CAA
Torna sem efeito a proibição de exportação de arroz instituída pelo DEL 3.378/1941. Estabelece licença de exportação de arroz.	
DEL 4.135 , de 26/02/1942	MA - OAP
Altera o Código Florestal com relação ao Conselho Florestal.	
ALTERA o DEC 23.793/1934.	
DEL 4.083 , de 04/02/1942	PAEC&T
Dá nova organização aos cursos de aperfeiçoamento e especialização do Ministério da Agricultura, ampliando vagas para não-funcionários. Ver DEL 1.514/1939.	
ALTERADO p/DEL 5.114/1942 e p/Lei 1.192/1950.	

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEL 4.082, de 04/02/1942

BOVINO - DAFI

Estabelece normas para fixar limites de abate de vacas e bezerros.

1941

DEL 3.995, de 31/12/1941

OAP

Estabelece o pagamento, pelos profissionais, de anuidade para os Crea. Ver DEC 23.569/1933.

DEL 3.984, de 30/12/1941

TRIGO - CAA

Dispõe sobre a aquisição e a moagem do trigo nacional. Modifica os critérios de obrigatoriedade de aquisição do trigo pelos moinhos que importam. Ver DEL 2.960/1941.

DEL 3.967, de 23/12/1941

CANA

Estabelece disposições complementares sobre intervenção estatal no mercado de açúcar. Ver DEC 22.981/1933.

DEL 3.942, de 17/12/1941

MA

Institui o “Selo Pro-fauna” para pagamento de licenças e multas previstas no Código de Caça. Ver DEL 1.210/1939.
REVOGADO p/DEL 5.894/1943.

DEL 3.934, de 12/12/1941

CAFÉ - CR

Amplia até 31/10/1944 o período em que será financiada em condições especiais a lavoura cafeeira, sob as condições do DEL 3.049/1941. Ver DELs 5.147/1942; 6.190/1944 e 7.570/1945.

DEL 3.855, de 21/11/1941

CANA

Estabelece o Estatuto da Lavoura Canavieira.

ALTERADO p/DEL 6.969/1944 e p/Lei 5.654/1971.

DEL 3.802, de 06/11/1941

DAFI - INSUM

Altera o regulamento do comércio de adubos químicos, modificando disposições dos DECs 3.508/1918 e 14.177/1920.

REVOGADO p/Lei 6.138/1974.

DEL 3.763, de 25/10/1941

AIRR

Consolida disposições sobre água e energia – altera o Código de Águas. Ver DEL 852/1938.

ALTERA o DEC 24.643/1934 e o DEL 1.345/1939.

DEL 3.717, de 15/10/1941

DAFI - APICULT

Dispõe sobre inspeção sanitária e classificação do mel de abelhas.

DEL 3.644, de 23/09/1941

SERICIC

Dispõe sobre a produção, a importação e a distribuição de ovos do bicho-da-seda.

DEL 3.635, de 18/09/1941

CITRUS - POLEC

Cria a Junta Reguladora do Comércio da Laranja, com o objetivo de atuar na regulação do comércio e da exportação do produto.

DEL 3.622, de 17/09/1941

MA

Altera o Código de Caça.

REVOGADO p/DEL 5.894/1943.

DEL 3.621, de 17/09/1941

FRUTAS - POLEC

Altera atribuição da Comissão de Controle da Produção e Comércio de Bananas.

ALTERA o DEL 3.568/1941.

DEL 3.609, de 11/09/1941

OAP - LEITE - COOP

Autoriza a Comissão Executiva do Leite a organizar cooperativas de produtores de leite para abastecer o Distrito Federal. Ver DEL 2.384/1940.

DEL 3.582, de 03/09/1941

DAFI - UVA

Dispõe sobre a rotulagem de vinhos. Ver Lei 549/1937 e DEL 4.695/1942.

REVOGADO p/Lei 7.678/1988.

DEL 3.568, de 29/08/1941

FRUTAS

Cria a Comissão de Controle da Produção e Comércio de Bananas no Ministério da Agricultura.

ALTERADO p/DEL 3.621/1941.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEL 3.451, de 23/07/1941

PAEC&T - OAP

Federaliza estação experimental em Entre Rios – BA e a incorpora ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

DEL 3.445, de 21/07/1941

TRIGO

Estabelece taxa de fiscalização sobre o trigo e a farinha importados.

DEL 3.430, de 16/07/1941

COOP - CAA

Autoriza o Ministério da Agricultura a confiar um entreposto de aves e ovos à Cooperativa dos Avicultores do Estado do Rio de Janeiro e Distrito Federal.

DEL 3.379, de 01/07/1941

ARROZ - CR - POLEC

Autoriza o IRGA a liquidar os débitos dos orizicultores do Rio Grande do Sul relativos à safra 1940/1941, condicionado a novos plantios. Cria taxa de remição sobre a produção para liquidar financiamentos.

DEL 3.378, de 30/06/1941

ARROZ - POLEC - CAA

Suspende a exportação de arroz, para assegurar o abastecimento interno.

DEL 3.365, de 21/06/1941

RA

Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

ALTERADO p/Lei 2.786/1956. p/DEL 9.811/1946 e p/MPV 2.183-56/2001.

DEL 3.354, de 18/06/1941

PAEC&T - OAP

Federaliza a estação experimental em Alagoas e a incorpora ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

DEL 3.353, de 18/06/1941

PAEC&T - OAP

Federaliza a estação experimental em Sergipe e a incorpora ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

DEL 3.148, de 26/03/1941

SERICIC

Dispõe sobre auxílio aos sericicultores e às empresas de fiação. Estabelece que o Ministério da Agricultura elaborará, anualmente, plano de fomento à sericicultura.

DEL 3.124, de 19/03/1941

REFLOR - MA - OAP

Cria o Instituto Nacional do Pinho. Ver DELs 4.813/1942 e 289/1967.

DEL 3.118, de 14/03/1941

PESCA - TPS

Cria a Policlínica dos Pescadores. Ver DEL 8.526/1945.

DEL 3.086, de 04/03/1941

PAEC&T - ARROZ - OAP

Cria Estação Experimental de Arroz no Rio Grande do Sul, subordinada ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura.

DEL 3.077, de 26/02/1941

CR

Dispõe sobre o recolhimento de recursos dos institutos e caixas de previdência para a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

DEL 3.049, de 13/02/1941

CAFÉ - CR

Autoriza financiamentos em condições especiais (três safras) para socorrer a lavoura cafeeira atingida pela seca. Ver DELs 3.934/1941; 5.147/1942; 6.190/1944 e 7.570/1945.

DEL 3.048, de 13/02/1941

CR

Amplia mais uma vez os limites de emissão de apólices da Dívida Pública para atender à redução do débito dos agricultores determinada pelo DECs 24.233/1934 e 24.662/1934.

DEL 3.045, de 12/02/1941

PESCA

Dispõe sobre o funcionamento dos entrepostos de pesca. Ver DELs 291/1938 e 794/1938.

ALTERADO p/DELs 5.530/1943 e 8.526/1945.

DEL 2.960, de 18/01/1941

TRIGO - CAA

Dispõe sobre a distribuição do trigo de produção nacional. Obriga os moinhos a consumir trigo nacional e a misturar sucedâneo à farinha.

DEL 2.954, de 16/01/1941

DAFI - OVOS

Altera a regulamentação do comércio de ovos.

ALTERA o DEL 2.158/1940. **REVOGADO** p/DEL 8.812/1946.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

1940

DEL 2.832, de 04/12/1940

PAEC&T

Transforma a Superintendência do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura em Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. Ver DEL 982/1938.

DEL 2.831, de 04/12/1940

PAEC&T

Incorpora a Escola Nacional de Veterinária ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura. Ver DEL 982/1938.

DEL 2.772, de 11/11/1940

MA - OAP

Altera composição do Conselho Nacional da Caça. Ver DEL 1.210/1939.

REVOGADO p/DEL 5.894/1943.

DEL 2.612, de 20/09/1940

CR

Dispõe sobre o registro do penhor rural.

DEL 2.611, de 20/09/1940

CR

Dispõe sobre os recursos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Estabelece normas de aplicação e limite de juros.

DEL 2.610, de 20/09/1940

RA

Interpreta disposições do DEL 1.968/1940, que regula as concessões de terras na faixa de fronteira.

ALTERA o DEL 1.968/1940. **REVOGADO** p/Lei 2.597/1955.

DEL 2.527, de 23/08/1940

DAFI

Cria taxas para o registro de exportadores e de classificadores de produtos agrícolas e pecuários.

REVOGA o DEL 1.471/1939. **REVOGADO** p/Lei 5.025/1966.

DEL 2.384, de 10/07/1940

OAP - LEITE

Cria Comissão Executiva do Leite para o Distrito Federal. Ver DEL 9.828/1946.

DEL 2.366, de 04/07/1940

UVA - PAEC&T - FRUTAS - OAP

Subordina a Estação Experimental de Viticultura e Enologia e Frutas de Clima Temperado, localizada em Pelotas – RS, ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

DEL 2.238, de 28/05/1940

CR

Aprova segunda parte do regimento da Câmara de Reajustamento Econômico. Estabelece novas disposições sobre a redução dos débitos dos agricultores instituída pelo DEC 24.233/1934.

DEL 2.158, de 30/04/1940

DAFI - OVOS

Regula o comércio de ovos.

ALTERADO p/DEL 2.954/1941 e **REVOGADO** p/DEL 8.812/1946.

DEL 2.157, de 30/04/1940

CR

Estabelece os prazos para adesão à renegociação e redução de dívidas no âmbito da renegociação estabelecida pelos DELs 1.002/1938; 1.172/1939 e 1.230/1939.

DEL 2.071, de 07/03/1940

CR

Aprova o regimento da Câmara de Reajustamento Econômico, criada pelo DEC 23.533/1933.

DEL 2.019, de 14/02/1940

POLEC - INSUM

Altera as normas de proibição de exportação de ossos e adubos fosfatados.

ALTERA o DEL 1.774/1939.

DEL 1.968, de 17/01/1940

RA

Dispõe sobre a concessão de terras na faixa de fronteira.

ALTERADO p/DEL 2.610/1940 e **REVOGADO** p/Lei 2.597/1955.

DEL 1.955, de 10/01/1940

DAFI - PECUÁR

Regula o funcionamento dos matadouros de aves e animais de pequeno porte no Distrito Federal.

1939

DEL 1.888, de 15/12/1939

CR

Dispõe sobre a concessão de empréstimos e redução das dívidas no âmbito da renegociação estabelecida pelos DELs 1.002/1938; 1.172/1939 e 1.230/1939.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEL 1.836, de 05/12/1939

COOP

Permite inclusão de pessoas jurídicas nas cooperativas de indústrias extrativas.

REVOGADO p/DEL 59/1966.

DEL 1.831, de 04/12/1939

CANA

Dispõe sobre a defesa da produção de açúcar.

ALTERADO p/Lei 5.654/1971.

DEL 1.774, de 16/11/1939

POLEC - INSUM

Proíbe a exportação de ossos e adubos fosfatados.

ALTERADO p/DEL 2.019/1940.

DEL 1.768, de 11/11/1939

MA

Estabelece penalidades pelas infrações ao Código de Caça.

REVOGADO p/ DEL 5.894/1943.

DEL 1.729, de 01/11/1939

DAFI - CITRUS

Suspende cobrança de taxa de fiscalização sobre exportação de frutas cítricas instituída pela DEC 23.835/1934.

DEL 1.708, de 27/10/1939

PESCA - POLEC

Altera o Código de Pesca. Considera privativa de brasileiros a pesca profissional.

ALTERA o DEL 794/1938.

DEL 1.688, de 18/10/1939

PESCA

Modifica o Conselho Nacional de Pesca. Ver DEL 794/1938.

REVOGADO p/DELS 5.030/1942 e 5.530/1943 e **REVIGORADO** p/DEL 8.526/1945.

DEL 1.631, de 27/09/1939

PESCA

Dispõe sobre aplicação de multas previstas no Código de Pesca.

REVOGADO p/DEL 221/1967.

DEL 1.625, de 23/09/1939

CR

Permite o penhor de produtos da suinocultura. Ver DELs 1.271/1939 e 4.312/1942.

DEL 1.567, de 06/09/1939

PECUÁR

Autoriza o governo do Rio Grande do Sul a regulamentar a entrada de animais reprodutores.

DEL 1.514, de 16/08/1939

PAEC&T

Cria, no Ministério da Agricultura, cursos de aperfeiçoamento e de especialização para os funcionários a serem contratados.

DEL 1.471, de 01/08/1939

CAA - DAFI

Atribui ao Ministério da Agricultura (e aos estados, por delegação) a responsabilidade pela classificação, fiscalização do beneficiamento e exportação de produtos agrícolas e pecuários.

REVOGADO p/DEL 2.527/1940 e p/Lei 5.025/1966.

DEL 1.386, de 29/06/1939

CR

Interpreta disposição da moratória dada aos agricultores pelo DEL 150/1937, estabelecendo as dívidas que podem ser incluídas.

DEL 1.230, de 29/04/1939

CR

Regulamenta o disposto nos DELs 1.002/1938 e 1.172/1938 relativo à emissão de Letras Hipotecárias para pagamento de débitos de agricultores.

DEL 1.210, de 12/04/1939

MA

Aprova e baixa o Código de Caça. Ver DEL 2.772/1940.

REVOGA o DEC 23.672/1934. **REVOGADO** p/DEL 5.894/1943.

DEL 1.199, de 06/04/1939

CR

Exclui as dívidas de impostos da moratória dada aos agricultores pelo DEL 150/1937.

DEL 1.185, de 03/04/1939

POLEC

Proíbe a instalação de máquinas que produzam sucedâneos de produtos agropecuários como lã, borracha, seda, algodão e outros.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEL 1.176, de 29/03/1939

BOVINO

Regula o uso de marca de fogo em bovinos. Ver Lei 4.714/1965 e DEL 460/1969.

REVOGADO p/DEL 4.854/1942.

DEL 1.172, de 27/03/1939

CR

Dispõe sobre os empréstimos autorizados pelo DEL 1.002/1938, relativo à emissão de Letras Hipotecárias para pagamento de débitos de agricultores.

DEL 1.117, de 24/02/1939

EQUINO

Proíbe a exportação de éguas.

ALTERADO p/DEL 9.620/1946.

DEL 1.062, de 20/01/1939

INSUM

Concede abatimento, nas ferrovias da União, no valor do frete de materiais e animais de serviço destinados ao fomento da produção agrícola.

1938

DEL 1.015, de 31/12/1938

PAEC&T

Dá novas disposições sobre os títulos a serem conferidos aos diplomados por estabelecimento de ensino agronômico e veterinário.

REVOGA o DEL 44/1937.

DEL 1.003, de 29/12/1938

CR

Dispõe sobre o penhor agrícola.

DEL 1.002, de 29/12/1938

CR

Autoriza o Banco do Brasil a emitir Letras Hipotecárias para pagamento de débitos de agricultores. Ver DELs 1.172/1939 e 1.230/1939.

DEL 1.001, de 29/12/1938

CR

Prorroga até 31/12/1939 a moratória das dívidas dos agricultores estabelecida pelo DEL 150/1937.

DEL 982, de 23/12/1938

PAEC&T - OAP

Cria órgãos e reestrutura o Ministério da Agricultura. Cria o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas. Ver DELs 2.831/1940; 2.832/1940 e 6.155/1943.

DEL 955, de 15/12/1938

TRIGO - CAA

Torna obrigatórios a aquisição e o consumo de trigo nacional e a adição de sucedâneo autorizado.

DEL 933, de 07/12/1938

PAEC&T

Estende aos cursos superiores de ensino agrícola e veterinário as disposições do DEL 421/1938, que regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior.

DEL 926, de 05/12/1938

COOP

Dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a fiscalização das Cooperativas de Seguros. Ver DEL 581/1938.

REVOGADO p/DEL 59/1966.

DEL 921, de 01/12/1938

DAFI - OAP

Institui taxa de inspeção de produtos de origem animal.

ALTERA os DECs 24.549/1934 e 24.550/1934. REVOGADO p/Lei 5.760/1971.

DEL 881, de 23/11/1938

CITRUS - CAA

Autoriza, para os anos 1939 e 1940, o uso de caixas diferentes do padrão para comercialização de cítricos. Ver DEL 680/1938.

DEL 852, de 11/11/1938

AIRR

Mantém e modifica o Código de Águas.

ALTERA o DEC 24.643/1934.

DEL 826, de 28/10/1938

DAFI - UVA

Modifica a Lei do Vinho, criando laboratórios e estações.

ALTERA a Lei 549/1937. REVOGADO p/Lei 7.678/1988.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEL 824, de 28/10/1938

CR

Prorroga até 31/12/1938 a moratória das dívidas dos agricultores estabelecida pelo DEL 150/1937.

DEL 794, de 19/10/1938

PESCA

Aprova e baixa o Código de Pesca. Cria o Conselho Nacional de Pesca. Ver DELs 1.688/1939 e 3.045/1941.

ALTERA o DEC 23.672/1934. **ALTERADO** p/DELs 1.708/1939; 5.030/1942; 5.530/1943 e 8.526/1945 e **REVOGADO** p/DEL 221/1967.

DEL 755, de 30/09/1938

CR

Prorroga até 31/10/1938 a moratória das dívidas dos agricultores estabelecida pelo DEL 150/1937.

DEL 729, de 22/09/1938

CR

Amplia novamente os limites de emissão de apólices da Dívida Pública para atender à redução do débito dos agricultores determinada pelo DECs 24.233/1934 e 24.662/1934.

DEL 680, de 12/09/1938

CITRUS - CAA

Cria uma caixa padrão para o comércio de frutas cítricas. Ver DEL 881/1938.

DEL 662, de 01/09/1938

TPS

Autoriza a Sociedade Rural Brasileira (SRB) a vender terreno que lhe havia sido doado pela União.

DEL 620, de 17/08/1938

CAA - OAP

Determina a criação de entrepostos para classificação e comercialização de frutas e hortaliças e estabelece critérios de funcionamento e padrões técnicos.

DEL 611, de 11/08/1938

PECUÁR

Aprova a Convenção Internacional para Unificação do Registro Genealógico Bovino, assinada em Roma em 1936.

DEL 581, de 01/08/1938

COOP

Dispõe sobre o registro, a fiscalização e a assistência a cooperativas.

REVIGORA e **ALTERA** o DEC 22.239/1932 e **REVOGA** os DECs 23.611/1933 e 24.647/1934. **REVIGORADO** p/DEL 8.401/1945 e **REVOGADO** p/DEL 59/1966.

DEL 574, de 28/07/1938

CR

Estabelece que os institutos e as caixas de previdência tomarão bônus para criar recursos no Banco do Brasil para o crédito rural. Ver Lei 454/1937.

DEL 532, de 01/07/1938

CR

Prorroga até 30/09/1938 a moratória das dívidas dos agricultores estabelecida pelo DEL 150/1937.

DEL 459, de 02/06/1938

TRIGO

Faculta aos estados normatizar a mistura de outras farinhas com a de trigo. Ver DEL 26/1937.

DEL 375, de 13/04/1938

MATE - OAP - POLEC

Cria o Instituto Nacional do Mate. Institui taxa sobre a produção para propaganda do mate. Ver DELs 8.709/1946 e 281/1967.

DEL 359, de 31/03/1938

CR

Prorroga até 30/06/1938 a moratória das dívidas dos agricultores estabelecida pelo DEL 150/1937.

DEL 353, de 24/03/1938

PESCA

Autoriza o Ministro da Agricultura a modificar o orçamento para instalar estações de piscicultura. Ver DEL 291/1938.

DEL 334, de 15/03/1938

CAA

Estabelece a classificação e a fiscalização dos produtos agrícolas e pecuários e matérias-primas quando destinados à exportação visando à sua padronização.

DEL 291, de 23/02/1938

PESCA

Dispõe sobre a Política de Pesca. Cria “Taxa de Expansão da Pesca”. Ver DELs 353/1938 e 3.045/1941.

ALTERADO p/DELs 5.030/1942; 5.530/1943 e 8.526/1945.

DEL 290, de 23/02/1938

SERICIC

Dispõe sobre o emprego da palavra “seda”.

REVOGADO p/Lei 5.179/1966.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEL 221, de 27/01/1938

CR

Isenta de impostos e taxas os bônus do Banco do Brasil para captação e reduz pela metade as custas das operações de crédito rural.

DEL 194, de 21/01/1938

DAFI

Estabelece cobrança de taxa de desinfecção no transporte de gado. Ver DEC 24.548/1934.

DEL 182, de 05/01/1938

CR

Revoga disposições relativas a tetos de taxas de juros.

ALTERA o DEC 22.626/1933 e as Leis 454/1937 e 492/1937.

1937

DEL 150, de 30/12/1937

CR

Suspende até 31 de março de 1938 as execuções judiciais para cobrança de dívidas de agricultores. Ver DELs 359/1938; 532/1938; 755/1938; 824/1938; 1.001/1938 e 1.199/1939.

DEL 72, de 16/12/1937

TRIGO - TRIBUT

Estabelece a cobrança de Imposto de Importação pelo trigo importado, exceto as sementes.

ALTERA a Lei 470/1937.

DEL 69, de 15/12/1937

OAP - INSUM

Transfere a gestão da Fábrica de Ferro Ipanema, em Sorocaba - SP, do Ministério da Guerra para o da Agricultura para instalação de usina de fertilizantes fosfatados.

DEL 44, de 07/12/1937

PAEC&T

Confere título de engenheiro-agrônomo aos diplomados por estabelecimento de ensino agronômico.

REVOGADO p/DEL 1.015/1938.

DEL 35, de 01/12/1937

CAFÉ

Inclui no regime estabelecido pelo DEL 2/1937 todos os cafés exportados, autorizando o ressarcimento da diferença de taxa paga aos interessados.

DEL 26, de 30/11/1937

TRIGO

Obriga a mistura de farinha ou fécula de "produto nacional apropriado" à farinha de trigo utilizada na panificação.

DEL 2, de 13/11/1937

CAFÉ

Regulariza a situação do Departamento Nacional do Café relativamente a operações de câmbio e outras.

LEI 553, de 21/10/1937

ALGOD - CAA

Aprova acordo celebrado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para a execução dos serviços relativos à classificação do algodão no respectivo território.

LEI 549, de 20/10/1937

DAFI - UVA

Dispõe sobre a fiscalização da produção e distribuição de vinhos. Ver DELs 4.695/1942 e 3.582/1941.

ALTERADA p/DEL 826/1938 e REVOGADA p/Lei 7.678/1988.

LEI 519, de 01/10/1937

CANA

Complementa disposições da Lei 178/1936 no que se refere às tabelas de preços de cana-de-açúcar nos estados.

LEI 511, de 25/09/1937

EDUC

Autoriza a criação de um aprendizado agrícola, vinculado ao Ministério da Agricultura, no Amazonas.

LEI 493, de 30/08/1937

CAFÉ

Autoriza a emissão de papel-moeda para empréstimo ao Departamento Nacional do Café.

LEI 492, de 30/08/1937

CR

Regula o penhor rural e a cédula pignoratícia.

ALTERADA p/DELs 182/1938 e 4.360/1942 e SUSPENSA p/RSF 48/1965.

LEI 470, de 09/08/1937

TRIGO - TRIBUT

Autoriza o Poder Executivo a tomar medidas para intensificar a cultura do trigo. Cria estações experimentais de trigo no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, em São Paulo e em Goiás. Cria imposto sobre os moinhos que processam trigo importado.

ALTERADA p/DEL 72/1937.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

LEI 458, de 16/07/1937

CANA - OAP

Inclui representantes dos plantadores e dos usineiros na Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool.

LEI 454, de 09/07/1937

CR

Autoriza o Tesouro a subscrever ações do Banco do Brasil e este a emitir bônus para financiar a agricultura. Ver DEL 574/1938.

ALTERADA p/DELs 182/1938 e 4.360/1942.

LEI 453, de 05/07/1937

PAEC&T

Dispõe sobre a Escola Nacional de Agronomia e sobre a Escola Nacional de Veterinária.

LEI 368, de 04/01/1937

CR

Amplia os limites de emissão de apólices da Dívida Pública para atender à redução do débito dos agricultores determinada pelo DECs 24.233/1934 e 24.662/1934.

1936

DEC 803, de 08/05/1936

TRIGO - POLEC

Reduz a tarifa sobre importação de trigo e cria comissão para definir mistura de trigo nacional com importado.

LEI 199, de 23/01/1936

OAP

Autoriza convênios com os estados para execução de ações do Ministério da Agricultura.

LEI 178, de 09/01/1936

CANA

Regula a transação de compra e venda de cana entre lavradores e usineiros. Regula a obrigação de as usinas adquirirem cana de seus fornecedores.

LEI 175, de 07/01/1936

AIRR - DR

Estabelece Plano de Defesa contra os efeitos da seca no Nordeste. Define a área do Polígono das Secas.

ALTERADA p/DEL 1.152/1939.

1935

LEI 151, de 20/12/1935

MA - PESCA

Altera Código de Caça e Pesca, ampliando a pesca "costeira" para os amadores.

ALTERADA o DEC 23.672/1934.

LEI 150, de 20/12/1935

OAP

Dá nova organização à Secretaria (Ministério) da Agricultura.

LEI 117, de 14/11/1935

MA

Determina a realização de estudo para estabelecer normas de exportação de orquídeas.

1934

DEC 24.749, de 14/07/1934

CANA

Institui taxa a ser cobrada dos engenhos pela produção de açúcar e estabelece cotas de produção a estes. Condiciona a instalação de novos engenhos e usinas à autorização do IAA.

DEC 24.662, de 11/07/1934

CR

Considera os débitos de agricultores com fornecedores sujeitos à redução e às demais disposições previstas no DEC 24.233/1934.

DEC 24.647, de 10/07/1934

COOP

Estabelece bases, normas e princípios e regula o cooperativismo.

REVOGA o DEC 22.239/1932. **REVOGADO** p/DEL 581/1938.

DEC 24.646, de 10/07/1934

EQUINO

Dispõe sobre o fomento da produção do cavalo puro-sangue de carreira no país. Ver DEL 8.371/1945.

REVOGADO p/Lei 4.096/1962.

DEC 24.645, de 10/07/1934

MA

Estabelece medidas de proteção aos animais.

DEC 24.643, de 10/07/1934

AIRR

Decreta o Código de Águas.

ALTERADO p/DELs 852/1938 e 3.763/1941.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEC 24.550, de 03/07/1934

DAFI

Aprova o Regulamento da Inspeção Federal de Carnes e Derivados.

ALTERADO p/DEL 921/1938 e p/DECs 13.754/1943 e 20.166/1945.

DEC 24.549, de 03/07/1934

DAFI

Aprova o Regulamento da Inspeção Federal de Leite e Derivados.

ALTERADO p/DEL 921/1938 e p/DECs 12.635/1943 e 20.167/1945.

DEC 24.548, de 03/07/1934

DAFI

Aprova o regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal.

DEC 24.365, de 08/06/1934

CR

Modifica e completa as disposições relativas à redução dos débitos dos agricultores estabelecida pelo DEC 24.233/1934.

DEC 24.233, de 12/05/1934

CR

Estabelece redução de 50% dos débitos dos agricultores e indeniza os credores com apólices da Dívida Pública Federal. Dispõe sobre a Câmara de Reajustamento Econômico. Ver DEC 24.365/1934.

REVOGA os DECs 23.533/1933; 23.981/1934; 24.056/1934 e 24.203/1934.

DEC 24.203, de 07/05/1934

CR

Prorroga prazo de pagamento de dívidas de financiamentos rurais. Ver DECs 22.626/1933; 23.533/1933 e 23.981/1934.

REVOGADO p/DEC 24.233/1934.

DEC 24.114, de 12/04/1934

DAFI

Aprova o regulamento da Defesa Sanitária Vegetal. Ver DEC 16.271/1923.

ALTERADO p/DEL 5.478/1943.

DEC 24.056, de 28/03/1934

CR

Prorroga prazo de pagamento de dívidas de financiamentos rurais. Ver DEC 22.626/1933.

ALTERA o DEC 23.981/1934. REVOGADO p/DEC 24.233/1934.

DEC 24.049, de 27/03/1934

DAFI - ALGOD

Torna obrigatório o registro e o licenciamento para as indústrias de algodão.

DEC 23.981, de 09/03/1934

CR

Regula a redução dos débitos dos agricultores.

ALTERA o DEC 23.533/1933. ALTERADO p/DEC 24.056/1934 e REVOGADO p/DEC 24.233/1934.

DEC 23.858, de 08/02/1934

PAEC&T

Cria a Escola Nacional de Veterinária, vinculada ao Ministério da Agricultura.

DEC 23.857, de 08/02/1934

PAEC&T

Cria a Escola Nacional de Agronomia, vinculada ao Ministério da Agricultura.

DEC 23.835, de 06/02/1934

DAFI - CITRUS

Estabelece o regulamento para exportação de frutas cítricas. Estabelece limites e padrões técnicos para exportação.

Cria taxa de inspeção e fiscalização. Ver DEC 22.737/1933.

DEC 23.793, de 23/01/1934

MA

Aprova o Código Florestal.

ALTERADO p/DEL 4.135/1942 e REVOGADO p/Lei 4.771/1965.

DEC 23.672, de 02/01/1934

MA - PESCA

Aprova o Código de Caça e Pesca.

ALTERADO p/Lei 151/1935 e p/DEL 794/1938 e REVOGADO p/DEL 1.210/1939.

DEC 23.671, de 02/01/1934

POLEC - FRUTAS

Estabelece normas e restrições para a exportação de coco.

1933

DEC 23.611, de 20/12/1933

COOP

Faculta a instituição de consórcios profissionais-cooperativos.

REVOGA o DEC 979/1903. REVOGADO p/DEL 581/1938.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEC 23.569 , de 11/12/1933	OAP
Regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor. Estrutura o Conselho Federal e os Creas.	
DEC 23.533 , de 01/12/1933	CR
Reduz em 50% o débito dos agricultores. Cria a Câmara de Reajustamento Econômico para administrar a renegociação das dívidas.	
ALTERADO p/DEC 23.981/1934 e REVOGADO p/DEC 24.233/1934.	
DEC 23.196 , de 12/10/1933	OAP
Regula o exercício da profissão agrônoma.	
DEC 23.174 , de 29/09/1933	CANA - OAP - ENERG
Modifica o regulamento do IAA para dispor sobre a fiscalização da importação de gasolina para incentivo à produção interna de álcool.	
ALTERA o DEC 22.981/1933.	
DEC 23.133 , de 09/09/1933	OAP
Regulamenta o exercício da profissão de veterinário. Ver DEC 20.931/1932.	
DEC 22.982 , de 25/07/1933	DAFI - ALGOD - INSUM
Estabelece medidas de fiscalização e controle da produção e distribuição de sementes de algodão.	
DEC 22.981 , de 25/07/1933	CANA - OAP - TRIBUT
Isenta o álcool de impostos ou taxas. Cria incentivos aos produtores de álcool. Aprova o regulamento do IAA. Ver DEL 3.967/1941.	
ALTERA o DEC 22.789/1933. ALTERADO p/DEC 23.174/1933.	

DEC 22.973 , de 20/07/1933	PAEC&T - FRUTAS
Cria um campo experimental para a cultura do coqueiro em Sergipe.	
DEC 22.789 , de 01/06/1933	CANA - OAP - ENERG
Cria o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) para equilibrar a produção de açúcar e estimular a do álcool. Ver Lei 8.029/1990.	
ALTERADO p/DEC 22.981/1933.	
DEC 22.737 , de 22/05/1933	DAFI - FRUTAS - CITRUS
Estabelece novos regulamentos para a exportação de frutas cítricas, bananas e abacaxi. Ver DEC 23.835/1934.	
DEC 22.626 , de 07/04/1933	CR

Lei da Usura. Dispõe sobre os juros dos contratos. Estabelece tetos para os empréstimos à agricultura e prazos para o pagamento da dívida agrícola. Ver DECs 23.981/1934 e 24.056/1934.	
ALTERADO p/DEL 182/1938.	

1932

DEC 22.239 , de 19/12/1932	COOP
Estabelece normas e regulação para o cooperativismo. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento das cooperativas, modificando disposições do DEC 1.637/1907.	
REVOGADO p/DEC 24.647/1934; REVIGORADO e ALTERADO p/DEL 581/1938; REVIGORADO p/DEL 8.401/1945 e REVOGADO p/DEL 59/1966.	

DEC 21.801 , de 06/09/1932	POLEC - DAFI
Estabelece a obrigatoriedade de expurgo de grãos destinados à exportação.	
DEC 21.734 , de 16/08/1932	POLEC - INSUM - TRIBUT

Estabelece medidas tendentes a regularizar a importação de tubérculos selecionados de batatinha destinados ao plantio.	
DEC 20.931 , de 11/01/1932	OAP
Regulamenta o exercício das profissões de médico-veterinário e outras. Ver DEC 23.133/1933.	

1931

DEC 20.533 , de 19/10/1931	DAFI - PECUÁR
Autoriza o funcionamento de matadouros de aves e pequenos animais.	

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEC 20.356, de 01/09/1931

ENERG

Institui, no Ministério da Agricultura, o serviço de fiscalização técnica das medidas decretadas para desenvolver o álcool-motor no País.

REVOGADO p/DEC 99.999/1991.

DEC 19.717, de 20/02/1931

ENERG

Estabelece a aquisição obrigatória de álcool na proporção de 5% da gasolina importada.

REVOGADO p/DEC de 15/02/1991.

DEC 20.211, de 14/07/1931

ALGOD - CAA

Cria seção de classificação e estabelece medidas destinadas a uniformizar a classificação do algodão em todas as regiões produtoras.

ALTERADO p/DEC 21.931/1932 e p/DEL 484/1938.

DEC 19.559, de 03/01/1931

TRIGO

Institui comissão para estudar a imposição de limitações à importação de trigo.

1929

DEC 5.748, de 16/12/1929

PAEC&T - OAP

Cria estação experimental de trigo, centeio, cevada, aveia e linho em Santa Catarina.

1923

DEC 16.271, de 19/12/1923

DAFI - INSUM

Aprova regulamento para fiscalização do comércio de inseticidas e fungicidas.

DEC 4.639, de 13/01/1923

DAFI - UVA

Modifica disposições do DEC 4.631/1923, que institui penas para fraudes na banha e no vinho.

DEC 4.631, de 04/01/1923

DAFI - UVA

Estabelece padrões e normas para o comércio de banha de porco e vinho e penalidades para as fraudes nesses produtos.

1922

DEC 4.548, de 19/06/1922

POLEC - CAFÉ - OAP

Autoriza o governo a promover o incremento e a defesa da produção nacional agrícola e pastoril e das indústrias anexas (agroindústrias) por meio de medidas de emergência. Cria o Instituto de Defesa Permanente do Café.

DEC 4.540, de 06/02/1922

POLEC - CR - MAND

Cria linha de financiamento incentivado para a instalação de indústrias de processamento de mandioca.

1921

DEC 4.398, de 17/12/1921

BOVINO - DAFI

Suspende a importação de gado zebu até a implantação de estrutura para quarentena.

1920

DEC 14.177, de 20/05/1920

DAFI - INSUM

Regulamenta a definição e a punição da falsificação dos adubos químicos e a regulação de seu comércio. Ver DEC 3.508/1918 e DEL 3.802/1941.

DEC 4.034, de 12/01/1920

CAA

Autoriza o Poder Executivo a regular a exportação de gêneros alimentícios, isentar as importações e intervir no abastecimento interno.

DEC 4.017, de 09/01/1920

POLEC

Estabelece que o Poder Executivo faça o recenseamento da população e colete informações de interesse econômico, principalmente no que diz respeito à agricultura e à indústria.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

1918

DEC 3.508, de 10/07/1918

DAFI - INSUM

Define o delito da falsificação de adubos químicos e regula seu comércio. Ver DECs 14.177/1920 e 3.802/1941.

REVOGADO p/Lei 6.138/1974.

DEC 12.896, de 06/03/1918

TRIGO

Estabelece prêmios em máquinas para quem plantar trigo e define incentivos para elevação da produtividade da cultura.

1912

DEC 2.543, de 05/01/1912

SERING - POLEC - TRIBUT

Estabelece medidas para desenvolver culturas produtoras de borracha. Isenta de impostos e cria subvenção aos plantios.

1911

DEC 2.415, de 28/11/1911

CR

Torna suscetíveis de penhor agrícola os seguintes produtos: goma elástica, piaçava, castanha, cacau e erva-mate.

1909

LEI 2.210, de 28/12/1909

TRIBUT - INSUM - CR

Autoriza isenção de direitos aduaneiros a equipamentos agrícolas e de beneficiamento, sementes e mudas, abelhas e outros itens e franquias às sociedades de agricultura. Isenta de impostos as cooperativas de crédito e os bancos que operam crédito rural.

DEC 2.080, de 07/01/1909

CR

Aplica às associações de crédito agrícola ou de crédito hipotecário e agrícola exceções contidas no Decreto 177-A de 1893.

1908

DEC 2.049, de 31/12/1908

TRIGO - COOP

Autoriza a concessão de subvenção aos sindicatos e cooperativas que plantarem trigo.

DEC 1.963, de 28/09/1908

POLEC

Aprova a convenção que cria o Instituto Internacional de Agricultura, com sede em Roma.

1907

LEI 1.837, de 31/12/1907

DAFI - TPS

Lei Orçamentária de 1908. Estabelece limites de anidrido sulfuroso nos vinhos importados. Amplia os favores concedidos às sociedades de agricultura.

DEC 1.782, de 28/11/1907

CR - OAP

Autoriza a fundação de um Banco Central Agrícola.

DEC 1.637, de 05/01/1907

TPS - COOP

Autoriza a criação e estabelece normas para sindicatos profissionais e cooperativas. Ver DEL 6.909/1944.

1906

LEI 1.616, de 30/12/1906

TRIBUT - CAFÉ

Autoriza isenção de direitos aduaneiros a itens do setor agrícola. Dispõe sobre medidas de apoio ao setor cafeeiro.

DEC 1.606, de 29/12/1906

OAP

Cria uma secretaria de Estado denominada Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.

1903

DEC 1.102, de 21/11/1903

CAA

Institui regras para o estabelecimento de armazéns gerais. Ver Lei 9.973/2000.

ALTERADO p/LDL 3/1962.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

DEC 1.053, de 22/09/1903

ENERG

Autoriza a liberação de recursos para a Exposição Industrial de Aparelhos a Álcool, promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura.

DEC 979, de 06/01/1903

COOP - TPS

Faculta a organização de sindicatos por profissionais da agricultura e de indústrias rurais.

REVOGADO p/ DEC 23.611/1933.

1900

DEC 733, de 21/12/1900

RA

Reorganiza as colônias militares.

1891

DEC 1.414, de 21/02/1891

EQUINO

Determina que todos os cavalos introduzidos no Brasil sejam marcados com um sinal. Cria um registro geral dos cavalos (*studbook*).

DEC 1.314, de 17/01/1891

PAEC&T

Reorganiza o serviço do Laboratório de Fisiologia Experimental, dando-lhe a denominação de Laboratório de Biologia do Ministério da Agricultura.

1890

DEC 213, de 22/02/1890

TPS

Revoga as leis relativas aos contratos de serviços dos colonos.

REVOGA a Lei 108/1837 e o DEC 2.827/1879.

DEC 169-A, de 19/01/1890

CR

Dá novas disposições sobre a legislação hipotecária e os ônus reais.

REVOGA as Leis 1.237/1864 e 3.272/1885.

DEC 165-A, de 17/01/1890

CR

Dispõe sobre as operações de “credito móvel a benefício da lavoura e indústrias auxiliares”. Disciplina a concessão de crédito aos agricultores por bancos, sociedades ou particulares.

1885

DEC 3.272, de 05/10/1885

CR

Altera disposições sobre hipotecas e execuções cíveis e comerciais.

ALTERA a Lei 1.237/1864. **REVOGADO** p/DEC 169-A/1890.

1879

DEC 2.827, de 15/03/1879

TPS

Dispõe sobre a locação de serviços dos colonos.

REVOGADO p/ DEC 213/1890.

1875

DEC 2.687, de 06/11/1875

CANA

Autoriza o governo a conceder incentivos creditícios para a implantação de engenhos de cana-de-açúcar.

1871

DEC 4.676, de 14/01/1871

OAP - POLEC

Cria, na Corte do Império, uma Diretoria Geral de Estatística. Ver Lei 1.829/1870.

1870

LEI 1.829, de 09/09/1870

POLEC

Estabelece que, de 10 em 10 anos, será realizado o censo.

LEIS E EQUIVALENTES EM ORDEM CRONOLÓGICA

1864

LEI 1.237, de 24/09/1864

CR

Reforma a legislação hipotecária e estabelece as bases das sociedades de crédito real.

ALTERADA p/DEC 3.272/1885 e **REVOGADA** p/DEC 169-A/1890.

1860

DEC 1.090, de 01/09/1860

PECUÁR

Considera crime o roubo de gado.

DEC 1.067, de 28/06/1860

OAP

Cria o Ministério da Agricultura (Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas).

1857

LEI 939, de 26/09/1857

TRIGO

Lei Orçamentária de 1858-1859. Art. 29 § 14: estabelece prêmios aos triticultores.

1850

LEI 601, de 18/09/1850

RA

Lei de Terras. Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

1839

DEC 72, de 12/07/1839

POLEC - APICULT

Autoriza o governo a conceder privilégio exclusivo de importação de abelhas da Europa ou da África.

1837

LEI 108, de 11/10/1837

TPS

Dá providências sobre os contratos de locação de serviços dos colonos.

REVOGADA p/DEC 213/1890.

1833

LEI 46, de 30/08/1833

CANA

Sujeita às leis gerais das execuções as fábricas de mineração, açúcar e as lavouras de cana.

1830

CDL 0-041, de 04/12/1830

CAA - ALGOD - CARNE

Regula os direitos do algodão e da carne-seca ou charque.

SEÇÃO III
**LEGISLAÇÃO POR TEMA
DA POLÍTICA AGRÍCOLA**

**Leis, principais decretos,
inclusão na Lei Agrícola
e análise da legislação do tema**

AGRICULTURA FAMILIAR

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 13.033, de 24/09/2014

(...) Estabelece que o biodiesel adicionado deva ser fabricado, preferencialmente, a partir de matérias-primas produzidas pela agricultura familiar. (...)

ALTERA as Leis 8.723/1993; 9.478/1997 e 11.097/2005.

LCP 147, de 07/08/2014

Altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e inclui o produtor rural pessoa física e o agricultor familiar em várias de suas disposições.

ALTERA a LCP 123/2006.

LEI 13.014, de 21/07/2014

Altera disposições dos programas de Apoio à Conservação Ambiental e de Fomento às Atividades Produtivas Rurais para incluir o pagamento à mulher responsável pela unidade familiar.

ALTERA a Lei 12.512/2011.

LEI 13.001, de 20/06/2014

Arts. 1º e 2º: autorizam a liquidação, na forma do PNRH (do MCMV), de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária entre 1985 e 2013 para construção ou reforma de habitação (ver Lei 11.977/2009). Art. 3º: determina a remissão dos Créditos de Instalação com valores originais de até R\$ 10 mil concedidos no mesmo período. Art. 5º: estabelece que se aplica às operações não regularizadas decorrentes de Crédito de Instalação o disposto na Lei 10.522/2002 (Cadin). (...) Art. 8º: autoriza a remissão ou a concessão de rebate (condicionado ao valor do saldo devedor) de dívidas do Procera. Art. 9º: autoriza a extinção do Fundo do Procera. Autoriza a concessão de Crédito de Instalação aos assentados da reforma agrária. Art. 10: introduz diversas alterações na Lei da Reforma Agrária, como Concessão Real de Uso, limites de área para os lotes a distribuir na reforma agrária e outras. Art. 11: inclui as dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritas em Dívida Ativa, na possibilidade de liquidação ou renegociação estabelecida na Lei 11.775/2008 e define desconto de liquidação ou renegociação das dívidas de Prodecer. (...) Art. 18: isenta o agricultor familiar do pagamento de Taxa de Fiscalização Sanitária. Art. 19: altera o prazo e retira o limite de quantidade relativamente à autorização para que a Conab compre milho e o venda a pequenos criadores da área da Sudene. (...) Art. 24: autoriza a instituição de seguro a ser utilizado nas operações do Banco da Terra. (...) Art. 27: exclui da proibição de desmembramento inferior ao módulo diversos tipos de imóveis, inclusive os dos agricultores familiares. (...)

ALTERA as Leis 5.868/1972; 8.629/1993; 8.918/1994; 9.782/1999; 10.696/2003; 11.775/2008; 12.429/2011; 12.806/2013 e 12.844/2013.

LEI 12.999, de 18/06/2014

Art. 1º: autoriza o pagamento adicional ao Benefício Garantia-Safra em caráter excepcional para a safra 2012/2013. (...)

LEI 12.844, de 19/07/2013

Art. 1º: autoriza o pagamento adicional ao Benefício Garantia-Safra em caráter excepcional para a safra 2011/2012.

Art. 4º: autoriza a Conab a doar milho aos governos estaduais para venda a pequenos criadores localizados em municípios em calamidade pública na área da Sudene. (...)

ALTERA as Leis 11.727/2008; 12.512/2011; e 12.716/2012. ALTERADA p/Leis 12.872/2013 e 13.001/2014.

LEI 12.806, de 07/05/2013

Autoriza que, excepcionalmente para a safra 2011/2012, seja pago um valor adicional pelo Benefício Garantia-Safra a agricultores. Excepcionalmente na safra 2012/2013, isenta os agricultores da adesão antes da safra para recebimento do benefício. Autoriza a Conab a adquirir milho para venda direta a pequenos criadores localizados na área de atuação da Sudene. Revoga a proibição de adesão ao Garantia-Safra aos que irrigam a lavoura.

ALTERA a Lei 10.420/2002. ALTERADA p/Lei 13.001/2014.

LEI 12.766, de 27/12/2012

Art. 6º: altera o Garantia-Safra, ampliando o número de beneficiários potenciais, ao incluir outras áreas do país que não as originalmente definidas. (...)

ALTERA as Leis 10.420/2002 e 10.925/2004.

LEI 12.599, de 23/03/2012

Art. 21: amplia a data limite dos contratos passíveis de liquidação (Lei 11.322/2006) na área de atuação da Adene e do Grupo B do Pronaf (área dos Fundos Constitucionais ou com recursos da União) e suspende as execuções judiciais. Art. 22: autoriza a individualização dos contratos dos Grupos A, A/C e B do Pronaf e do Banco da Terra. Art. 23: amplia prazo de renegociação relativa ao Banco da Terra e do Programa Cédula Rural (ver LPL 93/1998).

ALTERA as Leis 11.775/2008 e 12.249/2010.

AGRICULTURA FAMILIAR

LEI 12.512, de 14/10/2011

(...) Art. 16: altera o PAA, estabelecendo normas de aquisição junto a agricultores familiares. Art. 17: autoriza os poderes executivos a adquirirem, sem licitação, alimentos produzidos por agricultores familiares. (...) Art. 39: altera disposições sobre os beneficiários da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326/2006).

ALTERA as Leis 10.696/2003 e 11.326/2006. **ALTERADA** p/Leis 12.844/2013; 12.873/2013 e 13.014/2014.

LEI 12.249, de 11/06/2010

(...) Art. 72: autoriza a remissão de dívidas do Grupo B do Pronaf com valor original de até R\$ 1 mil. (...) Art. 74: altera as normas dos financiamentos dos Fundos Constitucionais aos assentados, colonos e beneficiários do Fundo de Terras. Art. 75: considera como destinados ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) os recursos do Orçamento da União ou dos Fundos Constitucionais alocados no âmbito do Pronaf. (...)

ALTERA as Leis 9.126/1995; 11.110/2005; 11.775/2008 e 11.977/2009. **ALTERADA** p/Leis 12.490/2011; 12.599/2012; 12.678/2012 e 12.872/2013.

LEI 12.058, de 13/10/2009

(...) Art. 23: autoriza o CMN a estabelecer critérios adicionais de enquadramento dos agricultores familiares e criar linhas de crédito para cooperativas e associações dessa categoria. Art. 25: prevê a concessão de subvenção econômica (Lei 8.427/1992) a cooperativas e, na forma de bônus e outras, nos financiamentos do Pronaf. Altera disposições do Proagro (Lei 8.171/1991) e cria o Proagro Mais. (...)

ALTERA as Leis 8.171/1991; 8.427/1992; 9.984/2000; 11.322/2006; 11.326/2006 e 11.775/2008 e **REVOGA** a Lei 5.969/1973. **ALTERADA** p/Lei 12.839/2013.

LEI 11.977, de 07/07/2009

Cria o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), voltado a agricultores familiares e trabalhadores rurais, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e detalha normas e diretrizes de aplicação.

ALTERADA p/Leis 12.249/2010; 12.424/2011 e 13.043/2014.

LEI 11.947, de 16/06/2009

Art. 14: estabelece que, no mínimo, 30% do valor destinado pelo FNDE para a merenda escolar deve ser utilizado na aquisição de gêneros diretamente de agricultores familiares. Art. 33: autoriza a instituição do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), no âmbito do MDA e executado pelo Incra.

ALTERA a Lei 10.880/2004.

LEI 11.941, de 27/05/2009

Art. 14: estabelece a remissão de débitos originários de crédito rural e do Procera transferidos ao Tesouro Nacional e inscritos na Dívida Ativa. (...)

LEI 11.775, de 17/09/2008

Art. 1º a 9º e 45, 46 e 58: instituem medidas de estímulo à liquidação e regularização de dívidas de crédito rural de várias fontes, inclusive da securitização, Pesa, Recoop, Funcafé, Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, Prodecer, BNDES, Pronaf, Procera e Fundos Constitucionais (ver Leis nº 9.138/1995 e 10.437/2002). (...) Art. 47: exclui impostos do valor a ser pago aos agricultores familiares, suas associações e cooperativas, no âmbito do PAA. (...) Art. 50: autoriza apoio a agricultores familiares em áreas atingidas por fenômenos adversos. Art. 52: altera o Fundo Garantia-Safra para incluir o excesso hídrico como causa para a concessão do benefício. (...) Art. 57: autoriza a criação de linha de crédito para refinanciar operações originárias de cooperativas no Pronaf.

ALTERA as Leis 7.827/1989; 8.171/1991; 8.427/1992; 10.177/2001; 10.186/2001; 10.420/2002; 10.978/2004; 11.322/2006; 11.524/2007; 11.718/2008 e o DEL 79/1966. **ALTERADA** p/Leis 11.922/2009; 11.960/2009; 12.058/2009; 12.249/2010; 12.380/2011; 12.599/2012; 12.716/2012; 12.788/2013; 13.001/2014 e 13.043/2014.

LEI 11.718, de 20/06/2008

Art. 1º: cria o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo. Art. 2º: estabelece normas sobre aposentadoria do trabalhador rural. Art. 5º: modifica o crédito rural destinado a agricultor familiar para incluir atividades não agropecuárias e construção ou reforma de habitação. (...)

ALTERA as Leis 5.889/1973; 8.171/1991; 8.212/1991 e 8.213/1991. **ALTERADA** p/Lei 11.775/2008.

LEI 11.481, de 31/05/2007

Art. 12: altera registros públicos. Isenta de custas e emolumentos o primeiro registro de propriedade familiar.

ALTERA a Lei 6.015/1973.

LEI 11.446, de 05/01/2007

Modifica o Estatuto da Terra para permitir desmembramento de imóvel inferior a um módulo em programas de agricultura familiar.

ALTERA a Lei 4.504/1964.

AGRICULTURA FAMILIAR

LEI 11.420, de 20/12/2006

(...) Autoriza repactuação das dívidas de Procera e de Pronaf (ver Lei 10.696/2003). (...)

ALTERA a Lei 11.322/2006.

LEI 11.326, de 24/07/2006

Lei da Agricultura Familiar. Estabelece diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Define agricultor e empreendedor familiar rural.

ALTERADA p/Leis 12.058/2009 e 12.512/2011.

LEI 11.322, de 13/07/2006

(...) Para todo o país, várias disposições sobre Procera e Pronaf, inclusive subvenção à garantia de preços e instituição de subvenções à comercialização e autorização para o uso de sementes fora do zoneamento. (...)

ALTERADA p/Leis 11.420/2006; 11.434/2006; 11.524/2007; 11.775/2008; 11.922/2009 e 12.058/2009.

LEI 11.011, de 20/12/2004

Dispõe sobre subvenção para equalização de juros em financiamentos de investimento do FCO e do Pronaf.

ALTERA as Leis 9.126/1995 e 10.177/2001.

LEI 10.823, de 19/12/2003

(...) Modifica normas da repactuação das dívidas de Procera e Pronaf.

ALTERA a Lei 10.696/2003. ALTERADA p/LCP 137/2010.

LEI 10.700, de 09/07/2003

Altera disposições do Fundo Garantia-Safra.

ALTERA a Lei 10.420/2002.

LEI 10.696, de 02/07/2003

Dispõe sobre repactuação de dívidas de crédito rural (Procera, Pronaf, Fundos Constitucionais e Securitizadas). (...)

ALTERA as Leis 8.723/1993 e 10.437/2002 e REVOGA as Leis 10.464/2002 e 10.646/2003. ALTERADA p/Leis 10.823/2003; 11.524/2007; 12.512/2011 e 13.001/2014.

LEI 10.522, de 19/07/2002

Regula o Cadin. Art. 4º, § 2º: dispensa agricultores familiares de apresentação de documentos.

ALTERADA p/Lei 12.548/2011.

LEI 10.464, de 24/05/2002

Dispõe sobre a renegociação de dívidas de agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais. (...)

ALTERA as Leis 8.723/1993 e 10.177/2001. ALTERADA p/Lei 10.646/2003 e REVOGADA p/Lei 10.696/2003.

LEI 10.458, de 14/05/2002

Institui o Programa Bolsa-Renda para agricultores familiares atingidos por estiagem em municípios em estado de calamidade pública ou emergência.

LEI 10.420, de 10/04/2002

Cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra para beneficiar agricultores atingidos por estiagem na região Nordeste e em partes de Minas Gerais e do Espírito Santo.

ALTERADA p/Leis 10.700/2003; 11.775/2008; 12.766/2012 e 12.806/2013.

MPV 2.216-37, de 31/08/2001

(...) Transfere a coordenação da política de agricultura familiar do Ministério da Agricultura para o MDA (disposição que surge no artigo 6º da MPV 1.911-8/1999, uma das edições anteriores da MPV 2.216-37/2001).

ALTERA as Leis 6.634/1979; 7.735/1989; 7.804/1989; 8.167/1991; 9.257/1996 e 9.649/1998. ALTERADA p/Lei 11.516/2007.

MPV 2.166-67, de 24/08/2001

(...) Define pequena propriedade ou posse familiar. (...)

ALTERA as Leis 4.771/1965 e 9.393/1996. REVOGADA p/Lei 12.651/2012.

LEI 10.186, de 12/02/2001

Atribui risco para o Tesouro e para os Fundos Constitucionais em contratos Pronaf e de assentados, de beneficiários da reforma agrária e do Banco da Terra. (...)

ALTERA as Leis 9.126/1995; 9.138/1995 e 9.866/1999. ALTERADA p/MPV 2.168-40/2001 e p/Lei 11.775/2008.

LEI 4.338, de 01/06/1964

Fixa o dia 25 de maio como o Dia do Trabalhador Rural.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

8.121 , de 16/10/2013	Regulamentam o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, instituído pela Lei 12.512/2011.
7.644 , de 16/12/2011	
8.026 , de 06/06/2013	Altera os Dec. 7.775/2012 (PAA), 5.996/2006 (PGPAF) e 7.644/2011 (PFAPR).
7.858 , de 06/12/2012	Promulga o regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul (FAF Mercosul).
6.882 , de 12/06/2009	Institui o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Unidade de Produção Familiar (Pronaf Sustentável).
6.910 , de 22/07/2009	Dispõe sobre ação emergencial a ser adotada pelo MDA em municípios em que ocorrem eventos que levem à perda da produção por agricultores familiares.
6.040 , de 07/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
5.996 , de 20/12/2006	Cria o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF). Ver Leis 11.326/2006 e 11.322/2006.
4.854 , de 08/10/2003	Dispõe sobre composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).
3.991 , de 30/10/2001	Dispõe sobre o Pronaf.
1.946 , de 28/06/1996	Cria o Pronaf.

DISPOSIÇÕES DA LEI AGRÍCOLA (LEI 8.171/1991)

Art. 3º, inciso X	Estabelece que um dos objetivos da Política Agrícola é prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade ao pequeno produtor e sua família.
Art. 12, inciso III	Estabelece que a pesquisa agrícola dará prioridade à geração e adaptação de tecnologias agrícolas destinadas ao desenvolvimento dos pequenos agricultores.
Art. 17	Estabelece que o poder público manterá serviço de ATER gratuito aos pequenos produtores.
Art. 31, § 3º	Estabelece que os estoques reguladores devem ser adquiridos preferencialmente de organizações associativas de pequenos e médios produtores.
Art. 48, inciso V	Estabelece que um dos objetivos do crédito rural é propiciar, pelo crédito fundiário, a aquisição e regularização de terras pelos pequenos produtores, posseiros e arrendatários e trabalhadores rurais.
Art. 48, § 1º	Estabelece que o crédito rural poderá financiar atividades não agropecuárias para o agricultor familiar, objetivando a geração de renda e o melhor uso da mão de obra familiar.
Art. 48, § 2º	Destina, também, o crédito rural a agricultor familiar para a construção ou reforma de moradias.
Art. 65-A	Institui o Proagro Mais, que assegura as dívidas de crédito, os recursos próprios e uma garantia de renda mínima da produção agropecuária.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

1 – É relativamente recente a sanção de leis que tratam especificamente, de forma exclusiva ou não, de “agricultor familiar” ou “pequeno produtor”. No entanto, a dinâmica de institucionalização de normas após a implementação do Pronaf e o incremento e diversificação das atividades desse programa levaram à criação de várias leis, principalmente relacionadas ao crédito rural e ao Fundo Garantia-Safra.

2 – Provavelmente, a mais estruturante das leis editadas nesse tema seja a Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326, de 2006). Essa lei deu contornos legais à conceituação do “agricultor familiar” e traçou as principais diretrizes das políticas que sobrevieram a ela.

3 – A destacar, também, o Fundo Garantia-Safra, que se caracteriza por importante política pública nesse segmento de produtores.

4 – Deve-se levar em conta, ainda, que o principal programa para o segmento, matriz de todos os demais, é o Pronaf, que foi criado por decreto, não estando formalmente respaldado por lei.

ÁGUA E IRRIGAÇÃO

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 12.873, de 24/10/2013

(...) Arts. 11 a 16: instituem o Programa Cisternas. (...) Art. 51: autoriza a ampliação do desconto na tarifa de energia elétrica para irrigação e aquicultura. (...)

ALTERA as Leis 8.212/1991; 8.213/1991; 8.666/1993; 9.430/1996; 10.406/2002; 10.438/2002; 11.101/2005; 12.096/2009; 12.512/2011 e o DEL 167/1967.

LEI 12.787, de 11/01/2013

Institui a Política Nacional de Irrigação.

REVOGA as Leis 6.662/1979 e 8.657/1993 e os DELs 2.032/1983 e 2.369/1987.

LEI 12.196, de 14/01/2010

Amplia a área de atuação da Codevasf para os vales dos rios Itapecuru e Mearim (PE). Ver Lei 12.040/2009.

ALTERA a Lei 6.088/1974.

LEI 12.058, de 13/10/2009

(...) Art. 45: atribui competência à ANA para regular e fiscalizar a prestação de serviços públicos de irrigação.

ALTERA as Leis 8.171/1991; 8.427/1992; 9.984/2000; 11.322/2006; 11.326/2006 e 11.775/2008 e **REVOGA** a Lei 5.969/1973.

ALTERADA p/Lei 12.839/2013.

LEI 12.040, de 01/10/2009

Amplia a área de atuação da Codevasf para o estado do Ceará. Ver Lei 9.954/2000.

ALTERA a Lei 6.088/1974.

LEI 11.478, de 29/05/2007

Cria o Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (FIP-IE) para financiar novos projetos de infraestrutura em energia, transporte, água e saneamento básico e irrigação.

LEI 11.196, de 21/11/2005

“Lei do Bem”. Dispõe sobre diversos assuntos. (...) Art. 121: estabelece descontos para energia elétrica na área rural.

ALTERA as Leis 8.666/1993; 9.718/1998; 10.438/2002; 10.925/2004 e as MPVs 2.158-35/2001 e 2.199-14/2001 e **REVOGA** a Lei 8.661/1993. **ALTERADA** p/Leis 11.487/2007 e 12.712/2012.

LEI 10.881, de 09/06/2004

Dispõe sobre o contrato de gestão entre a ANA e as agências de águas.

ALTERA a Lei 9.433/1997.

LEI 10.860, de 14/04/2004

Cria o Instituto Nacional do Semiárido (Insa).

LEI 10.638, de 06/01/2003

Institui o Programa Permanente de Combate à Seca (Proseca).

LEI 10.458, de 14/05/2002

Institui o Programa Bolsa-Renda para agricultores familiares atingidos por estiagem em municípios em estado de calamidade pública ou emergência.

LEI 10.410, de 11/01/2002

Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente. Art. 27: cria cargos na ANA, instituída pela Lei 9.984/2000.

ALTERADA p/Leis 11.357/2006; 11.516/2007; 12.778/2012 e 13.026/2014.

LEI 10.204, de 22/02/2001

Modifica estrutura e atribuições do DNOCS.

ALTERA a Lei 4.229/1963.

LEI 10.193, de 14/02/2001

Institui programa especial de financiamento para combate aos efeitos da estiagem na região Nordeste.

LEI 9.984, de 17/07/2000

Cria a Agência Nacional de Águas (ANA). Ver Leis 10.410/2002 e 10.881/2004.

ALTERA as Leis 9.433/1997 e 9.648/1998. **ALTERADA** p/Lei 12.058/2009.

ÁGUA E IRRIGAÇÃO

LEI 9.954, de 06/01/2000

Amplia a ação da Codevasf para o rio Parnaíba.
ALTERA a Lei 6.088/1974.

LEI 9.433, de 08/01/1997

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Ver Lei 7.990/1989.
ALTERA a Lei 8.001/1990. **ALTERADA** p/Leis 9.984/2000 e 10.881/2004.

LEI 8.657, de 21/05/1993

Altera a Política Nacional de Irrigação.
ALTERA a Lei 6.662/1979. **REVOGADA** p/Lei 12.787/2013.

DEL 2.384, de 17/12/1987

Modifica disposições sobre obras em cooperação na área da Sudene.
ALTERA o DEL 138/1967.

DEL 2.369, de 11/11/1987

Modifica disposições do ressarcimento de investimentos de irrigação no Semiárido.
ALTERA o DEL 2.032/1983. **REVOGADO** p/Lei 12.787/2013.

DEL 2.032, de 09/06/1983

Dispõe sobre o ressarcimento de investimentos de irrigação no Semiárido.
ALTERADO p/DEL 2.369/1987 e **REVOGADO** p/Lei 12.787/2013.

LEI 6.662, de 25/06/1979

Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação.
ALTERADA p/Lei 8.657/1993 e **REVOGADA** pela Lei 12.787/2013.

LEI 6.088, de 16/07/1974

Dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).
ALTERADA p/Leis 9.954/2000; 12.040/2009 e 12.196/2010.

DEL 138, de 02/02/1967

Autoriza o DNOCS a executar obras de engenharia rural nas propriedades rurais.
ALTERADO p/DEL 2.384/1987.

LEI 4.763, de 30/08/1965

Amplia a área do Polígono das Secas. Ver Leis 175/1936 e 1.348/1951 e o DEL 9.857/1946.

LEI 4.706, de 28/06/1965

Transfere a Seção de Irrigação do MME para o Ministério da Agricultura.

LEI 4.593, de 29/12/1964

Disciplina a desapropriação para obras de combate às secas no Nordeste e em Minas Gerais e estabelece diretrizes para implantação de projetos de irrigação.

ALTERADA p/Lei 5.508/1968.

LEI 4.229, de 01/06/1963

Transforma o DNOCS em autarquia e define suas atribuições. Cria o Fundo Nacional de Obras Contra a Seca (Funocs).
ALTERADA p/Lei 10.204/2001.

LEI 4.176, de 07/12/1962

Cria o Condomínio Rural do Piuí. Traça diretrizes para o aproveitamento racional das áreas drenadas adjacentes à represa de Furnas.

LEI 3.824, de 23/11/1960

Torna obrigatória a destoca de bacias hidráulicas de açudes e represas.

LEI 3.312, de 11/11/1957

Estabelece novas disposições para a linha de financiamento para construção de pequenos açudes no Polígono das Secas.

REVOGA as Leis 614/1949 e 1.255/1950.

ÁGUA E IRRIGAÇÃO

LEI 1.348, de 10/02/1951

Revisa os limites da região do Polígono das Secas definidos pela Lei 175/1936.

LEI 1.255, de 04/12/1950

Estabelece novas disposições para os financiamentos para construção de pequenos açudes no Polígono das Secas.

ALTERA a Lei 614/1949. **REVOGADA** p/Lei 3.312/1957.

LEI 614, de 02/02/1949

Cria linha de financiamento para construção de pequenos açudes no Polígono das Secas.

ALTERADA p/Lei 1.255/1950 e **REVOGADA** p/Lei 3.312/1957.

DEL 9.857, de 13/09/1946

Explicita a área de ação do DNOCS.

ALTERA o DEL 8.486/1945.

DEL 8.486, de 28/12/1945

Cria o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Ver Lei 175/1936.

ALTERADO p/DEL 9.857/1946.

DEL 3.763, de 25/10/1941

Consolida disposições sobre água e energia. Altera o Código de Águas. Ver DEL 852/1938.

ALTERA o DEC 24.643/1934 e o DEL 1.345/1939.

DEL 852, de 11/11/1938

Mantém e modifica o Código de Águas.

ALTERA o DEC 24.643/1934.

LEI 175, de 07/01/1936

Estabelece plano de defesa contra os efeitos da seca no Nordeste. Define a área do Polígono das Secas.

ALTERADA p/DEL 1.152/1939.

DEC 24.643, de 10/07/1934

Decreta o Código de Águas.

ALTERADO p/DECs 852/1938 e 3.763/1941.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

8.038, de 04/07/2013	Regulamenta o Programa Cisternas, instituído pela MPV 619/2013 (Lei 12.873/2013).
7.603, de 09/11/2011	Inclui a irrigação entre os projetos prioritários a serem contemplados pela Lei 12.431/2011.
7.535, de 26/07/2011	Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água (“Água para Todos”).
7.402, de 22/12/2010	Regulamenta a Lei 9.648/1998 no que se refere ao pagamento por exploração de potencial hidráulico.
7.254, de 02/08/2010	Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande em Minas Gerais e São Paulo.
4.895, de 25/11/2003	Dispõe sobre a autorização para uso de corpos d’água de domínio da União para aquicultura.
4.650, de 27/03/2003	Aprova estrutura regimental do DNOCS.
4.024, de 21/11/2001	Estabelece critérios para o financiamento público de obras de infraestrutura hídrica.
3.692, de 19/12/2000	Instala a ANA (Lei 9.984/2000) e aprova sua estrutura regimental.
5.263, de 05/11/2004	Regulamentam o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), previsto na Lei 9.433/1997.
4.613, de 11/03/2003	
2.178, de 17/03/1997	Regulamentam a Lei 6.662/1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação.
89.496, de 29/03/1984	

ÁGUA E IRRIGAÇÃO

DISPOSIÇÕES DA LEI AGRÍCOLA (LEI 8.171/91)

Art. 4º, inciso XV e Parágrafo único	Incluem a “irrigação e drenagem” como referente a “ações e instrumentos da Política Agrícola” e estabelece que estes deverão orientar-se pelos planos plurianuais.
Art. 19, incisos II e VII	Estabelecem que o poder público deverá disciplinar e fiscalizar o uso racional da água, entre outros, e coordenar programas de estímulo à preservação das nascentes.
Art. 23	Estabelece que as empresas que exploram economicamente águas represadas e as concessionárias de energia elétrica são responsáveis pelas alterações ambientais e obrigadas a recuperar o meio ambiente.
Art. 47, alínea “a”	Estabelece que o poder público deverá implantar barragens, açudes, poços, diques e comportas para projetos de irrigação, dentre outros investimentos públicos, a fim de promover o bem-estar das comunidades rurais.
Capítulo XIX, arts. 84 e 85	Estabelecem disposições sobre irrigação e drenagem.
Art. 103, caput e Parágrafo único, inciso II	Estabelecem que o poder público concederá, entre outros, incentivos à irrigação aos proprietários que adotarem práticas preservacionistas ou de recuperação do meio ambiente.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

- 1 – Destaca-se que, pelo menos desde 1934, o Brasil conta com legislação sobre o uso de água.
- 2 – Por vários tipos de atos legais e administrativos, a supervisão governamental sobre o tema “água e irrigação” transitou por vários setores da administração pública, assumindo, até mesmo, posição ministerial.
- 3 – Modernamente, três diplomas legais são estruturantes da política para o setor:
 - 3.1 – a Lei 9.433, de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (já com duas alterações);
 - 3.2 – a Lei 9.984, de 2000, que institui a Agência Nacional de Águas (ANA), a partir da qual se intensifica a regulação estatal sobre o setor para implementação das políticas traçadas;
 - 3.3 – a Lei 12.787, de 2013, que institui a Política Nacional de Irrigação, que traz diretrizes e orientações legais específicas no campo da irrigação. Essa lei constituiu-se em avanço normativo, sendo elaborada mediante intenso processo de negociação entre os diversos setores envolvidos.
- 4 – Aspecto relevante contido na política traçada por esses instrumentos é a instituição de conselhos nacional e estaduais de recursos hídricos, de agências de água e de comitês de bacias hidrográficas, além da possibilidade de cobrança pelo uso da água para qualquer forma de utilização e, também, pela poluição contínua de cursos d’água.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 12.897, de 18/12/2013

Autoriza a instituição da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).

LEI 12.852, de 05/08/2013

Institui o Estatuto da Juventude. Os arts. 15 e 36 trazem disposições sobre “jovem rural”.

LEI 12.386, de 03/03/2011

Institui o Dia Nacional do Extensionista Rural.

LEI 12.188, de 11/01/2010

Institui a Política Nacional de ATER para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e o Programa Nacional de ATER na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater), sob supervisão do MDA.

ALTERA a Lei 8.666/1993.

LEI 11.692, de 10/06/2008

Altera o Projovem (Projovem urbano e Projovem Campo – Saberes da Terra).

ALTERA as Leis 9.608/1998; 10.748/2003; 10.940/2004; 11.129/2005 e 11.180/2005.

LEI 10.256, de 09/07/2001

(...) Altera contribuição para o Senar.

ALTERA as Leis 8.212/1991; 8.870/1994; 9.317/1996 e 9.528/1997. ALTERADA p/Lei 10.993/2004.

LEI 8.540, de 22/12/1992

Altera disposições sobre a contribuição do empregador rural para a Previdência Social e para o Senar.

ALTERA as Leis 8.212/1991 e 8.315/1991.

LEI 8.315, de 23/12/1991

Cria o Senar. Ver DELs 1.146/1970 e 1.989/1982 (recolhimento de contribuições).

ALTERADA p/Lei 8.540/1992.

LEI 8.154, de 28/12/1990

Estabelece atribuições e estrutura do Sebrae e eleva contribuições sociais para financiá-lo.

ALTERA a Lei 8.029/1990.

LEI 8.029, de 12/04/1990

Dispõe sobre a extinção de Embrater, Sudeco, Sudesul, DNOS, IAA, IBC, BNCC e outros e sobre a criação do Sebrae.

(...)

ALTERADA p/Leis 8.154/1990; 8.344/1991 e 9.618/1998.

LEI 6.500, de 07/12/1977

Cria a Emater-DF.

LEI 6.126, de 06/11/1974

Autoriza a instituição da Embrater. Ver Lei 8.029/1990.

LEI 5.600, de 24/08/1970

Inclui o Projeto de Crédito Orientado no Plano Plurianual de Investimentos.

LEI 5.360, de 23/11/1967

Concede deduções da contribuição devida ao Inda e prorroga sua cobrança e a do ITR. Ver Leis 2.613/1955; 4.504/1964 e DEL 58/1966.

DEL 58, de 21/11/1966

Modifica compensação de débitos fiscais prevista na Lei 5.097/1966 para preservar recursos do SSR. Ver Leis 2.613/1955; 4.357/1964 e 4.862/1965.

ALTERADO p/DEL 1.146/1970.

LEI 5.097, de 02/09/1966

Extingue débitos fiscais decorrentes da Lei 2.613/1955, que instituiu contribuição das agroindústrias para o SSR. Ver DEL 58/1966.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA

LDL 11, de 11/10/1962

Cria a Superintendência de Política Agrária (Supra), transformando o Serviço Social Rural (SSR) e outros órgãos. Ver Lei 2.237/1954.

REVOGADA p/Lei 4.504/1964.

LEI 3.431, de 18/07/1958

Cria o Estabelecimento Rural do Tapajós, em Santarém – PA, vinculado ao Ministério da Agricultura.

LEI 2.613, de 23/09/1955

Autoriza a criação do Serviço Social Rural. Institui contribuição sobre a folha de pagamento de agroindústrias, inclusive cooperativas (em substituição às contribuições ao Sesi, Senai, Sesc, Senac), bem como de empresas agrícolas. Ver DELs 58/1966 e 582/1969.

ALTERADA p/DEL 1.146/1970.

DEL 6.910, de 27/09/1944

Autoriza acordo entre Ministério da Agricultura e Banco de Crédito da Borracha para apoio ao Instituto Agronômico do Norte para fornecimento de mudas e de assistência técnica aos plantios.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

8.252, de 26/05/2014	Institui a Agência Nacional de ATER (Anater).
7.215, de 15/06/2010	Regulamenta a Lei 12.188/2010 (Nova Lei de ATER) para dispor sobre o Pronater.
6.629, de 04/11/2008	Regulamenta o Projovem, instituído pela Lei 11.129/2005 e regido pela Lei 11.692/2008.
4.739, de 13/06/2003	Transfere a competência sobre ATER do Ministério da Agricultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário.
790, de 31/03/1993	Aprovam o regulamento do Senar e a contribuição para sua manutenção.
566, de 10/06/1992	
99.570, de 09/10/1990	Desvincula da administração pública federal o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae), transformando-o em serviço social autônomo – Sebrae.

DISPOSIÇÕES DA LEI AGRÍCOLA (LEI 8.171/1991)

Art. 4º, inciso III e Parágrafo único	Incluem a ATER como referente a “ações e instrumentos da Política Agrícola” e estabelece que estes deverão se orientar pelos planos plurianuais.
Art. 12, inciso I	Estabelece que a pesquisa agropecuária deverá estar integrada à ATER.
Capítulo V, arts. 16, 17 e 18	Estabelecem as disposições específicas para a ATER.
Art. 96, inciso III	Estabelece que compete ao poder público implementar ações voltadas ao fortalecimento da extensão rural e do treinamento no âmbito da mecanização agrícola.
Art. 103, caput e Parágrafo único, inciso III	Estabelecem que o poder público concederá, entre outros incentivos, preferência na prestação de serviços oficiais de ATER aos proprietários que adotarem práticas preservacionistas ou de recuperação do meio ambiente.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

1 – A legislação sobre o tema é rara e, de certo modo, antiga. No entanto, modernamente, destacam-se duas novas leis no setor:

1.1 – Lei 12.188, de 2010, a denominada Nova Lei de ATER, que institui a Pnater e o Pronater, vinculando-os ao MDA. Essa lei ampliou as possibilidades de atuação do governo federal no apoio às atividades de assistência técnica e extensão rural executadas por estados e pela iniciativa privada.

1.2 – Lei 12.897, de 2013, que autoriza a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), que se pretende venha a ser o órgão coordenador, em âmbito federal, das ações de ATER no Brasil. De certo modo, viria a desempenhar papel semelhante ao que desempenhou a Embrater nas décadas de 1970 e 1980.

2 – A destacar a grande inflexão da política de ATER do governo federal, que criou a Embrater em 1974 e a extinguiu em 1990, quando o Sistema Embrater era sólido, com grande estrutura e exemplo para outros países, e busca agora retomar a coordenação nacional com a criação da Anater.

3 – Também a destacar a criação, por imperativo constitucional (ADCT), do Senar, que foi criado à semelhança dos serviços do Sistema S, existentes há mais de 60 anos.

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 12.270, de 24/06/2010

Dispõe sobre medidas de suspensão de direitos de propriedade intelectual em casos de descumprimento de obrigações do Acordo da OMC, inclusive a proteção de cultivares ou de variedades vegetais.

LEI 11.460, de 21/03/2007

Veda pesquisa e plantio de OGM em unidades de conservação e em terras indígenas. Permite, sob condições, o plantio de OGM em APAs e nas zonas de amortecimento e áreas que circundam as UCs. Altera o quórum de deliberação da CTNBio. (...)

ALTERA as Leis 9.985/2000; 10.814/2003 e 11.105/2005.

LEI 11.105, de 24/03/2005

Lei de Biossegurança. Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam OGM. Cria o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS). Reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança (PNB).

ALTERA as Leis 6.938/1981; 10.165/2000 e 10.814/2003 e **REVOGA** a Lei 8.974/1995 e a MPV 2.191-9/2001. **ALTERADA** p/Lei 11.460/2007.

LEI 11.092, de 12/01/2005

Autoriza o plantio de soja transgênica na safra 2005.

ALTERA a Lei 10.814/2003.

LEI 10.814, de 15/12/2003

Autoriza o plantio de soja transgênica na safra 2004. Ver Leis 6.938/1981; 8.974/1995; 10.688/2003 e 10.711/2003.

ALTERADA p/Leis 11.092/2005; 11.105/2005 e 11.460/2007.

LEI 10.688, de 13/06/2003

Autoriza a comercialização da safra 2003 de soja transgênica. Ver Lei 8.974/1995.

LEI 10.603, de 17/12/2002

Dispõe sobre proteção de informação na fase de registro de agrotóxicos, fertilizantes e medicamentos veterinários.

LEI 10.332, de 19/12/2001

Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, inclusive biotecnologia e recursos genéticos, e para outros setores.

ALTERA a Lei 10.168/2000.

MPV 2.191-9, de 23/08/2001

Estabelece alterações na primeira Lei de Biossegurança. Cria a CTNBio.

ALTERA a Lei 8.974/1995. **REVOGADA** p/Lei 11.105/2005.

MPV 2.186-16, de 23/08/2001

Regulamenta o acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional.

LEI 10.196, de 14/02/2001

Estabelece alterações na Lei de Propriedade Industrial.

ALTERA a Lei 9.279/1996.

LEI 9.456, de 25/04/1997

Institui a Lei de Proteção de Cultivares.

LEI 9.279, de 14/05/1996

Lei da Propriedade Industrial (“Lei de Patentes”).

ALTERA os DELs 2.848/1940 e 7.903/1945 e a Lei 5.648/1970 e **REVOGA** as Leis 5.772/1971 e 6.348/1976. **ALTERADA** p/Lei 10.196/2001.

LEI 8.974, de 05/01/1995

Lei de Biossegurança. Estabelece normas para uso de engenharia genética.

ALTERADA p/MPV 2.191-9/2001 e **REVOGADA** p/Lei 11.105/2005.

DEL 1.005, de 21/10/1969

Código da Propriedade Industrial (arts. 71 e 88 tratam de assuntos agrícolas). Ver DELs 7.903/1945 e 254/1967.

REVOGADO p/Lei 5.772/1971.

DEL 254, de 28/02/1967

Código da Propriedade Industrial (arts. 73, 77 e outros tratam de assuntos agrícolas). Ver DELs 7.903/1945 e 1.005/1969 e Lei 9.279/1996.

DEL 7.903, de 27/08/1945

Código da Propriedade Industrial. Há disposições sobre agricultura e agricultores. Art. 219: prevê a proteção de variedades novas de plantas mediante regulamentação especial. Ver DELs 254/1967 e 1.005/1959 e Lei 9.279/1996.

DEL 4.327, de 22/05/1942

Dispõe sobre o uso da denominação “conhaque”.

REVOGADO p/Lei 7.678/1988.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

6.925 , de 06/08/2009	Dispõe sobre a aplicação do artigo 19 do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgado pelo decreto 5.705/2006.
6.915 , de 29/07/2009	Regulamenta o artigo 33 da MPV 2.186-16/2001 sobre <i>royalties</i> e lucros sobre a exploração do patrimônio genético.
6.538 , de 13/08/2008	Altera o decreto 6.041/2007, que institui a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia.
6.159 , de 17/07/2007	Altera o decreto 3.945/2001, que define a composição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (MPV 2.186-16/2001).
6.041 , de 08/02/2007	Institui a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia e cria o Comitê Nacional de Biotecnologia.
5.950 , de 31/10/2006	Estabelece limites para o plantio de OGM nas unidades de conservação e seu entorno (Lei 9.985/2000).
5.705 , de 16/02/2006	Promulga o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica.
5.591 , de 22/11/2005	Regulamenta dispositivos da nova Lei de Biossegurança (Lei 11.105/2005).
5.459 , de 07/06/2005	Regulamenta disposições relativas a sanções a condutas lesivas ao patrimônio genético (MPV 2.186-16/2001).
5.439 , de 03/05/2005	Definem composição e normas do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGPG), criado pela MPV 2.186-16/2001.
4.946 , de 31/12/2003	
3.945 , de 28/09/2001	
4.680 , de 24/04/2003	Regulamenta a rotulagem de produtos transgênicos.
3.109 , de 30/06/1999	Adesão do Brasil à UPOV – promulga a Convenção Internacional para a Proteção das Obras de Autor e das Propriedades Intelectuais Relativas à Produção Vegetal.
2.929 , de 11/01/1999	Promulga o estatuto e o protocolo do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia.
2.366 , de 05/11/1997	Regulamenta a Lei de Proteção de Cultivares (Lei 9.456/1997).

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

1 – Este é tema ainda em formação legislativa. Embora haja registros de leis antigas relacionadas à propriedade industrial, o tema foi modernamente inserido na legislação pela Lei de Propriedade Industrial (a Lei de Patentes) em 1996.

2 – No setor agropecuário, há de se destacar a implantação da Lei de Proteção de Cultivares, em 1997, pela qual se instituiu, no Brasil, após intensa polêmica, o instituto da propriedade intelectual sobre os avanços do melhoramento vegetal.

3 – Finalmente, há de se destacar a questão da biotecnologia e da biossegurança, objeto de leis pontuais destinadas a solucionar pendências momentâneas sobre transgênicos (Leis nº 10.688, de 2003, 10.814, de 2003, e 11.092, de 2005) e de leis estruturantes sobre o tema – no caso, a nova Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105, de 2005).

4 – Ainda em construção, a legislação referente ao acesso a recursos genéticos e à biodiversidade – incluída neste tema por sua forte vinculação à questão da propriedade intelectual – é regida por medida provisória (MPV 2.186-16/2001) e por decretos. Tramitam no Congresso Nacional propostas para dar cunho definitivo à normatização do tema pela instituição de nova lei.

COMERCIALIZAÇÃO, ABASTECIMENTO E ARMAZENAGEM

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 13.001, de 20/06/2014

(...) Art. 17: autoriza a Conab a renegociar e prorrogar operações com CPR no âmbito do PAA. (...) Art. 19: altera o prazo e retira o limite de quantidade relativamente à autorização para que a Conab compre milho e o venda a pequenos criadores da área da Sudene. (...) Art. 25: autoriza o aumento da quantidade de arroz a ser doada a diversos países (ver Lei 12.429/2011). (...)

ALTERA as Leis 5.868/1972; 8.629/1993; 8.918/1994; 9.782/1999; 10.696/2003; 11.775/2008; 12.429/2011; 12.806/2013 e 12.844/2013.

LEI 13.000, de 18/06/2014

Art. 1º: prorroga o prazo para concessão da subvenção econômica por equalização de juros para diversas atividades, inclusive investimentos no setor de “armazenagem nacional de grãos”. Amplia a dotação total para essa subvenção. **ALTERA** a Lei 12.096/2009.

LEI 12.873, de 24/10/2013

Art. 1º: autoriza a Conab a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Lei nº 12.462/2011) para contratar obras de unidades armazenadoras. (...) Art. 8º: altera o PAA e o autoriza a vender produtos destinados à alimentação animal. (...) Art. 50: dispõe sobre a liquidação de dívidas originárias de perdas na armazenagem de produtos da PGPM sob gestão da Conab. (...)

ALTERA as Leis 8.212/1991; 8.213/1991; 8.666/1993; 9.430/1996; 10.406/2002; 10.438/2002; 11.101/2005; 12.096/2009; 12.512/2011 e o DEL 167/1967.

LEI 12.844, de 19/07/2013

(...) Art. 4º: autoriza a Conab a doar milho aos governos estaduais para venda a pequenos criadores localizados em municípios em calamidade pública na área da Sudene. (...)

ALTERA as Leis 11.727/2008; 12.512/2011 e 12.716/2012. **ALTERADA** p/Leis 12.872/2013 e 13.001/2014.

LEI 12.806, de 07/05/2013

(...) Autoriza a Conab a adquirir milho para venda direta a pequenos criadores localizados na área de atuação da Sudene. (...)

ALTERA a Lei 10.420/2002. **ALTERADA** p/Lei 13.001/2014.

LEI 12.688, de 18/07/2012

Art. 27: altera o prazo da autorização de doação de alimentos a vários países.

ALTERA a Lei 12.429/2011.

LEI 12.669, de 19/06/2012

Obriga os laticínios a informarem com antecedência o preço pago pelo leite.

LEI 12.512, de 14/10/2011

(...) Art. 16: altera o PAA, estabelecendo normas de aquisição junto a agricultores familiares. Art. 17: autoriza os poderes executivos a adquirirem, sem licitação, alimentos produzidos por agricultores familiares. Arts. 18 a 23: autorizam que o PAA adquira alimentos para formação de estoques ou para doação a pessoas em situação de insegurança alimentar; autorizam a descentralização da execução do PAA aos estados e municípios. Art. 24: estabelece que os Consesas são instâncias de controle e participação social do PAA. Art. 33: altera finalidades do PAA. (...)

ALTERA as Leis 10.696/2003 e 11.326/2006. **ALTERADA** p/Leis 12.844/2013; 12.873/2013 e 13.014/2014.

LEI 12.429, de 20/06/2011

Autoriza a doação de alimentos para diversos países por intermédio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), mediante termo firmado com a Conab.

ALTERADA p/Leis 12.688/2012 e 13.001/2014.

LEI 12.340, de 01/12/2010

Art. 16: autoriza a doação de alimentos dos estoques públicos também para as populações atingidas por desastres.

ALTERA a Lei 9.077/1995.

LEI 12.058, de 13/10/2009

(...) Art. 26: autoriza a Conab a doar 70 mil toneladas de feijão dos estoques aos programas que atendem populações em situação de insegurança alimentar. (...)

ALTERA as Leis 8.171/1991; 8.427/1992; 9.984/2000; 11.322/2006; 11.326/2006 e 11.775/2008 e **REVOGA** a Lei 5.969/1973. **ALTERADA** p/Lei 12.839/2013.

COMERCIALIZAÇÃO, ABASTECIMENTO E ARMAZENAGEM

LEI 11.881, de 23/12/2008

Autoriza a doação de alimentos, com recursos do PAA e da PGPM, a Cuba, ao Haiti, a Honduras e à Jamaica com o objetivo de assistir populações atingidas por eventos meteorológicos adversos.

LEI 11.775, de 17/09/2008

(...) Art. 37: inclui a construção de armazéns nas áreas urbanas (quando de cooperativas rurais) como item contemplado no crédito rural de investimento. Art. 40: autoriza a inclusão do penhor florestal entre as garantias das operações. (...) Art. 47: exclui impostos do valor a ser pago aos agricultores familiares, suas associações e cooperativas, no âmbito do PAA. Art. 48: altera disposições relativas à subvenção de encargos e equalização de preços. (...)

ALTERA as Leis 7.827/1989; 8.171/1991; 8.427/1992; 10.177/2001; 10.186/2001; 10.420/2002; 10.978/2004; 11.322/2006; 11.524/2007; 11.718/2008 e o DEL 79/1966. **ALTERADA** p/Leis 11.922/2009; 11.960/2009; 12.058/2009; 12.249/2010; 12.380/2011; 12.599/2012; 12.716/2012; 12.788/2013; 13.001/2014 e 13.043/2014.

LEI 11.718, de 20/06/2008

(...) Art. 11: altera o PAA.

ALTERA as Leis 5.889/1973; 8.171/1991; 8.212/1991 e 8.213/1991. **ALTERADA** p/Lei 11.775/2008.

LEI 11.524, de 24/09/2007

(...) Art. 6º: altera disposições sobre o WA e o CDA. Autoriza a emissão de CDA e WA por armazéns não certificados pelo Ministério da Agricultura. (...) Art. 13: altera grupo gestor do PAA. (...)

ALTERA as Leis 7.827/1989; 8.427/1992; 10.696/2003; 11.076/2004 e 11.322/2006. **ALTERADA** p/Leis 11.718/2008; 11.775/2008; 11.908/2009 e 12.716/2012.

LEI 11.474, de 15/05/2007

Art. 3º: altera disposições sobre rotulagem de leites e de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância.

ALTERA a Lei 11.265/2006.

LEI 11.460, de 21/03/2007

(...) Prorroga prazo estabelecido na Lei 11.265/2006 relativo à rotulagem de leites e de alimentos para crianças.

ALTERA as Leis 9.985/2000; 10.814/2003 e 11.105/2005.

LEI 11.420, de 20/12/2006

(...) Autoriza aditamento e prorrogação de CPRs do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

ALTERA a Lei 11.322/2006.

LEI 11.322, de 13/07/2006

Dispõe sobre renegociação de dívidas de crédito rural na área de atuação da Adene. Para todo o país, várias disposições sobre Procera e Pronaf, inclusive subvenção à garantia de preços e instituição de subvenções à comercialização (...). Autoriza o Pesoja para a safra de soja de 2005/2006.

ALTERADA p/Leis 11.420/2006; 11.434/2006; 11.524/2007; 11.775/2008; 11.922/2009 e 12.058/2009.

LEI 11.311, de 13/06/2006

Art. 7º: isenta de IR os títulos CDA, WA, CDCA, LCA, CRA e CPRF.

ALTERA a Lei 11.033/2004.

LEI 11.265, de 03/01/2006

Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância. Estabelece condições de rotulagem de leites. Ver Lei 11.460/2007.

ALTERADA p/Lei 11.474/2007.

LEI 10.696, de 02/07/2003

(...) Art. 19: cria o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

ALTERA as Leis 8.723/1993 e 10.437/2002 e **REVOGA** as Leis 10.464/2002 e 10.646/2003. **ALTERADA** p/Leis 10.823/2003; 11.524/2007; 12.512/2011 e 13.001/2014.

LEI 9.973, de 29/05/2000

Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.

ALTERADA p/Lei 11.076/2004.

LEI 9.972, de 25/05/2000

Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos.

ALTERA a Lei 8.171/1991 e **REVOGA** a Lei 6.305/1975. **ALTERADA** p/Lei 12.341/2010.

COMERCIALIZAÇÃO, ABASTECIMENTO E ARMAZENAGEM

LEI 9.461, de 13/06/1997

Autoriza a doação de estoques públicos de alimentos a outros países.

LEI 9.077, de 10/07/1995

Autoriza a utilização de estoques públicos de alimentos no combate à fome.

ALTERADA p/Lei 12.340/2010.

LEI 8.735, de 25/11/1993

Define condições para aquisição de alimentos dos estoques públicos, mantidos junto ao Banco do Brasil (AGF), para doação à população flagelada do Polígono da Seca.

LEI 8.344, de 27/12/1991

Modifica a organização e as atribuições do Ministério da Agricultura. Vincula a Conab ao Ministério. (...)

ALTERA as Leis 8.028/1990 e 8.029/1990.

LEI 8.174, de 30/01/1991

Lei Agrícola II. (...) Estabelece regras para liberação de estoques públicos.

LEI 8.029, de 12/04/1990

(...) Cria a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

ALTERADA p/Leis 8.154/1990; 8.344/1991 e 9.618/1998.

LEI 7.784, de 28/06/1989

Tipifica infrações às normas sobre economia popular e abastecimento e estabelece penas.

ALTERA a LDL 4/1962. **ALTERADA** p/Lei 8.035/1990.

DEL 2.400, de 21/12/1987

Transfere para a União capital de participação da Cobal nas Ceasas.

ALTERADO p/DEL 2.427/1988.

LEI 6.305, de 15/12/1975

Institui a classificação de produtos vegetais. Ver DEL 1.899/1981.

REVOGADA p/ Lei 9.972/2000.

LEI 6.061, de 25/06/1974

Renova prazo para estabelecimento de especificações de classificação de lã. Ver Lei 5.093/1966.

LEI 5.808, de 03/10/1972

Autoriza a doação de café dos estoques governamentais ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) da FAO.

LEI 5.691, de 10/08/1971

Autoriza o GDF a constituir a Central de Abastecimento de Brasília S.A. (Cenabra).

DEL 923, de 10/10/1969

Dispõe sobre a comercialização de leite. Proíbe a venda de leite cru.

DEL 422, de 20/01/1969

Modifica a LDL 4/1962. Estabelece normas de intervenção no domínio econômico para assegurar a distribuição de produtos à população.

ALTERA a LDL 4/1962.

LEI 5.533, de 14/11/1968

Autoriza a doação de café dos estoques governamentais ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) da FAO.

LEI 5.361, de 29/11/1967

Autoriza a doação de café dos estoques governamentais à Cruz Vermelha Internacional.

LEI 5.093, de 30/08/1966

Revoga as normas legais sobre classificação e comércio de lã. Ver Lei 6.061/1974.

REVOGA o DEL 7.197/1944 e a Lei 1.017/1949.

LDL 7, de 26/09/1962

Autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem). Ver Lei 8.344/1991.

REVOGA a Lei 2.854/1956.

LDL 6, de 26/09/1962

Autoriza a criação da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal). Ver Lei 8.344/1991.

ALTERADA p/Lei 4.732/1965.

COMERCIALIZAÇÃO, ABASTECIMENTO E ARMAZENAGEM

LDL 5, de 26/09/1962

Cria a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab).

REVOGADA p/Lei 9.618/1998.

LDL 4, de 26/09/1962

Dispõe sobre a intervenção no domínio econômico para assegurar a distribuição de produtos necessários ao consumo do povo.

ALTERADA p/DELs 422/1969 e 2.339/1987 e p/Leis 7.784/1989; 8.035/1990 e 8.881/1994.

LDL 3, de 26/09/1962

Dispõe sobre regras para armazéns.

ALTERA o DEC 1.102/1903.

LEI 2.854, de 28/08/1956

Autoriza a organização da Frigoríficos Nacionais S. A. para instalação de uma rede de armazéns e transportes frigoríficos.

REVOGADA p/LDL 7/1962.

LEI 1.017, de 27/12/1949

Estabelece a classificação comercial e dispõe sobre o comércio de lã.

ALTERA o DEL 7.197/1944. **REVOGADA** p/Lei 5.093/1966.

DEL 9.905, de 17/09/1946

Transfere à Prefeitura do Distrito Federal a administração do Serviço Ambulante de Venda de Produtos Hortícolas.

REVOGA os DEL 8.528/1945 e 8.633/1946.

DEL 9.891, de 16/09/1946

Revoga as disposições legais que obrigavam os moinhos importadores a construir silos.

REVOGA os DELs 5.766/1943 e 6.966/1944.

DEL 9.499, de 22/07/1946

Dispõe sobre a política do leite para abastecimento do Distrito Federal.

DEL 9.360, de 15/06/1946

Atribui ao DNPA a elaboração de Plano de Abastecimento de Carnes.

ALTERA o DEL 8.400/1945.

DEL 9.250, de 10/05/1946

Autoriza o Ministério da Agricultura a fixar o preço do boi gordo para assegurar o abastecimento de carne.

DEL 9.187, de 15/04/1946

Exclui o Rio Grande do Sul da proibição de exportação de carnes. Ver DEL 9.116/1946.

DEL 9.116, de 01/04/1946

Suspende a exportação de gado e de carnes para assegurar o abastecimento interno. Ver DEL 9.187/1946.

DEL 8.633, de 11/01/1946

Permite à Prefeitura do Distrito Federal conceder as licenças para venda de produtos hortícolas em caminhões.

ALTERA o DEL 8.528/1945. **REVOGADO** p/DEL 9.905/1946.

DEL 8.528, de 31/12/1945

Cria, no Ministério da Agricultura, o Serviço Ambulante de Venda de Produtos Hortícolas ou de Granjas, com isenção de impostos, preços tabelados e exclusivo para agricultores registrados.

ALTERADO p/DEL 8.633/1946 e **REVOGADO** p/DEL 9.905/1946.

DEL 8.011, de 29/09/1945

Estende às cooperativas de lã os incentivos previstos no DEL 7.002/1944 para construção de silos e armazéns.

DEL 7.197, de 27/12/1944

Estabelece a classificação comercial e dispõe sobre o comércio de lã.

REVOGA o DEL 6.604/1944. **ALTERADO** p/Lei 1.017/1949 e **REVOGADO** p/Lei 5.093/1966.

DEL 7.196, de 27/12/1944

Altera prazo previsto no DEL 4.953/1942, que estabeleceu cotas de aquisição do trigo nacional.

COMERCIALIZAÇÃO, ABASTECIMENTO E ARMAZENAGEM

DEL 7.002, de 30/10/1944

Concede auxílios para instalação de rede nacional de armazéns e silos.

DEL 6.966, de 17/10/1944

Amplia os prazos de construção obrigatória de silos pelos moinhos importadores de trigo. Ver DEL 5.766/1943.

REVOGADO p/DEL 9.891/1946.

DEL 6.604, de 19/06/1944

Estabelece a classificação de lã de ovinos e dispõe sobre seu comércio.

REVOGADO p/DEL 7.197/1944.

DEL 6.171, de 05/01/1944

Autoriza o Ministério da Agricultura a tomar medidas para escoamento da safra de trigo.

DEL 6.108, de 16/12/1943

Autoriza a requisição de gado bovino no Brasil Central para assegurar o abastecimento de carne.

DEL 5.766, de 20/08/1943

Obriga os moinhos importadores a construir silos próprios para armazenar trigo para atender a um ano de consumo. Ver DEL 6.966/1944.

REVOGADO p/DEL 9.891/1946.

DEL 5.486, de 14/05/1943

Complementa disposições sobre a aquisição de trigo nacional. Ver DEL 4.953/1942.

DEL 5.238, de 09/02/1943

Modifica o decreto-lei que introduz o sistema de cotas de aquisição do trigo nacional. Ver DEL 7.196/1944.

ALTERA o DEL 4.953/1942.

DEL 4.953, de 13/11/1942

Dispõe sobre a aquisição de trigo de produção nacional. Estabelece sistema de cotas para os moinhos. Ver DEL 7.196/1944.

ALTERADO pelo DEL 5.238/1943.

DEL 4.709, de 18/09/1942

Autoriza o Ministério da Agricultura a fixar preços de gado e os estados a requisitar gado para assegurar o abastecimento de carne.

DEL 4.580, de 13/08/1942

Obriga indústrias abatedoras de exportação a assegurar abastecimento local de carnes.

DEL 4.579, de 13/08/1942

Proíbe temporariamente a frigorificação e a industrialização de carnes para exportação para assegurar o abastecimento interno.

DEL 4.221, de 01/04/1942

Torna exclusiva do Banco do Brasil a comercialização de borracha e cria licença para sua exportação.

DEL 4.160, de 06/03/1942

Torna sem efeito a proibição de exportação de arroz instituída pelo DEL 3.378/1941. Estabelece licença de exportação de arroz.

DEL 3.984, de 30/12/1941

Dispõe sobre aquisição e moagem do trigo nacional. Modifica os critérios de obrigatoriedade de aquisição do trigo pelos moinhos que importam. Ver DEL 2.960/1941.

DEL 3.430, de 16/07/1941

Autoriza o Ministério da Agricultura a confiar um entreposto de aves e ovos à Cooperativa dos Avicultores do Estado do Rio de Janeiro e Distrito Federal.

DEL 3.378, de 30/06/1941

Suspende a exportação de arroz para assegurar o abastecimento interno.

DEL 2.960, de 18/01/1941

Dispõe sobre a distribuição do trigo de produção nacional. Obriga os moinhos a consumir trigo nacional e a misturar sucedâneo à farinha.

COMERCIALIZAÇÃO, ABASTECIMENTO E ARMAZENAGEM

DEL 1.471, de 01/08/1939

Atribui ao Ministério da Agricultura (e aos estados, por delegação) a responsabilidade pela classificação, fiscalização do beneficiamento e exportação de produtos agrícolas e pecuários.

REVOGADO p/DEL 2.527/1940 e p/Lei 5.025/1966.

DEL 955, de 15/12/1938

Torna obrigatórios a aquisição e o consumo de trigo nacional e a adição de sucedâneo autorizado.

DEL 881, de 23/11/1938

Autoriza, para os anos 1939 e 1940, o uso de caixas diferentes do padrão para comercialização de cítricos. Ver DEL 680/1938.

DEL 680, de 12/09/1938

Cria uma caixa padrão para o comércio de frutas cítricas. Ver DEL 881/1938.

DEL 620, de 17/08/1938

Determina a criação de entrepostos para classificação e comercialização de frutas e hortaliças e estabelece critérios de funcionamento e padrões técnicos.

DEL 334, de 15/03/1938

Estabelece classificação e fiscalização dos produtos agrícolas e pecuários e matérias-primas quando destinados à exportação visando à sua padronização.

LEI 553, de 21/10/1937

Aprova acordo celebrado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para a execução dos serviços relativos à classificação do algodão no respectivo território.

DEC 20.211, de 14/07/1931

Cria seção de classificação e estabelece medidas destinadas a uniformizar a classificação do algodão em todas as regiões produtoras.

ALTERADO p/DEC 21.931/1932 e p/DEL 484/1938 .

DEC 4.034, de 12/01/1920

Autoriza o Poder Executivo a regular a exportação de gêneros alimentícios, isentar as importações e intervir no abastecimento interno.

DEC 1.102, de 21/11/1903

Institui regras para o estabelecimento de armazéns gerais. Ver Lei 9.973/2000.

ALTERADO p/LDL 3/1962.

CDL 0-041, de 04/12/1830

Regula os direitos do algodão e da carne-seca ou charque.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

8.293, de 12/08/2014	
7.956, de 12/03/2013	Regulamentam o PAA (Leis 10.696/2003 e 12.512/2011).
7.775, de 04/07/2012	
5.873, de 15/08/2006	
8.226, de 16/04/2014	Dispõem sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).
6.272, de 23/11/2007	
1.098, de 25/03/1994	
807, de 22/04/1993	Institui o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea).
7.920, de 15/02/2013	Cria o Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos (Ciep).
6.268, de 22/11/2007	Regulamenta a Lei 9.972/2000, que institui a classificação de produtos vegetais.
6.273, de 23/11/2007	Cria, no âmbito do Sisan, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.
3.855, de 03/07/2001	Regulamenta a Lei de Armazenagem (Lei 9.973/2000).
4.062, de 21/12/2001	Define as expressões “cachaça”, “Brasil” e “cachaça do Brasil” como indicações geográficas.
3.664, de 17/11/2000	Regulamenta a Lei de Classificação de Produtos Vegetais (Lei 9.972/2000).
56.585, de 20/07/1965	Aprova as novas especificações para a classificação e a fiscalização do ovo.

COMERCIALIZAÇÃO, ABASTECIMENTO E ARMAZENAGEM

DISPOSIÇÕES DA LEI AGRÍCOLA (LEI 8.171/1991)

Art. 1º, Parágrafo único	Estabelece que a comercialização de produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas, pecuários, pesqueiros e florestais integra a produção agrícola.
Art. 3º, inciso I	Estabelece que a função de planejamento do Estado visa assegurar a regularidade do abastecimento interno, especialmente alimentar.
Art. 4º, inciso VII e Parágrafo único	Incluem a comercialização, o abastecimento e a armazenagem como referentes a “ações e instrumentos da Política Agrícola” e estabelece que estes deverão se orientar pelos planos plurianuais.
Art. 5º, § 3º	Estabelece que deverão ser constituídas, no CNPA, câmaras setoriais de comercialização e de armazenagem, entre outras.
Art. 8º, § 3º	Estabelece que as necessidades diferenciadas de abastecimento, formação de estoque e exportação deverão ser consideradas na elaboração dos planos de safra e nos planos plurianuais.
Art. 30, inciso VI	Estabelece que o Ministério da Agricultura manterá sistema de informação para divulgação ampla dos estoques públicos e privados, reguladores e estratégicos, discriminados por produtos, tipos e localização.
Capítulo IX	Trata da produção, da comercialização, do abastecimento e da armazenagem.
Arts. 31 e 35	Estabelecem necessidade de formação de estoques públicos, preferentemente por compra de organizações associativas de pequenos e médios produtores e observado o princípio da menor interferência na livre comercialização privada, sendo as vendas realizadas por leilões em bolsas de mercadorias ou licitação pública.
Art. 36	Estabelece que o poder público incentivará a armazenagem e o processamento nas fazendas.
Art. 37	Mantém a exigência de padronização, fiscalização e classificação de produtos animais, subprodutos e derivados.
Art. 42	Estabelece o Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras de Produtos Agrícolas.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

1 – Neste grupo de leis, há um conjunto de normas específicas sobre determinados produtos e assuntos que, ao longo dos anos, foram objeto de tratamento pela legislação reguladora do comércio. Há também um conjunto de leis relativas à organização do Estado na execução de políticas públicas ligadas ao tema: a criação e extinção da Sunab, da Cobal, da Cibrazem são significativas das diferentes orientações da política ao longo do tempo.

2 – No campo organizacional, deve-se destacar o processo de “estadualização” de algumas Ceasas que, por força da legislação, foram transferidas do governo federal para os governos estaduais.

3 – Dois grandes destaques devem ser apontados nesse tema:

3.1 – a Lei de Armazenagem, setor cujas regras anteriores remontavam a um decreto de 1903 (alterado em 1962) e que teve novas regras legais estabelecidas em 2000 com a edição da Lei nº 9.973/2000, cuja principal característica foi no sentido da liberalização, permitindo aos armazéns comercializarem produtos agropecuários, o que era vedado pela legislação anterior.

3.2 – a Lei de Classificação de Produtos Vegetais. Na mesma linha da modernização das estruturas e de aproximação com ditames de mercado, a nova lei (9.972/2000) retirou do Estado o monopólio de classificação dos produtos, permitindo que entidades privadas também a realizem sob a supervisão do Ministério da Agricultura.

4 – Modernamente, a destacar a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e novas disposições sobre o Consea, que aprofundam a política pública relacionada ao abastecimento alimentar do segmento mais carente da população. Ao longo dos últimos anos (2008-2014), foram introduzidas inúmeras alterações no PAA no sentido de torná-lo um programa executor de uma ativa política de sustentação da agricultura familiar e de gestão e distribuição de estoques a populações carentes.

COOPERATIVISMO

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 12.873, de 24/10/2013

(...) Art. 55: isenta do IR a entidade central das cooperativas de crédito e dos bancos cooperativos.

ALTERA as Leis 8.212/1991; 8.213/1991; 8.666/1993; 9.430/1996; 10.406/2002; 10.438/2002; 11.101/2005; 12.096/2009; 12.512/2011 e o DEL 167/1967.

LEI 12.620, de 08/05/2012

Institui o Dia Nacional do Cooperativismo de Crédito.

LEI 12.205, de 19/01/2010

Confere ao município de Nova Petrópolis – RS o título de Capital Nacional do Cooperativismo.

LEI 12.087, de 11/11/2009

Art. 8º: autoriza a União a participar de fundos garantidores do risco de crédito de investimento com cooperativas e produtores rurais. (...)

LEI 12.058, de 13/10/2009

(...) Art. 23: autoriza o CMN a estabelecer critérios adicionais de enquadramento dos agricultores familiares e criar linhas de crédito para cooperativas e associações dessa categoria. Art. 25: prevê a concessão de subvenção econômica (Lei 8.427/1992) a cooperativas e, na forma de bônus e outras, nos financiamentos do Pronaf. (...)

ALTERA as Leis 8.171/1991; 8.427/1992; 9.984/2000; 11.322/2006; 11.326/2006 e 11.775/2008 e **REVOGA** a Lei 5.969/1973.

ALTERADA p/Lei 12.839/2013.

LCP 130, de 17/04/2009

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.

ALTERA as Leis 4.595/1964 e 5.764/1971.

LEI 11.922, de 13/04/2009

(...) Art. 19: autoriza equalização de taxas de juros nas operações a contratar para financiamento de estocagem de álcool e de capital de giro para agroindústrias, indústrias de máquinas e cooperativas agropecuárias. (...)

ALTERA as Leis 8.427/1992; 11.322/2006 e 11.775/2008.

LEI 11.775, de 17/09/2008

Arts. 1º a 9º e 45, 46 e 58: instituem medidas de estímulo à liquidação e regularização de dívidas de crédito rural de várias fontes, inclusive da Securitização, Pesa, Recoop, Funcafé, Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, Prodecer, BNDES, Pronaf, Procera e Fundos Constitucionais (ver Leis nº 9.138/1995 e 10.437/2002). (...) Art. 37: inclui a construção de armazéns nas áreas urbanas (quando de cooperativas rurais) como item contemplado no crédito rural de investimento. (...) Art. 47: exclui impostos do valor a ser pago aos agricultores familiares, suas associações e cooperativas, no âmbito do PAA. (...) Art. 57: autoriza a criação de linha de crédito para refinanciar operações originárias de cooperativas no Pronaf.

ALTERA as Leis 7.827/1989; 8.171/1991; 8.427/1992; 10.177/2001; 10.186/2001; 10.420/2002; 10.978/2004; 11.322/2006; 11.524/2007; 11.718/2008 e o DEL 79/1966. **ALTERADA** p/Leis 11.922/2009; 11.960/2009; 12.058/2009; 12.249/2010; 12.380/2011; 12.599/2012; 12.716/2012; 12.788/2013; 13.001/2014 e 13.043/2014.

LEI 11.524, de 24/09/2007

(...) Art. 7º: autoriza, sob condições, bônus de adimplência nas dívidas da Securitização, do Pesa e do Recoop, renegociadas ao amparo da Lei 10.437/2002. (...) Art. 10: estabelece que as cooperativas de crédito contribuirão para o Sescoop. Ver MPV 2.168-40/2001 e Lei 8.212/1991. (...)

ALTERA as Leis 7.827/1989; 8.427/1992; 10.696/2003; 11.076/2004 e 11.322/2006. **ALTERADA** p/Leis 11.718/2008; 11.775/2008; 11.908/2009 e 12.716/2012.

LEI 11.488, de 15/06/2007

(...) Art. 34: equipara as cooperativas às microempresas, obedecidos os limites de faturamento. Ver LCP 123/2006.

ALTERA a Lei 10.925/2004.

LEI 11.434, de 28/12/2006

Prorroga o prazo de renegociação da Securitização e do Recoop. (...)

ALTERA a Lei 11.322/2006.

LEI 11.420, de 20/12/2006

(...) Autoriza financiamento com equalização para pagamento de parcelas vencidas e vincendas em 2005 e 2006 da Securitização e do Recoop, inclusive as transferidas à União pela MPV 2.196-3/2001. (...)

ALTERA a Lei 11.322/2006.

COOPERATIVISMO

LEI 11.196, de 21/11/2005

“Lei do Bem”. Dispõe sobre diversos assuntos. (...) Cap. IX: alterações no PIS/Pasep e na Cofins, inclusive de bancos que securitizarem crédito e de cooperativas. (...)

ALTERA as Leis 8.666/1993; 9.718/1998; 10.438/2002; 10.925/2004 e as MPVs 2.158-35/2001 e 2.199-14/2001 e **REVOGA** a Lei 8.661/1993. **ALTERADA** p/Leis 11.487/2007 e 12.712/2012.

LEI 11.076, de 30/12/2004

Institui títulos: CDA; WA; CDCA; LCA; CRA. Ver Lei 7.940/1989. Dispõe sobre cooperativas como armazenadoras.

ALTERA as Leis 5.764/1971; 8.427/1992; 8.929/1994; 9.514/1997 e 9.973/2000. **ALTERADA** p/Lei 11.524/2007.

LEI 11.051, de 29/12/2004

(...) Arts. 29 e 30: reduzem a zero PIS/Pasep e Cofins de produtos de milho, pintos de um dia e leite e introduzem alterações tributárias de interesse de setores do agronegócio e das cooperativas.

ALTERA a Lei 10.925/2004.

LEI 10.993, de 14/12/2004

Altera dispositivos da Previdência Social de agroindústrias, empregadores rurais e cooperativas.

ALTERA a Lei 10.256/2001.

LEI 10.925, de 23/07/2004

(...) Arts. 8º e 15: dispõem sobre PIS/Pasep e Cofins no caso das pessoas jurídicas, inclusive cooperativas, que produzem mercadorias de origem animal ou vegetal ou que exerçam atividade agropecuária, bem como os cerealistas.

ALTERA as Leis 10.833/2003 e 10.865/2004. **ALTERADA** p/Leis 11.051/2004; 11.196/2005; 11.488/2007; 11.051/2004; 11.787/2008; 12.655/2012; 12.766/2012; 12.839/2013 e 12.865/2013.

LEI 10.865, de 30/04/2004

(...) Art. 36: isenta as cooperativas da CSLL.

ALTERA a Lei 10.833/2003. **ALTERADA** p/Leis 10.925/2004 e 11.529/2007.

LEI 10.833, de 29/12/2003

(...) Art. 22: atribui responsabilidade às cooperativas que praticam venda em comum pelo recolhimento da Cide-combustível sobre álcool.

ALTERADA p/Leis 10.865/2004; 10.925/2004 e 11.907/2009.

LEI 10.684, de 30/05/2003

Art. 17: permite às cooperativas excluir do cálculo de PIS/Pasep e Cofins as operações com sócios.

LEI 10.676, de 22/05/2003

Dispõe sobre PIS/Pasep e Cofins devidos por cooperativas.

LEI 10.666, de 08/05/2003

Dispõe sobre concessão de aposentadoria especial a cooperados.

MPV 2.168-40, de 24/08/2001

Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop). Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). Art. 13: autoriza as cooperativas a participar de sociedades não cooperativas. (...)

ALTERA as Leis 5.764/1971; 9.138/1995; 9.848/1999 e 10.186/2001.

MPV 2.158-35, de 24/08/2001

Dispõe sobre o recolhimento de PIS/Pasep e Cofins pelas cooperativas, pela OCB e por sindicatos, federações e confederações. (...)

ALTERA as Leis 9.019/1995 e 9.718/1998. **ALTERADA** p/Leis 10.637/2002 e 11.196/2005.

LEI 10.256, de 09/07/2001

Dispõe sobre contribuições à Previdência Social das agroindústrias, de empregadores rurais e das cooperativas. Altera contribuição para o Senar.

ALTERA as Leis 8.212/1991; 8.870/1994; 9.317/1996 e 9.528/1997. **ALTERADA** p/Lei 10.993/2004.

LEI 9.493, de 10/09/1997

Concede isenção de IPI para equipamentos e máquinas. Dispõe sobre questões tributárias de cooperativas.

ALTERADA p/Lei 10.833/2003.

COOPERATIVISMO

LEI 9.430, de 27/12/1996

(...) Art. 66: dispõe sobre recolhimento de PIS/Pasep e Cofins pelas cooperativas.

ALTERA o DEL 1.598/1977 e a Lei 8.661/1993. **ALTERADA** p/Lei 12.873/2013.

LEI 8.949, de 09/12/1994

Declara, por modificação da CLT, a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados.

ALTERA o DEL 5.452/1943.

LEI 7.231, de 23/10/1984

Transfere a supervisão do cooperativismo do Incra para o Ministério da Agricultura. (...)

LEI 6.981, de 30/03/1982

Permite que sejam escolhidos delegados votantes nas assembleias de cooperativas.

ALTERA a Lei 5.764/1971.

LEI 5.764, de 16/12/1971

Lei do Cooperativismo. Define a Política Nacional de Cooperativismo. Institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.

ALTERA o DEL 60/1966 e **REVOGA** o DEL 59/1966. **ALTERADA** p/ Leis 6.981/1982 e 11.076/2004; p/LCP 130/2009 e p/MPV 2.168-40/2001.

LEI 5.636, de 03/12/1970

Autoriza o Poder Executivo a subscrever ações do BNCC e o reorganiza. Ver DEL 668/1969.

ALTERA o DEL 60/1966.

DEL 668, de 03/07/1969

Dispõe sobre o BNCC e o reorganiza. Ver Lei 5.636/1970.

ALTERA o DEL 60/1966.

DEL 60, de 21/11/1966

Reorganiza o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). Ver Lei 8.029/1990.

ALTERADO p/DEL 668/1969; p/Leis 5.636/1970 e 5.764/1971 e p/RSF 9/1977.

DEL 59, de 21/11/1966

Define a Política Nacional de Cooperativismo. Estabelece os princípios do cooperativismo. Dispõe sobre cooperativas de crédito. Cria o Fundo Nacional de Cooperativismo e o Conselho Nacional de Cooperativismo, vinculando-o ao Inda.

REVOGA o DEC 22.239/1932 e os DELs 581/1938; 926/1938; 1.836/1939; 5.154/1942 e 8.401/1945 e a Lei 3.870/1961. **REVOGADO** p/Lei 5.764/71.

LEI 4.806, de 20/10/1965

Extingue a Divisão de Cooperativismo do Ministério da Agricultura e transfere suas atribuições ao Inda. Ver LDL 9/1962 e Lei 4.504/1964.

LEI 3.870, de 30/01/1961

Isenta de tributação os financiamentos contratados por cooperativas junto a bancos.

REVOGADA p/DEL 59/1966.

LEI 2.613, de 23/09/1955

Autoriza a criação do Serviço Social Rural. Institui contribuição sobre a folha de pagamento de agroindústrias, inclusive cooperativas (em substituição às contribuições ao Sesi, Senai, Sesc, Senac), bem como de empresas agrícolas. Ver DELs 58/1966 e 582/1969.

ALTERADA p/DEL 1.146/1970.

LEI 2.145, de 29/12/1953

(...) Art. 8º: define que as associações rurais e as cooperativas podem realizar importações. (...)

ALTERADA p/Lei 3.244/1957.

LEI 1.412, de 13/08/1951

Transforma a Caixa de Crédito Cooperativo em Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). Ver DEL 60/1966 e Lei 8.029/1990.

LEI 404, de 24/09/1948

Concede incentivos à implantação, por empresas ou cooperativas, de serviços de mecanização agrícola.

COOPERATIVISMO

DEL 9.856, de 13/09/1946

Autoriza as cooperativas a comercializar erva-mate.

DEL 9.363, de 15/06/1946

Estende às cooperativas de produtores de mate os favores do DEL 7.002/1944 para auxílio à construção de armazéns.

DEL 9.020, de 25/02/1946

Inclui o Departamento Nacional de Produção Vegetal (DNPV) na Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores de Mate.

DEL 8.401, de 19/12/1945

Altera disposições sobre o cooperativismo, revogando vários dispositivos legais que regulam sua política.

ALTERA os DELs 5.893/1943 e 6.274/1944 e **REVIGORA** o DEL 581/1938 e o DEC 22.239/1932. **REVOGADO** p/DEL 59/1966.

DEL 7.083, de 27/11/1944

Altera disposições sobre o cooperativismo.

ALTERA o DEL 5.893/1943.

DEL 6.909, de 27/09/1944

Altera disposições sobre o cooperativismo contidas no DEL 5.893/1943. Ver DEC 1.637/1907 e DEL 6.274/1944.

DEL 6.635, de 27/06/1944

Dispõe sobre a organização dos produtores de erva-mate em cooperativas. Cria taxa sobre a produção para sua organização cooperativa.

DEL 6.274, de 14/02/1944

Altera disposições sobre o cooperativismo contidas no DEL 5.893/1943. Ver DEC 1.637/1907 e DEL 6.909/1944.

ALTERA o DEL 5.893/1943. **ALTERADO** p/DEL 8.401/1945.

DEL 5.893, de 19/10/1943

Dispõe sobre as cooperativas. Estabelece normas para o cooperativismo. Cria a Caixa de Crédito Cooperativo. Ver DEC 1.637/1907 e DELs 6.274/1944; 6.909/1944 e 7.083/1944.

ALTERADO p/DELs 6.274/1944; 7.083/1944 e 8.401/1945.

DEL 5.154, de 31/12/1942

Dispõe sobre a intervenção em cooperativas.

REVOGADO p/DEL 59/1966.

DEL 3.609, de 11/09/1941

Autoriza a Comissão Executiva do Leite a organizar cooperativas de produtores de leite para abastecer o Distrito Federal. Ver DEL 2.384/1940.

DEL 3.430, de 16/07/1941

Autoriza o Ministério da Agricultura a confiar um entreposto de aves e ovos à Cooperativa dos Avicultores do Estado do Rio de Janeiro e Distrito Federal.

DEL 1.836, de 05/12/1939

Permite inclusão de pessoas jurídicas nas cooperativas de indústrias extrativas.

REVOGADO p/DEL 59/1966.

DEL 926, de 05/12/1938

Dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a fiscalização das cooperativas de seguros. Ver DEL 581/1938.

REVOGADO p/DEL 59/1966.

DEL 581, de 01/08/1938

Dispõe sobre o registro, a fiscalização e a assistência a cooperativas.

REVIGORA e **ALTERA** o DEC 22.239/1932 e **REVOGA** os DECs 23.611/1933 e 24.647/1934. **REVIGORADO** p/DEL 8.401/1945 e **REVOGADO** p/DEL 59/1966.

DEC 24.647, de 10/07/1934

Estabelece bases, normas e princípios e regula o cooperativismo.

REVOGA o DEC 22.239/1932. **REVOGADO** p/DEL 581/1938.

DEC 23.611, de 20/12/1933

Faculta a instituição de consórcios profissionais-cooperativos.

REVOGA o DEC 979/1903. **REVOGADO** p/DEL 581/1938.

COOPERATIVISMO

DEC 22.239, de 19/12/1932

Estabelece normas e regulação para o cooperativismo. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento das cooperativas, modificando disposições do DEC 1.637/1907.

REVOGADO p/DEC 24.647/1934. **REVIGORADO** e **ALTERADO** p/DEL 581/1938. **REVIGORADO** p/DEL 8.401/1945 e **REVOGADO** p/DEL 59/1966.

DEC 2.049, de 31/12/1908

Autoriza a concessão de subvenção aos sindicatos e cooperativas que plantarem trigo.

DEC 1.637, de 05/01/1907

Autoriza a criação e estabelece normas para sindicatos profissionais e cooperativas. Ver DEL 6.909/1944.

DEC 979, de 06/01/1903

Faculta a organização de sindicatos por profissionais da agricultura e de indústrias rurais.

REVOGADO p/ DEC 23.611/1933.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

2.936, de 11/01/1999

3.263, de 25/11/1999

4.743, de 16/06/2003

3.701, de 27/12/2000

3.850, de 27/06/2001

5.970, de 23/11/2006

5.381, de 28/02/2005

4.855, de 09/10/2003

5.315, de 17/12/2004

3.017, de 06/04/1999

Regulamentam dispositivos das MPVs 1.781-4/1998; 1.898-16/1999 e 1.961-30/2000 referentes à contratação de operações ao amparo do Recoop.

Estabelecem prazo para o enquadramento jurídico das cooperativas de eletrificação rural.

Aprovam o regimento do Sescoop.

DISPOSIÇÕES DA LEI AGRÍCOLA (LEI 8.171/1991)

Art. 4º, caput, inciso VIII e Parágrafo único	Incluem o associativismo e o cooperativismo como referentes a “ações e instrumentos da Política Agrícola” e estabelecem que estes deverão orientar-se pelos planos plurianuais.
Capítulo XI, art. 45	Estabelece as diretrizes para o associativismo e o cooperativismo.
Art. 94, incisos I e II	Estabelecem que o poder público incentivará prioritariamente atividades de eletrificação rural e cooperativas rurais no campo da eletrificação rural e a construção de pequenas centrais hidrelétricas e termoelétricas de aproveitamento de resíduos agrícolas que objetivem a eletrificação rural por cooperativas e outras formas associativas.
Art. 106	Autoriza o Ministério da Agricultura a firmar convênios ou ajustes com cooperativas, entre outros, para o desenvolvimento de atividades previstas na Lei Agrícola.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

1 – Como se pode observar, desde, pelo menos, o início do século XX incide regulação legal sobre o cooperativismo.

2 – Observa-se, pelas normas legais e administrativas, um movimento pendular no que se refere ao organismo estatal responsável pela supervisão do cooperativismo. Ora o Ministério da Agricultura, ora outras entidades (Inda, num momento, Incra, em outro). Atualmente, a supervisão é de responsabilidade do Ministério da Agricultura.

3 – Modernamente, o tema é regulado pela Lei do Cooperativismo (nº 5.764, de 1971). Embora tenha mais de 40 anos de vigência, é ela que regula, ainda, por inteiro o sistema cooperativista (exceto o de crédito). Tramitam, há cerca de 20 anos, projetos de lei no Congresso Nacional para alterá-la e dar novas formas e conteúdos às disposições regulatórias.

4 – Além disso, há o vácuo de uma importante legislação para o tema: a definição do “ato cooperativo”, objeto de projetos de lei em tramitação há mais de 20 anos. Sua aprovação impactará (e esclarecerá interpretações divergentes) no campo tributário.

5 – Destaque para três aspectos:

5.1 – Inúmeras legislações tributárias contemplam aspectos relativos às cooperativas como forma de atender às especificidades dos atos comerciais que praticam;

COOPERATIVISMO

5.2 – A instituição do Recoop (MPV 2.168-40/2001) constitui-se em marco da política de busca da recuperação econômica das cooperativas, incluindo-as no grande processo de renegociação de dívidas do setor agropecuário que teve início em meados da década de 1990, após a CPMI do Endividamento Agrícola;

5.3 – A criação do Sescoop (MPV 2.168-40/2001) também significou a concretização de antiga aspiração do setor cooperativista, que tem, por esse instrumento, um órgão criado à semelhança do Sistema S para atuar no campo da capacitação de recursos humanos para o sistema cooperativista.

6 – Finalmente, um grande destaque para a Lei Complementar nº 130/2009, que instituiu o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, normatizando esse segmento e atendendo antiga demanda do setor.

CRÉDITO RURAL

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 13.043, de 13/11/2014

(...) Art. 69: inclui investimentos no setor de armazenagem de açúcar como destinatários da subvenção econômica, na forma de equalização de taxas de juros, prevista na Lei 12.096/2009. (...)

ALTERA as Leis 9.393/1996; 11.775/2008; 11.977/2009 e 12.096/2009.

LEI 13.001, de 20/06/2014

Arts. 1º e 2º: autorizam a liquidação, na forma do PNRH (do MCMV), de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária entre 1985 e 2013 para construção ou reforma de habitação (ver Lei 11.977/2009). Art. 3º: determina a remissão dos Créditos de Instalação com valores originais de até R\$ 10 mil concedidos no mesmo período. Art. 5º: estabelece que se aplica às operações não regularizadas decorrentes de Crédito de Instalação o disposto na Lei 10.522/2002 (Cadin). Art. 7º: determina a remissão de dívidas contratadas por meio de CPR, no âmbito do PAA, de valor original de até R\$ 2,5 mil. Art. 8º: autoriza a remissão ou a concessão de rebate (condicionado ao valor do saldo devedor) de dívidas do Procera. Art. 9º: autoriza a extinção do Fundo do Procera. Autoriza a concessão de Crédito de Instalação aos assentados da reforma agrária. (...) Art. 11: inclui as dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritas em Dívida Ativa, na possibilidade de liquidação ou renegociação estabelecida na Lei 11.775/2008 e define desconto de liquidação ou renegociação das dívidas de Prodecer. Art. 14: inclui, na Lei 12.844/2013, autorização para a liquidação ou renegociação de dívidas inscritas em Dívida Ativa oriundas de operações com produtores vinculados ao Projeto Abraham Lincoln (Pacal), no Pará. Art. 16: prorroga os prazos para liquidação ou renegociação de dívidas na área da Sudene e da Sudam previstos na Lei 12.844/2013. (...)

ALTERA as Leis 5.868/1972; 8.629/1993; 8.918/1994; 9.782/1999; 10.696/2003; 11.775/2008; 12.429/2011; 12.806/2013 e 12.844/2013.

LEI 13.000, de 18/06/2014

Art. 1º: prorroga o prazo para concessão da subvenção econômica por equalização de juros para diversas atividades, inclusive para investimentos no setor de “armazenagem nacional de grãos”. Amplia a dotação total para essa subvenção.

ALTERA a Lei 12.096/2009.

LCP 145, de 15/05/2014

Altera prazos de pagamento, encargos e outras disposições do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra.

ALTERA a LCP 93/1998.

LEI 12.873, de 24/10/2013

(...) Arts. 9º e 10: novas disposições sobre os financiamentos e registros cartorários do Banco da Terra (LCP nº 93/1998). (...) Arts. 17 e 18: alteram prazos do penhor rural. (...) Art. 50: dispõe sobre a liquidação de dívidas originárias de perdas na armazenagem de produtos da PGPM sob gestão da Conab. (...) Art. 55: isenta do IR a entidade central das cooperativas de crédito e dos bancos cooperativos.

ALTERA as Leis 8.212/1991; 8.213/1991; 8.666/1993; 9.430/1996; 10.406/2002; 10.438/2002; 11.101/2005; 12.096/2009; 12.512/2011 e o DEL 167/1967.

LEI 12.872, de 24/10/2013

Art. 12: amplia para toda a área da Sudene as possibilidades de rebate na liquidação de dívidas e de renegociação previstas na Lei 12.844/2013, sob condições. Art. 13: renova a suspensão da execução fiscal de débitos em Dívida Ativa de produtores vinculados ao Projeto Abraham Lincoln (Pacal), no estado do Pará. Ver Lei 12.678/2012.

ALTERA as Leis 12.249/2010 e 12.844/2013.

LEI 12.865, de 09/10/2013

Art. 1º: autoriza a concessão de subvenção extraordinária aos produtores independentes de cana-de-açúcar do Nordeste relativamente à safra 2011/2012. Art. 5º: amplia a concessão de subvenção à estocagem de álcool prevista na Lei 12.666/2012 para a renovação e ampliação de canaviais. (...)

ALTERA a Lei 4.870/1965; 10.925/2004; 12.350/2010; 12.546/2011 e 12.666/2012.

LEI 12.844, de 19/07/2013

(...) Art. 8º: autoriza rebate na liquidação de operações (de diversas fontes) relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Sudene. Art. 9º: autoriza instituição de linha de crédito com recursos do FNE e do FNO para liquidação de operações de crédito de todas as fontes. Art. 10: autoriza renegociação de todas as operações de crédito rural contratadas a partir de 2007 que estavam inadimplentes em dezembro de 2011. (...)

ALTERA as Leis 11.727/2008; 12.512/2011 e 12.716/2012. ALTERADA p/Leis 12.872/2013 e 13.001/2014.

CRÉDITO RURAL

LEI 12.833, de 20/06/2013

Amplia, para os contratos firmados até 31/12/2013, a possibilidade de terem equalização das taxas de juros quando em municípios atingidos por desastres, conforme estabelecido na Lei 12.409/2011.

ALTERA as Leis 12.409/2011 e 12.597/2012.

LEI 12.814, de 16/05/2013

Art. 3º: altera normas da subvenção por equalização de juros para mutuários localizados em municípios atingidos por desastres naturais prevista na Lei 12.409/2011.

ALTERA a Lei 12.409/2011.

LEI 12.810, de 15/05/2013

(...) Art. 20: autoriza as instituições financeiras públicas federais a atuar no PNMPO em operações de microcrédito. Considera as operações de microcrédito produtivo rural efetuadas no âmbito do Pronaf como microcrédito produtivo orientado, integrante do PNMPO.

ALTERA as Leis 6.015/1973; 11.110/2005 e 11.828/2008.

LEI 12.793, de 02/04/2013

Art. 1º: autoriza subvenção econômica, na forma de equalização de taxas de juros, nas operações de crédito de investimento também no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Arts. 3º a 5º: atribuem ao CMN a definição de encargos financeiros e bônus de adimplência para os financiamentos com recursos do FNO, FNE e FCO e estabelecem outras disposições relativas aos Fundos Constitucionais.

ALTERA as Leis 7.827/1989; 10.177/2001 e 12.712/2012.

LEI 12.788, de 14/01/2013

Art. 9º: altera os termos da renegociação ou liquidação de débitos na Dívida Ativa previstas na Lei 11.775/2008. Idem em relação aos débitos do Prodecer, inscritos ou não em Dívida Ativa.

ALTERA a Lei 11.775/2008.

LEI 12.716, de 21/09/2012

Art. 1º: autoriza a instituição de linhas de crédito nos Fundos Constitucionais para produtores em municípios em situação de calamidade pública. (...) Art. 3º: retira a equivalência-produto dos contratos de crédito rural assinados a partir de 01/08/2007. Art. 4º: amplia para o comércio e serviços os beneficiários dos Fundos Constitucionais. Art. 5º: autoriza a criação de linha de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais, para a liquidação de operações inadimplentes de qualquer fonte, mediante condições. Art. 6º: autoriza medidas de estímulo à liquidação de operações do Prodecer Fase II, do Profir e do Provárzeas.

ALTERA as Leis 7.827/1989; 10.177/2001; 11.524/2007 e 11.775/2008. ALTERADA p/Lei 12.844/2013.

LEI 12.712, de 30/08/2012

Art. 4º: inclui diversos setores do agronegócio no rol dos beneficiados por subvenção econômica por equalização de taxa de juros e bônus de adimplência prevista na Lei 11.529/2007. (...) Art. 13: autoriza subvenção econômica por equalização de taxas de juros no âmbito dos FDNE e FDA. Art. 20: amplia para o Espírito Santo a subvenção econômica prevista na Lei 12.666/2012 aos produtores de cana-de-açúcar. Art. 25: altera o Profrota Pesqueira. (...)

ALTERA as Leis 10.849/2004; 11.196/2005; 11.529/2007; 12.666/2012 e as MPVs 2.156-5/2001 e 2.157-5/2001. ALTERADA p/Lei 12.793/2013.

LEI 12.693, de 24/07/2012

Art. 1º: amplia prazo da subvenção econômica por equalização de taxas de juros em operações contratadas em municípios atingidos por desastres naturais.

ALTERA a Lei 12.409/2011.

LEI 12.678, de 25/06/2012

Art. 20: prorroga o prazo de suspensão da execução fiscal de débitos em Dívida Ativa de produtores vinculados ao Projeto Abraham Lincoln (Pacal), no Pará. Ver Lei 12.872/2013.

ALTERA a Lei 12.249/2010.

LEI 12.666, de 14/06/2012

Art. 2º: autoriza subvenção econômica por equalização de taxas de juros nos financiamentos para estocagem de álcool. Art. 5º: altera medidas econômicas relativas à política do álcool. Art. 6º: autoriza, para a safra 2010/2011, subvenção econômica aos produtores de cana-de-açúcar do Nordeste e do Rio de Janeiro.

ALTERA a Lei 10.453/2002. ALTERADA p/Leis 12.712/2012 e 12.865/2013.

CRÉDITO RURAL

LEI 12.599, de 23/03/2012

Art. 21: amplia a data limite dos contratos passíveis de liquidação (Lei 11.322/2006) na área de atuação da Adene e do Grupo B do Pronaf (área dos Fundos Constitucionais ou com recursos da União) e suspende as execuções judiciais. Art. 22: autoriza a individualização dos contratos dos Grupos A, A/C e B do Pronaf e do Banco da Terra. Art. 23: amplia prazo de renegociação relativa ao Banco da Terra e do Programa Cédula Rural (ver LPL 93/1998).

ALTERA as Leis 11.775/2008 e 12.249/2010 .

LEI 12.597, de 21/03/2012

Transfere ao Poder Executivo federal o reconhecimento de “situação de emergência” ou “estado de calamidade pública” para a concessão de subvenção econômica por equalização de taxas de juros a produtores localizados em municípios atingidos por desastres naturais. Ver Lei 12.453/2011.

ALTERA a Lei 12.409/2011. **ALTERADA** p/Lei 12.833/2013.

LEI 12.548, de 15/12/2011

Altera disposições (sobre juros, multa e parcelamento) relativas aos débitos passíveis de cobrança em Dívida Ativa.

ALTERA a Lei 10.522/2002.

LEI 12.490, de 16/09/2011

(...) Altera dispositivo relativo à subvenção aos produtores independentes de cana-de-açúcar do Nordeste.

ALTERA as Leis 8.723/1993; 9.478/1997 e 12.249/2010.

LEI 12.453, de 21/07/2011

Altera o prazo (data de contratação com o BNDES) das operações passíveis de terem taxas de juros equalizadas em municípios atingidos por desastres naturais. Suspende as exigências de regularidade fiscal para novas contratações e renegociações em áreas onde ocorreram desastres naturais desde 01/01/2010.

ALTERA a Lei 12.409/2011.

LEI 12.409, de 25/05/2011

Art. 4º: autoriza subvenção ao BNDES para a equalização de juros em operações com produtores localizados em municípios atingidos por desastres naturais.

ALTERADA p/Leis 12.453/2011; 12.597/2012; 12.693/2012; 12.814/2013 e 12.833/2013.

LEI 12.380, de 10/01/2011

Altera a renegociação de dívidas de crédito rural de diversas fontes, antes autorizada pela Lei 11.775/2008.

ALTERA a Lei 11.775/2008.

LEI 12.249, de 11/06/2010

(...) Art. 69: dispõe sobre a remissão de dívidas de crédito rural na região Nordeste (ver Lei 11.322/2006). Art. 70: autoriza rebate para liquidação de dívidas renegociadas nas condições das Leis 11.322/2006 e 11.175/2008 na região Nordeste. Art. 72: autoriza a remissão de dívidas do Grupo B do Pronaf com valor original de até R\$ 1 mil. Autoriza o rebate de 60% para as demais dívidas (ver Lei 12.599/2012). Art. 74: altera as normas dos financiamentos dos Fundos Constitucionais aos assentados, colonos e beneficiários do Fundo de Terras. Art. 75: considera como destinados ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) os recursos do Orçamento da União ou dos Fundos Constitucionais alocados no âmbito do Pronaf. Arts. 131 e 132: autorizam a concessão de subvenção a produtores de cana-de-açúcar do Nordeste (ver Lei 12.490/2011). Art. 138: altera a renegociação de dívidas ao amparo da Lei 11.775/2008.

ALTERA as Leis 9.126/1995; 11.110/2005; 11.775/2008 e 11.977/2009. **ALTERADA** p/Leis 12.490/2011; 12.599/2012; 12.678/2012 e 12.872/2013.

LEI 12.087, de 11/11/2009

Art. 8º: autoriza a União a participar de fundos garantidores do risco de crédito de investimento com cooperativas e produtores rurais. Art. 12: cria o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Crédito.

LEI 12.058, de 13/10/2009

Arts. 21 e 22: alteram disposições da Lei 11.775/2008, que trata de renegociação de dívidas do crédito rural de várias fontes de recursos. Art. 23: autoriza o CMN a estabelecer critérios adicionais de enquadramento dos agricultores familiares e criar linhas de crédito para cooperativas e associações dessa categoria. Art. 25: prevê a concessão de subvenção econômica (Lei 8.427/1992) a cooperativas e, na forma de bônus e outras, nos financiamentos do Pronaf. (...)

ALTERA as Leis 8.171/1991; 8.427/1992; 9.984/2000; 11.322/2006; 11.326/2006 e 11.775/2008 e **REVOGA** a Lei 5.969/1973. **ALTERADA** p/Lei 12.839/2013.

CRÉDITO RURAL

LEI 11.960, de 29/06/2009

Art. 7º: amplia o prazo de renegociação das dívidas de crédito rural em Dívida Ativa.

ALTERA a Lei 11.775/2008.

LEI 11.941, de 27/05/2009

Art. 14: estabelece a remissão de débitos originários de crédito rural e do Procera transferidos ao Tesouro Nacional inscritos na Dívida Ativa. Art. 65: autoriza subvenção para produtores de cana-de-açúcar do Nordeste e do Rio de Janeiro. (...)

LCP 130, de 17/04/2009

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.

ALTERA as Leis 4.595/1964 e 5.764/1971.

LEI 11.922, de 13/04/2009

(...) Arts. 15 a 18: alteram os termos de renegociação de dívidas rurais de várias fontes prevista nas Leis 11.322/2006 e 11.775/2008. Art. 19: autoriza equalização de taxas de juros nas operações a contratar para financiamento de estoquegem de álcool e de capital de giro para agroindústrias, indústrias de máquinas e cooperativas agropecuárias. (...)

ALTERA as Leis 8.427/1992; 11.322/2006 e 11.775/2008.

LEI 11.908, de 03/03/2009

Art. 10: prorroga o prazo de contratações do Fundo de Recebíveis do Agronegócio (FRA).

ALTERA a Lei 11.524/2007.

LCP 129, de 08/01/2009

Institui a Sudeco. Altera a Lei dos Fundos Constitucionais. Cria o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

ALTERA a Lei 7.827/1989.

LEI 11.786, de 25/09/2008

Art. 15: inclui empresas de frutas *in natura* e processadas no rol de setores beneficiados por subvenção econômica por equalização de taxa de juros e bônus de adimplência prevista na Lei 11.529/2007.

ALTERA a Lei 11.529/2007.

LEI 11.775, de 17/09/2008

Arts. 1º a 9º e 45, 46 e 58: instituem medidas de estímulo à liquidação e regularização de dívidas de crédito rural de várias fontes, inclusive da Securitização, Pesa, Recoop, Funcafé, Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, Prodecer, BNDES, Pronaf, Procera e Fundos Constitucionais (ver Leis nº 9.138/1995 e 10.437/2002). Art. 36: inclui os cerealistas como beneficiários do crédito rural. Art. 37: inclui a construção de armazéns nas áreas urbanas (quando de cooperativas rurais) como item contemplado no crédito rural de investimento. Art. 40: autoriza a inclusão do penhor florestal entre as garantias das operações. Art. 42: autoriza a liquidação antecipada de dívidas do Pesa (Resolução Bacen 2.471/1998). Art. 43: autoriza os Fundos Constitucionais a financiar empreendimentos de infraestrutura, inclusive públicos. Art. 44: estabelece taxa de juros para operações florestais dos Fundos Constitucionais. (...) Art. 48: altera disposições relativas à subvenção de encargos e equalização de preços. (...) Art. 53: autoriza o Funcafé a financiar a liquidação de CPRs. (...) Art. 57: autoriza a criação de linha de crédito para refinanciar operações originárias de cooperativas no Pronaf.

ALTERA as Leis 7.827/1989; 8.171/1991; 8.427/1992; 10.177/2001; 10.186/2001; 10.420/2002; 10.978/2004; 11.322/2006; 11.524/2007; 11.718/2008 e o DEL 79/1966. ALTERADA p/Leis 11.922/2009; 11.960/2009; 12.058/2009; 12.249/2010; 12.380/2011; 12.599/2012; 12.716/2012; 12.788/2013; 13.001/2014 e 13.043/2014.

LEI 11.718, de 20/06/2008

(...) Art. 5º: modifica o crédito rural destinado a agricultor familiar para incluir atividades não agropecuárias e construção ou reforma de habitação. Art. 6º: autoriza a reclassificação das operações do FAT-Integrar (Lei 11.011/2004) para o FCO. (...)

ALTERA as Leis 5.889/1973; 8.171/1991; 8.212/1991 e 8.213/1991. ALTERADA p/Lei 11.775/2008.

LEI 11.524, de 24/09/2007

Arts. 1º a 5º: criam o Fundo de Recebíveis do Agronegócio (FRA) para financiar dívidas dos agricultores com fornecedores privados. Art. 6º: altera disposições sobre o WA e o CDA. Autoriza a emissão de CDA e WA por armazéns não certificados pelo Ministério da Agricultura. Art. 7º: autoriza, sob condições, bônus de adimplência nas dívidas da Securitização, do Pesa e do Recoop, renegociadas ao amparo da Lei 10.437/2002. Art. 8º: modifica critérios de juros em financiamentos com poupança rural. Art. 10: estabelece que as cooperativas de crédito contribuirão para o Sescoop. Ver MPV 2.168-40/2001 e Lei 8.212/1991. Art. 12: prorroga até 2012 a não aplicação do § 2º do artigo 16 da Lei 8.880/1994 (veto derrubado – ver Leis 9.138/1995; 9.848/1999; 10.186/2001 e 10.735/2003 e MPV 2.168-40/2001). (...)

ALTERA as Leis 7.827/1989; 8.427/1992; 10.696/2003; 11.076/2004 e 11.322/2006. ALTERADA p/Leis 11.718/2008; 11.775/2008; 11.908/2009 e 12.716/2012.

CRÉDITO RURAL

LEI 11.434, de 28/12/2006

Prorroga o prazo de renegociação da Securitização e do Recoop. Autoriza a indenização de bônus de adimplência pelo Tesouro Nacional. Autoriza renegociação das dívidas transferidas à União pela MPV 2.196-3/2001.

ALTERA a Lei 11.322/2006.

LEI 11.420, de 20/12/2006

Altera forma de absorção das dívidas de FAT na renegociação na área da Adene. Autoriza repactuação das dívidas de Procera e de Pronaf (ver Lei 10.696/2003). Autoriza financiamento com equalização para pagamento de parcelas vencidas e vincendas em 2005 e 2006 da Securitização e do Recoop, inclusive as transferidas à União pela MPV 2.196-3/2001. (...)

ALTERA a Lei 11.322/2006.

LEI 11.322, de 13/07/2006

Dispõe sobre renegociação de dívidas de crédito rural na área de atuação da Adene. Para todo o país, várias disposições sobre Procera e Pronaf, inclusive subvenção à garantia de preços e instituição de subvenções à comercialização e autorização para o uso de sementes fora do zoneamento. Autoriza o uso de recursos controlados do crédito rural para financiamento destinado ao pagamento de dívidas (ver Leis 9.138/1995; 10.406/2002; 10.437/2002; 10.696/2003 e 11.092/2005). Autoriza o Pesoja para a safra de soja de 2005/2006.

ALTERADA p/Leis 11.420/2006; 11.434/2006; 11.524/2007; 11.775/2008; 11.922/2009 e 12.058/2009.

LEI 11.196, de 21/11/2005

“Lei do Bem”. Dispõe sobre diversos assuntos. (...) Cap. IX: alterações no PIS/Pasep e na Cofins, inclusive de bancos que securitizarem crédito e de cooperativas. (...)

ALTERA as Leis 8.666/1993; 9.718/1998; 10.438/2002; 10.925/2004 e as MPVs 2.158-35/2001 e 2.199-14/2001 e **REVOGA** a Lei 8.661/1993. **ALTERADA** p/Leis 11.487/2007 e 12.712/2012.

LEI 11.110, de 25/04/2005

Art. 1º e outros: instituem o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). (...)

ALTERADA p/Leis 12.249/2010 e 12.810/2013.

LEI 11.076, de 30/12/2004

Institui títulos: CDA; WA; CDCA; LCA; CRA. Ver Lei 7.940/1989. (...)

ALTERA as Leis 5.764/1971; 8.427/1992; 8.929/1994; 9.514/1997 e 9.973/2000. **ALTERADA** p/Lei 11.524/2007.

LEI 11.011, de 20/12/2004

Dispõe sobre subvenção para equalização de juros em financiamentos de investimento do FCO e do Pronaf.

ALTERA as Leis 9.126/1995 e 10.177/2001.

LEI 10.893, de 13/07/2004

Art. 52: introduz alterações no Profrota Pesqueira, autorizando a equalização das taxas de juros.

ALTERA a Lei 10.849/2004. **ALTERADA** p/Lei 11.787/2008.

LEI 10.849, de 23/03/2004

Cria o Programa Nacional de Financiamento da Frota Pesqueira Nacional – Profrota Pesqueira.

ALTERADA p/Leis 10.893/2004 e 12.712/2012.

LEI 10.823, de 19/12/2003

(...) Modifica normas de repactuação das dívidas de Procera e Pronaf.

ALTERA a Lei 10.696/2003. **ALTERADA** p/LCP 137/2010.

LEI 10.735, de 11/09/2003

Art. 9º: prorroga, até 31/7/2007, a não aplicação do § 2º do artigo 16 da Lei 8.880/1994, relativo à equivalência-produto no crédito rural (veto derrubado – ver Leis 9.138/1995; 9.848/1999; 10.186/2001 e 11.524/2007 e MPV 2.168-40/2001).

LEI 10.696, de 02/07/2003

Dispõe sobre repactuação de dívidas de crédito rural (Procera; Pronaf; Fundos Constitucionais e securitizadas). (...)

ALTERA as Leis 8.723/1993 e 10.437/2002 e **REVOGA** as Leis 10.464/2002 e 10.646/2003. **ALTERADA** p/Leis 10.823/2003; 11.524/2007; 12.512/2011 e 13.001/2014.

LEI 10.648, de 03/04/2003

Estabelece normas para a concessão da subvenção econômica no crédito rural prevista na Lei 8.427/1992.

ALTERA a Lei 8.427/1992.

CRÉDITO RURAL

LEI 10.646, de 28/03/2003

Altera normas sobre renegociação de dívidas de crédito rural.

ALTERA as Leis 10.177/2001; 10.437/2002 e 10.464/2002. **REVOGADA** p/Lei 10.696/2003.

LEI 10.522, de 19/07/2002

Regula o Cadin. Art. 4º, § 2º: dispensa agricultores familiares de apresentação de documentos.

ALTERADA p/Lei 12.548/2011.

LEI 10.464, de 24/05/2002

Dispõe sobre a renegociação de dívidas de agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais. (...)

ALTERA as Leis 8.723/1993 e 10.177/2001. **ALTERADA** p/Lei 10.646/2003 e **REVOGADA** p/Lei 10.696/2003.

LEI 10.437, de 25/04/2002

Dispõe sobre alongamento de dívidas de crédito rural.

ALTERA a Lei 10.177/2001. **ALTERADA** p/Leis 10.646/2003 e 10.696/2003.

LEI 10.279, de 12/09/2001

Dá preferência, na reforma agrária, a quem perdeu a terra por dívidas de crédito rural.

ALTERA a Lei 8.629/1993.

MPV 2.199-14, de 24/08/2001

Dispõe sobre Finor e Finam. Altera prazos de renegociação de débitos de crédito rural estabelecidos nas Leis 9.126/1995 e 10.177/2001.

ALTERA as Leis 8.167/1991 e 9.532/1997. **ALTERADA** p/Lei 11.196/2005.

MPV 2.196-3, de 24/08/2001

Estabelece Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais. Aquisição, pela União, de créditos rurais securitizados. Desobriga Banco do Brasil, Basa e BNB do risco em financiamentos dos Fundos Constitucionais até novembro/1998. Cria a Empresa Gestora de Ativos (Emgea).

ALTERA a Lei 7.827/1989.

MPV 2.168-40, de 24/08/2001

(...) Art. 14: prorroga a não aplicação do § 2º do artigo 16 da Lei 8.880/1994 (veto derrubado – ver Leis 9.138/1995; 9.848/1999; 10.186/2001; 10.735/2003 e 11.524/2007).

ALTERA as Leis 5.764/1971; 9.138/1995; 9.848/1999 e 10.186/2001.

LEI 10.200, de 14/02/2001

Cria Cédula do Produto Rural Financeira (CPRF). Autoriza equalização de juros no Moderfrota.

ALTERA a Lei 8.929/1994.

LEI 10.199, de 14/02/2001

Altera disposições relativas à aplicação dos recursos do FAT e do PIS/Pasep.

ALTERA as Leis 8.019/1990 e 9.365/1996.

LEI 10.193, de 14/02/2001

Institui Programa Especial de Financiamento para combate aos efeitos da estiagem na região Nordeste.

LEI 10.186, de 12/02/2001

Atribui risco para Tesouro e Fundos Constitucionais em contratos Pronaf e de assentados, de beneficiários da reforma agrária e do Banco da Terra. Art. 7º: prorroga a não aplicação do § 2º do artigo 16 da Lei 8.880/1994 (veto derrubado – ver Leis 9.138/1995; 9.848/1999; 10.735/2003 e 11.524/2007 e MPV 2.168-40/2001).

ALTERA as Leis 9.126/1995; 9.138/1995 e 9.866/1999. **ALTERADA** p/MPV 2.168-40/2001 e p/Lei 11.775/2008.

LEI 10.183, de 12/02/2001

Altera disposições sobre a TJLP.

ALTERA a Lei 9.365/1996 e **REVOGA** a Lei 9.780/1999.

LEI 10.177, de 12/01/2001

Altera as operações com recursos dos Fundos Constitucionais, estabelecendo novas taxas de juros e condições. Estabelece critérios de renegociação das dívidas. Autoriza que os Fundos Constitucionais financiem empreendimentos não governamentais de infraestrutura econômica. Altera aspectos do Finor, Finam e Funres. Prorroga prazos para incentivos do PIN/Proterra.

ALTERA as Leis 7.827/1989; 8.167/1991; 9.126/1995 e 9.808/1999. **ALTERADA** p/Leis 10.437/2002; 10.464/2002; 10.646/2003; 11.011/2004; 11.775/2008; 12.716/2012 e 12.793/2013.

CRÉDITO RURAL

LEI 9.866, de 09/11/1999

Dispõe sobre alongamento de dívidas originárias de crédito rural.

ALTERA a Lei 9.138/1995. ALTERADA p/Lei 10.186/2001.

LEI 9.848, de 26/10/1999

Dispõe sobre encargos do Prodecer. Altera a lei da subvenção econômica a preços e juros, incluindo rebates, PEP e contratos de opção. Renegociação de dívidas de EGF. Art. 1º: prorroga a não aplicação do § 2º do artigo 16 da Lei 8.880/1994 (veto derrubado – ver Leis 9.138/1995; 10.186/2001; 10.735/2003 e 11.524/2007 e MPV 2.168-40/2001).

ALTERA as Leis 8.427/1992; 9.126/1995 e 9.138/1995. ALTERADA p/MPV 2.168-40/2001.

LEI 9.808, de 20/07/1999

Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional. Permite financiamento de empreendimentos não governamentais de infraestrutura com recursos do Finor, Finam e Funres (ver DEL 1.376/1974). Amplia a área de abrangência do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) para as partes do Espírito Santo incluídas na área de atuação da Sudene.

ALTERA a Lei 7.827/1989. ALTERADA p/Lei 10.177/2001.

LEI 9.715, de 25/11/1998

Art. 16: equaliza, ao amparo do Tesouro, as operações securitizadas quando amparadas por recursos de fundos (constitucionais, Funcafé, FAT e PIS/Pasep).

ALTERA a Lei 9.138/1995.

LCP 93, de 04/02/1998

Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra.

ALTERADA p/ LCP 145/2014.

LEI 9.531, de 10/12/1997

Cria o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade (FGCP) para garantir riscos de operações do BNDES e do Finame.

ALTERADA p/Lei 10.184/2001.

LEI 9.365, de 16/12/1996

Institui a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Dispõe sobre recursos do PIS/Pasep, FAT e FMM.

ALTERA as Leis 8.177/1991 e 8.019/1990. ALTERADA p/Leis 9.872/1999; 10.183/2001 e 10.199/2001.

LEI 9.321, de 05/12/1996

Dispensa comprovação de recolhimento de ITR no Pronaf. Ver Lei 8.847/1994.

LEI 9.138, de 29/11/1995

Lei da Securitização das Dívidas Agrícolas. Autoriza repactuação das dívidas. Cria crédito rotativo. Autoriza a equalização de juros no crédito rural. Prorroga a não aplicação do § 2º do artigo 16 da Lei 8.880/1994 (veto derrubado – ver Leis 9.848/1999; 10.186/2001; 10.735/2003 e 11.524/2007 e MPV 2.168-40/2001).

ALTERADA p/Leis 9.715/1998; 9.848/1999; 9.866/1999 e 10.186/2001 e p/MPV 2.168-40/2001.

LEI 9.126, de 10/11/1995

Dispõe sobre a aplicação da TJLP nos contratos de Fundos Constitucionais e de OOC. Renegociação de dívidas, inclusive de cacau. Institui taxa de administração nos Fundos Constitucionais.

ALTERA as Leis 7.827/1989 e 8.177/1991. ALTERADA p/Leis 10.177/2001; 10.186/2001; 11.011/2004 e 12.249/2010.

LEI 9.012, de 30/03/1995

Proíbe instituições federais de crédito de financiar devedores do FGTS.

LEI 8.999, de 24/02/1995

Dispõe sobre a alocação de recursos do FAT em Depósitos Especiais Remunerados (DER) para o crédito rural.

LEI 8.929, de 22/08/1994

Institui a Cédula do Produto Rural (CPR).

ALTERADA p/Leis 10.200/2001 e 11.076/2004.

LEI 8.880, de 27/05/1994

Institui a URV. Dispõe sobre equivalência-produto (prevista no §2º do artigo 16, vetado e posteriormente reincluído por derrubada do veto). Ver Leis 9.138/1995; 9.848/1999; 10.186/2001; 10.735/2003 e 11.524/2007 e MPV 2.168-40/2001.

CRÉDITO RURAL

LEI 8.660, de 28/05/1993

Extingue a TR diária.

ALTERA a Lei 8.177/1991.

LEI 8.458, de 11/09/1992

Modifica disposições relativas à aplicação de recursos do FAT.

ALTERA a Lei 8.352/1991.

LEI 8.427, de 27/05/1992

Dispõe sobre a concessão de subvenção no crédito rural. Equalização de preços e de taxas de juros.

ALTERADA p/Leis 9.848/1999; 10.648/2003; 11.076/2004; 11.524/2007; 11.775/2008; 11.922/2009 e 12.058/2009.

LEI 8.352, de 28/12/1991

Dispõe sobre a aplicação das disponibilidades financeiras do FAT – aplicações para o setor rural.

ALTERA a Lei 8.019/1990. **ALTERADA** p/Lei 8.458/1992.

LEI 8.205, de 08/07/1991

Autoriza emissão de títulos para pagamento de diferença de correção monetária da poupança (ver Lei 7.868/1989) e de dívidas do Proagro.

LEI 8.177, de 01/03/1991

Estabelece regras para a desindexação da economia (Collor II). Cria TR, extingue BTN. Dispõe sobre atualização de operações de crédito rural, dos Fundos Constitucionais e do Finam e Finor.

ALTERADA p/Leis 8.660/1993; 9.126/1995 e 9.365/1996 e p/MPV 2.183-56/2001.

LEI 8.174, de 30/01/1991

(...) Institui equivalência-produto no crédito rural. (...)

LEI 8.019, de 11/04/1990

Altera a legislação do FAT.

ALTERA a Lei 7.998/1990. **ALTERADA** p/Leis 8.352/1991; 9.365/1996 e 10.199/2001.

LEI 7.998, de 11/01/1990

Regula o Programa de Seguro-Desemprego e o abono salarial. Institui o FAT.

ALTERADA p/Lei 8.019/1990.

LEI 7.869, de 07/11/1989

Autoriza crédito especial no orçamento para indenizar bancos pela diferença entre a correção monetária do Plano NCz\$ e a da poupança nos contratos de crédito rural.

REVOGA a Lei 7.772/1989.

LEI 7.868, de 07/11/1989

Autoriza emissão de títulos públicos federais para indenizar bancos pela diferença entre a correção monetária do Plano NCz\$ e a da poupança para os financiamentos rurais.

LEI 7.843, de 18/10/1989

Dispõe sobre a atualização monetária de obrigações (OTN e BTN). Autoriza a prorrogação automática dos vencimentos nos casos de dificuldades de pagamento.

ALTERA as Leis 7.774/1989 e 7.801/1989.

LEI 7.827, de 27/09/1989

Regulamenta os Fundos Constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). Prevê, entre outras diretrizes, a concessão de financiamentos exclusivamente para os setores produtivos e “tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini produtores rurais”.

ALTERADA p/LCPs 125/2007 e 129/2009; p/Leis 9.126/1995; 9.808/1999; 10.177/2001; 11.524/2007; 11.775/2008; 12.716/2012 e 12.793/2013 e p/MPV 2.196-3/2001.

LEI 7.772, de 08/06/1989

Dispõe sobre a compensação, no IR de bancos, da diferença de correção monetária em empréstimos concedidos com recursos da poupança rural.

REVOGADA p/Lei 7.869/1989.

LEI 7.730, de 31/01/1989

Plano Verão. Institui o Cruzado Novo. Dispõe sobre a exigibilidade dos depósitos à vista.

ALTERA a Lei 4.595/1964. **ALTERADA** p/Leis 7.738/1989 e 7.747/1989.

CRÉDITO RURAL

LEI 7.714, de 29/12/1988

Cancela a aplicação de incentivos no Fiset. Ver DELs 1.376/1974 e 2.397/1987.

ALTERA o DEL 1.483/1976. **ALTERADA** p/MPV 2.158-35/2001.

LEI 7.711, de 22/12/1988

Dispõe sobre formas de melhoria da administração tributária (com efeitos sobre o crédito rural).

DEL 2.397, de 21/12/1987

Art. 12: altera recursos do Finam, Finor e Fiset. Ver DELs 1.106/1970; 1.376/1974 e 1.478/1976.

ALTERADO p/ MPV 2.156-5/2001.

DEL 2.304, de 21/11/1986

Dispõe sobre Finam, Finor e Fiset.

ALTERA o DEL 1.376/1974.

DEL 2.295, de 21/11/1986

Restabelece a quota de contribuição sobre as exportações de café. Cria o Funcafé.

ALTERA o DEL 2.197/1984. **ALTERADO** p/DEL 2.440/1988 e **PARCIALMENTE SUSPENSO** p/RSF 28/2005.

DEL 2.038, de 29/06/1983

Altera disposição relativa à inexigência de certidão da Previdência Social na contratação de crédito rural.

ALTERA o DEL 1.958/1982.

DEL 1.959, de 14/09/1982

Altera limite de recolhimento compulsório. Ver DELs 108/1967; 1.085/1970 e 1.580/1977.

ALTERA a Lei 4.595/1964.

DEL 1.958, de 09/09/1982

Dispensa a apresentação de certidões negativas da Previdência Social na contratação de crédito rural.

ALTERADO p/DEL 2.038/1983.

LEI 6.754, de 17/12/1979

Altera títulos de crédito rural.

ALTERA o DEL 167/1967.

LEI 6.751, de 10/12/1979

Inclui habitação dos trabalhadores nos projetos de crédito rural.

DEL 1.580, de 17/10/1977

Altera limite de recolhimento compulsório. Ver DELs 108/1967; 1.085/1970 e 1.959/1982.

ALTERA a Lei 4.595/1964.

DEL 1.478, de 26/08/1976

Dispõe sobre Finam, Finor e Fiset. Ver DEL 2.397/1987.

ALTERA o DEL 1.376/1974.

LEI 6.015, de 31/12/1973

Dispõe sobre registros públicos. Registro de títulos de crédito rural, imóveis e outros.

REVOGA o DEL 1.000/1969. **ALTERADA** p/Leis 10.267/2001; 10.931/2004; 11.284/2006; 11.481/2007; 11.952/2009 e 12.810/2013.

DEL 1.200, de 28/12/1971

Institui programa especial de assistência financeira ao setor de borracha vegetal da Amazônia.

LEI 5.600, de 24/08/1970

Inclui o Projeto de Crédito Orientado no Plano Plurianual de Investimentos.

DEL 1.085, de 18/02/1970

Altera limite de recolhimento compulsório. Ver DELs 108/1967; 1.959/1982 e 1.580/1977.

ALTERA a Lei 4.595/1964.

DEL 784, de 25/08/1969

Dispõe sobre o crédito rural.

ALTERA a Lei 4.829/1965 e o DEL 167/1967.

DEL 220, de 28/02/1967

Dispõe sobre a aceitação de nota promissória rural pelo BNCC.

CRÉDITO RURAL

DEL 167, de 14/02/1967

Dispõe sobre títulos de crédito rural.

REVOGA a Lei 3.253/1957. **ALTERADO** p/DEL 784/1969 e p/Leis 6.754/1979 e 12.873/2013.

DEL 108, de 17/01/1967

Altera limite de recolhimento compulsório. Ver DELs 1.085/1970; 1.580/1977 e 1.959/1982.

ALTERA a Lei 4.595/1964.

DEL 60, de 21/11/1966

Reorganiza o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). Ver Lei 8.029/1990.

ALTERADO p/DEL 668/1969; p/Leis 5.636/1970 e 5.764/1971 e p/RSF 9/1977.

LEI 4.924, de 23/12/1965

Fixa normas para elaboração de esquema financeiro das safras cafeeiras. Ver Lei 3.302/1957.

LEI 4.829, de 05/11/1965

Institucionaliza o crédito rural.

ALTERA a Lei 4.595/1964. **ALTERADA** p/DEL 784/1969.

LEI 4.712, de 29/06/1965

Dispõe sobre o Banco de Crédito da Borracha.

ALTERA a Lei 1.184/1950. **ALTERADA** p/Lei 5.227/1967.

LEI 4.595, de 31/12/1964

Lei do Sistema Financeiro Nacional. Cria o Conselho Monetário Nacional (CMN).

ALTERADA p/Leis 4.829/1965 e 7.730/1989; p/LCP 130/2009 e p/DELs 108/1967; 1.085/1970; 1.580/1977 e 1.959/1982.

LEI 4.565, de 11/12/1964

Altera normas de pagamento dos débitos dos cafeicultores. Ver Leis 2.095/1953; 2.697/1955; 3.393/1958 e 3.879/1961.

ALTERA a Lei 3.643/1959.

LEI 3.996, de 14/12/1961

Suspende débito dos triticultores, repactuado ao amparo da Lei 3.551/1959. Ver Leis 3.770/1960 e 3.863/1960.

LEI 3.879, de 30/01/1961

Suspende o vencimento dos débitos dos cafeicultores. Ver Leis 2.095/1953; 2.697/1955; 3.393/1958; 3.643/1959 e 4.565/1964.

LEI 3.870, de 30/01/1961

Isenta de tributação os financiamentos contratados por cooperativas junto a bancos.

REVOGADA p/DEL 59/1966.

LEI 3.863, de 24/12/1960

Estende a outros triticultores os benefícios da Lei 3.551/1959. Ver Leis 3.770/1960 e 3.996/1961.

LEI 3.770, de 07/06/1960

Prorroga os prazos da composição de dívidas realizada ao amparo da Lei 3.551/1959. Ver Leis 3.863/1960 e 3.996/1961.

LEI 3.643, de 14/10/1959

Prorroga prazos de pagamento dos débitos dos cafeicultores. Ver Leis 2.095/1953; 2.697/1955; 3.393/1958 e 3.879/1961.

ALTERADA p/Lei 4.565/1959.

LEI 3.634, de 18/09/1959

Autoriza a liberação total da safra de arroz de 1958-1959, a composição de dívidas e financiamentos especiais aos produtores do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso vítimas das inundações e chuvas excessivas em 1959.

LEI 3.551, de 13/02/1959

Autoriza a liberação da safra de trigo, a composição de dívidas dos triticultores e o cancelamento das dívidas decorrentes de aquisição de sementes.

LEI 3.471, de 28/11/1958

Institui crédito de emergência para os agricultores e criadores do Polígono das Secas.

LEI 3.393, de 27/05/1958

Libera aos cafeicultores a safra, independentemente do pagamento de débitos relativos aos anos de 1957 ou 1958. Ver Leis 2.095/1953 e 3.643/1959.

ALTERA a Lei 2.697/1955.

CRÉDITO RURAL

LEI 3.253, de 27/08/1957

Cria cédulas de crédito rural.
REVOGADA p/DEL 167/1967.

LEI 3.185, de 24/06/1957

Modifica normas relativas aos financiamentos à colonização.
ALTERA a Lei 2.237/1954.

LEI 2.804, de 25/06/1956

Dispõe sobre as normas processuais para o reajuste das dívidas dos pecuaristas. Ver Leis 209/1948; 457/1948; 1.002/1949 e 1.728/1952.

LEI 2.697, de 27/12/1955

Prorroga prazos e introduz alterações nas disposições da Lei 2.095/1953, que dispõe sobre financiamento da lavoura do café. Ver Leis 3.643/1959; 3.879/1961 e 4.565/1964.

ALTERADA p/Lei 3.393/1958.

LEI 2.666, de 06/12/1955

Dispõe sobre o penhor dos produtos agrícolas.

LEI 2.282, de 04/08/1954

Altera formas de pagamento do débito dos criadores.

ALTERA a Lei 1.728/1952.

LEI 2.237, de 19/06/1954

Dispõe sobre o financiamento à colonização.

ALTERADA p/Lei 3.185/1957.

LEI 2.145, de 29/12/1953

(...) Art. 9º: destina as sobretaxas arrecadadas pela aplicação desta lei, entre outras, ao financiamento “a longo prazo e juros baixos” da modernização agrícola.

ALTERADA p/Lei 3.244/1957.

LEI 2.095, de 16/11/1953

Dispõe sobre o financiamento das lavouras de café. Ver Leis 2.697/1955; 3.393/1958; 3.643/1959; 3.879/1961 e 4.565/1964.

LEI 1.728, de 10/11/1952

Dispõe sobre a forma de pagamento de dívidas de criadores.

ALTERADA p/Lei 2.282/1954.

LEI 1.719, de 01/11/1952

Amplia o prazo de execução da Lei 1.003/1949, relativa a financiamento do café.

LEI 1.537, de 02/01/1952

Autoriza o financiamento de máquinas agrícolas e animais de tração.

LEI 1.482, de 03/12/1951

Suspende o pagamento das parcelas renegociadas de dívidas dos pecuaristas do Polígono das Secas. Ver Lei 1.002/1949.

LEI 1.412, de 13/08/1951

Transforma a Caixa de Crédito Cooperativo em Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). Ver DEL 60/1966 e Lei 8.029/1990.

LEI 1.003, de 24/12/1949

Dispõe sobre o financiamento das lavouras de café.

LEI 1.002, de 24/12/1949

Dispõe sobre o pagamento dos débitos dos criadores. A União assume 50% dos débitos. Ver Leis 209/1948; 457/1948; 1.728/1952 e 2.282/1954.

LEI 535, de 14/12/1948

Modifica disposições sobre o refinanciamento dos débitos dos criadores e recriadores de gado bovino.

ALTERA a Lei 209/1948.

CRÉDITO RURAL

LEI 482, de 12/11/1948

Autoriza a contratação de financiamentos de entressafras, compreendendo a produção, o beneficiamento e a comercialização. Ver DEL 4.360/1942.

LEI 457, de 29/10/1948

Altera formas de pagamento dos débitos dos criadores.

ALTERA a Lei 209/1948.

LEI 265, de 26/02/1948

Reabre possibilidade de renegociação com redução das dívidas dos agricultores. Ver DEC 24.233/1934 e DEL 2.238/1940.

ALTERA o DEL 6.674/1944.

LEI 209, de 02/01/1948

Dispõe sobre a forma de pagamento dos débitos civis e comerciais dos criadores e recriadores de gado bovino.

ALTERADA p/Leis 457/1948 e 535/1948.

LEI 52, de 30/07/1947

Prorroga até dezembro de 1947 a vigência da moratória aos pecuaristas instituída pela Lei 8/1946. Ver Lei 35/1947.

LEI 35, de 26/05/1947

Introduz disposição relativa às garantias na moratória dada aos pecuaristas.

ALTERA a Lei 8/1946.

LEI 8, de 19/12/1946

Concede moratória aos pecuaristas: suspende até julho de 1947 o vencimento dos débitos civis, comerciais e fiscais. Ver Lei 52/1947.

REVOGA os DELs 9.686/1946 e 9.762/1946. **ALTERADA** p/Lei 35/1947.

DEL 9.762, de 06/09/1946

Dispõe sobre requisitos para a suspensão dos débitos de pecuaristas. Ver DEL 9.686/1946.

REVOGADO p/Lei 8/1946.

DEL 9.720, de 03/09/1946

Altera o decreto-lei de criação do Banco de Crédito da Borracha para inserir disposições relativas ao financiamento aos seringalistas.

ALTERA o DEL 4.451/1942.

DEL 9.686, de 30/08/1946

Suspende o vencimento dos débitos dos pecuaristas. Ver DELs 9.762/1946 e 209/1948.

REVOGADO p/Lei 8/1946.

DEL 9.664, de 28/08/1946

Abre dotação para o Ministério da Agricultura comprar reprodutores para revenda a prazo aos criadores.

DEL 9.599, de 16/08/1946

Suspende o vencimento dos débitos dos suinocultores.

DEL 7.826, de 04/08/1945

Autoriza o IRGA a liquidar os débitos dos orizicultores do Rio Grande do Sul relativos às safras de 1941 a 1945 mediante compromisso de novos plantios de 1945 a 1949. Cria taxa sobre a produção para cobrir os financiamentos. Prorroga prazos de arrendamento e disposições contratuais privadas. Ver DEL 3.379/1941.

DEL 7.774, de 24/07/1945

Dispõe sobre financiamento e preços mínimos. Ver Lei 1.506/1951.

DEL 7.570, de 21/05/1945

Amplia até 31/10/1947 o período em que será financiada em condições especiais a lavoura cafeeira sob as condições do DEL 3.049/1941. Ver DELs 3.934/1941; 5.147/1942 e 6.190/1944.

DEL 6.674, de 11/07/1944

Interpreta e detalha disposições do DEL 2.238/1940 relativas à redução dos débitos dos agricultores instituída pelo DEC 24.233/1934.

ALTERADO p/Lei 265/1948.

CRÉDITO RURAL

DEL 6.190, de 08/01/1944

Amplia até 31/10/1946 o período em que será financiada em condições especiais a lavoura cafeeira sob as condições do DEL 3.049/1941. Ver DELs 3.934/1941; 5.147/1942 e 7.570/1945.

DEL 5.147, de 30/12/1942

Amplia até 31/10/1945 o período em que será financiada em condições especiais a lavoura cafeeira sob as condições do DEL 3.049/1941. Ver DELs 3.934/1941; 6.190/1944 e 7.570/1945.

DEL 4.360, de 05/06/1942

Modifica os prazos de penhor agrícola e pecuário. Ver Lei 454/1937.

ALTERA a Lei 492/1937.

DEL 4.312, de 20/05/1942

Inclui os animais para abate e outros produtos nas possibilidades de penhor na suinocultura. Ver DELs 1.271/1939 e 1.625/1939.

DEL 3.934, de 12/12/1941

Amplia até 31/10/1944 o período em que será financiada em condições especiais a lavoura cafeeira sob as condições do DEL 3.049/1941. Ver DELs 5.147/1942; 6.190/1944 e 7.570/1945.

DEL 3.379, de 01/07/1941

Autoriza o IRGA a liquidar os débitos dos orizicultores do Rio Grande do Sul relativos à safra 1940/1941, condicionado a novos plantios. Cria taxa de remição sobre a produção para liquidar financiamentos.

DEL 3.077, de 26/02/1941

Dispõe sobre o recolhimento de recursos dos institutos e caixas de previdência para a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

DEL 3.049, de 13/02/1941

Autoriza financiamentos em condições especiais (três safras) para socorrer a lavoura cafeeira atingida pela seca. Ver DELs 3.934/1941; 5.147/1942; 6.190/1944 e 7.570/1945.

DEL 3.048, de 13/02/1941

Amplia mais uma vez os limites de emissão de apólices da Dívida Pública para atender à redução do débito dos agricultores determinada pelo DECs 24.233/1934 e 24.662/1934.

DEL 2.612, de 20/09/1940

Dispõe sobre o registro do penhor rural.

DEL 2.611, de 20/09/1940

Dispõe sobre os recursos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Estabelece normas de aplicação e limite de juros.

DEL 2.238, de 28/05/1940

Aprova a segunda parte do regimento da Câmara de Reajustamento Econômico. Estabelece novas disposições sobre a redução dos débitos dos agricultores instituída pelo DEC 24.233/1934.

DEL 2.157, de 30/04/1940

Estabelece os prazos para adesão à renegociação e redução de dívidas no âmbito da renegociação estabelecida pelos DELs 1.002/1938; 1.172/1939 e 1.230/1939.

DEL 2.071, de 07/03/1940

Aprova o regimento da Câmara de Reajustamento Econômico, criada pelo DEC 23.533/1933.

DEL 1.888, de 15/12/1939

Dispõe sobre a concessão de empréstimos e a redução das dívidas no âmbito da renegociação estabelecida pelos DELs 1.002/1938; 1.172/1939 e 1.230/1939.

DEL 1.625, de 23/09/1939

Permite o penhor de produtos da suinocultura. Ver DELs 1.271/1939 e 4.312/1942.

DEL 1.386, de 29/06/1939

Interpreta disposição da moratória dada aos agricultores pelo DEL 150/1937, estabelecendo as dívidas que podem ser incluídas.

CRÉDITO RURAL

DEL 1.230, de 29/04/1939

Regulamenta o disposto nos DELs 1.002/1938 e 1.172/1938 relativo à emissão de Letras Hipotecárias para pagamento de débitos de agricultores.

DEL 1.199, de 06/04/1939

Exclui as dívidas de impostos da moratória dada aos agricultores pelo DEL 150/1937.

DEL 1.172, de 27/03/1939

Dispõe sobre os empréstimos autorizados pelo DEL 1.002/1938, relativo à emissão de Letras Hipotecárias para pagamento de débitos de agricultores.

DEL 1.003, de 29/12/1938

Dispõe sobre o penhor agrícola.

DEL 1.002, de 29/12/1938

Autoriza o Banco do Brasil a emitir Letras Hipotecárias para pagamento de débitos de agricultores. Ver DELs 1.172/1939 e 1.230/1939.

DEL 1.001, de 29/12/1938

Prorroga até 31/12/1939 a moratória das dívidas dos agricultores estabelecida pelo DEL 150/1937.

DEL 824, de 28/10/1938

Prorroga até 31/12/1938 a moratória das dívidas dos agricultores estabelecida pelo DEL 150/1937.

DEL 755, de 30/09/1938

Prorroga até 31/10/1938 a moratória das dívidas dos agricultores estabelecida pelo DEL 150/1937.

DEL 729, de 22/09/1938

Amplia novamente os limites de emissão de apólices da Dívida Pública para atender à redução do débito dos agricultores determinada pelos DECs 24.233/1934 e 24.662/1934.

DEL 574, de 28/07/1938

Estabelece que os institutos e caixas de previdência tomarão bônus para criar recursos no Banco do Brasil para o crédito rural. Ver Lei 454/1937.

DEL 532, de 01/07/1938

Prorroga até 30/09/1938 a moratória das dívidas dos agricultores estabelecida pelo DEL 150/1937.

DEL 359, de 31/03/1938

Prorroga até 30/06/1938 a moratória das dívidas dos agricultores estabelecida pelo DEL 150/1937.

DEL 221, de 27/01/1938

Isenta de impostos e taxas os bônus do Banco do Brasil para captação e reduz pela metade as custas das operações de crédito rural.

DEL 182, de 05/01/1938

Revoga disposições relativas a tetos de taxas de juros.

ALTERA o DEC 22.626/1933 e as Leis 454/1937 e 492/1937.

DEL 150, de 30/12/1937

Suspende até 31 de março de 1938 as execuções judiciais para cobrança de dívidas de agricultores. Ver DELs 359/1938; 532/1938; 755/1938; 824/1938; 1.001/1938 e 1.199/1939.

LEI 492, de 30/08/1937

Regula o penhor rural e a cédula pignoratícia.

ALTERADA p/DELs 182/1938 e 4.360/1942 e **SUSPENSA** p/RSF 48/1965.

LEI 454, de 09/07/1937

Autoriza o Tesouro a subscrever ações do Banco do Brasil e este a emitir bônus para financiar a agricultura. Ver DEL 574/1938.

ALTERADA p/DELs 182/1938 e 4.360/1942.

LEI 368, de 04/01/1937

Amplia os limites de emissão de apólices da Dívida Pública para atender à redução do débito dos agricultores determinada pelos DECs 24.233/1934 e 24.662/1934.

CRÉDITO RURAL

DEC 24.662, de 11/07/1934

Considera os débitos de agricultores com fornecedores sujeitos à redução e às demais disposições previstas no DEC 24.233/1934.

DEC 24.365, de 08/06/1934

Modifica e completa as disposições relativas à redução dos débitos dos agricultores estabelecida pelo DEC 24.233/1934.

DEC 24.233, de 12/05/1934

Estabelece redução de 50% dos débitos dos agricultores e indeniza os credores com apólices da Dívida Pública federal. Dispõe sobre a Câmara de Reajustamento Econômico. Ver DEC 24.365/1934.

REVOGA os DECs 23.533/1933; 23.981/1934; 24.056/1934 e 24.203/1934.

DEC 24.203, de 07/05/1934

Prorroga prazo de pagamento de dívidas de financiamentos rurais. Ver DECs 22.626/1933; 23.533/1933 e 23.981/1934.

REVOGADO p/DEC 24.233/1934.

DEC 24.056, de 28/03/1934

Prorroga prazo de pagamento de dívidas de financiamentos rurais. Ver DEC 22.626/1933.

ALTERA o DEC 23.981/1934. **REVOGADO** p/DEC 24.233/1934.

DEC 23.981, de 09/03/1934

Regula a redução dos débitos dos agricultores.

ALTERA o DEC 23.533/1933. **ALTERADO** p/DEC 24.056/1934 e **REVOGADO** p/DEC 24.233/1934.

DEC 23.533, de 01/12/1933

Reduz em 50% o débito dos agricultores. Cria a Câmara de Reajustamento Econômico para administrar a renegociação das dívidas.

ALTERADO p/DEC 23.981/1934 e **REVOGADO** p/DEC 24.233/1934.

DEC 22.626, de 07/04/1933

Lei da Usura. Dispõe sobre os juros dos contratos. Estabelece tetos para os empréstimos à agricultura e prazos para o pagamento da dívida agrícola. Ver DECs 23.981/1934 e 24.056/1934.

ALTERADO p/DEL 182/1938.

DEC 4.540, de 06/02/1922

Cria linha de financiamento incentivado para a instalação de indústrias de processamento de mandioca.

DEC 2.415, de 28/11/1911

Torna suscetíveis de penhor agrícola os produtos: goma elástica, piaçava, castanha, cacau e erva-mate.

LEI 2.210, de 28/12/1909

Autoriza isenção de direitos aduaneiros a equipamentos agrícolas e de beneficiamento, sementes e mudas, abelhas e outros itens e franquias às sociedades de agricultura. Isenta de impostos as cooperativas de crédito e os bancos que operam crédito rural.

DEC 2.080, de 07/01/1909

Aplica às associações de crédito agrícola ou de crédito hipotecário e agrícola exceções contidas no Decreto 177-A, de 1893.

DEC 1.782, de 28/11/1907

Autoriza a fundação de um Banco Central Agrícola.

DEC 169-A, de 19/01/1890

Dá novas disposições sobre a legislação hipotecária e os ônus reais.

REVOGA as Leis 1.237/1864 e 3.272/1885.

DEC 165-A, de 17/01/1890

Dispõe sobre as operações de “crédito móvel a benefício da lavoura e indústrias auxiliares”. Disciplina a concessão de crédito por bancos, sociedades ou particulares aos agricultores.

DEC 3.272, de 05/10/1885

Altera disposições sobre hipotecas e execuções cíveis e comerciais.

ALTERA a Lei 1.237/1864. **REVOGADO** p/DEC 169-A/1890.

CRÉDITO RURAL

LEI 1.237, de 24/09/1864

Reforma a legislação hipotecária e estabelece as bases das sociedades de crédito real.

ALTERADA p/DEC 3.272/1885 e REVOGADA p/DEC 169-A/1890.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

8.255 , de 26/05/2014	Altera o Dec. 8.178/2013, que autoriza rebate em operações do Pronaf e do Proger Rural Familiar.
8.179 , de 27/12/2013	Regulamenta a MPV 636/2013 (13.001/2014) no que se refere à liquidação de créditos concedidos a assentados da reforma agrária.
8.178 , de 27/12/2013	Autoriza a concessão de rebates em operações de crédito do Pronaf e do Proger Rural Familiar.
8.177 , de 27/12/2013	Autoriza a concessão de rebates em operações de crédito dos grupos A e A/C do Pronaf.
7.978 , de 02/04/2013	Autoriza o CMN a definir bônus de adimplência das operações do Pronaf na área da Sudene.
7.774 , de 04/07/2012	Autoriza a criação de linha de crédito de investimento no Pronaf com bônus de adimplência para agricultores familiares afetados por seca ou estiagem no Sul.
7.728 , de 24/05/2012	Autoriza a criação de linhas de crédito no Pronaf com recursos dos Fundos Constitucionais.
7.566 , de 15/09/2011	Regulamenta o artigo 4º da Lei 12.409/2011, que autoriza a subvenção ao BNDES para equalização de juros para produtores localizados em áreas atingidas por desastres naturais.
7.383 , de 06/12/2010	Altera o Dec. 7.137/2010, que regulamenta parte da Lei 11.775/2008 sobre financiamentos do FNO.
7.351 , de 03/11/2010	Dispõe sobre rebates em financiamentos do Pronaf em eventos climáticos e desastres em Santa Catarina e no Piauí.
7.339 , de 20/10/2010	Dispõe sobre remissão e rebates para liquidação de dívidas de que trata a Lei 12.249/2010.
7.137 , de 29/03/2010	Autoriza prorrogação e concede desconto para liquidação de operações do FNO de que trata a Lei 11.775/2008.
6.977 , de 07/10/2009	Dispõe sobre rebates em financiamentos do Pronaf com vencimento em 2009.
6.628 , de 04/11/2008	Aprova o estatuto do Fundo Garantidor de Financiamentos (FGF) de que trata a Lei 11.524/2007.
6.597 , de 06/10/2008	Dispõe sobre bônus e rebates sobre os financiamentos do Pronaf no Mato Grosso do Sul cujos contratantes foram afetados pelas medidas de contenção da febre aftosa.
6.367 , de 30/01/2008	Dispõe sobre encargos das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de que trata a Lei 10.177/2001.
5.818 , de 26/06/2006	Altera o Dec. 5.474/2005 para dispor sobre o risco pelas operações de crédito dos Fundos Constitucionais.
4.971 , de 30/01/2004	Dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Deliberativo do FCO.
2.025 , de 09/10/1996	Dispensa os financiamentos do PRONAF do registro previsto na Lei 4.829/1965.
5.641 , de 26/12/2005	Regulamenta dispositivo da MPV 2.199-14/2001 sobre a sistemática de cálculo e a apropriação da taxa de administração dos bancos administradores dos Fundos Constitucionais.
3.728 , de 12/01/2001	Dispõe sobre o prazo a ser adotado nas renegociações de dívidas ao amparo dos Fundos Constitucionais de que trata a Lei 10.177/2001.
3.906 , de 04/09/2001	Dispõem sobre a composição do Codefat.
3.101 , de 30/06/1999	Dispõem sobre a composição do Codefat.
235 , de 23/10/1991	Regulamenta dispositivo da Lei 8.174/1991, instituindo sistema de equivalência-produto para o pequeno produtor.
98.339 , de 27/10/1989	Regulamenta dispositivo da Lei 7.827/1989 – Fundos Constitucionais.
93.115 , de 14/08/1986	Cria e estrutura o Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR) e o Conselho de Crédito Rural e Agroindustrial (CCRA).
58.380 , de 10/05/1966	Regulamenta a Lei 4.829/1965, que institucionaliza o crédito rural.

DISPOSIÇÕES DA LEI AGRÍCOLA (LEI 8.171/1991)

Art. 4º, incisos XI e XIX e Parágrafo único	Incluem o crédito rural e o crédito fundiário como referentes a “ações e instrumentos da Política Agrícola” e estabelecem que estes deverão se orientar pelos planos plurianuais.
Art. 5º, § 3º	Estabelece que deverá ser constituída, no CNPA, Câmara Setorial de Crédito Rural, entre outras.
Capítulo XIII, arts. 48 a 52	Estabelecem as diretrizes para o crédito rural.
Art. 81	Estabelece as fontes de recursos financeiros para o crédito rural.
Art. 103, caput e Parágrafo único, inciso I	Estabelecem que o poder público concederá, entre outros incentivos, prioridade na obtenção de crédito e outros tipos de financiamentos aos proprietários que adotarem práticas preservacionistas ou de recuperação do meio ambiente.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

1 – Este é, indiscutivelmente, o maior conjunto de leis do setor agropecuário. Dele fazem parte diferentes grupos, a saber:

1.1 – Leis estruturantes do crédito rural (como a 4.829, de 1965 ou o Decreto-Lei 167, de 1967) e leis que criam fontes de recursos para o crédito rural.

1.2 – Leis que regulamentam e disciplinam as aplicações lastreadas nos Fundos Constitucionais.

1.3 – Leis que tratam do endividamento agrícola e do alongamento, da repactuação ou da redução das dívidas agrícolas.

2 – No primeiro grupo, destacam-se os dois diplomas citados, um dos quais (Lei 4.829, de 1965) é a lei que, vigendo até hoje, estrutura o Sistema Nacional de Crédito Rural. Ao seu amparo são editadas as normas do CMN que orientam e balizam a maioria das operações de crédito rural.

3 – O segundo grupo contém leis que derivam da instituição dos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, por determinação constitucional, e que permitiram criar condições para importantes linhas de financiamento para as três regiões, tanto no investimento como no custeio e na sustentação de novos programas de desenvolvimento agropecuário.

4 – O terceiro grupo é composto pelas leis que tratam do endividamento agrícola. Embora se tenha registro de leis muito antigas que tratam de dívidas dos agricultores (como, por exemplo, o DEC 23.533, de 1933), a questão entrou no mundo jurídico atual com a edição da Lei de Securitização (Lei nº 9.138, de 1995), a partir dos resultados da CPMI do Endividamento Agrícola, encerrada em novembro de 1993. De lá para cá, há um sem-número de leis gerais e específicas que alongam dívidas ou prorrogam prazos de dívidas. Observe-se que a edição de leis sobre renegociação ou repactuação de dívidas é recorrente em todo o período, compreendido entre 1995 e 2014.

5 – Nos anos de 2009 a 2012, observa-se preocupação em instituir e operar Fundos Garantidores do Crédito Rural.

6 – Duas alterações na forma tradicional do crédito rural foram operadas pela legislação no período recente: a) o crédito rural passou a contemplar atividades não agropecuárias e reforma de habitação, especificamente para os agricultores familiares (Lei 11.718, de 2008); e b) incluiu os cerealistas como seus beneficiários (Lei 11.775, de 2008).

7 – Finalmente, é de se destacar a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, que passa a ter normatização detalhada, no contexto da lei (LCP 130/2009).

DEFESA AGROPECUÁRIA, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 13.001, de 20/06/2014

(...) Art. 18: isenta o agricultor familiar do pagamento de Taxa de Fiscalização Sanitária. (...) Art. 28: abre aos estados, quando credenciados pelo Ministério da Agricultura, a possibilidade de realizar o registro e a fiscalização de bebidas.

ALTERA as Leis 5.868/1972; 8.629/1993; 8.918/1994; 9.782/1999; 10.696/2003; 11.775/2008; 12.429/2011; 12.806/2013 e 12.844/2013.

LEI 12.890, de 10/12/2013

Inclui os remineralizadores como categoria de insumo destinado à agricultura.

ALTERA a Lei 6.894/1980.

LEI 12.873, de 24/10/2013

(...) Arts. 52 a 54: autorizam o Poder Executivo a declarar estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária. (...)

ALTERA as Leis 8.212/1991; 8.213/1991; 8.666/1993; 9.430/1996; 10.406/2002; 10.438/2002; 11.101/2005; 12.096/2009; 12.512/2011 e o DEL 167/1967.

LEI 12.855, de 02/09/2013

Institui indenização (por dia) aos fiscais agropecuários por exercício de atividades em localidades de fronteira.

LEI 12.778, de 28/12/2012

Dispõe sobre a remuneração de cargos técnicos da Fiscalização Federal Agropecuária, da carreira de Especialista em Meio Ambiente e do plano de cargos do MMA e do Ibama.

ALTERA as Leis 10.410/2002; 10.484/2002; 11.090/2005; 11.156/2005; 11.344/2006 e 11.357/2006.

LEI 12.775, de 28/12/2012

Dispõe sobre a remuneração da carreira de Fiscal Federal Agropecuário.

ALTERA a Lei 10.883/2004.

LEI 12.730, de 14/11/2012

Amplia para 10 anos o prazo de validade da licença de comercialização de produtos de uso veterinário.

ALTERA o DEL 467/1969.

LEI 12.702, de 07/08/2012

(...) Arts. 64 e 71: alteram a gratificação dos Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, dos Agentes de Atividades Agropecuárias e dos Peritos Federais Agrários.

ALTERA as Leis 8.691/1993; 10.484/2002 e 10.550/2002.

LEI 12.689, de 19/07/2012

Estabelece o medicamento genérico de uso veterinário e introduz diversas alterações na regulamentação da produção e do registro de medicamentos veterinários.

ALTERA o DEL 467/1969.

LEI 12.341, de 01/12/2010

Estabelece que os produtos animais e vegetais apreendidos pela fiscalização serão destinados aos programas de combate à fome.

ALTERA as Leis 7.889/1989 e 9.972/2000.

LEI 12.320, de 06/09/2010

Altera a Lei do Vinho, dando novo conceito para “vinho composto”. Ver Lei 10.970/2004.

ALTERA a Lei 7.678/1988.

LEI 12.316, de 26/08/2010

Institui o Dia Nacional do Fiscal Federal Agropecuário.

LEI 12.312, de 19/08/2010

Cria cargos de Técnicos de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório no Ministério da Agricultura. Ver Lei 11.344/2006.

LEI 12.277, de 30/06/2010

Arts. 5º a 7º: alteram a remuneração dos fiscais agropecuários.

ALTERA as Leis 10.484/2002; 11.090/2005 e 11.344/2006.

LEI 11.936, de 14/05/2009

Proíbe a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso do DDT.

DEFESA AGROPECUÁRIA, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO

LEI 11.907, de 02/02/2009

Arts. 218 a 221: alteram a tabela de vencimentos e a gratificação de desempenho dos Fiscais Federais Agropecuários. (...)

ALTERA as Leis 10.484/2002; 10.550/2002; 10.833/2003 e 11.090/2005.

LEI 11.890, de 24/12/2008

Disciplina a progressão na carreira de Fiscal Agropecuário.

LEI 11.784, de 22/09/2008

Altera a estrutura de remuneração e de cargos e institui gratificação para cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário (Lei 11.090/2005) e de *Atividades Técnicas de Fiscalização Agropecuária* (Leis 10.484/2002; 11.090/2005 e 11.344/2006) e para as carreiras de Perito Federal Agrário (Lei 10.550/2002) e de *Fiscal Federal Agropecuário* (Lei 10.883/2004).

ALTERA as Leis 8.745/1993; 10.484/2002; 10.550/2002; 10.883/2004; 11.090/2005 e 11.344/2006.

LEI 11.515, de 28/08/2007

Altera normas sanitárias para permitir indenização de abate por febre aftosa na área de fronteira.

ALTERA a Lei 569/1948.

LEI 11.490, de 20/06/2007

(...) Art. 26: cria cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial no Ministério da Agricultura. (...)

ALTERA a Lei 11.357/2006.

LEI 11.474, de 15/05/2007

Art. 3º: altera disposições sobre rotulagem de leites e de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância.

ALTERA a Lei 11.265/2006.

LEI 11.344, de 08/09/2006

Reestrutura as carreiras de Fiscal Federal Agropecuário e os cargos da área de apoio à fiscalização.

ALTERA as Leis 10.484/2002 e 10.883/2004. **ALTERADA** p/Leis 11.784/2008; 12.277/2010 e 12.778/2012.

LEI 11.281, de 20/02/2006

Art. 10: autoriza a celebração de convênios para a inspeção e a fiscalização em portos e aeroportos.

LEI 11.265, de 03/01/2006

Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância. Estabelece condições de rotulagem de leites. Ver Lei 11.460/2007.

ALTERADA p/Lei 11.474/2007.

LEI 11.090, de 07/01/2005

(...) Cria gratificação e reestrutura cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal no Ministério da Agricultura.

ALTERA as Leis 10.484/2002 e 10.550/2002. **ALTERADA** p/Leis 11.784/2008; 11.907/2009; 12.277/2010; 12.778/2012 e 12.808/2013.

LEI 10.970, de 12/11/2004

Estabelece alterações na Lei do Vinho.

ALTERA a Lei 7.678/1988 .

LEI 10.883, de 16/06/2004

Dispõe sobre a remuneração e competências da carreira de Fiscal Agropecuário.

ALTERA a MPV 2.229-43/2001. **ALTERADA** p/Leis 11.344/2006; 11.784/2008 e 12.775/2012.

LEI 10.851, de 25/03/2004

Autoriza doação de vacinas contra febre aftosa à Bolívia.

LEI 10.702, de 14/07/2003

Outras alterações na lei que impõe restrições ao uso e à propaganda de fumo e de defensivos agrícolas.

ALTERA a Lei 9.294/1996.

LEI 10.643, de 14/03/2003

Autoriza doação de vacinas contra febre aftosa ao Paraguai.

LEI 10.603, de 17/12/2002

Dispõe sobre proteção de informação na fase de registro de agrotóxicos, fertilizantes e medicamentos veterinários.

DEFESA AGROPECUÁRIA, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO

LEI 10.519, de 17/07/2002

Dispõe sobre a fiscalização sanitária animal em rodeios.

LEI 10.484, de 03/07/2002

Institui gratificação de fiscalização agropecuária (GDATFA).

ALTERADA p/Leis 11.090/2005; 11.344/2006; 11.784/2008; 11.907/2009; 12.277/2010; 12.702/2012 e 12.778/2012.

LEI 10.298, de 30/10/2001

Modifica a Lei Agrícola para inserir disposições sobre a defesa agropecuária.

ALTERA a Lei 8.171/1991.

MPV 2.229-43, de 06/09/2001

Art. 25: cria a carreira de Fiscal Federal Agropecuário.

ALTERA a Lei 9.620/1998. **ALTERADA** p/Lei 10.883/2004.

MPV 2.190-34, de 23/08/2001

Altera atribuições da Anvisa e dispõe sobre infrações à legislação sanitária. Art. 7º: altera norma de restrição de propaganda de fumo e de defensivos agrícolas.

ALTERA o DEL 986/1969 e as Leis 6.437/1977; 9.294/1996 e 9.782/1999.

LEI 10.167, de 27/12/2000

Altera a lei que impõe restrições ao uso e à propaganda de fumo e de defensivos agrícolas.

ALTERA a Lei 9.294/1996.

LEI 9.974, de 06/06/2000

Modifica a Lei dos Agrotóxicos.

ALTERA a Lei 7.802/1989.

LEI 9.849, de 26/10/1999

Inclui a defesa agropecuária nas áreas contempladas com contratação provisória de pessoal.

ALTERA a Lei 8.745/1993.

LEI 9.782, de 26/01/1999

Cria a Anvisa. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

ALTERA o DEL 986/1969. **ALTERADA** p/ MPV 2.190-34/2001 e p/Lei 13.001/2014.

LEI 9.775, de 21/12/1998

Dispõe sobre gratificações do Fiscal de Defesa Agropecuária.

ALTERA a Lei 9.620/1998.

LEI 9.712, de 20/11/1998

Modifica a Lei Agrícola para inserir disposições sobre defesa agropecuária, criando o Sistema Unificado de Atenção à Saúde Agropecuária (Suasa).

ALTERA a Lei 8.171/1991.

LEI 9.695, de 20/08/1998

Altera as penas por infrações à legislação sanitária.

ALTERA as Leis 6.437/1977 e 8.072/1990.

LEI 9.620, de 02/04/1998

Cria a carreira de Fiscal Agropecuário e a gratificação de desempenho de atividade de defesa agropecuária (GDA).

ALTERADA p/Lei 9.775/1998 e p/MPV 2.229-43/2001.

LEI 9.294, de 15/07/1996

Impõe restrições ao uso e à propaganda de fumo e de defensivos agrícolas.

ALTERADA p/Leis 10.167/2000 e 10.702/2003 e p/MPV 2.190-34/2001.

LEI 8.936, de 24/11/1994

Dispõe sobre multas a serem aplicadas pela fiscalização de bebidas.

ALTERA a Lei 8.918/1994.

LEI 8.918, de 14/07/1994

Dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas.

REVOGA a Lei 5.823/1972. **ALTERADA** p/Leis 8.936/1994 e 13.001/2014.

DEFESA AGROPECUÁRIA, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO

LEI 8.522, de 11/12/1992

Extingue a cobrança de taxas: de inspeção (de insumos e sobre o abate); do IAA (sobre o açúcar) e outras, instituídas pelos DELs 308/1967; 1.712/1979; 1.899/1981 e 1.952/1982.

LEI 7.967, de 22/12/1989

Estabelece multas pela infração à legislação sanitária.

ALTERA a Lei 6.437/1977.

LEI 7.889, de 23/11/1989

Dispõe sobre a Inspeção de Produtos de Origem Animal.

ALTERA a Lei 1.283/1950 e **REVOGA** as Leis 5.760/1971 e 6.275/1975. **ALTERADA** p/Lei 12.341/2010.

LEI 7.802, de 11/07/1989

Lei dos Agrotóxicos.

ALTERADA p/Lei 9.974/2000.

LEI 7.678, de 08/11/1988

Dispõe sobre a produção, circulação e comercialização de vinho e derivados da uva e do vinho.

REVOGA as Leis 549/1937 e 2.795/1956 e os DELs 826/1938; 3.582/1941; 4.327/1942; 4.695/1942; 8.064/1945 e 476/1969.

ALTERADA p/Leis 10.970/2004; 12.320/2010 e 12.959/2014.

DEL 1.899, de 21/12/1981

Institui taxas relativas a serviços de classificação, inspeção e fiscalização prestados pelo Ministério da Agricultura.

Ver Leis 5.760/1971; 5.823/1972; 6.198/1974; 6.305/1975; 6.446/1977; 6.507/1977; 6.894/1980 e 6.934/1981.

ALTERA o DEL 467/1969.

LEI 6.934, de 13/07/1981

Modifica disposições sobre inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes.

ALTERA a Lei 6.894/1980.

LEI 6.894, de 16/12/1980

Dispõe sobre inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes.

REVOGA a Lei 6.138/1974. **ALTERADA** p/Leis 6.934/1981 e 12.890/2014 e p/DEL 1.899/1981.

LEI 6.507, de 19/12/1977

Dispõe sobre inspeção e fiscalização da produção e do comércio de sementes e mudas. Ver DEL 1.899/1981.

REVOGA a Lei 4.727/1965. **REVOGADA** p/Lei 10.711/2003.

LEI 6.446, de 05/10/1977

Dispõe sobre inspeção e fiscalização do sêmen destinado à inseminação artificial em animais domésticos. Ver DEL 1.899/1981.

LEI 6.437, de 20/08/1977

Configura infrações à legislação sanitária e estabelece sanções.

REVOGA o DEL 785/1969. **ALTERADA** p/DEL 1.899/1981; p/Leis 7.967/1989 e 9.695/1998 e p/MPV 2.190-34/2001.

LEI 6.275, de 01/12/1975

Dispõe sobre a Inspeção de Produtos de Origem Animal: condições para os convênios com estados e regras de suspensão da interdição de estabelecimentos.

ALTERA a Lei 5.760/1971. **REVOGADA** p/Lei 7.889/1989.

LEI 6.198, de 26/12/1974

Dispõe sobre inspeção e fiscalização de produtos destinados à alimentação animal. Ver DEL 1.899/1981.

REVOGA a Lei 4.736/1965.

DEL 1.366, de 29/11/1974

Extingue a isenção de Imposto de Importação sobre aviões agrícolas.

REVOGA a Lei 5.618/1970.

LEI 6.138, de 08/11/1974

Dispõe sobre inspeção e fiscalização do comércio de fertilizantes, corretivos e inoculantes.

REVOGA o DEC 3.508/1918 e o DEL 3.802/1941. **REVOGADA** p/Lei 6.894/1980.

DEFESA AGROPECUÁRIA, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO

LEI 5.823, de 14/11/1972

Dispõe sobre a padronização e a inspeção de bebidas.

ALTERADA p/DEL 1.899/1981 e **REVOGADA** p/Lei 8.918/1994.

LEI 5.760, de 03/12/1971

Dispõe sobre a Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal. Ver Lei 1.283/1950.

REVOGA o DEL 921/1938. **ALTERADA** p/Lei 6.275/1975 e p/DEL 1.899/1981 e **REVOGADA** p/Lei 7.889/1989.

LEI 5.618, de 03/11/1970

Concede isenção de impostos de importação sobre produtos industrializados aos aviões agrícolas, peças e materiais.

REVOGADA p/DEL 1.366/1974.

DEL 986, de 21/10/1969

Institui Normas Básicas sobre Alimentos.

REVOGA o DEL 209/1967. **ALTERADO** p/ Lei 9.782/1999 e p/MPV 2.190-34/2001.

DEL 917, de 07/10/1969

Dispõe sobre o emprego da aviação agrícola.

DEL 818, de 05/09/1969

Dispõe sobre a aceitação, pelo Ministério da Agricultura, de atestado de médico-veterinário não vinculado ao setor público.

DEL 785, de 25/08/1969

Dispõe sobre infrações à legislação sanitária.

REVOGADO p/Lei 6.437/1977.

DEL 476, de 25/02/1969

Regula a produção e a circulação de uva e vinho. Ver DEL 632/1969.

REVOGADO p/Lei 7.678/1988.

DEL 467, de 13/02/1969

Dispõe sobre a fiscalização de produtos veterinários e de seus fabricantes.

ALTERADO p/ DEL 1.899/1981 e p/Leis 12.689/2012 e 12.730/2012.

DEL 209, de 27/02/1967

Institui o Código Brasileiro de Alimentos.

REVOGADO p/ DEL 986/1969.

LEI 5.025, de 10/06/1966

(...) Art. 86: estabelece que o OGU consignará recursos para o Fundo Federal Agropecuário para melhoria e reaparelhamento dos serviços de classificação e de inspeção sanitária.

REVOGA os DELs 1.471/1939 e 2.527/1940.

LEI 4.785, de 06/10/1965

Dispõe sobre a fiscalização do comércio e do uso de produtos fitossanitários.

LEI 4.736, de 15/07/1965

Dispõe sobre inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal.

REVOGADA p/Lei 6.198/1974.

LEI 4.727, de 13/07/1965

Dispõe sobre a fiscalização do comércio de sementes e mudas.

REVOGADA p/Lei 6.507/1977.

LEI 2.795, de 12/06/1956

Dispõe sobre fabricação e comércio de vinhos e derivados.

REVOGADA p/Lei 7.678/1988.

LEI 1.388, de 25/06/1951

Revoga os decretos-leis que normatizavam a identificação de gado vacinado contra brucelose.

REVOGA os DELs 6.922/1944 e 8.341/1945.

LEI 1.283, de 18/12/1950

Estabelece a Inspeção de Produtos de Origem Animal.

ALTERADA p/Lei 7.889/1989.

DEFESA AGROPECUÁRIA, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO

LEI 1.168, de 02/08/1950

Dispõe sobre incentivos para a construção de estabelecimentos industriais de carne.

LEI 1.102-A, de 18/05/1950

Cria comissão de fitossanitaristas para estudar, na África, a broca, do café, e a vassoura de bruxa, do cacau.

LEI 1.052, de 09/01/1950

Cria inspetoria de defesa sanitária animal no Paraná.

LEI 569, de 21/12/1948

Estabelece medidas de defesa sanitária animal.

ALTERADA p/Lei 11.515/2007.

LEI 66, de 17/08/1947

Suspende prazo relativo à marcação de animais vacinados contra brucelose. Ver DEL 6.922/1944.

DEL 9.890, de 16/09/1946

Dispõe sobre o pagamento sobre serviços extraordinários de fiscalização fitossanitária.

DEL 8.812, de 24/01/1946

Dá competência aos estados e ao Distrito Federal para estabelecerem normas de fiscalização e de inspeção de ovos. **REVOGA** os DELs 2.158/1940 e 2.954/1941.

DEC 20.167, de 10/12/1945

Modifica dispositivos do regulamento da Inspeção Federal de Leite e Derivados.

ALTERA o DEC 24.549/1934.

DEC 20.166, de 10/12/1945

Modifica dispositivos do regulamento de Inspeção Federal de Carnes e Derivados.

ALTERA o DEC 24.550/1934.

DEL 8.341, de 10/12/1945

Altera disposições sobre marcação de animais vacinados contra brucelose. Ver Lei 66/1947.

ALTERA o DEL 6.922/1944. **REVOGADO** p/Lei 1.388/1951.

DEL 8.073, de 11/10/1945

Prorroga para 1946 a entrada em vigor da obrigatoriedade de uso de grãos de guaraná nos produtos que utilizam esse nome.

DEL 8.064, de 10/10/1945

Institui registro dos estabelecimentos produtores de vinho.

REVOGADO p/Lei 7.678/1988.

DEL 7.946, de 10/09/1945

Proíbe a saída do país e o trânsito na região do vale do Amazonas de mudas, sementes, estacas e partes vivas de seringueira.

DEL 7.669, de 22/06/1945

Modifica disposições relativas ao uso obrigatório de grãos de guaraná nos produtos que utilizam esse nome. Reduz a exigência de presença para 0,3g/100cm³ nos refrescos de guaraná.

DEL 7.149, de 13/12/1944

Amplia prazo de inscrição no registro das indústrias de mandioca. Ver DEC 16.461/1944.

DEL 6.922, de 04/10/1944

Obriga a marcação de animais vacinados contra brucelose. Ver Lei 66/1947.

ALTERADO p/DEL 8.341/1945 e **REVOGADO** p/Lei 1.388/1951.

DEL 6.425, de 14/04/1944

Torna obrigatório o uso de grãos de guaraná nos produtos que utilizam esse nome. Obriga a presença de 0,5g/100cm³ de guaraná nos refrescos que usam esse nome.

DEC 13.754, de 27/10/1943

Modifica dispositivos do Regulamento de Inspeção Federal de Carnes e Derivados.

ALTERA o DEC 24.550/1934.

DEFESA AGROPECUÁRIA, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO

DEL 5.686, de 21/07/1943

Proíbe a remessa de mudas e sementes de Hevea para fora da Amazônia sem autorização do Ministério da Agricultura.

DEC 12.635, de 18/06/1943

Modifica dispositivos do Regulamento da Inspeção Federal de Leite e Derivados.

ALTERA o DEC 24.549/1934.

DEL 5.478, de 12/05/1943

Altera disposições da Defesa Sanitária Vegetal.

ALTERA o DEC 24.114/1934.

DEL 4.327, de 22/05/1942

Dispõe sobre o uso da denominação “conhaque”.

REVOGADO p/Lei 7.678/1988.

DEL 4.082, de 04/02/1942

Estabelece normas para fixar limites de abate de vacas e bezerros.

DEL 3.802, de 06/11/1941

Altera o regulamento do comércio de adubos químicos, modificando disposições dos DECs 3.508/1918 e 14.177/1920.

REVOGADO p/Lei 6.138/1974.

DEL 3.717, de 15/10/1941

Dispõe sobre inspeção sanitária e classificação do mel de abelhas.

DEL 3.582, de 03/09/1941

Dispõe sobre a rotulagem de vinhos. Ver Lei 549/1937 e DEL 4.695/1942.

REVOGADO p/Lei 7.678/1988.

DEL 2.954, de 16/01/1941

Altera a regulamentação do comércio de ovos.

ALTERA o DEL 2.158/1940. **REVOGADO** p/DEL 8.812/1946.

DEL 2.527, de 23/08/1940

Cria taxas para o registro de exportadores e de classificadores de produtos agrícolas e pecuários.

REVOGA o DEL 1.471/1939. **REVOGADO** p/Lei 5.025/1966.

DEL 2.158, de 30/04/1940

Regula o comércio de ovos.

ALTERADO p/DEL 2.954/1941 e **REVOGADO** p/DEL 8.812/1946.

DEL 1.955, de 10/01/1940

Regula o funcionamento dos matadouros de aves e animais de pequeno porte no Distrito Federal.

DEL 1.729, de 01/11/1939

Suspende cobrança de taxa de fiscalização sobre exportação de frutas cítricas, instituída pelo DEC 23.835/1934.

DEL 1.471, de 01/08/1939

Atribui ao Ministério da Agricultura (e aos estados, por delegação) a responsabilidade pela classificação, fiscalização do beneficiamento e exportação de produtos agrícolas e pecuários.

REVOGADO p/DEL 2.527/1940 e p/Lei 5.025/1966.

DEL 921, de 01/12/1938

Institui taxa de inspeção de produtos de origem animal.

ALTERA os DECs 24.549/1934 e 24.550/1934. **REVOGADO** p/Lei 5.760/1971.

DEL 826, de 28/10/1938

Modifica a Lei do Vinho, criando laboratórios e estações.

ALTERA a Lei 549/1937. **REVOGADO** p/Lei 7.678/1988.

DEL 194, de 21/01/1938

Estabelece cobrança de taxa de desinfecção no transporte de gado. Ver DEC 24.548/1934.

LEI 549, de 20/10/1937

Dispõe sobre a fiscalização da produção e distribuição de vinhos. Ver DELs 4.695/1942 e 3.582/1941.

ALTERADA p/DEL 826/1938 e **REVOGADA** p/Lei 7.678/1988.

DEFESA AGROPECUÁRIA, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO

DEC 24.550, de 03/07/1934

Aprova o Regulamento da Inspeção Federal de Carnes e Derivados.

ALTERADO p/DEL 921/1938 e p/DECs 13.754/1943 e 20.166/1945.

DEC 24.549, de 03/07/1934

Aprova o Regulamento da Inspeção Federal de Leite e Derivados.

ALTERADO p/DEL 921/1938 e p/DECs 12.635/1943 e 20.167/1945.

DEC 24.548, de 03/07/1934

Aprova o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal.

DEC 24.114, de 12/04/1934

Aprova o Regulamento da Defesa Sanitária Vegetal. Ver DEC 16.271/23.

ALTERADO p/DEL 5.478/1943.

DEC 24.049, de 27/03/1934

Torna obrigatório o registro e o licenciamento para as indústrias de algodão.

DEC 23.835, de 06/02/1934

Estabelece o regulamento para exportação de frutas cítricas. Estabelece limites e padrões técnicos para exportação. Cria taxa de inspeção e fiscalização. Ver DEC 22.737/1933.

DEC 22.982, de 25/07/1933

Estabelece medidas de fiscalização e controle da produção e distribuição de sementes de algodão.

DEC 22.737, de 22/05/1933

Estabelece novos regulamentos para exportação de frutas cítricas, bananas e abacaxi. Ver DEC 23.835/1934.

DEC 21.801, de 06/09/1932

Estabelece a obrigatoriedade de expurgo de grãos destinados à exportação.

DEC 20.533, de 19/10/1931

Autoriza o funcionamento de matadouros de aves e pequenos animais.

DEC 16.271, de 19/12/1923

Aprova Regulamento para Fiscalização do Comércio de Inseticidas e Fungicidas.

DEC 4.639, de 13/01/1923

Modifica disposições do DEC 4.631/1923, que institui penas para fraudes na banha e no vinho.

DEC 4.631, de 04/01/1923

Estabelece padrões e normas para o comércio de banha de porco e vinho e penalidades para as fraudes nesses produtos.

DEC 4.398, de 17/12/1921

Suspende a importação de gado zebu até a implantação de estrutura para quarentena.

DEC 14.177, de 20/05/1920

Regulamenta a definição e a punição da falsificação dos adubos químicos e da regulação de seu comércio. Ver DEC 3.508/1918 e DEL 3.802/1941.

DEC 3.508, de 10/07/1918

Define o delito da falsificação de adubos químicos e regula seu comércio. Ver DEC 14.177/1920 e 3.802/1941.

REVOGADO p/Lei 6.138/1974.

LEI 1.837, de 31/12/1907

(...) Estabelece limites de anidrido sulfuroso nos vinhos importados. (...)

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

8.384, de 29/12/2014	Regulamentam a Lei 6.894/1980, que dispõe sobre inspeção e fiscalização de fertilizantes, corretivos, inoculantes ou biofertilizantes.
8.059, de 26/07/2013	
4.954, de 14/01/2004	
8.133, de 28/10/2013	Dispõe sobre a declaração de estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária de que trata a Lei 12.873/2013.

DEFESA AGROPECUÁRIA, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO

7.968 , de 26/03/2013	
6.871 , de 04/06/2009	
5.305 , de 13/12/2004	Regulamentam a Lei 8.918/1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas.
4.851 , de 02/10/2003	
3.510 , de 16/06/2000	
2.314 , de 04/09/1997	
7.524 , de 12/07/2011	
7.216 , de 17/06/2010	Regulamentam a Lei 8.171/1991 no que se refere à organização do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa).
6.348 , de 08/01/2008	
5.830 , de 04/07/2006	
5.741 , de 30/03/2006	
6.946 , de 21/08/2009	Altera dispositivos do Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal (Dec. 24.548/1934) e do Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal (Dec. 24.114/1934).
27.932 , de 28/03/1950	Aprova o regulamento para aplicação de medidas de defesa sanitária animal (Lei 569/1948).
7.045 , de 22/12/2009	Regulamentam a Lei 6.198/1974, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização de produtos destinados à alimentação animal. Altera o Dec. 5.053/2004.
6.296 , de 11/12/2007	
5.053 , de 22/04/2004	Aprova o Regulamento de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e Estabelecimentos Produtores.
6.385 , de 27/02/2008	Altera o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, aprovado pelo Dec. 30.691/1952.
5.759 , de 17/04/2006	Promulga o texto revisto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CIVP), aprovado pela FAO.
5.360 , de 31/01/2005	Promulga a Convenção sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos.
99.066 , de 08/03/1990	Regulamentam a Lei 7.678/1988, sobre vinho e uva.
113 , de 06/05/1991	
6.913 , de 23/07/2009	Altera o Dec. 4.074/2002, que regulamenta a Lei 7.802/1989 (Lei dos Agrotóxicos), para dispor sobre agrotóxicos na agricultura orgânica.
5.981 , de 06/12/2006	Regulamentam a Lei 7.802/1989, a denominada Lei dos Agrotóxicos. Substituem a regulamentação baixada na década de 1990, alterando importantes disposições.
4.074 , de 04/01/2002	
5.549 , de 22/09/2005	
2.018 , de 01/10/1996	Regulamentam a Lei 9.294/1996, que impõe restrições ao uso e à propaganda de agrotóxicos.
3.157 , de 27/08/1999	
30.691 , de 29/03/1952	
39.093 , de 30/04/1956	
1.236 , de 02/09/1994	Regulamentam a Lei 1.283/1950 e aprovam o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.
1.255 , de 25/06/1962	
1.812 , de 08/02/1996	
2.244 , de 04/06/1997	
187 , de 09/08/1991	Regulamenta a Lei 6.446/1977, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização de sêmen destinado à inseminação artificial em animais domésticos.
161 , de 02/07/1991	Promulga convênio entre Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai para constituição do Comitê Regional de Sanidade Vegetal.
86.765 , de 22/12/1981	Regulamenta o DEL 917/1969, que dispõe sobre a aviação agrícola (ver DEC 99.427/1990).
2.226 , de 19/05/1997	Emergência fitossanitária na região Oiapoque (AP) para erradicação da mosca da carambola.
51.342 , de 28/10/1961	Promulga a Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais, assinada em Roma em 06/12/1951.
7.556 , de 16/09/1909	Cria o Serviço de Inspeção Agrícola.
10.418 , de 30/10/1889	Aprova o Regulamento para o Serviço da Vacinação Anticarbunculosa.

DEFESA AGROPECUÁRIA, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO

DISPOSIÇÕES DA LEI AGRÍCOLA (LEI 8.171/1991)

Art. 3º, inciso XIII	Estabelece que a promoção da saúde animal e da sanidade vegetal é um dos objetivos da Política Agrícola.
Art. 4º, inciso V e Parágrafo único	Incluem a defesa agropecuária como referente a “ações e instrumentos da Política Agrícola” e estabelecem que estes deverão se orientar pelos planos plurianuais.
Art. 12, inciso IV	Estabelece que a pesquisa agrícola deverá gerar tecnologias voltadas para a sanidade animal e vegetal, respeitando a preservação da saúde e do meio ambiente.
Capítulo VII, arts. 27-A, 28-A e 29-A	Estabelecem as diretrizes para a defesa agropecuária. O artigo 28-A, especificamente, cria o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa).

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

1 – Registre-se que, desde há muito, a legislação nacional contempla aspectos ligados à defesa agropecuária e à ação do Estado na fiscalização dos produtos. A partir de 1930, produziram-se leis sobre o tema em todas as décadas.

2 – Há muitas leis que tratam de aspectos organizacionais, criando carreiras e estabelecendo gratificações relacionadas aos fiscais agropecuários.

3 – Há leis que tratam da inspeção de produtos específicos (bebidas em geral, vinhos, produtos de origem animal e vegetal) e outras que tratam da inspeção de insumos para a agropecuária (fertilizantes, sêmen, sementes).

4 – Lei recentemente sancionada (Lei 13.001, de 2014) descentraliza o registro e a fiscalização de bebidas para os estados mediante autorização do Ministério da Agricultura. Trata-se de importante inflexão das normas legais tradicionalmente vigentes.

5 – Importante modificação no arcabouço legal relacionado ao tema ocorre em relação aos medicamentos veterinários. Tanto se ampliou consideravelmente o prazo de validade de comercialização desses insumos como, principalmente, adotaram-se os medicamentos genéricos de uso veterinário (Lei 12.689, de 2012).

6 – No que se refere à inspeção e fiscalização de produtos de origem animal, é importante destacar que a Lei 1.283, de 1950, ainda vige, regulando – com modificações relevantes colocadas pela Lei 7.889/1989 – as atividades neste campo. Lei editada em 1971 (nº 5.760) dava à União a prerrogativa de inspeção em todas as esferas de governo. A Lei 7.889, de 1989, alterou essa disposição, estabelecendo graduação das atribuições, dividindo-as entre as esferas federal, estadual e municipal. Esse foi um aspecto polêmico da política, que demandou debates e diferentes tentativas de mudança nos dispositivos legais.

7 – A partir de alteração na Lei Agrícola em aspecto relativo à inspeção e fiscalização, criou-se o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), com base no qual estabeleceram-se normas mais flexíveis e com maior caráter de descentralização entre as instâncias de governo nesse campo.

8 – No que concerne aos agrotóxicos, a legislação é integrada, basicamente, por dois grupos de leis que disciplinam o assunto: a) o geral, representado pela mais importante (a Lei 7.802, de 1989) e por aquela que a modifica; e b) outro, específico sobre restrições à propaganda de fumo e de agrotóxicos.

9 – A destacar que, em 2009, o DDT foi banido do Brasil pela Lei nº 11.936.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 13.001, de 20/06/2014

(...) Art. 16: prorroga os prazos para liquidação ou renegociação de dívidas na área da Sudene e da Sudam previstos na Lei 12.844/2013. (...)

ALTERA as Leis 5.868/1972; 8.629/1993; 8.918/1994; 9.782/1999; 10.696/2003; 11.775/2008; 12.429/2011; 12.806/2013 e 12.844/2013.

LEI 12.995, de 18/06/2014

Art. 1º: prorroga os prazos e os percentuais de destinação de recursos de incentivos fiscais originalmente destinados ao PIN e ao Proterra. Art. 2º: prorroga o prazo de opção para aplicação de imposto de renda no Finor e no Finam.

ALTERA as Leis 8.167/1991 e 12.546/2011.

LEI 12.793, de 02/04/2013

Art. 1º: autoriza subvenção econômica, na forma de equalização de taxas de juros, nas operações de crédito de investimento também no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Arts. 3º a 5º: atribuem ao CMN a definição de encargos financeiros e bônus de adimplência para os financiamentos com recursos do FNO, FNE e FCO e estabelecem outras disposições relativas aos Fundos Constitucionais.

ALTERA as Leis 7.827/1989; 10.177/2001 e 12.712/2012.

LEI 12.716, de 21/09/2012

Art. 1º: autoriza a instituição de linhas de crédito nos Fundos Constitucionais para produtores em municípios em situação de calamidade pública. Art. 2º: cria ouvidorias para assuntos dos Fundos Constitucionais nas Superintendências de Desenvolvimento Regionais. (...) Art. 4º: amplia para o comércio e serviços os beneficiários dos Fundos Constitucionais. Art. 5º: autoriza a criação de linha de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais, para a liquidação de operações inadimplentes de qualquer fonte, mediante condições. (...)

ALTERA as Leis 7.827/1989; 10.177/2001; 11.524/2007 e 11.775/2008. **ALTERADA** p/Lei 12.844/2013.

LEI 12.712, de 30/08/2012

(...) Arts. 5º e 6º: alteram dispositivos relativos aos Fundos de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia. Art. 12: altera dispositivos da “Lei do Bem” (Lei 11.196/2005) relativos a incentivos em áreas da Sudam e da Sudene. Art. 13: autoriza subvenção econômica por equalização de taxas de juros no âmbito dos FDNE e FDA. (...)

ALTERA as Leis 10.849/2004; 11.196/2005; 11.529/2007; 12.666/2012 e as MPVs 2.156-5/2001 e 2.157-5/2001. **ALTERADA** p/Lei 12.793/2013.

LEI 12.196, de 14/01/2010

Amplia a área de atuação da Codevasf para os vales dos rios Itapecuru e Mearim (PE). Ver Lei 12.040/2009.

ALTERA a Lei 6.088/1974.

LEI 12.040, de 01/10/2009

Amplia a área de atuação da Codevasf para o estado do Ceará. Ver Lei 9.954/2000.

ALTERA a Lei 6.088/1974.

LCP 129, de 08/01/2009

Institui a Sudeco. Altera a Lei dos Fundos Constitucionais. Cria o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

ALTERA a Lei 7.827/1989.

LEI 11.775, de 17/09/2008

(...) Art. 43: autoriza os Fundos Constitucionais a financiar empreendimentos de infraestrutura, inclusive públicos. Art. 44: estabelece taxa de juros para operações florestais dos Fundos Constitucionais. (...)

ALTERA as Leis 7.827/1989; 8.171/1991; 8.427/1992; 10.177/2001; 10.186/2001; 10.420/2002; 10.978/2004; 11.322/2006; 11.524/2007; 11.718/2008 e o DEL 79/1966. **ALTERADA** p/Leis 11.922/2009; 11.960/2009; 12.058/2009; 12.249/2010; 12.380/2011; 12.599/2012; 12.716/2012; 12.788/2013; 13.001/2014 e 13.043/2014.

LEI 11.524, de 24/09/2007

(...) Art. 14: delega provisoriamente ao Ministério da Integração Nacional as futuras atribuições dos conselhos deliberativos da Sudam e da Sudene. (...)

ALTERA as Leis 7.827/1989; 8.427/1992; 10.696/2003; 11.076/2004 e 11.322/2006. **ALTERADA** p/Leis 11.718/2008; 11.775/2008; 11.908/2009 e 12.716/2012.

LCP 125, de 03/01/2007

Reinstitui a Sudene, traça sua composição, atribuições e normas gerais. Estabelece e descreve sua área de atuação. Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Determina a extinção da Adene.

ALTERA a Lei 7.827/1989 e a MPV 2.156-5/2001 e **REVOGA** a LCP 66/1991.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LCP 124, de 03/01/2007

Reinstitui a Sudam, traça sua composição, atribuições e normas gerais. Estabelece e descreve sua área de atuação. Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA). Determina a extinção da ADA.

ALTERA a MPV 2.157-5/2001 e **REVOGA** a LCP 67/1991.

LEI 11.196, de 21/11/2005

“Lei do Bem”. Dispõe sobre diversos assuntos. (...) Cap. V: incentivos às áreas da Sudam e da Sudene. (...)

ALTERA as Leis 8.666/1993; 9.718/1998; 10.438/2002; 10.925/2004 e as MPVs 2.158-35/2001 e 2.199-14/2001 e **REVOGA** a Lei 8.661/1993. **ALTERADA** p/Leis 11.487/2007 e 12.712/2012.

LEI 10.860, de 14/04/2004

Cria o Instituto Nacional do Semiárido (Insa).

LCP 113, de 19/09/2001

Autoriza a criação da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e do Programa Especial de Desenvolvimento da Região Administrativa, que prioriza a irrigação, os recursos hídricos, a reforma agrária e o meio ambiente, entre outros.

MPV 2.199-14, de 24/08/2001

Dispõe sobre Finor e Finam. (...)

ALTERA as Leis 8.167/1991 e 9.532/1997. **ALTERADA** p/Lei 11.196/2005.

MPV 2.157-5, de 24/08/2001

Cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). Extingue a Sudam. Altera os incentivos fiscais da Amazônia. **ALTERA** a Lei 5.174/1966 e os DELs 756/1969 e 1.376/1974. **ALTERADA** p/LCP 124/2007 e p/Lei 12.712/2012.

MPV 2.156-5, de 24/08/2001

Cria a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). Extingue a Sudene. Define área de abrangência da Adene. Altera incentivos fiscais do Nordeste. Cria o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDN).

ALTERA as Leis 3.995/1961; 4.239/1963; 4.869/1965; 5.508/1968; 8.034/1990; 8.167/1991 e 9.532/1997 e os DELs 1.267/1973; 1.376/1974 e 2.397/1987. **ALTERADA** p/ LCP 125/2007 e p/Lei 12.712/2012.

LEI 10.204, de 22/02/2001

Modifica estrutura e atribuições do DNOCS.

ALTERA a Lei 4.229/1963.

LEI 10.177, de 12/01/2001

Altera as operações com recursos dos Fundos Constitucionais, estabelecendo novas taxas de juros e condições. Estabelece critérios de renegociação das dívidas. Autoriza que os Fundos Constitucionais financiem empreendimentos não governamentais de infraestrutura econômica. Altera aspectos do Finor, Finam e Funres. Prorroga prazos para incentivos do PIN/Proterra.

ALTERA as Leis 7.827/1989; 8.167/1991; 9.126/1995 e 9.808/1999. **ALTERADA** p/Leis 10.437/2002; 10.464/2002; 10.646/2003; 11.011/2004; 11.775/2008; 12.716/2012 e 12.793/2013.

LEI 9.954, de 06/01/2000

Amplia a ação da Codevasf para o rio Parnaíba.

ALTERA a Lei 6.088/1974.

LEI 9.808, de 20/07/1999

Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional. Permite financiamento de empreendimentos não governamentais de infraestrutura com recursos do Finor, Finam e Funres (ver DEL 1.376/1974). Amplia a área de abrangência do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) para as partes do Espírito Santo incluídas na área de atuação da Sudene.

ALTERA a Lei 7.827/1989. **ALTERADA** p/Lei 10.177/2001.

LEI 9.690, de 15/07/1998

Inclui o Vale do Jequitinhonha e outros municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo na área da Sudene para efeitos da Lei 3.692/1959.

LEI 9.532, de 10/12/1997

Altera Finam e Finor e incentivos fiscais. Ver DELs 756/1969 e 1.376/1974 e Leis 4.239/1963 e 8.167/1991.

ALTERA as Leis 8.393/1991 e 8.661/1993. **ALTERADA** p/MPVs 2.156-5/2001 e 2.199-14/2001.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LEI 8.874, de 29/04/1994

Restabelece prazo (dado pela Lei 7.450/1985) para incentivos fiscais na Sudam e na Sudene. Ver Lei 4.239/1963 e DEL 756/1969.

LCP 67, de 13/06/1991

Altera a composição do Conselho Deliberativo da Sudam.

REVOGADA p/LCP 124/2007.

LCP 66, de 12/06/1991

Altera a composição do Conselho Deliberativo da Sudene.

REVOGADA p/LCP 125/2007.

LEI 8.177, de 01/03/1991

Estabelece regras para a desindexação da economia (Collor II). (...) Dispõe sobre atualização de operações de crédito rural, dos Fundos Constitucionais e do Finam e Finor.

ALTERADA p/Leis 8.660/1993; 9.126/1995 e 9.365/1996 e p/MPV 2.183-56/2001.

LEI 8.167, de 16/01/1991

Altera incentivos fiscais. Restabelece Finam e Finor. Ver Lei 9.532/1997.

ALTERA o DEL 1.106/1970. **ALTERADA** p/Leis 10.177/2001 e 12.995/2014 e p/MPVs 2.199-14/2001; 2.156-5/2001 e 2.216-37/2001.

LEI 8.034, de 12/04/1990

Suspende incentivos fiscais para Finam e Finor. Ver DEL 1.376/1974.

ALTERADA p/MPV 2.156-5/2001.

LEI 7.827, de 27/09/1989

Regulamenta os Fundos Constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). Prevê, entre outras diretrizes, a concessão de financiamentos exclusivamente para os setores produtivos e “tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini produtores rurais”.

ALTERADA p/LCPs 125/2007 e 129/2009; p/Leis 9.126/1995; 9.808/1999; 10.177/2001; 11.524/2007; 11.775/2008; 12.716/2012 e 12.793/2013 e p/MPV 2.196-3/2001.

DEL 2.454, de 19/08/1988

Prorroga prazos da Lei 7.450/1985: incentivos fiscais na Sudam e na Sudene. Ver Lei 4.239/1963, artigo 14 e DEL 756/1969, artigo 22.

DEL 2.397, de 21/12/1987

Art. 12: altera recursos do Finam, Finor e Fiset. Ver DELs 1.106/1970; 1.376/1974 e 1.478/1976.

ALTERADO p/ MPV 2.156-5/2001.

DEL 2.384, de 17/12/1987

Modifica disposições sobre obras em cooperação na área da Sudene.

ALTERA o DEL 138/1967.

DEL 2.369, de 11/11/1987

Modifica disposições do resarcimento de investimentos de irrigação no Semiárido.

ALTERA o DEL 2.032/1983. **REVOGADO** p/Lei 12.787/2013.

DEL 2.304, de 21/11/1986

Dispõe sobre Finam, Finor e Fiset.

ALTERA o DEL 1.376/1974.

LEI 7.450, de 23/12/1985

Art. 59: fixa prazos para incentivos fiscais da Sudam e da Sudene. Ver DELs 1.898/1981 e 2.454/1988.

DEL 2.145, de 28/06/1984

Cancela créditos correspondentes aos exercícios de 1979/1983 relativos a ITR, contribuições ao Incra, Funrural e sindical e taxas de serviços cadastrais em municípios sob seca. Ver DELs 57/1966; 1.146/1970; 1.166/1971 e 1.989/1982 e Lei 6.746/1979.

DEL 2.134, de 26/06/1984

Prorroga os prazos dos incentivos fiscais da Sudam e da Sudene.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DEL 2.066, de 27/10/1983

Autoriza a remissão de créditos de ITR e da contribuição ao Incra, dispensa o pagamento da Taxa de Serviços Cadastrais e cancela débitos de Contribuição Sindical em municípios em estado de emergência por seca. Ver DELs 57/1966; 1.146/1970; 1.989/1982 e 2.103/1983 e Lei 6.746/1979.

DEL 2.032, de 09/06/1983

Dispõe sobre o resarcimento de investimentos de irrigação no Semiárido.

ALTERADO p/DEL 2.369/1987 e **REVOGADO** p/Lei 12.787/2013.

DEL 1.898, de 21/12/1981

Prorroga os prazos dos incentivos fiscais na área da Sudam e da Sudene.

LCP 31, de 11/10/1977

Cria o estado do Mato Grosso do Sul. Art. 45: estabelece que o Mato Grosso pertence integralmente à Amazônia (ver Lei 5.173/1966). Art. 46: define a área de atuação da Sudeco.

DEL 1.564, de 29/07/1977

Altera os incentivos fiscais na área da Sudam e da Sudene.

ALTERA as Leis 4.239/1963 e 5.508/1968 e o DEL 756/1969.

LEI 6.431, de 11/07/1977

Autoriza doação de terras devolutas a municípios da Amazônia Legal.

DEL 1.478, de 26/08/1976

Dispõe sobre Finam, Finor e Fiset. Ver DEL 2.397/1987.

ALTERA o DEL 1.376/1974.

LEI 6.218, de 07/07/1975

Inclui municípios de Minas Gerais na área da Sudene.

DEL 1.376, de 12/12/1974

Dispõe sobre incentivos fiscais. Cria Finam, Finor e Fiset. Ver DELs 1.419/1975 e 2.397/1987 e Leis 7.714/1988; 8.034/1990; 9.532/1997 e 9.808/1999.

ALTERADO p/DELs 1.478/1976 e 2.304/1986 e p/MPVs 2.157-5/2001 e 2.156-5/2001.

DEL 1.338, de 23/07/1974

Modifica os incentivos fiscais para a Amazônia, o Nordeste e para empreendimentos florestais.

ALTERA as Leis 4.357/1964; 5.106/1966 e 5.508/1968. **ALTERADO** p/DEL 1.641/1978.

LEI 6.088, de 16/07/1974

Dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).

ALTERADA p/Leis 9.954/2000; 12.040/2009 e 12.196/2010.

DEL 1.328, de 20/05/1974

Prorroga os prazos de incentivos fiscais nas áreas da Sudam e da Sudene. Ver Leis 4.239/1963 e 5.508/1968 e DEL 756/1969.

DEL 1.267, de 12/04/1973

Dispõe sobre a cobrança da contribuição para análise e fiscalização de projetos na Sudene. Ver DEL 1.180/1971 e Leis 4.239/1963 e 4.869/1965.

ALTERA a Lei 5.508/1968. **ALTERADO** p/MPV 2.156-5/2001.

DEL 1.179, de 06/07/1971

Institui o Proterra e altera a legislação do IR relativa a incentivos fiscais. Ver DELs 221/1967 e 756/1969 e Leis 4.239/1963 e 5.106/1966.

DEL 1.106, de 16/06/1970

Cria o PIN e altera a legislação do IR relativa a incentivos fiscais para áreas da Sudem e da Sudene. Ver Lei 7.450/1985 e DEL 2.397/1987.

ALTERADO p/Lei 8.167/1991.

DEL 756, de 11/08/1969

Dispõe sobre a valorização econômica da Amazônia. Altera incentivos fiscais da Sudam. Ver DELs 55/1966 e 157/1967 e Lei 9.532/1997.

ALTERA as Leis 5.173/1966 e 5.508/1968. **ALTERADO** p/ DELs 1.564/1977; 1.641/1978 e 2.462/1988; p/Lei 8.874/1994 e p/ MPV 2.157-5/2001.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LEI 5.508, de 11/10/1968

Aprova a quarta etapa do Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste. Modifica os incentivos fiscais para a região Nordeste. Cria o Fundo de Pesquisa e de Recursos Naturais do Nordeste (Furene) em substituição ao Fidene. Autoriza instituição de fundação para realização de pesquisas sobre recursos naturais do Nordeste. Cria o Fundo de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (Furagro). Altera estrutura e funcionamento da Sudene.

ALTERA as Leis 3.995/1961; 4.239/1963; 4.593/1964 e 4.869/1965 e o DEL 292/1967. ALTERADA p/DELs 586/1969; 756/1969; 764/1969; 1.180/1971; 1.267/1973 e 1.564/1977 e p/MPV 2.156-5/2001.

LEI 5.457, de 20/06/1968

Altera a lei de criação da Sudeco, incluindo Rondônia em sua área de atuação.

ALTERA a Lei 5.365/1967.

LEI 5.374, de 07/12/1967

Altera disposições sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e sobre a organização da Sudam.

ALTERA a Lei 5.173/1966.

LEI 5.365, de 01/12/1967

Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco).

ALTERADA p/Lei 5.457/1968.

DEL 292, de 28/02/1967

Cria a Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale). Extingue a Comissão do Vale do São Francisco.

REVOGA as Leis 541/1948 e 2.599/1955.

DEL 138, de 02/02/1967

Autoriza o DNOCS a executar obras de engenharia rural nas propriedades rurais.

ALTERADO p/DEL 2.384/1987.

LEI 5.174, de 27/10/1966

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais na Amazônia.

REVOGA as Leis 4.216/1963 e 4.069-B/1962. ALTERADA p/MPV 2.157-5/2001.

LEI 5.173, de 27/10/1966

Aprova o Plano de Valorização da Amazônia. Cria a Sudam. Define a área da Amazônia Legal. Ver LCP 31/1977.

REVOGA a Lei 1.806/1953. ALTERADA p/Lei 5.374/1967 e p/DEL 756/1969.

LEI 5.122, de 28/09/1966

Dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia (Basa).

LEI 4.869, de 01/12/1965

Aprova o Plano Diretor da Sudene para 1966-1968.

ALTERA a Lei 4.239/1963. ALTERADA p/Lei 5.508/1968 e p/MPV 2.156-5/2001.

LEI 4.763, de 30/08/1965

Amplia a área do Polígono das Secas. Ver Leis 175/1936 e 1.348/1951 e o DEL 9.857/1946.

LEI 4.593, de 29/12/1964

Disciplina a desapropriação para obras de combate às secas no Nordeste e em Minas Gerais e estabelece diretrizes para implantação de projetos de irrigação.

ALTERADA p/Lei 5.508/1968.

LEI 4.466, de 12/11/1964

Determina a arborização, pelo DNER, das margens das rodovias do Nordeste.

LEI 4.357, de 16/07/1964

Altera a legislação do IR. Estabelece incentivos fiscais para projetos na Amazônia e no Nordeste.

ALTERADA p/DEL 1.338/1974.

LEI 4.239, de 27/06/1963

Aprova Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste. Estabelece formas de financiamento para o desenvolvimento do Nordeste. Cria o Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (Fidene). Define a região Nordeste. Ver Lei 9.532/1997.

ALTERA a Lei 3.995/1961. ALTERADA p/Leis 4.869/1965; 5.416/1968; 5.508/1968 e 8.874/1994; p/DEL 1.564/1977 e p/MPV 2.156-5/2001.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LEI 4.229, de 01/06/1963

Transforma o DNOCS em autarquia e define suas atribuições. Cria o Fundo Nacional de Obras Contra a Seca (Funocs).
ALTERADA p/Lei 10.204/2001.

LEI 4.216, de 06/05/1963

Cria incentivos fiscais para a Amazônia. Ver Lei 3.995/1961.
REVOGADA p/Lei 5.174/1966.

LEI 4.147, de 24/09/1962

Altera o comando da Comissão do Vale do São Francisco.
ALTERA a Lei 541/1948.

LEI 4.069-B, de 12/06/1962

Isenta de IR as indústrias de borracha e juta na Amazônia.
REVOGADA p/Lei 5.174/1966.

LEI 3.995, de 14/12/1961

Aprova o Plano Diretor da Sudene para 1961.
ALTERADA p/Leis 4.239/1963 e 5.508/1968 e p/MPV 2.156-5/2001.

LEI 3.692, de 15/12/1959

Institui a Sudene. Define a área da região Nordeste. Ver LCP 66/1991 e Lei 9.690/1998.

LEI 3.471, de 28/11/1958

Institui crédito de emergência para os agricultores e criadores do Polígono das Secas.

LEI 3.312, de 11/11/1957

Estabelece novas disposições para a linha de financiamento para construção de pequenos açudes no Polígono das Secas.

REVOGA as Leis 614/1949 e 1.255/1950.

LEI 2.599, de 13/09/1955

Dispõe sobre o Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco.
REVOGADA p/DEL 292/1967.

LEI 1.806, de 06/01/1953

Dispõe sobre o Plano de Valorização da Amazônia. Define a área da Amazônia. Cria a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA).

REVOGADA p/Lei 5.173/1966.

LEI 1.348, de 10/02/1951

Revisa os limites da região do Polígono das Secas definidos pela Lei 175/1936.

LEI 1.255, de 04/12/1950

Estabelece novas disposições para os financiamentos para construção de pequenos açudes no Polígono das Secas.
ALTERA a Lei 614/1949. **REVOGADA** p/Lei 3.312/1957.

LEI 1.184, de 30/08/1950

Transforma o Banco de Crédito da Borracha em Banco de Crédito da Amazônia.
ALTERA a Lei 86/1947. **ALTERADA** p/Leis 4.712/1965 e 5.227/1967.

LEI 614, de 02/02/1949

Cria linha de financiamento para construção de pequenos açudes no Polígono das Secas.
ALTERADA p/Lei 1.255/1950 e **REVOGADA** p/Lei 3.312/1957.

LEI 541, de 15/12/1948

Cria a Comissão do Vale do São Francisco.
ALTERADA p/Lei 4.147/1962 e **REVOGADA** p/DEL 292/1967.

DEL 9.857, de 13/09/1946

Explicita a área de ação do DNOCS.
ALTERA o DEL 8.486/1945.

DEL 8.486, de 28/12/1945

Cria o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Ver Lei 175/1936.
ALTERADO p/DEL 9.857/1946.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LEI 175, de 07/01/1936

Estabelece plano de defesa contra os efeitos da seca no Nordeste. Define a área do Polígono das Secas.
ALTERADA p/DEL 1.152/1939.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

8.067 , de 14/08/2013	Aprova o regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste.
7.839 , de 09/11/2012	
6.401 , de 17/03/2008	
4.254 , de 31/05/2002	Aprovam o regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (MPV 2.157-5/2001).
5.593 , de 23/11/2005	
7.998 , de 07/05/2013	
7.838 , de 09/11/2012	
7.951 , de 12/03/2013	Aprovam o regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).
7.564 , de 15/09/2011	
6.952 , de 02/09/2009	
7.378 , de 01/12/2010	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal.
7.340 , de 21/10/2010	Institui o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu.
6.527 , de 01/08/2008	Autoriza o BNDES a estabelecer o Fundo Amazônia.
6.290 , de 06/12/2007	Institui o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 no Trecho Cuiabá/MT-Santarém/PA (Plano BR-163 Sustentável).
4.366 , de 09/09/2002	Regulamenta a LCP 113/2001, que autoriza a criação da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA.
153 , de 25/06/1991	
101 , de 17/04/1991	Regulamentam a Lei 8.167/1991, que trata dos fundos de investimentos regionais.
2.885 , de 17/12/1998	Regulamenta a Lei 9.690/1998, que inclui municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo na área de atuação da Sudene.
67.527 , de 11/11/1970	Regulamenta o DEL 756/1969, que dispõe sobre incentivos fiscais da Sudam.
60.079 , de 16/01/1967	Aprovam o Regulamento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Leis
62.235 , de 07/02/1968	5.122/1966; 5.173/1966 e 5.174/1966).
98.829 , de 16/01/1990	Dispõe sobre a Comissão Coordenadora Regional de Pesquisas na Amazônia (Corpam), criada pela Lei 7.796/1989.
101 , de 17/04/1991	
853 , de 02/07/1993	
1.735 , de 07/12/1995	Regulamentam a Lei nº 8.167/1991 nos aspectos relativos ao Finam e ao Finor.
153 , de 25/06/1991	
2.232 , de 23/05/1997	
4.971 , de 30/01/2004	Dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

1 – Esse grupo de leis é composto por dois conjuntos básicos: leis que tratam de criar, alterar ou extinguir órgãos de desenvolvimento regional, tais como Sudam, Sudene, ADA, Adene, entre outros, e leis relacionadas à instituição e alterações nos programas governamentais voltados ao desenvolvimento regional, tais como os Fundos Constitucionais, o Finam e o Finor, os fundos de desenvolvimento regionais, e, genericamente, as que instituem incentivos fiscais para as regiões do país.

EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 13.005, de 25/06/2014

Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), contemplando “as populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas”.

LEI 12.960, de 27/03/2014

Introduz condicionantes para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

ALTERA a Lei 9.394/1996.

LEI 12.695, de 25/07/2012

Art. 13: inclui a educação no campo (com formação por alternância) entre os programas a serem contemplados com recursos do Fundeb.

ALTERA a Lei 11.494/2007.

LEI 12.513, de 26/10/2011

Art. 2º: institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), contemplando também agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, além de povos indígenas e comunidades quilombolas.

ALTERADA p/Lei 12.816/2013.

LEI 12.155, de 23/12/2009

Autoriza o FNDE a conceder bolsas para alunos e professores vinculados a projetos de ensino e extensão voltados a populações indígenas, quilombolas e do campo.

LEI 11.947, de 16/06/2009

(...) Art. 33: autoriza a instituição do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) no âmbito do MDA e executado pelo Incra.

ALTERA a Lei 10.880/2004.

LEI 11.692, de 10/06/2008

Altera o Projovem (Projovem urbano e Projovem Campo – Saberes da Terra).

ALTERA as Leis 9.608/1998; 10.748/2003; 10.940/2004; 11.129/2005 e 11.180/2005.

LEI 11.529, de 22/10/2007

Art. 4º: reduz a zero PIS/Pasep e Cofins na compra, por entes públicos, de veículos e embarcações para transporte escolar na zona rural.

ALTERA a Lei 10.865/2004. **ALTERADA** p/Leis 11.786/2008; 12.545/2011 e 12.712/2012.

LEI 10.880, de 09/06/2004

Art. 2º: institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), destinado a apoiar estados e municípios na oferta de transporte escolar na área rural.

ALTERADA p/Lei 11.947/2009.

MPV 2.183-56, de 24/08/2001

(...) Art. 5º: cria o Programa Nossa Terra-Nossa Escola. (...)

ALTERA o DEL 3.365/1941 e as Leis 4.504/1964; 8.177/1991 e 8.629/1993.

LEI 9.394, de 20/12/1996

Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Art. 28: estabelece a obrigatoriedade de adaptações às peculiaridades da vida rural na oferta de educação básica.

ALTERADA p/Lei 12.960/2014.

DEL 916, de 07/10/1969

Cria a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (Cincrutac).

LEI 3.965, de 29/09/1961

Cria uma Escola de Iniciação Agrícola em Buriti Alegre – GO.

LEI 3.215, de 19/07/1957

Cria a Escola Agrícola de Passo Fundo e a Escola de Iniciação Agrícola em Frederico Westphalen – RS.

EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL

DEL 9.758, de 05/09/1946

Transfere para Belterra (PA) e para o Vale do Solimões (AM) os aprendizados agrícolas de Belém e de Manaus, respectivamente, e cria a Escola de Iniciação Agrícola no Acre, todos subordinados ao Ministério da Agricultura.

DEL 5.409, de 14/04/1943

Cria um aprendizado agrícola, vinculado ao Ministério da Agricultura, em Cuiabá – MT.

DEL 5.408, de 14/04/1943

Cria um aprendizado agrícola, vinculado ao Ministério da Agricultura, junto à Escola Nacional de Agronomia, no Km 47 – RJ.

LEI 511, de 25/09/1937

Autoriza a criação de um aprendizado agrícola, vinculado ao Ministério da Agricultura, no Amazonas.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

7.352, de 04/11/2010

Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

6.768, de 10/02/2009

Disciplina o Programa Caminho da Escola.

DISPOSIÇÕES DA LEI AGRÍCOLA (LEI 8.171/91)

Art. 2º, inciso VI

Registra que um dos pressupostos da Política Agrícola é que a educação é um dos serviços essenciais a serem proporcionados ao homem do campo no processo de desenvolvimento agrícola.

Art. 4º, inciso IX e Parágrafo único

Incluem a formação profissional e a educação rural como referentes a “ações e instrumentos da Política Agrícola” e estabelecem que estes deverão se orientar pelos planos plurianuais.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

1 – Até as décadas de 1960-1970, as leis sobre educação no campo referiam-se, principalmente, à criação de escolas de iniciação agrícola ou equivalentes.

2 – O tema recebeu tratamento legislativo mais específico quando foi incluído, ainda que de forma tímida, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 1996). Mas é a partir da década de 2000 que ganha relevância, com a criação de diversos programas: Nossa Terra-Nossa Escola (MPV 2.183-56, de 2001), Projovem-Campo – Saberes da Terra (Lei 11.692, de 2008) e, talvez, o mais estruturado e mais amplo: o Pronera (Lei 11.947, de 2009).

3 – Além disso, observa-se que as leis que regulam políticas públicas na área da educação editadas modernamente sempre incluem dispositivos relacionados à educação no meio rural.

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 13.033, de 24/09/2014

Estabelece os percentuais de adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel. Estabelece que o biodiesel adicionado deva ser fabricado, preferencialmente, a partir de matérias-primas produzidas pela agricultura familiar. Autoriza a alteração do percentual mínimo e máximo de mistura de álcool na gasolina.

ALTERA as Leis 8.723/1993; 9.478/1997 e 11.097/2005.

LEI 12.715, de 17/09/2012

Art. 55: disposições tributárias relativas à venda de matéria-prima *in natura* de origem vegetal destinada à produção de biodiesel.

ALTERA a Lei 12.546/2011.

LEI 12.666, de 14/06/2012

Art. 2º: autoriza subvenção econômica, por equalização de taxas de juros, nos financiamentos para estocagem de álcool. Art. 5º: altera medidas econômicas relativas à política do álcool. (...)

ALTERA a Lei 10.453/2002. ALTERADA p/Leis 12.712/2012 e 12.865/2013.

LEI 12.546, de 14/12/2011

(...) Art. 47: altera a cobrança de PIS/Pasep e Cofins na aquisição de matérias-primas utilizadas na produção de biodiesel.

ALTERA a Lei 7.291/1984. ALTERADA p/Leis 12.715/2012; 12.865/2013 e 12.995/2014.

LEI 12.490, de 16/09/2011

Introduz dispositivos na lei que regula a matriz energética brasileira no que concerne aos biocombustíveis. Autoriza o Poder Executivo a alterar o percentual de álcool na gasolina. Altera dispositivo relativo à subvenção aos produtores independentes de cana-de-açúcar do Nordeste.

ALTERA as Leis 8.723/1993; 9.478/1997 e 12.249/2010.

LEI 11.922, de 13/04/2009

(...) Art. 19: autoriza equalização de taxas de juros nas operações a contratar para financiamento de estocagem de álcool e de capital de giro para agroindústrias, indústrias de máquinas e cooperativas agropecuárias. (...)

ALTERA as Leis 8.427/1992; 11.322/2006 e 11.775/2008.

LEI 11.478, de 29/05/2007

Cria o Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (FIP-IE) para financiar novos projetos de infraestrutura em energia, transporte, água e saneamento básico e irrigação.

LEI 11.196, de 21/11/2005

“Lei do Bem”. Dispõe sobre diversos assuntos. (...) Art. 121: estabelece descontos para energia elétrica na área rural.

ALTERA as Leis 8.666/1993; 9.718/1998; 10.438/2002; 10.925/2004 e as MPVs 2.158-35/2001 e 2.199-14/2001 e REVOGA a Lei 8.661/1993. ALTERADA p/Leis 11.487/2007 e 12.712/2012.

LEI 11.116, de 18/05/2005

Dispõe sobre registro especial de produtor de biodiesel e sobre tributação do produto.

ALTERA a Lei 11.097/2005.

LEI 11.097, de 13/01/2005

Introduz o biodiesel na matriz energética.

ALTERA as Leis 9.478/1997; 9.847/1999 e 10.636/2002. ALTERADA p/Leis 11.116/2005 e 13.033/2014.

LEI 11.075, de 30/12/2004

Altera disposições do Proinfa e do Programa de Expansão da Energia Elétrica.

ALTERA a Lei 10.438/2002.

LEI 10.889, de 25/06/2004

Altera disposições do Proinfa e do Programa de Expansão da Energia Elétrica.

ALTERA a Lei 10.438/2002.

LEI 10.848, de 15/03/2004

Altera disposições do Proinfa e do Programa de Expansão da Energia Elétrica.

ALTERA as Leis 9.478/1997 e 10.438/2002.

ENERGIA

LEI 10.762, de 11/11/2003

Altera disposições do Proinfa e do Programa de Expansão da Energia Elétrica.

ALTERA a Lei 10.438/2002.

LEI 10.696, de 02/07/2003

(...) Art. 18: altera o percentual de mistura de álcool à gasolina. (...).

ALTERA as Leis 8.723/1993 e 10.437/2002 e **REVOGA** as Leis 10.464/2002 e 10.646/2003. **ALTERADA** p/Leis 10.823/2003; 11.524/2007; 12.512/2011 e 13.001/2014.

LEI 10.464, de 24/05/2002

(...) Art. 16: altera o percentual de mistura de álcool à gasolina.

ALTERA as Leis 8.723/1993 e 10.177/2001. **ALTERADA** p/Lei 10.646/2003 e **REVOGADA** p/Lei 10.696/2003.

LEI 10.453, de 13/05/2002

Dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível.

ALTERADA p/Lei 12.666/2012.

LEI 10.438, de 26/04/2002

Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica. Art. 3º: cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa). Art. 13: autoriza a contratação de recursos do RGR com cooperativas de eletrificação rural e com as responsáveis pela implantação de infraestrutura em projetos de reforma agrária. Art. 25: estabelece tarifas de energia elétrica diferenciadas para a área rural.

ALTERA a Lei 9.427/1996. **ALTERADA** p/Leis 10.762/2003; 10.848/2004; 10.889/2004; 11.075/2004; 11.196/2005 e 12.873/2013.

MPV 2.198-5, de 24/08/2001

Estabelece diretrizes para enfrentamento da crise de energia. Art. 18: estabelece metas de redução de consumo para os consumidores rurais.

LEI 10.203, de 22/02/2001

Altera para a faixa de 24% e 20% o percentual de mistura de álcool à gasolina.

ALTERA a Lei 8.723/1993.

LEI 9.847, de 26/10/1999

Dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.

ALTERADA p/Lei 11.097/2005.

LEI 9.478, de 06/08/1997

Dispõe sobre a política energética nacional. Institui a Agência Nacional do Petróleo (ANP) (ver Lei 10.261/2001). Destina parte dos *royalties* para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.

REVOGA a Lei 2.004/1953. **ALTERADA** pelas Leis 9.986/2000; 9.990/2000; 10.202/2001; 10.848/2004; 10.871/2004; 11.097/2005; 11.540/2007; 12.114/2009; 12.490/2011 e 13.033/2014.

LEI 8.723, de 28/10/1993

Art. 9º: fixa em 22% o percentual obrigatório de adição de álcool à gasolina, com variação de 1%.

ALTERADA p/Leis 10.203/2001; 10.464/2002; 10.696/2003; 12.490/2011 e 13.033/2014.

LEI 8.631, de 04/03/1993

Art. 9º: estabelece que a Eletrobras destinará recursos da RGR para financiamento de programas de eletrificação rural.

ALTERA a Lei 5.655/1971.

LEI 7.731, de 14/02/1989

Extingue órgãos da administração: Conselho Nacional da Borracha (CNB) e Grupo Executivo de Eletrificação Rural (GEER).

DEL 2.459, de 25/08/1988

Concede isenção de IPI a aguardentes destinadas à produção de álcool combustível.

REJEITADO p/ADC de 14/6/1989.

LEI 7.451, de 26/12/1985

Prorroga até 1991 a isenção do Imposto Único Sobre Combustíveis incidente sobre o álcool combustível. Ver DELs 1.631/1978 e 1.690/1979.

ALTERA o DEL 1.785/1980.

ENERGIA

DEL 1.690, de 01/08/1979

Transfere ao Conselho Nacional do Álcool o estabelecimento das especificações de álcoois. Prorroga até 1985 a isenção do Imposto Único Sobre Combustíveis no álcool combustível.

ALTERA o DEL 1.631/1978.

DEL 1.631, de 02/08/1978

Sujeita também o álcool metílico à incidência do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gásosos e o isenta até 1979.

REVOGA o DEL 1.583/1977. ALTERADO p/DEL 1.690/1979.

DEL 1.583, de 18/11/1977

Sujeita o álcool etílico combustível ao Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis e o isenta até 1979.

REVOGA o DEL 1.409/1975. REVOGADO p/DEL 1.631/1978.

DEL 1.409, de 11/07/1975

Sujeita o álcool combustível de cana ao Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis e o isenta até 1979.

REVOGADO p/DEL 1.583/1977.

DEC 23.174, de 29/09/1933

Modifica o regulamento do IAA para dispor sobre a fiscalização da importação de gasolina para incentivo à produção interna de álcool.

ALTERA o DEC 22.981/1933.

DEC 22.789, de 01/06/1933

Cria o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) para equilibrar a produção de açúcar e estimular a do álcool. Ver Lei 8.029/1990.

ALTERADO p/DEC 22.981/1933.

DEC 20.356, de 01/09/1931

Institui, no Ministério da Agricultura, o serviço de fiscalização técnica das medidas decretadas para desenvolver o álcool-motor no país.

REVOGADO p/DEC 99.999/1991.

DEC 19.717, de 20/02/1931

Estabelece a aquisição obrigatória de álcool na proporção de 5% da gasolina importada.

REVOGADO p/DEC de 15/02/1991.

DEC 1.053, de 22/09/1903

Autoriza a liberação de recursos para a Exposição Industrial de Aparelhos a Álcool, promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

8.387, de 30/12/2014	Dispõem sobre o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica
7.520, de 08/07/2011	("Luz para todos").
8.221, de 01/04/2014	Redução da tarifa de energia elétrica para irrigação e aquicultura.
7.891, de 23/01/2013	Regulamenta a Lei 12.783/2013 que dispõe sobre energia elétrica.
7.768, de 27/06/2012	
6.458, de 14/05/2008	Dispõem sobre coeficientes de redução do PIS/Pasep e da Cofins sobre a produção e comercialização de biodiesel.
5.297, de 06/12/2004	
5.457, de 06/06/2005	
7.764, de 22/06/2012	Altera o Dec. 5.060/2004 e reduz a zero alíquotas da Cide sobre combustíveis.
5.882, de 31/08/2006	
5.025, de 30/03/2004	Regulamentam o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa; Lei 10.438/2002).
4.541, de 23/12/2002	
5.448, de 20/05/2005	Regulamenta dispositivo da Lei 11.097/2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira.
6.160, de 20/07/2007	Regulamenta dispositivos da Lei 9.074/1995 com vistas à regularização das cooperativas de eletrificação rural como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

3.966 , de 10/10/2001	Delega competência ao Ministro da Agricultura para fixar o percentual de adição de álcool à gasolina.
774 , de 18/03/1993	Regulamenta a Lei 8.631/1993, que dispõe sobre energia elétrica.
62.655 , de 03/05/1968	Regulamenta a execução de serviços de eletrificação rural.
3.152 , de 26/08/1999	Inclui as políticas de café, açúcar e álcool no Ministério da Agricultura.
3.546 , de 17/07/2000	Cria o Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool (Cima) no Ministério da Agricultura.
4.353 , de 30/08/2002	Institui medidas de política econômica de apoio à produção e à comercialização do álcool combustível (Lei 10.453/2002).
4.267 , de 12/06/2002	Regulamenta parte da Lei 10.453/2002 e dispõe sobre o sistema de deliberação do Cima.

DISPOSIÇÕES DA LEI AGRÍCOLA (LEI 8.171/1991)

Art. 2º, inciso VI	Registra que um dos pressupostos da Política Agrícola é que a eletrificação é um dos serviços essenciais a serem proporcionados ao homem do campo no processo de desenvolvimento agrícola.
Art. 4º, inciso XVII e Parágrafo único	Incluem a eletrificação rural como referente a “ações e instrumentos da Política Agrícola” e estabelecem que estes deverão se orientar pelos planos plurianuais.
Art. 23	Estabelece que as empresas que exploram economicamente águas represadas e as concessionárias de energia elétrica são responsáveis pelas alterações ambientais e obrigadas a recuperar o meio ambiente.
Art. 47, alínea f	Estabelece que o poder público deverá implantar obras de infraestrutura de energia para o bem-estar de comunidades rurais.
Capítulo XXI, arts. 93, 94 e 95	Estabelecem as diretrizes sobre eletrificação rural.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

1 – Há inúmeras outras leis relacionadas ao setor elétrico e ao setor petrolífero no âmbito das leis sobre energia. No entanto, aqui estão registradas apenas aquelas que dizem respeito mais diretamente ao setor agropecuário. Deve-se registrar que as leis que “organizam a administração federal” sempre atribuem ao Ministério da Agricultura a coordenação da eletrificação rural.

2 – Um aspecto relevante tratado pela legislação mais recente refere-se à introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, a partir da Lei 11.097, de 2005.

3 – Grande parte das leis tratam da Política de Álcool e, em especial, da mistura de álcool na gasolina.

4 – Ainda a destacar que a Lei 11.196, de 2005, dispõe sobre redução das tarifas de energia elétrica para consumidores da área rural.

5 – Finalmente, destaca-se que grande parte das leis editadas sobre o tema energia tratam de aspectos tributários relacionados a incentivos ao setor.

HABITAÇÃO RURAL

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 13.043, de 13/11/2014

Art. 60: altera finalidades do Programa Nacional de Habitação Rural no âmbito do PMCMV. (...)

ALTERA as Leis 9.393/1996; 11.775/2008; 11.977/2009 e 12.096/2009.

LEI 13.001, de 20/06/2014

Art. 1º e 2º: autorizam a liquidação, na forma do PNRH (do MCMV), de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária entre 1985 e 2013 para construção ou reforma de habitação (ver Lei 11.977/2009). (...)

ALTERA as Leis 5.868/1972; 8.629/1993; 8.918/1994; 9.782/1999; 10.696/2003; 11.775/2008; 12.429/2011; 12.806/2013 e 12.844/2013.

LEI 12.424, de 16/06/2011

Altera o Programa Minha Casa, Minha Vida, inclusive no que se refere ao PNHR.

ALTERA a Lei 11.977/2009.

LEI 12.249, de 11/06/2010

Art. 56: altera o PNHR no âmbito do PMCMV. (...)

ALTERA as Leis 9.126/1995; 11.110/2005; 11.775/2008 e 11.977/2009. **ALTERADA** p/Leis 12.490/2011; 12.599/2012; 12.678/2012 e 12.872/2013.

LEI 11.977, de 07/07/2009

Cria o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), voltado a agricultores familiares e trabalhadores rurais, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e detalha normas e diretrizes de aplicação.

ALTERADA p/Leis 12.249/2010; 12.424/2011 e 13.043/2014.

LEI 11.888, de 24/12/2008

Assegura assistência técnica pública e gratuita a famílias de baixa renda para a construção de habitação de interesse social.

ALTERA a Lei 11.124/2005.

LEI 11.718, de 20/06/2008

(...) Art. 5º: modifica o crédito rural destinado a agricultor familiar para incluir atividades não agropecuárias e construção ou reforma de habitação. (...)

ALTERA as Leis 5.889/1973; 8.171/1991; 8.212/1991 e 8.213/1991. **ALTERADA** p/Lei 11.775/2008.

LEI 11.124, de 16/06/2005

Institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Destina os recursos do FNHIS também a unidades habitacionais rurais.

ALTERADA p/Lei 11.888/2008.

DEL 1.963, de 14/10/1982

Dispõe sobre o Programa Nacional de Política Fundiária e sobre a destinação de seus recursos para projetos de construção de habitação para o trabalhador rural.

LEI 6.751, de 10/12/1979

Inclui habitação dos trabalhadores nos projetos de crédito rural.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

7.499, de 16/06/2011

Regulamenta dispositivos da Lei 11.977/2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.

DISPOSIÇÕES DA LEI AGRÍCOLA (LEI 8.171/1991)

Art. 2º, inciso VI

Registra que um dos pressupostos da Política Agrícola é que a habitação é um dos serviços essenciais a serem proporcionados ao homem do campo no processo de desenvolvimento agrícola.

Art. 4º, inciso XVI e Parágrafo único

Incluem a habitação como referente a “ações e instrumentos da Política Agrícola” e estabelecem que estes deverão se orientar pelos planos plurianuais.

Capítulo XX, arts. 87 e 89

Criam a política de habitação rural e estabelecem suas diretrizes.

HABITAÇÃO RURAL

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

1 – Antes de meados da década de 2000, apenas duas leis identificadas trazem disposições sobre habitação no meio rural.

2 – A partir de 2005, outras leis trazem disposições sobre o tema, denotando que passa a ser objeto de preocupação das políticas públicas voltadas para o meio rural.

3 – Em 2009, o tema ganha “*status*”, passando a constituir-se em item do Programa Minha Casa, Minha Vida, com a criação de um programa específico de habitação rural.

HONORÍFICAS

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 12.975, de 19/05/2014

Declara como “raça nacional” a raça de cavalos manga-larga marchador.

LEI 12.972, de 09/05/2014

Confere ao município de Abelardo Luz – SC o título de Capital Nacional da Semente de Soja.

LEI 12.892, de 13/12/2013

Declara Chico Mendes como Patrono do Meio Ambiente Brasileiro.

LEI 12.820, de 05/06/2013

Institui o Dia Nacional do Engenheiro de Pesca.

LEI 12.724, de 16/10/2012

Confere ao município de Sorriso – MT o título de Capital Nacional do Agronegócio.

LEI 12.643, de 15/05/2012

Institui o Dia Nacional da Silvicultura.

LEI 12.635, de 14/05/2012

Institui o Dia Nacional do Suinocultor.

LEI 12.633, de 14/05/2012

Institui o Dia Nacional da Educação Ambiental.

LEI 12.620, de 08/05/2012

Institui o Dia Nacional do Cooperativismo de Crédito.

LEI 12.533, de 02/12/2011

Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Mudanças Climáticas.

LEI 12.531, de 02/12/2011

Institui o Dia Nacional da Aquicultura.

LEI 12.500, de 04/10/2011

Institui o Dia Nacional do Distribuidor de Insumo Agrícola e Veterinário.

LEI 12.489, de 15/09/2011

Confere ao município de Barretos – SP o título de Capital Nacional do Rodeio.

LEI 12.447, de 15/07/2011

Inscreve o nome do grupo Seringueiros Soldados da Borracha no Livro dos Heróis da Pátria.

LEI 12.428, de 17/06/2011

Confere ao município de Holambra – SP o título de Capital Nacional das Flores.

LEI 12.389, de 03/03/2011

Institui o Dia Nacional do Calcário Agrícola.

LEI 12.386, de 03/03/2011

Institui o Dia Nacional do Extensionista Rural.

LEI 12.316, de 26/08/2010

Institui o Dia Nacional do Fiscal Federal Agropecuário.

LEI 12.238, de 19/05/2010

Confere ao município de Ipê – RS o título de Capital Nacional da Agricultura Ecológica.

LEI 12.221, de 12/04/2010

Cria a comenda Antônio Ernesto Werna de Salvo.

LEI 12.205, de 19/01/2010

Confere ao município de Nova Petrópolis – RS o título de Capital Nacional do Cooperativismo.

LEI 12.081, de 29/10/2009

Confere ao município de Não-Me-Toque – RS o título de Capital Nacional da Agricultura de Precisão.

HONORÍFICAS

LEI 12.077, de 29/10/2009

Institui o Dia Nacional da Alimentação.

LEI 11.928, de 17/04/2009

Institui o Dia do Vaqueiro Nordestino.

LEI 11.807, de 13/11/2008

Institui o Dia Nacional do Pesquisador.

LEI 11.797, de 29/10/2008

Institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

LEI 11.716, de 20/06/2008

Institui o Dia Nacional do Pecuarista.

LEI 11.675, de 19/05/2008

Designa o cupuaçu fruta nacional.

LEI 11.657, de 16/04/2008

Institui o Dia Nacional do Campo Limpo.

LEI 10.469, de 25/06/2002

Institui o dia 17 de abril como o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

LEI 7.876, de 13/11/1989

Institui o dia 15 de abril como o Dia Nacional da Conservação de Solos.

LEI 6.607, de 07/12/1978

Declara o pau-brasil árvore nacional e institui o Dia do Pau-brasil.

LEI 5.496, de 05/09/1968

Institui o Dia do Colono.

LEI 4.338, de 01/06/1964

Fixa o dia 25 de maio como o Dia do Trabalhador Rural.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

5.982, de 06/12/2006

Institui a medalha e o diploma Iniciativa para o Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária.

97.669, de 19/04/1989

Institui o Dia Nacional da Aviação Agrícola.

94.788, de 20/08/1987

Cria, no Ministério da Agricultura, a Medalha de Mérito Apolônio Salles.

48.630, de 27/07/1960

Institui o Dia do Agricultor, a ser comemorado em todo o país em 28 de julho.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

1 – Neste grupo estão leis que não têm nenhuma repercussão prática, exceto a homenagem a que se destinam. Observe-se que a maior parte desse tipo de lei foi editada nos últimos anos, denotando uma concentração de preferência por leis de tal natureza ou a facilidade de aprová-las.

INSUMOS, SERVIÇOS E MECANIZAÇÃO

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 12.890, de 10/12/2013

Inclui os remineralizadores como categoria de insumo destinado à agricultura.

ALTERA a Lei 6.894/1980.

LEI 12.865, de 09/10/2013

(...) Art. 34: inclui outros insumos vegetais na lista de suspensão de pagamento de PIS/Pasep e Cofins constante da Lei 12.350/2010. (...)

ALTERA a Lei 4.870/1965; 10.925/2004; 12.350/2010; 12.546/2011 e 12.666/2012.

LEI 12.794, de 02/04/2013

Arts. 5º a 11: instituem o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes (Reif).

LEI 12.730, de 14/11/2012

Amplia para 10 anos o prazo de validade da licença de comercialização de produtos de uso veterinário.

ALTERA o DEL 467/1969.

LEI 12.689, de 19/07/2012

Estabelece o medicamento genérico de uso veterinário e introduz diversas alterações na regulamentação da produção e do registro de medicamentos veterinários.

ALTERA o DEL 467/1969.

LEI 12.545, de 14/12/2011

Art. 9º: inclui empresas dos setores de fertilizantes e defensivos no rol daquelas beneficiadas por subvenção econômica por equalização de taxa de juros e bônus de adimplência prevista na Lei 11.529/2007.

ALTERA a Lei 11.529/2007.

LEI 12.500, de 04/10/2011

Institui o Dia Nacional do Distribuidor de Insumo Agrícola e Veterinário.

LEI 12.389, de 03/03/2011

Institui o Dia Nacional do Calcário Agrícola.

LEI 10.925, de 23/07/2004

Art. 1º: reduz a zero as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins sobre importação e venda de fertilizantes, defensivos, sementes e mudas, corretivos, inoculantes e outros insumos. Art. 6º: inclui sêmenes e embriões nos itens cujas alíquotas de PIS/Pasep e Cofins são zero, conforme artigo 28 da Lei 10.865/2004. (...)

ALTERA as Leis 10.833/2003 e 10.865/2004. **ALTERADA** p/Leis 11.051/2004; 11.196/2005; 11.488/2007; 11.051/2004; 11.787/2008; 12.655/2012; 12.766/2012; 12.839/2013 e 12.865/2013.

LEI 10.711, de 05/08/2003

Lei de Sementes.

REVOGA a Lei 6.507/1977.

LEI 9.974, de 06/06/2000

Modifica a Lei dos Agrotóxicos.

ALTERA a Lei 7.802/1989.

LEI 8.522, de 11/12/1992

Extingue a cobrança de taxas: de inspeção (de insumos e sobre o abate); do IAA (sobre o açúcar) e outras, instituídas pelos DELs 308/1967; 1.712/1979; 1.899/1981 e 1.952/1982.

LEI 8.132, de 26/12/1990

Conceitua máquina e implemento agrícolas para fins de regulação do comércio.

ALTERA a Lei 6.729/1979.

LEI 8.032, de 12/04/1990

Dispõe sobre isenção ou redução de Imposto de Importação sobre máquinas, insumos e alimentos.

REVOGA o DEL 1.953/1982. **ALTERADA** p/Leis 10.184/2001; 10.206/2001 e 10.964/2004.

INSUMOS, SERVIÇOS E MECANIZAÇÃO

LEI 7.802, de 11/07/1989

Lei dos Agrotóxicos.

ALTERADA p/Lei 9.974/2000.

DEL 2.434, de 19/05/1988

Autoriza a isenção ou redução de Imposto de Importação para fertilizantes e defensivos.

ALTERA a Lei 3.244/1957.

LEI 6.894, de 16/12/1980

Dispõe sobre inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes.

REVOGA a Lei 6.138/1974. **ALTERADA** p/Leis 6.934/1981 e 12.890/2014 e p/DEL 1.899/1981.

LEI 6.507, de 19/12/1977

Dispõe sobre inspeção e fiscalização da produção e do comércio de sementes e mudas. Ver DEL 1.899/1981.

REVOGA a Lei 4.727/1965. **REVOGADA** p/Lei 10.711/2003.

LEI 6.446, de 05/10/1977

Dispõe sobre inspeção e fiscalização do sêmen destinado à inseminação artificial em animais domésticos. Ver DEL 1.899/1981.

LEI 6.198, de 26/12/1974

Dispõe sobre inspeção e fiscalização de produtos destinados à alimentação animal. Ver DEL 1.899/1981.

REVOGA a Lei 4.736/1965.

LEI 6.138, de 08/11/1974

Dispõe sobre inspeção e fiscalização do comércio de fertilizantes, corretivos e inoculantes.

REVOGA o DEC 3.508/1918 e o DEL 3.802/1941. **REVOGADA** p/Lei 6.894/1980.

DEL 917, de 07/10/1969

Dispõe sobre o emprego da aviação agrícola.

DEL 37, de 18/11/1966

Isenta sementes, espécies vegetais para plantio e reprodutores do Imposto de Importação.

LEI 5.168, de 21/10/1966

Cria a Companhia Brasileira de Serviços Agrícolas (Cosagri) no Ministério da Agricultura para fomento à produção.

LEI 5.067, de 06/07/1966

Dispõe sobre a produção e a importação de fertilizantes.

ALTERA a Lei 3.244/1957.

LEI 4.966, de 04/05/1966

Isenta de Imposto de Importação os insumos e equipamentos agrícolas para imigrantes.

LEI 4.736, de 15/07/1965

Dispõe sobre inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal.

REVOGADA p/Lei 6.198/1974.

LEI 4.727, de 13/07/1965

Dispõe sobre a fiscalização do comércio de sementes e mudas.

REVOGADA p/Lei 6.507/1977.

LEI 4.060, de 08/05/1962

Isenta os fertilizantes do Imposto de Consumo.

LEI 3.927, de 26/07/1961

Isenta o sulfato cúprico do Imposto de Consumo.

LEI 3.244, de 14/08/1957

Art. 50: estabelece favorecimento cambial na importação de fertilizantes, inseticidas e trigo.

ALTERA a Lei 2.145/1953. **ALTERADA** p/Lei 5.067/1966.

LEI 1.939, de 10/08/1953

Dispõe sobre a cooperação com agricultores para produção de sementes de trigo.

INSUMOS, SERVIÇOS E MECANIZAÇÃO

LEI 1.750, de 04/12/1952

Autoriza verba para o Ministério da Agricultura revender inseticidas e distribuir gratuitamente sementes para pequenos agricultores.

LEI 404, de 24/09/1948

Concede incentivos à implantação, por empresas ou cooperativas, de serviços de mecanização agrícola.

DEL 9.652, de 23/08/1946

Isenta máquinas e ferramentas agrícolas de direitos de importação até o final do ano. Ver DEL 300/1938.

DEL 8.385, de 17/12/1945

Autoriza o Ministério da Agricultura a firmar acordo com o estado de São Paulo para produzir sementes de milho híbrido e incentivar sua difusão.

DEL 3.802, de 06/11/1941

Altera o regulamento do comércio de adubos químicos, modificando disposições dos DECs 3.508/1918 e 14.177/1920.

REVOGADO p/Lei 6.138/1974.

DEL 2.019, de 14/02/1940

Altera as normas de proibição de exportação de ossos e adubos fosfatados.

ALTERA o DEL 1.774/1939.

DEL 1.774, de 16/11/1939

Proíbe a exportação de ossos e adubos fosfatados.

ALTERADO p/DEL 2.019/1940.

DEL 1.062, de 20/01/1939

Concede abatimento, nas ferrovias da União, no valor do frete de materiais e animais de serviço destinados ao fomento da produção agrícola.

DEL 69, de 15/12/1937

Transfere a gestão da Fábrica de Ferro Ipanema, em Sorocaba – SP, do Ministério da Guerra para o da Agricultura para instalação de usina de fertilizantes fosfatados.

DEC 22.982, de 25/07/1933

Estabelece medidas de fiscalização e controle da produção e distribuição de sementes de algodão.

DEC 21.734, de 16/08/1932

Estabelece medidas tendentes a regularizar a importação de tubérculos selecionados de batatinha destinados ao plantio.

DEC 16.271, de 19/12/1923

Aprova Regulamento para Fiscalização do Comércio de Inseticidas e Fungicidas.

DEC 14.177, de 20/05/1920

Regulamenta a definição e punição da falsificação dos adubos químicos e da regulação de seu comércio. Ver DEC 3.508/1918 e DEL 3.802/1941.

DEC 3.508, de 10/07/1918

Define o delito da falsificação de adubos químicos e regula seu comércio. Ver DECs 14.177/1920 e 3.802/1941.

REVOGADO p/Lei 6.138/1974.

LEI 2.210, de 28/12/1909

Autoriza isenção de direitos aduaneiros a equipamentos agrícolas e de beneficiamento, sementes e mudas, abelhas e outros itens e franquias às sociedades de agricultura. (...)

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

8.205, de 12/03/2014 Atribuições dos cargos de Atividades Técnicas de Fiscalização Agropecuária e outros.

6.461, de 21/05/2008 Altera o Dec. 5.630/2005, que reduz PIS/Pasep e Cofins de vários insumos (Leis 10.925/2004 e 11.488/2007).

5.630, de 22/12/2005 Reduz a zero as alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins incidentes na importação e na comercialização, no mercado interno, de adubos, fertilizantes, defensivos agropecuários e outros produtos (Lei 10.925/2004).

INSUMOS, SERVIÇOS E MECANIZAÇÃO

5.153 , de 23/07/2004	Regulamenta a Lei 10.711/2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas.
7.324 , de 05/10/2010	Instituem e regulamentam o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (“Luz para Todos”).
6.442 , de 25/04/2008	
4.873 , de 11/11/2003	
3.471 , de 18/05/2000	Dispõe sobre harmonização de nomenclatura para o comércio intrarregional de sementes com países da América do Sul.
99.427 , de 31/07/1990	Desregulamenta o processo de renovação de registro ou licença para produção e comercialização de produtos, serviços e insumos agropecuários (e altera os Dec. 76.986/1976 e 86.765/1981).

DISPOSIÇÕES DA LEI AGRÍCOLA (LEI 8.171/1991)

Art. 3º, inciso XIV	Estabelece que a promoção da idoneidade dos insumos e serviços empregados na agricultura é um dos objetivos da Política Agrícola.
Art. 5º, § 3º	Estabelece que deverá ser constituída Câmara Setorial de Insumos, entre outras, no CNPA.
Art. 30, inciso XV	Estabelece que o Ministério da Agricultura manterá sistema de informação amplo para divulgação de dados da indústria de insumos.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

1 – Neste grupo de leis há enorme variação quanto à natureza dos diplomas. Percebe-se que as leis mais antigas estavam relacionadas, sobretudo, ao fomento. Em outros momentos, estavam voltadas às questões de registro e fiscalização e, em outros ainda, concentravam-se nos aspectos tributários dos insumos.

2 – Quatro leis se destacam nesse grupo por sua importância como regulamentadoras de aspectos de relevância para o setor agropecuário:

2.1 – A Lei de Agrotóxicos (Lei 7.802, de 1989 – modificada pela Lei 9.974, de 2000), que estabelece o marco regulatório do registro, da produção e da comercialização dos agrotóxicos, com envolvimento de três ministérios.

2.2 – A Lei de Sementes (Lei 10.711, de 2003), que traz inovações em relação ao papel do Estado. De acordo com a lei anterior, revogada, a certificação de sementes era atribuição estatal. A atual retira essa atribuição, transferindo-a aos próprios produtores de sementes, desde que autorizados pelo Ministério da Agricultura. Por essa e outras modificações introduzidas na legislação, esta lei seguiu o padrão de redução das ações estatais no campo da agropecuária, deixando ao Estado, preponderantemente, o papel normativo em vez de executivo.

2.3 – A Lei 12.689, de 2012, que estabelece o medicamento genérico de uso veterinário.

2.4 – O DEL 917, de 1969, que regulamenta o uso da aviação agrícola.

MEIO AMBIENTE

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 13.052, de 08/12/2014

Determina que os animais apreendidos em infrações referentes a atividades lesivas ao meio ambiente sejam libertados em seu *habitat*.

ALTERA a Lei 9.605/1998.

LEI 13.026, de 03/09/2014

Inclui cargos de pessoal do ICMBio na carreira de Especialista em Meio Ambiente.

ALTERA as Leis 10.410/2002 e 11.357/2006.

LEI 12.810, de 15/05/2013

Art. 14: isenta de PIS/Pasep e Cofins as instituições financeiras públicas que receberem doações para promoção da conservação e uso sustentável dos biomas previstas na Lei 11.828/2008. (...)

ALTERA as Leis 6.015/1973; 11.110/2005 e 11.828/2008.

LEI 12.778, de 28/12/2012

Dispõe sobre a remuneração de cargos técnicos da Fiscalização Federal Agropecuária, da carreira de Especialista em Meio Ambiente e do Plano de Cargos do MMA e do Ibama.

ALTERA as Leis 10.410/2002; 10.484/2002; 11.090/2005; 11.156/2005; 11.344/2006 e 11.357/2006.

LEI 12.727, de 17/10/2012

Introduz diversas alterações no novo Código Florestal.

ALTERA a Lei 12.651/2012.

LEI 12.651, de 25/05/2012

Novo Código Florestal.

ALTERA as Leis 6.938/1981; 9.393/1996 e 11.428/2006 e **REVOGA** as Leis 4.771/1965 e 7.754/1989 e a MPV 2.166-67/2001.

ALTERADA p/Lei 12.727/2012.

LEI 12.633, de 14/05/2012

Institui o Dia Nacional da Educação Ambiental.

LCP 140, de 08/12/2011

Fixa normas para a cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios para o exercício da competência comum na preservação do meio ambiente. Descentraliza algumas ações de licenciamento e fiscalização ambiental.

ALTERA a Lei 6.938/1981.

LEI 12.533, de 02/12/2011

Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Mudanças Climáticas.

LEI 12.305, de 02/08/2010

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

ALTERA a Lei 9.605/1998.

LEI 12.187, de 29/12/2009

Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Prevê a criação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE).

LEI 12.114, de 09/12/2009

Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, destinando-lhe recursos decorrentes da exploração do petróleo.

ALTERA a Lei 9.478/1997.

LEI 11.936, de 14/05/2009

Proíbe a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso do DDT.

LEI 11.828, de 20/11/2008

Suspende a incidência de PIS/Pasep e Cofins sobre doações a instituições financeiras públicas quando destinadas à preservação ambiental e ao combate ao desmatamento.

ALTERADA p/Lei 12.810/2013.

LEI 11.657, de 16/04/2008

Institui o Dia Nacional do Campo Limpo.

MEIO AMBIENTE

LEI 11.516, de 28/08/2007

Cria o Instituto Chico Mendes, desmembrando o Ibama e alterando suas atribuições.

ALTERA as Leis 7.735/1989; 7.957/1989; 8.028/1990; 9.985/2000; 10.410/2002; 11.156/2005; 11.284/2006; 11.357/2006 e a MPV 2.216-37/2001 .

LEI 11.490, de 20/06/2007

Arts. 15 e 19: modificam o Plano Especial de Cargos do MMA e do Ibama (Pecma). (...)

ALTERA a Lei 11.357/2006.

LEI 11.460, de 21/03/2007

Veda pesquisa e plantio de OGM em unidades de conservação e em terras indígenas. Permite, sob condições, o plantio de OGM em APAs e nas zonas de amortecimento e áreas que circundam as UCs. (...)

ALTERA as Leis 9.985/2000; 10.814/2003 e 11.105/2005.

LEI 11.428, de 22/12/2006

Dispõe sobre a utilização e a proteção da vegetação nativa do bioma mata Atlântica (ver Lei 9.985/2000). Dispõe sobre a Reserva Legal em todos os biomas por alteração no Código Florestal (ver MPV 2.166-67/2001).

ALTERA as Leis 4.771/1965; 9.393/1996 e 9.605/1998. **ALTERADA** p/Lei 12.651/2012.

LEI 11.357, de 19/10/2006

Cria o Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama (Pecma). Dispõe sobre o Plano Especial de Cargos da Anvisa.

ALTERA a Lei 10.410/2002. **ALTERADA** p/Leis 11.490/2007; 11.516/2007; 12.778/2012 e 13.026/2014.

LEI 11.284, de 02/03/2006

Dispõe sobre a gestão de florestas públicas. Institui o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, interligado ao Sistema Nacional de Cadastro Rural. Ver Leis 9.433/1997; 9.985/2000 e 10.650/2003.

ALTERA as Leis 4.771/1965; 5.868/1972; 6.015/1973; 6.938/1981 e 9.605/1998. **ALTERADA** p/Lei 11.516/2007.

LEI 11.156, de 29/07/2005

Cria gratificações de desempenho para Especialistas e Técnicos de Meio Ambiente.

ALTERADA p/Leis 11.516/2007 e 12.778/2012.

LEI 11.132, de 04/07/2005

Estabelece alterações no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

ALTERA a Lei 9.985/2000.

LEI 10.650, de 16/04/2003

Dispõe sobre o acesso público aos dados dos órgãos e entidades do Sisnama. Ver Lei 6.938/1981.

LEI 10.410, de 11/01/2002

Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente. Art. 27: cria cargos na ANA, instituída pela Lei 9.984/2000.

ALTERADA p/Leis 11.357/2006; 11.516/2007; 12.778/2012 e 13.026/2014.

MPV 2.216-37, de 31/08/2001

Estabelece alterações na organização da administração pública. Dispõe sobre o Ibama. (...)

ALTERA as Leis 6.634/1979; 7.735/1989; 7.804/1989; 8.167/1991; 9.257/1996 e 9.649/1998. **ALTERADA** p/Lei 11.516/2007.

MPV 2.166-67, de 24/08/2001

Estabelece várias alterações no Código Florestal. Define pequena propriedade ou posse familiar. Redefine Área de Preservação Permanente e Reserva Legal. Redefine área da Amazônia Legal. Dispõe sobre Serviço Florestal. Institui a Cota de Reserva Florestal (CRF). Aumenta limites da Reserva Legal. Dispõe sobre isenção de ITR.

ALTERA as Leis 4.771/1965 e 9.393/1996. **REVOGADA** p/Lei 12.651/2012.

MPV 2.186-16, de 23/08/2001

Regulamenta o acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional.

MPV 2.163-41, de 23/08/2001

Estabelece alterações na Lei dos Crimes Ambientais.

ALTERA a Lei 9.605/1998 .

MEIO AMBIENTE

LEI 10.228, de 29/05/2001

Determina, na Lei Agrícola, o cadastramento e a recuperação de áreas desertificadas.
ALTERA a Lei 8.171/1991.

LEI 10.165, de 27/12/2000

Altera a Política Nacional de Meio Ambiente. Dispõe sobre a taxa de fiscalização ambiental.
ALTERA a Lei 6.938/1981. ALTERADA p/Lei 11.105/2005.

LEI 9.985, de 18/07/2000

Cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).
ALTERA as Leis 4.771/1965; 5.197/1967; 6.938/1981 e 9.605/1998. ALTERADA p/Leis 11.132/2005; 11.460/2007 e 11.516/2007.

LEI 9.960, de 28/01/2000

Estabelece preços a serem cobrados pelo Ibama e institui taxas de fiscalização ambiental.
ALTERA a Lei 6.938/1981.

LEI 9.795, de 27/04/1999

Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

LEI 9.605, de 12/02/1998

Lei dos Crimes Ambientais. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

ALTERADA p/Leis 9.985/2000; 11.284/2006; 11.428/2006; 13.052/2014 e p/ MPV 2.163-41/2001.

LEI 9.111, de 10/10/1995

Modifica a Lei de Proteção à Fauna, com disposições sobre peles de animais silvestres.
ALTERA a Lei 5.197/1967.

LEI 9.008, de 21/03/1995

Cria o Conselho Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos para indenização de danos ambientais e outros. Ver Lei 7.347/1985.

LEI 8.028, de 12/04/1990

Dispõe sobre a organização da administração pública: Ministério da Agricultura, Ibama (art. 35) e Ceplac (art. 23). Ver Lei 7.804/1989.

ALTERA as Leis 6.938/1981; 7.735/1989 e 7.797/1989. ALTERADA p/Leis 8.090/1990; 8.344/1991 e 11.516/2007.

LEI 8.005, de 22/03/1990

Dispõe sobre cobrança e atualização dos créditos do Ibama.

LEI 7.957, de 20/12/1989

Dispõe sobre a direção e o pessoal do Ibama.

ALTERA a Lei 7.735/1989. ALTERADA p/Lei 11.516/2007.

LEI 7.876, de 13/11/1989

Institui o dia 15 de abril como o Dia Nacional da Conservação de Solos.

LEI 7.875, de 13/11/1989

Modifica o Código Florestal para dar destinação a parte da receita com ingressos nos parques nacionais.
ALTERA a Lei 4.771/1965.

LEI 7.804, de 18/07/1989

Estabelece alterações na Política Nacional de Meio Ambiente.

ALTERA as Leis 6.902/1981; 6.938/1981 e 7.735/1989. ALTERADA p/MPV 2.216-37/2001.

LEI 7.803, de 18/07/1989

Altera vários dispositivos do Código Florestal.

ALTERA a Lei 4.771/1965 e REVOGA as Leis 6.535/1978 e 7.511/1986.

LEI 7.797, de 10/07/1989

Institui o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dispõe sobre sua gestão e a aplicação de seus recursos.

ALTERADA p/Leis 8.028/1990 e 8.134/1990.

MEIO AMBIENTE

LEI 7.754, de 14/04/1989

Estabelece medidas para proteção de florestas nas nascentes.

REVOGADA p/Lei 12.651/2012.

LEI 7.735, de 22/02/1989

Extingue a Sema e a Sudepe e cria o Ibama, que incorpora também o acervo do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e da Sudhevea.

ALTERADA p/Leis 7.804/1989; 7.957/1989; 8.028/1990 e 11.516/2007 e p/MPV 2.216-37/2001.

LEI 7.732, de 14/02/1989

Extingue autarquias e fundações no Plano Verão: Sudhevea e IBDF.

LEI 7.661, de 16/05/1988

Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.

LEI 7.653, de 12/02/1988

Estabelece penas para infrações ambientais relativas à fauna e à pesca.

ALTERA a Lei 5.197/1967.

LEI 7.584, de 06/01/1987

Dá destinação aos produtos apreendidos pela fiscalização ambiental na proteção à fauna.

ALTERA a Lei 5.197/1967.

LEI 7.511, de 07/07/1986

Altera vários dispositivos do Código Florestal.

ALTERA a Lei 4.771/1965. REVOGADA p/ Lei 7.803/1989.

LEI 7.347, de 24/07/1985

Disciplina a ação pública por danos ao meio ambiente.

LEI 6.938, de 31/08/1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Cria o Conama.

ALTERADA p/Leis 7.804/1989; 8.028/1990; 9.960/2000; 9.966/2000; 9.985/2000; 10.165/2000; 11.105/2005; 11.284/2006; 12.651/2012 e p/LCP 140/2011.

LEI 6.902, de 27/04/1981

Dispõe sobre a criação de estações ecológicas e APAs.

ALTERADA p/Lei 7.804/1989.

LEI 6.607, de 07/12/1978

Declara o pau-brasil árvore nacional e institui o Dia do Pau-brasil.

LEI 6.576, de 30/09/1978

Proíbe o abate de açaizeiro.

LEI 6.535, de 15/06/1978

Estabelece alteração no Código Florestal.

ALTERA a Lei 4.771/1965. REVOGADA p/Lei 7.803/1989.

LEI 6.225, de 14/07/1975

Lei da Conservação de Solos.

LEI 5.870, de 26/03/1973

Modifica o Código Florestal para estabelecer punição pela produção de carvão com madeira de lei.

ALTERA a Lei 4.771/1965.

LEI 5.868, de 12/12/1972

Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural. Ver Lei 4.504/1964.

ALTERA a Lei 4.771/1965 e os DELs 57/1966 e 1.146/1970. ALTERADA p/Leis 10.267/2001; 11.284/2006; 12.651/2012 e 13.001/2014 e p/RSF 009/2005.

DEL 289, de 28/02/1967

Cria o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Extingue o Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura e o Instituto Nacional do Pinho. Ver DELs 4.813/1942 e 3.782/1960 e Leis 7.732/1989 e 7.735/1989.

MEIO AMBIENTE

LEI 5.197, de 03/01/1967

Dispõe sobre a proteção à fauna e sobre a caça.

REVOGA o DEL 5.894/1943. **ALTERADA** p/Leis 7.584/1987; 7.653/1988; 7.679/1988; 9.111/1995 e 9.985/2000.

LEI 5.106, de 02/09/1966

Modifica o Código Florestal para inserir disposições sobre incentivos fiscais para empreendimentos florestais. Ver Lei 4.504/1964 e DELs 1.134/1970 e 1.179/1971.

ALTERA as Leis 4.771/1965 e 4.862/1965. **ALTERADA** p/DEL 1.338/1974 .

LEI 4.771, de 15/09/1965

Institui o novo Código Florestal. Ver Lei 7.754/1989.

REVOGA o DEC 23.793/1934. **ALTERADA** p/Leis 5.106/1966; 5.868/1972; 5.870/1973; 6.535/1978; 7.511/1986; 7.803/1989; 7.875/1989; 9.985/2000; 11.284/2006; 11.428/2006 e p/MPV 2.166-67/2001 e **REVOGADA** p/Lei 12.651/2012.

LEI 3.824, de 23/11/1960

Torna obrigatória a destoca de bacias hidráulicas de açudes e represas.

LEI 2.553, de 03/08/1955

Proíbe a exportação de couro de jacaré em bruto.

DEL 9.898, de 16/09/1946

Autoriza o Ministro da Fazenda a flexibilizar a proibição de exportação de gêneros de primeira necessidade, madeiras e couros instituída pela DEL 9.647/1946.

DEL 9.647, de 22/08/1946

Proíbe a exportação de gêneros de primeira necessidade, madeiras e couros. Ver DEL 9.898/1946.

DEL 6.236, de 02/02/1944

Altera dispositivos do Código de Caça.

ALTERA o DEL 5.894/1943.

DEL 5.894, de 20/10/1943

Aprova e baixa o Código de Caça.

REVOGA os DELs 1.210/1939; 1.768/1939; 2.772/1940; 3.622/1941 e 3.942/1941. **ALTERADO** p/DEL 6.236/1944 e **REVOGADO** p/Lei 5.197/1967.

DEL 4.813, de 08/10/1942

Reorganiza o Instituto Nacional do Pinho. Ver DEL 3.124/1941.

DEL 4.135, de 26/02/1942

Altera o Código Florestal com relação ao Conselho Florestal.

ALTERA o DEC 23.793/1934 .

DEL 3.942, de 17/12/1941

Institui o “Selo Pro-fauna” para pagamento de licenças e multas previstas no Código de Caça. Ver DEL 1.210/1939.

REVOGADO p/DEL 5.894/1943.

DEL 3.622, de 17/09/1941

Altera o Código de Caça.

REVOGADO p/DEL 5.894/1943.

DEL 3.124, de 19/03/1941

Cria o Instituto Nacional do Pinho. Ver DELs 4.813/1942 e 289/1967.

DEL 2.772, de 11/11/1940

Altera a composição do Conselho Nacional da Caça. Ver DEL 1.210/1939.

REVOGADO p/DEL 5.894/1943.

DEL 1.768, de 11/11/1939

Estabelece penalidades pelas infrações ao Código de Caça.

REVOGADO p/ DEL 5.894/1943.

DEL 1.210, de 12/04/1939

Aprova e baixa o Código de Caça. Ver DEL 2.772/1940.

REVOGA o DEC 23.672/1934. **REVOGADO** p/DEL 5.894/1943.

MEIO AMBIENTE

LEI 151, de 20/12/1935

Altera o Código de Caça e Pesca, ampliando a pesca “costeira” para os amadores.
ALTERA o DEC 23.672/1934.

LEI 117, de 14/11/1935

Determina a realização de estudo para estabelecer normas de exportação de orquídeas.

DEC 24.645, de 10/07/1934

Estabelece medidas de proteção aos animais.

DEC 23.793, de 23/01/1934

Aprova o Código Florestal.

ALTERADO p/DEL 4.135/1942 e REVOCADO p/Lei 4.771/1965.

DEC 23.672, de 02/01/1934

Aprova o Código de Caça e Pesca.

ALTERADO p/Lei 151/1935 e p/DEL 794/1938 e REVOCADO p/DEL 1.210/1939.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

8.235 , de 05/05/2014	Normas gerais aos programas de regularização ambiental. Institui o Programa Mais Ambiente.
7.029 , de 10/12/2009	Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais (Programa Mais Ambiente).
8.099 , de 04/09/2013	Transfere centros especializados do Ibama para o ICMBio.
7.957 , de 12/03/2013	Institui o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente.
7.719 , de 11/04/2012	
7.640 , de 09/12/2011	
7.497 , de 09/06/2011	Dispõem sobre as infrações e sanções administrativas relacionadas ao meio ambiente e estabelecem o processo administrativo federal para apuração dessas infrações. Referem-se à Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998).
6.695 , de 15/12/2008	
6.686 , de 10/12/2008	
6.514 , de 22/07/2008	
7.620 , de 21/11/2011	Altera o DEC 4.449/2002, que regulamenta a Lei 10.267/2001, relativa ao Cadastro Ambiental Rural (CAR).
6.321 , de 21/12/2007	Dispõe sobre ações relativas à prevenção, ao monitoramento e ao controle de desmatamento no bioma Amazônia. Altera o Dec. 3.179/1999, que dispõe sobre os crimes ambientais.
7.830 , de 17/10/2012	Dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural de que trata a Lei 12.651/2012.
7.643 , de 15/12/2011	Regulamentam parte da Lei 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).
7.390 , de 09/12/2010	Regulamenta a Lei 12.114/2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC).
7.343 , de 26/10/2010	Institui o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM).
6.263 , de 21/11/2007	
7.572 , de 28/09/2011	Regulamenta a MPV 535/2011 (Lei 12.512/2011) no que se refere ao Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Programa Bolsa Verde).
7.302 , de 15/09/2010	Instituem, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado (Programa Cerrado Sustentável).
5.577 , de 08/11/2005	
7.404 , de 23/12/2010	Regulamenta a Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
7.008 , de 12/11/2009	Institui a Operação Arco Verde no âmbito do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal.
6.985 , de 20/10/2009	
5.877 , de 17/08/2006	Regulamentam a Lei 7.797/1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente.
3.524 , de 26/06/2000	
6.874 , de 05/06/2009	Institui, no MMA e no MDA, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF).
6.660 , de 21/11/2008	Regulamenta dispositivos da Lei 11.428/2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica.

MEIO AMBIENTE

6.565 , de 15/09/2008	Dispõe sobre tributação aplicável às doações recebidas por bancos públicos para ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras. Ver MPV 438/2008 (Lei 11.828/2008).
6.472 , de 05/06/2008	Altera o DEC 4.722/2003, que estabelece critérios para exploração do mogno.
7.130 , de 11/03/2010	Autoriza a redução da área de recomposição de reserva legal. Ver DEC 4.297/2002 e Lei 4.771/1965.
6.469 , de 30/05/2008	Autoriza a redução da recomposição da reserva legal na Zona 1 do Acre.
5.875 , de 15/08/2006	Autoriza a redução da área de recomposição de reserva legal na Zona 1 do estado de Rondônia.
6.063 , de 20/03/2007	Regulamenta dispositivos da Lei 11.284/2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável.
5.795 , de 05/06/2006	Dispõe sobre a composição e o funcionamento da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/2006).
5.794 , de 05/06/2006	Altera o DEC 3.420/2000, que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Florestas (PNF).
1.298 , de 27/10/1994	Aprova o Regulamento das Florestas Nacionais.
6.043 , de 12/02/2007	Altera o DEC 4.703/2003, que dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio) e a Comissão Nacional de Biodiversidade.
5.758 , de 13/04/2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP).
5.950 , de 31/10/2006	Estabelece limites para o plantio de OGM nas unidades de conservação e seu entorno (Lei 9.985/2000).
6.848 , de 14/05/2009	Altera o DEC 4.340/2002 para regulamentar a compensação ambiental.
4.519 , de 13/12/2002	Dispõe sobre o serviço voluntário nas unidades de conservação.
5.746 , de 05/04/2006	
4.340 , de 22/08/2002	Regulamentam dispositivos da Lei 9.985/2000 sobre o SNUC.
5.566 , de 26/10/2005	
4.927 , de 23/12/2003	
2.119 , de 13/01/1997	Dispõem sobre o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil.
4.326 , de 08/08/2002	Institui o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) no MMA.
5.758 , de 13/04/2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias.
6.792 , de 10/03/2009	Altera o DEC 99.274/1990 sobre a composição e o funcionamento do Conama.
99.274 , de 06/06/1990	Regulamentam as Leis 6.902/1981 e 6.938/1981, que dispõem sobre estações ecológicas e áreas de proteção ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Dispõem sobre o Conama.
3.942 , de 27/09/2001	
122 , de 17/05/1991	
4.281 , de 25/06/2002	Regulamenta a Lei 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
1.306 , de 09/11/1994	Regulamenta o Fundo de Defesa de Direitos Difusos (Lei 7.347/1985 – danos ao meio ambiente).
4.792 , de 23/07/2003	Cria a Câmara de Política de Recursos Naturais do Conselho de Governo.
4.703 , de 21/05/2003	Dispõem sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio) e a Comissão Nacional da Biodiversidade.
5.312 , de 15/12/2004	
2.519 , de 16/03/1998	Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro em 05 de junho de 1992.
4.339 , de 22/08/2002	Institui princípios e diretrizes para implementação da Política Nacional da Biodiversidade.
5.092 , de 21/05/2004	Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade.
750 , de 10/02/1993	Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica.
5.794 , de 05/06/2006	
3.420 , de 20/04/2000	Dispõem sobre a criação do Programa Nacional de Florestas (PNF) e sobre o Conaflor (alterado em 2007).
4.864 , de 24/10/2003	

MEIO AMBIENTE

5.300 , de 07/12/2004	Regulamenta a Lei 7.661/1988, que institui o Plano de Gerenciamento Costeiro.
2.661 , de 08/07/1998	Regulamentam o parágrafo único do artigo 27 da Lei 4.771/1965 (Código Florestal), sobre o uso do fogo na agricultura.
3.010 , de 30/03/1999	
98.897 , de 30/01/1990	Dispõe sobre as reservas extrativistas.
5.975 , de 30/11/2006	Regulamenta vários dispositivos das Leis 4.771/1965, 6.938/1981 e 10.650/2003, estabelecendo normas para exploração de florestas, e altera os DECs 3.179/1999 e 3.420/2000.
77.775 , de 08/06/1976	Regulamenta a Lei da Conservação dos Solos (Lei nº 6.225, de 1975).

DISPOSIÇÕES DA LEI AGRÍCOLA (LEI 8.171/1991)

Art. 3º, inciso IV	Estabelece que proteger o meio ambiente, garantir o seu uso racional e estimular a recuperação dos recursos naturais são objetivos da Política Agrícola.
Art. 4º, inciso IV e Parágrafo único	Incluem a proteção do meio ambiente, a conservação e a recuperação dos recursos naturais como referentes a “ações e instrumentos da Política Agrícola” e estabelecem que estes deverão se orientar pelos planos plurianuais.
Art. 12, inciso IV	Estabelece que a pesquisa agrícola deve gerar tecnologias que respeitem a saúde e o meio ambiente.
Art. 16	Estabelece que a ATER deverá, junto com o produtor, viabilizar soluções para os problemas relativos ao meio ambiente, dentre outros.
Capítulo VI, arts. 19 a 26	Estabelecem as diretrizes relativas ao meio ambiente para aplicação da Política Agrícola com ações do poder público, coordenação entre entes governamentais, restrições e condicionamentos relativos à exploração agropecuária, aquicultura e uso dos recursos naturais em geral. Também estabelece o cadastro das áreas desertificadas e que as bacias hidrográficas são as unidades básicas de planejamento do uso e conservação dos recursos naturais.
Art. 48, inciso III	Vincula o crédito rural ao incentivo à preservação do meio ambiente.
Art. 96, inciso VI	Estabelece que o poder público promoverá ações para divulgar e estimular as práticas de mecanização que promovam a conservação do solo e do meio ambiente.
Art. 103, incisos I, II e III	Estabelecem que o poder público concederá incentivos especiais ao proprietário que conservar a cobertura florestal nativa, recuperar com espécies nativas ou adaptadas as áreas degradadas ou sofrer restrição de uso de recursos naturais para proteção de ecossistemas.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

1 – Este é um dos temas com maior número de leis editadas. Desde 1934, pelo menos, editam-se normas relativas ao meio ambiente. E é de se registrar que a década de 1980 (e especificamente o período 1985-1990) foi prolífica em leis reguladoras do uso e da conservação da natureza.

2 – Ao longo do período, há inúmeras alterações na legislação. Determinadas leis estruturantes de uma política específica foram alteradas por farta legislação superveniente.

3 – Entre as medidas legislativas estruturadoras da política de meio ambiente que merecem destaque, relacionam-se:

3.1 – O novo Código Florestal (Lei 12.651, de 2012, alterado expressivamente pela Lei 12.727, de 2012), que revogou o antigo Código (Lei 4.771, de 1965) e suas muitas alterações. A nova lei foi formulada sob intensa polêmica e negociações, mantendo, ainda hoje, alto grau de debate em torno de muitas de suas disposições.

3.2 – A introdução de legislação sobre a gestão das florestas públicas e a criação do Serviço Florestal Brasileiro (Lei 11.284, de 2006) é aspecto de destaque do conjunto da legislação ambiental.

3.3 – Destaca-se, também, a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 2010), com importantes rebatimentos para o setor agropecuário, em especial na questão da destinação das embalagens de agrotóxicos.

3.4 – Introduzida na agenda mundial, a preocupação com a mudança do clima permeou as mudanças legislativas no tema meio ambiente. No mínimo três leis compõem o conjunto da legislação brasileira nesse assunto, com destaque para a Lei 12.187, de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

3.5 – Destaca-se, também, a criação do SNUC, pela Lei 9.985, de 2000, que estabeleceu as diretrizes e bases para a ampliação de unidades de conservação da natureza. Ao longo dos últimos anos, essa lei sofreu várias alterações.

MEIO AMBIENTE

3.6 – Da mesma forma, a Lei 9.605, de 1998, a denominada Lei dos Crimes Ambientais, constituiu-se em detalhada norma capaz de dar os devidos instrumentos ao Estado para fazer cumprir a legislação ambiental. Sofreu diversas alterações desde sua edição, objetivando atualizar vários dispositivos e aclarar outros aspectos.

3.7 – A Lei 6.938, de 1981, é a lei estruturadora da política ambiental brasileira. Por meio dela, foi criado o Conama, guardião do balizamento dessa política. Note-se que essa lei também sofreu diversas alterações ao longo do período.

3.8 – A Lei de Proteção à Fauna (Lei 5.197, de 1967) ainda vige, com muitas alterações por leis supervenientes.

3.9 – A Lei de Conservação de Solos (Lei 6.225, de 1975) foi uma frustrada tentativa de dar contornos de obrigação legal à conservação dos solos. Para sua implementação, foi criado um Programa Nacional de Conservação de Solos. No entanto, caiu em esquecimento e, hoje, é letra morta no âmbito da legislação ambiental.

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 13.026, de 03/09/2014

Inclui cargos de pessoal do ICMBio na carreira de Especialista em Meio Ambiente.

ALTERA as Leis 10.410/2002 e 11.357/2006.

LEI 12.954, de 05/02/2014

Cria o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia.

ALTERA a Lei 10.683/2003.

LEI 12.897, de 18/12/2013

Autoriza a instituição da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).

LEI 12.870, de 15/10/2013

Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro.

LEI 12.855, de 02/09/2013

Institui indenização (por dia) aos fiscais agropecuários por exercício de atividades em localidades de fronteira.

LEI 12.808, de 08/05/2013

Dispõe sobre a remuneração do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Incra.

ALTERA a Lei 11.090/2005.

LEI 12.778, de 28/12/2012

Dispõe sobre a remuneração de cargos técnicos da Fiscalização Federal Agropecuária, da carreira de Especialista em Meio Ambiente e do Plano de Cargos do MMA e do Ibama.

ALTERA as Leis 10.410/2002; 10.484/2002; 11.090/2005; 11.156/2005; 11.344/2006 e 11.357/2006.

LEI 12.775, de 28/12/2012

Dispõe sobre a remuneração da carreira de Fiscal Federal Agropecuário.

ALTERA a Lei 10.883/2004.

LEI 12.719, de 26/09/2012

Altera a regulamentação da profissão de enólogo.

ALTERA a Lei 11.476/2007.

LEI 12.702, de 07/08/2012

Arts. 1º e 2º: instituem gratificação aos servidores do Inmet e da Ceplac. Art. 6º: inclui a Ceplac e o Inmet no rol de órgãos componentes do plano de carreira integrante da área de Ciência e Tecnologia. Arts. 7º a 10: estabelecem normas de remuneração das carreiras de Ciência e Tecnologia. Arts. 64 e 71: alteram a gratificação dos Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, dos Agentes de Atividades Agropecuárias e dos Peritos Federais Agrários.

ALTERA as Leis 8.691/1993; 10.484/2002 e 10.550/2002.

LEI 12.652, de 25/05/2012

Autoriza o Ibama e o ICMBio a prorrogarem contratos de trabalho temporários.

ALTERA a Lei 12.337/2010.

LCP 140, de 08/12/2011

Fixa normas para a cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios para o exercício da competência comum na preservação do meio ambiente. Descentraliza algumas ações de licenciamento e fiscalização ambiental.

ALTERA a Lei 6.938/1981.

LEI 12.383, de 01/03/2011

Altera a lei de criação da Embrapa para autorizar que ela exerça atividades fora do Brasil.

ALTERA a Lei 5.851/1972.

LEI 12.314, de 19/08/2010

Altera a estrutura do MDA, criando uma secretaria para supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal. Ver Lei 11.952/2009.

ALTERA a Lei 10.683/2003.

LEI 12.312, de 19/08/2010

Cria cargos de Técnicos de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório no Ministério da Agricultura. Ver Lei 11.344/2006.

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEI 12.277, de 30/06/2010

Arts. 5º a 7º: alteram a remuneração dos fiscais agropecuários.

ALTERA as Leis 10.484/2002; 11.090/2005 e 11.344/2006 .

LEI 12.196, de 14/01/2010

Amplia a área de atuação da Codevasf para os vales dos rios Itapecuru e Mearim (PE). Ver Lei 12.040/2009.

ALTERA a Lei 6.088/1974.

LEI 12.058, de 13/10/2009

(...) Art. 45: atribui competência à ANA para regular e fiscalizar a prestação de serviços públicos de irrigação.

ALTERA as Leis 8.171/1991; 8.427/1992; 9.984/2000; 11.322/2006; 11.326/2006 e 11.775/2008 e **REVOGA** a Lei 5.969/1973.

ALTERADA p/Lei 12.839/2013.

LEI 12.040, de 01/10/2009

Amplia a área de atuação da Codevasf para o estado do Ceará. Ver Lei 9.954/2000.

ALTERA a Lei 6.088/1974.

LEI 11.958, de 26/06/2009

Transforma a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em Ministério da Pesca e Aquicultura. Autoriza a Embrapa a criar centros especializados para pesquisa em aquicultura e pesca.

ALTERA a Lei 10.683/2003.

LEI 11.907, de 02/02/2009

Arts. 218 a 221: alteram tabela de vencimentos e gratificação de desempenho dos fiscais federais agropecuários.

Arts. 223 a 226: alteram as Gratificações de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária.

ALTERA as Leis 10.484/2002; 10.550/2002; 10.833/2003 e 11.090/2005.

LCP 129, de 08/01/2009

Institui a Sudeco. Altera a Lei dos Fundos Constitucionais. Cria o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

ALTERA a Lei 7.827/1989.

LEI 11.890, de 24/12/2008

Disciplina a progressão na carreira de Fiscal Agropecuário.

LEI 11.794, de 08/10/2008

(...) Cria o Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal (Concea).

REVOGA a Lei 6.638/1979.

LEI 11.784, de 22/09/2008

Altera a estrutura de remuneração e cargos e institui gratificação para cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário (Lei 11.090/2005) e de Atividades Técnicas de Fiscalização Agropecuária (Leis 10.484/2002; 11.090/2005 e 11.344/2006) e para as carreiras de Perito Federal Agrário (Lei 10.550/2002) e de Fiscal Federal Agropecuário (Lei 10.883/2004).

ALTERA as Leis 8.745/1993; 10.484/2002; 10.550/2002; 10.883/2004; 11.090/2005 e 11.344/2006.

LEI 11.760, de 31/07/2008

Dispõe sobre o exercício da profissão de oceanógrafo.

LEI 11.661, de 24/04/2008

Prorroga os contratos de trabalho temporários do Ministério da Agricultura. Ver Lei 8.745/1993.

LEI 11.524, de 24/09/2007

(...) Art. 14: delega provisoriamente ao Ministério da Integração Nacional as futuras atribuições dos conselhos deliberativos da Sudam e da Sudene. (...)

ALTERA as Leis 7.827/1989; 8.427/1992; 10.696/2003; 11.076/2004 e 11.322/2006. **ALTERADA** p/Leis 11.718/2008; 11.775/2008; 11.908/2009 e 12.716/2012.

LEI 11.516, de 28/08/2007

Cria o Instituto Chico Mendes, desmembrando o Ibama e alterando suas atribuições.

ALTERA as Leis 7.735/1989; 7.957/1989; 8.028/1990; 9.985/2000; 10.410/2002; 11.156/2005; 11.284/2006; 11.357/2006 e a MPV 2.216-37/2001 .

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEI 11.490, de 20/06/2007

Arts. 15 e 19: modificam o Plano Especial de Cargos do MMA e do Ibama (Pecma). Art. 26: cria cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial no Ministério da Agricultura. Art. 28: prorroga contratos de trabalho temporários do Ministério da Agricultura (ver Lei 8.745/1993).

ALTERA a Lei 11.357/2006.

LEI 11.476, de 29/05/2007

Regulamenta as profissões de enólogo e de técnico em enologia.

ALTERADA p/Lei 12.719/2012.

LCP 125, de 03/01/2007

Reinstitui a Sudene, traça sua composição, atribuições e normas gerais. Estabelece e descreve sua área de atuação. (...) Determina a extinção da Adene.

ALTERA a Lei 7.827/1989 e a MPV 2.156-5/2001 e **REVOGA** a LCP 66/1991.

LCP 124, de 03/01/2007

Reinstitui a Sudam, traça sua composição, atribuições e normas gerais. Estabelece e descreve sua área de atuação. (...) Determina a extinção da ADA.

ALTERA a MPV 2.157-5/2001 e **REVOGA** a LCP 67/1991.

LEI 11.357, de 19/10/2006

Cria o Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama (Pecma). Dispõe sobre o Plano Especial de Cargos da Anvisa.

ALTERA a Lei 10.410/2002. ALTERADA p/Leis 11.490/2007; 11.516/2007; 12.778/2012 e 13.026/2014.

LEI 11.344, de 08/09/2006

Reestrutura as carreiras de Fiscal Federal Agropecuário e os cargos da área de apoio à fiscalização.

ALTERA as Leis 10.484/2002 e 10.883/2004. ALTERADA p/Leis 11.784/2008; 12.277/2010 e 12.778/2012.

LEI 11.250, de 27/12/2005

Regulamenta o inciso III do § 4º do artigo 153 da CF para autorizar a SRF a celebrar convênios com estados e municípios para a cobrança de ITR.

LEI 11.156, de 29/07/2005

Cria gratificações de desempenho para Especialistas e Técnicos de Meio Ambiente.

ALTERADA p/Leis 11.516/2007 e 12.778/2012.

LEI 11.105, de 24/03/2005

(...) Cria o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS). Reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). (...)

ALTERA as Leis 6.938/1981; 10.165/2000 e 10.814/2003 e **REVOGA** a Lei 8.974/1995 e a MPV 2.191-9/2001. ALTERADA p/Lei 11.460/2007.

LEI 11.090, de 07/01/2005

Dispõe sobre a criação de plano de carreira dos cargos do Incra. Cria gratificação e reestrutura cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal no Ministério da Agricultura.

ALTERA as Leis 10.484/2002 e 10.550/2002. ALTERADA p/Leis 11.784/2008; 11.907/2009; 12.277/2010; 12.778/2012 e 12.808/2013.

LEI 10.883, de 16/06/2004

Dispõe sobre a remuneração e competências da carreira de Fiscal Agropecuário.

ALTERA a MPV 2.229-43/2001. ALTERADA p/Leis 11.344/2006; 11.784/2008 e 12.775/2012.

LEI 10.881, de 09/06/2004

Dispõe sobre o contrato de gestão entre a ANA e as agências de águas.

ALTERA a Lei 9.433/1997.

LEI 10.869, de 13/05/2004

Cria o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e define suas atribuições.

ALTERA a Lei 10.683/2003.

LEI 10.860, de 14/04/2004

Cria o Instituto Nacional do Semiárido (Insa).

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEI 10.683, de 28/05/2003

Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios. Cria a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.

ALTERADA p/Leis 10.865/2004; 11.958/2009; 12.314/2010 e 12.954/2014.

LEI 10.673, de 16/05/2003

Altera disposições da lei que regulamenta a profissão de médico-veterinário.

ALTERA a Lei 5.517/1968.

LEI 10.550, de 13/11/2002

Estrutura a carreira de Perito Federal Agrário e cria gratificações.

ALTERADA p/Leis 11.034/2004; 11.090/2005; 11.784/2008; 11.907/2009 e 12.702/2012.

LEI 10.484, de 03/07/2002

Institui gratificação de fiscalização agropecuária (GDATFA).

ALTERADA p/Leis 11.090/2005; 11.344/2006; 11.784/2008; 11.907/2009; 12.277/2010; 12.702/2012 e 12.778/2012.

LEI 10.410, de 11/01/2002

Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente. Art. 27: cria cargos na ANA, instituída pela Lei 9.984/2000.

ALTERADA p/Leis 11.357/2006; 11.516/2007; 12.778/2012 e 13.026/2014.

LEI 10.327, de 12/12/2001

Modifica a Lei Agrícola para inserir as atribuições do governo federal nas ações governamentais do setor agrícola.

ALTERA a Lei 8.171/1991.

MPV 2.229-43, de 06/09/2001

Art. 25: cria a carreira de Fiscal Federal Agropecuário.

ALTERA a Lei 9.620/1998. **ALTERADA** p/Lei 10.883/2004.

MPV 2.216-37, de 31/08/2001

Estabelece alterações na organização da administração pública. Dispõe sobre o Ibama. Cria a Camex. Transfere a coordenação da política de agricultura familiar do Ministério da Agricultura para o MDA (disposição que surge no artigo 6º da MPV 1.911-8/1999, uma das edições anteriores da MPV 2.216-37/2001).

ALTERA as Leis 6.634/1979; 7.735/1989; 7.804/1989; 8.167/1991; 9.257/1996 e 9.649/1998. **ALTERADA** p/Lei 11.516/2007.

MPV 2.196-3, de 24/08/2001

(...) Cria a Empresa Gestora de Ativos (Emgea).

ALTERA a Lei 7.827/1989.

MPV 2.168-40, de 24/08/2001

(...) Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). (...)

ALTERA as Leis 5.764/1971; 9.138/1995; 9.848/1999 e 10.186/2001.

MPV 2.157-5, de 24/08/2001

Cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). Extingue a Sudam. Altera os incentivos fiscais da Amazônia.

ALTERA a Lei 5.174/1966 e os DELs 756/1969 e 1.376/1974. **ALTERADA** p/LCP 124/2007 e p/Lei 12.712/2012.

MPV 2.156-5, de 24/08/2001

Cria a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). Extingue a Sudene. Define área de abrangência da Adene. (...) Cria o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDN).

ALTERA as Leis 3.995/1961; 4.239/1963; 4.869/1965; 5.508/1968; 8.034/1990; 8.167/1991 e 9.532/1997 e os DELs 1.267/1973; 1.376/1974 e 2.397/1987. **ALTERADA** p/ LCP 125/2007 e p/Lei 12.712/2012.

MPV 2.191-9, de 23/08/2001

Estabelece alterações na primeira Lei de Biossegurança. Cria a CTNBio.

ALTERA a Lei 8.974/1995. **REVOGADA** p/Lei 11.105/2005.

MPV 2.190-34, de 23/08/2001

Altera atribuições da Anvisa e dispõe sobre infrações à legislação sanitária. Art. 7º: altera norma de restrição de propaganda de fumo e defensivos agrícolas.

ALTERA o DEL 986/1969 e as Leis 6.437/1977; 9.294/1996 e 9.782/1999.

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEI 10.204, de 22/02/2001

Modifica estrutura e atribuições do DNOCS.

ALTERA a Lei 4.229/1963.

LEI 9.984, de 17/07/2000

Cria a Agência Nacional de Águas (ANA). Ver Leis 10.410/2002 e 10.881/2004.

ALTERA as Leis 9.433/1997 e 9.648/1998. ALTERADA p/Lei 12.058/2009.

LEI 9.960, de 28/01/2000

Estabelece preços a serem cobrados pelo Ibama e institui taxas de fiscalização ambiental.

ALTERA a Lei 6.938/1981.

LEI 9.954, de 06/01/2000

Amplia a ação da Codevasf para o rio Parnaíba.

ALTERA a Lei 6.088/1974.

LEI 9.849, de 26/10/1999

Inclui a defesa agropecuária nas áreas contempladas com contratação provisória de pessoal.

ALTERA a Lei 8.745/1993.

LEI 9.782, de 26/01/1999

Cria a Anvisa. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

ALTERA o DEL 986/1969. ALTERADA p/ MPV 2.190-34/2001 e p/Lei 13.001/2014.

LEI 9.775, de 21/12/1998

Dispõe sobre gratificações do Fiscal de Defesa Agropecuária.

ALTERA a Lei 9.620/1998.

LEI 9.649, de 27/05/1998

Dispõe sobre organização da administração pública federal. Dá ao Ministério da Agricultura atribuições relativas a produção e fomento de atividades pesqueiras. (...)

ALTERA o DEL 1.166/1971. ALTERADA p/MPV 2.216-37/2001.

LEI 9.620, de 02/04/1998

Cria a carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária (GDA).

ALTERADA p/Lei 9.775/1998 e p/MPV 2.229-43/2001.

LEI 9.618, de 02/04/1998

Dispõe sobre a extinção do Inan e da Sunab.

ALTERA a Lei 8.029/1990 e REVOGA a LDL 5/1962.

LEI 9.479, de 12/08/1997

Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à borracha. Atribui ao Ministério da Agricultura a política de fomento à heveicultura.

REVOGA as Leis 5.227/1967 e 5.459/1968 e o DEL 164/1967.

LEI 9.478, de 06/08/1997

(...) Institui a Agência Nacional do Petróleo (ANP) (ver Lei 10.261/2001). (...)

REVOGA a Lei 2.004/1953. ALTERADA pelas Leis 9.986/2000; 9.990/2000; 10.202/2001; 10.848/2004; 10.871/2004; 11.097/2005; 11.540/2007; 12.114/2009; 12.490/2011 e 13.033/2014.

LEI 9.272, de 03/05/1996

Modifica a Lei Agrícola para incluir itens no Sistema de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

ALTERA a Lei 8.171/1991.

LEI 9.257, de 09/01/1996

Dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

ALTERA a Lei 8.090/1990. ALTERADA p/MPV 2.216-37/2001.

LEI 9.008, de 21/03/1995

Cria o Conselho Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos para indenização de danos ambientais e outros. Ver Lei 7.347/1985.

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEI 8.731, de 16/11/1993

Transforma as escolas agrotécnicas federais em autarquias.

LEI 8.490, de 19/11/1992

Dispõe sobre a organização da administração federal.

LEI 8.344, de 27/12/1991

Modifica a organização e as atribuições do Ministério da Agricultura. Vincula a Conab ao Ministério. (...)

ALTERA as Leis 8.028/1990 e 8.029/1990.

LEI 8.315, de 23/12/1991

Cria o Senar. Ver DELs 1.146/1970 e 1.989/1982 (recolhimento de contribuições).

ALTERADA p/Lei 8.540/1992.

LEI 8.195, de 26/06/1991

Altera regulamentação da profissão de engenheiro agrônomo no que concerne aos Crea.

ALTERA a Lei 5.194/1966.

LCP 67, de 13/06/1991

Altera a composição do Conselho Deliberativo da Sudam.

REVOGADA p/LCP 124/2007.

LCP 66, de 12/06/1991

Altera a composição do Conselho Deliberativo da Sudene.

REVOGADA p/LCP 125/2007.

LEI 8.174, de 30/01/1991

Lei Agrícola II. Estabelece atribuições do CNPA. (...)

LEI 8.154, de 28/12/1990

Estabelece atribuições e estrutura do Sebrae e eleva contribuições sociais para financiá-lo.

ALTERA a Lei 8.029/1990.

LEI 8.090, de 13/11/1990

Estabelece a estrutura básica da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Cria o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

ALTERA a Lei 8.028/1990. **ALTERADA** p/Lei 9.257/1996.

LEI 8.029, de 12/04/1990

Dispõe sobre a extinção de Embrater, Sudeco, Sudesul, DNOS, IAA, IBC, BNCC e outros e sobre a criação do Sebrae. Transfere acervo do Planalsucar para a Embrapa. Cria a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

ALTERADA p/Leis 8.154/1990; 8.344/1991 e 9.618/1998.

LEI 8.028, de 12/04/1990

Dispõe sobre a organização da administração pública: Ministério da Agricultura, Ibama (art. 35) e Ceplac (art. 23). Ver Lei 7.804/1989.

ALTERA as Leis 6.938/1981; 7.735/1989 e 7.797/1989. **ALTERADA** p/Leis 8.090/1990; 8.344/1991 e 11.516/2007.

LEI 8.005, de 22/03/1990

Dispõe sobre a cobrança e a atualização dos créditos do Ibama.

LEI 7.957, de 20/12/1989

Dispõe sobre a direção e o pessoal do Ibama.

ALTERA a Lei 7.735/1989. **ALTERADA** p/Lei 11.516/2007.

LEI 7.739, de 16/03/1989

Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios. Transfere ao Ministério da Agricultura as áreas de reforma e desenvolvimento agrário e o Proni.

LEI 7.735, de 22/02/1989

Extingue a Sema e a Sudepe e cria o Ibama, que incorpora também o acervo do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e da Sudhevea.

ALTERADA p/Leis 7.804/1989; 7.957/1989; 8.028/1990 e 11.516/2007 e p/MPV 2.216-37/2001.

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEI 7.732, de 14/02/1989

Extingue autarquias e fundações no Plano Verão: Sudhevea e IBDF.

LEI 7.731, de 14/02/1989

Extingue órgãos da administração: Conselho Nacional da Borracha (CNB) e Grupo Executivo de Eletrificação Rural (GEER).

DEL 2.400, de 21/12/1987

Transfere para a União capital de participação da Cobal nas Ceasas.

ALTERADO p/DEL 2.427/1988.

DEL 2.363, de 21/10/1987

Extingue o Incra e cria o Inter.

REJEITADO p/DLG 002/1989.

LEI 7.600, de 15/05/1987

Atribui gratificação a engenheiros agrônomos.

DEL 2.328, de 05/05/1987

Extingue o Getat. Ver DELs 1.767/1980 e 1.799/1980.

LEI 7.231, de 23/10/1984

Transfere a supervisão do cooperativismo do Incra para o Ministério da Agricultura. Dispõe sobre o Regime do Pessoal do Incra.

LEI 7.032, de 30/09/1982

Autoriza a transformação da CFP em empresa pública.

LEI 6.938, de 31/08/1981

(...) Cria o Conama.

ALTERADA p/Leis 7.804/1989; 8.028/1990; 9.960/2000; 9.966/2000; 9.985/2000; 10.165/2000; 11.105/2005; 11.284/2006; 12.651/2012 e p/LCP 140/2011.

DEL 1.799, de 05/08/1980

Reestrutura o Getat. Ver DELs 1.767/1980 e 2.328/1987.

LEI 6.805, de 07/07/1980

Cria a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia (Codaron).

DEL 1.767, de 01/02/1980

Cria o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat). Ver DELs 1.799/1980 e 2.328/1987.

LEI 6.619, de 16/12/1978

Altera a regulamentação da profissão de engenheiro agrônomo no que concerne aos Crea.

ALTERA a Lei 5.194/1966 e o DEL 711/1969.

LEI 6.500, de 07/12/1977

Cria a Emater-DF.

LEI 6.456, de 26/10/1977

Transfere o Museu do Açúcar do IAA para o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

LCP 31, de 11/10/1977

Cria o estado do Mato Grosso do Sul. Art. 45: estabelece que o Mato Grosso pertence integralmente à Amazônia (ver Lei 5.173/1966). Art. 46: define a área de atuação da Sudeco.

LEI 6.394, de 09/12/1976

Dispõe sobre a participação do GDF no capital da Proflora S.A. – Florestamento e Reflorestamento.

LEI 6.126, de 06/11/1974

Autoriza a instituição da Embrater. Ver Lei 8.029/1990.

LEI 6.088, de 16/07/1974

Dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).

ALTERADA p/Leis 9.954/2000; 12.040/2009 e 12.196/2010.

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DEL 1.251, de 21/12/1972

Altera os valores das contribuições ao IAA para elevar o preço da cana-de-açúcar pago ao produtor. Estabelece a destinação dos recursos arrecadados. Ver DEL 308/1967.

LEI 5.851, de 07/12/1972

Autoriza a instituição da Embrapa.

ALTERADA p/Lei 12.383/2011.

LEI 5.691, de 10/08/1971

Autoriza o GDF a constituir a Central de Abastecimento de Brasília S.A. (Cenabra).

LEI 5.636, de 03/12/1970

Autoriza o Poder Executivo a subscrever ações do BNCC e o reorganiza. Ver DEL 668/1969.

ALTERA o DEL 60/1966.

LEI 5.634, de 02/12/1970

Modifica o regulamento da profissão de médico-veterinário.

ALTERA a Lei 5.517/1968.

DEL 1.110, de 09/07/1970

Cria o Incra, extingue o Ibra, o Inda e o Grupo Executivo da Reforma Agrária (Gera).

ALTERA o DEL 582/1969.

DEL 711, de 29/07/1969

Altera a regulamentação da profissão de engenheiro agrônomo relativamente aos Crea. Ver Lei 5.194/1966.

REVOGA o DEL 620/1969. **ALTERADO** p/Lei 6.619/1978.

DEL 668, de 03/07/1969

Dispõe sobre o BNCC e o reorganiza. Ver Lei 5.636/1970.

ALTERA o DEL 60/1966.

DEL 620, de 10/06/1969

Altera regulamentação relativa ao Confea e aos Crea.

ALTERA a Lei 5.194/1966. **REVOGADO** p/DEL 711/1969.

DEL 619, de 10/06/1969

Dispõe sobre a liquidação da Companhia Nacional de Seguro Agrícola.

DEL 582, de 15/05/1969

Estabelece medidas para acelerar a reforma agrária. Cria o Grupo Executivo da Reforma Agrária (Gera). Dispõe sobre a organização do Ibra. (...)

ALTERA a Lei 4.504/1964. **ALTERADO** p/ DEL 2.431/1988.

DEL 425, de 21/01/1969

Altera a regulamentação da profissão de zootecnista.

ALTERA a Lei 5.550/1968.

LEI 5.550, de 04/12/1968

Regulamenta a profissão de zootecnista.

ALTERADA p/DEL 425/1969.

LEI 5.524, de 05/11/1968

Regulamenta a profissão de técnico agrícola.

LEI 5.517, de 23/10/1968

Dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário e cria os Conselhos de Medicina Veterinária.

ALTERADA p/Leis 5.634/1970 e 10.673/2003.

LEI 5.508, de 11/10/1968

(...) Autoriza instituição de fundação para realização de pesquisas sobre recursos naturais do Nordeste. Cria o Fundo de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (Furagro). Altera estrutura e funcionamento da Sudene.

ALTERA as Leis 3.995/1961; 4.239/1963; 4.593/1964 e 4.869/1965 e o DEL 292/1967. **ALTERADA** p/DEls 586/1969; 756/1969; 764/1969; 1.180/1971; 1.267/1973 e 1.564/1977 e p/MPV 2.156-5/2001 .

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEI 5.457, de 20/06/1968

Altera a lei de criação da Sudeco, incluindo Rondônia em sua área de atuação.

ALTERA a Lei 5.365/1967.

LEI 5.374, de 07/12/1967

Altera disposições sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e sobre a organização da Sudam.

ALTERA a Lei 5.173/1966.

LEI 5.365, de 01/12/1967

Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco).

ALTERADA p/Lei 5.457/1968.

DEL 292, de 28/02/1967

Cria a Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale). Extingue a Comissão do Vale do São Francisco.

REVOGA as Leis 541/1948 e 2.599/1955.

DEL 289, de 28/02/1967

Cria o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Extingue o Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura e o Instituto Nacional do Pinho. Ver DELs 4.813/1942 e 3.782/1960 e Leis 7.732/1989 e 7.735/1989.

DEL 281, de 28/02/1967

Extingue o Instituto Nacional do Mate. Extingue a taxa sobre a comercialização de mate. Ver DELs 375/1938 e 8.709/1946.

LEI 5.227, de 18/01/1967

Dispõe sobre a política econômica da borracha. Cria o Conselho Nacional da Borracha e a Sudhevea. Ver Leis 7.732/1989 e 7.735/1989.

ALTERA as Leis 86/1947; 1.184/1950 e 4.712/1965. **ALTERADA** p/DEL 164/1967 e p/Lei 5.459/1968 e **REVOGADA** p/Lei 9.479/1997.

LEI 5.194, de 24/12/1966

Regula o exercício da profissão de engenheiro agrônomo e de outros profissionais.

ALTERADA p/DEL 620/1969 e p/Leis 6.619/1978; 8.195/1991 e 8.666/1993.

DEL 79, de 19/12/1966

Estabelece normas para fixação de preços mínimos e de execução das operações. Dispõe sobre organização e atribuições da CFP.

ALTERADO p/DEL 124/1967 e p/Lei 11.775/2008.

DEL 60, de 21/11/1966

Reorganiza o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). Ver Lei 8.029/1990.

ALTERADO p/DEL 668/1969; p/Leis 5.636/1970 e 5.764/1971 e p/RSF 9/1977.

DEL 58, de 21/11/1966

Modifica compensação de débitos fiscais prevista na Lei 5.097/1966 para preservar recursos do SSR. Ver Leis 2.613/1955; 4.357/1964 e 4.862/1965.

ALTERADO p/DEL 1.146/1970.

LEI 5.173, de 27/10/1966

Aprova o Plano de Valorização da Amazônia. Cria a Sudam. Define a área da Amazônia Legal. Ver LCP 31/1977.

REVOGA a Lei 1.806/1953. **ALTERADA** p/Lei 5.374/1967 e p/DEL 756/1969.

LEI 5.168, de 21/10/1966

Cria a Companhia Brasileira de Serviços Agrícolas (Cosagri) no Ministério da Agricultura para fomento à produção.

LEI 5.122, de 28/09/1966

Dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia (Basa).

LEI 4.806, de 20/10/1965

Extingue a Divisão de Cooperativismo do Ministério da Agricultura e transfere suas atribuições ao Inda. Ver LDL 9/1962 e Lei 4.504/1964.

LEI 4.732, de 14/07/1965

Altera disposições da constituição da Cobal.

ALTERA a LDL 6/1962.

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEI 4.716, de 29/06/1965

Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos registros genealógicos.

LEI 4.706, de 28/06/1965

Transfere a Seção de Irrigação do MME para o Ministério da Agricultura.

LEI 4.643, de 31/05/1965

Regulamenta a profissão de engenheiro florestal. Ver DEL 8.620/1945.

LEI 4.504, de 30/11/1964

Estatuto da Terra. Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) e o Fundo Nacional de Reforma Agrária (FNRA). Dispõe sobre atribuições do Ibra. Ver Leis 2.613/1955 e 5.106/1966; DEL 195/1967 e LCP 93/1998.

ALTERA o DEC 22.239/1932 e **REVOGA** a LDL 11/1962. **ALTERADA** p/DELS 57/1966; 494/1969; 582/1969 e 2.431/1988; p/ Leis 4.947/1966; 5.709/1971; 6.746/1979; 7.647/1988; 11.443/2007 e 11.446/2007 e p/MPV 2.183-56/2001.

LEI 4.430, de 20/10/1964

Altera a constituição da Companhia Nacional de Seguro Agrícola. Ver DEL 73/1976.

ALTERA a Lei 2.168/1954.

LEI 4.229, de 01/06/1963

Transforma o DNOCS em autarquia e define suas atribuições. Cria o Fundo Nacional de Obras Contra a Seca (Funocs).

ALTERADA p/Lei 10.204/2001.

LDL 11, de 11/10/1962

Cria a Superintendência de Política Agrária (Supra), transformando o Serviço Social Rural (SSR) e outros órgãos. Ver Lei 2.237/1954.

REVOGADA p/Lei 4.504/1964.

LDL 10, de 11/10/1962

Cria a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe).

LDL 9, de 11/10/1962

Reorganiza o Ministério da Agricultura.

LDL 7, de 26/09/1962

Autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem). Ver Lei 8.344/1991.

REVOGA a Lei 2.854/1956.

LDL 6, de 26/09/1962

Autoriza a criação da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal). Ver Lei 8.344/1991.

ALTERADA p/Lei 4.732/1965.

LDL 5, de 26/09/1962

Cria a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab).

REVOGADA p/Lei 9.618/1998.

LEI 4.147, de 24/09/1962

Altera o comando da Comissão do Vale do São Francisco.

ALTERA a Lei 541/1948.

LEI 4.021, de 20/12/1961

Cria a profissão de leiloeiro rural.

LEI 3.782, de 22/07/1960

Cria o Ministério da Indústria e do Comércio e inclui nele o IBC, o IAA, o Instituto Nacional do Mate e o Instituto Nacional do Pinho. Ver DEL 289/1967.

LEI 3.692, de 15/12/1959

Institui a Sudene. Define a área da região Nordeste. Ver LCP 66/1991 e Lei 9.690/1998.

LEI 3.431, de 18/07/1958

Cria o Estabelecimento Rural do Tapajós, em Santarém – PA, vinculado ao Ministério da Agricultura.

LEI 3.428, de 15/07/1958

Cria a Comissão Executiva do Sisal.

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEI 3.281, de 07/10/1957

Autoriza o Ministério da Agricultura a transferir a administração dos postos agropecuários às associações rurais.

LEI 2.613, de 23/09/1955

Autoriza a criação do Serviço Social Rural. Institui contribuição sobre a folha de pagamento de agroindústrias, inclusive cooperativas (em substituição às contribuições ao Sesi, Senai, Sesc, Senac), bem como de empresas agrícolas. Ver DELs 58/1966 e 582/1969.

ALTERADA p/DEL 1.146/1970.

LEI 2.599, de 13/09/1955

Dispõe sobre o Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco.

REVOGADA p/DEL 292/1967.

LEI 1.806, de 06/01/1953

Dispõe sobre o Plano de Valorização da Amazônia. Define a área da Amazônia. Cria a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA).

REVOGADA p/Lei 5.173/1966.

LEI 1.779, de 22/12/1952

Cria o Instituto Brasileiro do Café (IBC). Ver Lei 8.029/1990.

REVOGA o DEC 9.784/1946 e o DEL 6.213/1944.

LEI 1.412, de 13/08/1951

Transforma a Caixa de Crédito Cooperativo em Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). Ver DEL 60/1966 e Lei 8.029/1990.

LEI 1.184, de 30/08/1950

Transforma o Banco de Crédito da Borracha em Banco de Crédito da Amazônia.

ALTERA a Lei 86/1947. **ALTERADA** p/Leis 4.712/1965 e 5.227/1967.

LEI 1.151, de 30/06/1950

Extingue a Comissão Nacional do Trigo, criada pelo DEL 9.122/1946.

LEI 541, de 15/12/1948

Cria a Comissão do Vale do São Francisco.

ALTERADA p/Lei 4.147/1962 e **REVOGADA** p/DEL 292/1967.

DEL 9.892, de 16/09/1946

Estende ao Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura as disposições do DEL 8.663/1946, que trata dos serviços extraordinários prestados fora do horário de expediente.

DEL 9.890, de 16/09/1946

Dispõe sobre o pagamento sobre serviços extraordinários de fiscalização fitossanitária.

DEL 9.857, de 13/09/1946

Explicita a área de ação do DNOCS.

ALTERA o DEL 8.486/1945.

DEL 9.828, de 11/09/1946

Extingue a Comissão Executiva do Leite, criada p/DEL 2.384/1940.

DEL 9.815, de 09/09/1946

Dispõe sobre a organização da pesquisa agropecuária. Cria o Instituto Agronômico do Leste (Bahia e Sergipe).

ALTERA o DEL 6.155/1943.

DEL 9.794, de 06/09/1946

Altera para “Serviço de Informações Agrícolas (SIA)” o Serviço de Documentação do Ministério da Agricultura.

DEL 9.784, de 06/09/1946

Cria uma Divisão da Economia Cafeeira no Ministério da Fazenda.

ALTERA o DEL 9.410/1946. **REVOGADO** p/Lei 1.779/1952.

DEL 9.720, de 03/09/1946

Altera o decreto-lei de criação do Banco de Crédito da Borracha para inserir disposições relativas ao financiamento aos seringalistas.

ALTERA o DEL 4.451/1942.

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DEL 9.676, de 29/08/1946

Dispõe sobre a organização da pesquisa agropecuária. Modifica a estrutura do Instituto de Zootecnia.
ALTERA o DEL 8.547/1946.

DEL 9.533, de 31/07/1946

Dispõe sobre a consolidação das resoluções do Confea referentes ao exercício da engenharia, arquitetura e agricultura. Ver DEC 23.569/1933 e DELs 3.995/1941 e 8.620/1946.

DEL 9.361, de 15/06/1946

Extingue a Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores de Mate e transfere suas atribuições ao Instituto Nacional do Mate.

DEL 9.122, de 03/04/1946

Cria a Comissão Nacional do Trigo para o estudo e estabelecimento de normas gerais relativas à importação e distribuição do trigo importado. Ver Lei 1.151/1950.

DEL 9.020, de 25/02/1946

Inclui o DNPV na Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores de Mate.

DEL 8.966, de 05/02/1946

Suspende a criação do Entreposto Central do Leite, criado pelo DEL 8.955/1946.

DEL 8.955, de 28/01/1946

Cria o Entreposto Central do Leite em substituição à Comissão Executiva do Leite para abastecer o Distrito Federal. Ver DELs 2.384/1940; 8.966/1946 e 9.828/1946.

DEL 8.810, de 24/01/1946

Extingue a Comissão Executiva de Frutas, criada pelo DEL 5.032/1942 e reorganizada pelo DEL 5.532/1943.

DEL 8.709, de 17/01/1946

Reorganiza o Instituto Nacional do Mate. Mantém a taxa sobre a produção do mate. Ver DELs 375/1938 e 281/1967.

DEL 8.620, de 10/01/1946

Modifica a regulamentação do exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. Reestrutura o Conselho Federal e os Crea.

ALTERA o DEC 23.569/1933 e o DEL 3.995/1941 e **REVOGA** o DEL 8.036/1945. **ALTERADO** p/DEL 9.533/1946 e p/Leis 3.427/1958; 4.242/1963 e 4.343/1965.

DEL 8.559, de 04/01/1946

Dispõe sobre a extinção da Comissão Executiva da Pesca (CEP).

ALTERA o DEL 8.526/1945.

DEL 8.547, de 03/01/1946

Cria um Instituto de Zootecnia no Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA).

ALTERADO p/DEL 9.676/1946.

DEL 8.526, de 31/12/1945

Extingue a Comissão Executiva da Pesca (CEP). Restabelece a Caixa de Crédito dos Pescadores. Ver DELs 3.118/1941; 5.030/1942 e 5.530/1943.

ALTERA os DELs 291/1938; 794/1938 e 3.045/1941 e **RESTABELECE** o DEL 1.688/1939. **ALTERADO** p/DEL 8.559/1946.

DEL 8.486, de 28/12/1945

Cria o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Ver Lei 175/1936.

ALTERADO p/DEL 9.857/1946.

DEL 8.248, de 29/11/1945

Determina intervenção governamental na Comissão Executiva do Leite, criada pelo DEL 2.384/1940.

DEL 6.512, de 18/05/1944

Modifica disposições sobre o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

ALTERA o DEL 6.155/1943.

DEL 6.229, de 24/01/1944

Altera disposições de reorganização do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas para criar cargos de Reitor da Universidade Rural e Diretor do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas.

ALTERA o DEL 6.155/1943.

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DEL 6.170, de 05/01/1944

Cria o Serviço de Expansão do Trigo no Ministério da Agricultura para formular a política do produto.

DEL 6.155, de 30/12/1943

Reorganiza o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (Cnepa), no Ministério da Agricultura. Cria a Universidade Rural e o Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, que compreende vários órgãos de pesquisa agronômica e os Institutos Agronômicos do Norte, do Nordeste, do Sul e do Oeste. Ver DEL 982/1938.

ALTERADO p/DELs 6.512/1944; 6.229/1944 e 9.815/1946.

DEL 5.995, de 17/11/1943

Dispõe sobre a estrutura do Serviço de Meteorologia da Agricultura.

DEL 5.532, de 28/05/1943

Modifica disposições relativas à Comissão Executiva das Frutas. Ver DEL 8.810/1946.

REVOGA os DELs 5.032/1942 e 5.426/1943.

DEL 5.531, de 28/05/1943

Modifica disposições relativas à Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca.

REVOGA os DELs 5.031/1942 e 5.426/1943.

DEL 5.530, de 28/05/1943

Dispõe sobre a Comissão Executiva da Pesca (CEP). Ver DEL 8.526/1945.

ALTERA os DELs 291/1938; 794/1938 e 3.045/1941 e **REVOGA** os DELs 1.688/1939; 5.030/1942 e 5.426/1943. **ALTERADO** p/ DEL 6.843/1944.

DEL 5.426, de 27/04/1943

Altera disposições sobre a estrutura e o funcionamento da Comissão Executiva da Pesca, da Comissão Executiva de Produtos da Mandioca e da Comissão Executiva das Frutas.

ALTERA os DELs 5.030/1942; 5.031/1942 e 5.032/1942. **REVOGADO** p/DELs 5.531/1943 e 5.532/1943.

DEL 5.212, de 21/01/1943

Cria a Comissão de Financiamento da Produção (CFP). Ver Lei 8.344/1991.

DEL 5.200, de 18/01/1943

Torna privativas do Instituto Agronômico do Norte as pesquisas com seringueira. Define atribuições do IAN.

DEL 5.185, de 12/01/1943

Altera o decreto-lei que criou o Banco de Crédito da Borracha, estabelecendo nova estrutura. Ver DEL 9.720/1946.

ALTERA o DEL 4.451/1942.

DEL 5.032, de 04/12/1942

Cria a Comissão Executiva das Frutas para coordenar a política de fruticultura.

ALTERADO p/DEL 5.426/1943 e **REVOGADO** p/DEL 5.532/1943 .

DEL 5.031, de 04/12/1942

Cria Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca para formular e coordenar a política do produto. Institui taxa de 10% sobre a comercialização de produtos de mandioca para financiar a lavoura e a indústria.

ALTERADO p/DEL 5.426/1943 e **REVOGADO** p/DEL 5.531/1943.

DEL 5.030, de 04/12/1942

Cria e estrutura a Comissão Executiva da Pesca (CEP). Institui taxa de 5% sobre o pescado comercializado.

ALTERA os DELs 291/1938 e 794/1938 e **REVOGA** o DEL 1.688/1939. **ALTERADO** p/DEL 5.426/1943 e **REVOGADO** p/DEL 5.530/1943.

DEL 4.813, de 08/10/1942

Reorganiza o Instituto Nacional do Pinho. Ver DEL 3.124/1941.

DEL 4.653, de 02/09/1942

Transfere campos experimentais do Centro de Ensino e Pesquisas Agronômicas para a Divisão de Fomento da Produção Vegetal do DNPV.

DEL 4.451, de 09/07/1942

Autoriza a constituição do Banco de Crédito da Borracha para incentivo à cultura da seringueira e execução do Acordo de Washington.

ALTERADO p/DELS 5.185/1943 e 9.720/1946.

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DEL 4.135, de 26/02/1942

Altera o Código Florestal com relação ao Conselho Florestal.

ALTERA o DEC 23.793/1934.

DEL 3.995, de 31/12/1941

Estabelece o pagamento, pelos profissionais, de anuidade para os Crea. Ver DEC 23.569/1933.

DEL 3.609, de 11/09/1941

Autoriza a Comissão Executiva do Leite a organizar cooperativas de produtores de leite para abastecer o Distrito Federal. Ver DEL 2.384/1940.

DEL 3.451, de 23/07/1941

Federaliza a estação experimental em Entre Rios – BA e a incorpora ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

DEL 3.354, de 18/06/1941

Federaliza a estação experimental em Alagoas e a incorpora ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

DEL 3.353, de 18/06/1941

Federaliza a estação experimental em Sergipe e a incorpora ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

DEL 3.124, de 19/03/1941

Cria o Instituto Nacional do Pinho. Ver DELs 4.813/1942 e 289/1967.

DEL 3.086, de 04/03/1941

Cria Estação Experimental de Arroz no Rio Grande do Sul, subordinada ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura.

DEL 2.772, de 11/11/1940

Altera composição do Conselho Nacional da Caça. Ver DEL 1.210/1939.

REVOGADO p/DEL 5.894/1943.

DEL 2.384, de 10/07/1940

Cria Comissão Executiva do Leite para o Distrito Federal. Ver DEL 9.828/1946.

DEL 2.366, de 04/07/1940

Subordina a Estação Experimental de Viticultura e Enologia e Frutas de Clima Temperado, localizada em Pelotas – RS, ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

DEL 982, de 23/12/1938

Cria órgãos e reestrutura o Ministério da Agricultura. Cria o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas. Ver DELs 2.831/1940; 2.832/1940 e 6.155/1943.

DEL 921, de 01/12/1938

Institui taxa de inspeção de produtos de origem animal.

ALTERA os DECs 24.549/1934 e 24.550/1934. **REVOGADO** p/Lei 5.760/1971.

DEL 620, de 17/08/1938

Determina a criação de entrepostos para classificação e comercialização de frutas e hortaliças e estabelece critérios de funcionamento e padrões técnicos.

DEL 375, de 13/04/1938

Cria o Instituto Nacional do Mate. Institui taxa sobre a produção para propaganda do mate. Ver DELs 8.709/1946 e 281/1967.

DEL 69, de 15/12/1937

Transfere a gestão da Fábrica de Ferro Ipanema, em Sorocaba – SP, do Ministério da Guerra para o da Agricultura para instalação de usina de fertilizantes fosfatados.

LEI 458, de 16/07/1937

Inclui representantes dos plantadores e dos usineiros na Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool.

LEI 199, de 23/01/1936

Autoriza convênios com os estados para execução de ações do Ministério da Agricultura.

LEI 150, de 20/12/1935

Dá nova organização à Secretaria (Ministério) da Agricultura.

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DEC 23.569, de 11/12/1933

Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. Estrutura o Conselho Federal e os Creas.

DEC 23.196, de 12/10/1933

Regula o exercício da profissão agronômica.

DEC 23.174, de 29/09/1933

Modifica o regulamento do IAA para dispor sobre a fiscalização da importação de gasolina para incentivo à produção interna de álcool.

ALTERA o DEC 22.981/1933.

DEC 23.133, de 09/09/1933

Regulamenta o exercício da profissão de veterinário. Ver DEC 20.931/1932.

DEC 22.981, de 25/07/1933

Isenta o álcool de impostos ou taxas. Cria incentivos aos produtores de álcool. Aprova o regulamento do IAA. Ver DEL 3.967/1941.

ALTERA o DEC 22.789/1933. ALTERADO p/DEC 23.174/1933.

DEC 22.789, de 01/06/1933

Cria o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) para equilibrar a produção de açúcar e estimular a do álcool. Ver Lei 8.029/1990.

ALTERADO p/DEC 22.981/1933.

DEC 20.931, de 11/01/1932

Regulamenta o exercício das profissões de médico-veterinário e outras. Ver DEC 23.133/1933.

DEC 5.748, de 16/12/1929

Cria estação experimental de trigo, centeio, cevada, aveia e linho em Santa Catarina.

DEC 4.548, de 19/06/1922

Autoriza o governo a promover o incremento e a defesa da produção nacional agrícola e pastoril e das indústrias anexas (agroindústrias) por meio de medidas de emergência. Cria o Instituto de Defesa Permanente do Café.

DEC 1.782, de 28/11/1907

Autoriza a fundação de um Banco Central Agrícola.

DEC 1.606, de 29/12/1906

Cria uma Secretaria de Estado denominada Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.

DEC 4.676, de 14/01/1871

Cria, na Corte do Império, uma Diretoria Geral de Estatística. Ver Lei 1.829/1870.

DEC 1.067, de 28/06/1860

Cria o Ministério da Agricultura (Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas).

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

8.258 , de 29/05/2014	Aprova a consolidação do estatuto da Codevasf.
8.248 , de 23/05/2014	Aprovam a estrutura regimental e o quadro de cargos do Incra.
6.812 , de 03/04/2009	
7.766 , de 25/06/2012	Aprova novo estatuto da Embrapa.
7.515 , de 08/07/2011	Aprova a estrutura regimental e o quadro de cargos do ICMBio.
7.255 , de 04/08/2010	Aprova a estrutura regimental e o quadro de cargos do MDA.
7.127 , de 04/03/2010	Aprova a estrutura regimental e o quadro de cargos do Ministério da Agricultura.
6.972 , de 29/09/2009	Aprova a estrutura regimental e o quadro de cargos do Ministério da Pesca e Aquicultura.
6.407 , de 24/03/2008	
4.514 , de 13/12/2002	Aprovam o estatuto social da Conab.
6.101 , de 26/04/2007	Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo de cargos do MMA.
6.099 , de 26/04/2007	Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo de cargos do Ibama.

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

4.670 , de 10/04/2003	Aprova a estrutura regimental da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Lei 10.683/2003).
6.322 , de 21/12/2007	Altera o estatuto do BNDES.
93.114 , de 14/08/1986	Cria o Centro Nacional de Pesquisa de Agricultura Irrigada.
64.704 , de 17/06/1969	Aprovam o regulamento do exercício da profissão de médico-veterinário e dos Conselhos de Medicina Veterinária (Lei 5.517/1968).
5.441 , de 05/05/2005	
90.922 , de 06/02/1985	Regulamentam a Lei 5.524/1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola.
4.560 , de 30/12/2002	
6.129 , de 20/06/2007	Dispõe sobre a vinculação de entidades integrantes da administração pública federal indireta.
90.698 , de 12/12/1984	Regulamenta a Lei 7.231/1984 quanto ao regime jurídico do pessoal do Incra.
40.987 , de 20/02/1957	Institui o Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira do País (Ceplac).

DISPOSIÇÕES DA LEI AGRÍCOLA (LEI 8.171/1991)

Art. 3º, inciso VI	Estabelece que um dos objetivos da Política Agrícola é promover a descentralização da execução dos serviços públicos de apoio ao setor rural, visando à complementariedade de ações com estados e municípios.
Art. 5º	Institui o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), estabelece sua constituição, diretrizes e procedimentos de ação. Prevê a criação de câmaras setoriais.
Arts. 6º e 7º	Estabelecem que a ação governamental para o setor agrícola é organizada pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal, pelos territórios e municípios e é exercida em sintonia, sem paralelismos.
Art. 9º	Estabelece que o Ministério da Agricultura coordenará, em nível nacional, as atividades de planejamento agrícola em articulação com os estados, o Distrito Federal e os municípios.
Art. 11, Parágrafo único	Autoriza a instituição do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA) sob coordenação da Embrapa e em convênio com os estados, o Distrito Federal e os municípios, entidades públicas e privadas, universidades, cooperativas, sindicatos, fundações e associações.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

- 1 – Este grande grupo de leis contempla aquelas que tratam da organização do Poder Executivo para o desempenho de suas atividades. Trata-se, no caso, da estruturação do que se chamou, por muito tempo, “setor público agrícola”.
 2 – Pelo menos a cada início de administração federal é editada uma grande lei que “dispõe sobre a organização da administração pública”.

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 12.873, de 24/10/2013

(...) Art. 51: autoriza a ampliação do desconto na tarifa de energia elétrica para irrigação e aquicultura. (...)

ALTERA as Leis 8.212/1991; 8.213/1991; 8.666/1993; 9.430/1996; 10.406/2002; 10.438/2002; 11.101/2005; 12.096/2009; 12.512/2011 e o DEL 167/1967.

LEI 12.712, de 30/08/2012

(...) Art. 25: altera o Profrota Pesqueira. (...)

ALTERA as Leis 10.849/2004; 11.196/2005; 11.529/2007; 12.666/2012 e as MPVs 2.156-5/2001 e 2.157-5/2001. **ALTERADA** p/ Lei 12.793/2013.

LEI 12.531, de 02/12/2011

Institui o Dia Nacional da Aquicultura.

LEI 11.959, de 29/06/2009

Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

ALTERA o DEL 221/1967 e **REVOGA** a Lei 7.679/1988.

LEI 11.958, de 26/06/2009

Transforma a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em Ministério da Pesca e Aquicultura. Autoriza a Embrapa a criar centros especializados para pesquisa em aquicultura e pesca.

ALTERA a Lei 10.683/2003.

LEI 11.760, de 31/07/2008

Dispõe sobre o exercício da profissão de oceanógrafo.

LEI 11.699, de 13/06/2008

Dispõe sobre as colônias, federações e a Confederação Nacional dos Pescadores, reconhecendo-as como órgãos de classe.

ALTERA o DEL 221/1967.

LEI 11.524, de 24/09/2007

(...) Art. 17: autoriza indenização aos pescadores de lagosta que entregarem rede caçoeira e aos que pescavam ilegalmente utilizando compressor de ar. Art. 19: autoriza a concessão de assistência financeira aos pescadores impedidos de continuar na pesca da lagosta.

ALTERA as Leis 7.827/1989; 8.427/1992; 10.696/2003; 11.076/2004 e 11.322/2006. **ALTERADA** p/Leis 11.718/2008; 11.775/2008; 11.908/2009 e 12.716/2012.

LEI 11.380, de 01/12/2006

Institui o Registro Temporário Brasileiro para embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas por empresas brasileiras. Ver Leis 7.652/1988 e 10.683/2003 e DEL 221/1967.

LEI 10.990, de 13/12/2004

Modifica a Lei Agrícola para inserir disposições relativas às atividades apícolas e a criatórios de peixes.

ALTERA a Lei 8.171/1991.

LEI 10.893, de 13/07/2004

Art. 52: introduz alterações no Profrota Pesqueira, autorizando a equalização das taxas de juros.

ALTERA a Lei 10.849/2004. **ALTERADA** p/Lei 11.787/2008.

LEI 10.849, de 23/03/2004

Cria o Programa Nacional de Financiamento da Frota Pesqueira Nacional – Profrota Pesqueira.

ALTERADA p/Leis 10.893/2004 e 12.712/2012.

LEI 10.779, de 25/11/2003

Dispõe sobre o seguro-desemprego durante o período de defeso.

REVOGA a Lei 8.287/1991.

LEI 10.683, de 28/05/2003

Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios. Cria a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.

ALTERADA p/Leis 10.865/2004; 11.958/2009; 12.314/2010 e 12.954/2014.

PESCA

LEI 9.649, de 27/05/1998

Dispõe sobre a organização da administração pública federal. Dá ao Ministério da Agricultura atribuições relativas a produção e fomento de atividades pesqueiras. (...)

ALTERA o DEL 1.166/1971. ALTERADA p/MPV 2.216-37/2001.

LEI 9.445, de 14/03/1997

Concede subvenção ao óleo diesel para embarcações pesqueiras.

LEI 9.059, de 13/06/1995

Modifica disposições sobre proteção e estímulos à pesca. Ver Leis 5.438/1968; 6.276/1975; 6.585/1978; 6.631/1979 e DELs 2.057/1983 e 2.467/1988.

ALTERA o DEL 221/1967.

LEI 8.617, de 04/01/1993

Dispõe sobre o mar territorial brasileiro.

REVOGA o DEL 1.098/1970.

LEI 8.287, de 20/12/1991

Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego a pescadores artesanais nos períodos de defeso.

REVOGADA p/ Lei 10.779/2003.

LEI 7.735, de 22/02/1989

Extingue a Sema e a Sudepe e cria o Ibama, que incorpora também o acervo do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e da Sudhevea.

ALTERADA p/Leis 7.804/1989; 7.957/1989; 8.028/1990 e 11.516/2007 e p/MPV 2.216-37/2001.

LEI 7.679, de 23/11/1988

Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução. Ver Lei 7.653/1988.

ALTERA a Lei 5.197/1967. REVOGADA p/Lei 11.959/2009.

DEL 2.467, de 01/09/1988

Dispõe sobre proteção e estímulos à pesca. Ver Leis 5.438/1968; 6.276/1975; 6.585/1978; 6.631/1979; 9.059/1995 e DEL 2.057/1983.

ALTERA o DEL 221/1967.

LEI 7.653, de 12/02/1988

Estabelece penas para infrações ambientais relativas à fauna e à pesca.

ALTERA a Lei 5.197/1967.

LEI 7.643, de 18/12/1987

Proíbe a pesca de cetáceos nas águas jurisdicionais brasileiras.

LCP 55, de 10/07/1987

Isenta as indústrias pesqueiras da contribuição sobre o produto no Funrural. Ver Lei 6.195/1974 e LCPs 11/1971 e 16/1973.

LEI 7.356, de 30/08/1985

Modifica a Lei Orgânica da Previdência Social para incluir o pescador na Previdência.

ALTERA a Lei 3.807/1960.

DEL 2.057, de 23/08/1983

Altera disposições da proteção e estímulo à pesca. Ver Leis 5.438/1968; 6.585/1978; 6.631/1979 e 9.059/1995.

ALTERA o DEL 221/1967 e a Lei 6.276/1975.

LEI 6.631, de 19/04/1979

Altera disposições da proteção e estímulo à pesca. Ver Leis 5.438/1968; 6.276/1975; 6.585/1978 e 9.059/1995.

ALTERA o DEL 221/1967.

LEI 6.585, de 24/10/1978

Altera disposições da proteção e estímulo à pesca. Ver Leis 5.438/1968; 6.276/1975; 6.631/1979 e 9.059/1995.

ALTERA o DEL 221/1967.

LEI 6.276, de 01/12/1975

Altera disposições da proteção e estímulo à pesca. Ver Leis 5.438/1968; 6.585/1978; 6.631/1979 e 9.059/1995.

ALTERA o DEL 221/1967. ALTERADA p/DEL 2.057/1983.

PESCA

DEL 663, de 30/06/1969

Aprova a Convenção nº 125 da OIT sobre Certificados de Capacidade dos Pescadores.

LEI 5.438, de 20/05/1968

Altera disposições da proteção e estímulo à pesca. Ver Leis 6.276/1975; 6.585/1978 e 6.631/1979.

ALTERA o DEL 221/1967.

DEL 221, de 28/02/1967

Dispõe sobre proteção e estímulos à pesca. Ver DEL 9.022/1946.

REVOGA os DELs 794/1938 e 1.631/1939. **ALTERADO** p/DELs 1.641/1978; 2.057/1983 e 2.467/1988 e p/Leis 5.438/1968; 6.276/1975; 6.585/1978; 6.631/1979; 9.059/1995; 11.699/2008 e 11.959/2009.

LDL 10, de 11/10/1962

Cria a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe).

LEI 2.419, de 10/02/1955

Institui a Patrulha Costeira.

DEL 8.559, de 04/01/1946

Dispõe sobre a extinção da Comissão Executiva da Pesca (CEP).

ALTERA o DEL 8.526/1945.

DEL 8.526, de 31/12/1945

Extingue a Comissão Executiva da Pesca (CEP). Restabelece a Caixa de Crédito dos Pescadores. Ver DELs 3.118/1941; 5.030/1942 e 5.530/1943.

ALTERA os DELs 291/1938; 794/1938 e 3.045/1941 e **RESTABELECE** o DEL 1.688/1939. **ALTERADO** p/DEL 8.559/1946.

DEL 8.321, de 07/12/1945

Altera remuneração do interventor da CEP.

ALTERA o DEL 8.208/1945.

DEL 8.208, de 22/11/1945

Determina intervenção na Comissão Executiva da Pesca. Ver DEL 5.530/1943.

ALTERADO p/DEL 8.321/1945.

DEL 6.843, de 31/08/1944

Dispõe sobre a composição da Comissão Executiva da Pesca (CEP).

ALTERA o DEL 5.530/1943.

DEL 5.530, de 28/05/1943

Dispõe sobre a Comissão Executiva da Pesca (CEP). Ver DEL 8.526/1945.

ALTERA os DELs 291/1938; 794/1938 e 3.045/1941 e **REVOGA** os DELs 1.688/1939; 5.030/1942 e 5.426/1943. **ALTERADO** p/DEL 6.843/1944.

DEL 5.426, de 27/04/1943

Altera disposições sobre a estrutura e o funcionamento da Comissão Executiva da Pesca, da Comissão Executiva de Produtos da Mandioca e da Comissão Executiva das Frutas.

ALTERA os DELs 5.030/1942; 5.031/1942 e 5.032/1942. **REVOGADO** p/DELs 5.531/1943 e 5.532/1943.

DEL 5.030, de 04/12/1942

Cria e estrutura a Comissão Executiva da Pesca (CEP). Institui taxa de 5% sobre o pescado comercializado.

ALTERA os DELs 291/1938 e 794/1938 e **REVOGA** o DEL 1.688/1939. **ALTERADO** p/DEL 5.426/1943 e **REVOGADO** p/DEL 5.530/1943.

DEL 3.118, de 14/03/1941

Cria a Policlínica dos Pescadores. Ver DEL 8.526/1945.

DEL 3.045, de 12/02/1941

Dispõe sobre o funcionamento dos entrepostos de pesca. Ver DELs 291/1938 e 794/1938.

ALTERADO p/DELs 5.530/1943 e 8.526/1945.

DEL 1.708, de 27/10/1939

Altera o Código de Pesca. Considera privativa de brasileiros a pesca profissional.

ALTERA o DEL 794/1938.

PESCA

DEL 1.688, de 18/10/1939

Modifica o Conselho Nacional de Pesca. Ver DEL 794/1938.

REVOGADO p/DELS 5.030/1942 e 5.530/1943 e **REVIGORADO** p/DEL 8.526/1945.

DEL 1.631, de 27/09/1939

Dispõe sobre aplicação de multas previstas no Código de Pesca.

REVOGADO p/DEL 221/1967.

DEL 794, de 19/10/1938

Aprova e baixa o Código de Pesca. Cria o Conselho Nacional de Pesca. Ver DELs 1.688/1939 e 3.045/1941.

ALTERA o DEC 23.672/1934. **ALTERADO** p/DELS 1.708/1939; 5.030/1942; 5.530/1943 e 8.526/1945 e **REVOGADO** p/DEL 221/1967.

DEL 353, de 24/03/1938

Autoriza o Ministro da Agricultura a modificar o orçamento para instalar estações de piscicultura. Ver DEL 291/1938.

DEL 291, de 23/02/1938

Dispõe sobre a Política de Pesca. Cria “taxa de expansão da pesca”. Ver DELs 353/1938 e 3.045/1941.

ALTERADO p/DELS 5.030/1942; 5.530/1943 e 8.526/1945.

LEI 151, de 20/12/1935

Altera Código de Caça e Pesca, ampliando a pesca “costeira” para os amadores.

ALTERA o DEC 23.672/1934.

DEC 23.672, de 02/01/1934

Aprova o Código de Caça e Pesca.

ALTERADO p/Lei 151/1935 e p/DEL 794/1938 e **REVOGADO** p/DEL 1.210/1939.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

7.077, de 26/01/2010	
5.998, de 26/12/2006	Regulamenta a Lei 9.445/1997, que concede subvenção ao preço do diesel consumido por barcos pesqueiros.
4.969, de 30/01/2004	
5.320, de 23/12/2004	
5.650, de 29/12/2005	
7.024, de 07/12/2009	Regulamenta a Lei 10.683/2003 no que se refere à sanidade pesqueira e aquícola.
6.981, de 13/10/2009	Regulamenta a Lei 10.683/2003 no que se refere à atuação conjunta dos Ministérios da Pesca e do Meio Ambiente.
6.772, de 18/02/2009	Altera o DEC 4.810/2003, que estabelece normas para operações de barcos pesqueiros.
6.746, de 22/01/2009	
5.474, de 22/06/2005	Regulamenta a Lei 10.849/2004, que cria o Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – Profrota Pesqueira.
5.818, de 26/06/2006	
5.474, de 22/06/2005	
6.678, de 08/12/2008	Aprova o VII Plano Setorial para os Recursos do Mar. Ver Lei 8.617/1993.
6.241, de 19/10/2007	Regulamenta a Lei 11.524/2007 no que se refere à indenização e assistência a pescadores de lagosta.
5.583, de 16/11/2005	Regulamenta dispositivo da Lei 10.683/2003 para autorizar o Ibama a estabelecer normas para gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros.
4.895, de 25/11/2003	Dispõe sobre a autorização para uso de corpos d’água de domínio da União para a aquicultura.
5.231, de 06/10/2004	Dispõe sobre os princípios a serem observados pela administração pública federal na criação, organização e exploração de terminais pesqueiros públicos.
5.506, de 09/08/2005	Promulga o Protocolo à Convenção Internacional para a Conservação do Atum Atlântico.
4.361, de 05/09/2002	Promulga o Acordo sobre a Conservação e Ordenamento de Populações de Peixes Transzonais e de Populações de Peixes Altamente Migratórios.
73.497, de 17/01/1974	Promulga a Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia.
65.026, de 20/08/1969	Promulga a Convenção Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico.

PESCA

5.300 , de 07/12/2004	Regulamenta a Lei 7.661/1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC).
64.063 , de 05/02/1969	Regulamenta a Lei 2.419/1955, que instituiu a Patrulha Costeira.
1.695 , de 13/11/1995	Regulamenta a exploração de aquicultura em águas públicas pertencentes à União.
1.540 , de 27/06/1995	Composição e funcionamento do grupo de coordenação incumbido da atualização do PNGC.
64.618 , de 02/06/1969	Aprova o Regulamento de Trabalho a Bordo de Embarcações Pesqueiras.
5.907 , de 27/09/2006	Estabelecem normas para a operação de embarcações pesqueiras nas zonas brasileiras de pesca, alto mar e por meio de acordos internacionais.
4.810 , de 19/08/2003	
5.069 , de 05/05/2004	Dispõe sobre composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (Conape).
1.697 , de 13/11/1995	
1.997 , de 03/09/1996	Dispõem sobre o Grupo-Executivo do Setor Pesqueiro (Gespe).
2.403 , de 24/11/1997	
1.694 , de 13/11/1995	Cria o Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura (Simpesq).

DISPOSIÇÕES DA LEI AGRÍCOLA (LEI 8.171/1991)

Art. 1º, caput e Parágrafo único	Estabelecem que a atividade pesqueira integra a Política Agrícola.
Art. 48	Inclui o desenvolvimento de atividades pesqueiras nos objetivos do crédito rural.
Art. 49, incisos III e IV	Estabelecem que os que exercem atividades de pesca artesanal, aquicultura para fins comerciais e atividades pesqueiras serão beneficiários do crédito rural.
Art. 56, Parágrafo único	Inclui as atividades pesqueiras naquelas que serão amparadas pelo seguro agrícola.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

1 – Observa-se um grande grupo de leis (a partir do decreto-Lei nº 221, de 1967) relacionadas à proteção e ao estímulo à pesca. Essa parece ter sido uma tônica da legislação ao longo dos anos. Mais recentemente, a aquicultura passa também a ser preocupação dos legisladores.

2 – No que se refere às questões organizacionais, é de registrar a criação e a extinção da Sudepe e a dubiedade da legislação no que se relaciona a quem, no Poder Executivo, supervisiona o setor pesqueiro. Em alguns momentos, foi vista como uma atividade de meio ambiente; em outros, como uma atividade econômica, que deveria ser fomentada por outros setores da administração pública, em especial o Ministério da Agricultura.

3 – Em 2003, é criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Lei 10.683), transformada em Ministério da Pesca e Aquicultura pela Lei 11.958, de 2009, mantendo-se algumas atribuições da esfera ambiental no Ministério do Meio Ambiente.

4 – Embora restrições possam ser estabelecidas por normas administrativas com amparo na legislação, há duas leis restritivas (uma relacionada à proibição de captura de cetáceos e outra de pesca nos períodos de reprodução).

5 – Três leis atuais merecem destaque:

5.1 – numa demonstração de preocupação com os impactos sociais decorrentes da preservação ambiental, criou-se (Lei nº 10.779, de 2003) seguro-desemprego para o pescador artesanal durante o período de defeso;

5.2 – posteriormente, instituiu-se, pela Lei nº 10.849, de 2004, o Profrota Pesqueira, que se destina a propiciar recursos similares aos destinados ao crédito rural para o reequipamento da frota de pesca;

5.3 – a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca pela Lei 11.959, de 2009.

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 12.954, de 05/02/2014

Cria o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia.

ALTERA a Lei 10.683/2003.

LEI 12.816, de 05/06/2013

Altera o Pronatec. Considera os serviços nacionais de aprendizagem como integrantes do sistema federal de ensino e os autoriza a criar instituições de educação profissional de nível médio e superior.

ALTERA a Lei 12.513/2011.

LEI 12.702, de 07/08/2012

Arts. 1º e 2º: instituem gratificação aos servidores do Inmet e da Ceplac. Art. 6º: inclui a Ceplac e o Inmet no rol de órgãos componentes do plano de carreira integrante da área de Ciência e Tecnologia. Arts. 7º a 10: estabelecem normas de remuneração das carreiras de Ciência e Tecnologia. (...)

ALTERA as Leis 8.691/1993; 10.484/2002 e 10.550/2002.

LEI 12.513, de 26/10/2011

Art. 2º: institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), contemplando também agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, além de povos indígenas e comunidades quilombolas.

ALTERADA p/Lei 12.816/2013.

LEI 12.383, de 01/03/2011

Altera a lei de criação da Embrapa para autorizar que ela exerça atividades fora do Brasil.

ALTERA a Lei 5.851/1972.

LEI 11.958, de 26/06/2009

(...) Autoriza a Embrapa a criar centros especializados para pesquisa em aquicultura e pesca.

ALTERA a Lei 10.683/2003.

LEI 11.807, de 13/11/2008

Institui o Dia Nacional do Pesquisador.

LEI 11.794, de 08/10/2008

Estabelece procedimentos para o uso de animais no ensino e na pesquisa científica. Cria o Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal (Concea).

REVOGA a Lei 6.638/1979.

LEI 11.540, de 12/11/2007

Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Define gestão, recursos e diretrizes de aplicação dos recursos. Ver Lei 10.197/2001.

ALTERA o DEL 719/1969 e a Lei 9.478/1997.

LEI 11.487, de 15/06/2007

Inclui novo incentivo à pesquisa e à inovação tecnológica.

ALTERA a Lei 11.196/2005.

LEI 11.196, de 21/11/2005

“Lei do Bem”. Dispõe sobre diversos assuntos. Cap. III: incentivos fiscais para capacitação e inovação tecnológica. (...)

ALTERA as Leis 8.666/1993; 9.718/1998; 10.438/2002 e 10.925/2004 e as MPVs 2.158-35/2001 e 2.199-14/2001 e **REVOGA** a Lei 8.661/1993. **ALTERADA** p/Leis 11.487/2007 e 12.712/2012.

LEI 10.973, de 02/12/2004

Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Ver Lei 11.196/2005.

LEI 10.860, de 14/04/2004

Cria o Instituto Nacional do Semiárido (Insa).

LEI 10.332, de 19/12/2001

Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, inclusive biotecnologia e recursos genéticos, e para outros setores.

ALTERA a Lei 10.168/2000.

PESQUISA AGROPECUÁRIA, ENSINO AGRÍCOLA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

LEI 10.168, de 29/12/2000

Institui Cide para financiar Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação.

ALTERADA p/Lei 10.332/2001.

LEI 9.531, de 10/12/1997

Cria o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade (FGCP) para garantir riscos de operações do BNDES e do Finame.

ALTERADA p/Lei 10.184/2001.

LEI 9.526, de 08/12/1997

Dispõe sobre recursos não reclamados das contas correntes: destina-os para a reforma agrária e para o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade.

ALTERADA p/Lei 9.814/1999.

LEI 9.478, de 06/08/1997

(...) Destina parte dos *royalties* para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.

REVOGA a Lei 2.004/1953. **ALTERADA** pelas Leis 9.986/2000; 9.990/2000; 10.202/2001; 10.848/2004; 10.871/2004; 11.097/2005; 11.540/2007; 12.114/2009; 12.490/2011 e 13.033/2014.

LEI 9.257, de 09/01/1996

Dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

ALTERA a Lei 8.090/1990. **ALTERADA** p/MPV 2.216-37/2001.

LEI 8.731, de 16/11/1993

Transforma as escolas agrotécnicas federais em autarquias.

LEI 8.661, de 02/06/1993

Cria incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária. Ver DEL 2.451/1988.

ALTERA o DEL 2.433/1988. **ALTERADA** p/Leis 9.430/1996 e 9.532/1997 e **REVOGADA** p/Lei 11.196/2005.

LEI 8.172, de 18/01/1991

Restabelece o FNDCT, criado pelo DEL 719/1969. Ver Lei 11.540/2007.

LEI 8.090, de 13/11/1990

Estabelece a estrutura básica da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Cria o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

ALTERA a Lei 8.028/1990. **ALTERADA** p/Lei 9.257/1996.

LEI 8.029, de 12/04/1990

(...) Transfere acervo do Planalsucar para a Embrapa. (...)

ALTERADA p/Leis 8.154/1990; 8.344/1991 e 9.618/1998.

LEI 7.796, de 10/07/1989

Cria Comissão Coordenadora Regional de Pesquisa na Amazônia.

LEI 7.423, de 17/12/1985

Revoga a “Lei do Boi”, que dispõe sobre o preenchimento de vagas em estabelecimentos de ensino agrícola.

REVOGA a Lei 5.465/1968.

LEI 7.413, de 09/12/1985

Autoriza a criação de colégio agrícola em Sertânia – PE.

LEI 7.304, de 01/04/1985

Autoriza a criação de colégio agrícola em Garanhuns – PE.

LEI 6.638, de 08/05/1979

Estabelece normas para o uso de animais na pesquisa científica.

REVOGADA p/Lei 11.794/2008.

LEI 5.851, de 07/12/1972

Autoriza a instituição da Embrapa.

ALTERADA p/Lei 12.383/2011.

PESQUISA AGROPECUÁRIA, ENSINO AGRÍCOLA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DEL 1.036, de 21/10/1969

Incorpora ao sistema federal de ensino a Escola Superior de Agricultura de Mossoró – RN.

DEL 719, de 31/07/1969

Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Ver Lei 8.172/1991.

ALTERADO p/ Leis 10.197/2001 e 11.540/2007.

DEL 466, de 13/02/1969

Altera a lei que federalizou a Escola de Agronomia de Lavras, incorporando a ela o Centro de Treinamento de Tratristas do Ministério da Agricultura.

ALTERA a Lei 4.307/1963.

LEI 5.508, de 11/10/1968

(...) Cria o Fundo de Pesquisa e de Recursos Naturais do Nordeste (Furene) em substituição ao Fidene. Autoriza instituição de fundação para realização de pesquisas sobre recursos naturais do Nordeste. (...)

ALTERA as Leis 3.995/1961; 4.239/1963; 4.593/1964 e 4.869/1965 e o DEL 292/1967. **ALTERADA** p/DELS 586/1969; 756/1969; 764/1969; 1.180/1971; 1.267/1973 e 1.564/1977 e p/MPV 2.156-5/2001.

LEI 5.465, de 03/07/1968

Dispõe sobre o preenchimento de vagas em estabelecimentos de ensino agrícola (“Lei do Boi”).

REVOGADA p/Lei 7.423/1985.

DEL 250, de 28/02/1967

Autoriza a Universidade Federal da Bahia a incorporar a Escola Agronômica da Bahia e a Escola de Veterinária da Bahia.

ALTERA a Lei 1.055/1950.

LEI 5.139, de 14/10/1966

Cria a Escola de Agronomia e Veterinária na Universidade Federal de Goiás.

LEI 4.722, de 09/07/1965

Cria a Escola Agrícola de Caconde – SP.

LEI 4.323, de 11/04/1964

Cria escola agrotécnica em Montes Claros – MG, subordinada ao Ministério da Agricultura.

LEI 4.307, de 23/12/1963

Federaliza a Escola Superior de Agricultura de Lavras – MG (Esal).

ALTERADA p/DEL 466/1969.

LEI 3.958, de 13/09/1961

Incorpora a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná à Universidade do Paraná.

LEI 3.877, de 30/01/1961

Federaliza a Escola Superior de Veterinária, pertencente à Universidade Rural do Estado de Minas Gerais.

LEI 3.864-A, de 24/01/1961

Cria as escolas agrícolas de Bambuí – MG e Cuiabá – MT, subordinadas ao Ministério da Agricultura.

LEI 3.763, de 25/04/1960

Cria cargos no quadro permanente do Ministério da Agricultura destinados à Escola de Agronomia da Amazônia.

LEI 3.646, de 22/10/1959

Cria a Escola de Viticultura e Enologia em Bento Gonçalves – RS, vinculada ao Ministério da Agricultura.

LEI 3.215, de 19/07/1957

Cria a Escola Agrícola de Passo Fundo e a Escola de Iniciação Agrícola em Frederico Westphalen – RS.

LEI 3.092, de 29/12/1956

Cria a Escola Agrícola de Rio Pomba – MG, vinculada ao Ministério da Agricultura.

LEI 1.923, de 28/07/1953

Cria a Escola Agrícola de Urutaí – GO.

LEI 1.168-A, de 05/08/1950

Autoriza concessão de prêmio a pesquisador que se destacou em trabalhos científicos de combate biológico à traça do cacau.

PESQUISA AGROPECUÁRIA, ENSINO AGRÍCOLA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

LEI 1.192, de 06/09/1950

Altera as disposições sobre os professores dos cursos de aperfeiçoamento e especialização do Ministério da Agricultura. Ver DELs 1.514/1939 e 5.114/1942.

ALTERA o DEL 4.083/1942.

LEI 1.055, de 16/01/1950

Federaliza as escolas de agronomia e de veterinária nos estados do Paraná, Ceará, Rio de Janeiro e Bahia e a Escola de Agronomia do Nordeste, em Areias – PB.

ALTERADA p/DEL 250/1967.

LEI 1.054, de 16/01/1950

Cria uma subestação experimental de juta e outras plantas têxteis em Parintins – AM.

LEI 561, de 18/12/1948

Doa propriedade rural para o Bispado de Oliveira – MG para construir estabelecimento de ensino agrícola.

LEI 544, de 16/12/1948

Isenta de direitos de importação e de taxas aduaneiras a importação de batata-semente para o Instituto Agronômico de Campinas.

DEL 9.815, de 09/09/1946

Dispõe sobre a organização da pesquisa agropecuária. Cria o Instituto Agronômico do Leste (Bahia e Sergipe).

ALTERA o DEL 6.155/1943.

DEL 9.707, de 03/09/1946

Altera a denominação das seções da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura.

DEL 9.676, de 29/08/1946

Dispõe sobre a organização da pesquisa agropecuária. Modifica a estrutura do Instituto de Zootecnia.

ALTERA o DEL 8.547/1946.

DEL 9.614, de 20/08/1946

Estabelece disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Ver DEL 9.613/1946.

DEL 9.613, de 20/08/1946

Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Ver DEL 9.614/1946.

DEL 8.547, de 03/01/1946

Cria um Instituto de Zootecnia no Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA).

ALTERADO p/DEL 9.676/1946.

DEL 8.290, de 05/12/1945

Cria a Escola de Agronomia da Amazônia, em Belém – PA.

DEL 7.231, de 05/01/1945

Dispõe sobre o regime escolar das Escolas Nacionais de Agronomia e Veterinária. Ver DEL 7.082/1944.

DEL 6.512, de 18/05/1944

Modifica disposições sobre o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

ALTERA o DEL 6.155/1943.

DEL 6.229, de 24/01/1944

Altera disposições de reorganização do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas para criar cargos de Reitor da Universidade Rural e Diretor do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas.

ALTERA o DEL 6.155/1943.

DEL 6.155, de 30/12/1943

Reorganiza o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (Cnepa), no Ministério da Agricultura. Cria a Universidade Rural e o Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, que compreende vários órgãos de pesquisa agronômica e os Institutos Agronômicos do Norte, do Nordeste, do Sul e do Oeste. Ver DEL 982/1938.

ALTERADO p/DELs 6.512/1944; 6.229/1944 e 9.815/1946.

DEL 6.040, de 25/11/1943

Autoriza o Ministério da Agricultura a fazer convênios com os estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco, com seus produtores e com o IAA para ampliar a pesquisa e a assistência à lavoura de cana-de-açúcar.

DEL 5.200, de 18/01/1943

Torna privativas do Instituto Agronômico do Norte as pesquisas com seringueira. Define atribuições do IAN.

DEL 5.114, de 18/12/1942

Dispõe sobre os professores dos cursos de aperfeiçoamento e especialização do Ministério da Agricultura. Ver DEL 1.514/1939.

ALTERA o DEL 4.083/1942.

DEL 4.653, de 02/09/1942

Transfere campos experimentais do Centro de Ensino e Pesquisas Agronômicas para a Divisão de Fomento da Produção Vegetal do DNPV.

DEL 4.083, de 04/02/1942

Dá nova organização aos cursos de aperfeiçoamento e especialização do Ministério da Agricultura, ampliando vagas para não-funcionários. Ver DEL 1.514/1939.

ALTERADO p/DEL 5.114/1942 e p/Lei 1.192/1950.

DEL 3.451, de 23/07/1941

Federaliza a estação experimental em Entre Rios – BA e a incorpora ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

DEL 3.354, de 18/06/1941

Federaliza a estação experimental em Alagoas e a incorpora ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

DEL 3.353, de 18/06/1941

Federaliza a estação experimental em Sergipe e a incorpora ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

DEL 3.086, de 04/03/1941

Cria Estação Experimental de Arroz no Rio Grande do Sul subordinada ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura.

DEL 2.832, de 04/12/1940

Transforma a Superintendência do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura em Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. Ver DEL 982/1938.

DEL 2.831, de 04/12/1940

Incorpora a Escola Nacional de Veterinária ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura. Ver DEL 982/1938.

DEL 2.366, de 04/07/1940

Subordina a Estação Experimental de Viticultura e Enologia e Frutas de Clima Temperado, localizada em Pelotas – RS, ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

DEL 1.514, de 16/08/1939

Cria, no Ministério da Agricultura, cursos de aperfeiçoamento e de especialização para os funcionários a serem contratados.

DEL 1.015, de 31/12/1938

Dá novas disposições sobre os títulos a serem conferidos aos diplomados por estabelecimento de ensino agronômico e veterinário.

REVOGA o DEL 44/1937.

DEL 982, de 23/12/1938

Cria órgãos e reestrutura o Ministério da Agricultura. Cria o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas. Ver DELs 2.831/1940; 2.832/1940 e 6.155/1943.

DEL 933, de 07/12/1938

Estende aos cursos superiores de ensino agrícola e veterinário as disposições do DEL 421/1938, que regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior.

DEL 44, de 07/12/1937

Confere título de engenheiro-agrônomo aos diplomados por estabelecimento de ensino agronômico.

REVOGADO p/DEL 1.015/1938.

LEI 453, de 05/07/1937

Dispõe sobre a Escola Nacional de Agronomia e sobre a Escola Nacional de Veterinária.

PESQUISA AGROPECUÁRIA, ENSINO AGRÍCOLA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DEC 23.858, de 08/02/1934

Cria a Escola Nacional de Veterinária, vinculada ao Ministério da Agricultura.

DEC 23.857, de 08/02/1934

Cria a Escola Nacional de Agronomia, vinculada ao Ministério da Agricultura.

DEC 22.973, de 20/07/1933

Cria um campo experimental para a cultura do coqueiro em Sergipe.

DEC 5.748, de 16/12/1929

Cria estação experimental de trigo, centeio, cevada, aveia e linho em Santa Catarina.

DEC 1.314, de 17/01/1891

Reorganiza o serviço do Laboratório de Fisiologia Experimental, dando-lhe a denominação de Laboratório de Biologia do Ministério da Agricultura.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

7.952, de 12/03/2013	Vincula as escolas médias de agropecuária regional ao MEC.
6.938, de 13/08/2009	Regulamenta a Lei 11.540/2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).
5.798, de 07/06/2006	Regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de que tratam os artigos 17 a 26 da Lei 11.196/2005.
5.563, de 11/10/2005	Regulamenta a Lei 10.973/2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.
4.195, de 11/04/2002	Regulamenta as Leis 10.168/2000 (apoio à inovação) e 10.332/2001 (financiamento a programas de C&T).
4.157, de 12/03/2002	Regulamenta disposições da Lei 10.332/2001 relativas ao financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio.
4.154, de 07/03/2002	Regulamenta disposições da Lei 10.332/2001 relativas ao financiamento para o Programa de Biotecnologia e Recursos Genéticos (Genoma).
949, de 05/10/1993	Regulamenta a Lei 8.661/1993, que dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária.
9.217, de 18/12/1911	Dispõem sobre a criação do ensino agronômico no Ministério da Agricultura e aprovam o respectivo regulamento.
8.319, de 20/10/1910	
2.816, de 14/08/1861	Cria o Imperial Instituto Rio-Grandense de Agricultura.
2.607, de 30/06/1860	Cria o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura.
2.521, de 20/01/1860	Cria o Imperial Instituto de Agricultura Sergipano.
2.516, de 22/12/1859	Cria o Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura.
2.500-A, de 01/11/1859	Cria o Imperial Instituto Baiano de Agricultura.

DISPOSIÇÕES DA LEI AGRÍCOLA (LEI 8.171/91)

Art. 3º, inciso VIII	Inclui, entre os objetivos da Política Agrícola, a promoção e o estímulo ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia agrícola pública e privada.
Art. 4º, inciso II e Parágrafo único	Incluem a pesquisa agrícola tecnológica como referente a “ações e instrumentos da Política Agrícola” e estabelecem que deverão se orientar pelos planos plurianuais.
Capítulo IV, arts. 11 a 14	Estabelecem as diretrizes para a pesquisa agropecuária e criam o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA).
Art. 21-A, § 2º	Estabelece que o poder público promoverá a pesquisa, a geração e a difusão de tecnologias para áreas em processo de desertificação.
Art. 30, inciso XIII	Estabelece que o Ministério da Agricultura manterá sistema de informação para divulgação ampla das pesquisas agropecuárias em andamento e dos resultados das já concluídas.
Art. 96, inciso III	Estabelece que o poder público implementará ações para fortalecer a pesquisa em mecanização nas universidades e nos institutos de pesquisa.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

1 – Este grupo de leis comprehende, em maior número, a criação e estruturação de órgãos e entidades ligados ao tema. Destaca-se aí a criação da Embrapa, em 1972, ponto marcante da política de geração de tecnologias para a agropecuária.

2 – Também deve-se destacar que a preocupação com a estruturação da pesquisa agropecuária remonta, pelo menos, à década de 1940, desde quando se registram leis relacionadas ao tema.

3 – É importante pontuar que, nos anos mais recentes, têm sido editadas várias leis relacionadas ao incentivo à pesquisa, à inovação e ao desenvolvimento tecnológico.

4 – Registram-se, também, leis que criam escolas ou faculdades de agronomia e de técnicos agrícolas, percebendo-se intenso esforço de ampliação do ensino de ciências agrárias durante todo o período analisado. A destacar que, durante largo período, o ensino agrícola era atribuição do Ministério da Agricultura, passando, posteriormente, ao Ministério da Educação.

5 – Destaque-se, finalmente, que, pela Lei 12.954, de 2014, foram criadas, de uma vez, três importantes instituições de pesquisa, abrangendo a região Nordeste, o bioma Pantanal e a questão hídrica.

POLÍTICAS GERAIS E ECONOMIA

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 13.001, de 20/06/2014

(...) Art. 25: autoriza o aumento da quantidade de arroz a ser doada a diversos países (ver Lei 12.429/2011). (...)

ALTERA as Leis 5.868/1972; 8.629/1993; 8.918/1994; 9.782/1999; 10.696/2003; 11.775/2008; 12.429/2011; 12.806/2013 e 12.844/2013.

LEI 12.810, de 15/05/2013

Art. 14: isenta de PIS/Pasep e Cofins as instituições financeiras públicas que receberem doações para promoção da conservação e do uso sustentável dos biomas previstas na Lei 11.828/2008. (...)

ALTERA as Leis 6.015/1973; 11.110/2005 e 11.828/2008.

LEI 12.805, de 29/04/2013

Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.

ALTERA a Lei 8.171/1991.

LEI 12.725, de 16/10/2012

Dispõe sobre o controle da fauna nas imediações dos aeródromos.

LEI 12.688, de 18/07/2012

Art. 27: altera o prazo da autorização de doação de alimentos a vários países.

ALTERA a Lei 12.429/2011.

LEI 12.429, de 20/06/2011

Autoriza a doação de alimentos para diversos países por intermédio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), mediante termo firmado com a Conab.

ALTERADA p/Leis 12.688/2012 e 13.001/2014.

LEI 12.340, de 01/12/2010

Art. 16: autoriza a doação de alimentos dos estoques públicos também para as populações atingidas por desastres.

ALTERA a Lei 9.077/1995.

LEI 11.922, de 13/04/2009

(...) Art. 20: prorroga os prazos estabelecidos pela lei que trata do registro e posse de armas de fogo (Lei 10.826/2003).

ALTERA as Leis 8.427/1992 11.322/2006 e 11.775/2008.

LEI 11.881, de 23/12/2008

Autoriza a doação de alimentos, com recursos do PAA e da PGPM, a Cuba, ao Haiti, a Honduras e à Jamaica com o objetivo de assistir populações atingidas por eventos meteorológicos adversos.

LEI 11.706, de 19/06/2008

Altera o registro, a posse e a comercialização de armas de fogo.

ALTERA a Lei 10.826/2003 .

LEI 11.478, de 29/05/2007

Cria o Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (FIP-IE) para financiar novos projetos de infraestrutura em energia, transporte, água e saneamento básico e irrigação.

LEI 11.445, de 05/01/2007

Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e a Política Federal de Saneamento Básico. Art. 48: inclui as áreas rurais nas diretrizes.

LEI 11.346, de 15/09/2006

Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

LEI 11.211, de 19/12/2005

Dispõe sobre as condições exigíveis para a identificação do couro e das matérias-primas sucedâneas utilizados na confecção de calçados e artefatos. Ver Lei 4.888/1965.

LEI 10.990, de 13/12/2004

Modifica a Lei Agrícola para inserir disposições relativas às atividades apícolas e a criatórios de peixes.

ALTERA a Lei 8.171/1991.

LEI 10.851, de 25/03/2004

Autoriza doação de vacinas contra febre aftosa à Bolívia.

POLÍTICAS GERAIS E ECONOMIA

LEI 10.831, de 23/12/2003

Dispõe sobre a agricultura orgânica.

LEI 10.826, de 22/12/2003

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Armas. Art. 6º §5º: permite o porte de armas de fogo, sob condições, aos residentes em áreas rurais. Ver Lei 11.191/2005.

ALTERADA p/Lei 11.706/2008.

LEI 10.643, de 14/03/2003

Autoriza doação de vacinas contra febre aftosa ao Paraguai.

LEI 10.466, de 29/05/2002

Cria o Programa Grande Fronteira do Mercosul.

LEI 10.327, de 12/12/2001

Modifica a Lei Agrícola para inserir as atribuições do governo federal nas ações governamentais do setor agrícola.

ALTERA a Lei 8.171/1991.

MPV 2.158-35, de 24/08/2001

(...) Dispõe sobre procedimentos relativos a medidas *antidumping* e direitos compensatórios.

ALTERA as Leis 9.019/1995 e 9.718/1998. **ALTERADA** p/Leis 10.637/2002 e 11.196/2005.

LEI 10.246, de 02/07/2001

Modifica a Lei Agrícola para determinar a elaboração de planos de safra e plurianuais.

ALTERA a Lei 8.171/1991.

LEI 10.228, de 29/05/2001

Determina, na Lei Agrícola, o cadastramento e a recuperação de áreas desertificadas.

ALTERA a Lei 8.171/1991.

LEI 10.199, de 14/02/2001

Altera disposições relativas à aplicação dos recursos do FAT e do PIS/Pasep.

ALTERA as Leis 8.019/1990 e 9.365/1996.

LEI 10.148, de 21/12/2000

Exclui os superávits do Funcafé e do Fundo de Terras da destinação para pagamento da dívida pública.

ALTERA a Lei 9.530/1997.

LEI 9.530, de 10/12/1997

Destina o superávit de fundos (inclusive Funcafé e Fundo de Terras) ao pagamento da dívida pública.

ALTERADA p/Lei 10.148/2000.

LEI 9.461, de 13/06/1997

Autoriza a doação de estoques públicos de alimentos a outros países.

LEI 9.272, de 03/05/1996

Modifica a Lei Agrícola para incluir itens no Sistema de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

ALTERA a Lei 8.171/1991.

LEI 9.077, de 10/07/1995

Autoriza a utilização de estoques públicos de alimentos no combate à fome.

ALTERADA p/Lei 12.340/2010.

LEI 9.069, de 29/06/1995

Plano Real.

LEI 9.019, de 30/03/1995

Dispõe sobre a aplicação do Acordo Antidumping e do Acordo de Subsídios e de Direitos Compensatórios.

REVOGA o DEL 1.578/1977. **ALTERADA** p/Lei 10.833/2003.

LEI 8.660, de 28/05/1993

Extingue a TR diária.

ALTERA a Lei 8.177/1991.

POLÍTICAS GERAIS E ECONOMIA

LEI 8.352, de 28/12/1991

Dispõe sobre a aplicação das disponibilidades financeiras do FAT – aplicações para o setor rural.

ALTERA a Lei 8.019/1990. **ALTERADA** p/Lei 8.458/1992.

LEI 8.218, de 29/08/1991

Disciplina uso de NCz\$; impostos e contratos.

LEI 8.177, de 01/03/1991

Estabelece regras para a desindexação da economia (Collor II). Cria TR, extingue BTN. Dispõe sobre atualização de operações de crédito rural, dos Fundos Constitucionais e do Finam e Finor.

ALTERADA p/Leis 8.660/1993; 9.126/1995 e 9.365/1996 e p/MPV 2.183-56/2001.

LEI 8.174, de 30/01/1991

Lei Agrícola II. Estabelece atribuições do CNPA. Institui tributação compensatória. Institui equivalência-produto no crédito rural. Estabelece regras para liberação de estoques públicos.

LEI 8.171, de 17/01/1991

Lei Agrícola.

ALTERADA p/Leis 9.272/1996; 9.712/1998; 9.972/2000; 10.228/2001; 10.246/2001; 10.298/2001; 10.327/2001; 10.990/2004; 11.718/2008; 11.775/2008; 12.058/2009 e 12.805/2013.

LEI 8.024, de 12/04/1990

Plano Collor I.

LEI 8.009, de 29/03/1990

Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família. Estabelece as condições no caso de imóvel rural.

LEI 7.843, de 18/10/1989

Dispõe sobre a atualização monetária de obrigações (OTN e BTN). Autoriza a prorrogação automática dos vencimentos nos casos de dificuldades de pagamento.

ALTERA as Leis 7.774/1989 e 7.801/1989.

LEI 7.817, de 14/09/1989

Impõe controle prévio nas exportações de açúcar, álcool e melaço até 31/5/1990. Ver DEL 2.435/1988.

LEI 7.730, de 31/01/1989

Plano Verão. Institui o Cruzado Novo. Dispõe sobre a exigibilidade dos depósitos à vista.

ALTERA a Lei 4.595/1964. **ALTERADA** p/Leis 7.738/1989 e 7.747/1989.

DEL 2.434, de 19/05/1988

Autoriza a isenção ou redução de Imposto de Importação para fertilizantes e defensivos.

ALTERA a Lei 3.244/1957.

LEI 7.502, de 02/07/1986

Autoriza a instituição de Programas de Apoio à Produção Nacional de Leite com subvenção aos produtores.

DEL 2.284, de 10/03/1986

Plano Cruzado.

LEI 6.001, de 19/12/1973

Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

LEI 5.808, de 03/10/1972

Autoriza a doação de café dos estoques governamentais ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) da FAO.

LEI 5.533, de 14/11/1968

Autoriza a doação de café dos estoques governamentais para o Programa Mundial de Alimentos (PMA) da FAO.

LEI 5.361, de 29/11/1967

Autoriza a doação de café dos estoques governamentais à Cruz Vermelha Internacional.

LEI 5.025, de 10/06/1966

(...) Art. 1º a 6º: criam o Conselho Nacional do Comércio Exterior (Concex), integrado pelo Ministério da Agricultura e por representantes indicados pela CNA, entre outros. (...) Art. 60: cria o Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), para, entre outras operações, prestar “assistência à produção agrícola de exportação, bem como financiamento de estocagem desses produtos”. (...)

REVOGA os DELs 1.471/1939 e 2.527/1940.

POLÍTICAS GERAIS E ECONOMIA

LEI 4.888, de 09/12/1965

Proíbe o emprego da palavra “couro” em produtos industrializados que não sejam obtidos da pele do animal. Ver Lei 11.211/2005.

LEI 4.770, de 15/09/1965

Art. 4º: autoriza subvenção para pagamento de diferença de financiamento de exportações de produtos agrícolas que sofreram baixas acentuadas no mercado internacional.

LDL 8, de 11/10/1962

Cria o Fundo Federal Agropecuário (FFAP). Ver DLG 66/1990 (ratificação).

LEI 3.244, de 14/08/1957

Art. 50: estabelece favorecimento cambial na importação de fertilizantes, inseticidas e trigo.

ALTERA a Lei 2.145/1953. **ALTERADA** p/Lei 5.067/1966.

LEI 2.553, de 03/08/1955

Proíbe a exportação de couro de jacaré em bruto.

LEI 2.323, de 20/09/1954

Prorroga por cinco anos a isenção de tributação pela importação de animais para reprodução e melhoria da pecuária instituída pela Lei 419/1948.

LEI 2.145, de 29/12/1953

Cria a Cacex, de cuja Comissão Consultiva faziam parte o Ministério da Agricultura e a Confederação Rural Brasileira (art. 5º). (...)

ALTERADA p/Lei 3.244/1957.

LEI 1.750, de 04/12/1952

Autoriza verba para o Ministério da Agricultura revender inseticidas e distribuir gratuitamente sementes para pequenos agricultores.

LEI 544, de 16/12/1948

Isenta de direitos de importação e de taxas aduaneiras a importação de batata-semente para o Instituto Agronômico de Campinas.

LEI 419, de 03/10/1948

Isenta de tributação por cinco anos a importação de animais para reprodução e melhoria da pecuária. Ver Lei 2.323/1954.

LEI 350, de 27/08/1948

Isenta de taxa portuária as exportações de excesso de arroz.

LEI 270, de 10/04/1948

Isenta reprodutores bovinos e lanígeros de direitos de importação e taxas aduaneiras por um ano.

LEI 4, de 13/12/1946

Isenta de direitos de importação e demais taxas os reprodutores bovinos, ovinos, suínos e equinos destinados às exposições do ano no Rio Grande do Sul.

DEL 9.898, de 16/09/1946

Autoriza o Ministro da Fazenda a flexibilizar a proibição de exportação de gêneros de primeira necessidade, madeiras e couros instituída pela DEL 9.647/1946.

DEL 9.647, de 22/08/1946

Proíbe a exportação de gêneros de primeira necessidade, madeiras e couros. Ver DEL 9.898/1946.

DEL 9.575, de 12/08/1946

Suspende a exportação de suínos de corte e seus produtos destinados à alimentação humana.

DEL 9.288, de 24/05/1946

Suspende a cobrança de direitos de importação e taxas aduaneiras para o centeio em grão e em farinha.

DEL 8.127, de 24/10/1945

Dá nova forma à organização da vida rural e às associações rurais. Cria as federações e a Confederação Rural Brasileira. **ALTERA** o DEL 7.449/1945.

POLÍTICAS GERAIS E ECONOMIA

DEL 8.073, de 11/10/1945

Prorroga para 1946 a entrada em vigor da obrigatoriedade de uso de grãos de guaraná nos produtos que utilizam esse nome.

DEL 8.045, de 06/10/1945

Autoriza a Comissão Executiva de Produtos de Mandioca a sustar ou restabelecer a obrigatoriedade de uso de fécula ou amido de mandioca nacionais instituída pelo DEL 5.447/1943.

DEL 7.826, de 04/08/1945

Autoriza o IRGA a liquidar os débitos dos orzicultores do Rio Grande do Sul relativos às safras de 1941 a 1945 mediante compromisso de novos plantios de 1945 a 1949. Cria taxa sobre a produção para cobrir os financiamentos. Prorroga prazos de arrendamento e disposições contratuais privadas. Ver DEL 3.379/1941.

DEL 7.748, de 17/07/1945

Suspende disposição que condicionava a concessão de financiamento de algodão ao plantio de alimentos na propriedade. Ver DEL 6.938/1944.

DEL 7.669, de 22/06/1945

Modifica disposições relativas ao uso obrigatório de grãos de guaraná nos produtos que utilizam esse nome. Reduz a exigência de presença para 0,3g/100cm³ nos refrescos de guaraná.

DEL 7.449, de 09/04/1945

Dispõe sobre a organização da vida rural. Cria as associações rurais e a União Rural Brasileira.

ALTERADO p/DEL 8.127/1945.

DEL 6.938, de 07/10/1944

Dispõe sobre o financiamento do produto da safra de algodão de 1944/1945. Condiciona a concessão de financiamento de algodão ao plantio de alimentos na propriedade. Ver DEL 7.748/1945.

DEL 6.635, de 27/06/1944

Dispõe sobre a organização dos produtores de erva-mate em cooperativas. Cria taxa sobre a produção para organização cooperativa da produção.

DEL 6.425, de 14/04/1944

Torna obrigatório o uso de grãos de guaraná nos produtos que utilizam esse nome. Obriga a presença de 0,5g/100cm³ de guaraná nos refrescos que usem esse nome.

DEL 6.307, de 02/03/1944

Suspende as restrições ao abate de gado criado pelos próprios frigoríficos. Ver DEL 5.121/1942.

DEL 6.108, de 16/12/1943

Autoriza a requisição de gado bovino no Brasil Central para assegurar o abastecimento de carne.

DEL 5.881, de 05/10/1943

Aprova Acordo Suplementar ao Acordo de Washington para incentivo à borracha.

DEL 5.686, de 21/07/1943

Proíbe a remessa de mudas e sementes de *Hevea* para fora da Amazônia sem autorização do Ministério da Agricultura.

DEL 5.476, de 11/05/1943

Aprova o acordo firmado entre a Comissão de Controle dos Acordos de Washington e o Governo do Estado de Mato Grosso, o Banco de Crédito da Borracha e a Rubber Development Corporation para intensificar a produção de borracha.

DEL 5.447, de 30/04/1943

Obriga as indústrias de fios e tecidos a utilizar fécula ou amido de mandioca nacionais, fixando cotas de aquisição.

ALTERADO p/DEL 8.045/1945.

DEL 5.121, de 21/12/1942

Restringe o abate de gado criado pelo próprio frigorífico. Ver DEL 6.307/1944.

DEL 4.709, de 18/09/1942

Autoriza o Ministério da Agricultura a fixar preços de gado e os estados a requisitar gado para assegurar o abastecimento de carne.

POLÍTICAS GERAIS E ECONOMIA

DEL 4.628, de 27/08/1942

Obriga as indústrias de algodão a receberem de agricultores 50% do produto a processar.

DEL 4.451, de 09/07/1942

Autoriza a constituição do Banco de Crédito da Borracha para incentivo à cultura da seringueira e execução do Acordo de Washington.

ALTERADO p/DELS 5.185/1943 e 9.720/1946.

DEL 4.325, de 21/05/1942

Aprova o Acordo de Washington para incentivo à produção de borracha.

DEL 4.160, de 06/03/1942

Torna sem efeito a proibição de exportação de arroz instituída pelo DEL 3.378/1941. Estabelece licença de exportação de arroz.

DEL 3.635, de 18/09/1941

Cria a Junta Reguladora do Comércio da Laranja, com o objetivo de atuar na regulação do comércio e da exportação do produto.

DEL 3.621, de 17/09/1941

Altera atribuição da Comissão de Controle da Produção e Comércio de Bananas.

ALTERA o DEL 3.568/1941.

DEL 3.379, de 01/07/1941

Autoriza o IRGA a liquidar os débitos dos orizicultores do Rio Grande do Sul relativos à safra 1940/1941, condicionado a novos plantios. Cria taxa de remição sobre a produção para liquidar financiamentos.

DEL 3.378, de 30/06/1941

Suspende a exportação de arroz para assegurar o abastecimento interno.

DEL 2.019, de 14/02/1940

Altera as normas de proibição de exportação de ossos e adubos fosfatados.

ALTERA o DEL 1.774/1939.

DEL 1.774, de 16/11/1939

Proíbe a exportação de ossos e adubos fosfatados.

ALTERADO p/DEL 2.019/1940.

DEL 1.708, de 27/10/1939

Altera o Código de Pesca. Considera privativa de brasileiros a pesca profissional.

ALTERA o DEL 794/1938.

DEL 1.185, de 03/04/1939

Proíbe a instalação de máquinas que produzam sucedâneos de produtos agropecuários como lã, borracha, seda, algodão e outros.

DEL 375, de 13/04/1938

Cria o Instituto Nacional do Mate. Institui taxa sobre a produção para propaganda do mate. Ver DELs 8.709/1946 e 281/1967.

DEC 803, de 08/05/1936

Reduz a tarifa sobre importação de trigo e cria comissão para definir mistura de trigo nacional com importado.

DEC 23.671, de 02/01/1934

Estabelece normas e restrições para a exportação de coco.

DEC 21.801, de 06/09/1932

Estabelece a obrigatoriedade de expurgo de grãos destinados à exportação.

DEC 21.734, de 16/08/1932

Estabelece medidas tendentes a regularizar a importação de tubérculos selecionados de batatinha destinados ao plantio.

DEC 4.548, de 19/06/1922

Autoriza o governo a promover o incremento e a defesa da produção nacional agrícola e pastoril e das indústrias anexas (agroindústrias) por meio de medidas de emergência. Cria o Instituto de Defesa Permanente do Café.

POLÍTICAS GERAIS E ECONOMIA

DEC 4.540, de 06/02/1922

Cria linha de financiamento incentivado para a instalação de indústrias de processamento de mandioca.

DEC 4.017, de 09/01/1920

Estabelece que o Poder Executivo faça o recenseamento da população e colete informações de interesse econômico, principalmente no que diz respeito à agricultura e à indústria.

DEC 2.543, de 05/01/1912

Estabelece medidas para desenvolver culturas produtoras de borracha. Isenta de impostos e cria subvenção aos plantios.

DEC 1.963, de 28/09/1908

Aprova a convenção que cria o Instituto Internacional de Agricultura, com sede em Roma.

DEC 4.676, de 14/01/1871

Cria, na Corte do Império, uma Diretoria Geral de Estatística. Ver Lei 1.829/1870.

LEI 1.829, de 09/09/1870

Estabelece que, de 10 em 10 anos, será realizado o censo.

DEC 72, de 12/07/1839

Autoriza o governo a conceder privilégio exclusivo de importação de abelhas da Europa ou da África.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

7.794, de 20/08/2012	Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.
7.752, de 14/06/2012	Promulga a Constituição da FAO.
7.048, de 23/12/2009	Regulamentam a Lei 10.831/2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica.
6.323, de 27/12/2007	
7.272, de 25/08/2010	Regulamenta a Lei 11.346/2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).
s/nº, de 19/08/2008	
s/nº, de 14/09/2006	Dispõem sobre a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional e o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico.
s/nº, de 12/02/2004	
s/nº, de 28/12/2001	
6.288, de 06/12/2007	Regulamentam a Lei 6.938/1981, estabelecendo critérios para o zoneamento ecológico-econômico do Brasil (ZEE).
4.297, de 10/07/2002	
6.464, de 27/05/2008	Dispõe sobre a designação e a atuação de adidos agrícolas.
6.476, de 05/06/2008	Promulga o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura.
54, de 08/03/1991	Promulga o Acordo Básico sobre o Programa Mundial de Alimentos entre o Brasil e a FAO.
83.926, de 31/08/1979	Promulga o Acordo Constitutivo do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola.
5.813, de 22/06/2006	Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.
1.602, de 23/08/1995	Regulamentam as normas que disciplinam os procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas <i>antidumping</i> (Acordo Gatt e Lei 9.019/1995).
1.892, de 02/05/1996	
1.751, de 19/12/1995	Regulamenta as normas que disciplinam os procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas compensatórias.
1.488, de 11/05/1995	Regulamentam as normas que disciplinam os procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas de salvaguarda.
1.936, de 20/06/1996	
174, de 10/07/1991	Regulamenta a tributação compensatória para a importação de produtos de origem agrícola (Lei 8.174/1991).
4.623, de 21/03/2003	Dispõe sobre os Conselhos Nacional de Política Agrícola (CNPA) e Deliberativo da Política do Café (CDPC).
1.973, de 31/12/1962	Aprova o regulamento do Fundo Federal Agropecuário, criado pela Lei Delegada nº 8.
94.076, de 05/03/1987	Institui o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas.

DISPOSIÇÕES DA LEI AGRÍCOLA (LEI 8.171/1991)

Art. 5º	Institui o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), estabelece sua constituição e diretrizes e procedimentos de ação. Prevê a criação de câmaras setoriais.
Arts. 6º e 7º	Estabelecem que a ação governamental para o setor agrícola é organizada pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal, pelos territórios e municípios e é exercida em sintonia, sem paralelismos.
Capítulo III, arts. 8º, 9º e 10	Estabelecem as diretrizes para o planejamento agrícola.
Art. 103, inciso IV	Estabelece que o poder público concederá incentivos especiais ao proprietário que adotar sistemas integrados agroflorestais, agropastoris ou agrossilvopastoris voltados para a recuperação de áreas degradadas ou em fase de degradação.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

1 – Neste grupo de leis estão inseridas as normas gerais que muitas vezes não se enquadram em uma classificação específica. Aquelas que, por sua natureza geral, ampla, que afetam, muitas vezes, não apenas o setor agropecuário, não poderiam ser classificadas em temas específicos. Aqui estão tanto as relativas a planos econômicos quanto as que dizem respeito ao planejamento agrícola.

2 – Também as leis relacionadas à exportação de produtos agrícolas fazem parte deste conjunto.

3 – Observe-se que, nos últimos anos, há grande quantidade de leis que autorizam doações de produtos agrícolas dos estoques governamentais a outros países ou a programas sociais do governo federal. Da mesma forma, destacam-se leis que autorizam doação de vacinas contra aftosa a países vizinhos – neste caso, como parte da estratégia de combate à doença nas fronteiras com o Brasil.

4 – Estão relacionadas também as leis que regulam o registro e porte de armas de fogo (a partir da Lei 10.826, de 2003), tema polemizado entre vários setores da sociedade e intensamente debatido pelos representantes parlamentares dos agricultores.

5 – O grande destaque deste grupo é a Lei Agrícola (Lei 8.171, de 1991). Embora totalmente descaracterizada pelos vetos (22 de seus 24 capítulos foram parcial ou totalmente vetados), é uma norma que passa por todos os setores da Política Agrícola. Lamentavelmente, como decorrência dos vetos que lhe foram apostos, não chegou a atingir seu objetivo maior, de ser a norma estruturadora da Política Agrícola.

6 – Outras leis a destacar:

6.1 – A Lei da Agricultura Orgânica (Lei 10.831, de 2003) normatiza questões relacionadas à produção, certificação e comercialização desses produtos, em ampla expansão no mundo e no Brasil.

6.2 – É instituído o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) pela Lei 11.346, de 2006.

6.3 – Pela Lei 12.805, de 2013, foi instituída a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Florestas, com proposta de modificar as bases da exploração agropecuária com foco na eficiência econômica e na preservação dos recursos naturais.

PREÇOS MÍNIMOS

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 12.873, de 24/10/2013

(...) Art. 50: dispõe sobre a liquidação de dívidas originárias de perdas na armazenagem de produtos da PGPM sob gestão da Conab. (...)

ALTERA as Leis 8.212/1991; 8.213/1991; 8.666/1993; 9.430/1996; 10.406/2002; 10.438/2002; 11.101/2005; 12.096/2009; 12.512/2011 e o DEL 167/1967.

LEI 11.922, de 13/04/2009

Art. 14: atribui ao CMN a definição de parâmetros de cálculo de preço para o lançamento de Contratos de Opção Pública e Privada de Venda nos produtos da PGPM. (...)

ALTERA as Leis 8.427/1992; 11.322/2006 e 11.775/2008.

LEI 11.775, de 17/09/2008

(...) Art. 54: altera o processo de definição de preços mínimos, estabelecendo maior participação do Ministério da Agricultura. (...)

ALTERA as Leis 7.827/1989; 8.171/1991; 8.427/1992; 10.177/2001; 10.186/2001; 10.420/2002; 10.978/2004; 11.322/2006; 11.524/2007; 11.718/2008 e o DEL 79/1966. **ALTERADA** p/Leis 11.922/2009; 11.960/2009; 12.058/2009; 12.249/2010; 12.380/2011; 12.599/2012; 12.716/2012; 12.788/2013; 13.001/2014 e 13.043/2014.

LEI 8.735, de 25/11/1993

Define condições para aquisição de alimentos dos estoques públicos, mantidos junto ao Banco do Brasil (AGF), para doação à população flagelada do Polígono da Seca.

LEI 7.628, de 13/11/1987

Dispõe sobre preço mínimo de uva.

ALTERA a Lei 7.298/1984.

LEI 7.298, de 28/12/1984

Dispõe sobre o Conselho Nacional de Vitivinicultura (Conavin), sobre o Plano Nacional da Vitivinicultura, o seguro e o preço mínimo da uva.

ALTERADA p/Lei 7.628/1987.

LEI 7.032, de 30/09/1982

Autoriza a transformação da Comissão de Financiamento da Produção (CFP) em empresa pública.

DEL 124, de 31/01/1967

Altera o decreto-lei que estabelece normas sobre preços mínimos para revogar a Lei 1.506/1951 e a LDL 2/1962.

ALTERA o DEL 79/1966.

DEL 79, de 19/12/1966

Estabelece normas para fixação de preços mínimos e de execução das operações. Dispõe sobre organização e atribuições da CFP.

ALTERADO p/DEL 124/1967 e p/Lei 11.775/2008.

LEI 4.303, de 23/12/1963

Modifica a Política de Preços Mínimos.

ALTERA a Lei 1.506/1951.

LDL 2, de 26/09/1962

Dispõe sobre a Política de Preços Mínimos. Ver DEL 79/1966.

ALTERA a Lei 1.506/1951. **REVOGADA** p/DEL 124/1967.

LEI 1.506, de 19/12/1951

Estabelece preços mínimos para cereais e outros produtos agrícolas. Ver DEL 79/1966.

ALTERADA p/LDL 2/1962 e p/Lei 4.303/1963 e **REVOGADA** p/DEL 124/1967.

LEI 615, de 02/02/1949

Estabelece preços mínimos para financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de primeira necessidade de produção nacional para as safras de 1948 a 1951. Ver DEL 9.879/1946.

DEL 9.879, de 16/09/1946

Estabelece preços mínimos para financiamento ou aquisição da produção. Ver DEL 7.774/1945 e Lei 1.506/1951.

PREÇOS MÍNIMOS

DEL 7.774, de 24/07/1945

Dispõe sobre financiamento e preços mínimos. Ver Lei 1.506/1951.

DEL 7.748, de 17/07/1945

Suspõe disposição que condicionava a concessão de financiamento de algodão ao plantio de alimentos na propriedade. Ver DEL 6.938/1944.

DEL 6.938, de 07/10/1944

Dispõe sobre o financiamento do produto da safra de algodão de 1944/1945. Condiciona a concessão de financiamento de algodão ao plantio de alimentos na propriedade. Ver DEL 7.748/1945.

DEL 6.760, de 31/07/1944

Altera as especificações do enfardamento do algodão para financiamento.

ALTERA o DEL 6.397/1944.

DEL 6.397, de 01/04/1944

Dispõe sobre o financiamento do produto da safra de algodão de 1943/1944.

ALTERADO p/DEL 6.760/1944.

DEL 5.360, de 30/03/1943

Dispõe sobre o financiamento do produto da safra de algodão de 1943.

DEL 5.212, de 21/01/1943

Cria a Comissão de Financiamento da Produção (CFP). Ver Lei 8.344/1991.

DEL 4.395, de 19/06/1942

Dispõe sobre o financiamento do produto da safra de algodão de 1941/1942.

DISPOSIÇÕES DA LEI AGRÍCOLA (LEI 8.171/1991)

Art. 33, §§ 2º e 3º Estabelecem que a garantia de preços mínimos se dará por financiamento ou aquisição de produtos amparados pela política, com prioridade para os alimentos considerados básicos.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO SOBRE PREÇOS MÍNIMOS

Neste grupo de leis estão aquelas que normatizaram esse importante instrumento das políticas governamentais de apoio ao agronegócio. A Política de Garantia de Preços Mínimos foi de máxima importância na operação de política de sustentação de preços agrícolas e renda do agricultor. Todavia, perdeu relevância com as mudanças de orientação da Política Agrícola decorrentes das restrições orçamentárias e de novas leis que criam títulos de comercialização de produtos agrícolas.

REFLORESTAMENTO E MANEJO FLORESTAL

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 12.854, de 26/08/2013

Fomenta e incentiva a promoção de recuperação florestal e implantação de sistemas agroflorestais em áreas desapropriadas e em áreas degradadas.

LEI 12.643, de 15/05/2012

Institui o Dia Nacional da Silvicultura.

LEI 11.775, de 17/09/2008

(...) Art. 40: autoriza a inclusão do penhor florestal entre as garantias das operações. (...) Art. 44: estabelece taxa de juros para operações florestais dos Fundos Constitucionais. (...)

ALTERA as Leis 7.827/1989; 8.171/1991; 8.427/1992; 10.177/2001; 10.186/2001; 10.420/2002; 10.978/2004; 11.322/2006; 11.524/2007 e 11.718/2008 e o DEL 79/1966. ALTERADA p/Leis 11.922/2009; 11.960/2009; 12.058/2009; 12.249/2010; 12.380/2011; 12.599/2012; 12.716/2012; 12.788/2013; 13.001/2014 e 13.043/2014.

LEI 11.284, de 02/03/2006

Dispõe sobre a gestão de florestas públicas. Institui o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, interligado ao Sistema Nacional de Cadastro Rural. Ver Leis 9.433/1997; 9.985/2000 e 10.650/2003.

ALTERA as Leis 4.771/1965; 5.868/1972; 6.015/1973; 6.938/1981 e 9.605/1998. ALTERADA p/Lei 11.516/2007.

LEI 9.430, de 27/12/1996

(...) Art. 59: considera o cultivo de florestas para corte como atividade rural para efeito de IR. (...)

ALTERA o DEL 1.598/1977 e a Lei 8.661/1993. ALTERADA p/Lei 12.873/2013.

LEI 7.714, de 29/12/1988

Cancela a aplicação de incentivos no Fiset. Ver DELs 1.376/1974 e 2.397/1987.

ALTERA o DEL 1.483/1976. ALTERADA p/MPV 2.158-35/2001.

DEL 2.397, de 21/12/1987

Art. 12: altera recursos do Finam, Finor e Fiset. Ver DELs 1.106/1970; 1.376/1974 e 1.478/1976.

ALTERADO p/ MPV 2.156-5/2001.

DEL 2.304, de 21/11/1986

Dispõe sobre Finam, Finor e Fiset.

ALTERA o DEL 1.376/1974.

DEL 1.598, de 26/12/1977

Altera o IR – correção monetária dos ativos florestais.

ALTERA o DEL 1.483/1976. ALTERADO p/Lei 9.430/1996.

DEL 1.503, de 23/12/1976

Cancela os incentivos fiscais concedidos pela Lei 5.106/1966 para empreendimentos florestais.

LEI 6.394, de 09/12/1976

Dispõe sobre a participação do GDF no capital da Proflora S.A. – Florestamento e Reflorestamento.

DEL 1.483, de 06/10/1976

Dispõe sobre a correção monetária dos recursos florestais.

ALTERADO p/DEL 1.598/1977 e p/Lei 7.714/1988.

DEL 1.478, de 26/08/1976

Dispõe sobre Finam, Finor e Fiset. Ver DEL 2.397/1987.

ALTERA o DEL 1.376/1974.

DEL 1.376, de 12/12/1974

Dispõe sobre incentivos fiscais. Cria Finam, Finor e Fiset. Ver DELs 1.419/1975 e 2.397/1987 e Leis 7.714/1988; 8.034/1990; 9.532/1997 e 9.808/1999.

ALTERADO p/DELs 1.478/1976 e 2.304/1986 e p/MPVs 2.157-5/2001 e 2.156-5/2001.

DEL 1.338, de 23/07/1974

Modifica os incentivos fiscais para a Amazônia, o Nordeste e para empreendimentos florestais.

ALTERA as Leis 4.357/1964; 5.106/1966 e 5.508/1968. ALTERADO p/DEL 1.641/1978.

REFLORESTAMENTO E MANEJO FLORESTAL

DEL 1.140, de 30/12/1970

Altera incentivos fiscais para empreendimentos florestais.

ALTERA o DEL 1.134/1970.

DEL 1.134, de 16/11/1970

Altera sistemática de incentivos fiscais para empreendimentos florestais. Ver Lei 5.106/1966 e DEL 1.179/1971.

ALTERADO p/DEL 1.140/1970.

DEL 289, de 28/02/1967

Cria o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Extingue o Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura e o Instituto Nacional do Pinho. Ver DELs 4.813/1942 e 3.782/1960 e Leis 7.732/1989 e 7.735/1989.

LEI 5.106, de 02/09/1966

Modifica o Código Florestal para inserir disposições sobre incentivos fiscais para empreendimentos florestais. Ver Lei 4.504/1964 e DELs 1.134/1970 e 1.179/1971.

ALTERA as Leis 4.771/1965 e 4.862/1965. ALTERADA p/DEL 1.338/1974.

LEI 4.466, de 12/11/1964

Determina a arborização das margens das rodovias do Nordeste pelo DNER.

LEI 3.782, de 22/07/1960

Cria o Ministério da Indústria e do Comércio e inclui nele o IBC, o IAA, o Instituto Nacional do Mate e o Instituto Nacional do Pinho. Ver DEL 289/1967.

DEL 4.813, de 08/10/1942

Reorganiza o Instituto Nacional do Pinho. Ver DEL 3.124/1941.

DEL 3.124, de 19/03/1941

Cria o Instituto Nacional do Pinho. Ver DELs 4.813/1942 e 289/1967.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

8.375, de 11/12/2014	Define a Política Agrícola para Florestas Plantadas e atribui sua coordenação ao Ministério da Agricultura.
7.309, de 22/09/2010	Altera o decreto 7.167/2010, que regulamenta o FNDF.
7.167, de 05/05/2010	Regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), criado pela Lei 11.284/2006.
4.864, de 24/10/2003	Dispõem sobre a criação do Programa Nacional de Florestas (PNF) e do Conaflor.
3.420, de 20/04/2000	

DISPOSIÇÕES DA LEI AGRÍCOLA (LEI 8.171/1991)

Art. 1º, caput e Parágrafo único	Estabelecem que a atividade florestal integra a Política Agrícola.
Art. 48, inciso VI	Inclui o desenvolvimento de atividades florestais nos objetivos do crédito rural.
Art. 49, inciso IV	Estabelece que os que exercem atividades florestais serão beneficiários do crédito rural.
Art. 56, Parágrafo único	Inclui as atividades florestais naquelas que serão amparadas pelo seguro agrícola.
Art. 93, § 1º	Considera o reflorestamento como parte da política de energização rural e agroenergia.
Art. 94, inciso III	Estabelece que o poder público incentivará prioritariamente, entre outros, programas de reflorestamento energético e de manejo florestal vinculados à produção de energia.
Art. 98	Autoriza o poder público a outorgar concessões remuneradas de uso nas faixas de domínio das rodovias federais para implantação de projetos de reflorestamento.
Art. 99, caput e § 2º	Estabelece a obrigatoriedade de o proprietário rural recompor a Reserva Legal mediante o plantio anual de 1/30 do necessário segundo normas do órgão gestor.
Art. 103, incisos I, II e III	Estabelecem que o poder público concederá incentivos especiais ao proprietário que conservar a cobertura florestal nativa, recuperar com espécies nativas ou adaptadas as áreas degradadas ou sofrer restrição de uso de recursos naturais para proteção de ecossistemas.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

1 – Tradicionalmente, nas décadas de 1960 a 1980, a legislação sobre reflorestamento era focada em incentivos fiscais. A partir da década de 1990, observa-se inflexão no sentido de traçar normas para enquadrar melhor a atividade como agrícola e, portanto, no crédito rural e demais instrumentos de apoio à atividade.

2 – A destacar que o decreto 8.375, de 2014, respaldado na Lei Agrícola e no novo Código Florestal, cria a Política Agrícola para Florestas Plantadas e atribui ao Ministério da Agricultura sua coordenação total. Essa era uma antiga demanda dos setores do agronegócio e, em especial, da silvicultura.

REFORMA AGRÁRIA

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 13.043, de 13/11/2014

(...) Art. 82: isenta do ITR os imóveis rurais de remanescentes de quilombos.

ALTERA as Leis 9.393/1996; 11.775/2008; 11.977/2009 e 12.096/2009.

LEI 13.001, de 20/06/2014

Arts. 1º e 2º: autorizam a liquidação, na forma do PNRH (do MCMV), de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária entre 1985 e 2013 para construção ou reforma de habitação (ver Lei 11.977/2009). Art. 3º: determina a remissão dos Créditos de Instalação com valores originais de até R\$ 10 mil concedidos no mesmo período. Art. 5º: estabelece que se aplica às operações não regularizadas decorrentes de Crédito de Instalação o disposto na Lei 10.522/2002 (Cadin). (...) Art. 8º: autoriza a remissão ou a concessão de rebate (condicionado ao valor do saldo devedor) de dívidas do Procera. Art. 9º: autoriza a extinção do Fundo do Procera. Autoriza a concessão de Crédito de Instalação aos assentados da reforma agrária. Art. 10: introduz diversas alterações na Lei da Reforma Agrária, como Concessão Real de Uso, limites de área para os lotes a distribuir na reforma agrária e outras. Art. 11: inclui as dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritas em Dívida Ativa, na possibilidade de liquidação ou renegociação estabelecida na Lei 11.775/2008 e define desconto de liquidação ou renegociação das dívidas de Prodecer. (...) Arts. 21 e 22: autoriza o Incra a alienar e a doar imóveis. Art. 24: autoriza a instituição de seguro a ser utilizado nas operações do Banco da Terra. (...) Art. 27: exclui da proibição de desmembramento inferior ao módulo diversos tipos de imóveis, inclusive os dos agricultores familiares. (...)

ALTERA as Leis 5.868/1972; 8.629/1993; 8.918/1994; 9.782/1999; 10.696/2003; 11.775/2008; 12.429/2011; 12.806/2013 e 12.844/2013.

LCP 145, de 15/05/2014

Altera prazos de pagamento, encargos e outras disposições do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra.

ALTERA a LCP 93/1998.

LEI 12.873, de 24/10/2013

(...) Arts. 9º e 10: novas disposições sobre os financiamentos e registros cartorários do Banco da Terra (LCP nº 93/1998). (...)

ALTERA as Leis 8.212/1991; 8.213/1991; 8.666/1993; 9.430/1996; 10.406/2002; 10.438/2002; 11.101/2005; 12.096/2009; 12.512/2011 e o DEL 167/1967.

LEI 12.808, de 08/05/2013

Dispõe sobre a remuneração do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Incra.

ALTERA a Lei 11.090/2005.

LEI 12.702, de 07/08/2012

(...) Arts. 64 e 71: alteram a gratificação dos Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, dos Agentes de Atividades Agropecuárias e dos Peritos Federais Agrários.

ALTERA as Leis 8.691/1993; 10.484/2002 e 10.550/2002.

LEI 12.599, de 23/03/2012

(...) Art. 22: autoriza a individualização dos contratos dos Grupos A, A/C e B do Pronaf e do Banco da Terra. Art. 23: amplia prazo de renegociação relativa ao Banco da Terra e do Programa Cédula Rural (ver LPL 93/1998).

ALTERA as Leis 11.775/2008 e 12.249/2010.

LEI 12.314, de 19/08/2010

Altera a estrutura do MDA, criando uma secretaria para supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal. Ver Lei 11.952/2009.

ALTERA a Lei 10.683/2003.

LEI 12.310, de 19/08/2010

Autoriza a União a doar áreas de domínio federal para o estado do Mato Grosso para conservação ambiental, assentamento, colonização ou regularização fundiária.

LEI 12.249, de 11/06/2010

(...) Art. 74: altera as normas dos financiamentos dos Fundos Constitucionais aos assentados, colonos e beneficiários do Fundo de Terras. (...)

ALTERA as Leis 9.126/1995; 11.110/2005; 11.775/2008 e 11.977/2009. **ALTERADA** p/Leis 12.490/2011; 12.599/2012; 12.678/2012 e 12.872/2013.

REFORMA AGRÁRIA

LEI 12.188, de 11/01/2010

Institui a Política Nacional de ATER para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e o Programa Nacional de ATER na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater), sob supervisão do MDA.

ALTERA a Lei 8.666/1993.

LEI 12.024, de 27/08/2009

Art. 18: autoriza a alienação das áreas públicas rurais do Distrito Federal aos atuais ocupantes.

LEI 11.952, de 25/06/2009

Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras da União na Amazônia Legal.

ALTERA as Leis 6.015/1973 e 8.666/1993.

LEI 11.949, de 17/06/2009

Amplia para o Amapá a transferência de terras da União preferencialmente para atividades agrícolas diversificadas, conservação ambiental, assentamento e colonização prevista na Lei 10.304/2001.

ALTERA a Lei 10.304/2001.

LEI 11.947, de 16/06/2009

(...) Art. 33: autoriza a instituição do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) no âmbito do MDA e executado pelo Incra.

ALTERA a Lei 10.880/2004.

LEI 11.907, de 02/02/2009

(...) Arts. 223 a 226: alteram as Gratificações de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária.

ALTERA as Leis 10.484/2002; 10.550/2002; 10.833/2003 e 11.090/2005.

LEI 11.784, de 22/09/2008

Altera a estrutura de remuneração e cargos e institui gratificação para cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário (Lei 11.090/2005) e de Atividades Técnicas de Fiscalização Agropecuária (Leis 10.484/2002; 11.090/2005 e 11.344/2006) e para as carreiras de Perito Federal Agrário (Lei 10.550/2002) e de Fiscal Federal Agropecuário (Lei 10.883/2004).

ALTERA as Leis 8.745/1993; 10.484/2002; 10.550/2002; 10.883/2004; 11.090/2005 e 11.344/2006.

LEI 11.763, de 01/08/2008

Altera a Lei de Licitações para impor limites à alienação de terras públicas na área rural.

ALTERA a Lei 8.666/1993.

LEI 11.481, de 31/05/2007

Art. 12: altera registros públicos. Isenta de custas e emolumentos o primeiro registro de propriedade familiar.

ALTERA a Lei 6.015/1973.

LEI 11.446, de 05/01/2007

Modifica o Estatuto da Terra para permitir desmembramento de imóvel inferior a um módulo em programas de agricultura familiar.

ALTERA a Lei 4.504/1964.

LEI 11.443, de 05/01/2007

Modifica o Estatuto da Terra para introduzir alterações nas normas de arrendamento rural e parceria.

ALTERA a Lei 4.504/1964.

LEI 11.250, de 27/12/2005

Regulamenta o inciso III do § 4º do artigo 153 da CF para autorizar a SRF a celebrar convênios com estados e municípios para a cobrança de ITR.

LEI 11.196, de 21/11/2005

“Lei do Bem”. Dispõe sobre diversos assuntos. (...) Art. 118: estabelece condições de concessão de título de propriedade ou de direito real de uso para terras localizadas na Amazônia Legal. (...)

ALTERA as Leis 8.666/1993; 9.718/1998; 10.438/2002 e 10.925/2004 e as MPVs 2.158-35/2001 e 2.199-14/2001 e **REVOGA** a Lei 8.661/1993. **ALTERADA** p/Leis 11.487/2007 e 12.712/2012.

LEI 11.090, de 07/01/2005

Dispõe sobre criação de plano de carreira dos cargos do Incra. (...)

ALTERA as Leis 10.484/2002 e 10.550/2002. **ALTERADA** p/Leis 11.784/2008; 11.907/2009; 12.277/2010; 12.778/2012 e 12.808/2013.

REFORMA AGRÁRIA

LEI 10.931, de 02/08/2004

Altera os registros públicos.

ALTERA a Lei 6.015/1973.

LEI 10.787, de 25/11/2003

Prorroga o prazo de ratificação de aquisição de terras em faixas de fronteira. Ver DEL 1.414/1975 e Leis 4.947/1966; 6.925/1981; 9.871/1999; 10.164/2000 e 10.363/2001.

LEI 10.550, de 13/11/2002

Estrutura a carreira de Perito Federal Agrário e cria gratificações.

ALTERADA p/Leis 11.034/2004; 11.090/2005; 11.784/2008; 11.907/2009 e 12.702/2012.

LEI 10.469, de 25/06/2002

Institui o dia 17 de abril como Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

LEI 10.438, de 26/04/2002

(...) Art. 13: autoriza a contratação de recursos do RGR com cooperativas de eletrificação rural e com as responsáveis pela implantação de infraestrutura em projetos de reforma agrária. (...)

ALTERA a Lei 9.427/1996. **ALTERADA** p/Leis 10.762/2003; 10.848/2004; 10.889/2004; 11.075/2004; 11.196/2005 e 12.873/2013.

LEI 10.363, de 28/12/2001

Prorroga prazo para ratificação de terras de fronteiras. Ver DEL 1.414/1975 e Leis 4.947/1966; 6.925/1981; 9.871/1999; 10.164/2000 e 10.787/2003.

LEI 10.304, de 05/11/2001

Transfere terras da União para o estado de Roraima para assentamento e colonização.

ALTERADA p/Lei 11.949/2009.

LEI 10.279, de 12/09/2001

Dá preferência, na reforma agrária, a quem perdeu a terra por dívidas de crédito rural.

ALTERA a Lei 8.629/1993.

LEI 10.267, de 28/08/2001

Altera disposições sobre o registro de imóveis rurais. Cria o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (Cnir). Torna obrigatória a identificação por georreferenciamento para alteração de registro do imóvel.

ALTERA as Leis 4.947/1966; 5.868/1972; 6.015/1973; 6.739/1979 e 9.393/1996.

MPV 2.183-56, de 24/08/2001

Altera disposições relativas à desapropriação. Estabelece regras para aplicação de juros compensatórios. Dispõe sobre a remuneração de TDAs. Proíbe a vistoria em imóvel invadido e exclui da reforma agrária quem tenha invadido propriedade. Institui o Programa de Arrendamento Rural. Prevê convênios de delegação de reforma agrária com estados e municípios. Dispõe sobre consórcios e condomínios para extrativismo. Art. 5º: cria o Programa Nossa Terra-Nossa Escola. Estabelece apoio aos assentamentos do Banco da Terra.

ALTERA o DEL 3.365/1941 e as Leis 4.504/1964; 8.177/1991 e 8.629/1993.

MPV 2.166-67, de 24/08/2001

Estabelece várias alterações no Código Florestal. Define pequena propriedade ou posse familiar. Redefine Área de Preservação Permanente e Reserva Legal. Redefine área da Amazônia Legal. Dispõe sobre Servidão Florestal. Institui a Cota de Reserva Florestal (CRF). Aumenta limites da Reserva Legal. Dispõe sobre isenção de ITR.

ALTERA as Leis 4.771/1965 e 9.393/1996. **REVOGADA** p/Lei 12.651/2012.

LEI 10.164, de 27/12/2000

Prorroga prazo para ratificação de terras na faixa de fronteira. Ver DEL 1.414/1975 e Leis 4.947/1966; 6.925/1981; 9.871/1999; 10.363/2001 e 10.787/2003.

LEI 10.148, de 21/12/2000

Exclui os superávits do Funcafé e do Fundo de Terras da destinação para pagamento da dívida pública.

ALTERA a Lei 9.530/1997.

LEI 9.871, de 23/11/1999

Estabelece prazo para ratificação de concessões de terras de fronteira. Ver Leis 4.947/1966; 6.925/1981; 10.164/2000; 10.363/2001 e 10.787/2003 e DEL 1.414/1975.

REFORMA AGRÁRIA

LCP 93, de 04/02/1998

Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra.

ALTERADA p/ LCP 145/2014.

LEI 9.530, de 10/12/1997

Destina o superávit de fundos (inclusive Funcafé e Fundo de Terras) ao pagamento da dívida pública.

ALTERADA p/Lei 10.148/2000.

LEI 9.526, de 08/12/1997

Dispõe sobre recursos não reclamados das contas correntes: destina-os para a reforma agrária e para o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade.

ALTERADA p/Lei 9.814/1999.

LCP 88, de 23/12/1996

Altera o Rito Sumário para desapropriações.

ALTERA a LCP 76/1993.

LEI 9.393, de 19/12/1996

Dispõe sobre o ITR e o pagamento de TDAs.

ALTERA a Lei 8.847/1994. **ALTERADA** p/Leis 10.267/2001; 11.428/2006; 12.651/2012 e 13.043/2014 e p/MPV 2.166-67/2001.

LEI 9.065, de 20/06/1995

Altera dispositivo do ITR (artigo 90 da Lei 8.981/1995). Ver Leis 8.847/1994 e 8.850/1994.

ALTERA a Lei 8.981/1995.

LEI 8.981, de 20/01/1995

Altera a legislação tributária federal. Art. 90: dispõe sobre o ITR.

ALTERA as Leis 8.847/1994 e 8.850/1994. **ALTERADA** p/Lei 9.065/1995.

LEI 8.941, de 25/11/1994

Altera a LDO para incluir as despesas com o Procerá nas áreas prioritárias para receber recursos do orçamento de 1994. Ver Lei 8.928/1994.

ALTERA a Lei 8.694/1993.

LEI 8.850, de 28/01/1994

Altera disposições sobre o ITR. Ver Lei 9.065/1995.

ALTERA a Lei 8.383/1991. **ALTERADA** p/Lei 8.981/1995.

LEI 8.847, de 28/01/1994

Dispõe sobre o ITR. Transfere ao Incra a cobrança da Taxa de Serviços Cadastrais (DELs 57/1966 e 1.989/1982 e Lei 6.746/1979). Retira da SRF a cobrança das contribuições sindical (DEL 1.166/1971) e para o Senar (Lei 8.315/1991). Ver Leis 9.065/1995 e 9.321/1996.

ALTERADA p/Leis 8.981/1995 e 9.393/1996.

LCP 76, de 06/07/1993

Estabelece o Rito Sumário nos processos de desapropriação para a reforma agrária.

REVOGA o DEL 554/1969. **ALTERADA** p/LCP 88/1996.

LEI 8.666, de 21/06/1993

Institui normas para licitações e contratos da administração pública. Art. 17 §2º: estabelece condições para alienação e concessão de terras públicas.

ALTERA a Lei 5.194/1966. **ALTERADA** p/Leis 11.196/2005; 11.763/2008; 11.952/2009 e 12.188/2010.

LEI 8.629, de 25/02/1993

Regulamenta a reforma agrária. Ver Leis 4.504/1964 e 5.709/1971.

ALTERADA p/MPV 2.183-56/2001 e p/Leis 10.279/2001 e 13.001/2014.

LEI 8.257, de 26/11/1991

Dispõe sobre a expropriação das glebas com culturas ilegais de plantas psicotrópicas.

LEI 8.022, de 12/04/1990

Transfere a cobrança de ITR do Incra para a SRF.

ALTERADA p/Lei 8.383/1991.

REFORMA AGRÁRIA

DEL 2.431, de 20/04/1988

Cria o Fundo Nacional da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Funmirad).

ALTERA a Lei 4.504/1964 e o DEL 582/1969. **REJEITADO** p/ADC de 14/06/1989.

LEI 7.647, de 19/01/1988

Modifica o Estatuto da Terra para dispor sobre a emissão de TDAs.

ALTERA a Lei 4.504/1964.

DEL 2.377, de 30/11/1987

Canca débitos de ITR e das contribuições e taxas do Incra e de Contribuição Sindical. Ver DELs 57/1966; 1.146/1970; 1.166/1971; 1.989/1982 e Lei 6.746/1979.

DEL 2.375, de 24/11/1987

Revoga a disposição relativa às terras devolutas nas margens das rodovias da Amazônia Legal, criando novas normas. Ver DELs 1.243/1972; 1.473/1976; 1.868/1981 e Lei 5.917/1973.

REVOGA o DEL 1.164/1971.

DEL 2.363, de 21/10/1987

Extingue o Incra e cria o Inter.

REJEITADO p/DLG 002/1989.

DEL 2.328, de 05/05/1987

Extingue o Getat. Ver DELs 1.767/1980 e 1.799/1980.

LEI 7.513, de 09/07/1986

Torna impenhorável imóvel de até um módulo rural.

ALTERA a Lei 5.869/1973.

LEI 7.231, de 23/10/1984

Transfere a supervisão do cooperativismo do Incra para o Ministério da Agricultura. Dispõe sobre o regime do pessoal do Incra.

DEL 2.145, de 28/06/1984

Canca créditos correspondentes aos exercícios de 1979/1983 relativos a ITR, contribuições ao Incra, Funrural e sindical e taxas de serviços cadastrais em municípios sob seca. Ver DELs 57/1966; 1.146/1970; 1.166/1971 e 1.989/1982 e Lei 6.746/1979.

DEL 2.103, de 30/12/1983

Prorroga os prazos de remissão de ITR e taxas prevista no DEL 2.066/1983.

DEL 2.066, de 27/10/1983

Autoriza a remissão de créditos de ITR e da contribuição ao Incra e dispensa o pagamento da Taxa de Serviços Cadastrais e cancela débitos de Contribuição Sindical em municípios em estado de emergência por seca. Ver DELs 57/1966; 1.146/1970; 1.989/1982 e 2.103/1983 e Lei 6.746/1979.

DEL 1.989, de 28/12/1982

Dispõe sobre a contribuição devida ao Incra. Ver DELs 57/1966 e 1.146/1970 e Leis 4.504/1964; 6.746/1979 e 8.847/1994.

LEI 6.969, de 10/12/1981

Cria a usucapião especial para imóveis rurais.

ALTERA a Lei 3.071/1916.

LEI 6.925, de 29/06/1981

Dispõe sobre a ratificação de aquisição de terras em faixa de fronteira. Ver Leis 4.947/1966; 9.871/1999; 10.164/2000; 10.363/2001 e 10.787/2003.

ALTERA o DEL 1.414/1975.

DEL 1.868, de 30/03/1981

Amplia a relação de rodovias na Amazônia Legal nas quais se observará a faixa de 100 quilômetros de terras devolutas consideradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais. Ver DELs 1.243/1972; 1.473/1976 e 2.375/1987 e Lei 5.917/1973.

ALTERA o DEL 1.164/1971.

REFORMA AGRÁRIA

LEI 6.815, de 19/08/1980

Estatuto do estrangeiro. Altera disposições sobre a aquisição de terras.

ALTERA a Lei 5.709/1971.

DEL 1.799, de 05/08/1980

Reestrutura o Getat. Ver DELs 1.767/1980 e 2.328/1987.

DEL 1.767, de 01/02/1980

Cria o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat). Ver DELs 1.799/1980 e 2.328/1987.

DEL 1.766, de 28/01/1980

Autoriza o Incra a receber imóveis em pagamento de débitos inscritos em Dívida Ativa.

LEI 6.746, de 10/12/1979

Modifica o Estatuto da Terra para alterar disposições sobre o ITR. Altera disposições relativas à Taxa de Serviços Cadastrais e à Contribuição ao Incra. Ver DELs 57/1966; 1.146/1970 e 1.989/1982 e Lei 8.847/1994.

ALTERA a Lei 4.504/1964.

LEI 6.739, de 05/12/1979

Dispõe sobre a matrícula e o registro de imóveis rurais.

ALTERADA p/Lei 10.267/2001.

DEL 1.684, de 18/06/1979

Dispõe sobre alienação de terras da União.

ALTERA o DEL 1.640/1978.

LEI 6.634, de 02/05/1979

Dispõe sobre a faixa de fronteira.

REVOGA a Lei 2.597/1955.

DEL 1.640, de 20/11/1978

Destina ao Incra os recursos provenientes da venda de imóveis rurais da União.

ALTERA a Lei 4.947/1966. **ALTERADO** p/DEL 1.684/1979.

LEI 6.572, de 30/09/1978

Altera disposições sobre aquisição de terras por estrangeiros.

ALTERA a Lei 5.709/1971.

LEI 6.431, de 11/07/1977

Autoriza doação de terras devolutas a municípios da Amazônia Legal.

LEI 6.383, de 07/12/1976

Dispõe sobre o processo discriminatório de terras devolutas da União. Ver DEL 9.760/1946.

REVOGA a Lei 3.081/1956.

DEL 1.487, de 10/11/1976

Autoriza a remissão de créditos de ITR e da contribuição ao Incra e dispensa a Taxa de Serviços Cadastrais nas áreas onde ocorreram secas ou enchentes.

DEL 1.473, de 13/07/1976

Amplia a relação de rodovias na Amazônia Legal nas quais se observará a faixa de 100 quilômetros de terras devolutas consideradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais. Ver DELs 1.243/1972; 1.868/1981 e 2.375/1987 e Lei 5.917/1973.

ALTERA o DEL 1.164/1971.

DEL 1.414, de 18/08/1975

Dispõe sobre a ratificação de concessões e alienações de terras na faixa de fronteira. Ver Leis 4.947/1966; 9.871/1999; 10.164/2000; 10.363/2001 e 10.787/2003.

ALTERADO p/Lei 6.925/1981.

LEI 6.015, de 31/12/1973

Dispõe sobre registros públicos. Registro de títulos de crédito rural, imóveis e outros.

REVOGA o DEL 1.000/1969. **ALTERADA** p/Leis 10.267/2001; 10.931/2004; 11.284/2006; 11.481/2007; 11.952/2009 e 12.810/2013.

REFORMA AGRÁRIA

LEI 5.917, de 10/09/1973

Amplia a relação de rodovias da Amazônia Legal nas quais se observará a faixa de 100 quilômetros de terras devolutas consideradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais. Ver DELs 1.243/1972; 1.473/1976; 1.868/1981 e 2.375/1981.

ALTERA o DEL 1.164/1971.

LEI 5.868, de 12/12/1972

Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural. Ver Lei 4.504/1964.

ALTERA a Lei 4.771/1965 e os DELs 57/1966 e 1.146/1970. ALTERADA p/Leis 10.267/2001; 11.284/2006; 12.651/2012 e 13.001/2014 e p/RSF 009/2005.

DEL 1.243, de 30/10/1972

Amplia a relação de rodovias na Amazônia Legal nas quais se observará a faixa de 100 quilômetros de terras devolutas consideradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais. Ver DELs. 1.473/1976; 1.868/1981 e 2.375/1987 e Lei 5.917/1973.

ALTERA o DEL 1.164/1971.

LEI 5.709, de 07/10/1971

Regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiros.

ALTERA a Lei 4.504/1964 e REVOGA os DELs 494/1969 e 924/1969. ALTERADA p/Leis 6.572/1978 e 6.815/1980.

LEI 5.672, de 02/07/1971

Modifica normas sobre alienação e desmembramento de áreas inferiores a um módulo rural e disposições sobre o ITR.

ALTERA a Lei 4.947/1966 e o DEL 57/1966.

DEL 1.164, de 01/04/1971

Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de 100 quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal.

ALTERADO p/DELs 1.243/1972; 1.473/1976 e 1.868/1981 e p/Lei 5.917/1973 e REVOGADO p/DEL 2.375/1987.

DEL 1.128, de 13/10/1970

Autoriza o parcelamento dos débitos de ITR e contribuições devidas ao Incra e reduz os valores em casos de projetos incentivados nas áreas da Sudam e da Sudene.

DEL 1.110, de 09/07/1970

Cria o Incra, extingue o Ibra, o Inda e o Gera.

ALTERA o DEL 582/1969.

DEL 924, de 10/10/1969

Exclui áreas das restrições à aquisição de terras por estrangeiros. Ver DEL 494/1969.

REVOGADO p/Lei 5.709/1971.

DEL 582, de 15/05/1969

Estabelece medidas para acelerar a reforma agrária. Cria o Grupo Executivo da Reforma Agrária (Gera). Dispõe sobre a organização do Ibra. Dispõe sobre o ITR e contribuições (inclusive Funrural). Ver Lei 2.613/1955.

ALTERA a Lei 4.504/1964. ALTERADO p/ DEL 2.431/1988.

DEL 554, de 25/04/1969

Dispõe sobre a desapropriação por interesse social para reforma agrária. Ver Lei 4.504/1964.

SUSPENSO p/RSF 126/1985 e REVOGADO p/LCP 76/1993.

DEL 494, de 10/03/1969

Regulamenta a aquisição de terras por estrangeiros. Ver DEL 924/1969.

ALTERA a Lei 4.504/1964. REVOGADO p/Lei 5.709/1971.

LEI 5.364, de 23/11/1967

Autoriza a Novacap a alienar lotes rurais no Distrito Federal.

LEI 5.360, de 23/11/1967

Concede deduções da contribuição devida ao Inda e prorroga sua cobrança e a do ITR. Ver Leis 2.613/1955; 4.504/1964 e DEL 58/1966.

DEL 57, de 18/11/1966

Altera ITR. Institui a Taxa de Serviços Cadastrais. Ver Leis 5.172/1966 e 6.746/1979 e DEL 1.989/1982.

ALTERA a Lei 4.504/1964. ALTERADO p/Leis 5.672/1971 e 5.868/1972 e p/RSFs 33/1974 e 337/1983.

REFORMA AGRÁRIA

LEI 5.172, de 25/10/1966

Código Tributário Nacional. Arts. 29 a 31 e 85: dispõem sobre o ITR, sua cobrança e destinação dos recursos.

LEI 4.947, de 06/04/1966

Fixa normas de Direito Agrário. Dispõe sobre atribuições do Ibra. Dispõe sobre a ratificação de alienação de terras na faixa de fronteira. Ver DEL 1.414/1975 e Leis 6.925/1981; 9.871/1999; 10.164/2000; 10.363/2001 e 10.787/2003. ALTERA a Lei 4.504/1964. ALTERADA p/Leis 5.672/1971 e 10.267/2001 e p/DEL 1.640/1978.

LEI 4.862, de 29/11/1965

Arts. 37 e 38: atribuem ao Ibra, em primeira instância, o julgamento de questões sobre cobrança do ITR (ver Lei 4.504/1964). Arts. 40 e 41: excluem do cálculo da renda tributável para IR áreas de reserva florestal e de florestas plantadas (ver Lei 4.771/1965).

LEI 4.504, de 30/11/1964

Estatuto da Terra. Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) e o Fundo Nacional de Reforma Agrária (FNRA). Dispõe sobre atribuições do Ibra. Ver Leis 2.613/1955 e 5.106/1966; DEL 195/1967 e LCP 93/1998.

ALTERA o DEC 22.239/1932 e REVOGA a LDL 11/1962. ALTERADA p/DELS 57/1966; 494/1969; 582/1969 e 2.431/1988; p/ Leis 4.947/1966; 5.709/1971; 6.746/1979; 7.647/1988; 11.443/2007 e 11.446/2007 e p/MPV 2.183-56/2001.

LEI 4.176, de 07/12/1962

Cria o Condomínio Rural do Piuí. Traça diretrizes para o aproveitamento racional das áreas drenadas adjacentes à represa de Furnas.

LDL 11, de 11/10/1962

Cria a Superintendência de Política Agrária (Supra), transformando o Serviço Social Rural (SSR) e outros órgãos. Ver Lei 2.237/1954.

REVOGADA p/Lei 4.504/1964.

LEI 4.132, de 10/09/1962

Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.

LEI 3.185, de 24/06/1957

Modifica normas relativas aos financiamentos à colonização.

ALTERA a Lei 2.237/1954.

LEI 3.081, de 22/12/1956

Regula o processo nas ações discriminatórias de terras públicas.

REVOGADA p/Lei 6.383/1976.

LEI 2.597, de 12/09/1955

Dispõe sobre a faixa de fronteira.

REVOGA os DELs 1.164/1939; 1.968/1940; 2.610/1940; 6.430/1944; 7.724/1945 e 8.908/1946. ALTERADA p/Lei 6.559/1978 e REVOGADA p/Lei 6.634/1979.

LEI 2.237, de 19/06/1954

Dispõe sobre o financiamento à colonização.

ALTERADA p/Lei 3.185/1957.

LEI 586, de 23/12/1948

Autoriza desapropriação de terras para o estado do Rio Grande do Sul implantar colônia de plantio mecanizado de trigo.

DEL 7.916, de 30/08/1945

Dispõe sobre a distribuição de terras devolutas nos territórios federais.

DEL 7.724, de 10/07/1945

Submete ao regime de aforamento as terras devolutas na faixa de fronteira.

REVOGADO p/Lei 2.597/1955

DEL 7.561, de 18/05/1945

Dispõe sobre as concessões e cessões de terras devolutas à Fundação Brasil Central.

DEL 3.365, de 21/06/1941

Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

ALTERADO p/Lei 2.786/1956; p/DEL 9.811/1946 e p/MPV 2.183-56/2001.

REFORMA AGRÁRIA

DEL 2.610, de 20/09/1940

Interpreta disposições do DEL 1.968/1940, que regula as concessões de terras na faixa de fronteira.
ALTERA o DEL 1.968/1940.

DEL 1.968, de 17/01/1940

Dispõe sobre a concessão de terras na faixa de fronteira.
ALTERADO p/DEL 2.610/1940 e **REVOGADO** p/Lei 2.597/1955.

DEC 733; de 21/12/1900

Reorganiza as colônias militares.

LEI 601, de 18/09/1850

Lei de Terras. Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

8.273 , de 26/06/2014	Regulamenta a Lei 11.952/2009, relativa à transferência, do Incra para o MDA, da competência para regularizar áreas na Amazônia Legal.
6.992 , de 28/10/2009	Regulamenta a Lei 11.952/2009, sobre regularização fundiária na Amazônia Legal. Ver LCP 124/2007.
6.830 , de 27/04/2009	Regulamenta a MPV 458/2009 (Lei 11.952/2009), sobre regularização fundiária na Amazônia Legal. Ver LCP 124/2007.
8.256 , de 26/05/2014	Regulamenta a Lei 8.629/1993 no que se refere a crédito de instalação em programas de reforma agrária.
8.253 , de 26/05/2014	Regulamentam a LCP 93/1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra.
8.025 , de 06/06/2013	
4.892 , de 25/11/2003	
7.501 , de 24/06/2011	Regulamentam a MPV 2.183-56/2001 no que se refere ao Subprograma de Combate à Pobreza Rural do PNRA.
6.672 , de 02/12/2008	
6.888 , de 25/06/2009	Transfere terras do Incra para o estado do Mato Grosso para assentamentos. Ver DEL 2.375/1987.
6.754 , de 28/01/2009	Regulamenta a Lei 10.304/2001, que dispõe sobre a transferência de terras da União ao estado de Roraima.
6.770 , de 10/02/2009	Alteram o decreto 6.433/2008, que institui o CGITR e dispõe sobre aspectos da descentralização de cobrança do ITR.
6.621 , de 29/10/2008	
6.433 , de 15/04/2008	Institui o Comitê Gestor do ITR (CGITR) e dispõe sobre aspectos da descentralização de cobrança do ITR.
4.382 , de 19/09/2002	Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do ITR – posterior à Lei 9.393/1996.
84.685 , de 06/05/1980	Regulamenta a Lei 6.746/1979, que trata do ITR.
59.900 , de 30/12/1966	Regulamenta o DEL 57/1966, que dispõe sobre lançamento em Dívida Ativa dos débitos de ITR e Taxa Cadastral.
6.553 , de 01/09/2008	Fixa os limites de áreas a serem beneficiadas pela Lei 8.666/1993.
5.732 , de 23/03/2006	Regulamenta o artigo 17 §2º, II da Lei 8.666/1993, que disciplina a concessão de terras na Amazônia Legal.
4.887 , de 20/11/2003	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.
3.743 , de 05/02/2001	Regulamenta a Lei 6.431/1977, que autoriza a doação de terras devolutas a municípios da Amazônia Legal.
s/nº , de 06/06/1997	Autoriza o DNER a construir, restaurar e conservar acessos rodoviários a assentamentos de projetos de reforma agrária.
432 , de 24/01/1992	Dispõe sobre as ações integradas federais relativas ao processo de reforma agrária.
3.993 , de 30/10/2001	Regulamenta disposição da Lei 4.504/1964 referente ao Programa de Arrendamento Rural para a Agricultura Familiar.
55.286 , de 24/12/1964	Estabelece as normas gerais para regulamentação do Estatuto da Terra (Lei 4.504/1964).
55.891 , de 31/03/1965	
56.792 , de 26/08/1965	Regulamentam disposições da Lei 4.504/1964.

REFORMA AGRÁRIA

59.428 , de 27/10/1966	Regulamenta disposições da Lei 4.504/1964, do DEL 22.239/1932 e da Lei 4.947/1966.
59.566 , de 14/11/1966	Regulamenta disposições das Leis 4.504/1964 e 4.947/1966.
62.504 , de 08/04/1968	Regulamenta disposições da Lei 4.504/1964 e do DEL 57/1966 sobre desmembramento de terras.
578 , de 24/06/1992	Regulamenta o lançamento dos TDAs.
2.250 , de 11/06/1997	Dispõe sobre a vistoria em imóvel rural destinado à reforma agrária. Impede vistoria em imóvel invadido.
63.058 , de 30/07/1968	Regulamenta dispositivo da Lei 4.504/1964 e do DEL 57/1966 relativamente a financiamento ante a impossibilidade de desmembrar imóvel adquirido por herança.
577 , de 24/06/1992	Dispõe sobre a expropriação das glebas onde forem encontradas culturas ilegais de plantas psicotrópicas.
433 , de 24/01/1992	
2.614 , de 03/06/1998	Dispõem sobre a aquisição de imóveis rurais para reforma agrária por compra e venda.
2.680 , de 17/07/1998	
74.965 , de 26/11/1974	Regulamenta a Lei 5.709/1971, que dispõe sobre a aquisição de imóvel rural por estrangeiro.
72.106 , de 18/04/1973	Regulamentam a Lei 5.868/1972, que institui o Sistema Nacional de Cadastro Rural.
482 , de 26/03/1992	Regulamentam a Lei 10.267/2001, que altera outras leis relativas a registro de imóveis e cadastro rural.
4.449 , de 30/10/2002	
5.570 , de 31/10/2005	
85.064 , de 26/08/1980	Regulamenta a Lei 6.634/1979, que dispõe sobre a faixa de fronteira.

DISPOSIÇÕES DA LEI AGRÍCOLA (LEI 8.171/1991)

Art. 3º, inciso VII	Estabelece, como um dos objetivos da Política Agrícola, a compatibilização de suas ações com a reforma agrária a fim de assegurar aos assentados a integração ao sistema produtivo.
Art. 4º, inciso XIX e Parágrafo único	Incluem o crédito fundiário como referente a “ações e instrumentos da Política Agrícola” e estabelecem que estes deverão se orientar pelos planos plurianuais.
Art. 48, inciso V	Estabelece que, por meio do crédito fundiário, o crédito rural objetiva a aquisição e regularização de terras pelos pequenos produtores, posseiros, arrendatários e trabalhadores rurais.
Art. 52	Estabelece que o poder público assegurará crédito rural diferenciado para os assentados.
Art. 84	Estabelece que as áreas de reforma agrária ou de colonização, entre outras, terão prioridade na política de irrigação e drenagem.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

- 1 – Neste grupo de leis se encontram as relativas às questões fundiárias, reforma agrária, ITR e de organização do Poder Executivo neste campo.
- 2 – Destaque para o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 1964), lei completa e detalhada que deu o marco legal para a implantação da reforma agrária no Brasil. Após ele, e para adaptar a legislação aos mandamentos da Constituição Federal de 1988, foi editada a Lei 8.629, de 1993, que regulamenta a reforma agrária.
- 3 – Deve-se destacar também a legislação (Lei Complementar 76, de 1993) que instituiu o Rito Sumário nos processos de desapropriação para a reforma agrária, objetivando agilizar os processos de obtenção de terras para o programa e a disposição constante da MPV 2.183-56/2001, que impede a vistoria em imóvel invadido.
- 4 – Posteriormente, outra disposição teve relevância (hoje menor, por mudança de orientação na política): a instituição do Banco da Terra (LCP 93/1998), que se destinava a dar forma alternativa à reforma agrária pelo financiamento de terras.
- 5 – A destacar a instituição do Pronera, que constitui importante programa educacional no campo, destinado às famílias assentadas pela reforma agrária.
- 6 – Em 2009, mediante a Lei nº 11.952, foi instituída ação especial para regularização fundiária de terras na Amazônia, ainda em execução.
- 7 – É importante registrar que a Política Nacional de ATER, instituída pela Lei 12.188, de 2010, mantém como um dos focos principais a ação nos assentamentos da reforma agrária.
- 8 – Finalmente, é de se apontar a relevância das disposições contidas na Lei 13.001, de 2014, no que se refere à renegociação, repactuação e remissão de créditos relativos a dívidas de assentados.

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 13.001, de 20/06/2014

(...) Art. 24: autoriza a instituição de seguro a ser utilizado nas operações do Banco da Terra. (...)

ALTERA as Leis 5.868/1972; 8.629/1993; 8.918/1994; 9.782/1999; 10.696/2003; 11.775/2008; 12.429/2011; 12.806/2013 e 12.844/2013.

LEI 12.999, de 18/06/2014

Art. 1º: autoriza o pagamento adicional ao Benefício Garantia-Safra em caráter excepcional para a safra 2012/2013. (...)

LEI 12.844, de 19/07/2013

Art. 1º: autoriza o pagamento adicional ao Benefício Garantia-Safra em caráter excepcional para a safra 2011/2012. (...)

ALTERA as Leis 11.727/2008; 12.512/2011 e 12.716/2012. **ALTERADA** p/Leis 12.872/2013 e 13.001/2014.

LEI 12.806, de 07/05/2013

Autoriza que, excepcionalmente para a safra 2011/2012, seja pago um valor adicional pelo Benefício Garantia-Safra a agricultores. Excepcionalmente na safra 2012/2013, isenta os agricultores da adesão antes da safra para recebimento do benefício. (...) Revoga a proibição de adesão ao Garantia-Safra aos que irrigam a lavoura.

ALTERA a Lei 10.420/2002. **ALTERADA** p/Lei 13.001/2014.

LEI 12.766, de 27/12/2012

Art. 6º: altera o Garantia-Safra, ampliando o número de beneficiários potenciais ao incluir outras áreas do país que não eram originalmente definidas. (...)

ALTERA as Leis 10.420/2002 e 10.925/2004.

LEI 12.712, de 30/08/2012

(...) Art. 37: autoriza a criação de empresa pública – Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) – para administrar fundos de cobertura suplementar dos riscos do seguro rural.

ALTERA as Leis 10.849/2004; 11.196/2005; 11.529/2007; 12.666/2012 e as MPVs 2.156-5/2001 e 2.157-5/2001. **ALTERADA** p/Lei 12.793/2013.

LCP 137, de 26/08/2010

Autoriza a União a participar de fundo para cobertura suplementar dos riscos do seguro rural (Fundo de Catástrofes). Altera dispositivos da lei do seguro rural (Lei 10.823/2003). Altera a Lei da Política de Resseguro (LCP 126/2007). Altera a lei dos seguros privados (DEL 73/1966).

ALTERA a Lei 10.823/2003; a LCP 126/2007 e os DELs 73/1966 e 261/1967.

LEI 12.087, de 11/11/2009

Art. 8º: autoriza a União a participar de fundos garantidores do risco de crédito de investimento com cooperativas e produtores rurais. Art. 12: cria o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Crédito.

LEI 12.058, de 13/10/2009

(...) Altera disposições do Proagro (Lei 8.171/1991) e cria o Proagro Mais. (...)

ALTERA as Leis 8.171/1991; 8.427/1992; 9.984/2000; 11.322/2006; 11.326/2006 e 11.775/2008 e **REVOGA** a Lei 5.969/1973. **ALTERADA** p/Lei 12.839/2013.

LEI 11.775, de 17/09/2008

(...) Art. 52: altera o Fundo Garantia-Safra para incluir o excesso hídrico como causa para a concessão do benefício. (...)

ALTERA as Leis 7.827/1989; 8.171/1991; 8.427/1992; 10.177/2001; 10.186/2001; 10.420/2002; 10.978/2004; 11.322/2006; 11.524/2007 e 11.718/2008 e o DEL 79/1966. **ALTERADA** p/Leis 11.922/2009; 11.960/2009; 12.058/2009; 12.249/2010; 12.380/2011; 12.599/2012; 12.716/2012; 12.788/2013; 13.001/2014 e 13.043/2014.

LCP 126, de 15/01/2007

Altera a política de resseguro e retira o monopólio do IRB.

ALTERA o DEL 73/1966. **ALTERADA** p/LCP 137/2010.

LEI 11.110, de 25/04/2005

(...) Art. 12: autoriza cobertura do Proagro Mais para produtos diversos do projeto original.

ALTERADA p/Leis 12.249/2010 e 12.810/2013.

LEI 10.823, de 19/12/2003

Institui a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural. Cria o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural. (...)

ALTERA a Lei 10.696/2003. **ALTERADA** p/LCP 137/2010.

SEGURO RURAL

LEI 10.700, de 09/07/2003

Altera disposições do Fundo Garantia-Safra.

ALTERA a Lei 10.420/2002.

LEI 10.420, de 10/04/2002

Cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra para beneficiar agricultores atingidos por estiagem na região Nordeste e em partes de Minas Gerais e do Espírito Santo.

ALTERADA p/Leis 10.700/2003; 11.775/2008; 12.766/2012 e 12.806/2013.

MPV 2.162-72, de 23/08/2001

Autoriza emissão de Títulos do Tesouro para pagamento de dívidas vencidas do Proagro.

LEI 9.443, de 14/03/1997

Mantém, até que seja promulgada lei complementar, o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

LEI 8.205, de 08/07/1991

Autoriza emissão de títulos para pagamento de diferença de correção monetária da poupança (ver Lei 7.868/1989) e de dívidas do Proagro.

LEI 7.890, de 23/11/1989

Dispõe sobre o Proagro. Amplia cobertura na safra 1989/1990. Ver Leis 5.969/1973 e 6.685/1979.

LEI 6.685, de 03/09/1979

Inclui os recursos próprios do agricultor na cobertura do Proagro.

ALTERA a Lei 5.969/1973.

LEI 5.969, de 11/12/1973

Institui o Proagro.

ALTERADA p/Lei 6.685/1979 e REVOGADA p/Lei 12.058/2009.

DEL 619, de 10/06/1969

Dispõe sobre a liquidação da Companhia Nacional de Seguro Agrícola.

DEL 73, de 21/11/1966

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados. Cria o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (incorpora o FNSA). Dissolve a CNSA. Ver Lei 2.168/1954.

ALTERADO p/LCPs 126/2007 e 137/2010.

LEI 4.430, de 20/10/1964

Altera a constituição da Companhia Nacional de Seguro Agrícola. Ver DEL 73/1976.

ALTERA a Lei 2.168/1954.

LEI 2.168, de 11/01/1954

Estabelece normas para instituição do seguro agrário. Cria o Fundo de Estabilização do Seguro Agrário. Autoriza criação da Cia. Nacional do Seguro Agrícola.

ALTERADA p/Lei 4.430/1964.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

7.977, de 02/04/2013

Regulamentam a Lei 10.420/2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e dispõe sobre o Comitê Gestor do Garantia-Safra.

6.760, de 05/02/2009

Autorizam a emissão de Títulos do Tesouro para pagar dívidas vencidas do Proagro.

4.962, de 22/01/2004

Regulamenta o Proagro (Lei 5.969/1973) posteriormente à edição da Lei Agrícola (8.171/1991). Alterado pelo DEC 1.947/1996 quanto aos recursos da União.

4.236, de 17/05/2002

Dispõe sobre a Comissão Especial de Recursos (CER) do Proagro.

1.947, de 28/06/1996

Instituem Comitê Técnico Interministerial para acompanhamento e reformulação do Proagro.

5.502, de 29/07/2005

Dispõe sobre a Comissão Especial de Recursos (CER) do Proagro.

5.675, de 12/01/2006

Instituem Comitê Técnico Interministerial para acompanhamento e reformulação do Proagro.

5.185, de 17/08/2004

60.459 , de 13/03/1967	Regulamentam os DELs 73/1966, 168/1967 e 296/1967, referentes ao Sistema Nacional de Seguros Privados.
61.867 , de 07/12/1967	
6.002 , de 28/12/2006	Regulamentam a Lei 10.823/2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural.
5.782 , de 23/05/2006	
5.121 , de 29/06/2004	

DISPOSIÇÕES DA LEI AGRÍCOLA (LEI 8.171/91)

Art. 4º, incisos XII e XIII e Parágrafo único	Incluem a Garantia da Atividade Agropecuária e o seguro agrícola como referentes a “ações e instrumentos da Política Agrícola” e estabelecem que estes deverão se orientar pelos planos plurianuais.
Art. 5º, § 3º	Estabelece que deverá ser constituída, no CNPA, Câmara Setorial de Seguros, entre outras.
Capítulo XV, arts. 56 e 58	Instituem e dão normas relativas ao seguro agrícola.
Capítulo XVI, arts. 59 a 66-A	Estabelecem as diretrizes e normas do Proagro e do Proagro Mais.
Art. 82	Estabelece as fontes de recursos financeiros do seguro agrícola.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

1 – Este é um tema que levou muito tempo até ter certa normatização fomentadora. Afora o relativo sucesso do Proagro (que se sustentou de forma ampla enquanto não havia restrições orçamentárias públicas), não se logrou, por muitos anos, obter condições para implantar efetivamente o seguro agrícola. Apenas nos últimos anos foi possível criarem-se normas legais que orientam a política de seguros para a agropecuária no Brasil, dependente, no entanto, de recursos governamentais nem sempre disponíveis.

2 – Destaca-se a implantação do Benefício Garantia-Safra (Lei 10.420, de 2002), que assegura rendimentos a agricultores familiares do Nordeste em áreas em que ocorreram adversidades climáticas. Leis recentes têm alterado o programa, incluindo excepcionalidades em função, principalmente, dos perversos efeitos de prolongada estiagem na região. A Lei 12.766, de 2012, abriu, inclusive, a oportunidade de extensão do programa a outras regiões do país.

3 – A instituição do Proagro Mais (Lei 12.058, de 2009) veio fortalecer o conjunto de medidas de segurança a agricultores familiares.

4 – Ainda no segmento dos agricultores familiares, foi instituído (Lei 13.001, de 2014) seguro para as operações formalizadas no âmbito do Banco da Terra.

5 – Quanto ao seguro rural de uma forma ampla, destaca-se a criação da subvenção ao prêmio, instituída pela Lei 10.823, de 2003, e, finalmente, a implantação de lei geral que normatizou a implantação do seguro, com alterações diversas na legislação antiga que rege o sistema de seguros no Brasil, buscando viabilizar o Fundo de Catástrofes, indispensável para a segurança dos operadores; a edição da Lei Complementar 137, de 2010, permitiu substancial modificação legal neste campo.

6 – Finalmente, é de se registrar que a Lei 12.712, de 2012, autorizou a criação da Agência Gestora de Fundos Garantidores e Garantias para gerir os riscos do seguro rural.

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 12.873, de 24/10/2013

(...) Arts. 4º e 5º: alterações na Previdência Social. (...)

ALTERA as Leis 8.212/1991; 8.213/1991; 8.666/1993; 9.430/1996; 10.406/2002; 10.438/2002; 11.101/2005; 12.096/2009 e 12.512/2011 e o DEL 167/1967.

LEI 12.865, de 09/10/2013

(...) Art. 38: extingue obrigação estatuída em lei de 1965 relativamente à aplicação obrigatória de recursos (percentuais sobre preço dos produtos) em benefício dos trabalhadores do setor canavieiro.

ALTERA a Lei 4.870/1965; 10.925/2004; 12.350/2010; 12.546/2011 e 12.666/2012.

LEI 11.933, de 28/04/2009

Reduz, em alguns produtos, a base de cálculo da contribuição do produtor rural à Previdência Social.

ALTERA a Lei 8.212/1991.

LEI 11.718, de 20/06/2008

Art. 1º: cria o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo. Art. 2º: estabelece normas sobre aposentadoria do trabalhador rural. (...) Arts. 9º e 10º: alteram normas da Previdência Rural do setor agropecuário, pesqueiro e extrativista. (...)

ALTERA as Leis 5.889/1973; 8.171/1991; 8.212/1991 e 8.213/1991. ALTERADA p/Lei 11.775/2008.

LEI 11.699, de 13/06/2008

Dispõe sobre as colônias, federações e a Confederação Nacional dos Pescadores, reconhecendo-as como órgãos de classe.

ALTERA o DEL 221/1967.

LEI 11.524, de 24/09/2007

(...) Art. 19: autoriza a concessão de assistência financeira aos pescadores impedidos de continuar na pesca da lagosta.

ALTERA as Leis 7.827/1989; 8.427/1992; 10.696/2003; 11.076/2004 e 11.322/2006. ALTERADA p/Leis 11.718/2008; 11.775/2008; 11.908/2009 e 12.716/2012.

LEI 11.368, de 09/11/2006

Prorroga o prazo para o trabalhador rural empregado requerer aposentadoria nos termos da Lei 8.213/1991.

LEI 10.993, de 14/12/2004

Altera dispositivos da Previdência Social de agroindústrias, empregadores rurais e cooperativas.

ALTERA a Lei 10.256/2001.

LEI 10.779, de 25/11/2003

Dispõe sobre o seguro-desemprego durante o período de defeso.

REVOGA a Lei 8.287/1991.

LEI 10.736, de 15/09/2003

Concede remissão dos débitos previdenciários por recolhimento com base na Lei 8.870/1994.

LEI 10.666, de 08/05/2003

Dispõe sobre concessão de aposentadoria especial a cooperados.

MPV 2.164-41, de 24/08/2001

Altera as Normas do Trabalho Rural – modifica multas.

ALTERA a Lei 5.889/1973.

MPV 2.158-35, de 24/08/2001

Dispõe sobre o recolhimento de PIS/Pasep e Cofins pelas cooperativas, pela OCB e por *sindicatos, federações e confederações*. (...)

ALTERA as Leis 9.019/1995 e 9.718/1998. ALTERADA p/Leis 10.637/2002 e 11.196/2005.

LEI 10.256, de 09/07/2001

Dispõe sobre contribuições à Previdência Social das agroindústrias, dos empregadores rurais e das cooperativas. Altera contribuição para o Senar.

ALTERA as Leis 8.212/1991; 8.870/1994; 9.317/1996 e 9.528/1997. ALTERADA p/Lei 10.993/2004.

TRABALHO, PREVIDÊNCIA SOCIAL E SINDICALISMO

LEI 10.220, de 11/04/2001

Institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional.

LEI 9.876, de 26/11/1999

Altera disposições sobre a Previdência Social.

ALTERA as Leis 8.212/1991 e 8.213/1991.

LEI 9.701, de 17/11/1998

Art. 5º: dispõe sobre a Contribuição Sindical rural. Ver Lei 9.649/1998.

ALTERA o DEL 1.166/1971.

LEI 9.658, de 05/06/1998

Altera a CLT no que se refere aos prazos de prescrição de ações.

ALTERA o DEL 5.452/1943.

LEI 9.649, de 27/05/1998

(...) Art. 66: modifica disposições sobre enquadramento sindical rural. Ver Lei 9.701/1998.

ALTERA o DEL 1.166/1971. ALTERADA p/MPV 2.216-37/2001.

LEI 9.528, de 10/12/1997

Modifica normas da Previdência Social. Contribuição do empregador rural e do segurado especial.

ALTERA as Leis 8.212/1991; 8.213/1991 e 8.870/1994. ALTERADA p/Lei 10.256/2001.

LEI 9.300, de 29/08/1996

Estabelece alterações nas normas reguladoras do trabalho rural.

ALTERA a Lei 5.889/1973.

LEI 8.949, de 09/12/1994

Declara, por modificação da CLT, a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados.

ALTERA o DEL 5.452/1943.

LEI 8.870, de 15/04/1994

Institui a Carteira de Identificação de Segurado.

ALTERA as Leis 8.212/1991 e 8.213/1991. ALTERADA p/Leis 9.528/1997 e 10.256/2001.

LEI 8.540, de 22/12/1992

Altera disposições sobre a contribuição do empregador rural para a Previdência Social e para o Senar.

ALTERA as Leis 8.212/1991 e 8.315/1991.

LEI 8.315, de 23/12/1991

Cria o Senar. Ver DELs 1.146/1970 e 1.989/1982 (recolhimento de contribuições).

ALTERADA p/Lei 8.540/1992.

LEI 8.287, de 20/12/1991

Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego a pescadores artesanais nos períodos de defeso.

REVOGADA p/ Lei 10.779/2003.

LEI 8.213, de 24/07/1991

Dispõe sobre planos de benefícios da Previdência Social.

ALTERADA p/Leis 8.870/1994; 9.528/1997; 9.876/1999; 11.718/2008; 12.873/2013 e outras.

LEI 8.212, de 24/07/1991

Dispõe sobre organização da Seguridade Social. Institui Plano de Custeio da Previdência Social.

ALTERADA p/Leis 8.540/1992; 8.870/1994; 9.528/1997; 9.876/1999; 10.256/2001; 11.718/2008; 11.933/2009; 12.873/2013 e outras.

DEL 2.377, de 30/11/1987

Canca de débitos de ITR e das contribuições e taxas do Incra e de Contribuição Sindical. Ver DELs 57/1966; 1.146/1970; 1.166/1971; 1.989/1982 e Lei 6.746/1979.

LCP 55, de 10/07/1987

Isenta as indústrias pesqueiras da contribuição sobre o produto no Funrural. Ver Lei 6.195/1974 e LCPs 11/1971 e 16/1973.

TRABALHO, PREVIDÊNCIA SOCIAL E SINDICALISMO

LEI 7.604, de 26/05/1987

Estabelece normas complementares à LCP 11/1971, introduzindo alterações no Prorural, da Previdência Social.

LEI 7.356, de 30/08/1985

Modifica a Lei Orgânica da Previdência Social para incluir o pescador na Previdência.

ALTERA a Lei 3.807/1960.

DEL 2.145, de 28/06/1984

Cancela créditos correspondentes aos exercícios de 1979/1983 relativos a ITR, contribuições ao Incra, Funrural e sindical e taxas de serviços cadastrais em municípios sob seca. Ver DELs 57/1966; 1.146/1970; 1.166/1971 e 1.989/1982 e Lei 6.746/1979.

DEL 2.066, de 27/10/1983

Autoriza a remissão de créditos de ITR e da contribuição ao Incra e dispensa o pagamento da Taxa de Serviços Cadastrais e cancela débitos de Contribuição Sindical em municípios em estado de emergência por seca. Ver DELs 57/1966; 1.146/1970; 1.989/1982 e 2.103/1983 e Lei 6.746/1979.

LEI 6.260, de 06/11/1975

Institui benefícios da Previdência e Assistência Social aos empregadores rurais.

LEI 6.195, de 19/12/1974

Atribui ao Funrural a concessão de prestações por acidente do trabalho. Ver Lei 5.889/1973.

LCP 16, de 30/10/1973

Modifica disposições relativas ao produtor rural concernentes às contribuições e aos benefícios previdenciários, ao auxílio-funeral e ao Prorural e Funrural.

ALTERA a LCP 11/1971.

LEI 5.889, de 08/06/1973

Estatui normas reguladoras do trabalho rural. Ver Leis 605/1949; 4.090/1962; 4.725/1965 e 4.903/1965 e DELs 15/1966; 17/1966 e 368/1968.

REVOGA a Lei 4.214/1963 e o DEL 761/1969. **ALTERADA** p/Leis 9.300/1996 e 11.718/2008 e p/MPV 2.164-41/2001.

LEI 5.819, de 06/11/1972

Modifica a CLT, incluindo o Incra na Comissão de Enquadramento Sindical.

ALTERA o DEL 5.452/1943.

LCP 11, de 25/05/1971

Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural/Funrural). Ver LCP 55/1987 e DEL 1.146/1970.

ALTERA a Lei 4.214/1963. **ALTERADA** p/LCP 16/1973.

DEL 1.166, de 15/04/1971

Dispõe sobre enquadramento e contribuição sindical.

REVOGA o DEL 789/1969. **ALTERADO** p/Leis 9.649/1998 e 9.701/1998.

DEL 1.146, de 31/12/1970

Consolida disposições sobre as contribuições criadas pela Lei 2.613/1955 (Incra, SSR, Funrural). Ver LCP 11/1971 e DEL 1.989/1982.

ALTERA a Lei 2.613/1955 e o DEL 58/1966. **ALTERADO** p/Lei 5.868/1972.

LEI 5.568, de 25/11/1969

Dispõe sobre a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural onde não funciona o conselho arbitral.

ALTERA a Lei 4.214/1963.

DEL 926, de 10/10/1969

Introduz alterações na CLT, em especial sobre a carteira de trabalho (urbano e rural).

ALTERA o DEL 5.452/1943.

DEL 789, de 26/08/1969

Dispõe sobre o enquadramento sindical e sobre a Contribuição Sindical rural.

REVOGADO p/DEL 1.166/1971.

DEL 761, de 14/08/1969

Dispõe sobre contratos de trabalho de safristas.

REVOGADO p/Lei 5.889/1973.

TRABALHO, PREVIDÊNCIA SOCIAL E SINDICALISMO

DEL 704, de 24/07/1969

Altera a regulamentação da Previdência Social para incluir agricultores.

ALTERA o DEL 564/1969. **REVOGADO** p/LCP 11/1971.

DEL 626, de 12/06/1969

Estabelece forma de pagamento dos débitos dos produtores rurais com o Funrural.

DEL 582, de 15/05/1969

(...) Dispõe sobre o ITR e contribuições (inclusive Funrural). Ver Lei 2.613/1955.

ALTERA a Lei 4.504/1964. **ALTERADO** p/ DEL 2.431/1988.

DEL 563, de 30/04/1969

Dispõe sobre a Contribuição Sindical.

ALTERA o DEL 300/1967.

LEI 5.481, de 10/08/1968

Revigora o prazo para que as associações rurais requeiram investidura como entidades sindicais. Ver DELs 148/1967 e 8.127/1945.

DEL 300, de 28/02/1969

Estabelece penalidades pela falta de pagamento da Contribuição Sindical rural.

ALTERADO p/DEL 563/1969.

DEL 276, de 28/02/1969

Altera o Funrural e dá novas disposições sobre seu custeio e sua gestão. Ver DEL 626/1969.

ALTERA a Lei 4.214/1963. **REVOGADO** p/LCP 11/1971.

DEL 148, de 08/02/1967

Altera a organização da vida rural, referente às associações rurais como sindicatos. Ver DEL 8.127/1945.

ALTERA a Lei 4.214/1963.

LEI 4.755, de 18/08/1965

Dispõe sobre a forma de fixação do Imposto Sindical devido pelos estabelecimentos rurais. Ver DEL 5.452/1943 e Leis 4.140/1962 e 4.589/1964.

LEI 4.214, de 02/03/1963

Estatuto do Trabalhador Rural.

ALTERADA p/DELs 148/1967 e 276/1969; p/Lei 5.568/1969 e p/LCP 11/1971 e **REVOGADA** p/Lei 5.889/1973.

LEI 3.780-D, de 12/07/1960

Altera a subvenção às associações rurais municipais.

ALTERA a Lei 2.656/1955.

LEI 3.281, de 07/10/1957

Autoriza o Ministério da Agricultura a transferir a administração dos postos agropecuários às associações rurais.

LEI 2.656, de 26/11/1955

Dispõe sobre subvenção financeira às associações rurais municipais, federações e à Confederação Rural Brasileira.

ALTERADA p/Lei 3.780-D/1960.

LEI 2.145, de 29/12/1953

Cria a Cacex, de cuja Comissão Consultiva faziam parte o Ministério da Agricultura e a *Confederação Rural Brasileira* (artigo 5º). Art. 8º: define que as associações rurais e cooperativas podem realizar importações. (...)

ALTERADA p/Lei 3.244/1957.

LEI 605, de 05/01/1949

Dispõe sobre o repouso semanal remunerado, incluindo o trabalho rural.

ALTERADA p/Leis 7.415/1985; 9.093/1995 e 12.544/2011.

DEL 8.753, de 21/01/1946

Prorroga o prazo para que associações civis e sociedades de agricultura registrem-se como associações rurais, nos termos do DEL 8.127/1945.

DEL 8.127, de 24/10/1945

Dá nova forma à organização da vida rural e às associações rurais. Cria as federações e a Confederação Rural Brasileira.

ALTERA o DEL 7.449/1945.

TRABALHO, PREVIDÊNCIA SOCIAL E SINDICALISMO

DEL 7.691, de 29/06/1945

Prorroga prazos estabelecidos no DEL 7.449/1945, sobre organização da vida rural e associações rurais municipais.

DEL 7.449, de 09/04/1945

Dispõe sobre a organização da vida rural. Cria as associações rurais e a União Rural Brasileira.

ALTERADO p/DEL 8.127/1945.

DEL 7.038, de 10/11/1944

Dispõe sobre a sindicalização rural.

DEL 5.452, de 01/05/1943

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ver arts. 7º, 76, 505, 506, 535 e 576 (do texto original). Demais artigos pertinentes ao setor rural estão nas leis que a alteram.

ALTERADO p/Leis 9.658/1998; 5.819/1972 e outras e p/DEL 926/1969 e outros.

DEL 3.118, de 14/03/1941

Cria a Policlínica dos Pescadores. Ver DEL 8.526/1945.

DEL 662, de 01/09/1938

Autoriza a Sociedade Rural Brasileira (SRB) a vender terreno que lhe havia sido doado pela União.

LEI 1.837, de 31/12/1907

Lei Orçamentária de 1908. (...) Amplia os favores concedidos às sociedades de agricultura.

DEC 1.637, de 05/01/1907

Autoriza a criação e estabelece normas para sindicatos profissionais e cooperativas. Ver DEL 6.909/1944.

DEC 979, de 06/01/1903

Faculta a organização de sindicatos por profissionais da agricultura e de indústrias rurais.

REVOGADO p/ DEC 23.611/1933.

DEC 213, de 22/02/1890

Revoga as leis relativas aos contratos de serviços dos colonos.

REVOGA a Lei 108/1837 e o DEC 2.827/1879.

DEC 2.827, de 15/03/1879

Dispõe sobre a locação de serviços dos colonos.

REVOGADO p/ DEC 213/1890.

LEI 108, de 11/10/1837

Dá providências sobre os contratos de locação de serviços dos colonos.

REVOGADA p/DEC 213/1890.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

7.943, de 05/03/2013	Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.
7.421, de 31/12/2010	Regulamentam a Lei 605/1949, que dispõe sobre repouso semanal remunerado, incluindo atividades na agropecuária.
27.048, de 12/08/1949	
6.481, de 12/06/2008	Regulamenta dispositivos da Convenção 182 da OIT, que trata da proibição de trabalho infantil.
58.826, de 14/07/1966	Promulga a Convenção nº 110, concernente às condições de emprego dos trabalhadores em fazendas.
41.721, de 25/06/1957	Promulga Convenções Internacionais do Trabalho (nº 11, 12, 99 e 101 dizem respeito à agricultura). Revigorado pelo decreto 95.461/1987.
1.703, de 17/11/1995	Promulga a Convenção da OIT relativa às organizações de trabalhadores rurais.
73.626, de 12/02/1974	Regulamenta a Lei 5.889/1973, que estabelece normas reguladoras do trabalho rural.
3.048, de 06/05/1999	Aprova o regulamento da Previdência Social.
53.516, de 31/01/1964	Reconhece a Confederação Nacional da Agricultura como entidade sindical superior.

DISPOSIÇÕES DA LEI AGRÍCOLA (LEI 8.171/1991)

Art. 5º, § 1º, incisos III e IV

Incluem dois representantes da CNA e dois da Contag, como membros do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), do Ministério da Agricultura.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

1 – Neste grupo, destacam-se as leis que tratam da Previdência Social, englobando tanto os trabalhadores como os empregadores. As Leis 8.212 e 8.213, ambas de 1991, são a base da legislação atual, embora apresentem muitas alterações ao longo do período considerado.

2 – Também as leis que tratam da Contribuição Sindical conformam um conjunto de normas que apresentam contínuas alterações.

3 – Há de se considerar, ainda, as leis relativas à normatização do trabalho rural.

4 – A análise das leis do passado, neste grupo, permite identificar as diferentes formas que regularam as relações empregador-empregado-meeiro etc. ao longo do tempo.

5 – Da mesma forma, pode-se perceber o quanto o Estado (por meio de normas legais) fomentou, apoiou, determinou a organização dos agricultores por suas associações e sindicatos. Percebe-se a existência dessas organizações na órbita estatal até a formalização como entidades sindicais autônomas.

TRIBUTAÇÃO

LEIS E EQUIVALENTES

LEI 13.043, de 13/11/2014

(...) Art. 82: isenta do ITR os imóveis rurais de remanescentes de quilombos.

ALTERA as Leis 9.393/1996; 11.775/2008; 11.977/2009 e 12.096/2009.

LCP 147, de 07/08/2014

Altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e inclui o produtor rural pessoa física e o agricultor familiar em várias de suas disposições.

ALTERA a LCP 123/2006.

LEI 12.865, de 09/10/2013

(...) Art. 33: reduz PIS/Pasep e Cofins de cerealistas por alteração na Lei 10.925/2004. Art. 34: inclui outros insumos vegetais na lista de suspensão de pagamento de PIS/Pasep e Cofins constante da Lei 12.350/2010. (...)

ALTERA as Leis 4.870/1965; 10.925/2004; 12.350/2010; 12.546/2011 e 12.666/2012.

LEI 12.844, de 19/07/2013

(...) Art. 29: altera PIS/Pasep e Cofins na venda de cana-de-açúcar. (...)

ALTERA as Leis 11.727/2008; 12.512/2011 e 12.716/2012. ALTERADA p/Leis 12.872/2013 e 13.001/2014.

LEI 12.839, de 09/07/2013

Art. 1º: inclui carnes, produtos de origem animal e diversos outros produtos agrícolas no rol de itens com alíquota zero de PIS/Pasep e Cofins determinado pela Lei 10.925/2004. Altera aplicação dessas contribuições. Art. 5º: suspende o pagamento dessas contribuições na venda de animais vivos.

ALTERA as Leis 10.925/2004 e 12.058/2009.

LEI 12.810, de 15/05/2013

Art. 14: isenta de PIS/Pasep e Cofins as instituições financeiras públicas que receberem doações para promoção da conservação e do uso sustentável dos biomas previstas na Lei 11.828/2008. (...)

ALTERA as Leis 6.015/1973; 11.110/2005 e 11.828/2008.

LEI 12.794, de 02/04/2013

Arts. 5º a 11: instituem o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes (Reif).

LEI 12.766, de 27/12/2012

(...) Art. 9º: amplia o prazo de redução de PIS/Cofins sobre o trigo e farinhas. Ver Lei 12.839/2013.

ALTERA as Leis 10.420/2002 e 10.925/2004.

LEI 12.715, de 17/09/2012

Art. 55: disposições tributárias relativas à venda de matéria-prima *in natura* de origem vegetal destinada à produção de biodiesel.

ALTERA a Lei 12.546/2011.

LEI 12.655, de 30/05/2012

Reduz a zero a alíquota de PIS/Pasep e Cofins de tipos de queijos e massas.

ALTERA a Lei 10.925/2004.

LEI 12.546, de 14/12/2011

(...) Art. 47: altera a cobrança de PIS/Pasep e Cofins na aquisição de matérias-primas utilizadas na produção de biodiesel.

ALTERA a Lei 7.291/1984. ALTERADA p/Leis 12.715/2012; 12.865/2013 e 12.995/2014.

LEI 12.545, de 14/12/2011

Art. 9º: inclui empresas dos setores de fertilizantes e defensivos no rol daquelas beneficiadas por subvenção econômica por equalização de taxa de juros e bônus de adimplência prevista na Lei 11.529/2007.

ALTERA a Lei 11.529/2007.

LEI 12.350, de 20/12/2010

Arts. 54 em diante: suspendem o pagamento de PIS/Pasep e Cofins sobre a venda de diversos produtos e insumos de interesse da agropecuária.

ALTERADA p/Lei 12.865/2013.

TRIBUTAÇÃO

LEI 12.058, de 13/10/2009

(...) Arts. 32 e 33: suspendem a cobrança de PIS/Pasep e Cofins na venda de animais vivos e em outros casos. (...) ALTERA as Leis 8.171/1991; 8.427/1992; 9.984/2000; 11.322/2006; 11.326/2006 e 11.775/2008 e REVOGA a Lei 5.969/1973. ALTERADA p/Lei 12.839/2013.

LEI 11.787, de 25/09/2008

Estabelece medidas tributárias para trigo e farinha: PIS, Cofins, AFRMM.

ALTERA as Leis 10.893/2004 e 10.925/2004.

LEI 11.775, de 17/09/2008

(...) Art. 47: exclui impostos do valor a ser pago aos agricultores familiares, suas associações e cooperativas, no âmbito do PAA. (...)

ALTERA as Leis 7.827/1989; 8.171/1991; 8.427/1992; 10.177/2001; 10.186/2001; 10.420/2002; 10.978/2004; 11.322/2006; 11.524/2007; 11.718/2008 e o DEL 79/1966. ALTERADA p/Leis 11.922/2009; 11.960/2009; 12.058/2009; 12.249/2010; 12.380/2011; 12.599/2012; 12.716/2012; 12.788/2013; 13.001/2014 e 13.043/2014.

LEI 11.727, de 23/06/2008

Art. 11: suspende PIS/Pasep e Cofins na venda de cana-de-açúcar para produção de álcool.

ALTERADA p/Lei 12.844/2013.

LEI 11.488, de 15/06/2007

Art. 32: reduz a zero a alíquota de PIS/Pasep e Cofins de produtos lácteos e altera crédito presumido de soja e de outros produtos. Ver Leis 10.637/2002 e 10.833/2003. Art. 34: equipara as cooperativas às microempresas, obedecidos os limites de faturamento. Ver LCP 123/2006.

ALTERA a Lei 10.925/2004.

LEI 11.311, de 13/06/2006

Art. 7º: isenta de IR os títulos CDA, WA, CDCA, LCA, CRA e CPRF.

ALTERA a Lei 11.033/2004.

LEI 11.250, de 27/12/2005

Regulamenta o inciso III do §4º do artigo 153 da CF para autorizar a SRF a celebrar convênios com estados e municípios para a cobrança de ITR.

LEI 11.196, de 21/11/2005

“Lei do Bem”. Dispõe sobre diversos assuntos. (...) Cap. IX: alterações no PIS/Pasep e na Cofins, inclusive de bancos que securitizarem crédito e de cooperativas. Reduz a zero suas alíquotas na importação de leites e queijos. (...)

ALTERA as Leis 8.666/1993; 9.718/1998; 10.438/2002 e 10.925/2004 e as MPVs 2.158-35/2001 e 2.199-14/2001 e REVOGA a Lei 8.661/1993. ALTERADA p/Leis 11.487/2007 e 12.712/2012.

LEI 11.051, de 29/12/2004

Art. 12: considera, para efeito do IPI, como “não industrialização” o processamento do fumo pelo produtor rural. Arts. 29 e 30: reduzem a zero PIS/Pasep e Cofins de produtos de milho, pintos de um dia e leite e introduzem alterações tributárias de interesse de setores do agronegócio e das cooperativas.

ALTERA a Lei 10.925/2004.

LEI 10.925, de 23/07/2004

Art. 1º: reduz a zero as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins sobre importação e venda de fertilizantes, defensivos, sementes e mudas, corretivos, inoculantes e outros insumos. Art. 6º: inclui sêmenes e embriões nos itens cujas alíquotas de PIS/Pasep e Cofins são zero, conforme artigo 28 da Lei 10.865/2004. Arts. 8º e 15: dispõem sobre PIS/Pasep e Cofins no caso das pessoas jurídicas, inclusive cooperativas, que produzem mercadorias de origem animal ou vegetal ou que exerçam atividade agropecuária, bem como os cerealistas.

ALTERA as Leis 10.833/2003 e 10.865/2004. ALTERADA p/Leis 11.051/2004; 11.196/2005; 11.488/2007; 11.051/2004; 11.787/2008; 12.655/2012; 12.766/2012; 12.839/2013 e 12.865/2013.

LEI 10.865, de 30/04/2004

Institui PIS/Pasep e Cofins sobre a importação. Arts. 8º (§12) e 28: estabelecem que terá alíquota zero a importação de produtos hortícolas, frutas, ovos, sêmenes e embriões e a venda no mercado interno de produtos hortícolas, frutas e ovos. Art. 36: isenta as cooperativas da CSL.

ALTERA a Lei 10.833/2003. ALTERADA p/Leis 10.925/2004 e 11.529/2007.

TRIBUTAÇÃO

LEI 10.833, de 29/12/2003

Art. 3º: altera o PIS/Pasep e Cofins de empresas que produzem determinadas mercadorias de origem animal ou vegetal e dos cerealistas. Art. 22: atribui responsabilidade às cooperativas que praticam venda em comum pelo recolhimento da Cide-combustível sobre álcool.

ALTERADA p/Leis 10.865/2004; 10.925/2004 e 11.907/2009.

LEI 10.736, de 15/09/2003

Concede remissão dos débitos previdenciários por recolhimento com base na Lei 8.870/1994.

LEI 10.684, de 30/05/2003

Art. 17: permite às cooperativas excluir do cálculo de PIS/Pasep e Cofins as operações com sócios.

LEI 10.676, de 22/05/2003

Dispõe sobre PIS/Pasep e Cofins devidos por cooperativas.

MPV 2.166-67, de 24/08/2001

(...) Dispõe sobre isenção de ITR.

ALTERA as Leis 4.771/1965 e 9.393/1996. **REVOGADA** p/Lei 12.651/2012.

MPV 2.158-35, de 24/08/2001

Dispõe sobre o recolhimento de PIS/Pasep e Cofins pelas cooperativas, pela OCB e por sindicatos, federações e confederações. Dispõe sobre procedimentos relativos a medidas *antidumping* e direitos compensatórios.

ALTERA as Leis 9.019/1995 e 9.718/1998. **ALTERADA** p/Leis 10.637/2002 e 11.196/2005.

LEI 9.493, de 10/09/1997

Concede isenção de IPI para equipamentos e máquinas. Dispõe sobre questões tributárias de cooperativas.

ALTERADA p/Lei 10.833/2003.

LEI 9.430, de 27/12/1996

Dispõe sobre a legislação tributária federal. Art. 59: considera o cultivo de florestas para corte como atividade rural para efeito de IR. Art. 62: regula a forma de cobrança de juros nas parcelas do ITR. Art. 66: dispõe sobre recolhimento de PIS/Pasep e Cofins pelas cooperativas.

ALTERA o DEL 1.598/1977 e a Lei 8.661/1993. **ALTERADA** p/Lei 12.873/2013.

LEI 9.393, de 19/12/1996

Dispõe sobre o ITR e o pagamento de TDAs.

ALTERA a Lei 8.847/1994. **ALTERADA** p/Leis 10.267/2001; 11.428/2006; 12.651/2012 e 13.043/2014 e p/MPV 2.166-67/2001.

LEI 9.321, de 05/12/1996

Dispensa comprovação de recolhimento de ITR no Pronaf. Ver Lei 8.847/1994.

LCP 87, de 13/09/1996

Estabelece isenção de ICMS nas exportações (“Lei Kandir”).

ALTERADA p/LCPs 92/1997; 99/1999; 102/2000; 114/2002; 115/2002 e 120/2005.

LEI 9.250, de 26/12/1995

Altera a legislação do Imposto de Renda, inclusive da atividade rural (artigo 9º e Capítulo IV).

ALTERA a Lei 8.023/1990.

LEI 9.065, de 20/06/1995

Altera dispositivo do ITR (artigo 90 da Lei 8.981/1995). Ver Leis 8.847/1994 e 8.850/1994.

ALTERA a Lei 8.981/1995.

LEI 8.981, de 20/01/1995

Altera a legislação tributária federal. Art. 90: dispõe sobre o ITR.

ALTERA as Leis 8.847/1994 e 8.850/1994. **ALTERADA** p/Lei 9.065/1995.

LEI 8.850, de 28/01/1994

Altera disposições sobre o ITR. Ver Lei 9.065/1995.

ALTERA a Lei 8.383/1991. **ALTERADA** p/Lei 8.981/1995.

LEI 8.847, de 28/01/1994

Dispõe sobre o ITR. Transfere ao Incra a cobrança da Taxa de Serviços Cadastrais (DELs 57/1966 e 1.989/1982 e Lei 6.746/1979). Retira da SRF a cobrança das contribuições sindical (DEL 1.166/1971) e para o Senar (Lei 8.315/1991). Ver Leis 9.065/1995 e 9.321/1996.

ALTERADA p/Leis 8.981/1995 e 9.393/1996.

TRIBUTAÇÃO

LEI 8.393, de 30/12/1991

Extingue a contribuição sobre saída de açúcar (ver DELs 308/1967; 1.712/1979 e 1.952/1982) e os subsídios de equalização do açúcar (ver Lei 4.870/1965 e DELs 308/1967; 1.186/1971 e 1.952/1982). Dispõe sobre o IPI do açúcar.
ALTERADA p/Lei 9.532/1997.

LEI 8.032, de 12/04/1990

Dispõe sobre isenção ou redução de Imposto de Importação sobre máquinas, insumos e alimentos.
REVOGA o DEL 1.953/1982. ALTERADA p/Leis 10.184/2001; 10.206/2001 e 10.964/2004.

LEI 8.023, de 12/04/1990

Altera a legislação do IR sobre a atividade rural.

ALTERA o DEL 1.382/1974 e REVOGA os DELs 902/1969 e 1.074/1970. ALTERADA p/Leis 8.134/1990; 8.383/1991; 9.249/1995 e 9.250/1995.

LEI 8.022, de 12/04/1990

Transfere a cobrança de ITR do Incra para a SRF.

ALTERADA p/Lei 8.383/1991.

LEI 7.711, de 22/12/1988

Dispõe sobre formas de melhoria da administração tributária (com efeitos sobre o crédito rural).

DEL 2.434, de 19/05/1988

Autoriza a isenção ou redução de Imposto de Importação para fertilizantes e defensivos.

ALTERA a Lei 3.244/1957.

DEL 2.377, de 30/11/1987

Canca débitos de ITR e das contribuições e taxas do Incra e de Contribuição Sindical. Ver DELs 57/1966; 1.146/1970; 1.166/1971; 1.989/1982 e Lei 6.746/1979.

DEL 2.145, de 28/06/1984

Canca créditos correspondentes aos exercícios de 1979/1983 relativos a ITR, contribuições ao Incra, Funrural e sindical e taxas de serviços cadastrais em municípios sob seca. Ver DELs 57/1966; 1.146/1970; 1.166/1971 e 1.989/1982 e Lei 6.746/1979.

DEL 2.103, de 30/12/1983

Prorroga os prazos de remissão de ITR e taxas prevista no DEL 2.066/1983.

DEL 2.066, de 27/10/1983

Autoriza a remissão de créditos de ITR e da contribuição ao Incra e dispensa o pagamento da Taxa de Serviços Cadastrais e canca débitos de Contribuição Sindical em municípios em estado de emergência por seca. Ver DELs 57/1966; 1.146/1970; 1.989/1982 e 2.103/1983 e Lei 6.746/1979.

LEI 6.746, de 10/12/1979

Modifica o Estatuto da Terra para alterar disposições sobre o ITR. Altera disposições relativas à Taxa de Serviços Cadastrais e à contribuição ao Incra. Ver DELs 57/1966; 1.146/1970 e 1.989/1982 e Lei 8.847/1994.

ALTERA a Lei 4.504/1964.

DEL 1.598, de 26/12/1977

Altera o IR – correção monetária dos ativos florestais.

ALTERA o DEL 1.483/1976. ALTERADO p/Lei 9.430/1996.

DEL 1.584, de 29/11/1977

Altera disposições sobre o IR da atividade rural.

ALTERA o DEL 902/1969.

DEL 1.494, de 07/12/1976

Altera disposições sobre o IR da atividade rural.

ALTERA o DEL 902/1969.

DEL 1.487, de 10/11/1976

Autoriza a remissão de créditos de ITR e da contribuição ao Incra e dispensa a Taxa de Serviços Cadastrais nas áreas onde ocorreram secas ou enchentes.

DEL 1.483, de 06/10/1976

Dispõe sobre a correção monetária dos recursos florestais.

ALTERADO p/DEL 1.598/1977 e p/Lei 7.714/1988.

TRIBUTAÇÃO

DEL 1.382, de 26/12/1974

Dispõe sobre a forma de tributação das empresas agrícolas. Ver DELs 94/1966 e 902/1969.

ALTERADO p/Lei 8.023/1990.

DEL 1.366, de 29/11/1974

Extingue a isenção de Imposto de Importação sobre aviões agrícolas.

REVOGA a Lei 5.618/1970.

LEI 5.672, de 02/07/1971

Modifica normas sobre alienação e desmembramento de áreas inferiores a um módulo rural e disposições sobre o ITR.

ALTERA a Lei 4.947/1966 e o DEL 57/1966.

DEL 1.163, de 31/03/1971

Revoga o DEL 557/1969, que institui imposto sobre a exportação de café solúvel.

REVOGADA o DEL 557/1969.

DEL 1.146, de 31/12/1970

Consolidar disposições sobre as contribuições criadas pela Lei 2.613/1955 (Incra, SSR, Funrural). Ver LCP 11/1971 e DEL 1.989/1982.

ALTERA a Lei 2.613/1955 e o DEL 58/1966. **ALTERADO** p/Lei 5.868/1972.

LEI 5.618, de 03/11/1970

Concede isenção de impostos de importação sobre produtos industrializados aos aviões agrícolas, peças e materiais.

REVOGADA p/DEL 1.366/1974.

DEL 1.128, de 13/10/1970

Autoriza o parcelamento dos débitos de ITR e contribuições devidas ao Incra e reduz os valores em casos de projetos incentivados nas áreas da Sudam e da Sudene.

DEL 1.074, de 20/01/1970

Altera disposições do IR sobre a atividade rural.

ALTERA o DEL 902/1969. **REVOGADO** p/Lei 8.023/1990.

DEL 902, de 30/09/1969

Institui formas de tributação (IR) da atividade agropecuária. Ver DEL 1.382/1974.

ALTERADO p/ DELs 1.074/1970; 1.494/1976 e 1.584/1977. e **REVOGADO** p/Lei 8.023/1990.

DEL 582, de 15/05/1969

(...) Dispõe sobre o ITR e contribuições (inclusive Funrural). Ver Lei 2.613/1955.

ALTERA a Lei 4.504/1964. **ALTERADO** p/ DEL 2.431/1988.

DEL 557, de 29/04/1969

Estabelece imposto sobre a exportação de café solúvel.

REVOGADO p/DEL 1.163/1971.

LEI 5.360, de 23/11/1967

Concede deduções da contribuição devida ao Inda e prorroga sua cobrança e a do ITR. Ver Leis 2.613/1955, 4.504/1964 e DEL 58/1966.

LEI 5.205, de 12/01/1967

Isenta dos impostos de importação e de consumo a importação de equipamentos pela Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais para ampliação da fábrica de leite em pó.

LEI 5.187, de 08/12/1966

Estende a isenção de impostos de importação e consumo concedida pela Lei 4.265/1963 a outros equipamentos da mesma Cooperativa de Laticínios de São Carlos e a equipamentos importados pela Cooperativa Agrícola de Cotia.

DEL 58, de 21/11/1966

Modifica compensação de débitos fiscais prevista na Lei 5.097/1966 para preservar recursos do SSR. Ver Leis 2.613/1955; 4.357/1964 e 4.862/1965.

ALTERADO p/DEL 1.146/1970.

TRIBUTAÇÃO

DEL 57, de 18/11/1966

Altera o ITR. Institui a Taxa de Serviços Cadastrais. Ver Leis 5.172/1966 e 6.746/1979 e DEL 1.989/1982.

ALTERA a Lei 4.504/1964. **ALTERADO** p/Leis 5.672/1971 e 5.868/1972 e p/RSFs 33/1974 e 337/1983.

DEL 37, de 18/11/1966

Isenta sementes, espécies vegetais para plantio e reprodutores do Imposto de Importação.

LEI 5.172, de 25/10/1966

Código Tributário Nacional. Arts. 29 a 31 e 85: dispõem sobre o ITR, sua cobrança e destinação dos recursos.

LEI 5.097, de 02/09/1966

Extingue débitos fiscais decorrentes da Lei 2.613/1955, que instituiu contribuição das agroindústrias para o SSR. Ver DEL 58/1966.

LEI 4.966, de 04/05/1966

Isenta de Imposto de Importação os insumos e equipamentos agrícolas para imigrantes.

LEI 4.862, de 29/11/1965

Arts. 37 e 38: atribuem ao Ibra, em primeira instância, o julgamento de questões sobre cobrança do ITR (ver Lei 4.504/1964). Arts. 40 e 41: excluem do cálculo da renda tributável para IR áreas de reserva florestal e de florestas plantadas (ver Lei 4.771/1965).

LEI 4.265, de 03/10/1963

Isenta dos impostos de importação e de consumo a importação de equipamentos pela Cooperativa de Laticínios de São Carlos – SP para instalação de fábrica de leite em pó.

LEI 4.069-B, de 12/06/1962

Isenta de IR as indústrias de borracha e juta na Amazônia.

REVOGADA p/Lei 5.174/1966.

LEI 4.060, de 08/05/1962

Isenta os fertilizantes do Imposto de Consumo.

LEI 3.927, de 26/07/1961

Isenta o sulfato cúprico do Imposto de Consumo.

LEI 2.613, de 23/09/1955

Autoriza a criação do Serviço Social Rural. Institui contribuição sobre a folha de pagamento de agroindústrias, inclusive cooperativas (em substituição às contribuições ao Sesi, Senai, Sesc, Senac), bem como de empresas agrícolas. Ver DELs 58/1966 e 582/1969.

ALTERADA p/DEL 1.146/1970.

LEI 2.591, de 08/09/1955

Concede isenção de direitos e taxas aduaneiras para importação de pano-tela para o cultivo do fumo.

LEI 2.323, de 20/09/1954

Prorroga por cinco anos a isenção de tributação pela importação de animais para reprodução e melhoria da pecuária instituída pela Lei 419/1948.

LEI 544, de 16/12/1948

Isenta de direitos de importação e de taxas aduaneiras a importação de batata-semente para o Instituto Agronômico de Campinas.

LEI 492, de 19/11/1948

Extingue “cota especial” sobre consumo de algodão. Ver DELs 5.582/1943; 6.398/1944; 6.939/1944 e 6.979/1944.

LEI 419, de 03/10/1948

Isenta de tributação por cinco anos a importação de animais para reprodução e melhoria da pecuária. Ver Lei 2.323/1954.

LEI 270, de 10/04/1948

Isenta reprodutores bovinos e lanígeros de direitos de importação e taxas aduaneiras por um ano.

LEI 4, de 13/12/1946

Isenta de direitos de importação e demais taxas os reprodutores bovinos, ovinos, suínos e equinos destinados às exposições do ano no Rio Grande do Sul.

TRIBUTAÇÃO

DEL 9.652, de 23/08/1946

Isenta de direitos de importação máquinas e ferramentas agrícolas até o final do ano. Ver DEL 300/1938.

DEL 9.288, de 24/05/1946

Suspende a cobrança de direitos de importação e taxas aduaneiras para o centeio em grão e em farinha.

DEL 9.108, de 01/04/1946

Unifica o valor da cota especial cobrada sobre algodão em pluma para os mercados interno e externo. Ver DEL 5.582/1943.

ALTERADO p/RSF 7/1965.

DEL 7.677, de 26/06/1945

Prorroga as disposições do DEL 6.364/1944 relativas à suspensão do pagamento de direitos e taxas sobre importação de leite e ovos.

DEL 6.979, de 24/10/1944

Sujeita o algodão remanescente das safras de 1941 a 1944 à incidência da “cota especial”. Ver DELs 5.582/1943 e 6.398/1944 e Lei 492/1948.

ALTERA o DEL 6.939/1944.

DEL 6.939, de 07/10/1944

Prorroga para a safra 1944/1945 e restringe ao consumo interno a incidência da “cota especial” cobrada sobre o algodão. Ver DELs 5.582/1943; 6.398/1944 e 6.979/1944 e Lei 492/1948.

ALTERADO p/DEL 6.979/1944.

DEL 6.398, de 01/04/1944

Prorroga para a safra 1943/1944 a incidência da “cota especial” cobrada sobre o algodão. Ver DELs 5.582/1943; 6.939/1944 e 6.979/1944 e Lei 492/1948.

DEL 6.364, de 23/03/1944

Suspende a cobrança de direitos e taxas que incidem sobre a importação de leite e ovos.

DEL 5.582, de 17/06/1943

Institui “cota especial” a ser cobrada sobre exportação e consumo de algodão, destinando os recursos arrecadados para cobertura de riscos de operações de financiamento. Ver DELs 6.938/1944; 6.939/1944; 6.979/1944 e 9.108/1946 e Lei 492/1948, que extingue a taxa.

DEL 4.695, de 16/09/1942

Dispõe sobre a forma de cobrança de taxa sobre importação de vinho. Ver Lei 549/1937 e DEL 826/1938.

REVOGADO p/Lei 7.678/1988.

DEL 72, de 16/12/1937

Estabelece a cobrança de Imposto de Importação pelo trigo importado, exceto as sementes.

ALTERA a Lei 470/1937.

LEI 470, de 09/08/1937

Autoriza o Poder Executivo a tomar medidas para intensificar a cultura do trigo. Cria estações experimentais de trigo no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, em São Paulo e em Goiás. Cria imposto sobre os moinhos que processam trigo importado.

ALTERADA p/DEL 72/1937.

DEC 22.981, de 25/07/1933

Isenta o álcool de impostos ou taxas. (...) Ver DEL 3.967/1941.

ALTERA o DEC 22.789/1933. **ALTERADO** p/DEC 23.174/1933.

DEC 21.734, de 16/08/1932

Estabelece medidas tendentes a regularizar a importação de tubérculos selecionados de batatinha destinados ao plantio.

DEC 2.543, de 05/01/1912

Estabelece medidas para desenvolver culturas produtoras de borracha. Isenta de impostos e cria subvenção aos plantios.

TRIBUTAÇÃO

LEI 2.210, de 28/12/1909

Autoriza isenção de direitos aduaneiros a equipamentos agrícolas e de beneficiamento, sementes e mudas, abelhas e outros itens e franquias às sociedades de agricultura. Isenta de impostos as cooperativas de crédito e os bancos que operam crédito rural.

LEI 1.616, de 30/12/1906

Autoriza isenção de direitos aduaneiros a itens do setor agrícola. Dispõe sobre medidas de apoio ao setor cafeeiro.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

8.017, de 17/05/2013	Reduz as alíquotas de IPI sobre extratos de guaraná e açaí e sucos de frutas destinados à elaboração de sucos e refrigerantes.
7.212, de 15/06/2010	Regulamenta a cobrança, a fiscalização, a arrecadação e a administração do IPI.

DISPOSIÇÕES DA LEI AGRÍCOLA (LEI 8.171/91)

Art. 4º, inciso XIV e Parágrafo único	Incluem a tributação como referente a “ações e instrumentos da Política Agrícola” e estabelecem que estes deverão se orientar pelos planos plurianuais.
Art. 104	Isenta de tributação e do ITR as áreas de preservação permanente e de reserva legal.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

1 – A análise sobre a legislação deste tema é complexa e mereceria um estudo específico. Aqui estão relacionadas leis que tratam de ITR, de PIS/Cofins, de IPI e de muitas outras medidas legais no campo tributário que impactam o setor agropecuário.

2 – A destacar que o ITR era lançado e cobrado pelo Incra até que, com a Lei 8.022, de 1990, tal atribuição foi transferida à Secretaria da Receita Federal. Por sua vez, a Lei 11.250, de 2005, atendendo ao disposto no art. 153 §4º III da Constituição Federal, abriu a possibilidade de que o lançamento, a cobrança e a fiscalização sejam feitos pelos estados ou municípios conveniados com a SRF.

3 – A partir de 2001, e, em especial, nos últimos anos do período considerado, há expressiva edição de leis que tratam da cobrança das contribuições de PIS/Pasep e da Cofins relativamente ao setor agropecuário, com redução ou supressão de alíquotas em vários produtos e insumos.

4 – Norma importante, com rebatimento na área tributária, é a Lei Complementar 147, de 2014, que incluiu o produtor rural pessoa física e o agricultor familiar no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela LCP 123, de 2006.

ALGODÃO
Leis e equivalentes

LEI 492, de 19/11/1948

Extingue “cota especial” sobre consumo de algodão. Ver DELs 5.582/1943; 6.398/1944; 6.939/1944 e 6.979/1944.

DEL 9.108, de 01/04/1946

Unifica o valor da cota especial cobrada sobre o algodão em pluma para os mercados interno e externo. Ver DEL 5.582/1943.

ALTERADO p/RSF 7/1965.

DEL 9.000, de 18/02/1946

Mantém, sobre o algodão do Norte, a cobrança da cota especial criada pelo DEL 5.582/1943.

DEL 8.999, de 18/02/1946

Dispõe sobre o financiamento da safra de algodão de 1945/1946 para o Norte.

DEL 7.748, de 17/07/1945

Suspende disposição que condicionava a concessão de financiamento de algodão ao plantio de alimentos na propriedade. Ver DEL 6.938/1944.

DEL 7.534, de 07/05/1945

Suprime a cota especial sobre a safra de algodão de 1941/1942 e fixa o valor para a safra 1942/1943.

DEL 6.979, de 24/10/1944

Sujeita o algodão remanescente das safras de 1941 a 1944 à incidência da “cota especial”. Ver DELs 5.582/1943 e 6.398/1944 e Lei 492/1948.

ALTERA o DEL 6.939/1944.

DEL 6.939, de 07/10/1944

Prorroga para a safra 1944/1945 e restringe ao consumo interno a incidência da “cota especial” cobrada sobre o algodão. Ver DELs 5.582/1943; 6.398/1944 e 6.979/1944 e Lei 492/1948.

ALTERADO p/DEL 6.979/1944.

DEL 6.938, de 07/10/1944

Dispõe sobre o financiamento do produto da safra de algodão de 1944/1945. Condiciona a concessão de financiamento de algodão ao plantio de alimentos na propriedade. Ver DEL 7.748/1945.

DEL 6.760, de 31/07/1944

Altera as especificações do enfardamento do algodão para financiamento.

ALTERA o DEL 6.397/1944.

DEL 6.398, de 01/04/1944

Prorroga para a safra 1943/1944 a incidência da “cota especial” cobrada sobre o algodão. Ver DELs 5.582/1943; 6.939/1944 e 6.979/1944 e Lei 492/1948.

DEL 6.397, de 01/04/1944

Dispõe sobre o financiamento do produto da safra de algodão de 1943/1944.

ALTERADO p/DEL 6.760/1944.

DEL 5.582, de 17/06/1943

Institui “cota especial” a ser cobrada sobre exportação e consumo de algodão, destinando os recursos arrecadados para cobertura de riscos de operações de financiamento. Ver DELs 6.938/1944; 6.939/1944; 6.979/1944 e 9.108/1946 e Lei 492/1948, que extingue a taxa.

DEL 5.360, de 30/03/1943

Dispõe sobre o financiamento do produto da safra de algodão de 1943.

DEL 4.628, de 27/08/1942

Obriga as indústrias de algodão a receberem de agricultores 50% do produto a processar.

DEL 4.395, de 19/06/1942

Dispõe sobre o financiamento do produto da safra de algodão de 1941/1942.

LEI 553, de 21/10/1937

Aprova acordo celebrado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para a execução dos serviços relativos à classificação do algodão no respectivo território.

PRODUTOS: VEGETAIS – NORMAS LEGAIS ESPECÍFICAS

DEC 24.049, de 27/03/1934

Torna obrigatório o registro e o licenciamento para as indústrias de algodão.

DEC 22.982, de 25/07/1933

Estabelece medidas de fiscalização e controle da produção e distribuição de sementes de algodão.

DEC 20.211, de 14/07/1931

Cria seção de classificação e estabelece medidas destinadas a uniformizar a classificação do algodão em todas as regiões produtoras.

ALTERADO p/DEC 21.931/1932 e p/DEL 484/1938 .

CDL 0-041, de 04/12/1830

Regula os direitos do algodão e da carne-seca ou charque.

ARROZ Leis e equivalentes

LEI 3.634, de 18/09/1959

Autoriza a liberação total da safra de arroz de 1958/1959, a composição de dívidas e financiamentos especiais aos produtores do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso vítimas das inundações e chuvas excessivas em 1959.

LEI 350, de 27/08/1948

Isenta de taxa portuária as exportações de excesso de arroz.

DEL 9.526, de 26/07/1946

Autoriza o IRGA a contrair empréstimo para adquirir o produto das safras de arroz do Rio Grande do Sul de 1945 a 1947.

DEL 7.826, de 04/08/1945

Autoriza o IRGA a liquidar os débitos dos orizicultores do Rio Grande do Sul relativos às safras de 1941 a 1945 mediante compromisso de novos plantios de 1945 a 1949. Cria taxa sobre a produção para cobrir os financiamentos. Prorroga prazos de arrendamento e disposições contratuais privadas. Ver DEL 3.379/1941.

DEL 6.375, de 27/03/1944

Autoriza o IRGA a contratar recursos com o Banco do Brasil para a construção de infraestrutura de produção e beneficiamento de arroz e para a aquisição das safras 1943/1944 e 1944/1945 no Rio Grande do Sul.

DEL 4.160, de 06/03/1942

Torna sem efeito a proibição de exportação de arroz instituída pelo DEL 3.378/1941. Estabelece licença de exportação de arroz.

DEL 3.379, de 01/07/1941

Autoriza o IRGA a liquidar os débitos dos orizicultores do Rio Grande do Sul relativos à safra 1940/1941, condicionado a novos plantios. Cria taxa de remição sobre a produção para liquidar financiamentos.

DEL 3.378, de 30/06/1941

Suspende a exportação de arroz para assegurar o abastecimento interno.

DEL 3.086, de 04/03/1941

Cria Estação Experimental de Arroz no Rio Grande do Sul subordinada ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura.

CACAU Leis e equivalentes

LEI 8.028, de 12/04/1990

Dispõe sobre a organização da administração pública: Ministério da Agricultura, Ibama (art. 35) e Ceplac (art. 23). Ver Lei 7.804/1989.

ALTERA as Leis 6.938/1981; 7.735/1989 e 7.797/1989. **ALTERADA** p/Leis 8.090/1990; 8.344/1991 e 11.516/2007.

LEI 2.011, de 07/10/1953

Autoriza entendimentos entre os governos federal e estaduais e o Instituto do Cacau da Bahia para elaboração de plano de combate às pragas do cacau.

LEI 1.168-A, de 05/08/1950

Autoriza concessão de prêmio a pesquisador que se destacou em trabalhos científicos de combate biológico à traça do cacau.

PRODUTOS: VEGETAIS – NORMAS LEGAIS ESPECÍFICAS

LEI 1.102-A, de 18/05/1950

Cria comissão de fitossanitaristas para estudar, na África, a broca do café e a vassoura do cacau.

LEI 1.051, de 06/01/1950

Autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo para amparar a cultura do cacau.

DEL 5.513, de 24/05/1943

Autoriza o estado da Bahia a contratar empréstimos para apoio à cultura do cacau: construção de infraestrutura e financiamento da produção.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

7.599, de 07/11/2011

Promulga o Acordo Internacional do Cacau.

40.987, de 20/02/1957

Institui o Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira do País (Ceplac).

CAFÉ Leis e equivalentes

LEI 11.775, de 17/09/2008

(...) Art. 53: autoriza o Funcafé a financiar a liquidação de CPRs. (...)

ALTERA as Leis 7.827/1989; 8.171/1991; 8.427/1992; 10.177/2001; 10.186/2001; 10.420/2002; 10.978/2004; 11.322/2006; 11.524/2007 e 11.718/2008 e o DEL 79/1966. ALTERADA p/Leis 11.922/2009; 11.960/2009; 12.058/2009; 12.249/2010; 12.380/2011; 12.599/2012; 12.716/2012; 12.788/2013; 13.001/2014 e 13.043/2014.

LEI 10.148, de 21/12/2000

Exclui os superávits do Funcafé e do Fundo de Terras da destinação para pagamento da dívida pública.

ALTERA a Lei 9.530/1997.

LEI 9.530, de 10/12/1997

Destina o superávit de fundos (inclusive Funcafé e Fundo de Terras) ao pagamento da dívida pública.

ALTERADA p/Lei 10.148/2000.

LEI 9.239, de 22/12/1995

Ratifica o Funcafé. Ver DEL 2.295/1986.

DEL 2.440, de 03/06/1988

Dispõe sobre a aplicação das disponibilidades financeiras do Funcafé.

ALTERA o DEL 2.295/1986.

DEL 2.295, de 21/11/1986

Restabelece a quota de contribuição sobre as exportações de café. Cria o Funcafé.

ALTERA o DEL 2.197/1984. ALTERADO p/DEL 2.440/1988 e PARCIALMENTE SUSPENSO p/RSF 28/2005.

DEL 2.197, de 26/12/1984

Atribui ao Ministro da Indústria e Comércio a competência para baixar atos relativos à exportação de café. Autoriza a compensação do valor de bonificações e outros incentivos à exportação de café com o valor do Imposto de Exportação exigido sobre o mesmo produto. Extingue a cota de contribuição sobre a exportação de café.

ALTERADO p/DEL 2.295/1986.

DEL 2.081, de 22/12/1983

Estabelece formas de pagamento das dívidas com o IBC com redução.

LEI 5.808, de 03/10/1972

Autoriza a doação de café dos estoques governamentais ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) da FAO.

DEL 1.163, de 31/03/1971

Revoga o DEL 557/1969, que institui imposto sobre a exportação de café solúvel.

REVOGADO o DEL 557/1969.

DEL 777, de 20/08/1969

Dispõe sobre a instituição da Fundação Museu do Café.

DEL 557, de 29/04/1969

Estabelece imposto sobre a exportação de café solúvel.

REVOGADO p/DEL 1.163/71.

PRODUTOS: VEGETAIS – NORMAS LEGAIS ESPECÍFICAS

LEI 5.533, de 14/11/1968

Autoriza a doação de café dos estoques governamentais para o Programa Mundial de Alimentos (PMA) da FAO.

LEI 5.361, de 29/11/1967

Autoriza a doação de café dos estoques governamentais à Cruz Vermelha Internacional.

DEL 47, de 18/11/1966

Dispõe sobre aplicação e qualifica as penalidades pelas infrações às normas do IBC.

LEI 4.924, de 23/12/1965

Fixa normas para elaboração de esquema financeiro das safras cafeeiras. Ver Lei 3.302/1957.

LEI 4.565, de 11/12/1964

Altera normas de pagamento dos débitos dos cafeicultores. Ver Leis 2.095/1953; 2.697/1955; 3.393/1958 e 3.879/1961.
ALTERA a Lei 3.643/1959.

LEI 3.879, de 30/01/1961

Suspende o vencimento dos débitos dos cafeicultores. Ver Leis 2.095/1953; 2.697/1955; 3.393/1958; 3.643/1959 e 4.565/1964.

LEI 3.782, de 22/07/1960

Cria o Ministério da Indústria e do Comércio e inclui nele o IBC, o IAA, o Instituto Nacional do Mate e o Instituto Nacional do Pinho. Ver DEL 289/1967.

LEI 3.643, de 14/10/1959

Prorroga prazos de pagamento dos débitos dos cafeicultores. Ver Leis 2.095/1953; 2.697/1955; 3.393/1958 e 3.879/1961.

ALTERADA p/Lei 4.565/1964.

LEI 3.393, de 27/05/1958

Libera a safra aos cafeicultores independentemente do pagamento de débitos relativos aos anos 1957 ou 1958. Ver Leis 2.095/1953 e 3.643/1959.

ALTERA a Lei 2.697/1955.

LEI 3.302, de 04/11/1957

Cria uma taxa especial de propaganda do café no exterior. Ver Lei 4.924/1965.

LEI 2.697, de 27/12/1955

Prorroga prazos e introduz alterações nas disposições da Lei 2.095/1953, que dispõe sobre financiamento da lavoura do café. Ver Leis 3.643/1959; 3.879/1961 e 4.565/1964.

ALTERADA p/Lei 3.393/1958.

LEI 2.095, de 16/11/1953

Dispõe sobre o financiamento das lavouras de café. Ver Leis 2.697/1955; 3.393/1958; 3.643/1959; 3.879/1961 e 4.565/1964.

LEI 1.779, de 22/12/1952

Cria o Instituto Brasileiro do Café (IBC). Ver Lei 8.029/1990.

REVOGA o DEC 9.784/1946 e o DEL 6.213/1944.

LEI 1.719, de 01/11/1952

Amplia o prazo de execução da Lei 1.003/1949, relativa a financiamento do café.

LEI 1.102-A, de 18/05/1950

Cria comissão de fitossanitaristas para estudar, na África, a broca do café e a vassoura de bruxa do cacau.

LEI 1.003, de 24/12/1949

Dispõe sobre o financiamento das lavouras de café.

DEL 9.784, de 06/09/1946

Cria uma Divisão da Economia Cafeeira no Ministério da Fazenda.

ALTERA o DEL 9.410/1946. REVOGADO p/Lei 1.779/1952.

DEL 9.270, de 22/05/1946

Retira e transfere atribuições do Departamento Nacional do Café, que seria extinto.

REVOGA o DEL 6.213/1944.

PRODUTOS: VEGETAIS – NORMAS LEGAIS ESPECÍFICAS

DEL 9.068, de 15/03/1946

Dispõe sobre a extinção do Departamento Nacional do Café.

DEL 7.570, de 21/05/1945

Amplia até 31/10/1947 o período em que será financiada em condições especiais a lavoura cafeeira, sob as condições do DEL 3.049/1941. Ver DELs 3.934/1941; 5.147/1942 e 6.190/1944.

DEL 6.213, de 20/01/1944

Estabelece normas para fixação de qualidades e tipos de café destinado ao consumo interno.

REVOGADO p/DEL 9.270/1946 e p/Lei 1.779/1952.

DEL 6.190, de 08/01/1944

Amplia até 31/10/1946 o período em que será financiada em condições especiais a lavoura cafeeira, sob as condições do DEL 3.049/1941. Ver DELs 3.934/1941; 5.147/1942 e 7.570/1945.

DEL 5.147, de 30/12/1942

Amplia até 31/10/1945 o período em que será financiada em condições especiais a lavoura cafeeira, sob as condições do DEL 3.049/1941. Ver DELs 3.934/1941; 6.190/1944 e 7.570/1945.

DEL 3.934, de 12/12/1941

Amplia até 31/10/1944 o período em que será financiada em condições especiais a lavoura cafeeira, sob as condições do DEL 3.049/1941. Ver DELs 5.147/1942; 6.190/1944 e 7.570/1945.

DEL 3.049, de 13/02/1941

Autoriza financiamentos em condições especiais (três safras) para socorrer a lavoura cafeeira atingida pela seca. Ver DELs 3.934/1941; 5.147/1942; 6.190/1944 e 7.570/1945.

DEL 35, de 01/12/1937

Inclui no regime estabelecido pelo DEL 2/1937 todos os cafés exportados, autorizando o resarcimento, aos interessados, da diferença de taxa paga.

DEL 2, de 13/11/1937

Regulariza a situação do Departamento Nacional do Café relativamente a operações de câmbio e outras.

LEI 493, de 30/08/1937

Autoriza a emissão de papel-moeda para empréstimo ao Departamento Nacional do Café.

DEC 4.548, de 19/06/1922

Autoriza o governo a promover o incremento e a defesa da produção nacional agrícola e pastoril e das indústrias anexas (agroindústrias) por meio de medidas de emergência. Cria o Instituto de Defesa Permanente do Café.

LEI 1.616, de 30/12/1906

Autoriza isenção de direitos aduaneiros a itens do setor agrícola. Dispõe sobre medidas de apoio ao setor cafeeiro.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

7.811 , de 20/09/2012	Promulga o Acordo Internacional do Café de 2007.
94.874 , de 15/09/1987	Dispõe sobre a estrutura do Funcafé.
3.152 , de 26/08/1999	Inclui as políticas de café, açúcar e álcool no Ministério da Agricultura.
2.020 , de 02/10/1996	Promulga o acordo de criação da Associação dos Países Produtores de Café e o Plano de Retenção de Café.
4.623 , de 21/03/2003	Dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) e do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC).

CANA-DE-AÇÚCAR Leis e equivalentes

LEI 13.043, de 13/11/2014

Art. 69: inclui investimentos no setor de armazenagem de açúcar como destinatários da subvenção econômica na forma de equalização de taxas de juros prevista na Lei 12.096/2009. (...)

ALTERA as Leis 9.393/1996; 11.775/2008; 11.977/2009 e 12.096/2009.

PRODUTOS: VEGETAIS – NORMAS LEGAIS ESPECÍFICAS

LEI 13.001, de 20/06/2014

(...) Art. 14: inclui, na Lei 12.844/2013, autorização para a liquidação ou renegociação de dívidas inscritas em Dívida Ativa oriundas de operações com produtores vinculados ao Projeto Abraham Lincoln (Pacal), no Pará. (...) **ALTERA** as Leis 5.868/1972; 8.629/1993; 8.918/1994; 9.782/1999; 10.696/2003; 11.775/2008; 12.429/2011; 12.806/2013 e 12.844/2013.

LEI 12.999, de 18/06/2014

(...) Art. 10: autoriza a concessão de subvenção aos produtores independentes de cana-de-açúcar afetados pela estiagem na safra 2012/2013 na região Nordeste e no estado do Rio de Janeiro.

LEI 12.872, de 24/10/2013

(...) Art. 13: renova a suspensão da execução fiscal de débitos em Dívida Ativa de produtores vinculados ao Projeto Abraham Lincoln (Pacal), no estado do Pará. Ver Lei 12.678/2012.

ALTERA as Leis 12.249/2010 e 12.844/2013.

LEI 12.865, de 09/10/2013

Art. 1º: autoriza a concessão de subvenção extraordinária aos produtores independentes de cana-de-açúcar do Nordeste relativamente à safra 2011/2012. Art. 5º: amplia a concessão de subvenção à estocagem de álcool prevista na Lei 12.666/2012 para a renovação e ampliação de canaviais. (...) Art. 38: extingue obrigação estatuída em lei de 1965 relativamente à aplicação obrigatória de recursos (percentuais sobre preço dos produtos) em benefício dos trabalhadores do setor canavieiro.

ALTERA a Lei 4.870/1965; 10.925/2004; 12.350/2010; 12.546/2011 e 12.666/2012.

LEI 12.844, de 19/07/2013

(...) Art. 29: altera PIS/Pasep e Cofins na venda de cana-de-açúcar. (...)

ALTERA as Leis 11.727/2008; 12.512/2011 e 12.716/2012. **ALTERADA** p/Leis 12.872/2013 e 13.001/2014.

LEI 12.712, de 30/08/2012

(...) Art. 20: amplia para o Espírito Santo a subvenção econômica prevista na Lei 12.666/2012 aos produtores de cana-de-açúcar. (...)

ALTERA as Leis 10.849/2004; 11.196/2005; 11.529/2007; 12.666/2012 e as MPVs 2.156-5/2001 e 2.157-5/2001. **ALTERADA** p/Lei 12.793/2013.

LEI 12.678, de 25/06/2012

Art. 20: prorroga o prazo de suspensão da execução fiscal de débitos em Dívida Ativa de produtores vinculados ao Projeto Abraham Lincoln (Pacal), no Pará. Ver Lei 12.872/2013.

ALTERA a Lei 12.249/2010.

LEI 12.666, de 14/06/2012

Art. 2º: autoriza subvenção econômica, por equalização de taxas de juros, nos financiamentos para estocagem de álcool. Art. 5º: altera medidas econômicas relativas à política do álcool. Art. 6º: autoriza, para a safra 2010/2011, subvenção econômica aos produtores de cana-de-açúcar do Nordeste e do Rio de Janeiro.

ALTERA a Lei 10.453/2002. **ALTERADA** p/Leis 12.712/2012 e 12.865/2013.

LEI 12.490, de 16/09/2011

Introduz dispositivos na lei que regula a matriz energética brasileira no que concerne aos biocombustíveis. Autoriza o Poder Executivo a alterar o percentual de álcool na gasolina. Altera dispositivo relativo à subvenção aos produtores independentes de cana-de-açúcar do Nordeste.

ALTERA as Leis 8.723/1993; 9.478/1997 e 12.249/2010.

LEI 12.249, de 11/06/2010

(...) Arts. 131 e 132: autorizam a concessão de subvenção a produtores de cana-de-açúcar do Nordeste (ver Lei 12.490/2011). (...)

ALTERA as Leis 9.126/1995; 11.110/2005; 11.775/2008 e 11.977/2009. **ALTERADA** p/Leis 12.490/2011; 12.599/2012; 12.678/2012 e 12.872/2013.

LEI 11.941, de 27/05/2009

(...) Art. 65: autoriza subvenção para produtores de cana-de-açúcar do Nordeste e do Rio de Janeiro. Art. 66: autoriza a União a adquirir açúcar das usinas do Nordeste da safra 2008/2009.

LEI 11.727, de 23/06/2008

Art. 11: suspende PIS/Pasep e Cofins na venda de cana-de-açúcar para produção de álcool.

ALTERADA p/Lei 12.844/2013.

PRODUTOS: VEGETAIS – NORMAS LEGAIS ESPECÍFICAS

LEI 10.203, de 22/02/2001

Altera para a faixa de 24% e 20% o percentual de mistura de álcool à gasolina.

ALTERA a Lei 8.723/1993.

LEI 9.362, de 13/12/1996

Estabelece medidas reguladoras para açúcar e álcool – planos anuais de produção.

LEI 8.723, de 28/10/1993

Art. 9º: fixa em 22% o percentual obrigatório de adição de álcool à gasolina, com variação de 1%

ALTERADA p/Leis 10.203/2001; 10.464/2002; 10.696/2003; 12.490/2011 e 13.033/2014.

LEI 8.522, de 11/12/1992

Extingue a cobrança de taxas: de inspeção (de insumos e sobre o abate); do IAA (sobre o açúcar) e outras, instituídas pelos DELs 308/1967; 1.712/1979; 1.899/1981 e 1.952/1982.

LEI 8.393, de 30/12/1991

Extingue a contribuição sobre saída de açúcar (ver DELs 308/1967; 1.712/1979 e 1.952/1982) e os subsídios de equalização do açúcar (ver Lei 4.870/1965 e DELs 308/1967; 1.186/1971 e 1.952/1982). Dispõe sobre o IPI do açúcar.

ALTERADA p/Lei 9.532/1997.

LEI 8.117, de 13/12/1990

Modifica o controle prévio das exportações e importações de açúcar, álcool, mel rico ou mel residual (melaço).

LEI 8.029, de 12/04/1990

Dispõe sobre a extinção de Embrater, Sudeco, Sudesul, DNOS, IAA, IBC, BNCC e outros e sobre a criação do Sebrae. Transfere acervo do Planalsucar para a Embrapa. (...)

ALTERADA p/Leis 8.154/1990; 8.344/1991 e 9.618/1998.

LEI 7.817, de 14/09/1989

Impõe controle prévio nas exportações de açúcar, álcool e melaço até 31/5/1990. Ver DEL 2.435/1988.

DEL 2.471, de 01/09/1988

Modifica formas de cobrança e correção das contribuições sobre açúcar e álcool. Ver DELs 308/1967; 1.712/1979; 1.952/1982 e 2.323/1987.

DEL 2.459, de 25/08/1988

Concede isenção de IPI a aguardentes destinadas à produção de álcool combustível.

REJEITADO p/ADC de 14/06/1989.

DEL 2.437, de 24/05/1988

Altera proibição de uso de recursos do Tesouro para compra de açúcar para exportação.

ALTERA o DEL 2.401/1987.

DEL 2.401, de 21/12/1987

Proíbe utilização de recursos do Tesouro na compra de açúcar para exportação.

ALTERADO p/DEL 2.437/1988.

LEI 7.451, de 26/12/1985

Prorroga até 1991 a isenção do Imposto Único Sobre Combustíveis incidente sobre o álcool combustível. Ver DELs 1.631/1978 e 1.690/1979.

ALTERA o DEL 1.785/1980.

DEL 1.952, de 15/07/1982

Institui adicional às contribuições sobre açúcar e álcool. Dispõe sobre o IAA. Ver Leis 8.022/1990; 8.393/1991 e 8.522/1992 e DELs 308/1967 e 2.471/1988.

ALTERA o DEL 1.712/1979.

DEL 1.712, de 14/11/1979

Dispõe sobre a arrecadação das contribuições ao IAA. Ver Leis 4.870/1965; 8.022/1990; e 8.522/1992 e DELs 308/1967 e 2.471/1988.

ALTERADO p/DEL 1.952/1982.

DEL 1.690, de 01/08/1979

Transfere ao Conselho Nacional do Álcool o estabelecimento das especificações de álcoois. Prorroga até 1985 a isenção do álcool combustível no Imposto Único Sobre Combustíveis.

ALTERA o DEL 1.631/1978.

PRODUTOS: VEGETAIS – NORMAS LEGAIS ESPECÍFICAS

DEL 1.631, de 02/08/1978

Sujeita também o álcool metílico à incidência do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos e o isenta até 1979.

REVOGA o DEL 1.583/1977. **ALTERADO** p/DEL 1.690/1979.

DEL 1.583, de 18/11/1977

Sujeita o álcool etílico combustível ao Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis e o isenta até 1979.

REVOGA o DEL 1.409/1975. **REVOGADO** p/DEL 1.631/1978.

LEI 6.456, de 26/10/1977

Transfere o Museu do Açúcar do IAA para o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

DEL 1.409, de 11/07/1975

Sujeita o álcool combustível de cana ao Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis e o isenta até 1979.

REVOGADO p/DEL 1.583/1977.

DEL 1.266, de 26/03/1973

Dispõe sobre a destinação dos recursos do Fundo Especial de Exportação, criado pela Lei 4.870/1965. Ver DEL 1.186/1971.

DEL 1.251, de 21/12/1972

Altera os valores das contribuições ao IAA para elevar o preço da cana pago ao produtor. Estabelece a destinação dos recursos arrecadados. Ver DEL 308/1967.

LEI 5.816, de 31/10/1972

Autoriza o IAA a alienar destilarias centrais de Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

DEL 1.186, de 27/08/1971

Concede estímulos à fusão, incorporação e relocalização de unidades industriais açucareiras. Ver Lei 5.654/1971.

ALTERA o DEL 3.855/1941 e a Lei 5.508/1968.

LEI 5.654, de 14/05/1971

Dispõe sobre a produção açucareira.

ALTERA os DELs 1.831/1939; 3.855/1941 e 308/1967 e a Lei 4.870/1965.

LEI 5.508, de 11/10/1968

(...) Cria o Fundo de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (Furagro). (...)

ALTERA as Leis 3.995/1961; 4.239/1963; 4.593/1964; 4.869/1965 e o DEL 292/1967. **ALTERADA** p/DELs 586/1969; 756/1969; 764/1969; 1.180/1971; 1.267/1973 e 1.564/1977 e p/MPV 2.156-5/2001 .

DEL 308, de 28/02/1967

Dispõe sobre a receita do IAA. Institui contribuição sobre o açúcar e o álcool. Ver DELs 1.712/1979; 1.952/1982; 2.413/1988 e 2.471/1988 e Leis 8.393/1991 e 8.522/1992.

ALTERA a Lei 4.870/1965. **ALTERADO** p/Lei 5.654/1971.

DEL 56, de 18/11/1966

Dispõe sobre taxas do IAA e sobre a produção de açúcar e álcool. Ver Leis 4.870/1965 e 8.522/1992 e DELs 308/1967 e 1.712/1979.

ALTERA o DEL 16/1966.

DEL 16, de 06/08/1966

Dispõe sobre a produção, o comércio e o transporte clandestinos de açúcar e álcool.

ALTERADO p/DEL 56/1966.

LEI 4.870, de 01/12/1965

Dispõe sobre a produção açucareira. Ver DELs 16/1966; 56/1966; 1.712/1979 e 2.081/1983.

ALTERA o DEL 9.827/1946. **ALTERADA** p/DEL 308/1967 e p/Leis 5.654/1971 e 12.865/2013.

LEI 4.071, de 15/06/1962

Dispõe sobre o pagamento a fornecedores de cana.

LEI 3.782, de 22/07/1960

Cria o Ministério da Indústria e do Comércio e inclui nele o IBC, o IAA, o Instituto Nacional do Mate e o Instituto Nacional do Pinho. Ver DEL 289/1967.

PRODUTOS: VEGETAIS – NORMAS LEGAIS ESPECÍFICAS

DEL 9.827, de 10/09/1946

Estabelece alteração das cotas de produção de açúcar.

ALTERADO p/Lei 4.870/1965.

DEL 6.969, de 19/10/1944

Dispõe sobre fornecedores de cana que lavram a terra alheia.

ALTERA o DEL 3.855/1941.

DEL 6.040, de 25/11/1943

Autoriza o Ministério da Agricultura a fazer convênios com os estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco, com seus produtores e com o IAA para ampliar a pesquisa e a assistência à lavoura de cana-de-açúcar.

DEL 4.733, de 23/09/1942

Regula a organização de novas tabelas de preços da cana. Atribui ao IAA a fixação de cotas de fornecimento.

DEL 3.967, de 23/12/1941

Estabelece disposições complementares sobre intervenção estatal no mercado de açúcar. Ver DEC 22.981/1933.

DEL 3.855, de 21/11/1941

Estabelece o Estatuto da Lavoura Canavieira.

ALTERADO p/DEL 6.969/1944 e p/Lei 5.654/1971.

DEL 1.831, de 04/12/1939

Dispõe sobre a defesa da produção de açúcar.

ALTERADO p/Lei 5.654/1971.

LEI 519, de 01/10/1937

Complementa disposições da Lei 178/1936 no que se refere às tabelas de preços de cana-de-açúcar nos estados.

LEI 458, de 16/07/1937

Inclui representantes dos plantadores e dos usineiros na Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool.

LEI 178, de 09/01/1936

Regula a transação de compra e venda de cana entre lavradores e usineiros. Regula a obrigação de as usinas adquirirem cana de seus fornecedores.

DEC 24.749, de 14/07/1934

Institui taxa a ser cobrada dos engenhos pela produção de açúcar e estabelece cotas de produção a estes. Condiciona a instalação de novos engenhos e usinas à autorização do IAA.

DEC 23.174, de 29/09/1933

Modifica o regulamento do IAA para dispor sobre a fiscalização da importação de gasolina para incentivo à produção interna de álcool.

ALTERA o DEC 22.981/1933.

DEC 22.981, de 25/07/1933

Isenta o álcool de impostos ou taxas. Cria incentivos aos produtores de álcool. Aprova o regulamento do IAA. Ver DEL 3.967/1941.

ALTERA o DEC 22.789/1933. **ALTERADO** p/DEC 23.174/1933.

DEC 22.789, de 01/06/1933

Cria o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) para equilibrar a produção de açúcar e estimular a do álcool. Ver Lei 8.029/1990.

ALTERADO p/DEC 22.981/1933.

DEC 2.687, de 06/11/1875

Autoriza o governo a conceder incentivos creditícios para a implantação de engenhos de cana-de-açúcar.

LEI 46, de 30/08/1833

Sujeita às leis gerais das execuções as fábricas de mineração, açúcar e as lavouras de cana.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

8.183, de 17/01/2014

Altera o decreto 8.079/2013 – subvenção aos produtores independentes de cana e aos produtores de etanol do Nordeste.

PRODUTOS: VEGETAIS – NORMAS LEGAIS ESPECÍFICAS

8.079 , de 20/08/2013	Regulamenta o pagamento de subvenção aos produtores independentes de cana e aos produtores de etanol do Nordeste de que trata a MPV 615/2013 (Lei 12.783/2013).
6.961 , de 17/09/2009	Aprova o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar.
3.322 , de 30/12/1999	Promulga o Acordo Internacional do Açúcar, de 1992.
96.086 , de 24/05/1988	Regulamenta o DEL 2.437/1988, que regulamenta a ação governamental no setor.
3.152 , de 26/08/1999	Inclui as políticas de café, açúcar e álcool no Ministério da Agricultura.
3.546 , de 17/07/2000	Cria o Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool (Cima).
4.267 , de 12/06/2002	Dispõe sobre o sistema de deliberação do Cima (Lei 10.453/2002).
98.054 , de 15/08/1989	Dispõe sobre as exportações de açúcar, álcool, mel rico e mel residual e dá outras providências (Lei 4.870/1965 e DEL 2.437/1988).

ERVA-MATE Leis e equivalentes

DEL 281, de 28/02/1967

Extingue o Instituto Nacional do Mate. Extingue a taxa sobre a comercialização de mate. Ver DELs 375/1938 e 8.709/1946.

LEI 3.782, de 22/07/1960

Cria o Ministério da Indústria e do Comércio e inclui nele o IBC, o IAA, o Instituto Nacional do Mate e o Instituto Nacional do Pinho. Ver DEL 289/1967.

DEL 9.856, de 13/09/1946

Autoriza as cooperativas a comercializar erva-mate.

DEL 9.363, de 15/06/1946

Estende às cooperativas de produtores de mate os favores do DEL 7.002/1944 para auxílios à construção de armazéns.

DEL 9.361, de 15/06/1946

Extingue a Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores de Mate e transfere suas atribuições ao Instituto Nacional do Mate.

DEL 9.020, de 25/02/1946

Inclui o Departamento Nacional de Produção Vegetal (DNPV) na Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores de Mate.

DEL 8.709, de 17/01/1946

Reorganiza o Instituto Nacional do Mate. Mantém a taxa sobre a produção do mate. Ver DELs 375/1938 e 281/1967.

DEL 6.635, de 27/06/1944

Dispõe sobre a organização dos produtores de erva-mate em cooperativas. Cria taxa sobre a produção para sua organização cooperativa.

DEL 375, de 13/04/1938

Cria o Instituto Nacional do Mate. Institui taxa sobre a produção para propaganda do mate. Ver DELs 8.709/1946 e 281/1967.

FRUTAS: CITRUS Leis e equivalentes

DEL 5.738, de 10/08/1943

Autoriza a Comissão Executiva de Frutas a contratar operação de crédito para ações de defesa da produção nacional de cítricos.

DEL 3.635, de 18/09/1941

Cria a Junta Reguladora do Comércio da Laranja com o objetivo de atuar na regulação do comércio e exportação do produto.

DEL 1.729, de 01/11/1939

Suspende cobrança de taxa de fiscalização sobre exportação de frutas cítricas instituída pelo DEC 23.835/1934.

PRODUTOS: VEGETAIS – NORMAS LEGAIS ESPECÍFICAS

DEL 881, de 23/11/1938

Autoriza, para os anos 1939 e 1940, o uso de caixas diferentes do padrão para comercialização de cítricos. Ver DEL 680/1938.

DEL 680, de 12/09/1938

Cria uma caixa padrão para o comércio de frutas cítricas. Ver DEL 881/1938.

DEC 23.835, de 06/02/1934

Estabelece o regulamento para exportação de frutas cítricas. Estabelece limites e padrões técnicos para exportação. Cria taxa de inspeção e fiscalização. Ver DEC 22.737/1933.

DEC 22.737, de 22/05/1933

Estabelece novos regulamentos para exportação de frutas cítricas, bananas e abacaxi. Ver DEC 23.835/1934.

OUTRAS FRUTAS Leis e equivalentes

LEI 11.786, de 25/09/2008

Art. 15: inclui empresas de frutas *in natura* e processadas no rol de setores beneficiados por subvenção econômica por equalização de taxa de juros e bônus de adimplência prevista na Lei 11.529/2007.

ALTERA a Lei 11.529/2007.

LEI 11.675, de 19/05/2008

Designa o cupuaçu fruta nacional.

DEL 8.810, de 24/01/1946

Extingue a Comissão Executiva de Frutas, criada pelo DEL 5.032/1942 e reorganizada pelo DEL 5.532/1943.

DEL 5.532, de 28/05/1943

Modifica disposições relativas à Comissão Executiva das Frutas. Ver DEL 8.810/1946.

REVOGA os DELs 5.032/1942 e 5.426/1943.

DEL 5.426, de 27/04/1943

Altera disposições sobre a estrutura e o funcionamento da Comissão Executiva da Pesca, da Comissão Executiva de Produtos da Mandioca e da Comissão Executiva das Frutas.

ALTERA os DELs 5.030/1942; 5.031/1942 e 5.032/1942. **REVOGADO** p/DELs 5.531/1943 e 5.532/1943.

DEL 5.032, de 04/12/1942

Cria a Comissão Executiva das Frutas para coordenar a política de fruticultura.

ALTERADO p/DEL 5.426/1943 e **REVOGADO** p/DEL 5.532/1943.

DEL 3.621, de 17/09/1941

Altera atribuição da Comissão de Controle da Produção e Comércio de Bananas.

ALTERA o DEL 3.568/1941.

DEL 3.568, de 29/08/1941

Cria a Comissão de Controle da Produção e Comércio de Bananas no Ministério da Agricultura.

ALTERADO p/DEL 3.621/1941.

DEL 2.366, de 04/07/1940

Subordina a Estação Experimental de Viticultura e Enologia e Frutas de Clima Temperado, localizada em Pelotas – RS, ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

DEC 22.737, de 22/05/1933

Estabelece novos regulamentos para exportação de frutas cítricas, bananas e abacaxi. Ver DEC 23.835/1934.

LEI 12.834, de 20/06/2013

Autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju).

LEI 594, de 24/12/1948

Concede incentivos à instalação de fábricas que explorem a fibra de coco e estimulem seu plantio.

DEC 23.671, de 02/01/1934

Estabelece normas e restrições para a exportação de coco.

DEC 22.973, de 20/07/1933

Cria um Campo Experimental para a cultura do coqueiro em Sergipe.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

s/nº, de 26/09/1997 Cria o Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada no Nordeste.

MANDIOCA
Leis e equivalentes

DEL 8.811, de 24/01/1946

Reduz para 2% a taxa cobrada sobre a comercialização de produtos de mandioca. Ver DEL 5.531/1943.

DEL 8.045, de 06/10/1945

Autoriza a Comissão Executiva de Produtos de Mandioca a sustar ou restabelecer a obrigatoriedade de uso de fécula ou amido de mandioca nacionais instituída pelo DEL 5.447/1943.

DEL 7.149, de 13/12/1944

Amplia prazo de inscrição no registro das indústrias de mandioca. Ver DEC 16.461/1944.

DEL 6.405, de 05/04/1944

Reduz para 4% a taxa cobrada sobre a comercialização de produtos de mandioca. Ver DEL 5.531/1943.

DEL 5.531, de 28/05/1943

Modifica disposições relativas à Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca.

REVOGA os DELs 5.031/1942 e 5.426/1943.

DEL 5.447, de 30/04/1943

Obriga as indústrias de fios e tecidos a utilizar fécula ou amido de mandioca nacionais, fixando cotas de aquisição.

ALTERADO p/DEL 8.045/1945.

DEL 5.426, de 27/04/1943

Altera disposições sobre a estrutura e o funcionamento da Comissão Executiva da Pesca, da Comissão Executiva de Produtos da Mandioca e da Comissão Executiva das Frutas.

ALTERA os DELs 5.030/1942; 5.031/1942 e 5.032/1942. **REVOGADO** p/DELs 5.531/1943 e 5.532/1943.

DEL 5.407, de 14/04/1943

Autoriza a Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca a contratar operações com o Banco do Brasil para construir ou desapropriar indústrias. Ver DEL 5.031/1942.

DEL 5.031, de 04/12/1942

Cria Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca para formular e coordenar a política do produto. Institui taxa de 10% sobre a comercialização de produtos de mandioca para financiar a lavoura e a indústria.

ALTERADO p/DEL 5.426/1943 e **REVOGADO** p/DEL 5.531/1943.

DEC 4.540, de 06/02/1922

Cria linha de financiamento incentivado para a instalação de indústrias de processamento de mandioca.

SERINGUEIRA
Leis e equivalentes

LEI 12.849, de 02/08/2013

Torna obrigatória a gravação de advertência na embalagem quando os produtos contiverem látex natural.

LEI 12.447, de 15/07/2011

Inscreve o nome do grupo Seringueiros Soldados da Borracha no Livro dos Heróis da Pátria.

LEI 9.479, de 12/08/1997

Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à borracha. Atribui ao Ministério da Agricultura a política de fomento à heveicultura.

REVOGA as Leis 5.227/1967 e 5.459/1968 e o DEL 164/1967.

LEI 7.735, de 22/02/1989

Extingue a Sema e a Sudepe e cria o Ibama, que incorpora também o acervo do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e da Sudhevea.

ALTERADA p/Leis 7.804/1989; 7.957/1989; 8.028/1990 e 11.516/2007 e p/MPV 2.216-37/2001.

PRODUTOS: VEGETAIS – NORMAS LEGAIS ESPECÍFICAS

LEI 7.732, de 14/02/1989

Extingue autarquias e fundações no Plano Verão: Sudhevea e IBDF.

LEI 7.731, de 14/02/1989

Extingue órgãos da administração: Conselho Nacional da Borracha (CNB) e Grupo Executivo de Eletrificação Rural (GEER).

DEL 1.232, de 17/07/1972

Institui o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal (Probior).

DEL 1.200, de 28/12/1971

Institui programa especial de assistência financeira ao setor de borracha vegetal da Amazônia.

LEI 5.459, de 21/06/1968

Modifica a política econômica da borracha. Ver DEL 164/1967.

ALTERA a Lei 5.227/1967. **REVOGADA** p/Lei 9.479/1997.

DEL 164, de 13/02/1967

Modifica a política econômica da borracha.

ALTERA a Lei 5.227/1967. **REVOGADO** p/Lei 9.479/1997.

LEI 5.227, de 18/01/1967

Dispõe sobre a política econômica da borracha. Cria o Conselho Nacional da Borracha e a Sudhevea. Ver Leis 7.732/1989 e 7.735/1989.

ALTERA as Leis 86/1947; 1.184/1950 e 4.712/1965. **ALTERADA** p/DEL 164/1967 e p/Lei 5.459/1968 e **REVOGADA** p/Lei 9.479/1997.

LEI 4.712, de 29/06/1965

Dispõe sobre o Banco de Crédito da Borracha.

ALTERA a Lei 1.184/1950. **ALTERADA** p/Lei 5.227/1967.

LEI 4.069-B, de 12/06/1962

Isenta de IR as indústrias de borracha e juta na Amazônia.

REVOGADA p/Lei 5.174/1966.

LEI 1.184, de 30/08/1950

Transforma o Banco de Crédito da Borracha em Banco de Crédito da Amazônia.

ALTERA a Lei 86/1947. **ALTERADA** p/Leis 4.712/1965 e 5.227/1967.

LEI 86, de 08/09/1947

Estabelece medidas de assistência econômica à borracha natural. Cria Comissão Executiva de Defesa da Borracha.

ALTERA o DEL 4.841/1942. **ALTERADA** p/Leis 1.184/1950 e 5.227/1967.

DEL 9.720, de 03/09/1946

Altera o decreto-lei de criação do Banco de Crédito da Borracha para inserir disposições relativas ao financiamento aos seringalistas.

ALTERA o DEL 4.451/1942.

DEL 8.440, de 24/12/1945

Estabelece normas para aquisição do acervo das concessões de Belterra e Fordlândia – PA pelo Banco de Crédito da Borracha.

DEL 7.946, de 10/09/1945

Proíbe a saída do país e o trânsito na região do vale do Amazonas de mudas, sementes, estacas e partes vivas de seringueira.

DEL 6.910, de 27/09/1944

Autoriza acordo entre o Ministério da Agricultura e o Banco de Crédito da Borracha para apoio ao Instituto Agrônomico do Norte para fornecimento de mudas e de assistência técnica aos plantios.

DEL 5.881, de 05/10/1943

Aprova Acordo Suplementar ao Acordo de Washington para incentivo à borracha.

DEL 5.686, de 21/07/1943

Proíbe a remessa de mudas e sementes de *Hevea* para fora da Amazônia sem autorização do Ministério da Agricultura.

PRODUTOS: VEGETAIS – NORMAS LEGAIS ESPECÍFICAS

DEL 5.476, de 11/05/1943

Aprova o acordo firmado entre a Comissão de Controle dos Acordos de Washington e o Governo do Estado de Mato Grosso, o Banco de Crédito da Borracha e a *Rubber Development Corporation* para intensificar a produção de borracha.

DEL 5.200, de 18/01/1943

Torna privativas do Instituto Agronômico do Norte as pesquisas com seringueira. Define atribuições do IAN.

DEL 5.185, de 12/01/1943

Altera o decreto-lei que criou o Banco de Crédito da Borracha, estabelecendo nova estrutura. Ver DEL 9.720/1946.

ALTERA o DEL 4.451/1942.

DEL 4.841, de 17/10/1942

Dispõe sobre financiamento para o desenvolvimento da produção de borracha. Dá monopólio da comercialização da borracha ao Banco de Crédito da Borracha.

ALTERADO p/Lei 86/1947.

DEL 4.451, de 09/07/1942

Autoriza a constituição do Banco de Crédito da Borracha para incentivo à cultura da seringueira e execução do Acordo de Washington.

ALTERADO p/DELS 5.185/1943 e 9.720/1946.

DEL 4.325, de 21/05/1942

Aprova o Acordo de Washington para incentivo à produção de borracha.

DEL 4.221, de 01/04/1942

Torna exclusiva do Banco do Brasil a comercialização de borracha e cria licença para sua exportação.

DEC 2.543, de 05/01/1912

Estabelece medidas para desenvolver culturas produtoras de borracha. Isenta de impostos e cria subvenção aos plantios.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

2.348 , de 13/10/1997	Regulamenta a Lei 9.479/1997, que concede subvenção econômica aos produtores de borracha.
4.020 , de 19/11/2001	Autoriza a concessão de subvenção econômica sob a forma de equalização de preços no ano de 2001 ao amparo da Lei 8.427/1992.
3.606 , de 20/09/2000	Autoriza a concessão de subvenção econômica sob a forma de equalização de preços no ano de 2000 ao amparo da Lei 8.427/1992.
3.262 , de 25/11/1999	Autoriza a subvenção a produtores de borracha (Lei 9.479/1997) no ano de 1999 ao amparo da Lei 8.427/1992.

TRIGO Leis e equivalentes

LEI 12.766, de 27/12/2012

(...) Art. 9º: amplia o prazo de redução de PIS/Cofins sobre o trigo e farinhas. Ver Lei 12.839/2013.

ALTERA as Leis 10.420/2002 e 10.925/2004.

LEI 11.787, de 25/09/2008

Estabelece medidas tributárias para trigo e farinha: PIS, Cofins, AFRMM.

ALTERA as Leis 10.893/2004 e 10.925/2004.

LEI 10.273, de 05/09/2001

Proíbe o emprego de bromato de potássio nas farinhas, massas e nos produtos de panificação.

LEI 8.096, de 21/11/1990

Libera a comercialização e a industrialização do trigo.

REVOGA o DEL 210/1967.

LEI 6.387, de 09/12/1976

Define “moagem colonial”. Ver DEL 210/1967 e Lei 5.420/1968.

PRODUTOS: VEGETAIS – NORMAS LEGAIS ESPECÍFICAS

LEI 5.420, de 18/04/1968

Altera normas sobre abastecimento, industrialização e comercialização de trigo. Ver Lei 8.096/1990.

ALTERA o DEL 210/1967.

DEL 210, de 27/02/1967

Estabelece normas para o abastecimento, a industrialização e a comercialização de trigo. Ver Lei 6.387/1976.

ALTERADO p/Lei 5.420/1968 e **REVOGADO** p/Lei 8.096/1990.

LEI 3.996, de 14/12/1961

Suspende débito dos triticultores, repactuado ao amparo da Lei 3.551/1959. Ver Leis 3.770/1960 e 3.863/1960.

LEI 3.863, de 24/12/1960

Estende a outros triticultores os benefícios da Lei 3.551/1959. Ver Leis 3.770/1960 e 3.996/1961.

LEI 3.770, de 07/06/1960

Prorroga os prazos da composição de dívidas realizada ao amparo da Lei 3.551/1959. Ver Leis 3.863/1960 e 3.996/1961.

LEI 3.551, de 13/02/1959

Autoriza a liberação da safra de trigo, a composição de dívidas dos triticultores e o cancelamento das dívidas decorrentes de aquisição de sementes.

LEI 3.244, de 14/08/1957

Art. 50: estabelece favorecimento cambial na importação de fertilizantes, inseticidas e trigo.

ALTERA a Lei 2.145/1953. **ALTERADA** p/Lei 5.067/1966.

LEI 1.939, de 10/08/1953

Dispõe sobre a cooperação com agricultores para produção de sementes de trigo.

LEI 1.151, de 30/06/1950

Extingue a Comissão Nacional do Trigo, criada pelo DEL 9.122/1946.

LEI 948, de 03/12/1949

Concede isenção de direitos alfandegários para a maquinaria importada para a lavoura e para a indústria moageira de trigo.

LEI 586, de 23/12/1948

Autoriza desapropriação de terras para o estado do Rio Grande do Sul implantar colônia de plantio mecanizado de trigo.

DEL 9.891, de 16/09/1946

Revoga as disposições legais que obrigavam os moinhos importadores a construir silos.

REVOGA os DELs 5.766/1943 e 6.966/1944.

DEL 9.122, de 03/04/1946

Cria a Comissão Nacional do Trigo para o estudo e estabelecimento de normas gerais relativas à importação e distribuição do trigo importado. Ver Lei 1.151/1950.

DEL 7.196, de 27/12/1944

Altera prazo previsto no DEL 4.953/1942, que estabeleceu cotas de aquisição do trigo nacional.

DEL 6.966, de 17/10/1944

Amplia os prazos de construção obrigatória de silos pelos moinhos importadores de trigo. Ver DEL 5.766/1943.

REVOGADO p/DEL 9.891/1946.

DEL 6.171, de 05/01/1944

Autoriza o Ministério da Agricultura a tomar medidas para escoamento da safra de trigo.

DEL 6.170, de 05/01/1944

Cria o Serviço de Expansão do Trigo no Ministério da Agricultura para formular a política do produto.

DEL 5.766, de 20/08/1943

Obriga os moinhos importadores a construir silos próprios para armazenar trigo para atender a um ano de consumo. Ver DEL 6.966/1944.

REVOGADO p/DEL 9.891/1946.

DEL 5.486, de 14/05/1943

Complementa disposições sobre a aquisição de trigo nacional. Ver DEL 4.953/1942.

PRODUTOS: VEGETAIS – NORMAS LEGAIS ESPECÍFICAS

DEL 5.238, de 09/02/1943

Modifica o decreto-lei que introduz o sistema de cotas de aquisição do trigo nacional. Ver DEL 7.196/1944.

ALTERA o DEL 4.953/1942.

DEL 4.953, de 13/11/1942

Dispõe sobre a aquisição de trigo de produção nacional. Estabelece sistema de cotas para os moinhos. Ver DEL 7.196/1944.

ALTERADO pelo DEL 5.238/1943.

DEL 3.984, de 30/12/1941

Dispõe sobre aquisição e moagem do trigo nacional. Modifica os critérios de obrigatoriedade de aquisição do trigo pelos moinhos que importam. Ver DEL 2.960/1941.

DEL 3.445, de 21/07/1941

Estabelece taxa de fiscalização sobre o trigo e a farinha importados.

DEL 2.960, de 18/01/1941

Dispõe sobre a distribuição do trigo de produção nacional. Obriga os moinhos a consumir trigo nacional e a misturar sucedâneo à farinha.

DEL 955, de 15/12/1938

Torna obrigatórios a aquisição e o consumo de trigo nacional e a adição de sucedâneo autorizado.

DEL 459, de 02/06/1938

Faculta aos estados normatizar a mistura de outras farinhas com a de trigo. Ver DEL 26/1937.

DEL 72, de 16/12/1937

Estabelece a cobrança de Imposto de Importação pelo trigo importado, exceto as sementes.

ALTERA a Lei 470/1937.

DEL 26, de 30/11/1937

Obriga a mistura de farinha ou fécula de “produto nacional apropriado” à farinha de trigo utilizada na panificação.

LEI 470, de 09/08/1937

Autoriza o Poder Executivo a tomar medidas para intensificar a cultura do trigo. Cria estações experimentais de trigo no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, em São Paulo e em Goiás. Cria imposto sobre os moinhos que processam trigo importado.

ALTERADA p/DEL 72/1937.

DEC 803, de 08/05/1936

Reduz a tarifa sobre importação de trigo e cria comissão para definir mistura de trigo nacional com importado.

DEC 19.559, de 03/01/1931

Institui comissão para estudar a imposição de limitações à importação de trigo.

DEC 12.896, de 06/03/1918

Estabelece prêmios em máquinas para quem plantar trigo e define incentivos para elevação da produtividade da cultura.

DEC 2.049, de 31/12/1908

Autoriza a concessão de subvenção aos sindicatos e cooperativas que plantarem trigo.

LEI 939, de 26/09/1857

Lei Orçamentária de 1858-1859. Art. 29 §14: estabelece prêmios aos triticultores.

UVA E VINHO Leis e equivalentes

LEI 12.959, de 19/03/2014

Altera a Lei do Vinho para tipificar o vinho produzido por agricultores familiares.

ALTERA a Lei 7.678/1988.

Lei 12.719, de 26/09/2012

Altera a regulamentação da profissão de enólogo.

ALTERA a Lei 11.476/2007.

PRODUTOS: VEGETAIS – NORMAS LEGAIS ESPECÍFICAS

LEI 12.320, de 06/09/2010

Altera a Lei do Vinho, dando novo conceito para “vinho composto”. Ver Lei 10.970/2004.

ALTERA a Lei 7.678/1988.

LEI 11.476, de 29/05/2007

Regulamenta as profissões de enólogo e de técnico em enologia.

ALTERADA p/Lei 12.719/2012.

LEI 10.970, de 12/11/2004

Estabelece alterações na Lei do Vinho.

ALTERA a Lei 7.678/1988.

LEI 7.678, de 08/11/1988

Dispõe sobre a produção, circulação e comercialização de vinho e derivados da uva e do vinho.

REVOGA as Leis 549/1937 e 2.795/1956 e os DELs 826/1938; 3.582/1941; 4.327/1942; 4.695/1942; 8.064/1945 e 476/1969.

ALTERADA p/Leis 10.970/2004; 12.320/2010 e 12.959/2014.

LEI 7.628, de 13/11/1987

Dispõe sobre preço mínimo de uva.

ALTERA a Lei 7.298/1984.

LEI 7.298, de 28/12/1984

Dispõe sobre o Conselho Nacional de Vitivinicultura (Conavin), sobre o Plano Nacional da Vitivinicultura, o seguro e o preço mínimo da uva.

ALTERADA p/Lei 7.628/1987.

DEL 632, de 17/06/1969

Permite temporariamente a venda de vinho a torno. Ver DEL 476/1969.

DEL 476, de 25/02/1969

Regula a produção e circulação de uva e vinho. Ver DEL 632/1969.

REVOGADO p/Lei 7.678/1988.

LEI 5.281, de 27/04/1967

Prorroga o prazo estabelecido pela Lei 4.426/1964, que permite a venda de vinho em volume superior ao estabelecido na legislação e a venda a torno.

LEI 4.426, de 08/10/1964

Permite a venda de vinho em recipientes de volume superior ao estabelecido na legislação e a venda a torno. Ver Lei 5.281/1967.

LEI 3.646, de 22/10/1959

Cria a Escola de Viticultura e Enologia em Bento Gonçalves – RS, vinculada ao Ministério da Agricultura.

LEI 2.795, de 12/06/1956

Dispõe sobre fabricação e comércio de vinhos e derivados.

REVOGADA p/Lei 7.678/1988.

LEI 2.296, de 23/08/1954

Torna obrigatória a venda de vinhos nacionais quando a casa comercial vende vinhos estrangeiros.

DEL 8.064, de 10/10/1945

Institui registro dos estabelecimentos produtores de vinho.

REVOGADO p/Lei 7.678/1988.

DEL 4.695, de 16/09/1942

Dispõe sobre a forma de cobrança de taxa sobre importação de vinho. Ver Lei 549/1937 e DEL 826/1938.

REVOGADO p/Lei 7.678/1988.

DEL 4.327, de 22/05/1942

Dispõe sobre o uso da denominação “conhaque”.

REVOGADO p/Lei 7.678/1988.

DEL 3.582, de 03/09/1941

Dispõe sobre a rotulagem de vinhos. Ver Lei 549/1937 e DEL 4.695/1942.

REVOGADO p/Lei 7.678/1988.

PRODUTOS: VEGETAIS – NORMAS LEGAIS ESPECÍFICAS

DEL 2.366, de 04/07/1940

Subordina a Estação Experimental de Viticultura e Enologia e Frutas de Clima Temperado, localizada em Pelotas – RS, ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

DEL 826, de 28/10/1938

Modifica a Lei do Vinho, criando laboratórios e estações.

ALTERA a Lei 549/1937. **REVOGADO** p/ Lei 7.678/1988.

LEI 549, de 20/10/1937

Dispõe sobre a fiscalização da produção e distribuição de vinhos. Ver DELs 4.695/1942 e 3.582/1941.

ALTERADA p/DEL 826/38 e **REVOGADA** p/Lei 7.678/1988.

DEC 4.639, de 13/01/1923

Modifica disposições do DEC 4.631/1923, que institui penas para fraudes na banha e no vinho.

DEC 4.631, de 04/01/1923

Estabelece padrões e normas para o comércio de banha de porco e vinho e penalidades para as fraudes nesses produtos.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

8.198, de 20/02/2014

Regulamenta a Lei 7.678/1988, sobre o vinho e derivados da uva.

5.863, de 01/08/2006

Promulga o acordo constitutivo da Organização Internacional da Vinha e do Vinho.

OUTROS PRODUTOS VEGETAIS Leis e equivalentes

DEL 8.073, de 11/10/1945

Prorroga para 1946 a entrada em vigor da obrigatoriedade de uso de grãos de guaraná nos produtos que utilizam esse nome.

DEL 7.669, de 22/06/1945

Modifica disposições relativas ao uso obrigatório de grãos de guaraná nos produtos que utilizam esse nome. Reduz a exigência de presença para 0,3g/100cm³ nos refrescos de guaraná.

DEL 6.425, de 14/04/1944

Torna obrigatório o uso de grãos de guaraná nos produtos que utilizam esse nome. Obriga a presença de 0,5g/100cm³ de guaraná nos refrescos que usem esse nome.

LEI 7.512, de 07/07/1986

Institui o Programa Nacional do Milho (Promilho).

DEL 8.385, de 17/12/1945

Autoriza o Ministério da Agricultura a firmar acordo com o estado de São Paulo para produzir sementes de milho híbrido e incentivar sua difusão.

LEI 4.069-B, de 12/06/1962

Isenta de IR as indústrias de borracha e juta na Amazônia.

REVOGADA p/Lei 5.174/1966.

LEI 1.054, de 16/01/1950

Cria uma subestação experimental de juta e outras plantas têxteis em Parintins – AM.

LEI 3.428, de 15/07/1958

Cria a Comissão Executiva do Sisal.

LEI 2.591, de 08/09/1955

Concede isenção de direitos e taxas aduaneiras para importação de pano-tela para o cultivo do fumo.

DEL 9.288, de 24/05/1946

Suspende a cobrança de direitos de importação e taxas aduaneiras para o centeio em grão e em farinha.

LEI 12.484, de 08/09/2011

Institui a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu.

PRODUTOS: VEGETAIS – NORMAS LEGAIS ESPECÍFICAS

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

7.172 , de 07/05/2010	Aprova o zoneamento agroecológico do dendê.
5.658 , de 02/01/2006	Promulga a convenção-quadro sobre controle do uso do tabaco.

EQUINOS
Leis e equivalentes

LEI 12.973, de 13/05/2014

Art. 115: dispõe sobre a renegociação das dívidas decorrentes da contribuição devida à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCN). Ver Leis 7.291/1984 e 12.865/2013.

LEI 12.546, de 14/12/2011

Art. 23: altera o cálculo da contribuição devida à CCCN. (...)

ALTERA a Lei 7.291/1984. **ALTERADA** p/Leis 12.715/2012; 12.865/2013 e 12.995/2014.

LEI 8.344, de 27/12/1991

(...) Dispõe sobre recursos para equideocultura. Ver Lei 7.291/1984.

ALTERA as Leis 8.028/1990 e 8.029/1990.

LEI 7.291, de 19/12/1984

Dispõe sobre as atividades da equideocultura. Ver Lei 8.344/1991.

REVOGA a Lei 5.971/1973. **ALTERADA** p/Lei 12.546/2011.

LEI 5.971, de 11/12/1973

Dispõe sobre as atividades turfísticas.

REVOGA a Lei 4.096/1962. **REVOGADA** p/Lei 7.291/1984.

LEI 5.128, de 29/09/1966

Isenta de tributos a importação de animais puro-sangue de carreira.

ALTERA a Lei 4.096/1962.

LEI 4.096, de 18/07/1962

Dispõe sobre taxas sobre exploração de apostas em corridas de cavalos.

REVOGA o DEC 24.646/1934 e a Lei 2.820/1956. **ALTERADA** p/Lei 5.128/1966 e **REVOGADA** p/Lei 5.971/1973.

LEI 2.820, de 10/07/1956

Dispõe sobre a taxa a ser cobrada dos hipódromos sobre corridas de cavalos. Cria a Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCN).

ALTERA o DEL 8.946/1946. **REVOGADA** p/Lei 4.096/1962.

DEL 9.620, de 21/08/1946

Estabelece que a exportação de éguas depende de autorização do Exército.

ALTERA o DEL 1.117/1939.

DEL 8.946, de 26/01/1946

Dispõe sobre a organização do Desporto Hípico Nacional.

ALTERADO p/DEL 2.820/1956.

DEL 8.371, de 14/12/1945

Estende à criação do cavalo trotador a legislação de fomento ao puro-sangue. Ver DEC 24.646/1934.

DEL 1.117, de 24/02/1939

Proíbe a exportação de éguas.

ALTERADO p/DEL 9.620/1946.

DEC 24.646, de 10/07/1934

Dispõe sobre o fomento da produção do cavalo puro sangue de carreira no país. Ver DEL 8.371/1945.

REVOGADO p/Lei 4.096/1962.

DEC 1.414, de 21/02/1891

Determina que todos os cavalos introduzidos no Brasil sejam marcados com um sinal. Cria um registro geral dos cavalos (*studbook*).

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

96.993, de 17/10/1988

Regulamenta a Lei 7.291/1984, que dispõe sobre as atividades da equideocultura no país.

BOVINOS
Leis e equivalentes

LEI 12.097, de 24/11/2009

Dispõe sobre o conceito e a aplicação de rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e bubalinos.

DEL 460, de 10/02/1969

Suspende dispositivos da legislação sobre o uso de marca de fogo no gado.

ALTERA a Lei 4.714/1965.

LEI 4.714, de 29/06/1965

Dispõe sobre o uso da marca de fogo no gado bovino.

REVOGA o DEL 4.854/1942. ALTERADA p/DEL 460/1969.

LEI 1.388, de 25/06/1951

Revoga os dispositivos legais que normatizavam a identificação de gado vacinado contra brucelose.

REVOGA os DELs 6.922/1944 e 8.341/1945.

LEI 270, de 10/04/1948

Isenta reprodutores bovinos e lanígeros de direitos de importação e taxas aduaneiras por um ano.

LEI 66, de 17/08/1947

Suspende prazo relativo à marcação de animais vacinados contra brucelose. Ver DEL 6.922/1944.

DEL 9.883, de 16/09/1946

Limita a recria e engorda de gado pelos frigoríficos.

DEL 9.250, de 10/05/1946

Autoriza o Ministério da Agricultura a fixar o preço do boi gordo para assegurar o abastecimento de carne.

DEL 9.116, de 01/04/1946

Suspende a exportação de gado e de carnes para assegurar o abastecimento interno. Ver DEL 9.187/1946.

DEL 8.341, de 10/12/1945

Altera disposições sobre marcação de animais vacinados contra brucelose. Ver Lei 66/1947.

ALTERA o DEL 6.922/1944. REVOGADO p/Lei 1.388/1951.

DEL 6.922, de 04/10/1944

Obriga a marcação de animais vacinados contra brucelose. Ver Lei 66/1947.

ALTERADO p/DEL 8.341/1945 e REVOGADO p/Lei 1.388/1951.

DEL 6.307, de 02/03/1944

Suspende as restrições ao abate de gado criado pelos próprios frigoríficos. Ver DEL 5.121/1942.

DEL 6.108, de 16/12/1943

Autoriza a requisição de gado bovino no Brasil Central para assegurar o abastecimento de carne.

DEL 5.121, de 21/12/1942

Restringe o abate de gado criado pelo próprio frigorífico. Ver DEL 6.307/1944.

DEL 4.854, de 21/10/1942

Regula o uso da marca de fogo em bovinos. Ver DEL 460/1969.

REVOGA o DEL 1.176/1939. REVOGADO p/Lei 4.714/1965.

DEL 4.709, de 18/09/1942

Autoriza o Ministério da Agricultura a fixar preços de gado e os estados a requisitar gado para assegurar o abastecimento de carne.

DEL 4.082, de 04/02/1942

Estabelece normas para fixar limites de abate de vacas e bezerros.

DEL 1.176, de 29/03/1939

Regula o uso de marca de fogo em bovinos. Ver Lei 4.714/1965 e DEL 460/1969.

REVOGADO p/DEL 4.854/1942.

DEC 4.398, de 17/12/1921

Suspende a importação de gado zebu até a implantação de estrutura para quarentena.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

7.623, de 22/11/2011

Regulamenta a Lei 12.097/2009, que dispõe sobre a rastreabilidade na cadeia produtiva de bovinos e búfalos.

CARNE
Leis e equivalentes

LEI 1.168, de 02/08/1950

Dispõe sobre incentivos para a construção de estabelecimentos industriais de carne.

DEL 9.360, de 15/06/1946

Atribui ao Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA) a elaboração de Plano de Abastecimento de Carnes. **ALTERA** o DEL 8.400/1945.

DEL 9.187, de 15/04/1946

Exclui o Rio Grande do Sul da proibição de exportação de carnes. Ver DEL 9.116/1946.

DEL 4.580, de 13/08/1942

Obriga indústrias abatedoras de exportação a assegurar abastecimento local de carnes.

DEL 4.579, de 13/08/1942

Proíbe temporariamente a frigorificação e industrialização de carnes para exportação para assegurar o abastecimento interno.

CDL 0-041, de 04/12/1830

Regula os direitos do algodão e da carne-seca ou charque.

OVINOS
Leis e equivalentes

LEI 6.061, de 25/06/1974

Renova prazo para estabelecimento de especificações de classificação de lã. Ver Lei 5.093/1966.

LEI 5.093, de 30/08/1966

Revoga as normas legais sobre classificação e comércio de lã. Ver Lei 6.061/1974.

REVOGA o DEL 7.197/1944 e a Lei 1.017/1949.

LEI 1.017, de 27/12/1949

Estabelece a classificação comercial e dispõe sobre o comércio de lã.

ALTERA o DEL 7.197/1944. **REVOGADA** p/Lei 5.093/1966.

LEI 270, de 10/04/1948

Isenta reprodutores bovinos e lanígeros de direitos de importação e taxas aduaneiras por um ano.

DEL 8.011, de 29/09/1945

Estende às cooperativas de lãs os incentivos previstos no DEL 7.002/1944 para construção de silos e armazéns.

DEL 7.197, de 27/12/1944

Estabelece a classificação comercial e dispõe sobre o comércio de lã.

REVOGA o DEL 6.604/1944. **ALTERADO** p/Lei 1.017/1949 e **REVOGADO** p/Lei 5.093/1966.

DEL 6.604, de 19/06/1944

Estabelece a classificação de lã de ovinos e dispõe sobre seu comércio.

REVOGADO p/DEL 7.197/1944.

LEITE
Leis e equivalentes

LEI 12.669, de 19/06/2012

Obriga os laticínios a informarem com antecedência o preço pago pelo leite.

LEI 12.655, de 30/05/2012

Reduz a zero a alíquota de PIS/Pasep e a Cofins de tipos de queijos e massas.

ALTERA a Lei 10.925/2004.

PRODUTOS: ANIMAIS – NORMAS LEGAIS ESPECÍFICAS

LEI 11.474, de 15/05/2007

Art. 3º: altera disposições sobre rotulagem de leites e de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância.
ALTERA a Lei 11.265/2006.

LEI 11.460, de 21/03/2007

(...) Prorroga prazo estabelecido na Lei 11.265/2006 relativo à rotulagem de leites e de alimentos para crianças.
ALTERA as Leis 9.985/2000; 10.814/2003 e 11.105/2005.

LEI 11.265, de 03/01/2006

Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância. Estabelece condições de rotulagem de leites. Ver Lei 11.460/2007.

ALTERADA p/Lei 11.474/2007.

LEI 7.502, de 02/07/1986

Autoriza a instituição de Programas de Apoio à Produção Nacional de Leite com subvenção aos produtores.

DEL 923, de 10/10/1969

Dispõe sobre a comercialização de leite. Proíbe a venda de leite cru.

LEI 5.205, de 12/01/1967

Isenta dos impostos de importação e de consumo a importação de equipamentos pela Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais para ampliação da fábrica de leite em pó.

LEI 5.187, de 08/12/1966

Estende a isenção de impostos de importação e consumo concedida pela Lei 4.265/1963 a outros equipamentos da mesma Cooperativa de Laticínios de São Carlos e a equipamentos importados pela Cooperativa Agrícola de Cotia.

DEL 4.265, de 03/10/1963

Isenta dos impostos de importação e de consumo a importação de equipamentos pela Cooperativa de Laticínios de São Carlos – SP para instalação de fábrica de leite em pó.

DEL 9.828, de 11/09/1946

Extingue a Comissão Executiva do Leite, criada p/DEL 2.384/1940.

DEL 9.499, de 22/07/1946

Dispõe sobre a política do leite para abastecimento do Distrito Federal.

DEL 8.966, de 05/02/1946

Suspende a criação do Entreposto Central do Leite, criado pelo DEL 8.955/1946.

DEL 8.955, de 28/01/1946

Cria o Entreposto Central do Leite em substituição à Comissão Executiva do Leite para abastecer o Distrito Federal. Ver DELs 2.384/1940; 8.966/1946 e 9.828/1946.

DEL 8.248, de 29/11/1945

Determina intervenção governamental na Comissão Executiva do Leite, criada pelo DEL 2.384/1940.

DEL 3.609, de 11/09/1941

Autoriza a Comissão Executiva do Leite a organizar cooperativas de produtores de leite para abastecer o Distrito Federal. Ver DEL 2.384/1940.

DEL 2.384, de 10/07/1940

Cria Comissão Executiva do Leite para o Distrito Federal. Ver DEL 9.828/1946.

PECUÁRIA EM GERAL Leis e equivalentes

LEI 12.489, de 15/09/2011

Confere ao município de Barretos – SP o título de Capital Nacional do Rodeio.

LEI 11.928, de 17/04/2009

Institui o Dia do Vaqueiro Nordestino.

LEI 11.797, de 29/10/2008

Institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

PRODUTOS: ANIMAIS – NORMAS LEGAIS ESPECÍFICAS

LEI 11.716, de 20/06/2008

Institui o Dia Nacional do Pecuarista.

DEL 37, de 18/11/1966

Isenta sementes, espécies vegetais para plantio e reprodutores do Imposto de Importação.

LEI 4.888, de 09/12/1965

Proíbe o emprego da palavra “couro” em produtos industrializados que não sejam obtidos da pele do animal. Ver Lei 11.211/2005.

LEI 4.716, de 29/06/1965

Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos registros genealógicos.

LEI 2.323, de 20/09/1954

Prorroga por cinco anos a isenção de tributação pela importação de animais para reprodução e melhoria da pecuária instituída pela Lei 419/1948.

LEI 419, de 03/10/1948

Isenta de tributação por cinco anos a importação de animais para reprodução e melhoria da pecuária. Ver Lei 2.323/1954.

LEI 4, de 13/12/1946

Isenta de direitos de importação e demais taxas os reprodutores bovinos, ovinos, suínos e equinos destinados às exposições do ano no Rio Grande do Sul.

DEL 9.664, de 28/08/1946

Abre dotação para o Ministério da Agricultura comprar reprodutores para revenda a prazo aos criadores.

DEL 4.899, de 30/10/1942

Estabelece a obrigatoriedade de pesada na compra e venda de animais para abate.

DEL 1.955, de 10/01/1940

Regula o funcionamento dos matadouros de aves e animais de pequeno porte no Distrito Federal.

DEL 1.567, de 06/09/1939

Autoriza o governo do Rio Grande do Sul a regulamentar a entrada de animais reprodutores.

DEL 611, de 11/08/1938

Aprova a Convenção Internacional para Unificação do Registro Genealógico Bovino assinada em Roma em 1936.

DEC 20.533, de 19/10/1931

Autoriza o funcionamento de matadouros de aves e pequenos animais.

DEC 1.090, de 01/09/1860

Considera crime o roubo de gado.

PRINCIPAIS DECRETOS REGULAMENTADORES

8.236, de 05/05/2014

Regulamenta a Lei 4.716/1965, sobre registro genealógico.

OUTROS ANIMAIS E PRODUTOS ANIMAIS

Leis e equivalentes

LEI 10.990, de 13/12/2004

Modifica a Lei Agrícola para inserir disposições relativas às atividades apícolas e a criatórios de peixes.

ALTERA a Lei 8.171/1991.

DEL 3.717, de 15/10/1941

Dispõe sobre a inspeção sanitária e a classificação do mel de abelhas.

DEC 72, de 12/07/1839

Autoriza o governo a conceder privilégio exclusivo de importação de abelhas da Europa ou da África.

LEI 5.577, de 08/05/1970

Dispõe sobre o emprego da palavra “seda” pela indústria.

PRODUTOS: ANIMAIS – NORMAS LEGAIS ESPECÍFICAS

LEI 5.179, de 01/12/1966

Revoga leis que dispõem sobre o uso da palavra “seda”.

REVOGA os DELs 290/1938 e 4.265/1942.

DEL 4.265, de 17/04/1942

Dispõe sobre o emprego da palavra “seda”, alterando regulamento anterior.

REVOGADO p/Lei 5.179/1966.

DEL 3.644, de 23/09/1941

Dispõe sobre a produção, a importação e a distribuição de ovos do bicho-da-seda.

DEL 3.148, de 26/03/1941

Dispõe sobre auxílio aos sericultores e às empresas de fiação. Estabelece que o Ministério da Agricultura elaborará anualmente plano de fomento à sericultura.

DEL 290, de 23/02/1938

Dispõe sobre o emprego da palavra “seda”.

REVOGADO p/Lei 5.179/1966.

DEL 8.812, de 24/01/1946

Dá competência aos estados e ao Distrito Federal para estabelecerem normas de fiscalização e de inspeção de ovos.

REVOGA os DELs 2.158/1940 e 2.954/1941.

DEL 2.954, de 16/01/1941

Altera a regulamentação do comércio de ovos.

ALTERA o DEL 2.158/1940. **REVOGADO** p/DEL 8.812/1946.

DEL 2.158, de 30/04/1940

Regula o comércio de ovos.

ALTERADO p/DEL 2.954/1941 e **REVOGADO** p/DEL 8.812/1946.

LEI 12.635, de 14/05/2012

Institui o Dia Nacional do Suinocultor.

DEL 9.575, de 12/08/1946

Suspender a exportação de suínos de corte e seus produtos destinados à alimentação humana.

COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO

1 – Este grupo de leis, sobre “Produtos”, caracteriza-se por ser, em sua grande maioria, um conjunto de normas antigas. Com efeito, a partir da década de 1990, cessa a edição de leis reguladoras de produtos específicos, o que era comum anteriormente. Em alguns casos, como o da cana-de-açúcar, grande quantidade de leis tratavam de regular tudo sobre a lavoura e seus produtos.

2 – Também merece destaque a regulação da seringueira. Observa-se intensa legislação sobre a cultura desde 1947 até 1997. Nesse período, criaram-se órgãos de fomento (Banco de Crédito da Borracha e Sudhevea) e instituiu-se grande programa (Probor) com relevante expressão na condução da política para o produto.

3 – A análise da legislação sobre trigo informa a expressiva inflexão de política para o produto. De total controle estatal (a partir do Decreto-Lei nº 210, de 1967), passou-se à liberação da comercialização, com a edição da Lei nº 8.096, de 1990.

4 – De destacar, também, a expressão legislativa da uva e do vinho, talvez o setor que apresenta mais persistência em termos de legislação, antiga e recente. É um setor que tem merecido um tratamento legislativo especial, o que o diferencia da grande maioria dos produtos.

5 – No que se refere à legislação sobre animais, deve-se pontuar que não existe uma estrutura orgânica na legislação, sendo a mesma, a par de antiga, dispersa e destinada a casos específicos.

ANEXO I

NÚMERO DE LEIS E NORMAS EQUIVALENTES POR TIPO, POR ANO E TOTAL

ANO	TIPO DE NORMA						TOTAL
	LEI	LCP	DEL	MPV	LDL	DEC	
2014	16	2					18
2013	26						26
2012	28						28
2011	21	1					22
2010	17	1					18
2009	24	2					26
2008	22						22
2007	16	3					19
2006	14						14
2005	12						12
2004	21						21
2003	25						25
2002	14						14
2001	21	1		17			39
2000	12						12
1999	9						9
1998	11	1					12
1997	13						13
1996	11	2					13
1995	15						15
1994	10						10
1993	10	1					11
1992	5						5
1991	16	2					18
1990	16						16
1989	24						24
1988	7		8				15
1987	5	1	9				15
1986	4		3				7
1985	7						7
1984	3		3				6
1983			6				6
1982	2		5				7
1981	5		3				8
1980	3		3				6
1979	9		3				12
1978	6		2				8
1977	6	1	5				12
1976	3		6				9
1975	6		2				8
1974	6		5				11
1973	7	1	2				10
1972	6		3				9

ANO	TIPO DE NORMA						TOTAL	
	LEI	LCP	DEL	MPV	LDL	DEC	CDL	
1971	6	1	6					13
1970	5		8					13
1969	1		36					37
1968	12							12
1967	9		18					27
1966	17		10					27
1965	21							21
1964	10							10
1963	7							7
1962	7			10				17
1961	10							10
1960	6							6
1959	5							5
1958	4							4
1957	7							7
1956	6							6
1955	9							9
1954	5							5
1953	6							6
1952	5							5
1951	5							5
1950	12							12
1949	7							7
1948	16							16
1947	4							4
1946	2		57					59
1945			32			2		34
1944			34					34
1943			29			2		31
1942			31					31
1941			34					34
1940			16					16
1939			22					22
1938			33					33
1937	11		7					18
1936	3					1		4
1935	3							3
1934					22			22
1933					12			12
1932					4			4
1931					5			5
1929					1			1
1923					3			3
1922					2			2
1921					1			1
1920					3			3
1918					2			2
1912					1			1
1911					1			1
1909	1					1		2

ANO	TIPO DE NORMA						TOTAL	
	LEI	LCP	DEL	MPV	LDL	DEC	CDL	
1908					2			2
1907	1					2		3
1906	1					1		2
1903						3		3
1900						1		1
1891						2		2
1890						3		3
1885						1		1
1879						1		1
1875						1		1
1871						1		1
1870	1							1
1864	1							1
1860					2			2
1857	1							1
1850	1							1
1839						1		1
1837	1							1
1833	1							1
1830						1		1
TOTAL	744	20	441	17	10	84	1	1.317

Lei: Lei ordinária; LCP: Lei complementar; DEL: Decreto-lei; MPV: Medida provisória; LDL: Lei delegada; DEC: Decreto; CDL: Carta de lei.

ANEXO II

NÚMERO DE LEIS E NORMAS EQUIVALENTES POR TEMA

TEMA	Nº de leis
AF	34
AIRR	40
ATER	20
BBPI	18
CAA	89
COOP	62
CR	215
DAFI	132
DR	88
EDUC	18
ENERG	36
HABIT	10
HONOR	34
INSUM	47
MA	84
OAP	239
PAEC&T	88
PESCA	53
POLEC	111
PGPM	22
REFLOR	23
RA	119
SEGUR	25
TPS	75
TRIBUT	106
PRODUTOS	376
Vegetal ¹	282
Animal ²	94
Total de registro de leis por tema	2.164

OBS.: Nº total de leis e equivalentes sem repetição: 1.317

¹ Produtos vegetais	
Algodão	21
Arroz	9
Cacau	6
Café	42
Cana	61
Erva-mate	9
Frutas: citrus	7
Mandioca	10
Seringueira	29
Trigo	39
Uva e vinho	24
Frutas: outras frutas	14
Coco	3
Banana	2
Caju	1
Cupuaçu	1
Política de fruticultura	7
Outros produtos vegetais	11
Guaraná	3
Juta	2
Milho	2
Centeio	1
Sisal	1
Fumo	1
Bambu	1
TOTAL	282

² Produtos animais	
Equinos	14
Bovinos	19
Carne	6
Ovinos	7
Leite	17
Pecuária em geral	17
Outros animais e produtos animais	14
Apicultura	3
Sericicultura	6
Ovos	3
Suínos	2
TOTAL	94

ANEXO III

NÚMERO DE DECRETOS REGULAMENTADORES POR TEMA

TEMA	Nº de decretos
AF	11
AIRR	13
ATER	7
BBPI	16
CAA	15
COOP	10
CR	27
DAFI	44
DR	28
EDUC	2
ENERG	21
HABIT	1
HONOR	4
INSUM	9
MA	71
OAP	22
PESCA	33
PAEC&T	15
POLEC	25
REFLOR	5
RA	43
SEGUR	16
TPS	10
TRIBUT	2
PRODUTOS	28
Vegetais ¹	25
Animais	3
Total de registros de Decretos por Tema	478

Obs.: Número total de decretos sem repetição: 456.

¹ Produtos Vegetais	Nº de decretos
Cacau	2
Café	5
Cana	9
Frutas	1
Seringueira	4
Uva e vinho	2
Outros	2
TOTAL	25